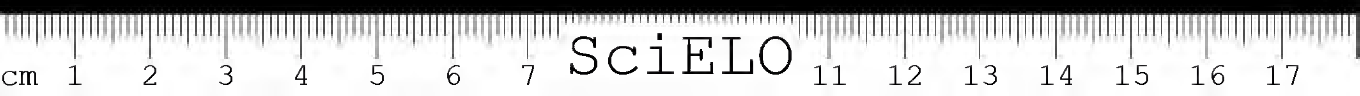

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 SciELO 12 13 14 15 16 17 18 19

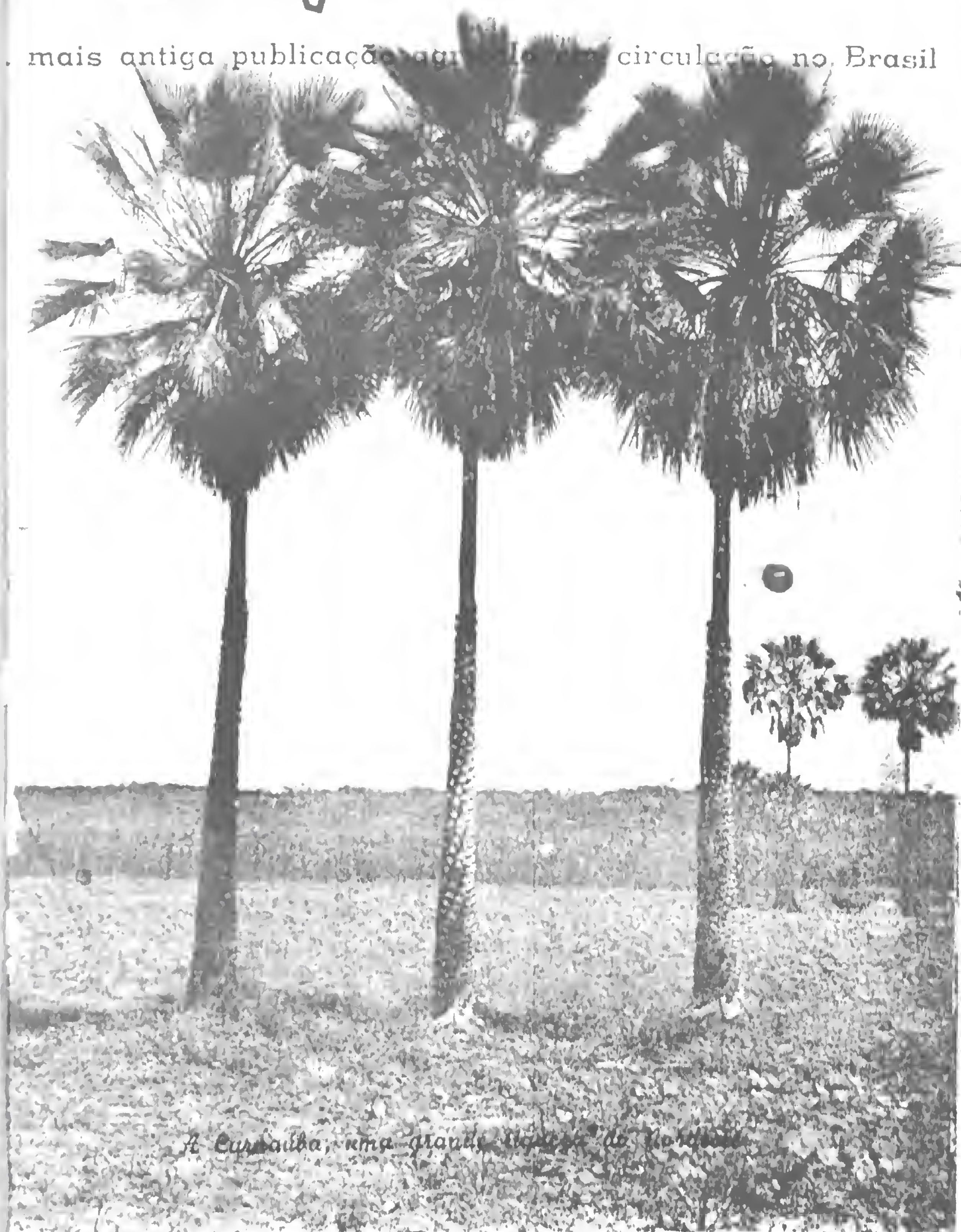

SciELO


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17


cm 1 2 3 4 5 6 7
SciELO
11 12 13 14 15 16 17

A LAVOURA

mais antiga publicação agrícola em circulação no Brasil



A Carnaúba, uma grande riqueza do Nordeste

ANO LII JANEIRO - FEVEREIRO, 1948



Escola Prática de Agricultura São João de Petropolis, Municipio de Sta. Teresa (Espirito Santo)

SUMARIO

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA

PELA LEI N.° 3549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo: Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida

Presidente Benemérito: Dr. Wenceslão Braz Pereira Gomes

Presidente de Honra: Dr. Getúlio Dornelles Vargas

DIRETORIA GERAL

Presidente	— Arthur Torres Filho
1.° Vice-Presidente	— Luiz Simões Lopes
2.° " "	— Edgard Teixeira Leite
3.° " "	— A. de Arruda Camara
1.° Secretário	— F. Murtinho Braga
2.° "	— Adamastor Lima
3.° "	— Eurico Santos
4.° "	— Cinéas de L. Guimarães
1.° Tesoureiro	— Kurt Repsold
2.° "	— Otto Frensel

DIRETORIA TÉCNICA

Altino de Azevedo Sodré
Antonio Francisco Magarinos Torres
Franklin de Almeida
Enio Luiz Leitão
Geraldo Goulart da Silveira
Iris Meinberg
João Maurício de Medeiros
Joaquim Bertino de Morais Carvalho
Luiz de Oliveira Mendes
Pedro Fontes.



CONSELHO SUPERIOR

Alberto Ravache
Alvaro Simões Lopes
Anapio Gomes
Antonio Barreto
Antonio José Alves Alves de Souza
Apolonio Sales
Balbino de Souza Mascarenhas
Ben-Hur Ferreira Raposo
Benjamin do Monte
Carlos de Souza Duarte
Diogenes Caldas
Eduardo Duvivier
Fabio Furtado Luz
Envaldo Lodi
Francisco Saturnino de Brito Filho
Guilherme Egberto Hermsdorff
Honório da Costa Monteiro Filho
Humberto Bruno
Ismael Cordovil
Israel Pinheiro da Silva
Itagiba Barçante
J. C. Belo Lisbôa
Jeronymo Antonio Coimbra
João Gonçalves de Souza
João Tjader
José Sampaio Fernandes
José Solano Carneiro da Cunha
Landulpho Alves de Almeida
Manoel Carlos Ferraz de Almeida
Manoel Neto Campelo Junior
Mario de Oliveira
Napoleão de Alencastro Guimarães
Ormeu Junqueira Botelho
Oscar Daudt Filho
Paulo Parreiras Horta
Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
Ruy Carneiro
Sebastião Herculano de Mattos
Sebastião Sant'Ana e Silva

A LAVOURA

ÓRGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LII — Janeiro-Fevereiro de 1948

O BRASIL

COMO PRODUTOR DE ALGODÃO

PROF. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Da importância econômica do algodão para a humanidade, em suas múltiplas aplicações, basta considerar-se que êle hoje supera tôdas as demais plantas nos tecidos manufaturados. Representa, atualmente, 73,3% do consumo total no mundo, vindo depois, a lã, com 6,8%. É, portanto, sem contestação, a principal fibra textil, pois, além de seu baixo preço, suas aplicações aumentam sempre com o aproveitamento dos sub-produtos, não sendo de receiar-se a competição das fibras sintéticas. O comércio mundial de algodão expande-se cada vez mais, esperando os economistas que a produção se eleve, dentro de cinco anos, a 35 milhões de fardos. Sou daqueles que pensam que se deve traçar uma política algodoeira para o Brasil, mediante a indagação segura na formação dos preços, evitando-se os impostos elevados e estimulando-se a melhoria da qualidade, tanto por legislação adequada, como pelo financiamento. Há quem diga que o algodão brasileiro começou a ser exportado para a Europa no século do descobrimento. E é fato sem contestação dispormos de grande extensão territorial onde esse [illegible]acéa pode desen[illegible]-se dando ao Brasil condições de preponderância nos mercados mundiais, daí porque precisamos estar alertas para não aceitar restrições nas áreas de cultivo, pois nossa contribuição na producçao mundial se eleva apenas a 6% e na exportação a 3,18%. [illegible] recordarmos que em 1875 o algodão representava [illegible] [illegible]ssas exportações e ao terminar a guerra da secessão dos Estados Unidos, que abalou fortemente a produção norte-americana, o algodão em nossas estatísticas, acusava 29,9% na exportação. Não soubemos organizar-nos econômica e tècnicamente para tirar a vantagem obtida e, paulatinamente, fomos perdendo os mercados no exterior. Basta dizer que, em 1932, a nossa contribuição no mercado internacional foi apenas de 0,1%. De 1932 para cá, o aparecimento brusco de São Paulo como grande produtor de algodão, em consequência da crise do café, mas dentro de seguros preceitos técnicos, permitiu que o Brasil voltasse à posição de grande relêvo no comércio mundial. E é assim que vemos o nosso país elevar-se à categoria de quarto produtor, vindo em seguida dos Estados Unidos, India Inglesa e Egito.

O grande esfôrço norte-americano, cuja colocação do seu algodão no mercado mundial vinha caindo vertiginosamente, se orienta no sentido da "[illegible]ade do rendimento", em [illegible] de "paridade de pre[illegible]", política esta última b[illegible]a no subsídio aos agricultores com acumulação de estoques adquiridos pelo govêrno. Acredito firmemente no futuro da nossa cultura algodoeira se soubermos preparar-nos para melhorar o "rendimento" e a "qualidade" do nosso algodão, estabelecendo-se para isso uma segura legislação na parte "Cultura" e na defesa comercial da nossa produção. O comércio mundial do algodão expande-se ràpidamente e os seus sub-

produtos "linter", "óleos" e "tortas", cada vez mais adquirem aplicações.

E' preciso, acima de tudo, que o produto brasileiro se imponha aos mercados mundiais. Aí é que deve residir tôda a nossa atenção. Só produzindo produto de "boa" qualidade, "in forme" e a "baixo" custo, poderá o Brasil conservar ou mesmo desenvolver a situação de incontestável relêvo, adquirido por êle nos últimos anos no mercado mundial do algodão. A regulamentação das sementes, o contrôle oficial da classificação, a criação de grandes usinas de beneficiamento, a agremiação dos produtores em cooperativas para dar-lhes a assistência do crédito agrícola e impedir que os lucros se escoem para as mãos dos intermediários, são medidas que carecemos adotar dentro de um plano sistemático de ação.

O melhoramento constante das qualidades de fibras, nas diversas regiões do país, criando e garantindo a produção de tipos altos, fazendo acompanhar êsse melhoramento pelo aumento do rendimento por unidades de superfície — é o programa que devemos adotar. Essa é a orientação seguida pelos norte-americanos e, de longa data, pelos egípcios. O exemplo que nos deu e nos dá São Paulo, principalmente na parte experimental, com o contrôle oficial na distribuição de sementes aos agricultores, o que permitiu abrir ao algodão brasileiro novos mercados, precisa e deve ser seguido, com rigor, pelas demais regiões algodoeiras do país. Além da assistência científica e técnica exercidas em tôda a sua plenitude e do crédito agrícola, auxiliando os pequenos cultivadores por intermédio de cooperativas, temos de adotar um rigoroso plano de racionalização do beneficiamento e da padronização e classificação do algodão brasileiro, estabelecendo estreita colaboração entre os produtores e os governos. Não devemos esquecer-nos nunca da posição do mercado mundial dpendente da garantia de tipos que oferece a preços convenientes. O fator qualidade e a uniformidade dos fardos e dos lotes, representam a garantia do algodão brasileiro.

Outro caracteristico importante na classificação é o grão de limpeza ou a existência de maior ou menor quantidade de impurezas. No Brasil há espécies e variedades de algodoeiros diferençados pelas regiões, daí porque devemos adotar contrôle técnico e econômico, principalmente na formação das variedades e na distribuição das sementes que garantam o conceito do produto nos mercados externos. O que se acha em jôgo não é esta ou aquela região do país, sim, o conceito do Brasil e a sua expansão econômica, justificando-se, portanto, a ação do govêrno federal, na fiscalização da exportação.

Sou dos que crêem no valor do Estado como fôrça capaz de orientar os sistemas econômicos, fazendo sentir sua ação enérgica à coordenação da iniciativa particular. O momento apresenta-se altamente propício para garantir-se ao algodão brasileiro o papel cada vez mais importante que êle está fadado a representar na nossa economia rural.

O 51.° ANIVERSARIO

DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

A 16 de janeiro comemorou a Sociedade Nacional de Agricultura mais um aniversário de sua proveitosa existência.

Era pensamento da Diretoria fazer lançar, nesse dia, a pedra fundamental da futura sede, a "Casa da Agricultura", mas, infelizmente, apezar de tôda diligência, dificuldades burocráticas na Prefeitura do Distrito Federal, onde ainda se acha em processo de aprovação indispensável desde há mais de um ano, as plantas do grandioso edifício, impediram o intento.

Mas, nem porisso, os diretores e funcionário da instituição deixaram de assinalar de modo expressivo a grata efeméride.

Coincidindo com a data da fundação da Sociedade o aniversário natalício do seu Presidente, o Prof. Arthur Torres Filho, fizeram inaugurar, no Salão Nobre, o retrato à óleo do seu grande amigo e benfeitor, que há cêrca de 18 anos tem tido sôbre seus ombros a direção da Casa de Ennes de Souza.

O lançamento da pedra fundamental do novo edifício-sede será feito dentro em breve, e corresponde a um dos pontos do programa do Dr. Torres Filho, desde que aceitou o pesado encargo de dirigente máximo da Sociedade. Outros aspectos da sua administração, já os levou a bom termo e foi justamente para testemunhar o apoio e o agradecimento dos seus colaboradores na Sociedade, que se colocou em lugar destacado no salão nobre a sua efigie, obra do pintor V. Alencar.

Desde que, como 1.° Vice-Presidente em exercício, passou a dirigir os destinos da Sociedade, em meio a tremenda crise financeira, com a instituição sem sede e sem meios de continuar seus serviços, o Dr. Torres Filho tem alcançado notáveis triunfos, que dão hoje à Sociedade Nacional de Agricultura uma situação de solidez e de prosperidade nunca alcançada antes.

Assim é que, desde aquela época, tem a Sociedade conseguido a sua atual sede própria, constante de um grupo de numerosas salas, ocupando tôda a frente do 5.° pavimento do edifício Itanagra, sobre a Av. Franklin Roosevelt; o Horto Frutícola da Penha foi dotado da sua atual Escola de Horticultura Wenceslão Bello, em substituição ao antigo Aprendizado Agrícola ali existente desde os tempos da fundação da Sociedade, estabelecimento que, pelas suas instalações e métodos pe-



O Dr. Arthur Torres Filho discursa, agradecendo a homenagem de seus amigos e companheiros da Sociedade Nacional de Agricultura

dagógicos ocupa hoje um destacado lugar no nosso ensino agrícola; consolidou a vida financeira da instituição e logrou ver satisfeito um dos maiores anseios da classe: a sua organização em base associativa, através o decreto-lei 8.127, de 1945, sob cujos salutares princípios, em breve, poderá a agricultura brasileira levantar a sua voz altiva no concerto econômico nacional. Será impossível relatar, de relance, uma pequena parcela que seja da multiplice atividade da Sociedade, incentivada e pessoalmente exercida pelo Prof. Arthur Torres Filho, seja na colaboração com instituições con-

gêneros, com os poderes públicos, seja nas reivindicações dos direitos da classe, ou na defesa do seus interêsses.

Para citar um exemplo dessa atividade, basta que se diga que no Conselho Federal de Comércio Exterior a Agricultura tem a sua voz ouvida desde a fundação do importante órgão, através a palavra equilibrada e autorizada do Dr. Torres Filho, que é, dentre todos, o decano dos conselheiros.

passagem. E foi assim, de surprêsa, colhido na sua modestia o Dr. Torres Filho, com o convite para presenciar a aposição no Salão de Honra da Sociedade do seu retrato.

Foi uma festa que a todos encantou. Sem ter sido feita nenhuma publicidade, ao contrário disso, tendo os seus promotores diligenciado para conservar em segrêdo a projetada homenagem, ainda assim a afluência foi tal, que ficaram li-



Uma parte do salão, vendo-se, entre a assistência, no primeiro plano, a uma a esposa e a **filhinha do Dr. Torres Filho.**

A coroação de sua obra de — pode-se dizer — de consolidação da Sociedade Nacional de Agricultura, tanto do ponto de vista da atuação exterior como da vida interna, administrativa, seria justamente o lançamento da pedra fundamental da "Casa da Agricultura", cometimento que tem preocupado longamente o Presidente Torres Filho.

Quizeram, porém, seus amigos e colaradores da Sociedade que a data escolhida por êle para o almejado evento, tivesse, à falta daquele, fato condigno e não menos expressivo a assinalar-lhe a

teralmente tomados o salão, o saguão, os gabinetes laterais e os corredores, apinhados de companheiros e amigos do Dr. Torres, o que veio confirmar o grande prestigio de que goza no seio da classe rural e dos seus colegas agrônomos e funcionários do Ministério da Agricultura.

Falaram o Dr. Luiz Simões Lopes, 1.º Vice-Presidente, oferecendo a homenagem; o Dr. Bertino de Carvalho, em nome da Sociedade Brasileira de Quimica; o Dr. Arruda Câmara, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira e o Dr. Edgar Tei-

veira Leite, 2.º Vice-Presidente e atual Secretario da Agricultura do Estado do Rio.

Vão a seguir publicados alguns dos discursos pronunciados, e bem assim uma relação parcial das pessoas presentes.

Do Prof. Geraldo Goulart da Silveira

"Presado Mestre Prof. Torres Filho:
Minhas senhoras



O Dr. Teixeira Leite abraça o Dr. Arthur Torres Filho após o seu discurso em nome dos companheiros da Diretoria

Meus senhores

Cabe-me, e o faço com grande satisfação, no momento em que amigos e admiradores do Prof. Torres Filho prestam-lhe esta singela, mas muito significativa homenagem, dizer algumas palavras em nome dos ex-alunos do homenageado, elemento dos mais brilhantes do magisterio nacional.

Faltam-me palavras para, em um vivo colorido, em um harmonioso mosaico de expressões, dizer da admiração que os discipulos têm pelo grande mestre e amigo; pelo profissional que é uma das mais brilhantes expressões da agronomia brasileira; pelo economista emérito, pelo sociólogo profundo, pelo grande educador que tantos e tão valiosos serviços tem prestado à educação nacional, especialmente à educação rural.

O Professor, meus senhores, não é apenas o técnico; é, sobretudo, o educador o orientador, o guia que esclarece, dirige, encaminha e estimula os discipulos.

O Professor é, acima de tudo, o orientador esclarecido, capaz de estimular a capacidade dos alunos, abrindo, para êles, novos horizontes, ajudando-os e guiando-os na aprendizagem e preparando-os para a vida prática.

Estimular e avivar a capacidade dos alunos; sentir e descobrir as suas possibilidades; provocar e estimular as iniciativas próprias, para dirigi-las e encaminhá-las convenientemente, eis o verdadeiro trabalho educativo do mestre, eis os principios pedagógicos sob os quais o Prof. Torres Filho sempre norteou as

suas magníficas e jamais esquecidas aulas.

Através as vossas brilhantes aulas, professor Torres Filho, tendes preparado, com invulgar dedicação e desprendimento, os vossos alunos para a vida prática; tendes rasgado, para a mocidade brasileira, novos horizontes e novas perspectivas; tendes preparado profissionais conscientes e esclarecidos que encaram os problemas da agricultura nacional, co mobjetividade, interêsse e patriotismo.

De vossos alunos, muitos são hoje professores entusiastas que labutam na Escola Nacional de Agronomia, na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, e em outros estabelecimentos de ensino; muitos são hoje capazes e estaclerecidos técnicos que labutam no Ministério da Agricultura e nas Secretarias de Agricultura; muitos vencem, igualmente, nas atividades particulares e, sem dúvida, para isso muito contribuiram o vosso exemplo, a vossa cultura, o vosso entusiasmo pela educação e pelos problemas agronômicos.

As vossas inesquecíveis lições, sempre tão oportunas, interessantes, brilhantes, educativas e elucidativas, são por nós recordadas com especial carinho; os vossos sábios conselhos e advertências, lembradas, com especial interêsse.

O vosso exemplo, constitue, para todos nós, fatôr de decisivo estímulo e incentivo para que possamos dar à agricultura brasileira, o melhor de nossos esforços, o máximo de nossa capacidade de trabalho.

A certeza de que não tem pregado em vão, de que tem realizado algo de útil e construtivo, é a maior satisfação de um professor; e, dessa satisfação, podeis compartilhar, professor Torres Filho, pois vossos alunos isso vos asseguram.

Os vossos ex-alunos, pelas minhas palavras, associam-se a esta justa e merecida homenagem a quem tanto tem trabalhado pelo engrandecimento do país, a quem constitue, sem dúvida, uma das mais brilhantes expressões da cultura nacional, ao mestre inesquecível que tem sido para nós o exemplo de trabalho, desprendimento, de abnegação e de patriotismo; ao mestre que, nos momentos de incerteza e de dificuldades nos tem acolhido sempre com palavras de estímulo, com um conselho oportuno, com um apoio confortador.

Queira aceitar pois, prezado professor, em o meu abraço, os abraços de todos os vosso ex-alunos."

Do Dr. Antonio de Arruda Camara

"De há muito vêm os funcionários da Sociedade Nacional de Agricultura manifestando, de uma ou de outra forma, o desejo de vos tributar respeitosa e expressiva homenagem. Êsse desejo — dou o meu testemunho — é muito antigo e, por circunstâncias alheias à vontade dos dedicados servidores desta Casa e dos colaboradores de vossa administração — por circunstâncias alheias, portanto à vontade de todos nós — só agora pode se concretizar. Sabemos que haveis de, compreendendo a expontaneidade e significação desta homenagem, promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura e por todos nós aplaudida e festejada, relevar a quebra da nossa norma de conduta, que é colaborar, obedecendo à vossa orientação. Abrimos hoje, dia do funcionário da Sociedade Nacional de Agricultura, excepção à regra para inaugurar ao lado do de Ennes de Souza, nosso primeiro presidente, o vosso retrato.

Do Dr. Edgard Teixeira Leite (Resumo)

O Sr. Edgard Teixeira Leite, Vice-Presidente da S.N.A. e Secretário da Agricultura do Estado do Rio, disse que se associava, às homenagens prestadas ao dr. Arthur Torres Filho, em seu nome pessoal, e também no dos seus companheiros da Diretoria.

Mais do que isso, porém. Estava certo de que pedia a palavra em nome dos socios da Sociadade N. de Agricultura, que dispersos por todo o Brasil, sabiam e sentiam a ação do homenageado, cuja longa vida, cheia de grandes e altos serviços, às classes produtoras do país, o situavam, com tôda justiça entre os grandes servidores do Brasil.

Neste sentido as homenagens que eram prestadas ao atual Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, deviam ser interpretadas, como sendo ao dr. Arthur Torres Filho.

Mas, concluiu o sr. Teixeira Leite, era preciso não esquecer de associar as homenagens prestadas ao dr. Arthur Torres, a sua espôsa, que com a tradição tão brasileira, fôra sempre sua dedicada companheira das horas difíceis, animan-

do e diretamente estimulando a sua ação.

Por isso, propunha — concluiu o dr. T. Leite que, de pé, com uma salva de palmas se associasse, dessa forma, à homenagem ao dr. Arthur Torres, o nome de sua espôsa e dedicada consorte.

Os sentimentos dos lavradores do Brasil, que direta ou indiretamente, haviam recebido, os resultados da ação do dr. Torres Filho, nos quadros do Ministério da Agricultura, onde ocupou, com proficiência, os mais elevados postos, nas mais diversas e sempre atuou comissões onde fôra sempre um ardoroso defensor da economia nacional, no Conselho do Comércio Exterior, na Comissão de Planejamento, nos vários, cargos e encargos onde sempre atuou com o coração de patriota, com a inteligência e o espírito, sempre justos, sem poupar esforços, sem desfalecimentos, em benefício do nosso país.

Relação dos presentes

Mario de Oliveira, Ismael José Cordovil, Nilo Ferreira Romero, Durval Henriques da Silva, Endes Alves Simões, Adriano Dantas, João Tjader, Antonio de Arruda Camara, Mario Quintão, representante do Diretor Geral do C.N.E.P.A., Geraldo Goulart da Silveira, Ginéas Lilris Meinberg, por si e pela Federação das Associações Rurais do E. de S. Paulo, ma Guimarães, Paulo da Silveira Fernandes, Emir A. Kober, Ruy Diehl, Petronio Gonçalves, Luiz Carlos Pinheiro Machado, José Sampaio Fernandes, Vergilio José Lambert, Domingos de Faria, Aristobulo de Castro, Ben-Hur Ferreira Raposo, Pedro Goulart da Silveira Filho, Rufino de Almeida Guerra Filho, Ruad Alzuguir, Alcione José Ostea, Helio Teixeira Alves, Luiz Guimarães Junior, Nelson Dantas Maciel, Otto Frensel, João Vieira de Oliveira, Luiz Simões Lopes, Edgard S. Caldeira, José Travassos Vieira, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, por si e pela Sociedade Brasileira de Química, Subael Magalhães da Silva, Egberto de Albuquerque Lund, Fabio Luz Filho, João Candido Filho, Diogenes Caldas, Adamastor Lima, Luiz Marques Polieno, Eurico Santos, J. Guimarães Menegale, Euvaldo Lodi, Alvaro E. Santos, Carlos Taylor da Cunha e Mello, Lázaro Gómez, Luiz Mariano Paes de Carvalho — U. R. E. A., Federação das Cooperativas de Consumo do Distrito Federal — Pedro da Franca, Diretor Comercial — Dr. Lauro A. Gomes — Renato E. Martins Casali, por si e pela Federação Atlética de Estudantes, Carlos de Souza Duarte, Severino Gonçalves Camara, João Mauricio de Medeiros, Pedro Goulart da Silveira, Mario Vilhena, representado por J. Pinto Lima, J. Pinto Lima, Enio Luiz Leitão, Antonio Rodrigues Coutinho, José Marin, Sebastião Benedito Borges de Albuquerque, Cesar Pereira Cardoso, por si e por Alvaro Barcelos Fagundes, Francisco de Paula ..., João Candido Ferreira Neto, Renato Luiz Pereira de Souza.

FERNANDO COSTA



Prossegue a campanha de "Vida dos Campos" para que seja erigido o busto de Fernando Costa no Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, como uma justa homenagem ao ministro da Agricultura que idealizou e realizou um dos maiores núcleos de pesquisa agronômica em todo o mundo.

A Sociedade Nacional de Agricultura, associando-se a êsse movimento, em cuja frente se encontra o Eng. Agrônomo Mario Vilhena, Diretor do Serviço de Informação Agrícola, membro do Conselho Superior desta Sociedade, contribuiu também com uma soma em dinheiro para que se torne realidade a justíssima homenagem.

ESCOLA FLUMINENSE DE MEDICINA VETERINÁRIA

A formatura da turma de 1947 — Discurso do paraninfo Dr. Edgard Teixeira Leite.

Na solenidade de formatura dos veterinários da Escola Fluminense de Medicina Veterinária, o paraninfo Dr. Edgard Teixeira Leite, Secretário da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, pronunciou o seguinte discurso:

"Iniciam-se em geral, as orações do gênero da que ides ouvir, com palavras que exprimam a surpreza da escolha e retratem com mais ou menos perfeição, a dúvida, que ao espírito se apresenta, para a aceitação do encargo com que me honrastes.

Desta vez porém tal praxe não será adotada. Porque aceitei, de pronto, sem vacilações, o vosso convite para dizer aos que deixam hoje esta Escola as palavras costumeiras, de despedida, e também de estimulo, aos que, ao transporem o limiar das faculdades, vão ingressar nas lides da vida prática.

E si esta praxe não adotarei, é porque, na verdade, o convite para paraninfar esta cerimônia, não o fizestes, por mim e só a mim, pelos meus merecimentos, nem pelos serviços, que me dêm valimento, para tal honra, mas, é a expressão apenas, da prova de apreço, da mais justa homenagem, ao homem do Govêrno, de que sou, obscuro, mas dedicado colaborador, num dos setores da administração que mais perto dizem com as atividades desenvolvidas nesta Escola.

A mocidade, com a sua quase profética intuição, agindo sob os impulsos de sua generosidade, tem dêstes gestos, que são o prenúncio, talvez mais seguro, do julgamento, que a posteridade reserva, para os homens, que agem no campo da vida pública, e que a história, no transcurso dos tempos, registra, com a sua imarcessivel e inapelável justiça.

Escolhendo-me para vosso paraninfo, dêstes na verdade, tácita e justa aprovação, ás diretrizes, seguras e patrióticas do grande servidor que à nossa velha e gloriosa provincia, agora em plena renovação, encontrou no seu governador, Edmundo Macedo Soares e Silva, diretrizes, que correspondem bem, à obra que o Brasil têm de realizar, no desenvolvimento das fôrças vivas de sua economia, e na consolidação dos métodos de govêrno dentro daquele famoso conceito, que esteve inscrito tantos anos na bandeira de nosso Estado, indicando aos governantes a reta gestão da causa pública.

E agindo assim, com a infalivel intuição da Juventude, fizestes bem, escolhendo tão obscuro padrinho, porque se a êle faltam, sem dúvida, outras qualidades, sobram-lhe entusiasmo e o mais decidido propósito de dar ao govêrno, que nos rege, a mais constante e ativa colaboração.

Nunca, — talvez na vida de nosso pais, dos tempos já longinquos da colônia, aos periodos tumultuosos da consolidação da independência, e depois, da implantação, da forma republicana, foi tão necessária, tão indispensável, a dedicação, dos que têm espirito público, para a obra de restauração econômica e recuperação moral, que deve ser empreendida, e que é, por assim dizer, verdadeira campanha de salvação nacional.

Nas horas incertas que a história está registando, nunca foi tão indispensável a cooperação de todos os homens de tôdas as classes, de tôdas as condições, de tôdas as profissões e atividades, para que se ponha ordem no cáos da nossa economia, desorganizada pela subversão de tantos fatores e paz nos espiritos e nos corações, tão desacertados, tão desencantados, tão atormentados pela tragédia tremenda, que desabou sôbre a humanidade, de que estamos talvez, apenas assistindo aos pródromos e que depende de nós, de todos e de cada um, para que não se transforme, no epílogo da própria civilização.

E neste sentido, a vós, cabe um quinhão e bem grande, de responsabilidade, que eu desejo ressaltar, pela importância que tendes de levar a cabo, dentro da nobre e alta profissão que abraçastes, que só a sua escolha é signo seguro, de sentimento de vosso espírito e da compreensão que tendes da respon-

sabilidade que cada cidadão, deve assumir diante de sua geração.

Não serão jamais bastante os louvores aos jovens que ingressaram nas escolas de medicina veterinária e tôda a exaltação será pequena, aos que dediquem a este ramo dos conhecimentos técnicos e científicos, seu tempo, seus esforços, sua dedicação e seu entusiasmo.

Assim nesta oportunidade, louvando pelo acêrto da escolha de vossa profissão, desejo pôr em evidência a gratidão que todos devemos aos que, com fé e tenacidade estão executando a penosa e difícil tarefa, de criar êste centro de formação cultural, que é a nossa Escola Fluminense de Medicina Veterinária.

Devemos e quero evidenciá-lo com palavras e manifestá-lo de público, em solenidade como esta, em que a sua obra se expressa pela mais concreta das realizações que pode fazer um instituto de ensino: dotando o nosso país de mais um pelotão de técnicos, que irão para o campo de atividades práticas combater o bom combate, na defesa e fomento do grande patrimônio que os rebanhos de tôdas as espécies representam na economia nacional.

E' na verdade um grande e régio presente, feito pela Escola Fluminense de Medicina Veterinária, resultado de um grupo abnegado de homens, cujo trabalho silencioso, de beneditina paciência, de pertinácia, está a merecer dos poderes públicos, de tôdas as esferas, o mais decidido apôio. Decidido e entusiástico apôio sob tôdas as formas, de ordem ma- ... ordem moral, de ordem financeira, pelo que já fizeram, e pelo muito que lhes cabe executar e que, Deus querendo, hão de levar a têrmo.

Escutei, silencioso, outro dia, na honrosa visista que me fizestes, mas profundamente emocionado, o que foi e o que tem sido, a história desta Escola, através da narrativa singela e desataviada, numa palestra, em mesa redonda, em tôrno da qual vi reunidos, tão altos valores da medicina veterinária do Brasil, no campo de suas diversas atividades.

Foi bem a demonstração de quanto o idealismo pôde realizar no campo da prática, posto ao serviço de grande obra, num decênio de lutas, de dificulddaes de tôdas as horas, de contratempos de tôdos as naturezas, de incompreensões, de desencorajamentos, não raros partindo dos que deveriam estimular, e que em vez de cirineus vigilantes, se tornaram em apedrejadores, no doloroso calvário, que representa a criação de instituições como esta.

Nada vos desanimou porém, e se às vêzes nos momentos em que o desencanto avassalava os espíritos e tentava a desilusão aos corações amargurados, continuastes seguindo o famoso conselho de Burhé, que concitava "não desesperar, mas quando se desanimar, continuar trabalhando"

Mas, como para todos que têm fé, sem a qual, nada de grande se realiza neste mundo, a hora da vitória há de chegar e para ela eu darei, a quanto a mim couber, na fraqueza do meu valimento, e no apoucado de minhas fôrças, a mais entusiástica das colaborações, à obra de tão grande e utilíssima utilidade, para repetir no ampliativo da expressão o famoso conceito, do maior de nossos oradores.

Essa utilidade — não se afere, meus senhores, através de construções de ordem espiritual, em que o brilho das palavras realiza pela mágica da forma expressões capazes de esconder dentro das lentejoulas da retórica o vasio de coisas estéreis.

Essa utilidade se afere através de números e de conceitos, capazes de enfrentar a mais rigorosa análise e a mais exigente das perquirições.

Na verdade, o Brasil se encontra hoje em singular situação, relativamente à sua indústria pastoril, singular e estranha, tão estranha, que assume as raias das coisas incríveis.

De acôrdo com os últimos informes dos serviços oficiais de estatísticas a população pecuária, segundo os efetivos recenseados em 1940, era, para o rebanho bovino de trinta e quatro milhões; de suínos dezessete milhões, de ovinos nove milhões.

Estas cifras colocam o Brasil entre os países possuidores dos maiores rebanhos do mundo, notadamente de bovinos, sobretudo se ressaltarmos o fato de que se tratam de cifras colhidas em 1940, e que nestes sete anos o crescimento vegetativo deverá ter elevado a população bovina para cerca de quarenta e dois milhões.

Entretanto, está o povo brasileiro em quase todos os Estados do país sofrendo as mais sérias restrições alimentares, tendo mesmo em determinado momen-

to os poderes públicos tornado livre a importução do estrangeiro de carne e de leite e de outros produtos alimentares de origem animal.

Dirão os que gostando de se acoleatarem, no comodismo, que se trata de consequência da guerra — a guerra que tem servido para tanta justificativa, e acobertado tanta e tão incriveis coisas!

Mas encerrada a fase da luta, a situação do país, em matéria de alimentação, no setor, da indústria animal, continua periclitante, ou melhor, para dizer as justas palavras, calamitosa.

Há poucos dias num conclave, de caráter oficial, o Ministro de Estado, responsável pelo setôr de que estamos tratanto, informava que o Govêrno de Minas Gerais, diante da situação criada pela peste suína, que dizimou profundamente os rebanhos mineiros, viria importar, gorduras animais, do estrangeiro!

E também o fato por demais sabido que o leite conservado sob suas diversas formas, da mesma procedência, está sendo consumido, em proporções cada vez maiores no Brasil.

E qual a conclusão a se tirar de tudo isso? E' simples e o seu enunciado, que se poderá resumir em duas incisivas palavras: desorganização nacional.

Não encerra êste conceito, nem exagero, nem propósito derrotista.

Muito ao contrário até. Pondo em evidência, êstes fatos, de ordem geral e citando exemplos de ordem regional, é meu intuito, o de apontar solução para êles, solução para qual é indispensável a contribuição dos esforços, dos médicos veterinários, sem a qual, a indústria pastoril do nosso país, não poderá atingir ao desenvolvimento, que pode ter, que deve ter, que precisa ter.

Quando os estadigrafos — os que examinaram os problemas do Govêrno — os técnicos — os que apontam as soluções e os administradores — isto é, os que põem em prática os remédios indicados, e se defrontam com o angustiante problema da alimentação humana, no Brasil, sentem ao vivo, quanto é importante e indispensável a colaboração da medicina veterinária. De tal ordem é ela, meus senhores, que fica-se na verdade assombrado, como não mereceu ainda dos poderes públicos, maiores incentivos maiores atenções, maiores estímulos, relegada como tem sido, como atividade de ordem secundária, por assim dizer descurada, quando se trata na realidade de profissão — só para encarar o aspecto imediatista, de caráter econômico, de uma atividade da mais alta significação, para a vida nacional.

O que representa, a população pecuária brasileira, mesmo aferida por números os mais conservadores, é um patrimônio valiosíssimo, que se cifra em milhões de cruzeiros.

Êste patrimônio está sujeito a moléstias e pragas de tôda a sorte, grande parte das quais, perfeitamente evitáveis, porque, quer os métodos profiláticos quer os processos de combate são conhecidos para a sua quase totalidade Mas, êste patrimônio que, ao contrário da produção vegetal — executando poucas culturas — e permanente, — de caráter estável, está pràticamente desamparado.

O que existe feito, para a sua defesa é muito pouco, meus senhores. E' quase nada. E' preciso que se tenha coragem para dizer isso, com a maior franqueza, pois só assim, se poderá criar em tôrno delas, "uma consciência", uma convicção, uma certeza, que são os elementos indispensáveis para que se encontrem para êstes problemas de administração soluções as mais adequadas, as de mais acêrto.

Não é realizando política defensiva do avestrus, que ao se defrontar com o perigo, preferem ao que dizem — esconder a cabeça debaixo da aza para não vê-lo — mas a politica agressiva dos povos fortes que não temem encarar a realidade — olhando de frente o que está errado e, não esperando tudo da Providência Divina, e que virilmente, encaram a realidade, pondo todo o seu esfôrço na ação, que é a festa do homem naquele famoso conceito do célebre verso de Goethe.

Ainda há poucos dias, num documento da mais alta significação, o mais conservador dos nossos governos estaduais — o de Minas Gerais — mencionava, que nestes três últimos anos, os prejuizos decorrentes da peste suina, sobem, naquele Estado a mais de trezentos e oitenta milhões de cruzeiros.

E que no mesmo documento via-se que, pelos morosos transportes em longos percursos a pé ou em estrada de ferro, a economia mineira vem sofrendo um prejuizo anual de cêrca de quarenta mi-

lhões de cruzeiros, calculado na base de cinco por cento de pêrda, sôbre um total exportável de trezentos e noventa e três mil cabeças de bovinos.

Mas não é preciso, sair do Estado do Rio, para que se evidencie a gravidade dêste problema, que é de ordem nacional que interfere profundamente com a nossa segurança com a saúde do povo. Vale examiná-lo a luz das cifras.

A população bovina dêste Estado, segundo números oficiais, colhidos em boa fonte, é da ordem se setecentas mil rezes, — que números conservadores representam para mais de dois bilhões de cruzeiros.

E que temos feito, para a defesa dêste grande patrimônioi Quase nada, na verdade. Anualmente cêrca de trinta por cento dos animais que nascem, são dizimados pela pneu-enterite e só isto representa em cálculos conservadores seis milhões de cruzeirosi E tratando-se netretanto de mal evitável — pelo emprêgo aliás de vacina, que se deve a descoberta brasileira.

A ninguém, em contato com os meios rurais é desconhecido o prejuízo, cujas cifras não se pode avaliar em números exatos, mas que atinge proporções cataclimáticas, ocasionada pela febre aftosa, direta e indiretamente pelas diminuições da produção do leite, da produção e da incapacidade de trabalho, ocasionado sob outro aspecto, não raro a desorganização dos trabalhos da colheita e na lavra da terra.

Entretanto êste mal, também por processo brasileiro da técnica brasileira, seria evitável, se já tivéssemos adotado a vacinação em massa dos nossos rebanhos contra a febre aftosa.

Não quero alongar demasiado estas considerações enumerando outras fáces que não raro transformam em epizoótias, e trazer para aqui outros exemplos, fáceis de citar por tão numerosas de que talvez apenas fôsse difícil a escolha.

Mas, sabem todos, que a brucelose, as verminoses, a raiva, que estão instaladas nas fazendas de criação do Estado do Rio, em caráter quase permanente e que, sem exagêro, constituem um sócio, com polpudas retiradas e às vêzes, não raro, levando todo o lucro, do criador fluminense.

Esta situação — que é a exata pintura do que ocorre, sem tintas que exagerem as cores da tela, mas, no contrário, talvez sejam apenas, agudas esbatidas numa aquarela esmaecida da realidade, determina anualmente, prejuizos que montam a mais de duzentos milhões de cruzeiros — ouviram bem meus senhores — quase a metade do que o povo fluminense contribue para o tesouro do Estado.

E o que se tem feito para debelar esta situação — com a qual de tal forma nos habituamos, que é preciso refletir sôbre ela, atentamente, para vêr quanto é grave e quanto é urgente remediá-la?

Bem pouco, muito pouco, quase nada, aqui, neste Estado e alhures também.

E dizendo assim, não temos apenas o propósito, de simples constatação. E depois, deixar como está, para vêr como fica. Não. Vamos remediar esta situação dando todo o esfôrço, que os poderes públicos, conscientes de seus deveres, devem dar, para que se estabeleça e se organize, em bases concretas, objetivas, um sistema permanente de defesa da população pecuária do Estado do Rio.

Só êste trabalho, que é realizável, e que o Governador Macedo Soares está disposto a realizar e há de realizar, representa meus senhores, para a economia fluminense, um acréscimo, anual, de cerca de duzentos milhões de cruzeiros.

Não são números de fantasia, nem promessas vãs; são dados concretos, propósitos claros e objetivos, e que hão de contar, como já estão contando, com o apôio da esclarecida classe de criadores como tivemos oportunidade de verificar, num contacto com entidades que representavam cêrca de três mil fazendeiros, das cooperativas do nordeste fluminense e que reunidos em assembléia na histórica cidade de Cantagalo, pela voz autorizada de seus líderes, solicitavam que se estabelecesse a vacinação obrigatória, com o único meio eficaz de combater as epizootias, que estão cada vez mais dizimando os rebanhos fluminenses.

Já se estabeleceu assim, dentro da própria classe de pecuaristas fluminenses, a convicção que o combate isolado, feito aqui e ali, de epizootias, não pode defender os nossos rebanhos, e que se impõe, urgentes medidas de ordem geral, de defesa sistemática, de vacinação em massa, da população pecuária defendendo, nosso patrimônio, talvez hoje o maior

patrimônio de economia fluminense, do setor da agricultura e que está hoje, — esta é a verdade verdadeira, — pràticamente indefêso.

Para tanto — meus senhores — é porém necessário que nos organizemos para êste combate. Não basta o propósito para empreendê-lo, nem o ânimo para enfrentá-lo. E' indispensável, como em todos os empreendimentos desta ordem, organizar um plano de combate; dispôr de recursos que não são apenas de ordem financeira — mas, sobretudo de ordem técnica — material representado pelos soros e vacinas e de executivos — as medidas de profilaxia que dirijam e orientem as aplicações, no estado maior dos departamentos do Estado e no campo da prática, nas fazendas de criação.

Sem isso, sem êles, — sem vós e vossos companheiros já egressos das escolas — êste plano, terá apenas o merecimento dos bons propósitos, e ficará, como tantos outros, — de igual natureza — reduzido a mera construção de imaginação.

Sem poder — dentro de tempo que dispomos — em festividades como esta, não me é possível, dar a estas considerações, maior desenvolvimento.

Mas gostaria de ressaltar o quanto é urgente — a criação de maior número de centros de pesquisas — no campo das investigações patológicas de laboratórios ou de rotina, para a fabricação de sôros e vacinas, e outros produtos, para atendimento à solução do problema.

E como fazê-lo, meus senhores, sem a colaboração dos médicos-veterinários?

Urge, só para o setor da defesa da produção animal, uma obra imensa, comportando um longo plano — que deve ser rigorosamente executado — de multiplicação de centros de investigações científicas, de uma grande rêde de laboratórios e institutos para fornecimento de soros e vacinas e produtos veterinários várias espécies e, depois, a criação de uma grande equipe de técnicos, que cobrindo todo o território, dirija, oriente, o trabalho nas fazendas, nos engenhos, nas estâncias, em todos os lugares onde a exploração da produção animal seja realizada.

Para esta tarefa, que é urgente, meus amigos — seria necessário, milhares de médicos-veterinários — só para atender as zonas de maior densidade de população pecuária do país.

Pensae quantidades, acrescentae números, deixae que a imaginação dê largos à sua fantasia, e ficareis por certo, muito aquém do que realmente se precisa, se necessita, do que é urgente ter, para uma defesa regularmente feita, do imenso patrimônio, que representa, para a economia nacional, quase três milhões de animais de espécies domésticas, de que tiram os brasileiros, — ouvi bem senhores — de cuja dependência está o nosso povo — para a sua alimentação — em carne, em ovos, em leite, em produtos de laticínios, em aves, e a defesa nacional, para o trato de sua cavalaria.

Para esta tarefa urgente — sabeis de que o número de ordem de mil e trezentos médicos-veterinários, os que se registraram de 1923 até hoje — muitos dos quais, já falecidos, e outros, fora de suas atividades profissionais, e ainda outros servindo o exército nacional.

Teremos assim, na atividade — para a defesa da produção animal — escassamente setecentos ou oitocentos profissionais, quando precisávamos de dezoito a vinte mil — ouvi bem, meus senhores, de dezoito a vinte mil, para atender às nossas necessidadse, em niveis idênticos ao que ocorre na Argentina, no Uruguay, na Austrália, nos Estados Unidos, na Dinamarca e nos países, enfim, onde a riqueza pecuária é um problema cuidado à sério, criteriosamente atendido e encaminhado.

E as cifras que vos dei, são apenas para o atendimento às necessidades da defesa animal — não havendo mencionado até agora, a obra que temos de realizar, quanto ao fomento da produção, no campo da indústria pastoril — tarefa também ingente e urgente — para que não continue o degradante espetáculo de um país que possuindo o terceiro rebanho bovino do mundo, com carne racionada, com filhas às portas dos açougues, com câmbio negro para a aquisição de alimentos — efetuado pelos que dispõem de recursos, prejudicam às classes mais pobres, — com leite péssimo, vendido à preços inabordáveis, que coloca o Brasil, mesmo nas regiões mais ricas, e nos centros de maiores capacidades aquisitivas, — como o Rio e S. Paulo, entre os centros de mais baixo consumo do mundo, de um produto que é o mais com-

pleto e o mais indispensável dos instrumentos de nutrição humana.

E também, ouvi bem senhores, para que êste alimento tão útil e indispensável não continue, para as crianças, os doentes e os velhos, do Rio de aneiro, de São Paulo, desta nossa querida cidade de Niterói, para a sua produção, na época de escassês de forragem na dependência direta e imediata de farelo de trigo, que vem da Argentina — colocando o Brasil, que tem campos imensos, de terras as mais adequadas para a criação, que possui, dezenas de variedades de excelentes gramíneas forrageiras nativas e aclimadas onde a alimentação verde nunca falta em todo o ano — na mais estrita dependência, para a produção de leite e de ovos, — *mirabile dictu* — da chuva do céu e do farelo do estrangeiro!

O crescente preço do trigo meus senhores, veio pôr em evidência, como uma evidência que incomoda — para usar a expressão de Pedro Lessa — a exata situação do Brasil, em matéria de suprimento de leite — problema que Churchill no parlamento britânico, na hora mais angustiosa da guerra, quando Londres, era tôdas as noites arrazada, pela aviação nazista — dizia que era problema, de defesa nacional, problema de estado exigindo para sua solução, a atenção acurada de seus mais adextrados homens de govêrno de seus mais experimentados administradores.

Nós não podemos resolvê-lo sem à colaboração dos médicos veterinários, de que precisamos, cada dia, em maior número, mais capazes, mais dedicados, mais eficientes.

E por pensar assim, e por entender assim, é que o governador Macedo Soares, está dando à esta escola, a sua mais decidida atenção, e se nas despesas orçamentárias, não figuram com os recursos que lhe foram destinados, na proposta oficial, êles não vos faltarão, no ano próximo.

Podeis estar certos disso, com a certeza dos que prometem para cumprir! E também, nesta mesma ordem de ação, o Govêrno do Estado recebeu como sabeis, com a maior satisfação, a ela dará o seu apoio — a cooperação, que os alunos desta escola, nas suas férias escolares, irão dar aos trabalhos de defesa e de fomento da produção animal, segundo um plano elaborado pela Secretaria de Agricultura, irão percorrendo as fazendas fluminenses, participando de nossos trabalhos, no campo da defesa e do fomento, ensinando — e também aprendendo — em intimo contacto, com a realidade de nossos problemas, nos seus setores mais variados, em climas, em economia, em método de trabalho.

Estou certo que os futuros médicos-veterinários — bem como a economia agricola fluminense, irão obter o maior êxito, dêste mútuo contacto e estreita coordenação.

Meus senhores, ouvistes palavras claras e sinceras — de quem pensa, que uma colaboração útil, importa, antes de mais nada, dizer o que sente, e o que sabe — com sinceridade.

Estas palavras, não foram nem de desalento nem de desconfiança, no Brasil, mas ao contrário e expressão do pensamento — de que podemos e devemos confiar no Brasil.

Mas, para tanto, urge dar aos nossos problemas, soluções adequadas, e para tanto, encará-los como são — na sua dura e crua realidade — e não vê-los através de um ufanismo, em que a ralidade seja destorcida pela imaginação ou pior do que isso, por um conformismo, que é por onde sempre começam a degradação das culturas e a ruina das civilizações.

Nem ufanismo, nem conformismo pois Vejamos objetivamente os nosso problemas; ponhamo-los em aquação; encontremos as soluções adequadas, dentro dos meios e recursos reais de que dispomos.

E, como vistes — um grande e importante setor da economia nacional — a ação dos que hoje, deixam esta escola — é de uma importância capital. A êles eu lembro, que onde se estiver, onde fôr necessário, não há maior honra que servir ao Brasil.

E' em nossa Pátria, que eu vos concito, que penseis, quando tantos perigos, tantas fôrças, tantas ameaças, criam para êles — horas difíceis — que hão de ser vencidas para que se prossiga a obra de criação, neste hemisfério, de uma portentosa civilização, com uma cultura bem nossa, dentro das tradições e dos mais alentados meios da técnica.

E' por êste Brasil, grande próspero e feliz, que devemos trabalhar, agir e pensar.

Meus senhores, de pé pelo Brasil!

Notas Sobre o Cereal Adlay

PROF. PAULO PARREIRAS HORTA

Conhecendo os trabalhos do agrônomo Ubirajara Barreto sôbre o cereal "Adlay", obtido após introdução de sementes oriundas da Bolivia, assim como publicações sôbre o mesmo cereal feitas pelos agrónomos Henrique Lobbe, Pimentel Gomes e intensa propaganda favorável realizada pela revista "Chácaras e Quintais", do Sr. Amadeu Barbielini, resolvi fazer ensaios com o "Adlay" em minha propriedade agricola.



FIG. 1

Tais ensaios se impunham em vista da extrema dificuldade de obter sub-produtos de trigo para alimentação de vacas leiteiras. Graças a sementes obtidas com o engenheiro agrônomo Dario Gonçalves realisei uma plantação de "Adlay" preconisada por Ubirajara Pereira Barreto, da variedade arredondada, clara. Esta variedade, dotada de grande crescimento vegetativo que atinge a 3 metros de altura, é a que vai aqui designada com o nome de Trigo de Adlay e é a commumente encontrada.

A plantação foi feita em terrenos de várzea, frescos, mesmo úmidos, semeiando-se 2 a 3 sementes, com a distância de 1 metro, após 12 horas de imersão em água.

O resultado foi uma magnífica vegetação, conforme se pode ver na foto 1, que aqui apresentamos.

Acompanhamos com interêsse a evolução da cultura do Adlay, tomando nossas observações e tendo em vista que se tratava de plantação realizada em terras não adubadas, nas vizinhanças da vila de Ipiabas, na Rêde Mineira de Viação, a 750 metros de altitude, em local situado no Municipio de Barra do Piraí.

Os resultados obtidos nos satisfizeram plenamente e resolvemos pedir o auxílio dos ilustres técnicos do Instituto de Química Agricola, a fim de acompanharmos,

com análises rigorosas e autênticas, a marcha dos trabalhos.

Tivemos o privilégio de obter todo o auxílio e bôa vontade do Dr. Taygoara Fleury de Amorim, Diretor do Instituto e de seu ilustre chefe da Seção de Alimentação Dr. José Almeida da Silva.

Após a cultura do Adlay claro, comum, redondo, tive conhecimento, por intermédio do ilustre professor Dr. Arthur Torres Filho, digno Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, dos trabalhos do distinto engenheiro agrônomo Antonio Carlos Pestana sôbre o Adaly e sobretudo sôbre uma variedade escura, alongada, estriada, que Pestana denominou "Adlay Anão". Essa variedade teve êsse nome em virtude de só atingir a 60 ou 70 centímetros a altura de sua parte vegetativa.

Deu-nos o professor Arthur Torres Filho, 20 sementes escuras recebidas do Dr. Antonio Carlos Pestana. Tendo entregue 4 dessas sementes ao eminente amigo professor Silvio Brauner, ficamos com 16 e, plantadas estas, verificámos só terem germinado 12, porquanto foram encontradas 4 sementes intactas no terreno.

Esta variedade anão proporcionou-nos uma surprêsa — sua muito maior precocidade em relação à variedade comum e o rendimento de sementes obtido, que realmente nos impressionou.

Semeiadas as sementes em 13-11-46, estavam úmidas em 20-11-46 e em 8 de janeiro de 1947 formavam 4 bonitas touceiras, onde a 15 do mesmo mês já aparecia a formação das primeiras sementes.

Em 13-4-46 foi cortada uma das touceiras e pesada a parte verde (785 gramas) foram separadas as sementes, que pesaram 400 gramas. 200 gramas destas sementes foram entregues aos drs. Taygoara e Almeida, do Instituto de Química, assim como a parte vegetativa, para análise.



FIG. II

Logo em seguida fiz cortar as outras três touceiras e verifiquei ter obtido um rendimento total de sementes das 4 touceiras correspondente a 1.700 gramas.

Pesadas 10 gramas de sementes, verifiquei corresponder êsse pêso a 85 sementes escuras, donde, portanto, o total de 14.450 sementes, correspondentes às 1.700 gramas obtidas.

A fotografia n.º 2, aqui apresentada, mostra as 4 touceiras de 0m,60 de altura.

já com as sementes maduras, pouco antes do corte.

Efetuado o corte, próximo ao solo, verificamos a rapidez com que surge a nova vegetação e a grande riqueza em perfilhamentos, havendo contudo 32 perfilhos em uma das touceiras.

Graças à dedicação dos drs. Taygoara e José Almeida da Silva, do Instituto de Quimica, foram feitas várias análises, das sementes das 2 variedades plantadas, a comum e a anã, com casca e sem casca.



FIG. III

Essas análises correspondem às anteriores, realizadas pelo Instituto de Quimica e publicados pelo agrônomo Ubirajara Pereira Barreto.

Mas, foram também feitas análises da parte vegetativa do Adlay, quer da variedade grande, comum, quer da variedade anã.

Êste material colhido e pesado no local, pelo próprio dr. Almeida, apresentou resultados que, creio, servirão de muito aos que quizerem aproveitar o Adlay como forragem verde.

Tendo mostrado ao ilustre professor Arthur Torres Filho estas séries de interessantissimas análisse das sementes e da parte vegetativa do Adlay comum e do Adlay Anão, o prof. Torres Filho referiu-se às mesmas em sessão da Sociedade Nacional de Agricultura e solicitou-nos as comunicássemos aos dignos sócios presentes, entre os quais ilustres técnicos do Ministério da Agricultura.

Foi tal o interêsse por estas análises que todos solicitaram sua publicação na "A LAVOURA", a fim de servirem de contribuição ao estudo de tão precioso cereal.

Era nossa intenção, de acôrdo, aliás, com o que assentáramos com os eminentes técnicos do Instituto de Quimica Agrícola, drs. Taygoára e Almeida, realizar uma investigação mais volumosa e demorada e só então publicar êstes resultados.

No entanto, a solicitação premente do ilustre Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e de seus dignos companheiros de diretoria nos obrigou a entregar estas notas para conhecimento dos leitores da "A LAVOURA".

Vamos continuar êstes estudos e já começamos a plantar as sementes obtidas da variedade anã, de Pestana, e vamos incentivar a plantação da variedade comum.

Temos visto que os animais aceitam com a melhor boa disposição quer as sementes, picadas ou moidas, de Adlay, com casca ou sem casca, assim como se deliciam com sua parte vegetativa.

Faz parte de nosso programa de 1948 aproveitar a variedade anã como produtora de sementes e a variedade comum para ser usada, sobretudo, como forragem verde, dadas as ótimas qualidades evidenciadas pela análise química da parte vegetativa, antes da formação dos grãos, realizada pelo Instituto de Química Agrícola.

São as seguintes as análises:

N.º 24.320 — Sementes de Adlay comum, claro, arredondado, com casca.

N.º 24.268 — Parte vegetativa do Adlay comum, antes do aparecimento de sementes.

N.º 24.260 — Parte vegetativa do Adlay comum, já com sementes maduras.

N.º 24.331 — Adlay anão, escuro, alvejado, sementes sem casca.

N.º 24.317 — Adlay anão, sementes com casca.

N.º 24.318 — Adlay anão, parte vegetativa, retirada pouco antes da colheita com os grãos em plena maturação.

CÓPIAS DOS BOLETINS DE ANÁLISE

(Armas da República)

Ministério da Agricultura

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas

INSTITUTO DE QUÍMICA AGRÍCOLA

Boletim de análise n.º 24.331

Data da recepção da amostra: 17-4-47.

Data da remessa do boletim: 17-5-47.

Remetente da amostra: Dr. Paulo Parreiras Horta.

Especificações dadas pelo remetente: Trigo de Adlay anão (sementes sem casca).

Objeto de análise — Análise completa da semente sem casca.

O Diretor dêste Instituto certifica que a amostra a que se refere êste boletim foi analisada com os seguintes resultados:

Umidade	14,02
Extrato etéreo	7,14
Proteina real	.13,78
Extrato nitrogenado	0,22
Extrato não nitrogenado	62,39
Celulose	0,59
Resíduo mineral	1,86
	100,00
Fósforo em P^2O^5	0,59%
Cálcio em CaO	0,00%
Proporção das cascas	39,00%

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1947.

(assinado) T. Amorim.

Diretor.

(Armas da República)

Ministério da Agricultura

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas

INSTITUTO DE QUÍMICA AGRÍCOLA

Boletim de análise n.º 24.320.

Data da recepção da amostra: 19-4-47.

Data da remessa do boletim: 17-5-47.

Remetente da amostra: Dr. Paulo Parreiras Horta.

Especificações dadas pelo remetente: Trigo de Adlay (sementes com casca).

Objeto de análise — Análise completa.

O Diretor dêste Instituto certifica que a amostra a que se refere êste boletim foi analisada com os seguintes resultados:

Umidade	.12,18
Extrato etéreo	.12,18
Proteina real	10,83
Extrato nitrogenado	0,55
Extrato *não* nitrogenado	57,13
Celulose	7,46
Resíduo mineral	6,28
	100,00
Fósforo em P^2O^5	0,73%
Cálcio em CaO	,0,10%

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1947.

(Assinado) T. Amorim.

Diretor.

(Armas da República)

Ministério da Agricultura

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas

INSTITUTO DE QUÍMICA AGRÍCOLA

Boletim de análise n.º 24.318.
Data da recepção da amostra.
Data da remessa do boletim.
Remetente da amostra.
Especificações dadas pelo remetente — Trigo de Adlay anão (parte vegetativa). (Pouco antes da colheita, grãos em plena maturação — foto II).
Objeto de análise — Análise completa.
O Diretor dêste Instituto certifica que a amostra a que se refere êste boletim foi analisada com os seguintes resultados:

	Na subst. verde		Na subst. sêca
Umidade	70,00		
Extrato etéreo	0,65	......	2,16
Proteína real	1,52	......	5,07
Extrativo nitrogenado . .	0,22	......	0,73
Extrativo não nitrogenado	14,48	......	48,28
Celulose . . .	8,94	......	29,81
Resíduo mineral	4,19	......	13,95
	100,00		100,00
Fósforo em P^2O^5	0,05	......	0,18%
Cálcio em CaO	0,08	......	0,25%

Rio de Janeiro, 17 de maio de 19n7.

(Assinado) T. Amorim.
Diretor.

(Armas da República)

Ministério da Agricultura

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas

INSTITUTO DE QUÍMICA AGRÍCOLA

Boletim de análise n.º 24.317.
Data da recepção da amostra: 17-4-47.
Data da remessa do boletim: 17-5-47.
Remetente da amostra: Dr. Paulo Parreiras Horta.
Especificações dadas pelo remetente — Trigo de Adlay anão (semente c/casca).
Objeto de análise — Análise completa.
O Diretor dêste Instituto certifica que a amostra a que se refere êste boletim foi analisada com os seguintes resultados:

Umidade	14,02
Extrato etéreo	5,36
Proteína real	9,30
Extrativo nitrogenado	0,87
Extrativo não nitrogenado . . .	52,18
Celulose	10,76
Resíduo mineral	7,73
	100,00
Fósforo em P^2O^5	0,59%
Cálcio em CaO	0,00%

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1947.

(Assinado) T. Amorim.
Diretor.

(Armas da República)

Ministério da Agricultura

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas

INSTITUTO DE QUÍMICA AGRÍCOLA

Boletim de análise n.º 24.268.
Data da recepção da amostra: 3-3-47.
Data da remessa do boletim: 19-4-47.
Remetente da amostra: Dr. Paulo Parreiras Horta.
Especificações dadas pelo remetente — Trigo de Adlay (parte vegetativa) (Em vagem, antes da semente, retirada pelo Dr. Almeida). (Foto I).
Objetos de análise — Análise completa.
O Diretor dêste Instituto certifica que a amostra a que se refere êste boletim foi analisada com os seguintes resultados:

	Na subst. verde		Na subst. sêca
Umidade	87,00		
Extrato etéreo	0,28	......	2,18
Proteína real	0,46	......	4,04
Extrativos nitrogenados .	0,06	......	0,49
Extrativos não nitrogenados	6,53	......	49,74
Celulose	4,54	......	34,84
Resíduo mineral	1,13	......	8,71
	100,00	......	100,00

Fósforo em P^2O^5	0,02%	. . . .	0,15%
Cálcio em CaO	0,02%	. . . .	0,15%
Cálcio em CaO	0,02%	. . . .	0,15%
Açúcares redutores em glicose	1,08%	. . . .	11,35%

Rio de Janeiro, 19 de abril de 1947.

(Assinado) T. Amorim.
Diretor.
Taygoara Fleury de Amorim

(Armas da República)

Ministério da Agricultura

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas

INSTITUTO DE QUÍMICA AGRÍCOLA

Boletim de análise n.º 24.260.
Data da recepção da amostra.
Data da remessa do boletim.
Remetente da amostra.
Especificações dadas pelo remetente — Parte vegetativa do Trigo de Adlay (Já tinha grãos) — Foto 3.
Objetos de análise — Análise completa.
O Diretor dêste Instituto certifica que a amostra a que se refere êste boletim foi analisada com os seguintes resultados:

	Na subst. verde		Na subst. sêca
Umidade	87,00		
Extrato etéreo	0,30	. . . . . .	2,31
Proteína real .	0,94	. . . . . .	7,21
Extrativos nitrogenados .	0,20	. . . . . .	1,55
Extrativos não nitrogenados	6,03	. . . . . .	46,42
Celulose	4,07	. . . . . .	31,26
Resíduo mineral	1,46	. . . . . .	11,25
	100,00	. . . . . .	100,00

Fósforo em P^2O^5	0,03%	. . . .	0,27%
Cálcio em CaO	0,04%	. . . .	0,30%

Rio de Janeiro, 19 de abril de 1947.

(Assinado) T. Amorim.
Diretor.
Taygoara Fleury de Amorim

A LAVOURA

(ÓRGAM DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897



Eng.º Agrônomo Arthur Torres Filho
Presidente da Sociedade



Eng.º Agrônomo Antonio de Arruda Camara
Diretor



Eng.º Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira
Consultor-Técnico



Luiz Marques Poliano
Redator-Secretário e Gerente



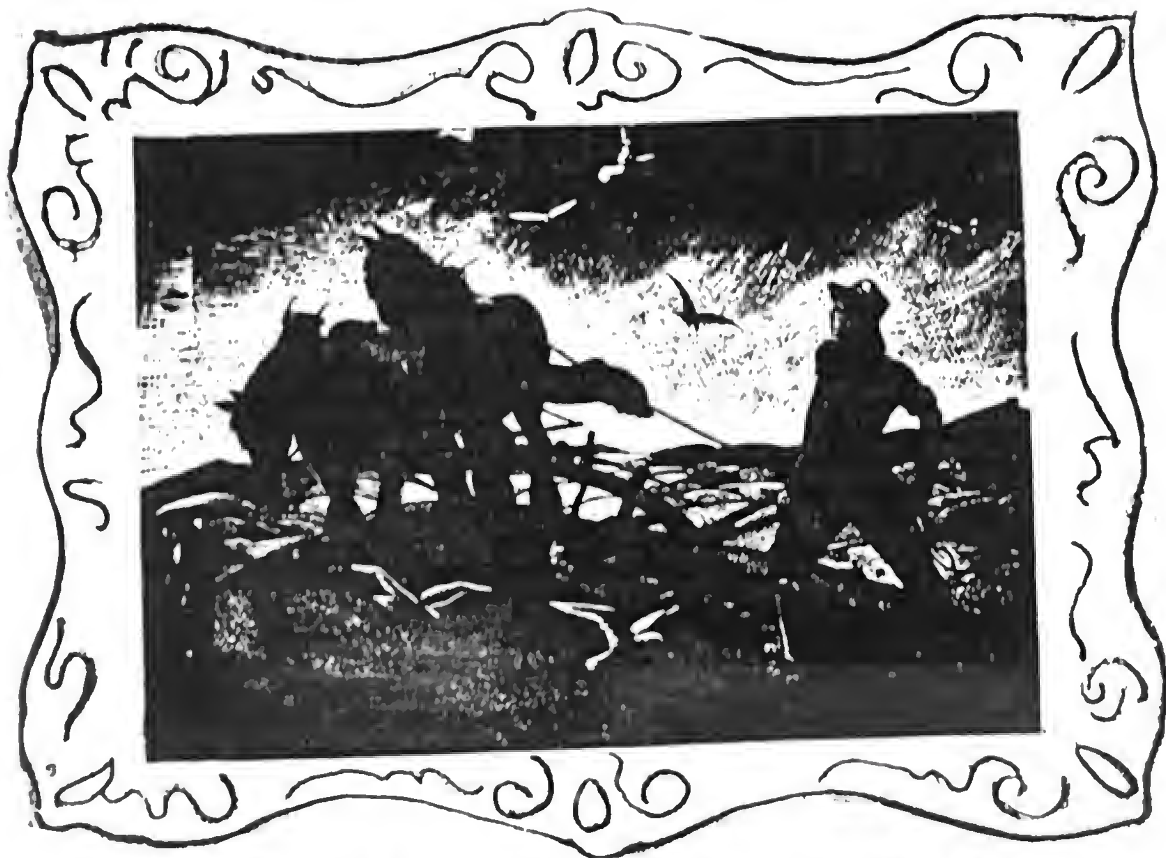
Redação e Administração:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT 115, 6.º

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245 — Rio de Janeiro





TERRA BRASILEIRA

NUNCA foi tão lembrado a frase de Nilo Peçanha — A terra é o nosso melhor banqueiro como agora, quando a situação dos principais produtos dela nos recorda, a cada passo, o triste estado a que estamos reduzindo o solo brasileiro.

Durante séculos não fizemos mais que devastar a terra. Derrubamos as matas, abrimos caminho à erosão, extinguimos as camadas de "humus" com os mesmos processos da agricultura nômade indígena, e descobrimos, de súbito, que a terra não era tão dadivosa quanto fez acreditar Pero Vaz Caminha ao venturoso D. Manuel.

Na realidade o que a terra nega ao brasileiro hoje é culpa do brasileiro de ontem. E se não nos desincumbirmos da tarefa de redenção do velho solo gasto por tantas gerações dissolutas, e de proteção do que resta das ambicionadas manchas férteis, legaremos aos nossos filhos e netos um solo improdutivo do qual só resultará uma nação fraca e pobre.

Temos que mergulhar na terra as raízes do progresso nacional. A estrutura industrial da nova civilização nacional não se manterá vigorosa se lhe faltar a base sólida de uma economia agrícola robusta. Uma economia agrícola desta natureza está a exigir do homem um conhecimento profundo do solo, porque ela é, tanto quanto a indústria, uma etapa superior de civilização.

Acredito que o novo interêsse pela terra, demonstrado não sòmente pela preocupação dos economistas mas pela atividade dos administradores e estudo dos técnicos, resultará extraordinàriamente benéfico para a economia nacional. E' auspicioso constatarmos como vincam as testas dos responsáveis ao serem lidas as estatísticas que mostram a diminuição da produção por hectare em muitas culturas básicas. De um modo geral, o povo vai tomando conhecimento do drama que encerram os números frios destas estatísticas.

A iniciativa da revista "O Observador", sempre vigilante na defesa da terra, publicando os mais recentes estudos sôbre a ciência do solo, através a conferência de técnicos pela mesma promovidas, as necessidades nacionais de fertilizantes e a diminuição do consumo "per capita" em virtude da diminuição relativa da produção de certos gêneros alimentícios, deve produzir os seus melhores efeitos com a leitura pensada por parte de todos, de assuntos tão importantes para o país.

Valentim F. Bouças

HILARIO LUIZ LEITÃO

"A Lavoura" cumpre o doloroso dever de registrar o falecimento, ocorrido no ano passado, do dr. Hilário Luiz Leitão, diretor técnico da Sociedade Nacional de Agricultura.

Entusiasta das coisas da agricultura, Hilario Leitão sempre demonstrou particular interêsse pelo trabalho da Sociedade, a que se afeiçoou de forma especial. Sobretudo nas últimas diretorias, de que participou em seguidos mandatos, foi um colaborador dos mais eficiente e solícitos. Entregou-se de corpo



e alma às tarefas que, nos últimos tempos, mais preocuparam a Sociedade, quais a da construção da nova sede e a da organização, associativa, Membro de numerosas comissões, a diretoria contava sempre com o concurso de Hilario Leitão, pronto, caloroso e decidido. Colaborou também nas colunas desta Revista, sendo de notar-se um trabalho da sua lavra que bem reflete os seus pendores e as suas preocupações pelas coisas da Agricultura: a sugestão para a fundação de uma Academia Brasileira de Agricultura. A sua proposição não se concretizou ainda, mas, como as outras profissões, a ciência dos trabalhos da terra terá um dia quem, aceitando a idéia patriótica, lhe dará o órgão científico imaginado por Hilario Leitão.

A sua Seção no *Correio da Manhã* era das publicações agrícolas que mais se destacavavam na imprensa especializada do país.

A agricultura, a Sociedade e os muitos amigos que o seu trato cativante e simples soube grangear, pranteiam o seu desaparecimento, quando muito ainda era lícito esperar da inteligência, da generosidade e do patriotismo acendrado de Hilário Leitão.

A Diretoria da Sociedade participou de todas as homenagens que, por ocasião do seu passamento, lhe foram tributadas, inclusive lançando na ata dos trabalhos da Sessão imediata um voto de profundo pezar, ao qual se associa esta revista com o pequeno registo que ora insere.

Damos a seguir alguns dados biográficos do saudoso brasileiro.

Nasceu a 28 de setembro de 1881, no Distrito Federal, filho do Sr. Luiz Leitão (propagandista da República) e de D. Emilia d'Avila Leitão.

Estudos: Primários no Colégio Americano, no Rio de Janeiro; secundários no Ginásio Nacional (Pedro II), no Rio de Janeiro; superiores no Curso de Agrimensura e Arquitetura Civil, tendo-se diplomado em 1900; é ainda Contador Provisionado.

Profissão: Funcionário Público aposentado e Jornalista.

Cargos anteriores: Ingressou, por concurso, no Ministério da Fazenda, 1905; Funcionário da Alfândega de Santos, 1905-09; do Tesouro Nacional, 1909-11; nomeado, por concurso, funcionário no Ministério da Agricultura, em 1911, e percorrendo, neste, tôda a carreira até chegar ao posto de Diretor de Seção da Secretaria do Estado, em 1930; designado, no mesmo Ministério, para servir no Gabinete do titular da pasta, acompanhando, nesse caráter, a discussão do orçamento no Congresso Nacional; Organizador, em 1930, da Diretoria de Contabilidade da nova Secretaria de Educação e Saúde, então criada; Diretor Geral dêsse Departamento, 1931; Membro do Conselho Administrativo do Fundo de Educação e Saúde, 1932; aposentado em 1937.

Foi redator da Seção Agrícola do "Correio da Manhã", desde 1927, seção esta premiada com medalha de ouro em 1929, na 1.ª Exposição de Horticultura como o mais completo órgão de divulgação de assuntos agro-pecuários; Diretor do "Almanaque" que o Correio da Manhã vem editando desde 1939.

Comissões: Inúmeras, quer no Ministério da Agricultura quer no Ministério da Educação e Saúde, tais como a de Presidente e Examinador de Bancas Examinadoras para provimento de cargos na Secretaria de Estado e Inspetoria de Águas e Esgotos; membro da Comissão de Reforma do Código de Contabilidade; da Comissão de Revisão das Taxas de Ensino Superior e Secundário; da Comissão que recebeu e julgou as propostas para adução de águas do Ribeirão das Lages para o abastecimento de águas do Distrito Federal, etc.

Congressos: Congresso Brasileiro de Contabilidade, Rio de Janeiro.

Agremiações profissionais, científicas e culturais: E' diretor técnico da Sociedade Nacional de Agricultura; sócio da Associação Brasileira de Imprensa; membro do "Torrey Botanical Club"; sócio benfeitor da Policlínica Geral do Rio de Janeiro; sócio benemérito da Sociedade Fluminense de Agricultura e Indústrias Rurais, etc.

Casado com Dona Alba Trinas Leitão.

Sôbre a Cultura da Soja

J. GONÇALVES CARNEIRO.

Há muito tempo que não se fala, entre nós, da soja, dessa planta asiática maravilhosa e que segundo alguns, até faz milagres.

Vamos, pois nos ocupar dêsse antiquissimo vegetal que certamente, quando bem conhecido em nosso meio, poderá constituir uma formidável fonte de riqueza, como acontece na China, no Japão e, principalmente, na Mandchúria.

A soja é uma vegetal utilissimo, catalogado na familia das leguminosas, o qual vem sendo cultivado na Ásia, principalmente na China, há mais de quatro mil anos. No Japão, foi a soja utilizada para completar as rações de arroz, substituindo com vantagem a carne, o leite e os ovos, em virtude da sua alta porcenem substâncias azotadas e gordurosas. Nos paises asiáticos, esta utilissima planta não foi considerada sòmente sob o ponto de vista da alimentação, pois, também pode ser usada até como medicinal e, por isso, entrar no regime dietético dos artriticos, dos diabéticos, dos dispépticos e dos nervos.

Há mais de quarenta anos, a Mandchúria tornou-se o centro da cultura da soja, com uma produção formidável e possuindo perto de novecentos fábricas para extração do apreciado óleo e de outros produtos dessa utilissima planta.

A primeira exportação de soja Mandchúria para os paises ocidentais foi em 1908, e a partir daquela época, a sua aplicação tem aumentado dia a dia, sendo hoje em dia, produto de grande exportação e conhecido como um dos de maior renda em todo o mundo.

Nos paises ueropeus já se tentou a cultura da soja mas, até hoje, esta leguminosa não se desenvolveu como na Mandchúria, por falta de terras apropriadas e, também, pela ausência, no solo, de uma bactéria, possìvelmente especificada, talvez de uma raça especial, que auxiliasse o seu desenvolvimento.

Na América do Sul, é possìvelmente o nosso país, onde se possa cultivar soja com maiores vanatgens.

Há anos, os imigrantes japoneses a introduziram no Estado, já sendo conhecida por numerosos agricultores paulistas. Pelas experiências realizadas há mais de vinte anos por esses mesmos lavradores japoneses, se verificou que a soja produz bem e, em melhores condições, sob clima de sol do que na Mandchúria, onde a sua cultura só é possivel uma vez por ano, ao passo que, aqui, se pode cultivá-la duas vêzes, e ainda se colhe mais 30% do que lá, sendo, também, superior a porcentagem de óleo.

Existem para mais de 900 variedades de soja e, parece-nos, não haver outra leguminosa que contenha, como a soja, tão alta porcentagem de óleo (15-23%), e proteina (25-45%). Ora, assim sendo, a aplicação da soja certamente, cada vez mais, se desenvolverá nos inúmeros ramos de indústria.

Contam-se mais de 100 de suas aplicações, dos seus grãos, da torta e do óleo. Da soja pode se obter os seguintes produtos: — leite de soja, queijo, farinha (pão, biscoitos, macarrão) "Shoyu", molho, massa de soja, ("Miço"). O óleo e seus sub-produtos têm aplicações diversas como sucedâneos do óleo culinário, banha, manteiga, sendo também usado na iluminação, na fabricação de esmaltes, da glicerina, do celuloide, nos sucedâneos da borracha, como lubrificantes, na fabricação de lecitinas, de tintas para velas, de vernizes e de muitas outras utilidades.

Com a caseina se prepara "sojalito" ou pedra de soja que é um material plástico semelhante à lactite, à banquelite com o qual se fabricam várias peças tais como isolantes para eletricidade, canetas, podendo ser utilizado ainda no fabrico de condimentos, de doces, de chocolate, de fermentos, na adubação, como forragem, aproveitando-se os grãos, a torta e a rama da soja, esta última quando ainda verde.

Como adubo, utiliza-se muito a torta, por ser melhor do que adubos quimicos e bem rica em azoto orgânico.

O que é também notável na soja, é que ela como as demais leguminosas, enriquece o solo, pela fixação do azoto atmosférico, constituindo êste ponto um

importantíssimo fator para a sua adoção, principalmente na "caféicultura" de São Paulo, como cultura associada. Até hoje parece que não se póde encontrar uma planta em estado de feno e ensilagem, como a soja, que servisse para ser intercalada no cafezal, sem prejudicar o café e que além disso, ainda beneficiasse o solo.

O preparo da terra para a cultura da soja é facílimo e se faz da mesma fórma que para a cultura do feijão comum, nas épocas chamadas das águas e da sêca.

A soja dá-se bem nos mesmos climas em que o milho e o feijão são cultivados tem ainda, a grande vantagem da sua evolução normal ser insensivel, quando outras plantas se ressentem da falta de água.

Planta-se como o milho e o feijão, em linhas distanciadas 40 cms. a 60 cms. uma das outras, fazendo-se pequenas covas de 18-30 cms. de distância, nas quais se deitam 3-5 sementes, gastando-se, assim de 50 a 70 quilos por alqueire.

Pode-se intercalar bem a cultura da soja com outras plantas, como o milho, café, algodão, trigo, etc., sempre com excelentes resultados. Nos cafezais e nos laranjais, a soja pode ser plantada entre as linhas da plantação, beneficiando a mesma, conforme experiência do nosso conhecimento.

A época de plantação da soja, é geralmente a seguinte: — "soja das águas", desde agôsto a dezembro, a "soja da seca", de janeiro a março. No cafezal planta-se convenientemente de setembro a dezembro, depois de acabar a colheita e a esparramação. Depois de se plantar a semente na cova, é conveniente comprimi-la com o pé ou com um rolo de pau.

O tratamento dispensado a soja é igual a qualquer dos nossos feijões, pois é bastante fazer umas carpas, isto é, a priméira quando está crescendo (um palmo de altura, com 4-5 folhas), chegando-se ao mesmo tempo, bastante terra ao pé e a segunda carpa, pouco antes da floração. Para grandes culturas de soja, o cultivador "Planet" ou outro do mesmo tipo, presta ótimos serviços, e permite a um homem e um animal, limpar uma grande área.

A soja é pouco perseguida pelos insetos, mas, há uma grave doença fungosa que a ataca. A formiga "sauva" é conhecida como grande inimiga da soja.

A cultura da soja intercalada no cafezal pode ser feita uma vez por ano, depois de acabada a colheita do café e pode ser semeada de outubro a dezembro.

Um cafezal novo, até 4 anos, pode-se plantar de 3 a 4 linhas e gastar de 20 a 30 litros de sementes por 1.000 pés, produzindo 40 a 60 sacos de 60 kgs. conforme o solo e o tratamento dispensado.

Em cafezal mais velho de 5 a 10 anos, convém plantar 2-3 linhas, gastando de 15 a 20 litros de sementes, como produção média de 30 a 50 sacos por 1.000 pés de café.

Em cafezal velho, planta-se 2 linhas, produzindo de 10 a 12 sacos por 1.000 pés. Uma linha dará de 6 a 7 sacos, gastando de 10 a 15 litros de semente.

O ciclo vegetativo da soja é de breve duração, não indo, entre nós, além de 4 meses, conforme a variedade e época da plantação. Quando bem desenvolvida, a soja, atinge de 60 a 80 cms. de altura ,podendo-se começar a colheita quando a folha se tornar amarela e cair ao chão, o que indica o amadurecimento do grão. Na colheita, pode-se arrancar os pés, do mesmo modo como se procede com o feijão, sendo, entretanto, mais aconselhado cortar o pé com facão, retirando-o para o terreiro, onde se bate com uma barra ou se passa pela máquina debulhadora.

A produção por área oscila, segundo a variedade, a natureza, o preparo do solo e cuidados culturais.

A soja possue cêrca de 900 variedades como já dissemos, porque, parece que só podemos contar com umas 20, como tipo de exportação e, ao mesmo tempo com elevada porcentagem de gordura. As melhores variedades de soja foram obtidas pela seleção e cruzamento no Instituto de Soja, de Kosbure, na Mandchúria.

As terras de São Paulo produzem bem a soja, em qualquer zona, como já dissemos, não sendo difícil, ao que parece, igualar a sua produção à da Mandchúria. Devemos plantar variedades superiores, escolhidas, de tipos exportáveis, a fim de oferecer-mos um produto "standard" logo que a situação internacional permita.

A cultura da soja, intercalada no cafezal cançado, certamente dará lucro di-

retamente aos colonos e indiretamente ao fazendeiro pelo "cafezal limpo", aumentando ainda, a fertilização do solo, pela fixação do azoto atmosférico e incorporação de maior massa de húmus.

Os fazendeiros poderiam vender a soja produzida na fazenda e comprarem ou trocarem por "torta de soja" para adubação de seus cafezais, sendo êsse o melhor modo econômico e prático de rejuvenescer os cafezais velhos.

A soja é a planta mais aproveitável para inúmeros ramos da indústria, sendo um artigo grandemente aceitável em todos os mercados em situação normal e devido ao seu aproveitamento sempre crescente em todos os ramos da indústria, não corre o perigo de uma super-produção.

Para o Estado de São Paulo, há ainda a grande vantagem de estar quase na metade da distância em que está a Manchúria dos mercados americano se brevemente dos europeus, reduzindo, assim, o frete marítimo, barateando, portanto, o produto.

As linhas acima foram compiladas para atender a um leitor desta Capital interessado na cultura desta preciosa leguminosa.

(Do Boletim da Superintendência dos Serviços de Café, S. Paulo, 1946).

As Estações Experimentais e o Futuro da Lavoura de Cacau

Na sessão de diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, realizada a 2 de outubro, o Dr. Pedro Fontes, seu diretor técnico, antigo Presidente do Instituto do Cacáu da Bahia, grande lavrador desse produto nesse e no Estado do E. Santo, pronunciou a seguinte palestra:

"Senhor Presidente, ilustres consócios:

Li a conferência que o Dr. Pedro Cerqueira Lima pronunciou nesta Sociedade sôbre os vários problemas da lavoura cacaueira e apreciei o acerto das suas conclusões.

O Presidente desta casa, que é um espírito objetivo, — atendendo ao apêlo do conferencista, já se entendeu com o Exm.º Ministro da Viação sôbre as obras do pôrto de Ilhéus, velha e justa aspiração dos cacauicultores do sul bahiano.

Colhe assim a lavoura os primeiros frutos dessa brilhante conferência.

Outros problemas, porém, estão a reclamar a nossa atenção e de alguns aqui me ocuparei na esperança de, focalizando-os, obter a intervenção prestigiosa da Sociedade Nacional de Agricultura.

Refiro-me, Senhor Presidente, ao estudo dos *processos de cultura do cacaueiro; preparo do produto e defesa contra as pragas*, cujos encargos-grandemente pesados, acima das suas possibilidades, estão exclusivamente sôbre os ombros frágeis do Instituto do Cacáu da Bahia, autarquia de âmbito estadual, que não dispõe de recursos materiais para executar um amplo programa de experimentação e pesquisas.

Na parte referente à cultura são múltiplos os assuntos a investigar, tais como:

a) Estudo sôbre o clima do cacaueiro e determinação consequente da área apropriada a essa cultura em cada Estado;

b) Como se comportam no nosso meio as diferentes qualidades e qual a melhor a ser propagada — se o cacáu chamado *creoulo de Venezuela*, com amêndoas brancas, sem amargo, de valor comercial mais elevado, apropriado ao preparo do chocolate fino e que foi introduzido no nosso País pelo ilustre padre Torrand ou a qualidade *forasteira*, mais rústica, com amêndoas violetas, sabor amargo, que é pràticamente a única que temos cultivado até agora;

c) Dentro da própria qualidade *forasteira* estudar a melhor variedade entre o "Comum", "Pendão Verde", "Pará", Pará-Maracujá", "Maranhão-Miudo", "Maranhão-Graúdo", etc., que são plantadas a esmo, conjuntamente, facilitando maior hibridação, além de outros inconvenientes. Assim, na mesma roça encontram-se variedades que têm frutos com amêndoas maiores e menores;

frutos de casca grossa e portanto mais resistentes, podendo a colheita ser mais demorada e frutos de casca fina, que apodrecem mais depressa; variedades mais ricas em polpa e que por isso fermentam melhor e mais depressa e outras menos ricas, com fermentação mais demorada; variedades cujos frutos resistem mais às pragas, enquanto outros são mais sujeitos às mesmas.

Daí resulta a impossibilidade de uma boa padronização do produto, encontrando-se na mesma partida, por essa e outras causas, amêndoas grandes e pequenas; amêndoas bem fermentadas e amêndoas violetas, consequente a má fermentação; amêndoas estragadas; constituindo graves defeitos de classificação.

d) Melhor processo de propagação vegetativa do cacaueiro e se por sementes (como é feito até hoje) ou por enxertia e qual o processo mais prático de realizá-la;

e) Fisiologia da flor do cacaueiro; determinação dos agentes polinizadores e fecundação artificial;

f) Estudos de genética para obtenção de indivíduos, com qualidades mais aperfeiçoadas, como se obteve para o algodão e se procura obter para o café;

g) Sombreamento do cacaueiro — gráu ótimo; árvores mais apropriadas, produtoras ou fertilizantes;

h) Compasso de plantação, que atualmente varia de 22 até 12 palmos, prejudicando o desenvolvimento da árvore e a sua produção;

i) Desbrota e poda — seu melhor processo e época em que deve ser realizada;

j) Restauração do cacaueiro — meios de obtê-la;

k) Vantagens da adubação e como deve ser realizada;

l) Outros e variados itens a esclarecer e que deixo de citar para não alongar esta palestra.

Na parte referente ao preparo do cacáu devemos focalizar, entre outros, os seguintes itens:

a) Estudo do gráu ótimo de fermentação e meios de obtê-la uniforme;

b) Secagem artificial do cacáu, sem os inconvenientes até agora apresentados;

c) Sub-produtos do cacáu e o seu aproveitamento com a industrialização;

d) Padronização do cacáu para melhor cotação nos mercados compradores.

As pragas do cacaueiro constituem o capítulo mais importante, pela grave ameaça que representam para nossa economia, se considerarmos que o cacáu figura na nossa balança comercial, como o 3.º ou 4.º produto da exportação e concorre com quase 2/3 do orçamento da Bahia.

São várias as pragas do cacaueiro. Algumas mais benignas, como a *ferrugem* (dificultando, entretanto, na colheita a escolha do fruto sazonado); a *podridão parda* (que prejudica às vêzes até 1/3 da safra); o *queimá*, que definha o cacaueiro.

Outras mais graves e fatais, como a *vassoura de bruxa* que está destruindo os cacáuais da América Central e que já invadiu ao que consta, os da Amazônia e essa *outra praga*, tão perigosa quanto a *vassoura de bruxa*, que está assolando os cacáuais da Costa do Ouro e para a qual não há até hoje combate eficiente, procurando os técnicos isolar os focos, destruindo pelo fogo os cacaueiros doentes e os da circunvizinhança.

No combate às pragas, hoje tão enriquecida com os novos inseticidas, há a considerar o uso imoderado dos mesmos, tendo em vista os insetos, agentes polinizadores da flor do cacaueiro e portanto fatores de uma boa safra.

Por êsse despretencioso relato, feito à voil d'ouseau, por um leigo no assunto, ver-se-á a importância dos estudos experimentais no futuro da lavoura cacaueira.

O Instituto de Cacáu da Bahia, mantendo a estação de Água Preta, tem prestado relevantes serviços ao País e particularmente à Bahia, estudando e esclarecendo vários itens aqui citados.

Louvores merecem os seus técnicos, à cuja frente está o Dr. Sostenes Miranda, seu Diretor.

Mas a verdade é que os seus estudos não podem deixar de ser deficientes, não só pelo seu caráter regional, como também porque a Estação não dispõe dos

recursos materiais, que a importância e complexidade do assunto estão a exigir.

O Diretor Técnico do Instituto, no seu relatório de maio de 1943, dizia-me: "O acêrvo de realizações referentes ao cacaueiro, empreendidas pela Seção Técnico-Agrícola do Instituto de Cacáu da Bahia, no que tange à experimentação, é importante e precioso sôbre todos os aspectos, mas não muito volumoso, *estando realmente aquém das necessidades da lavoura e da importância do cacáu na economia do Estado*".

Antes da revolução de 30 o Govêrno Federal mantinha duas estações experimentais para cacáu — a de *Goytacazes*, no Espírito Santo, e a de *Água Preta*, na Bahia.

Pouco tempo depois de vitoriosa a revolução, o Govêrno Federal alegando falta de verba no orçamento, passou o custeio dessas duas estações para os respectivos Estados.

A de Goytacazes teve os seus laboratórios, ainda novos em folha, desmontados e o material remetido para outras repartições federais.

Mantida daí em diante exclusivamente pelo Estado, tem ficado a cargo de um agrônomo, sem estudos especializados. Não dispondo de técnicos auxiliares, nem de laboratórios e tendo uma verba restrita, nenhum serviço prestou no setor experimental, à lavoura cacaueira do Rio Doce, que, incipiente, muito precisava da sua orientação.

A estação de Água Preta, como disse, entregue a título precário ao Estado da Bahia e por êste transferida ao Instituto do Cacáu, que vem mantendo-a, com sacrifício, sem nenhum auxilio ou subvenção do Govêrno Federal ou do Estado, prejudicando assim outros serviços que lhe competiam.

Além das despezas pròpriamente com o custeio da Estação, tem o Instituto realizado outras para melhor desempenho dêsse encargo, tais como construções de edifícios na Estação de Água Preta; viagens de técnicos à América do Norte para especialização em estudos de biologia e visitas nos cacauais da América Central, etc.

Convencido da impossibilidade do Instituto de Cacáu poder, desamparado como estava, corresponder às necessidades da lavoura nesse setor experimental, esforcei-me, quando Presidente do Instituto, para o Govêrno Federal retomar o custeio da Estação de Água Preta.

No meu relatório de 43, apresentado ao Govêrno do Estado, dizia eu:

"*Estação Experimental de Água Preta* — O Instituto tem se esforçado, conforme o ofício abaixo transcrito, para o Govêrno Federal retomar a Estação Experimental de Água Preta, que é de sua propriedade, tendo sido entregue ao Estado, logo depois da revolução de 1930, a título precário, e por êste, nas mesmas condições, ao Instituto do Cacáu.

Com essa Estação o Instituto já gastou cêrca de Cr$ 4.000.000.000,00, sem qualquer auxílio do Govêrno Federal e do Govêrno do Estado.

Esta situação não poderá continuar:

1.º) — porque o Instituto não dispõe de recursos para dar-lhe o desenvolvimento que ela precisa, se realmente quizer ser mais útil à lavoura de cacáu. Basta dizer que não tem químico, nem biologista, para se concluir que é precário o seu funcionamento.

2.º) — a manutenção dessa Estação, mesmo em tais condições, tem prejudicado a "assistência técnica", que o Instituto devia, com essa verba, prestar, in loco, aos fazendeiros, dividindo a zona cacaueira em circunscrições; tendo em cada circunscrição um agrônomo para visitar as fazendas e ministrar aos lavradores ensinamentos sôbre escolha do terreno e plantio do cacáu; trato cultural, colheita, processo de fermentação e secagem; organização de escrita; levantameno do cadastro das fazendas; avaliação da média de produção em cada zona, etc.

3.º) — Mesmo que o Instituto tivesse recursos para organizar a Estação, em bases mais amplas, compreendendo como tal organização

das divisões de química, biologia e agronomia, cada qual entregue a um técnico, com laboratório ou aparelhagem apropriada e uma escola prática de ensino agronômico, especializado no trato da lavoura de cacáu os filhos dos lavradores, encontraria dificuldade para fazê-lo, uma vez que a Estação lhe está entregue, por um simples ofício da Interventoria, a título precário, podendo ser retomada a qualquer momento pelo Estado ou pela União.

Urge, portanto, uma providência, pois a lavoura de cacáu, que é a mais importante da Bahia, precisa de estudos mais completos.

Assim pensando dirigi um ofício ao Senhor Ministro da Agricultura, por intermédio da Interventoria, e, quando estive no Rio, tratei pessoalmente do assunto, sem obter qualquer solução.

Ao regressar, dei conta ao Senhor Interventor dessas minhas providências, no meu ofício de 22 de janeiro de 1942, nos seguintes termos:

"Encaminhei, por intermédio de V. Excia. um ofício ao Senhor Ministro da Agricultura, sôbre a Estação Experimental de Água Preta, alvitrando:

a) — que o Govêrno Federal retomasse essa Estação, que foi por êle entregue ao Estado a título precário e pelo Estado ao Instituto de Cacáu, nas mesmas condições.

O Instituto organizaria, também um serviço de cooperação com a Estação Experimental, na base das despezas que hoje faz e que são de 400 mil cruzeiros anuais, aproveitando os agrônomos que estão a seu serviço, ficando a seu cargo a parte de fomento da produção.

A zona cacaueira do Estado seria dividida em 10 circunscrições, ficando a cargo de um agrônomo cada uma dessas circunscrições.

b — que o Govêrno Federal, em vez de retomar a Estação Experimental, auxiliasse o Instituto, dando-lhe uma subvenção de 25.000$000 por mes ou sejam 300 contos por ano, para o Instituto poder dar maior desenvolvimento à Estação Experimental.

c) — que, não querendo o Govêrno Federal aceitar nenhuma dessas sugestões, auxiliasse o desenvolvimento da Estação Experimental, cedendo ao Instituto, técnicos que venceriam pelos cofres federais, tais como, químicos, biologistas, etc.

O Estado poderia cooperar como achasse mais acertado".

Infelizmente o Sr. Ministro Apolonio Sales não pôde tomar decisão a respeito e a Estação de Água Preta continua exclusivamente a cargo do Instituto de Cacáu da Bahia, cujas condições financeiras não lhe permitem dar aos estudos experimentais o desenvolvimento que a importância da cultura está a exigir

Somos, portanto, forçados a reconhecer que a lavoura cacaueira merece um programa mais amplo, com uma rêde de Estações experimentais dotadas de laboratórios e dirigidas por técnicos especializados, que felizmente já os possuimos, formados em Água Preta.

Faço um apêlo ao Presidente desta Sociedade para conseguir que as estações experimentais de *Goytacazes* e *Agua Preta* retornem ao Govêrno Federal, a quem pertencem, e que outras estações sejam criadas, notadamente na região amazônica, cujos terrenos férteis e profundos e cujo clima propicio abrem amplas perspectivas, passando tôdas a fazerem parte da cadeia de estações experimentais do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, como orgãos do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

Se, porém, a União quizer retomar essas Estações, que faça entrega definitiva das mesmas aos respectivos Estados para serem dirigidas pelas suas Escolas de Agronomia. Serão subvencionadas pelo Govêrno Federal e o Instituto de Cacáu dará a sua cooperação no campo, junto aos lavradores.

Dessa ou daquela forma, o que é certo é que precisamos organizar, antes que seja tarde, um serviço eficiente de aperfeiçoamento e defesa de uma cultura de grande valor econômico, que está ameaçada de ser invadida por pragas fatais.

A Conservação do Solo

EUMENES MARCONDES DE MELLO
Eng. agrôn. e químico agrícola

O problema da conservação do solo que foi desleixado, ou melhor, ignorado durante séculos, ocupa no momento atual a atenção dos técnicos e dos legisladores dos maiores países do mundo que estão agora reconhecendo sua importância e atacando-o de frente, com todos os recursos disponíveis. Trata-se de salvar milhões de hectares de terras ameaçadas de completa esterilidade e destruição pelo terrível flagelo da erosão, já responsável por muitos desertos em várias partes do mundo.

Os planos de conservação do solo estão na ordem do dia nos Estados Unidos, na Austrália, na África do Sul, no Canadá e já foram encarados também no Brasil. Compreende-se aliás essa importância pois a boa produtividade de um solo depende além de outras coisas, do modo pelo qual é êle tratado durante todo o tempo em que é explorado. Quer isso dizer que os máus métodos culturais acumulados durante longo tempo podem causar o decréscimo progressivo da produção agrícola até um ponto que podemos considerar como o limite de suas possibilidades. Chega então o momento (que aliás não deveria ser esperado pelo agricultor) em que uma pronta ação é necessária, cessando imediatamente todos os processos empregados no cultivo de uma planta considerada. Se a monocultura tiver sido empregada durante um período longo, agravada pela quase nenhuma ou mesmo nula aplicação de adubos ou corretivos de qualquer natureza, é quase certo que o solo em questão caminha para uma situação insustentável quando atinge a conhecida condição popularmente denominada "canceira" do solo. Nesse caso com tôda a certesa já possue, segundo alguns autores, uma certa dose de substâncias tóxicas além de uma possível condição de desequilíbrio no tocante as quantidades de nutrimentos disponíveis existentes no solo, em consequência do fato de não serem iguais as exigências das plantas relativamente aos nutrimentos de que necessitam para o seu perfeito desenvolvimento. A mudança de planta cultivada, periòdicamente, é medida sempre aconselhável, a fim de modificar essa situação favorecendo também de modo notável a renovação das quantidades de matéria orgânica necessária ao solo e o combate às hervas daninhas. Muitos agricultores no Brasil adotam ainda, infelizmente, a prática do nomadismo, consequência inevitável da monocultura permanente, às vêzes acompanhada de máus tratos inflingidos ao solo pela ausência quase completa de adubação ou correção, mudando-se para a frente em busca de outro solo mais fertil. O que acontece no decorrer dos anos é que aumentam-se extraordinàriamente as áreas do solos cançados ou exgotados, cuja recuperação será trabalhosa e dispendiosa quando essa prática é levada ao máximo. O que os técnicos gralmente aconselham, embora muitas vêzes sòmente sejam ouvidos quando a situação se agrava, é que tais práticas devem ser evitadas pois a mudança de planta cultivada, feita periòdicamente ou em sua falta, a adoção de culturas intercalares adequadas, é de grande utilidade pois por êsse meio podem ser diminuidos extraordinàriamente tais inconvenientes, devido ao enriquecimento do solo em matéria orgânica sem o que a vitalidade do solo não poderá ser mantida pelo seu produtor máximo, que é o humus. Embora pareça exagêro para alguns, é necessário reconhecer que o solo precisa de verdadeiros cuidados por possuir algumas caracteristicas de um ser vivo. Durante muitos séculos os agricultores procuraram ver por processos ás vêzes bastante empíricos quais os meios mais seguros para explorar o solo, dêle tirando, juntamente com as colheitas, um lucro compensador. De um modo geral, o que se viu durante várias gerações, foi a prática de uma constante política de aproveitamento máximo do solo a êle não restituindo nada ou quase nada, quase sempre por ignorância porém muitas vêzes deliberadamente, pois o emprêgo do estrume de curral já se conhecia antes de Cristo. Êsse fato era naturalmente agravado pela existência de muitos pre-

conceitos, alguns de fundo religioso, ainda mantidos nos tempos que correm, na India por exemplo, e que impediram e continuam a impedir algumas práticas de real utilidade do ponto de vista agrícola. O preconceito de ordem religiosa é naturalmente muito mais difícil de ser afastado não sendo naturalmente pequenos o trabalho de educação e verdadeira catequese que devem ser desenvolvidos para modificar essa mentalidade. talidade. Nos Estados Unidos os administradores e técnicos já compreenderam a importância e necessidade da conservação do solo, tendo criado o Serviço de Conservação do Solo, órgão êsse que trata da elaboração de métodos combinados de reflorestamento, de irrigação e de cultura, ao lado de outros de derivação de pequenos trechos dos cursos dos rios, barragens, etc., a fim de reduzir ao mínimo os males causados pela erosão, permitindo mesmo, em muitos casos, a reconstituição dos locais devastados. Os estudos feitos para conseguir o contrôle dessa situação continuam tanto nos próprios locais como nos laboratórios especialisados, para que possam ser adotadas com eficiência máxima tôdas as técnicas aconselhadas após as pesquisas feitas. Uma das realisações mais espectaculares do Serviço de Conservação do Solo dos Estados Unidos é a T.V.A. (Tennessee Valley Authority) que já construiu cêrca de 26 grandes barragens em 10 anos para a regularização do curso de alguns rios, podendo além disso fornecer energia elétrica (cêrca de 1 milhão e 500 mil kilowatts). As estatísticas americanas no tocante a proteção contra a erosão possuem números verdadeiramente astronômicos bastando saber que terão de atacar o problema levando em conta que, como consequência dessa calamidade que é a erosão, ficaram já reduzidos à esterilidade cêrca de 113 milhões de hectares e sèriamente ameaçados cêrca de 300 milhões. A literatura publicada, destinada não só ao registro dos trabalhos feitos, como também com a educação do público em geral e dos agricultores em particular, é enorme. Trabalhos imponentes têem sido realizados, após a mobilização de "équipes" diversas de agrônomos, engenheiros, geólogos e cientistas diversos. As despezas com os trabalhos, segundo estatísticas recentes, atingem à astronômica soma de 3 bilhões e 484 milhões de dólares (62 milhões e 712 mil contos). Cêrca de 200 mil fazendas abrangendo uma área de 22 milhões de hectares receberam assistência técnica do Departamento de Agricultura para essa realização. Se a grande nação americana leva tão a sério êsse problema de conservar o solo que é o verdadeiro esteio da vida sôbre a Terra, parece também ser a ocasião de estudar quais sejam as necessidades do Brasil nesse particular. O problema da manutenção de quantidades suficientes de humus no solo quer nos parecer, deve ser o primeiro a ser cuidado, sem nos esquecermos de outros também muito importantes e provenientes do empobrecimento em cal.

TRATADO COM O CHILE

A Sociedade Nacional de Agricultura, atendendo à solicitação da Câmara dos Deputados emitiu o seu Parecer na parte do Tratado com a Nação Chilena relativa à fixação do azôto atmosférico e do salitre do Chile.

Êsse parecer foi subscrito pelos Srs. Arthur Torres Filho, Prof. Antônio Barreto, Ênio Luiz Leitão e Kurt Repsold.

PARECER

A comissão designada por esta Sociedade a fim de dar parecer a respeito do convênio comercial com o Chile, na parte relativa à proibição da instalação, no país, pelo espaço de três anos, de fábricas para a fixação do azôto atmosférico, é pela rejeição dessa imposição, quando não fôsse pela notória inconveniência de uma tal estipulação, por coerência com os pontos de vista desta Sociedade, de há muito expendidos.

Em 1926, tratou esta Sociedade da matéria, aprovando as conclusões de uma conferência de seu consócio Dr. Lourenço Granato, em que estudava e preconizava a implantação, no Brasil, da indústria da fixação do azôto atmosférico, "como base de sua riqueza agrícola em tempo de paz e como garantia da defesa nacional, em tempo de guerra."

Em 1943, o representante da classe agrícola no Conselho Federal de Comércio Exterior, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, tendo no seu justo conceito a importância de uma tal indústria no país, visando justamente aqueles fins, apresentou uma indicação, que foi relatada pelo Conselheiro Alves de Sousa, cujo parecer, adotado pela Câmara de Produção, recomendou ao plenário a seguinte resolução:

"O Conselho Federal de Comércio Exterior, tendo tomado conhecimento dos estudos realizados pela Comissão Especial designada para estudar a implantação em nosso país das indústrias de fixação do azôto atmosférico e da produção de ácido sulfúrico, recomenda ao Govêrno as seguintes providências:

1 — Declarar o Govêrno que concederá os seguintes favores especiais para o estabelecimento das referidas indústrias em nosso país:

a — isenção de direitos e taxas de importação para o material e a maquinária destinados à construção das fábricas que não possam ser adquiridos no país;

b — isenção dos impostos que possam recair sôbre a instalação da fábrica, as matérias primas nelas utilizadas e os produtos nelas fabricados, pelo prazo de dez anos a contar da aprovação dos projetos daquela;

c — garantia de tarifas mínimas, pelo mesmo período, para o transporte das matérias primas e dos produtos referidos;

d — garantia de facilidade de crédito para a instalação das indústrias mencionadas.

2 — Fixar, como condições para a concessão dos favores acima discriminados, além das condições de idoneidade dos pretendentes dos mesmos favores, as seguintes:

I — Para a indústria de fixação do azôto atmosférico:

a — Produção mínima diária de 30 (trinta) toneladas de amoníaco e produção das quantidades de ácido nítrico e produtos azotados principalmente os destinados á agricultura dentro de mínimos que forem fixados pelo Govêrno, de acôrdo com a produção de amoníaco da fábrica;

b — demonstração de que poderão fabricar os seus produtos por preços capazes de suportarem a concorrência dos produtos similares importados, aos seus preços normais;

c — uso do processo da síntese do amoníaco, dando-se preferência, para obtenção de hi-

drogênio necessário ao método eletrolítico e, para obtenção do nitrogênio, ao método da liquefação do ar e sua posterior distilação fracionada ou ao de queima do hidrogênio em presença do ar.

II — Para a indústria do ácido sulfúrico:

a — Produção de enxôfre e ácido sulfúrico, em quantidades a serem fixadas dentro de uma previsão razoável de aumento do nosso consumo desses produtos;

b — utilização, para essa produção, das piritas de carvão nacional;

c — demonstração de que poderão fabricar êsses produtos por preços compatíveis com os preços normais de produtos importados que lhes sejam semelhantes.

3 — Designar uma Comissão de técnicos, presidida por um membro do Conselho Federal de Comércio Exterior não só para o estudo das propostas que fossem apresentadas para a instalação das indústrias mencionadas, mas ainda para continuar e detalhar os estudos referentes às mesmas indústrias.

4 — Designar dois membros dessa Comissão para realizarem nos Estados Unidos, um estudo detalhado dessas indústrias."

Logo que a Sociedade teve conhecimento dos termos do Convênio Comercial com o Chile, manifestou em sua sessão de 16 de junho dêste ano o seu ponto de vista em princípio desfavorável à impossibilitação da indústria do azto atmosférico no país, por prejudicar, consideràvelmente, o futuro agrícola do Brasil, sem falar nas consequências que também daí adviriam para a nossa defesa militar.

Por êsse convênio, ficaria o Brasil, pelo espaço de três anos, obrigado a não estabelecer "usina ou usinas de fabricação de fertilizantes nitrogenosos sintéticos, inclusive amoníaco e ácido nítrico sintético". Além disso, ainda se comprometia o nosso govêrno a "não dar facilidades nem conceder privilégios ou proteção aduaneira a qualquer pessoa de natureza pública ou privada para o estabelecimento de fábricas com o objetivo de que trata o projeto acima".

Ora, a aprovação de uma tal estipulação é o contrário exato de tudo o que tem sido considerado como conveniente ao país, no seio de suas asseoinções técnicas e, até, em orgãos oficiais de orientação econômica.

Além de caro, o salitre do Chile não é a matéria prima ideal para a obtenção dos sub-produtos de que carece a nossa lavoura. Devemos, nesse e em outros casos, seguir a orientação mais econômica, isto é, utilizar o quanto possível os nossos próprios meios para a obtenção de uma produção volumosa e barata. Dispomos, além de outros elementos de menor importância para a fabricação do azôto, de grande reserva de energia elétrica. Esta, a água e o ar são as matérias primas de que necessita uma grande indústria de azôto. Para que, pois, ficarmos jungidos a uma importação estrangeira, de difícil acesso e por isso mesmo muito mais problemática nas ocasiões anormais, quando, em nosso próprio território, dispomos de meios mais que suficientes para a obtermos sem dificuldade?

E' por isso que a Sociedade Nacional de Agricultura é pela rejeição dessa parte do Convênio, e insiste na adoção de planos que, sem tardança, possibilitem a indústria da fixação do azôto atmosférico no Brasil.

O esgotamento de nossas terras exige uma providência de imediata restauração e não seria com a simples importação de salitre do Chile que resolveríamos o grave problema do empobrecimento das nossas terras de cultura.

E' passada a fase do desbravamento e do esgotamento das nossas terras. Estamos, agora, no período do *aproveitamento*, para facilitar a distribuição, que a dificuldade de transporte vem agravando, pelo contínuo avanço às terras novas. Devemos, pela fertilização, aproximar as zonas de produção dos centros de consumo, e isto sòmente será conseguido pela adubação inteligente, farta e barata das terras cansadas.

Do ponto de vista agrícola, a Sociedade Nacional de Agricultura considera prejudicial aos interêsse do Brasil qual-

quer retardamento na indústria nacional do azôto sintético, mormente agora que a instalação de grandes usinas elétricas como a de Paulo Afonso e outras, dariam a energia barata necessária a uma indústria econômica de azôto sintético.

As iniciativas, de resto, já em adiantado desenvolvimento no país, no que respeita a essa indispensável indústria, aconselham cuidado na solução a ser dada ao assunto.

Em conclusão, a Sociedade Nacional de Agricultura, julgando interpretar os interêsses das classes rurais, e muito longe de pensar no enfraquecimento da nossa tradicional amizade com a Nação Chilena, é levada, neste caso, a reconhecer que êste assunto tem sua intima ligação com a nossa vida econômica e até mesmo no que toca aos nossos graves problemas atuais de alimentação, pelo que não podemos prescindir dessa indústria *nacional*, como um imperativo ao nosso progresso e bem estar.

Ass. — Dr. Arthur Torres Filho
Prof. Antonio Barreto
Dr. Enio Luiz Leitão
Dr. Kurt Repsold
Dr. Eumenes Marcondes de Melo

O ALGODÃO
NA ECONOMIA NORTE-RIOGRANDENSE

O deputado José Augusto, na sessão da Câmara dos Deputados de 10 de novembro, pronunciou um discurso tratando do algodão sob vários aspectos, especialmente no que toca ao Estado do Rio Grande do Norte. Os conceitos e as opiniõse emitidos pelo ilustre parlamentar, cujo nome, há longos anos, ilustre os quadros da administração da Sociedade, se revestem de grande oportunidade, dado o papel fundamental que o algodão representa não sòmente na vida dos paises produtores, como o Brasil, mas em geral na de tôda a civilização. Além disso, a autoridade do orador justificam a transcrição que "A Lavoura" ora faz do notável estudo do deputado José Augusto, divulgando-o entre os seus leitores.

Discurso do deputado José Augusto proferido na sessão do dia 10 de novembro de 1947.

O Sr. José Augusto — Sr. Presidente, há poucos dias, creio que a 28 de outubro findo, pronunciei nesta Casa longo discurso, em que procurei examinar a situação de um produto brasileiro, o sal, em face da economia nacional e, mais particularmente, em face da economia do Estado que tenho a honra de representar — o Rio Grande do Norte, que é, pela qualidade e pela quantidade, o lider, no Brasil, dêsse ramo da nossa produção.

Hoje, vou ocupar-me de outro assunto econômico. Desta vez, será o algodão o objeto do meu estudo. Da mesma maneira que estudei o sal, em face das suas possibilidades no Rio Grande do Norte, venho estudar o algodão, diante da economia universal e diante da economia brasileira, mas, muito especialmente diante da economia norte-rio-grandense. Se, na terra potiguar, não lideramos a politica brasileira, quanto à quantidade, em matéria de algodão, somos incontestàvelmente seus lideres, quanto à qualidade. E' que condições particulares, talvez de ordem cósmica, fazem com que o algodão de fibra longa, preferido pela indústria de tecidos finos no mundo inteiro, tenha, num trecho norte-riograndense, o seu *habitat* natural.

Não é preciso acentuar que, estudando o problema do sal como o do algodão, eu não me coloco apenas do ponto de vista regional, mas também do ponto de vista nacional, de vez que êsses dois produtos concorrem, qualitativa e quantitativamente, um, e qualitativamente o outro, de maneira ponderável para o fortalecimento na nossa pátria.

O algodão na economia universal

E' irrecusável, Sr. Presidente, a importância do algodão na economia uni-

versal. À proporção que a humanidade se civiliza, ela se vai vestindo cada vez mais, o que quer dizer que vai consumindo crescentemente o algodão, de modo que a preciosa fibra é tanto mais influente no consêrto da economia universal quanto mais avança a civilização, e os dados estatisticos mundiais revelam o progressivo desenvolvimento da produção e do consumo algodoeiro por tôda a parte civilizada do mundo.

Tenho estatísticas, em face das quais se revela essa marcha ascencional da lavoura algodoeira por tôda a parte do mundo; não só da lavoura como também do comércio e do consumo.

Há, aqui, por exemplo, Sr. Presidente, a referente aos anos de 1911 a 1929, na qual se encontram dados completos em relação ao consumo, não só na Inglaterra, como nos Estados Unidos em tôda a Europa, na Ásia e demais regiões do globo, e são as seguintes:

CONSUMO MUNDIAL DE ALGODÃO

Em milhões de fardos

Anos	Inglaterra	Europa	E. Unidos	Ásia	Outros	Total
1911 — 13	4.274	7.995	5.244	4.350	1.079	22.942
1922 — 23	2.770	5.158	6.616	6.437	1.062	22.043
1923 — 24	2.718	5.329	5.605	5.973	771	20.396
1924 — 25	3.235	6.363	6.142	6.509	1.060	23.309
1925 — 25	3.022	7.210	6.400	6.635	1.419	24.686
1926 — 27	3.010	7.552	7.132	7.372	1.073	26.139
1927 — 28	2.904	8.056	6.711	6.591	1.219	25.541
1928 — 29	2,800	8.112	7.033	6.720	1.217	25.882

Agora, Sr. Presidente, dados mais recentes à exportação algodoeira dos vários países do mundo. Em 1935, período anterior à guerra, 13.393.000 fardos; em 1939, 12.417.000 fardos. Em 1939, período de guerra, quando a exportação mundial foi de 12.417.000, esta exportação, como era natural decresceu de 6.755.000 fardos a 4.947.000. Passada a guerra, retornamos à marcha ascendente. Em 46, a exportação mundial foi de 9.147.000 fardos; em 46, de 9.446.000.

Eis o quadro exato:

Anos (Iniciado em 1.º de agôsto)	Pardos de 500litras
1925	13.393.000
2936	14.019.000
1937	12.259.000
1938	11.853.000
1939	12.417.000
Período de guerra:	
1940	6.755.000
1941	5.524.000
1942	4.247.000
1943	3.901.000
1944	4.847.000
Período de após guerra:	
1945	9.147.000
1946	9.466.000

Quanto a países isoladamente, e considerados apenas os dois últimos anos, a exportação é a seguinte:

Principais países exportadores	1945-46 fardos de 500 lbs.	1946-47 fardos de 500 lbs
Estados Unidos	9.147.000	9.466.000
Brasil	1.462.000	1.619.000
Egito	862.000	1.467.000
Índia	850.000	833.000
Perú	425.000	358.000
México	263.000	189.000
Argentina	125.000	57.000
Rússia	400.000	350.000
Outros	1.158.000	953.000
Total	9.147.000	9 466.000

Verifica-se que os Estados Unidos continuam com o primado, com a liderança da política algodoeira do mundo, sendo o primeiro na exportação da fibra preciosa. Em 1945-46, 3.602.000 fardos; em 1946-47, 3.640.000 fardos, conquistando o Brasil, que ocupava até então o quinto ou o sexto lugar, o segundo com 1.462.000 fardos, em 1945 e 1946; e, 1.519.000 fardos em 46-47.

O que é claro, Sr. Presidente, é que as condições advindas da guerra, com a influência, talvez, embora menor, de alguns fatores atmosféricos, determinaram por algum tempo um certo declínio na produção algodoeira mundial, que se refletiu em todos os países.-

O Sr. José Arnaud — Posso acrescentar, como subsídio ao discurso de V. Ex.ª, que nos Estados Unidos a produção algodoeira caiu de 3 ou 4 milhões de fardos. Na safra de 1947 e 1948 os Estados Unidos esperam um aumento de 6 milhões de fardos. Apenas no Brasil há êsse decréscimo assusatdor, haja vista o caso de São Paulo, cuja estimativa para o ano de 1948 baixou de 160 milhões para 130 milhões. No nordeste, como V. Ex.ª sabe, êsse decréscimo é quase 50% como constatamos na Paraíba.

O Sr. José Augusto — O aparte do nobre colega antecipa o que ia dizer firmado em informações da "Fôlha da Manhã" de São Paulo, edição de ontem, na qual se acentua que a produção melhora no corrente ano, acrescentando-se que o Departamento de Agricultura norte-americano calcula que a safra mundial, relativa ao período 47-18 deverá atingir a 26.100.000 fardos, o que representa um aumento de 21% sôbre o ano de 1946 quando se colheram ...... 21.508.0000 fardos significando um acréscimo de 33% em confronto com a do ano precedente; a mexicana parece que não sofrerá sensível alteração, e se elevará a 461.000 fardos.

Na China a área cultivada com algodão está sendo ampliada desde o fim da guerra, isto é, a partir de meados de 1945, esperando-se uma colheita de .... 2.150.000 fardos, em comparação com 925.000 em 1946 e 1.820.000 no ano da vitória sôbre o Japão. A da Índia deve ser aproximadamente de 3.300.030 fardos. Na Argentina, pelo que se julga, alcançará 400.000 fardos, mais 99.000 que no ano findo. No Perú acredita-se igualmente no aumento da safra corrente, havendo outrossim notícias alvissareiras quanto à constante progressão da área plantada. No Egito as estimativas assinalam uma colheita de 1.262.000 fardos, 10.000 fardos mais que em 1946. Na União Soviética a meta para 1947 é de 2.935.100 fardos, quando no ano passado foram produzidos sòmente 2.200.000.

Assim, confirmando o aparte do nobre Deputado, a fase do declínio passou e a produção mundial do algodão retoma o seu caminho ascencional atendendo, dêsse modo, às necessidades do desenvolvimento industrial e as das própria civilização.

O algodão na economia norte-americana

Mas, quando se fala de algodão no mundo, cogita-se, antes e acima de tudo, dos Estados Unidos, cuja política algodoeira é, boa parte, o lastro sôbre o qual, asseata a prosperidade econômica daquele país. De tal importância é a política algodoeira na Norte-América que, muitas vêzes, modifica os rumos de tôda a sua política. Também êsse país, conforme acentou o ilustre colega, e as estatísticas o demonstram, teve seu período de esmorecimento e declínio na lavoura algodoeira, mas o que ali se fez se orientou, desde logo, com o objetivo de imprimir eficientes rumos à produção e expansão do algodão, seguindo-se, como se tem feito em tantas oportunidades, a poltica de subsídios e auxílios à lavoura, conduzindo-a a retomar o seu curso normalmente ascendente.

A propósito, lembrarei que um dos líderes norte-americanos, Senador Peace, alarmado com o declínio verificado, indicou, na chefia de uma Comissão especial do Congresso americano, os rumos que cumpria serem seguidos a fim de que a fase do declínio passasse e fôsse reatado o surto progressista. Ficou então essa política, que tão bons resultados está dando, nos sete pontos seguintes: primeiro, a seleção progressiva das sementes; segundo, a defesa das terras contra a erosão; terceiro, a escolha de variedades apropriadas às diversas regiões do país; quarto, o deslocamento da produção das zonas de alto custo para as de baixo custo; quinto, o combate às pragas; sexto, a melhoria da qualida-

de do algodão; sétimo a eliminação de variedades desnecessárias.

Com êsse programa e essas práticas, fácil foi à grande nação, que tem a sua economia algodoeira estruturada em bases sólidas, retomar o curso ascencional.

Mas, Sr. Presidente, há outras nações, também grandemente produtoras de algodão e influindo no comércio universal.

O Sr. José Arnaud — Há pouco, V. Ex.ª declarou que o subsídio era um dos pontos básicos da política americana. Efetivamente, os Estados Unidos chegaram ao ponto de assegurar ao exportador americano $08 por 10 livras pêso, na exportação do algodão, com a finalidade única de poder o exportador americano competir com o brasileiro, dado o pouco valor do nosso algodão muito valorizado, para que o exportador competisse, pagava-se $0,08 por 10 libras, ou 14 cruzeiros por 5 quilos.

O Sr. José Augusto — Era aspecto novo da política seguida, aliás por outras nações. Do ponto de vista americano — vamos dizer a verdade — era e é uma política muito inteligente e prática, embora nociva ao Brasil.

O Sr. José Arnaud — Revela exclusivamente a proteção que êle dispensa ao algodão.

O Sr. José Augusto — Traduz, o interêsse que tinha pelas suas riquezas econômicas.

Ao lado dos Estados Unidos, porém, há outros países que, senão pelo volume, mas por outros aspectos, pesam na política algodoeira universal, entre êles o Egito, a Índia, e mesmo na América Latina, o Perú, o México e a Argentina.

O algodão na economia brasileira

Quanto ao Brasil, sempre tivemos no algodão uma das fontes da nossa vitalidade econômica. Desde os períodos mais remotos da nossa História, a lavoura algodoeira despontou e começou a expandir-se; condições particulares do solo favoreceram-lhe a evolução.

Basta considerar a nossa crescente produção algodoeira nos anos que vão de 1932 a 1944.

Anos	Toneladas
1932	76.116
1933	117.684
1934	281.504
1935	396.306
1936	349.853
1937	409.539
1938	438.928
1939	433.853
1940	465.180
1941	510.395
1942	376.954
1943	496.444
1944	587.193

O algodão na economia paulista

E' de notar que a início o algodão existia apenas no norte do país, fazendo-se a sua exportação pelos portos do Maranhão e Pernambuco, conforme se assinala na História Econômica do Brasil, de autoria do Senhor Roberto Simonsen. Em períodos que remontam a mais de 100 anos, a exportação, brasileira se fazia, por aquela época, fartas e abundantemente. Daí para cá a evolução se fêz mais ràpidamente, sendo que de início, e até há pouco tempo, São Paulo participava de maneira insignificante neste ramo de produção agrícola.

O Sr. Toledo Piza — São Paulo só produzia para seu consumo interno.

O Sr. José Augusto — E isto mesmo de maneira insuficiente.

O Sr. José Arnaud — Hoje, não produz mais para seu consumo.

O Sr. José Augusto — Como o espírito prático que caracteriza seu povo e com o senso de realidade econômica com que seus homens de Estado sempre se orientaram, São Paulo, empregando os melhores processos, soube improvisar ràpidamente a lavoura algodoeira.

Segundo as estatísticas da distribuição geográfica da produção algodoeira, em todo o Brasil, verifica-se que, em 1930, o Norte produzia 91% do algodão do Brasil e São Paulo e todo o Sul produziam apenas 9%, cabendo ao grande Estado apenas 3%.

O Sr. Herbert Levy — No govêrno do emiente Dr. Armando Sales Oliveira, achando-se o distinto colega Sr. Toledo Piza à testa da Secretaria de Agricultu-

ra, compreendeu êste a necessidade de organizar tècnicamente, desde a base, a produção agrícola. E assim tendo feito, deu-lhe características de solidez que permitiram êsse surto. Infelizmente, nos últimos tempos, não se pode dizer a mesma coisa, pois a organização técnica fraquejou e, consequência, estamos assistindo a uma restrição na produção.

O Sr. José Augusto — Agradeço o aparte do nobre colega. Conheço a participação do ilustre Deputado Sr. Toledo Piza no desenvolvimento do surto algodoeiro em São Paulo e a benemerência de sua atividade sob êsse aspecto.

O Sr. Toledo Piza — Muito agradecido ao ilustre orador.

O Sr. José Augusto — Em 1930, a produção de São Paulo, no cômputo geral da produção algodoeira no Brasil, era 61,0 atingindo ascencionalmente a 79,0 em 1944.

Daí para cá São Paulo entrou em fase de declínio, passando a 68,0 em 1945 e a 61,0 em 1946.

As próprias áreas cultivadas se restringiram, acompanhando a produção. Cabe, agora, examinar as cousas dêsse fenômeno.

O Sr. Toledo Piza — A primeira causa foi o desmantelamento do serviço técnico e científico do algodão organizado no Govêrno do senhor Armando Sales Oliveira.

O Sr. José Augusto — Aqui tenho o inquérito mandado fazer pela Secretaria da Agricultura de São Paulo, no qual se acentuam que as causas foram as seguintes:

1. Condições climatéricas desfavoráveis.
2. Ocorrência exagerada de pragas e molêstias.
3. Falta de rotação de culturas.
4. Falta de combate à erosão.
5. Empobrecimento do solo e falta da adubação.
6. Espaçamento exagerado.
7. "Shedding".
8. Granizo.
9. Plantação tardia.
10. Falta de braços.

Além dêsses fatores primordiais, foram apontados pelos agrônomos regionais os seguinte, como tendo igualmente concorrido para diminuir a superfície semeada com algodoeiro ou mesmo para reduzir a produção média por alqueire: baixo preço do produto e instabilidade das cotações; falta completa de financiamento ou financiamento limitado; encarecimento e arrendamento das terras; alta do café; aumento do cultivo feito pelo Plano de Emergência; falta de sementes da variedade I. A. 711-028 preferida em certas zonas do Estado; emprêgo inadequado de certas máquinas agrícolas como seja "o bico de pato"; plantação intercalada de milho e outras plantas.

Como se vê, causas várias, além das de ordem pròpriamente administrativa, determinaram êsse declínio. São Paulo, porém, não se deixa vencer fàcilmente, diante de dificuldades dessa espécie. Por isso, já surgem nos jornais, nas revistas, nas sociedades agrícolas os mais amplos debates, procurando encontrar os remédios a fim de debelar os males e poder o Estado retomar sua posição preponderante nesse ramo de produção.

O Sr. Herbert Levy — Infelizmente, ainda, nesta safra reproduziu-se a deficiência que já se vinha observando: a da má germinação das sementes. Acabei de percorrer o interior de São Paulo, onde recolho uma série de reclamações quanto à qualidade das sementes. Daí a responsabilidade direta do Serviço Técnico da Secretaria de Agricultura.

O Sr. José Arnaud — Outra causa que vai influir na diminuição da safra de 47 e 48 reside na circunstância de terem sido distribuídas 4% a menos do que a área plantada o ano passado.

O Sr. José Augusto — Mas, como já disse, São Paulo não se desencoraja fàcilmente, e prepara-se para retomar a sua posição na vida algodoeira do Brasil. Aqui tenho um estudo feito por um dos grandes técnicos, um dos maiores conhecedores do problema no Brasil, — o Sr. Garibaldi Dantas, que indica, como programa recuperador da lavoura de São Paulo, os oito pontos seguintes:

1) — Reestruturação e ampliação dos órgãos técnicos da Secretaria da Agricultura responsáveis pela seleção e multiplicação de sementes, fiscalização de usinas, padronização e classificação,

defesa contra as pragas, combate à erosão e fiscalização de adubos;

2) — Ampliação e facilitação do crédito agrícola aos lavradores de algodão;

3) — Intensificação das práticas de adubação;

4) — Rotação das culturas;

5) — Aproveitamento racional das terras, através de métodos culturais adequados às atuais variedades algodoeiras e às que forem criadas;

6) — Mecanização das lavouras;

7) — Combate à erosão;

8) — Combate às pragas.

Não há, Sr. Presidente por que ter desalentos quanto à São Paulo em matéria de produção algodoeira. Estou certo de que São Paulo, com o seu poder de realização e com as qualidades práticas que caracterizam seus homens de negócios e de Estado, retornará, em breve, ao bom caminho, e passará a concorrer poderosamente para que o Brasil se apresente nos mercados de consumo universal, sem desmerecer a situação que já agora conquistou — a de segundo país fornecedor de algodão nos mercados do mundo.

Claro está, porém, que não vim aqui discutir o algodão de São Paulo, do Brasil, dos Estados Unidos, da India, nem do Egito, mas para examinar o algodão que conheço de perto, pois sou filho da zona de Seridó, aquela que produz, não em quantidade, mas em qualidade o melhor algodão do Brasil.

O algodão na economia norte-riograndense

O Rio Grande do Norte é Estado que vive do algodão, e a quase totalidade da sua população nele vai haurir as suas fontes de vida. O algodão, o ouro branco, pode-se dizer, é a peça principal da armadura econômica do meu Estado. Cultivado secularmente, tem tido fases de fastígio e declínio, mas a constância com que o norte-riograndense se dedica à sua lavoura procurando melhorá-la e aperfeiçoá-la, revela amplamente o interêsse que sempre experimentou pela cultura da preciosa fibra.

Há estatísticas, em face das quais se evidencia o cuidado e o esmero que temos pela nossa cultura algodoeira.

As minhas estatísticas começam em 1907, quando a nossa produção era de 21.716 kgs, e vão, no primeiro período, até 1935, quando atingiu a 23.719.298 kg. Faltam-me os dados relativos aos anos de 1936, que encontro, apenas, em uma entrevista do ex-diretor do Serviço de Algodão, já falecido, e técnico de grande competência, o Sr. Juvêncio Mariz de Lira, em que se vê que, naquêle ano, o total foi de 30.536.000 toneladas.

A seguir, temos a estatística de 1938 a 1946, em que partimos de 20.166.066 toneladas de algodão descaroçado, ou 66 milhões de algodão em caroço, para atingir a 70 milhões em caroço e ...... 29.000.000 descaroçado, em 1946.

E' a constância de um esfôrço, tanto mais de salientar quanto no Rio Grande do Norte, temos um fator negativo: as longas estiagens periódicas, as sêcas. Todos êsses dados revelam entretanto, que a cultura algodoeira nos tem acompanhado em tôda a evolução da nossa história político-econômica como a fôrça principal sôbre a qual assenta a prosperidade do Rio Grande do Norte.

Eis os dados:

ALGODÃO EXPORTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
De 1907 a 1935

Ano	Quilograma	Valor oficial	Direitos
1907	5.024.716	3.735:409$107	298:032$735
1908	3.628.632	2.556:337$769	216:873$049
1909	6.898.841	5.526:165$493	379:908$335
1910	10.866.114	8.502:690$605	690:951$660
1911	14.197.682	10.367:980$112	871:636$264
1912	12.226.807	8.477:872$829	726:192$564
1913	9.711.107	7.747:100$762	718:753$745
1914	5.381.266	3.286:404$665	310:945$026
1915	5.460.624	4.318:663$900	345:507$117
1916	4.350.489	8.220:716$610	761:584$059
1917	8.674.848	20.131:260$897	1.937:212$518
1918	9.137.714	29.897:298$100	2.253:814$990
1919	5.367.093	13.760:907$643	1.295:448$681
1920	5.283.017	12.309:067$950	1.094:588$366
1921	10.568.805	17.026:504$964	1.261:726$180
1922	12.367.811	31.584:672$229	2.060:200$003
1923	9.434.373	49.631:372$591	4.387:305$458
1924	6.890.450	32.143:287$444	3.054:931$444
1925	9.924.815	32.143:827$379	3.202:529$957
1926	11.246.561	23.514:414$026	2.243:592$401
1927	12.654.265	36.422:666$430	3.477:984$741
1928	9.685.671	32.413:803$502	3.126:504$728
1929	16.120.997	44.085:903$304	4.328:775$492
1930	10.729.632	22.090:287$768	2.250:911$297
1931	12.888.037	30.861:863$920	3.193:254$297
1932	7.054.182	25.246:788$000	2.606:285$847
1933	11.535.221	33.186:582$380	3.472:322$096
1934	22.973.964	68.469:835$110	7.067:222$472
1935	23.719.298	90.382:029$750	9.356:194$653

Faltam-me os dados relativos a 1936, e aqui estão os que obtive de 1937 a 1946

Anos	Pêso em quilos	Valor comercial
1937	23.079.165	93.244.734,00
1938	24.527.916	93.351.190,00
1939	20.267.787	76.512.514,00
1940	22.941.107	88.673.009,00
1941	25.646.649	106.379.528,00
1942	14.053.999	86.006.765,00
1943	2.739.543	23.196.844,00
1944	20.253.495	191.827.792,00
1945	17.840.465	135.180.650,00
1946	28.497.814	253.854.229,00

Como essas cifras demonstram, o Rio Grande do Norte tem no algodão o seu principal suporte.

E assim é dever dos seus governos olhar para os problemas que lhe são correlatos com o mais vivo interêsse. Foi por isso que, quando exerci a administração da minha terra, encarei de frente as necessidades fundamentais da preciosa riqueza no cumprimento de cujo programa decretei a criação do Serviço Estadual do Algodão, visando o desenvolvimento da cultura algodoeira, a divulgação dos processos culturais e de beneficiamento, mais racionais e econômicos, a determinação das variedades algo-

doeiras, melhoramentos adaptáveis a cada região, o aperfeiçoamento dos tipos privilegiados e a ampla distribuição de sua semente na região delimitada, o combate às moléstias e insetos nocivos ao algodoeiro, especialmente as lagartas do capulho e da fôlha, a estatística da área cultivada, produção, consumo e exportação do algodão e seus derivados, o registro e fiscalização dos estabelecimentos de beneficiaar algodão e a repressão das fraudes, no comércio do produto, a sua classificação oficial, de acôrdo com os padrões oferecidos pelo Serviço Federal, e bem assim a sua boa colocação nos mercados nacionais e estrangeiros. (1)

Não contente com isso, firmei, como governador, em 30 de dezembro de 1926, no Ministério da Agricultura, então ocupado pelo Sr. Lyra Castro, um acôrdo constante de 11 cláusulas, assim expresso:

"Aos 30 dias do mês de dezembro de mil novecentos e vinte e seis, presentes, na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, o respectivo Ministro de Estado, doutor Geminiano Lira Castro, por parte do Govêrno Federal da República dos Estados Unidos do Brasil e o Deputado Federal Dr. Juvenal Lamartine de Faria, como representante do Govêrno do Estado do Rio Grande do Norte.

Primeira — O Govêrno Federal, tendo em vista o que estabelece o artigo segundo do decreto número dezesseis mil cento e vinte dois, de onze de agôsto de mil novecentos e vinte e três, acorda com o Govêrno do Estado do Rio Grande do Norte a manutenção, sob a direção técnica do Serviço do Algodão, dos serviços relativos à produção, beneficiamento e comércio do algodão do Estado, que será feito de conformidade com o regulamento a que se refere o aludido decreto número dezesseis mil cento e vinte e dois, e as cláusulas constantes do presente acôrdo.

Segunda — Ficarão a cargo do Govêrno Federal:

a) — Instalação e custeio de, pelo menos, três fazendas de sementes;

b) — o serviço de combate à lagarta rosada;

c) — a fiscalização dos descaroçadores, usinas e prensas de algodão;

d) — repressão das fraudes no comércio do algodão e divulgação dos padrões oficiais de classificação;

e) — a organização da estatística da produção, comércio e indústria algodoeira do Estado.

Terceira — O Govêrno Federal continuará a manter e custear a Estação Experimental de Seridó.

Quarta — Todo o pessoal empregado nos serviços de que trata a cláusula segunda, será de livre escolha e nomeação do Govêrno Federal, observadas as condições de que tratam os artigos trinta e nove, quarenta, quarenta e um, quarenta e dois, quarenta e três, quarenta e cinco, quarenta e seis do citado regulamento.

Quinta — O Estado concorrerá anualmente, para a execução dos serviços de que trata a cláusula primeira, com a quantia de cem contos de réis .... (100:000$000) que será entregue, em duas ou três prestações, ao Delegado do Serviço de Algodão no Estado, após a justificação das despesas feitas com as quantias recebidas no exercício anterior e prova que o Govêrno Federal despendeu, em idêntico período com a execução dêsses serviços, importância equivalente ao dôbro daquela quantia.

Sexta — Essas provas poderão ser proporcionalmente aumentadas ou diminuídas na razão de dois terços para a União e um terço para o Estado do Rio Grande do Norte, de acôrdo com os recursos dados para tal fim pelos respectivos Congressos.

Sétima — O Govêrno Federal apresentará anualmente ao Govêrno do Estado uma relação detalhada dos serviços realizados, bem como uma demonstração documentada das respectivas despesas.

O'tava — Sempre que julgar conveniente, o Govêrno do Estado poderá examinar não só a execução dos serviços como os documentos das despesas referentes aos mesmos.

Nona — A execução dos serviços, de que trata o presente acôrdo, será suspensa quando o Govêrno do Estado deixar de cumprir a cláusula quinta, salvo caso de fôrça maior, a juizo do Govêrno Federal, e na hipótese de dispor o Ministério da Agricultura, Indústria e Comér-

cio de recursos para a manutenção dos mesmos serviços.

Décima — O presente acôrdo só entrará em vigor em primeiro de janeiro de mil novecentos e vinte e sete, se for registrado pelo Tribunal de Contas, nao se responsabilizando o Govêrno por indenização alguma, se aquêle Instituto denegar o registro e vigorará pelo prazo de cinco anos, podendo ser renovado se convier ás partes acordantes.

Décima primeira — O material adquirido durante a vigência do contrato, será, uma vez expirado o prazo de duração do mesmo, ou, em caso de rescisão, dividido proporcionalmente entre as partes contratantes, cabendo ao Govêrno da União dois terços; ao do Estado do Rio Grande do Norte um terço do respectivo valor total, verificado em inventário especialmente levantado.

E' licito, entretanto, a qualquer uma das partes acordantes ficar com todo o acêrvo dos estabelecimentos do Serviço do Algodão no referido Estado, quando fôr expirado o prazo ou rescindido o acôrdo, dêste que indenize a outra parte da importância que lhe coube e que fôr verificada no inventário de que trata a presente cláusula.

Décima segunda — O resultado das vendas dos produtos agricolas das Fazendas de Sementes e o rendimento dos demais departamentos da Delegacia, exceto o proveniente do registro de marcas de prensas e descaroçadores, previsto no decreto número quinze mil e novecentos, de vinte de dezembro de mil novecentos e vinte e dois, será também dividido proporcionalmente entre os Governos contratantes e recolhido aos cofres da Delegacia Fiscal e do Tesouro do Estado, mediante guia expedida pela Delegacia do Serviço do Algodão.

Décima terceira — A despesa do Govêrno da União, decorrente do presente contrato, será feita por conta dos recursos que, para tal fim forem consignados no orçamento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio — Verba 25.ª — Serviço do Algodão.

Décima quarta — O presente têrmo está isento do pagamento de sêlo, por se tratar de interêsse do Govêrno Federal".

Assim, Sr. Presidente, iniciei no Rio Grande do Norte a verdadeira politica algodoeira, e, deixando — embora entregue a sua lavoura à iniciativa particular, fiz com que o poder público dela participasse nao para substituir o particular, mas para com êle colaborar, orientando-o, guiando-o, auxiliando-o e fomentando a produção nas suas fontes primaciais.

Ainda por outro aspecto tive que estudar o problema algodoeiro do meu Estado. De resto, já o fizera na Câmara dos Deputados, em 1922, cuidando precipuamente do algodão de fibra longa e conseguindo criar a estação experimental do algodão do Seridó, a fim de que, defendendo aquêle novo tipo de algodão, pudéssemos aparecer no mercado de consumo, não só com a quantidade, mas sobretudo com a qualidade imprescindivel à fabricação dos tecidos finos.

OO Sr. José Arnaud — Se me não engano, foi no Govêrno de V. Ex.ª que o Estado mandou um técnico ao Egito a fim de estudar a cultura do algodão — o Sr. Cristóvão Dantas.

O Sr. José Augusto — Realmente, o agrônomo Cristóvão Dantas esteve no Egito examinando as culturas algodoeiras e, quando de lá retornou, trouxe a impressão de que o algodão do Seridó era, por sua fibra sedosa, longa e resistente, igual ao do Egito, com a diferença apenas, quanto aos processos de cultura; enquanto o Egito praticava a lavoura científica e racional, dirigida pelos inglêses, contava o Brasil apenas com os processos rotineiros do periodo colonial.

O Sr. Herbert Levy — A existência da fibra do Seridó, que V. Ex.ª no seu Govêrno tão inteligentemente estimulou, tornou possivel a não paralização das diversas indústrias essenciais, durante o periodo da guerra, e tem sido um elemento de grande importância para a indústria nacional.

O Sr. José Augusto — O aparte de V. Ex.ª, que muito agradeço esclarece realmente essa contribuição da lavoura algodoeira do Rio Grande do Norte à vida industrial do Brasil.

Devo, no seguimento do meu discurso, — que não poderei concluir hoje, porque venho estudar, aqui, particularmente o algodão de fibra longa, o do Seridó, — mostrar o que significa econômicamente a região do Seridó e o que significa para a economia nacional o seu algodão de fibra longa. *(Continua no próximo número.)*



A Sociedade Nacional de Agricultura, tendo em vista o resultado das experiências a que submeteu a máquina acima nos campos de cultura da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, resolveu adquirir, para os trabalhos do referido estabelecimento, um conjunto ROTOTILLER. Esse conjunto, já em serviço, tem confirmado, na prática, os bons resultados que demonstrou naquela experiência pública.

Associação de Criadores da Raça Schwyz

Lista de sócios

Dr. Raul Braga de Azevedo, Granja dos Papagaios, Itaipava, E. do Rio.

Dr. Teófilo de Almeida, Estância Itapoan, Queluz, E. de S. Paulo — Escritório no Rio, Edifício 1.º de Março, Rua 1.º de Março S/208.

Dr. Arnaldo Guinle, Fazenda Bemposta, Bemposta, Via Areal, E. F. Leopoldina — Escr. no Rio, Av. Rio Branco 137-2.º andar.

Dr. Otávio da Rocha Miranda, Fazenda Retiro Feliz, Engenheiro Hermilo São Paulo — Esc. no Rio, Praça Floriano 31-2.º andar.

Cia. Centros Pastoris do Brasil, Esc. no Rio, Praça Floriano 31-2.º andar.

Cia. Agrícola e Industrial Colombo, S.A., Granja Boa Vista, Estação de Bulhões, E. do Rio — Esc. no Rio, Rua Gonçalves Dias 32-36.

Dr. Luiz de Morgan Snell, Granja Boa Vista, Itaipava, E. do Rio — Res. no Rio, R. Paissandú 93-1.º andar-Ap. 8.

Dr. P. L. Correa e Castro.

Sr. Daniel de Rezende Filho, Chácara Tebaida, Pindamonhangaba, E. de S. Paulo.

Sr. Otaviano Pinto Lopes Ribeiro, Granja S. Francisco, Silvestre Ferraz, R.M.V. — Esc. no Rio, R. da Quitanda 199-3.º andar.

Sr. João Batista Scarpa, Fazenda Jardim, Itanhandú, R.M.V., E. de Minas.

Sr. Eliseu Teixeira de Camargo, Fazenda Sant'Ana, Campinas, E. de S. Paulo — Res. em S. Paulo, R. Veiga Filho 35.

Sr. Francisco Villela de Andrade, Fazenda Pombal, Estação de Pombal, E. F. C. B., E. do Rio — Res. no Rio, R. Duvivier 49-Ap. 901.

Sr. Bertino Lobato de Miranda, Av S. Jerônimo 268 — Belém — E. do Pará.

Villaça, Ribeiro e Cia., Fazenda Cachoeirinha, Juiz de Fora, Minas — Esc. em Juiz de Fora, R. Marechal Deodoro n.º 885.

Cia. Agrícola e Industrial de Angatuba, Fazenda Boa Vista, Engenheiro Hermilio, E. de S. Paulo — Caixa Postal 15, Itapetininga, S. Paulo.

Sr. João José Batista, Fazenda das Andorinhas, Sacra Familia, E. do Rio — Res. no Rio, Rua da Matriz 31.

Dr. Bento Soares de Sampaio, Fazenda Matosinhos, Werneck, E. do Rio, L. Auxiliar — Esc. no Rio, R. da Quitanda 60-2.º andar.

Dr. José Machado Coelho de Castro, Fazenda Paquequer, Itaipava, E. do Rio — Esc. no Rio — R. da Quitanda 60-2.º andar.

Dr. Octacilio Negrão de Lima, Fazenda Bento Velho, Cordisburgo, E. de Minas — Esc. no Rio, R. do Rosário 102-2.º andar.

Sr. Antão Correa da Silva — Esc. no Rio, R. do Carmo 70-1.º andar.

Aprendizado Agrícola de Sacra Familia, Sacra Familia, E. do Rio — Esc. no Rio, R. 1.º de Março 110-2.º andar.

Sr. Gabriel Ribeiro dos Reis Filho, Fazenda Córrego Alto, Volta Grande, Minas.

Dr. Sebastião Nélson Junqueira, Fazenda Santa Rita, Volta Grande, Minas — Res. Volta Grande.

Sr. Danilo Vautier Franco, Granja Ipê, Pirituba, S. Paulo, Via Anhanguera — Esc. em S. Paulo, R. São Bento 82-1.º andar, S/110.

Cia. Agro Fabril Mercantil, Fazenda Parreira, Delmiro Ex-Pedra, E. de Alagoas — Esc. em Recife, Travessa Assembléia 71, E. de Pernambuco.

Sr. Olivo Carnasciali, Fazenda Paoloviana, Piraquara, R. V. Paraná-Santa Catarina — Esc. em Curitiba, Generoso Marques 117.

Cia. Agricola Maristela, Fazenda Maristela, Tremembé, E. de São Paulo — Esc. em S. Paulo, R. João Bricola 19

Sr. Richard Mark Barnes, Fazenda S. Ricardo da Boa Vista, Quatis, E. do Rio R.M. — Esc. no Rio, Av. Erasmo Braga 20, S/410.

Sr. Nelson Geraidine, Fazenda S. Sebastião, Barra Mansa, E. do Rio — Res. Barra Mansa, E. do Rio.

Sr. Bruno Hollnagel, Fazenda do Barão, Descalvado, E. de S. Paulo — Esc. em S. Paulo, R. Glicério 497.

Sr. Antonio Martins Junior, Fazenda Sta. Rita, Municipio de Soure, I. de Marajó — Esc. em Belém, E. do Pará, Bou-

levard Castilhos França 74, C. Postal 43.

Dr. Heitor Gualberto de Oliveira, Fazenda Nossa Senhora do Barreiro, Itatiba, E. de S. Paulo — Esc. em S. Paulo, R. Itapolis 853.

Dr. Antonio de Barros Carvalho, Fazenda Sta. Cecilia, Barra do Piraí, E. do Rio — Res. no Rio, R. Rumânia 20.

Sr. Walter Rudolf Daetwyler, Granja Ibitira, Teresópolis, E. do Rio — Esc. no Rio, S. A. Cortume Carioca, Caixa Postal 2605.

Sr. Odon Lima Cardoso, Fazenda Monte Alegre, Descalvado, S. Paulo.

Srs. Bastos e Filhos — Residência, Leopoldina, E. de Minas.

Dr. Joaquim Pedro Salgado Filho — Esc. no Rio, R. da Quitanda 83-A-3.º andar.

Dr. Carlos Pereira Sylla, Fazenda Cardal, Friburgo, E. do Rio — Esc. no Rio, Av. Nilo Peçanha 12, S/712.

Dr. Carlos Moraes Pereira — Esc. R. do Rosário 97.

Dr. Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Fazenda Capão Redondo, Guarapuava — Esc. R. Santos Dumont 448, Ponta Grossa, Paraná.

Ministério da Agricultura — Divisão de Fomento da Produção Animal — Rua Mata Machado, Rio.

Govêrno do Estado do Rio de Janeiro — Secretaria da Agricultura, Niterói.

Govêrno do Estado de Minas Gerais — Secretaria da Agricultura — Belo Horizonte.

Govêrno do Estado de S. Paulo — Secretaria da Agricultura — S. Paulo.

Govêrno do Estado do Paraná — Secretaria da Agricultura — Curitiba.

Sr. Mario Toldi — Fazenda Rancho Alegre — São Bento do Sapucaí — E. de S. Paulo — Res. em S. Paulo — Rua Itapicurú 376.

Sr. Alberto Ferraz — Fazenda Bela Vista — Agulhas Negras — E. do Rio — Esc. Av. Rio Branco 26-A-15.º andar.

O Coqueiro da Bahia

PIMENTEL GOMES
Eng. Agrônomo.

O coqueiro da Bahia, também conhecido sob a denominação de coqueiro da praia, é uma palmeira ultilíssima, que constitui o encanto maior de largos trechos de nosso litoral e uma das maiores riquezas das Filipinas, Insulindia e Ceilão. Sua cultura é fácil e lucrativa.

Clima — O coqueiro aprecia um clima mais ou menos quente e úmido. A temperatura média, ótima, não é inferior a 22 gráus. Os litorais da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amapá, prestam-se muito bem a esta cultura, em quase tôdas as extensões. No interior de alguns estados e territórios também existem coqueirais. No Acre, por exemplo, embora extremamente afastado do mar, há pequenos coqueirais produzindo bem, o que mostra encontrar êle, ali, condições ecológicas que lhe são propicias.

Nas regiões semi-úmidas e semi-áridas, é possível cultivar o coqueiro em trechos mais úmidos ou nos que são irrigados. Há no Ceará e na Paraíba, em zonas semi-áridas, coqueirais irrigados frutificando de maneira extraordinária.

O coqueiro anão, variedade que nos chegou de Singapura, há alguns anos, embora se desenvolva bem nos climas quentes e úmidos, resiste melhor aos climas mais frescos. Deve ser, portanto, a variedade preferida nos planaltos do Brasil Central e mesmo no litoral que se encontra ao sul do Rio Doce.

No Jardim Botânico do Rio de Janeiro, verifica-se que o coqueiro anão, sob o clima carioca, produz melhor do que os das variedades comuns.

Solos e adubação — Os solos devem ser profundos, permeáveis. Superficialmente úmidos, férteis. As terras arenosas das praias, produzem bem o coqueiro na faixa mais influenciada pelas águas do mar. Mesmo aí, se fazem adubações, como acontece com os coqueirais de Acajutibiró, na Paraíba, a produção é várias vêzes maior do que nos coqueirais não adubados.

Nas terras semi-áridas do nordeste, a produção por pé é maior do que nas praias.

Os coqueiros reagem bem à adubação. Uma adubação interessante, geralmente fácil de conseguir na fazenda, é misturar uns vinte quilos de estrume com uns cinco quilos de cinza de madeira, enterrando a mistura numa faixa circular com uns quarenta a cinquenta centímetros de largura, a um metro do tronco. A terra que cobre o estrume absorverá o azoto que se desprender. Pode-se também colocar separadamente a cinza e o estrume.

Sementeiras — Escolhem-se para o plantio cocos de coqueiros de idade média — 25 a 45 anos — muito produtivos. Os cocos devem ser colhidos quando bem maduros, evitando-se choques, pois êstes podem abalar o embrião.

Abrem-se os sulcos no solo com um arado ou um sulcador. Os cocos são dispostos no sulco de 40 em 40 centímetros, em posição horizontal.

Pode-se também fazer uma vala de uns trinta centímetros de profundidade. Colocam-se os cocos no fundo, em posição horizontal. Cobre-se tudo. Rega-se quando as chuvas faltam.

Transplantação — A transplantação faz-se de preferência no início da estação úmida, quando as mudas devem ter uns 15 centímetros de altura. O compasso deve ser de dez metros em todos os sentidos, para os coqueiros comuns; de sete a oito, para os anões.

As covas serão abertas com algumas semanas de antecedência. Terão pelo menos 70 centímetros em todos os sentidos. Serão enchidas com uma mistura de terriço, terra preta da superfície, lixo, cinza de madeira, estrume de curral, etc. Convém adicionar, por cova, uns dois litros de farinha de ossos.

Transplantar de preferência em dias chuvosos.

Tratos culturais — Os comuns. Nas limpas, é muito econômico o emprêgo de grades de discos.

Colheita — A primeira colheita faz-se, quando as condições são ótimas, cinco anos após o transplantio, se se trata de coqueiros comuns. Os anões produzem dois ou três anos após o transplantio.

Uma produção razoável não será inferior a 60 cocos por pé e por ano — cêrca de 6.000 cocos por hectare. Coqueirais cuidadosamente tratados podem produzir, em média, 100 a 150 frutos por palmeira e por ano. Há palmeiras excepcionais que chegam a produzir 500 a 600 frutos. E' um fato raríssimo. Em compensação, na Paraíba, coqueiros anões sem grandes dificuldades produzem 300 a 400 frutos por ano.

(Comunicado do Serviço de Informações Agrícola — Ministério da Agricultura — Agôsto de 1947).

Confusão Em Torno Do Trigo

B. DE ARAGÃO

Todos os jornais do país publicaram há tempos um curioso telegrama de Buenos Aires sôbre a futura venda de trigo argentino ao Brasil. Dizemos curioso para não dizer tendencioso, o que poderia comprometer o funcionário da U.P. que o mandou com tantos erros não apenas de interpretação mas também de números. Aliás, nossos colegas do "Correio da Manhã", em magnífico artigo já se referiram ao assunto estranhando, como teria forçosamente que acontecer a quem quer que conhecesse alguma coisa do problema os termos esquesitos do tal telegrama.

Em resumo o telegrama a que nos referimos diz que o coronel Mario Gomes, vice-presidente da Comissão Central de Preços, e o Embaixador do Brasil, Ciro de Freitas Valle, em negociações com o govêrno argentino para que seja assegurado o fornecimento de trigo ao Brasil, concordaram em que nosso país *cumprisse o Convênio assinado com os platinos, pagando* 60 *pesos a* TOLELADA do trigo que importassem na próxima cota de 100 mil toneladas... A falta de responsabilidade de quem passou tal telegrama em nome de uma agência de tanta importância se patenteia nesse *errinho de* 60 pesos a TONELADA quando o preço é realmente de 60 pesos o QUINTAL, (100 quilos) ou seja 600 pesos a tonelada. O resto de erro possivelvelmente não caberá a quem passou o telegrama, mas a quem fez a irrisória declaração de que o Brasil concorda em cumprir o convênio pagando tal preço... O Brasil, aceitando essa extorsão, concorda em que a Argentina não cumpra o que prometeu quando mandou o sr. Miguel Miranda à nossa terra obter que desistissemos de 9 cotas consecutivas, de trigo, oferecendo como compensação fornecer-nos a 15 *pesos o quintal* as próximas cotas que agora regateia a 60, depois que já deixamos de receber as 3 cotas, evidentemente. O convênio do trigo em tão desgraçada hora firmado com aquele país, e finalmente não ratificado pelo Congresso, não determina preços, mas deixa ao país, e felizmente não retificado pelo Congresso, não determina preços, mas deixa ao país fornecedor o direito de cobrar pelo produto o preço que quizer, enquanto determina que tudo que for fornecido pelo Brasil aos platinos ou seja pelo preço do mercado interno brasileiro... Só isto. Nem havia necessidade de nenhuma intervenção de embaixadores ou quaisquer outros enviados especiais do govêrno brasileiro para obter trigo a 60 pesos o quintal visto que a Argentina, apenas voltamos ao Conselho Internacional Alimentar de Emergência, em outubro p.p., e quando os Estados Unidos se propunham fornecer-nos 40 mil toneladas mensalmente, até o fim do ano corrente, declarou que botava à nossa disposição 200 mil toneladas a 60 *pesos o quintal*. Essa manobra, como a denunciamos em tempo destas colunas, visava apenas impedir que o trigo americano nos chegasse, para que não nos habituássemos a êle, mais barato que o platino, porque a Argentina, então, como agora, não tera trigo para mandar-nos, mas quer assegurar-se nossos mercados para quando tiver o que vender. A prova do que afirmamos e que até bem poucos dias ainda estávamos recebendo a cota de ABRIL, última

que nos foi fornecida por aquele país, e que será êste ano. O trigo agora prometido pelo preço absurdo de 3 mil cruzeiros a tonelada FOB, PORTO ARGENTINO, já será o da próxima safra cuja colheita se deve iniciar em comêço de dezembro, e que portanto só nos chegará, se vier muito depressa, o de que duvidamos ainda, em fins de janeiro ou princípios de fevereiro do corrente ano. O govêrno platino sabia que aconteceria o que de fato aconteceu. Possuindo o govêrno brasileiro um protocolo assinado pelo sr. Miguel Miranda em nome do govêrno de seu país, comprometendo-se a fornecer o trigo, a partir de agôsto, a 15 pesos, não aceitou o preço proposto de 60 pesos e discutiu a proposta argentina, dando àquele país a oportunidade de ganhar tempo até que se iniciasse a nova safra e que o esgotamento dos estoques então existentes nos levasse a aceitar a quebra de palavra do representante platino. Infelizmente parece que de tôdas as vêzes que se trata de trigo, os homens que devem tratar do problema são munidos de vendas que lhes tape a visão do que um simples jornalista leigo vê com a máxima clareza. Não somos sibilas nem dispomos de fontes especiais de informações de que não disponham em muito maior proporção os responsáveis pela situação, e no entanto tudo que previmos aconteceu e está ainda acontecendo. Para comprar trigo a 60 pesos o quintal era suficiente um telegrama do Banco do Brasil, dizendo que aceitava a proposta, nada mais. Quanto o fato de ser êsse trigo entregue ainda êste ano, afirmamos que é impossível, e o futuro demonstrará se temos ou não razão.

Resta agora verificar a que nos levará o preço de 60 pesos o quintal para as duas próximas cotas, e já de 80 para a terceira.

O pão está tabelado na base de 236 cruzeiros a saca da farinha. Essa farinha é a obtida do trigo ainda fornecido a 15 pesos o quintal. Com o trigo a 60 pesos teremos a farinha por um preço que deverá oscilar entre 300 e 320 cruzeiros... Qual será o preço do pão?

E' evidente que o preço do pão de trigo puro terá que subir de acôrdo com o aumento do preço da matéria prima com que é fabricado. No caso presente o preço do pão terá que ser aumentado de cêrca de 32%... Temos a dolorosa satisfação de verificar que isto foi previsto por nós há exatamente um ano, logo depois da assinatura do acordo Brasil-Argentina de 1946, e que, como tudo que se vem fazendo entre nós, primou pelo imediatismo, deixando de lado as consequências gravíssimas que, acarretaria para poucos meses mais tarde, na ânsia de arranjar trigo imediatamente.

A situação do momento é portanto a seguinte:

a) o preço do pão de trigo puro terá que ser aumentado de cêrca de 32 por cento.

b) por êsse preço obteremos pão durante dois meses, mas no terceiro mês já o trigo em grão fornecido a 80 pesos provocará uma nova alta no preço da farinha e consequentemente também no pão.

c) nos meses que se seguirem a tendência é para que o preço do trigo em grão continue em ascenção, e consequentemente o preço do pão.

d) a safra argentina do ano de 1947-48, que começará a ser colhida em início de dezembro, será a menor dos últimos 15 anos, segundo as cifras publicadas por comentaristas platinos sôbre as áreas semeadas e baseadas em estimativa oficial do govêrno daquele país. A estiagem que reina na Argentina ameaça ainda mais as safras, e os gafanhotos que nos atacam vêm de lá.

e) a Argentina que no ano de 1947, declarando ter uma safra de perto de 6 milhões de toneladas (no que nunca acreditamos), só nos forneceu 400 mil, estando em véspera da menor safra dos últimos 15 anos quanto nos fornecerá?

f) apesar de tudo isto o govêrno brasileiro teima em buscar trigo em um país que não tem capacidade para fornecê-lo.

g) os preços do trigo argentino são infinitamente mais altos que os do trigo de outras procedências.

h) o Brasil pertence a um organismo internacional denominado Conselho Internacional Alimentar de Emergência que se propõe distribuir as safras exportáveis dos países membros entre os importadores habituais e consumidores desses produtos, de maneira a garantir-

lhes o fornecimento mínimo indispensável ao consumo.

i) êsse Conselho distribui as safras exportáveis de produtos brasileiros com graves prejuizos para o Brasil.

j) a êsse Conselho pertencem os Estados Unidos que terão para distribuição em 1948 uma das maiores safras de trigo de sua história.

k) o Brasil possui disponibilidades exportáveis de arroz para as quais não encontra mercado compensador.

l) o pão feito com mistura até 20% de farinha de arroz é ótimo e mesmo melhor sob muitos aspectos que o pão de trigo puro.

m) a farinha de arroz ficará por preço infinitamente inferior ao da farinha de trigo proveniente do grão a 60 pesos.

Qual será pois a solução para o caso concreto que apresentamos?

Segundo nossa opinião há duas soluções paralelas que se impõem.

a) Que o govêrno brasileiro declare IMEDIATAMENTE obrigatória a mistura de outras farinhas sucedâneas nacionais na fabricação do pão, e declare que essa mistura poderá ser de até 20% quando se tratar de farinha de arroz.

b) Que *imediatamente* o Itamarati interfira junto ao Conselho Internacional Alimentar de Emergência no sentido de ser fornecida por aquela entidade ao Brasil para 1948 uma cota de trigo em grão de *pelo menos* 50 *mil toneladas mensais* de procedência *não* argentina.

Ou o govêrno fará isto, ou em 1948 continuaremos nossa posição humilhante de mendigar pão e de pagar por êsse pão os preços extorsivos impostos por outras nações. Além, evidentemente, de ficarmos sem trigo no segundo semestre do ano. Esperemos que as vendas caiam dos olhos dos que têm a responsabilidade da situação, e que finalmente compreendam que deverão já declarar oficialmente obrigatória a mistura e comprar trigo aos americanos.

Devemos aqui esclarecer um ponto, e é que mesmo declarando *oficialmente* obrigatória a mistura até 20% o *preço do pão ainda subirá*, mas subirá menos, porque haverá um fator fixo no preço de 20%, e que será a farinha de arroz. Estamos escolhendo dos males o menor, isto é se o preço tem que subir, que suba o menos possível. E' evidente que restando ainda 80% de farinha de trigo de preço variável, o preço do produto final terá que acompanhar as oscilações dos preços dessa farinha. Mas, se comprarmos, pelo menos, metade de nossas necessidades de consumo de trigo aos americanos, teremos já mais 50% de preço também estável, porque o preço americano é muito pouco variável e infinitamente mais baixo que o preço argentino. Teriamos dessa maneira na composição do preço do pão dois fatores fixos somando 70% (20% de farinha de arroz nacional, mais 50% de farinha de trigo americano), e apenas um fator variável, para a alta, de 30%, representado pelo trigo argentino do qual só importariamos aquela quantidade. A estabilidade do preço do pão seria evidentemente outra, embora, repetimos, de qualquer maneira tenha que sofrer uma alta no momento. Evitaríamos no entanto as altas dos próximos meses, cuja perspectiva é muito clara, além de assegurarmos o fornecimento que de outra maneira não nos virá.

Estamos diante de fatos concretos; o mal está feito, foi denunciado em tempo pela imprensa especializada do país, e por vários membros e administração (sejamos justos), mas nem uns nem outros foram ouvidos. Talvez a lição sirva para que os ouçam agora. O convênio assinado com a Argentina e que serviu de arma altista para o preço do trigo, e ainda de arma para combate ao govêrno, foi feito sem precisão de espécie alguma e seus resultados aí estão.

Encaremos o que há no momento e dentro dessa situação procuremos a melhor saida. Mas não são os mesmos homens que nos levaram a esta situação que podem resolvê-la. E' preciso que para representar-nos no Conselho Internacional Alimentar de Emergência seja mandado alguém capaz e que tenha combatividade e espirito público. E' preciso que alguém, como já o dissemos uma vez, tome uma atitude máscula em relação à mistura, declarando-a "oficialmente" obrigatória. E' preciso enfim que se tome uma resolução prática ou haverá outra crise durissima de carência de pão em 1948.

Valor Alimentício das Hortaliças

GERALDO GOULART DA SILVEIRA.
Engenheiro Agrônomo

As hortaliças são alimentos saudáveis, nutritivos, ricos em água sais minerais e vitaminas.

Todos reconhecem que a nossa população é mal nutrida porque desconhece os princípios básicos de uma alimentação racional e higiênica.

Faltam, via de regra, em nossos cardápios diários, as hortaliças e frutos frescos, complementos de uma boa alimentação.

Alimentar bem, não significa apenas ter uma mesa farta; è, sobretudo, selecionar os alimentos, proporcionando ao organismo aquilo que êle precisa para que se processem normalmente todos os fenômenos vitais.

As hortaliças, pela sua riqueza em água, sais minerais e vitaminas, são alimentos higiênicos, saudáveis e nutritivos que não devem faltar jamais em nossas refeições diárias.

A alimentação é um ato indispensável a todos os seres vivos; dela depende a vida.

E' preciso proporcionar ao organismo a matéria e a energia que êle necessita para que todos os seus órgãos funcionem com precisão e tôdas as suas funções sejam realizadas normalmente.

A falta de alimentos ou a deficiência de certos princípios alimentares básicos, causa distúrbios mais ou menos graves, que se refletem sôbre a saúde do indivíduo.

Encarar o problema alimentar com tôda a atenção e interêsse não é só necessário, mas sobretudo indispensável, pois de uma boa alimentação depende a saúde; depende, em última análise, a própria vida.

Os princípios constituintes das hortaliças são:

a) água;
b) carbohidratos;
c) proteínas;
d) matérias graxas;
e) ácidos vegetais;
f) sais minerais;
g) vitaminas.

Embora em largos traços, pois tanto só permitem as ligeiras notas que estamos escrevendo, diremos algo sôbre cada um dêsses constituintes, a fim de que se tenha uma idéia de que são as hortaliças sob o ponto de vista alimentar:

Água

A água é um alimento indispensável pos representa cêrca de 60 a 65% da constitutição de nosso corpo.

As hortaliças são alimentos muito ricos em água (de um modo geral elas contém 80 a 95% de água).

São principalmente muito aquosos, a abóbora dágua, o pepino, a alface, o chuchú, o aspargo, o agrião, a abóbora, a beringela, a acelga, a chicórea, etc.

Carbohidratos

Os carbohidratos ou hidratos de carbono pertencem ao grupo dos chamados alimentos energéticos.

Êsses compostos, uma vez no organismo, fornecem a energia que êle carece.

Os vegetais são alimentos ricos em carbohidratos como celulose, amido, açúcares, mucilagens, pectinas, etc.

Vejamos a ocurrência dos diferentes carbohidratos nas hortaliças:

a) *Celulose* — E' encontrada em tôdas as hortaliças pois constitue o esqueleto das plantas. E' abundan-

---

E agora outra informação para assustar aos leitores: saberão a quanto montará despesa do Brasil se persistir em comprar trigo à Argentina, e se aquele pais tivesse trigo para fornecer à altura de nossas necessidades? Simplesmente a "3 milhões e 600 mil contos" por ano, caso o preço de 60 pesos atual não fôsse majorado, o que não se dará pois já fomos informados que subirá a 80 muito breve... sabem em quanto anda o "deficit" da balança comercial do país até setembro? Cêrca de dois milhões de contos... E agora, se se interessam pelo país, percam o sono também.

te principalmente, no quiabo, na ervilha, na vagem, etc. A celulose não constitue, verdadeiramente, um alimento; ela estimula, entretanto, os movimentos peristálticos do estômago e do intestino, o que tem grande influência para a digestão dos alimentos.

b) *Amido* — E' muito abundante principalmente em certas raizes e tubérculos, como a batata-dôce, a mandioca, etc.

c) *Açúcares* — Entre os numerosos açúcares encontrados nas hortaliças destacam-se a inosita (feijão, ervilha, etc.), a sacarose (beterraba, cenoura, etc.), a rafinose (beterraba) etc.

d) *Mucilagens* — São encontrados nas hortaliças verdes, principalmente nos que posuem uma certa viscosidade como a bertalha, o quiabo, etc.

e) *Pectinas* — São encontradas em hortaliças foliáceas muito aquosas, e em raizes (beterraba, por exemplo).

Proteinas

As proteinas pertencem ao grupo dos chamados alimentos plásticos, isto é, que concorrem com matéria para a formação, desenvolvimento e manutenção do organismo.

De um modo geral as hortaliças são alimentos pobres em proteinas, havendo raras exceções como a vagem (contém até 10%), a ervilha (em geral 8%), o espinafre (pouco mais de 2%, etc).

Matérias graxas

As matérias graxas são alimentos que fornecem muitas calorias ao organismo.

As hortaliças são demasiadamente pobres em matéria graxas.

Ácidos vegetais

De um modo geral as hortaliças constituem alimentos pobres em ácidos vegetais

Os ácidos vegetais atuam sôbre o organismo estimulando o apetite, aumentando a secreção dos sucos digestivos, etc.

Entre os ácidos vegetais que ocorrem nas hortaliças podemos citar o ácido oxálico, encontrado no espinafre, o ácido cítrico, encontrado no tomate, etc.

Sais minerais

Os vegetais, e particularmente as hortaliças foliáceas (alface, espinafre, couve, acelga, chicórea, etc.), são boas fontes de sais de cálcio, ferro, potássio, alumínio, enxofre, manganez, magnésio, iodo, cobre, zinco, etc.

Êsses elementos ocorrem, principalmente, nas seguintes hortaliças:

a) cálcio, existente no espinafre, na couve, na chicórea, etc.

b) ferro, encontrado no espinafre, na chicórea, na ervilha, etc,

c) potássio, abundante na cenoura, na beterraba, no espinafre, etc.

d) alumínio, existente em boa quantidade no tomate, na alface, na cebola, etc.

e) enxofre, encontrado na couve, na vagem, etc.

f) manganez, encontrado principalmente no nabo, na cenoura, na alface, no tomate, etc

g) magnésio, existente na vagem, na couve, etc.

h) iodo, encontrado no agrião, no alho, na alface, na beterraba, etc.

i) cobre, existente na couve, no aipo, na cenoura, etc.

j) zinco, encontrado na alface, na beterraba, na chicórea, etc.

Vitaminas

As vitaminas são compostos que, em doses extremamente reduzidas, são essenciais à vida, isto é, absolutamente indispensáveis para que os processos vitais se processem normalmente.

A falta ou deficiência de vitaminas no organismo provoca distúrbios chamados avitaminoses ou doenças de carência.

As vitaminas, da mesma forma que os frutos frescos, são alimentos ricos em vitaminas.

As principais vitaminas e suas respectivas ocurrências nos vegetais são:

a) *Vitamina A* — E' também chamada vitamina do crescimento. Essa vitamina, formada a custa da carotena (pigmento amarelo encontra-

do nos vegetais), é indispensável porque favorece o crescimento, evita a xeroftalmia, aumenta a resistência contra as infecções, etc. São ricos em vitamina A, a cenoura, o espinafre, o tomate, a vagem, etc.

b) *Vitamina B* — A chamada vitamina B é um conjunto de vários fatores dos quais já foram isolados o B_1 (anti-neurítico), B2 (flavina) etc. A vitamina B evita o beriberi, favorece o crescimento, evita certas formas de paralisias, etc. São ricas em vitamina B, a cenoura, o nabo, o rabanete, o espinafre, a alface, etc.

c) *Vitamina C* — E' também chamada vitamina anti-escorbútica e evita o escorbuto, aumenta a resistência do organismo ao ataque de bactérias previne certas modalidades de inflamações nas vias respiratórias, aumenta a resistência dos vasos sanguíneos, etc. São ricos em vitamina C a alface, a chicórea, o tomate, o agrião, o espinafre, o aspargo, etc.

d) *Vitamina D* — E' chamada vitamina anti-raquitica e é indispensável para a calcificação dos ossos. Possuem vitamina D, entre outras, a acelga, a alcachofra, o espinafre, etc.

e) *Vitamina E* — E' também chamada vitamina da reprodução, e é encontrada no agrião, na alface, na vagem, etc.

f) *Vitamina PP* — E' também chamada vitamina anti-pelagrosa pois previne o aparecimento de uma enfermidade chamada pelagra. Essa vitamina é encontrada no tomate, na couve, etc.

De um modo geral, na composição das hortaliças encontramos:

a) de 80 a 85% de água. São principalmente muito aquosos, o pepino, a abóbora dágua, a alface, o agrião, o aspargo, o chuchú, etc.

b) de 1 até 20% de carbohidratos. São ricos de carbohidratos o alho-porro, o nabo, a beterraba, a cenoura, etc.

c) até 8% de proteinas, sendo mais rica a vagem, a couve, etc.

d) apenas até 1% de matérias graxas (couve, vagem, etc.).

e) de 1 até 3% de cinzas (sais minerais), principalmente o espinafre, o nabo, a couve, o aipo, a vagem, etc.

COMPOSIÇÃO QUÍMICA DE ALGUMAS HORTALIÇAS

	Vitaminas							
	A	B	B_1	B_2	C	D	E	PP
Abóboro	xx	x	—	—	x	—	—	—
Acelgo	—	x	—	—	—	xx	—	—
Agrião	—	—	x	xx	xxx	—	xx	—
Alcochofro	—	xx	—	—	—	xx	—	—
Alfoce (repolho)	x	—	xx	x	xxx	—	—	—
Asporgo	—	xx	—	—	xxx	xx	—	—
Beringelo	x	x	—	—	x	—	—	—
Beterrobo	—	x	—	—	xx	x	—	—
Cebolo	x	—	x	x	x	—	—	—
Cenouro	xxx	x	xx	x	x	—	—	—
Chicóreo	xx	—	—	—	—	—	—	—
Chuchú	xx	—	—	—	—	—	—	—
Couve comum	xxx	x	—	—	xxx	—	xx	xx
Couve-flor	x	x	—	—	xxx	—	—	x
Ervilho (vogem)	xx	x	—	—	xx	—	xx	—
Espinofre	xxx	—	x	xx	xxx	x	—	x
Feijão (vogem)	xx	x	—	—	xx	—	xx	—
Nobo	x	—	x	x	xxx	—	—	—
Pepino	x	—	—	—	xx	—	—	—
Pimentão	xx	x	—	—	—	—	—	—
Quiobo	x	x	—	—	—	—	—	—
Repolho	x	—	—	—	xxx	—	—	—

Hortaliças	Agua	Proteina	Matérias graxas	Carbo-hidratos	Fibras	Cinzas
Abóbora	88,20	1,20	1,10	9,10	0,80	0,60
Abóbora dágua	94,44	0,56	0,10	3,30	1,10	0,30
Agrião	94,86	2,00	0,11	1,28	0,64	1,10
Alcachofra	85,50	2,80	1,40	6,80	2,40	1,10
Alface	93,80	1,50	0,30	3,00	0,40	1,00
Aspargo	93,96	1,83	0,25	2,55	0,74	0,67
Alho	64,66	6,76	0,06	26,31	0,77	1,44
Alho porro	91,92	1,88	0,55	3,63	1,10	0,92
Beringela	88,47	1,53	0,30	4,30	0,80	0,50
Beterraba	88,47	1,53	0,14	7,94	0,88	1,04
Cebola	87,19	1,57	0,52	7,87	1,35	1,20
Cenoura	88,20	1,10	0,40	8,20	1,10	1,00
Chicórea	93,88	1,35	0,13	3,10	0,70	0,84
Chuchú	93,30	0,64	0,20	5,25	0,40	0,41
Couve comum	91,24	8,82	0,21	2,94	1,67	1,74
Couve flor	71,75	2,24	0,43	4,30	1,08	0,78
Couve rábano	90,10	2,00	0,10	5,50	1,30	1,30
Ervilha (vag.)	88,60	3,33	0,10	6,10	1,06	0,75
Feijão (vagem)	63,70	5,50	1,20	21,20	6,00	0,20
Maxixe	93,83	0,14	0,10	1,45	—	0,51
Nabo	89,00	1,20	0,20	7,20	1,30	1,10
Pepino	95,36	1,10	0,10	2,21	0,78	0,45
Pimentão	85,61	1,02	0,34	4,01	1,02	1,02
Quiabo	90,20	1,60	0,20	4,00	3,40	0,60
Rabanete	91,80	1,30	0,10	5,10	0,70	1,00
Repolho	91,50	1,60	0,30	4,50	1,10	1,00
Salsa	85,70	3,82	1,39	4,82	1,52	2,75
Tomate	94,50	0,73	0,40	3,33	0,39	0,50

CALORIAS FORNECIDAS AO ORGANISMO POR 100 GRAMAS DE HORTALIÇAS

Hortaliças	Número de calorias
Acelga	42
Aipo	58
Alface	24
Cenoura	44
Chicórea	80
Couve flor	34
Couve nabo	40
Ervilha (vagem)	75
Espinafre	30
Feijão (vagem)	40
Nabo	30
Tomate	20
Aspargo	22

RIQUEZA EM MINERAIS EM ALGUMAS HORTALIÇAS

(expressa em %)

Hortaliças	Minerais				
	Potássio	Cálcio	Fósforo	Sódio	Magnésio
Abóbora	0,23	0,01	0,01	0,06	0,01
Aipo	0,31	0,07	0,03	0,08	0,01
Alface	0,33	0,04	0,04	0,02	0,01
Beringela	0,14	0,01	0,03	0,01	0,01
Beterraba	0,35	0,03	0,03	0,09	0,02
Cenoura	0,38	0,05	0,04	0,10	0,02
Chicórea	0,38	0,10	0,03	0,10	0,01
Couve	0,51	0,10	0,09	0,02	0,03
Couve-flor	0,22	0,12	0,06	0,06	0,01
Espinafre	0,77	0,06	0,06	0,12	0,03
Pepino	0,14	0,01	0,03	0,01	0,01
Tomate	0,27	0,01	0,02	0,01	0,01

Universidade Rural

Curso Avulso de Apicultura em colaboração com a Sociedade de Estudos Pan-Americana

Palavras do Reitor Prof. Torres Filho no ato da entrega de diplomas aos que fizeram o curso.

Encontramo-nos numa fase da vida continental em que o ideal pan-americano carece alicerçar-se em bases cada vez mais fortes, tanto culturais como econômicas.

Se dentro do hemisfério ocidental existem numerosos e frizantes contrastes, também se observam muitas semelhanças e feições comuns, justificando perfeitamente o entrelaçamento das vinte e uma repúblicas do continente, num esfôrço comum pela elevação do bem estar de suas populações.

Foi graças à descoberta da América que rápidas e profundas transformações se operaram na história da humanidade e o 12 de outubro de 1492 é considerado o segundo dia da criação do mundo.

Nos momentos mais graves de lutas e aspirações voltam-se anciosos os povos de outros continentes para o Novo Mundo, cabendo-lhe então a alta responsabilidade de desenvolver os vínculos da solidariedade em todos os sentidos.

Neste momento cruciante de reajustamentos de após-guerra as Três Américas carecem estar solidárias demonstrando o magnífico espírito de resistência na defesa da obra construtora dos líderes do continente.

E' dentro dêsse ideal que vamos assistindo o elevado movimento associativo em todos os ramos do pensamento e das atividades entre as nações do continente, a que o Brasil está sempre pronto a dar o máximo de contribuição, de esfôrço, tanto em iniciativas governamentais como particulares.

A solenidade de hoje, promovida pela Sociedade de Estudos Pan-Americanos, de que é presidente o ilustre e operoso Major Rubens Ribeiro dos Santos, constitui demonstração do elevado espírito pragmático e idealista do movimento que se opera a formação de uma nova mentalidade em que em vez de reivindicações de classes, todos procuram cooperar para o bem comum.

A Universidade Rural não poderia em seu vasto programa de educação, deixar de emprestar seu auxílio a tudo quanto venha robustecer a ação dessa Sociedade.

Melhor tema não poderia ter sido escolhido que o da vida das abelhas, tôda ela uma demonstração viva de trabalho solidário.

Dos ramos da agricultura é o mais nobre, e mais belo e um dos mais lucrativos.

Sôbre montes e vales, campos e várzeas a densa Flora, espargiu no Brasil a sua prodigalidade permitindo-lhe transformar-se num país melífero por excelência. Êle já se coloca entre os maiores produtores de cera e mel e está em condições, aplicados métodos racionais, de desenvolver em largas proporções essa produção para o consumo interno e exportação, beneficiando outros países.

A apicultura, introduzida no Brasil pelos primeiros colonizadores só começou a incrementar-se no começo dêste século com Apriligusteca (abelha amarela italiana), principalmente nos Estados do Sul. Nos últimos tempos a ação dos poderes públicos e as iniciativas particulares têm concorrido para o desenvolvimento da apicultura, criando apiários modelos, cursos práticos nas escolas, postos apícolas, clubes apícolas junto às escolas primárias (iniciativa essa do maior valor para a iniciação profissional), podendo se esperar uma produção maior e melhor preparada com vantagens reais para a saúde do povo.

Há a considerar ainda o aspecto social, pois, como fonte de renda, está ao alcance de todos, pois a matéria prima, o nectar, é fornecido graciosamente pela natureza e os operários, as abelhas, não tem exigências trabalhistas.

Um pequeno trato de terra, diminutas despesas de instalação, eis quanto exige a abelha para, numa área de 40 e mais quilômetros quadrados, ir buscar, fecundando as flores e aumentando as searas, o alimento com que elaborará a

cera e o mel, de tanta utilidade para o homem.

Que nos falta, afinal, para incentivar a apicultura? O que nos falta é promover sempre a formação de maior número de apicultores e de famílias de operosas abelhas e formar o ambiente para tal desiderato. Para que as experiências não sejam infrutíferas, ainda menos para os que se acautelam das ferroadas, tornam-se preciosos os ensinamentos técnicos. E' o que acabamos de fazer hoje com o curso ministrado, com tanta dedicação e entusiasmo, pelo professor Pedro Luiz Van Tol Filho, por intermédio dos Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da Universidade Rural, orientados com zêlo e competência pelo professor Cinéas Guimarães.

Entre os 63 alunos que hoje recebem certificado de habilitação mencionarei, com destaque, elevado número de professores, que apesar da árdua missão de ensino, ainda trazem seu concurso patriótico ao melhoramento da vida rural do país.

Congratulo-me, pois, com a Sociedade de Estudos Pan-Americana por esta iniciativa digna de todo acatamento e entusiasmo.

Consultas e Informações

GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Engenheiro Agrônomo
Consultor técnico de "A Lavoura"

Clubes Agrícolas Escolares

Até julho do corrente ano, de acôrdo com os dados fornecidos pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, já se encontram devidamente registrados e em pleno funcionamento, 1.330 Clubes Agrícolas.

Os Clubes Agrícolas Escolares são relativamente recentes entre nós, mas os seus benefícios já se fazem sentir de uma maneira muito acentuada.

Os 1.330 Clubes Agrícolas disseminados pelo país, congregando cêrca de 70.000 crianças, já realizaram muito, e muito realizarão ainda se contarem sempre com o apôio, a orientação e o incentivo de todos os que se interessam pelos nossos problemas agrícolas, especialmente os problemas de educação rural.

Clima e solo para o maracujá

..Respondendo a um nosso consórcio do Distrito Federal que nos consulta sôbre se pode plantar, com sucesso, maracujá em Jacarepaguá, informamos que ela é uma fruteira que se desenvolve bem em tôdas as zonas quentes, em quase todos os tipos de solos, preferindo, principalmente, os sílico-argilosos.

Como plantar a batata-dôce

Esclarecendo o sr. A.F., do Distrito Federal que pede conselhos sôbre como plantar a batata-dôce, temos a informar:

a — a batata-dôce reproduz-se, normalmente, pela rama.

b — as ramas devem ser escolhidas das plantas de melhor qualidade.

c — cada estaca (rama), deve medir de 0,30 a 0,50 m de comprimento e apresentar bons nós para facilidade de enraizamento.

d — o melhor terreno é o sílico argiloso.

e — o plantio em elevação reparadas por regos, é a mais conveniente, devendo-se enterrar as ramas até uns 0,15 m de profundidade.

f — a distância entre os regos varia de 0,50 m a 0,80 m e entre as estacas, de 0,30 a 0,40 m.

A soja e a alimentação dos animais

Respondendo ao nosso consórcio M.O. de Minas Gerais informamos que, realmente, a soja vem sendo usada na alimentação de porcos e coelhos, sempre com bons resultados desde que as rações sejam bem balanceadas.

Enxertia da fruta de conde

Esclarecendo a um nosso consócio, que nos consulta sôbre quais os melhores porta-enxertos para a fruta de conde, temos a informar que são empregados, com sucesso, o biribá, a condessa, o araticum, etc., principalmente o último que é muito resistente e vigoroso.

As Cooperativas e o Conceito de Lucro

por Fábio Luz Filho.

Como sociedades de pessoas, possuem as cooperativas normas e caracteres específicos.

O grande Gide disse: "Bem sabeis quais são as relações de troca que existem entre membros de uma mesma sociedade cooperativa. Chama-se a isso, usualmente, vendas e compras. Diz-se que uma sociedade de consumo vende a seus membros e que êsses lhe compram; mas, na realidade, são, os mesmos indivíduos, a um tempo, negociantes e compradores. Ninguém pode vender a si mesmo. Não há, pois, nisso, um verdadeiro comércio; as operações que se passam no interior de uma sociedade cooperativa não são mais do sue uma distribuição de gêneros".

Diz Poisson que as cooperativas têm um caráter distinto, porque como instituições econômicas elas são, antes de tudo, sociedades de pessoas de base democrática. Mas são igualmente associações de pessoas pelo fato de colimarem um fim desinteressado, um fim moral, sem procura de lucro. Em uma palavra, não têm elas fins lucrativos.

Essas palavras de dois grandes mestres bastam a convencer.

Cito agora a um grande economista.

Ghino Valenti diz muito bem que no cooperativismo não há venda e, sim, distribuição da riqueza produzida, para estabelecimento do equilíbrio distributivo.

As cooperativas compram para distribuir aos seus associados. Não há nisso traço de comércio. Não há "animus lucri". O "lucrum" é que constitue "a essência da comercialidade".

Passemos agora aos juristas.

Disse Leiserson, Thaller e Ramadier: "La relación jurídico cooperativista excluye el "animus speculandi", "el lucrum", y de conseguinte no es comercial... sostenemos que lá cooperativa es una sociedad "sui generis".

A lei 22.239 dá à cooperativa forma sui generis, um grande passo. A Cooperativa é apenas isso: cooperativa, "um tipo jurídico sui generis", repete Leiserson. Estou, humildemente, com Leiserson.

Ramadier diz que a jurisprudência francesa reconhece um caráter comercial ou civil à operação cooperativa segundo seja ela tratada com um associado ou com um terceiro.

Diz NAST, o prestigioso jurista, francês recentemente falecido, referindo-se à legislação francesa, ao lado de Coppola D'Anna:

"As sociedades são civis ou comerciais, segundo o seu objeto. A agricultura não é comércio. (Cl. Código do Comércio, art. 638, p. primeira).

"Também não se enquadram no domínio comercial (exceto a exploração das minas) as indústrias extrativas. A pesca é uma delas".

A pesca, a mineração, o corte de florestas, a salicultura, acentuei em "Rumo à Terra", pertencem, assim, ao grupo das indústrias de aquisição ou apreensão, que têm por fim submeter ao homem as fôrças e as matérias, como os produtos naturais, espontâneos. São também as chamadas indústrias originárias ou primárias.

As indústrias rurais são coisa muito diferente: têm por fim a formação de seres ou produtos orgânicos (a agricultura, a criação de animais). Economistas como Toniolo e Ghino Valenti classificam a indústria florestal como primária, colocando-a no grupo das indústrias extrativas. As indústrias extrativas são as mesmas indústrias de apreensão. Por elas "extraem-se, por processos vários, do seio da natureza, substâncias úteis ao homem, sem submetê-las a modificações que lhes alteram a estrutura interna".

Para melhor caracterização, das indústrias extrativas, reproduzo em Rumo à Terra (5.ª) a classificação técnica que faz Ghino Valenti das formas de produção (territorial e de transformação).

As operações imobiliárias não pertencem ao domínio comercial, diz ainda Nast. "Admitem de boamente os tribunais que as cooperativas são de natureza civil, a não ser que haja um texto em contrário, quando só prestam serviços a seus próprios associados ou só fazem dêles participarem terceiros a título inteiramente acidental.

"São consideradas como comerciais, qualquer que seja o seu objetivo (isto é, mesmo que façam operações puramente civis), tôdas as sociedades constituidas nas formas da comandita e do anonimato (o que a nossa legislação, digo eu, felizmente aboliu, no interêsse da verdadeira caracterização da Cooperativa). "O banco popular que só permite que seus associados se utilizem de seus serviços, não é um banco público. Seu subjetivo não é comercial". Com mais forte razão, digo eu, a caixa rural.

Em livros sucesivos tenho aventado tão importante tema. No campo do direito cooperativo essa questão não mais se discute; não são mercantis as operações realizadas por sociedades intuitus personae e não intuitus pecuniae e nas quais a "prestação de serviços", a "homogeneidade de necessidades" e plena satisfação delas, são pontos essenciais de doutrina.

Não é de hoje, realmente, que se vem processando essa controvérsia em torno da exata conceituação de "atos de comércio".

E Thaller, o grande mestre francês — "Droit Comercial" — já se refere ao direito comercial pessoal e ao real ou objetivo. "Notre code a consacré le deuxième système" (governando todos os atos do âmbito comercial). Le droit comercial s'aplique a toute personne, commerçant ou non, d'apres la seule nature de l'acte. (Ex: un achat pour revendre).

E eis uma observação que se deve fixar, de Thaller, quando, observada a natureza jurídica de seus atos e verificado se os mesmos são operações de comércio: "Mais il faut en outre qu'il les fusse professionelement". E essa qualidade pessoal do comerciante não se aplica às pessoas que praticam, acidentalmente, atos de comércio.

O Código de Comércio francês não quis definir com precisão o ato de comércio... E o nosso identicamente.

Entre os atos de comércio por sua natureza está "a compra de utilidades para revenda", compra realizada de maneira permanente por emprêsa especial. O caso das minas é típico; é um ato civil a exploração de minas; apenas a sua forma exterior é tomada à legislação comercial. No vago da legislação francesa, Beslay e Boistiel, citados por Thaller, fazem consistir o ato de comércio em ato de especulação ou de mediação, Rocco também.

"La spéculation, au sense large, c'est l'esprit d'enrichissement ou de lucre". "S'interposer dans un produit ou dans un facteur de richesse serait le fait constitutif du comerce".

"Chaque fois q'un acte juridique repond à ce criterium, on serait en présence d'une operation comerciale".

A venda deixa de ser um ato de comércio quando não tem necessidade do ato de compra como primeira etapa. E' uma operação civil. E' o caso da agricultura.

Referindo-se às cooperativas de consumo, Thailler diz: "... telle opération, qui serait commerciale en soit (a compra) cesse de l'être parce qu'elle concourt à un acte civil qui l'absorbe". O associado não vai vender a si mesmo, como frisa Gide. O papel "d'agent intermediaire" com espírito de lucro desaparece não só nas cooperativas de consumo, como nas demais. No campo do direito cooperativo os tratadistas nisso são acordes, unanimemente, una voce.

Vivante em "Instituições de Direito Comercial" diz que "não é possivel dar uma definição única dos atos heterogêneos que se reunem sob o nome de "atos de comércio", por influência históricas ou razões de interêsse jurídico comum ou pelo propósito de serem intermediários entre produtores e consumidores, o que falta a muitos dêles; nem o propósito de especulação, que se encontra somente em algumas classes de negócios. Por isso achamos mais lógico abandonar a tentativa de uma definição para unificar o que é heterogêneo..." "A compra é comercial quando o comprador tem, no momento mesmo da compra, a intenção, fàcilmente encontrável pelo vendedor, de revender ou de alugar o que comprou.

"A venda é comercial quando o vendedor comprou, antes, com o fim de revender.

"...é comercial porque o ato de permuta atual (a venda) está vinculado a outro ato de permuta (a compra).

A intenção de revender é o fim principal da compra.

Na órbita do direito cooperativo, o caráter civil das cooperativas em geral tem o apôio de grandes nomes, de luminosos e consagrados nomes, como já vimos.

Colocando o cooperativismo na base de sua estruturação o princípio democrático, o "respeito profundo pela pessoa humana", e a norma do retôrno, isto é, a distribuição das sobras na proporção do volume das operações efetuadas com a cooperativa pelos associados, realiza êle uma fórmula feliz de harmonia entre os homens, estabelece uma nova distribuição da riqueza, eliminando a renda sem trabalho e consequentemente, o lucro no sentido de ganho ilicito; erige um principio econômico novo, principio plasmador daquela economia nova acima referida, lei fisiológica dominadora, colocando os seus interêsses em comum, dirigidos pela ação solidária, uma admirável fôrça de defesa e propulsão, produtores e consumidores levantam os alicerces de uma nova ordem econômica de coisas, os fundamentos de uma economia organizada, planificada.

Exportação de Reprodutores

O ministro da Agricultura, Sr. Daniel de Carvalho, baixou a portaria n. 798, publicada em 1-12-46, no "Diário Oficial", resolvendo aprovar as instruções para a exportação de reprodutores do Brasil destinada a outros países.

De acôrdo com essa portaria, são as seguintes as instruções aprovadas:

1. — A exportação internacional de reprodutores, machos, fêmeas, só será permitida mediante autorização do ministro da Agricultura.

2. — Nenhum processo de exportação poderá ter andamento nas Alfândegas, mesas de renda ou postos fiscais do país, sem autorização a que se refere o item anterior.

3. — A autorização será dada desde que: a) a exportação não seja inconveniente aos interêsses da criação nacional; b) os reprodutores a exportar sejam considerados bons sob o ponto de vsita zootécnico, tendo-se em conta a apreciação o seu destino e a sua utilização no exterior.

4. — A autorização a que se refere o item anterior não inclui o cumprimento das disposições de lei relativas à exportação internacional, inclusive as de ordem sanitária.

5. — Para fiél cumprimento do disposto da letra *a* do item 3, as autorizações serão dadas de forma que a exportação não ultrapasse uma quota máxima, por espécie, raça e sexo, a ser fixada anualmente pelo Departamento Nacional da Produção Animal.

6. — Não será permitida a exportação de animais reconhecidos de alto valor como raçadores.

7. — Terão preferência para obtenção de autorização, dentro das quotas fixadas, as associações e entidades comerciais especializadas, compostas de criadores.

8. — Em face do que dispõe a letra b) do item 3, os reprodutores serão examinados por u mou mais funcionários do Departamento Nacional da Produção Animal com poderes para excluir do lote os animais considerados impróprios para exportação de acôrdo com as presentes instruções.

9. — Os animais examinados serão identificados individualmente por meio de número a fogo ou outro processo de marcação indelével, número êsse que deverá constar obrigatòriamente do laudo de inspeção que será expedido em duas vias, podendo uma ser fornecida ao exportador.

10. — O embarque dos reprodutores será fiscalizado por um funcionário do Departamento Nacional da Produção Animal, que verificará a identidade dos animais ficando o exportador obrigado a dar conhecimento prévio, do dia, hora

e local do embarque, ao funcionário incumbido da fiscalização.

11. — Para exato cumprimento do disposto no final do item 4, e nos números 8 e 9, serão os animais destinados à exportação reunidos em lazareto da Divisão de Defesa Sanitária Animal ou outro local considerado apropriado pelas autoridades sanitárias, correndo as despesas de transporte e manutenção dos mesmos à conta dos interessados.

12. — A exportação de éguas continuará regulada pelo decreto-lei n. 1.117, de 21-6-939, alterado pelo Decreto-lei número 9.620, de 21-8-46.

13. — A exportação só será permitida pelos portos de escala de navegação de longo curso, convenientemente aparelhados para fiscalização das presentes instruções. (atualmente: Santos, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Salvador).

FRUTICULTORES PRATICOS

O Dr. Antonio de Arruda Camara, Diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, enviou ao Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, especialização e extensão, da Universidade Rural, o seguinte relatório:

Tenho o prazer de transcrever, para vosso conhecimento e devidos fins, o relatório apresentado pelos professores do Curso de Extensão de Fruticultura, grupo A, realizado na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

"O Curso de Extensão de Fruticultura, grupo A, "realizado pela Diretoria dos Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão do Ministério da Agricultura, em colaboração com a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", obteve pleno êxito, conforme se verifica pelo resultado final dos exames realizados.

Iniciado no dia 16 de março do corrente ano, com 78 alunos matriculados, terminou no dia 27 de julho, tendo sido aprovados nos exames realizados 40 alunos.

A duração total do curso foi de 20 domingos como havia sido previsto, não se registrando, durante todo o curso, nenhuma falta dos professores.

Durante o referido curso foram ministradas 80 horas de aulas assim distribuídas:

40 horas de aulas de fruticultura;
40 horas de aulas de defesa sanitária vegetal.

Durante o curso foram realizados pelos alunos todos os trabalhos de instalação, aproveitamento e administração de pomares.

O exame prático-oral, realizado no dia 27 de julho, constou de questões práticas, formuladas sôbre as duas matérias componentes do curso, sendo cada aluno arguido pelos dois examinadores, durante cerca de dez minutos.

Cada examinador atribuiu nota de zero a cem, e a nota do exame prático-oral foi a média aritmética entre as notas dos dois examinadores.

Foi o seguinte o resultado dêsse exame:

Amaury Mendes Pires	95
Alvaro Miguel Nunes	80
Alfredo Batista de Toledo Neto ..	80
Arthur Paysan Valdetaro	100
Agostinho Dias da Trindede	70
Amado Silva	95
Antonio Gonçalves Meira	100
Antonio de Paiva Cacalvanti	90
Alamir Punaro Barata	100
Aleino Netto Brandão	90
Ana da Costa Leite	90
Aminadeb Fernandes Soares Filho	90
Beatriz Raphaela Imbroisi	100
Benjamin Vianna	70
Dario de Menezes Vasconcelos Drumond	100
Delio Meirelles	80
Francisco da Costa Leite	95
Gaspar Imbroisi	100
Gamaliel Silva	100
Hamilton Tertuliano de Souza ...	70
Helio Tavares	80
Isabel Pons	100
José Lopes Guimarães Junior	90
João Pereira da Costa	100
José de Freitas Valentim	100
Moacyr Rosalem	100
Mauri Teixeira de Melo	100
Nelson Marques	90
Olivia Conceição Vieira	100
Pedro Alcantara d'Albuquerque ..	100
Paulo Sinfuna	100
Pedro milio Vettiner	100
Ruy Anacleto	85

Roberto Nogueira Fontoura 95
Ricardo Guilherme Rittmeyer 100
Ramiro Gabriel 100
Rubens Simões Lopes 95
Thelma Euridice Imbrosi 100
Waldir Lêmos Coutinho 100
Zelia de Paiva Cavalcanti 90

De acôrdo com o regimento do inrso, foi atribuido no exame, uma nota de tarefa.

Essa nota, foi a média aritmética entre as notas dadas pelos professores, relativas aos trabalhos realizados pelos alunos no decorrer do curso.

Foi o seguinte o resultado das notas de tarefas:

Amaury Mendes Pires 90
Alvaro Miguel Nunes 100
Alfredo Batista de Toledo Neto .. 100
Arthur Paysan Valdetaro 100
Agostinho Dias da Trindade 75
Amando Silva 100
Antonio Gonçalves Meira 100
Antonio de Paiva Cavalcanti 100
Alamir Punaro Barata 100
Aleino Nello Brandão 90
Ana da Costa Leite 90
Aminadab Fernandes Soares Filho 70
Beatriz Raphaela Imbrosi 100
Benjamin Vianna 80
Dario de Menezes Vasconcelos Drumond 100
Delio Meirelles 100
Francisia da Costa Leite 85
Gaspar Imbroisi 100
Gamaliel Silva 95
Hamilton Tertuliano de Souza 80
Helio Tavares 60
Isabel Pons 100
José Lopes Guimarães Junior 100
João Pereira da Costa 100
José de Freitas Valentim 100
Moacyr Rosalem 100
Mauri Teixeira de Melo 100
Nelson Marques 95
Olivia Conecição Vieira 80
Pedro Alcantara d'Albuquerque .. 100
Paulo Scarfano 95
Pedro Emilio Vetiner 100
Ruy Anacleto 90
Roberto Nogueira Fontoura 100
Ricardo Guilherme Rittmeyer 100
Ramiro Gabriel 100
Rubens Simões Lopes 100
Thelma Euridice Imbroisi 100
Walmir Lemos Coutinho 100
Zelia de Paiva Cavalcanti 100

A nota final de aprovação, de acôrdo com o regimento do curso foi a média aritmética entre as notas de tarefa e do exame prático-oral.

O resultado finla dos exames, foi, portanto, o seguinte:

Amaury Mendes Pires 93
Alvaro Miguel Nunes 90
Alfredo Batista de Toledo Neto .. 90
Arthur Paysan Valdetaro 100
Agostinho Dias da Triudade 73
Amando Silva 98
Antonio Gonçalves Meira 100
Antonio de Paiva Cavalcanti 95
Almair Punaro Barata 100
Aleino Nello Brandão 90
Ana da Costa Leite 90
Aminadab Fernandes Soares Filho 80
Beatriz Raphaela Imbroisi 100
Benjamin Vianna 75
Dario de Menezes Vasconcelos Drumond 100
Delio Meirelles 90
Francisca da Costa Leite 90
Gaspar Imbroisi 100
Gamaliel Silva 98
Hamilton Tertulinao de Souza 75
Helio Tavares 70
Isabel Pons 100
José Lopes Guimarães Junior 95
João Pereira da Costa 100
José de Freitas Valentim 100
Moacyr Rosalem 100
Mauri Teixeira de Melo 100
Nelson Marques 93
Olivia Concecição Vieira 90
Pedro Alcantara d'Albuquerque .. 100
Paulo Scarfano 98
Pedro Emilia Vatiner 100
Ruy Anacleto 88
Roberto Nogueira Fontoura 98
Ricardo Guilherme Rittmeyer 100
Ramiro Gabriel 100
Rubens Simões Lopes 98
Thelma Euridice Imbroisi 100
Walmir Lemos Coutinho 100
Zelia de Paiva Cavalcanti 95

O resultedo acima demonstra não só a eficiência do curso, como também, o interêsse dos candidatos.

Congratulando-me pelo êxito do curso e a maneira pela qual foi realizado, cabe-me, ao renovar os agradecimentos da direcão e do corpo docente da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", declarar que procuraremos sempre, com o maior empenho, corresponder à confiança dispensada.

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO

... UM GUIA DIÁRIO!

O "BOLETIM" da Associação Comercial do Rio de Janeiro é uma publicação semanal destinada à defesa dos interêsses dos associados do importante órgão de classe a que pertence.

Informativo, contém o Boletim a resenha das sessões semanais da Associação Comercial, seções especializadas de informações, econômicas e financeiras, fiscais, jurídicas, oportunidades comerciais, notícias sindicais, além de artigos e editoriais sôbre assuntos da maior relevância.

Distribuído gratuitamente entre os sócios da Associação Comercial, com uma tiragem semanal de 10.000 exemplares, circulando largamente nos mais amplos meios de consumidores e comerciantes, o "BOLETIM" apresenta-se como eficiente veículo de propaganda entre um público já por sua natureza selecionado.

Nenhum comerciante, industrial, baqueiro, financista, estudioso de problemas econômicos, etc., pode prescindir do "BOLETIM" da Associação Comercial do Rio de Janeiro, suplemento semanal da "REVISTA DO COMERCIO".

Assim, ingressar no quadro social da Associação Comercial do Rio de Janeiro e anunciar nas páginas de seu "BOLETIM", representarão auxílio valioso à benemérita Sociedade de classe e benefício próprio, com divulgação eficiente em publicação por todos os títulos indicada para oferecer o máximo de aproveitamento e de resultados compensadores.

Curso Prático de Agricultura

GERALDO GOULART DA SILVEIRA.
Engenheiro Agrônomo.

1.º Relatório das atividades dos Cursos Práticos de Agricultura ministrados na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, referente ao mês de setembro de 1947.

De acôrdo com o estabelecido entre a Sociedade Nacional de Agricultura e a fundação Getúlio Vargas, estão sendo ministrados, com regularidade, os seguintes Cursos Práticos:

Curso Prático de Floricultura;
Curso Prático de Jardinagem;
Curso Prático de Solos e adubação;
Curso Prático de Botânica Agricola;
Curso Prático de Viveirista;
Curso Prático de Hortas Domésticas;
Curso Prático de Economia e Administração.

Curso Prático de Floricultura

Iniciado domingo, dia 14, nele estão matriculados 57 candidatos, dos quais 40 do sexo masculino e 17 do sexo feminino. E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as idades:

10 a 20 anos	18 alunos
20 a 30 anos	21 alunos
30 a 40 anos	9 alunos
40 a 50 anos	6 alunos
50 a 60 anos	1 aluno
Não declarada	2 alunos

E' a seguinte a distribuição dos alunos, de acôrdo com as profissões:

estudantes	18 alunos
funcionários públicos .	11 alunos
professores	6 alunos
comerciários	4 alunos
lavradores	2 alunos
militares	2 alunos
mecânicos	2 alunos
industriários	2 alunos
contadores	1 aluno
domésticas	1 aluno
marcineiros	1 aluno
protéticos	1 aluno
administradores	1 aluno
criadores	1 aluno
escriturários	1 aluno
bancários	1 aluno
não declarados	2 alunos

Durante o mês de setembro foram ministradas 6 horas de aulas (dias 14, 21 e 28), pelo professor auxiliado pelo assistente, importando numa despeza de Cr$ 300,00 para o professor e Cr$ 150,00 para o assistente.

O movimento geral do curso durante o mês de setembro foi:

total de comparecimento	146
total de faltas	27

Curso Prático de Botânica Agrícola

Iniciando terça-feira dia 9, nele estão matriculados 50 candidatos, dos quais 43 do sexo masculino e 7 do sexo feminino. E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as idades:

10 a 20 anos	31 alunos
20 a 30 anos	10 alunos
30 a 40 anos	4 alunos
40 a 50 anos	2 alunos
50 a 60 anos	2 alunos
60 a 70 anos	1 aluno

E' a seguinte a distribuição dos alunos de acordo com as profissões:

estudantes	35 alunos
funcionários públicos ..	3 alunos
militares	2 alunos
contadores	2 alunos
professores	2 alunos
farmacêuticos	1 aluno
administradores	1 aluno
compositores	1 aluno
securitários	1 aluno
guarda-livros	1 aluno
desenhistas	1 aluno

Durante o mês de setembro foram ministradas 12 horas de aulas (dias 9, 16, 23 e 30) pelo professor, importando nu-

ma despeza de Cr$ 600,60, para o pagamento do referido professor.

O movimento geral do curso durante o mês de setembro foi:

total de comparecimento	181
total de faltas	19

Curso de Viveirista

Iniciado domingo, dia 14, nele estão matriculados 29 candidatos, dos quais 26 do sexo masculino e 3 do sexo feminino. E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as idades:

10 a 20 anos	17 alunos
20 a 30 anos	5 alunos
30 a 40 anos	3 alunos
40 a 50 anos	2 alunos
50 a 60 anos	2 alunos

E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as profissões:

estudantes	13 alunos
industriários	3 alunos
funcionários públicos ..	3 alunos
domésticas	1 aluno
trabalhadores	1 aluno
floricultores	1 aluno
desenhistas	1 aluno
escriturários	1 aluno
administrador	1 aluno
dentista	1 aluno
mecânico	1 aluno
viveirista	1 aluno
não declarada	1 aluno

Durante o mês de setembro foram ministradas 6 horas de aulas (dias 14, 21 e 28), pelo professor auxiliado pelo assistente, importando numa despeza de Cr$ 300,00 para o pagamento do professor e Cr$ 150,00 para o pagamento do assistente.

O movimento geral do curso durante o mês de setembro foi:

total de comparecimento	73
total de faltas	12

Curso Prático de Hortas Domésticas

Iniciando quinta-feira, dia 11, nele estão matriculados 81 candidatos, dos quais 44 do sexo masculino e 37 do sexo feminino.

E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as idades:

10 a 20 anos	56 alunos
20 a 30 anos	9 alunos
30 a 40 anos	1 aluno
40 a 50 anos	2 alunos
50 a 60 anos	2 alunos
não declarada	11 alunos

E' a seguinte a distribuinão dos alunos de acôrdo com as profissões:

estudantes	68 alunos
comerciários	2 alunos
desenhistas	1 aluno
escriturários	1 aluno
prático rural	1 aluno
professores	1 aluno
secritários	1 aluno
funcionários públicos .	1 aluno
contadores	1 aluno
serventes	1 aluno
farmacêuticos	1 aluno
não declarada	2 alunos

Durante o mês de setembro foram ministradas 9 horas de aulas (dias 11, 18 e 25) pelo professor auxiliado pelo assistente, importando numa despeza de Cr$ 450,00 para o pagamento do professor e de Cr$ 225,00 para o do assistente.

O movimento geral do curso durante o mês de setembro foi o seguinte:

total de comparecimento	182 alunos
total de faltas	58 alunos

Curso Prático de Economia e Administração Rural

Iniciado domingo, dia 14, nele estão matriculados 129 candidatos, dos quais 118 do sexo masculino e 11 do sexo feminino.

E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as idades:

10 a 20 anos	36 alunos
20 a 30 anos	50 alunos
30 a 40 anos	22 alunos
40 a 50 anos	8 alunos
50 a 60 anos	3 alunos
60 a 70 anos	1 aluno
não declarada	9 alunos

E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as profissões:

estudantes	33 alunos
funcionários públicos .	28 alunos
industriários	7 alunos
contadores	6 alunos

militares	7 alunos
não declaradas	3 alunos
comerciàrios	5 alunos
bancàrios	4 alunos
professores	3 alunos
auxiliares de escritório	3 alunos
encarregados	2 alunos
escrituràrios	2 alunos
desenhistas	2 alunos
ferroviários	2 alunos
administradores	2 alunos
lavradores	2 alunos
auxiliar de contador . .	1 aluno
empreiteiros	1 aluno
criadores	1 aluno
marcineiros	1 aluno
criadores	1 aluno
cobradores	1 aluno
enfermeiras	1 aluno
còrretores	1 aluno
dentistas	1 aluno
apropriadores	1 aluno
dactilógrafo	1 aluno
mecânico	1 aluno
guarda-livros	1 aluno
secretários	1 aluno
alfaiates	1 aluno
eletricistas	1 aluno
auxiliares de quimica . .	1 aluno
estoquistas	1 aluno
arquitetos	1 aluno

Durante o mês de setembro foram ministradas 9 horas de aulas (dias 14, 21 e 28 pelo professor, importando numa despeza de Cr$ 450,00 para o pagamento do referido professor.

O movimento geral do curso durante o mês de setembro foi:

total de comparecimento	309 alunos
total de faltas	78 alunos

Curso Prático de Solos e Adubação

Iniciado terça-feira, dia 9, nele estão matriculados 26 candidatos, dos quais 26 são do sexo masculino e 0 do sexo feminino.

E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as idades:

10 a 20 anos	10 alunos
20 a 30 anos	7 alunos
30 a 40 anos	4 alunos
40 a 50 anos	2 alunos
50 a 60 anos	3 alunos

E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as profissões:

estudantes	13 alunos
funcionários públicos .	5 alunos
lavradores	3 alunos
militares	2 alunos
trabalhadores	1 aluno
industriários	1 aluno
não declarada	1 aluno

Durante o mês de setembro foram mi- nistradas 8 horas de aulas (dias 9, 1 23 e 30) pelo professor, auxiliado pel assistente, importando numa despeza d Cr$ 400,00, para o pagamento do profe sor e de Cr$ 200,00 para o do assistent

O movimento geral do curso durant o ms de setembro foi:

total de comparecimento	81
total de faltas	23

Curso Prático de Jardinagem

Iniciado sexta-feira, dia 12, nele est matriculados 21 candidatos, dos qua 22 do sexo masculino e 2 do sexo fem nino.

E' a seguinte a distribuição dos al nos de acôrdo com as idades:

10 a 20 anos	9 alunos
20 a 30 anos	9 alunos
30 a 40 anos	3 alunos
40 a 50 anos	1 aluno
50 a 60 anos	2 alunos

E' a seguinte a distribuição dos al nos de acôrdo com as profissões:

estudantes	13 alunos
militares	2alunos
desenhistas	1 aluno
jardineiros	1 aluno
securitários	1 aluno
contadores	1 aluno
arquitetos	1 aluno
não declaradas	4 alunos

Durante o ms de setembro foram m nistradas 9 horas de aulas (dias 12, e 26) pelo professor de jardinagem e horas de aulas (dias 2, 15, 22 e 29) pe professor de desenho, importando n ma despesa de Cr$ 450,00 para o pa mento do primeiro professor e de C 600,00 para o pagamento do segun professor.

O movimento geral do curso duran o ms de setembro foi:

total de comparecimento	112
total de faltas	56

Conforme se verifica, são muito an madores os resultados dos primeiros cu sos ministrados na Escola de Hortic tura "Wenceslão Bello" em colabor ção com a Fundação Getúlio Vargas.

Sociedade Nacional de Agricultura

Movimento da Secretaria — Dezembro de 1947

Correspondência recebida:

Telegramas	5
Ofícios	13
Cartas	4
Diversos	9
Total	31

Correspondência expedida:

Telegramas	13
Ofícios	26
Circulares	1
Cartas	8
Total	48

Serviço de Fornecimento — Distribuição gratuita de sementes de Amendoim "Tatú" e Trigo "Sarraceno":

Foram atendidas as seguintes pessoas: — Gal. G. Cordeiro de Farias; D.F. — Dr. Hanibal Porto; D.F. — Dr. João Fernandes da Costa; D.F. — Dr. Leopoldo Penna Teixeira; D.F. — Sarg. Elpidio Merighi Ladeira; D.F. — Dr Saharov Glebe; D.F. — Dr. Luiz Alberto Whately; D.F. — Dr. Aristoteles Pereira; D.F. — Ctão. Lindolpho Freitas; D.F. — Itamar Batista de Oliveira; D.F. — Mario M. Campello; D.F. — José Fabrino de Oliveira — Itamar Francisco de Moura Brasil; D.F. — Mme. Xavier de Araújo; D.F. — Rubem Gusmão; D.F. — Henrique Mendes Tavares; D.F. — João da Costa; D.F. — Antonio Cruz Martins Guerra; D.F. — Sylvio Fróes de Abreu; D.F. — José Moacyr Cardoso Cavalcante; D.F. — Hugo Barreto; D.F. Guilhermina Suzana Joncker; D. F. — Ricardo Esd; D.F. — Luis Fonseca Junior; D.F. Cecil Rodrigues da Cruz; D.F. — Guilhermo R. Hohagen; D.F. — Curt & Cia.; E. Rio — Julio Melo Garcia; D.F. — Antonieta Delarmo Caudyçño; D.F. — Milton Tavares dos Santos; D.F. Miguel Pereira dos Santos; D.F. — Januário Lopes da Silva; D.F. — Bernar Sette Costa Pereira; D.F. — Arthur Viana F.º; D.F. — Blabeie Irmão & Cia.; D.F. — Antonio Mourão; Minas — Frederico Carlos Oppenheim; Minas — Braulio Silvares Espindola; Mato Grosso — Benedito Maciel L. Braga; Estado do Rio — Geny Maglione Monti; Minas — Jacob Levy; Estado do Rio — Elazir Luz Flores; Estado do Rio — Alvaro da Silva Campos; Estado do Rio — Rothschild Ferreira Flores; Estado do Rio — José Gonçalves Viana; — Minas — Francisco F. Mendes; Estado do Rio — Antonio Barbosa de Castro e Silva; Minas — Bernardo Vaz da Costa; Minas — F. Fressoldi — São Paulo — Benjamim de Assis Pereira; Minas — Ladislau Federowich; Goiás.

Foram propostos e aceitos os seguintes sócios: — Curt & Cia. Estado do Rio — Dr. Lincoln Gripp de Moraes; Estado do Rio.

Publicações recebidas durante o mês de dezembro de 1947:

Bol. Econômico — Ano 947 — numeros 8 e 9.

Bol. F.A.R.E.S.P. — n.º 28 1-12-47 — n.º 29 16-12-47.

Bol. Sup. Serv. do Café — Ano XII - n.º 240 — fev. 947 e 241 março 947.

Bol. do Leite — Ano I — n.º 5 nov. de 1947.

Bol. Linotipico — n.º 68 — 1947 — D.F.

Bol. Cons. Fed. Com. Ext. — Ano X — n.º 9.

Bol. Ass. Com. do Amazonas — VII — n.º 75 — out. 947.

Carta quincenal — n.º 50, nov. 947 — Chile — n.º 49 out. 947.

Gazeta das Aldeias — n.º 2.123 — nov. 947 — Portugal.

Associacion Rural del Uruguay — out. 1947 — Montevidéo — Ano LXXIV — n.º 10.

Diesels — U.S.A.

Circular — n.º 762 — U.S.A.

Techinidal Bulletin — n.º 915 jul. 946 — 865 mar. 914 — 929 out. 946.

Farmers Bulletin — 523 — 1.989.

Liga do Com. do R. de Janeiro — nov. 947 — Ano XII — n.º 169 — out. 947 — n.º 168

Rev. Bras. de Panificação — Ano XII — n.º 147 — nov. 947.

Rodovia — Ano X — nov. 947 — número 91.

Relatório da Diretoria da Ass. Com. Amazonas — 1946 a 1947.

Rev. Bras. de Economia — Ano I — set. 1947 — n.º 1 — D.F.

Conjuntura Econômica — Ano I — nov. 947 — n.º 1.

New Orleans Porto Record — out. 947.

Rev. Agronômica — Ano XI — n.º 127 — 128 — 129 — jul. ag. set. 947 — Rio Gr. do Sul.

Separata Rev. de Agr. — Vol. XXII — n.º 7 — 8 947 — São Paulo.

Neighbrs — Vol. 3 — n.º 12 — ano 947 — Missouri.

Jornal "Esnea" — 21-11-17 — Buenos Aires.

The Farmers Share — n.º 123 — U.S.A.

El Agrocultor Venezolano — Ano XII — n.º 125 — jul. ag. 947.

Abastecimentos — por Cesar M. Casas Rodriguez — Min. Com. de Cuba 1947 — Habana;

O Observador — Ano XII n.º 142 — novembro 1947;

Sind. Cr. de Ganado Frisio — Holanda;

A Granja — Ano 3 — n.º 26 — e n.º 27 — 1947;

Min. Rel. Exteriores — Ano 1947 — nov. n.º 11;

Unesco — Vol. 1 out. 947 n.º 7 — Paris;

Ensino Agricola — n.º 1 — Ano 1947 — S. Panol;

Cons. Int. de Com. y Produção:

Normas Uniformes sôbre Avaria Común, Privilégios e Hipoteca Maritimos y conocimentos de Embarque;

Reglas Internacionales sobre el uso de las clausulas comerciales Cif, Fob Y Fas;

Reglas de Viena sobre creditos documentados;

Proyestos de convenio — tipo sobre doble Imposion International;

Letras de Cambio y pagares a la ordem;

El Problema de la alimentacoin mundial;

Oferta da Universidade de Santo Domingo — Rep. Dominicana;

Anales — jan. — jun — 1944 — 29-30 — Vol. VII;

Anales — jul. — dez. — 1944 — 31-32 — Vol. VIII;

Anales — jan. — dez. — 1945 — 33-36 — Vol. IX;

Anales — jan. — jun. — 1946 — 37-38 — Vol. X;

Anales — jan. — jun. — 1941 — Vol. V fasc. I-II;

Anales — jul. — set. — 1941 — Vol. V fasc. III;

Anales — out. — dez. 1941 — vol. V — fasc. IV.

A SEMANAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Parecer sôbre a indústria de azôto sintético — A cultura de marmeleiro em Goiás — Financiamento da cultura da mandioca — Decrescimento da produção algodoeira do país.

Como de costume, realizou-se ontem a sessão semanal da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, que teve os seus trabalhos presididos pelo Professor Arthur Torres Filho.

O expediente foi lido pelo Secretário Murtinho Braga, tendo o Sr. Presidente dado conhecimento à Casa dos têrmos do parecer formulado pelos membros da comissão especial designada para apreciar a parte do convênio comercial recentemente assinado com o Chile que diz respeito aos fertilizantes e, pois, interessando profundamente à nossa agricultura. Informou o Sr. Torres Filho que tal opinião seria emitida pela Sociedade a pedido da Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara dos Deputados que, como se sabe, juntamente com o Senado terá de opinar para a ratificação do convênio.

Assinaram o parecer o próprio presidente da Sociedade e os Srs. Prof. Antonio Barreto, Kurt Repsold, Eumenes Marcondes de Melo e Enio Luiz Leitão. Nesse parecer, reafirma a Sociedade Nacional de Agricultura o seu conhecido ponto de vista, emitido desde os tempos da penúltima conflagração mundial, qual o de que será sempre de grande inconveniência para os interêsses da agricultura, para não falar nos da defesa nacional, qualquer retardamento à implantação da indústria do azôto sintético no país. O parecer alude às iniciativas já em curso com o propósito de estabelecimento dessa indústria no Brasil e, também, às grandes possibilidades que para uma indústria econômica de azôto sintético oferecem as grandes usinas elétricas, como as de Paulo Afonso, em via de realização.

O parecer, aprovado pela sessão, foi mandado encaminhar à Câmara dos Deputados.

A seguir, é lido um ofício da Prefeitura Municipal de Luiziania, no Estado de Goiás, comunicando à Sociedade que as plantações de marmelo do município — principal atividade agrícola e esteio da maior indústria local, a marmelada, acha-se em grave perigo pela invasão de pragas e moléstias que os agricultores não sabem como combater. Pede a intervenção da Sociedade junto ao Ministério da Agricultura, para a ida de um técnico especializado em defesa sanitária vegetal, a fim de orientar o combate. A Sociedade, imediatamente atendeu ao pedido e pediu providências ao Sr. Ministro Daniel de Carvalho, sempre solícito em atender às solicitações da classe rural.

Outros papéis são dados a conhecer e discutidos, tendo o Sr. Torres Filho declarado que o principal motivo da reunião seria o estado das causas que estão contribuindo para o decréscimo da produção algodoeira do país, notadamente no Estado de São Paulo. Explica que, há tempos, teve ocasião de oferecer ao Conselho Federal de Comércio Exterior uma indicação nesse sentido e tomando o depoimento de técnicos e órgãos particulares e públicos, a fim de melhor orientar o sentido das providências a serem tomadas para evitar a queda alarmante da produção do algodão no país, com graves repercussões inclusive no terreno alimentar, sabido como é que o óleo de caroço de algodão, hoje, entra com um grande coeficiente no suprimento de gordura alimentar.

Tendo se dirigido a Sociedade, em nome dos plantadores de mandioca, ao Sr. Presidente da República, solicitando a inclusão da lavoura da mandioca no plano de emergência, o Sr. Ministro da Fazenda informou não ser possível modificar o decreto-lei n. 9.879 de 16 de setembro de 1946, por já ter sido assinado o contrato com o Banco do Brasil. Entretanto, informou estar a Carteira de Créditos daquele Banco assistindo financeiramente o custeio da lavoura de mandioca destinada à produção de farinha de mesa limitando os empréstimos a Cr$ 30.000,00. A Sociedade advoga, entretanto, a inclusão da mandioca no plano de emergência para efei-

to do estabelecimento do preço mínimo da mandioca, cuja cultura carece ser amparada, dadas as exigências do consumo interno.

Informa ainda o Sr. Torres Filho que, há dias, recebeu a visita do Sr. Dr. Alberto Prado Guimarães, com quem trocou idéias a respeito, tendo o mesmo, a seu convite, comparecido ao Conselho Federal de Comércio Exterior, onde apresentou estudo completo das condições técnicas, econômicas e financeiras da lavoura algodoeira.

A Sociedade recebeu larga contribuição de estudos realizados por entidades de classe de São Paulo e de regiões algodoeiras do Norte, como a Sociedade Paulista de Agronomia, da Federação das Associações Rurais de São Paulo, da Bolsa de Mercadorias, do Fomento Agrícola, permitindo esses dados a elaboração de um estudo concreto capaz de permitir orientação segura no amparo aos plantadores de algodão. A gravidade da situação resulta da perspectiva de 30% de diminuição na safra algodoeira do corrente ano, com graves consequências para o consumo interno de fio, óleo e torta, prejudicando ainda a posição do país como exportador de algodão. Em 1946 o Brasil exportou 352.000 toneladas de algodão, no valor de .... 2.937.584,000 cruzeiros. No primeiro semestre dêste ano alcançou essa exportação 150.000 toneladas, no valor de 1.966.387.000 cruzeiros, isto porque tínhamos reservas de anos passados, havendo agora fundadas razões para recearmos o racionamento futuro a fim de garantirmos o funcionamento de nossas fábricas. As atenções dos agricultores se voltam agora para o plantio do amendoim com prejuízo do cultivo do algodão em São Paulo, havendo múltiplas causas para êsse decréscimo, sendo a principal a ausência de financiamento direto ao pequeno produtor.

O assunto despertou o maior interêsse entre os presentes, sendo debatido pelos Srs. Cincias Guimarães, João Maurício, Kurt Respsold, Renato Martins e outros.

O Sr. Presidente designa uma comissão composta dos três últimos nomes para oferecer, com urgência, parecer a ser encaminhado às autoridades.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos.


CIA DE CIGARROS SOUZA CRUZ
CIGARROS
Belmont
Belmont
Belmont

A LAVOURA

A mais antiga publicação agrícola em circulação no Brasil

Palmeiras babassú em plena produção

ANO LII MARÇO-ABRIL DE 1948



A avicultura bem orientada é uma grande fonte de renda

SUMARIO

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.° 3549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo: Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida

Presidente Benemérito: Dr. Wenceslão Braz Pereira Gomes

Presidente de Honra: Dr. Getúlio Dornelles Vargas

DIRETORIA GERAL

Presidente	— Arthur Torres Filho
1.° Vice-Presidente	— Luiz Simões Lopes
2.° " "	— Edgard Teixeira Leite
3.° " "	— A. de Arruda Camara
1.° Secretário	— F. Murtinho Braga
2.° "	— Adamastor Lima
3.° "	— Eurico Santos
4.° "	— Cinéas de L. Guimarães
1.° Tesoureiro	— Kurt Repsold
2.° "	— Otto Frensel

DIRETORIA TÉCNICA

Altino de Azevedo Sodré
Antonio Francisco Magarinos Torres
Franklin de Almeida
Enio Luiz Leitão
Geraldo Goulart da Silveira
Iris Meinberg
João Maurício de Medeiros
Joaquim Bertino de Morais Carvalho
Luiz de Oliveira Mendes
Pedro Fontes.



CONSELHO SUPERIOR

Alberto Ravache
Alvaro Simões Lopes
Anapio Gomes
Antonio Barreto
Antonio José Alves Alves de Souza
Apolonio Sales
Balbino de Souza Mascarenhas
Ben-Hur Ferreira Raposo
Benjamin do Monte
Carlos de Souza Duarte
Diogenes Caldas
Eduardo Duvivier
Fabio Furtado Luz
Euvaldo Lodi
Francisco Saturnino de Brito Filho
Guilherme Egberto Hermsdorff
Honório da Costa Monteiro Filho
Humberto Bruno
Ismael Cordovil
Israel Pinheiro da Silva
Itagiba Barçante
J. C. Belo Lisbôa
Jeronymo Antonio Coimbra
João Gonçalves de Souza
João Tjader
José Sampaio Fernandes
José Solano Carneiro da Cunha
Landulpho Alves de Almeida
Manoel Carlos Ferraz de Almeida
Manoel Neto Campelo Junior
Mario de Oliveira
Napoleão de Alencastro Guimarães
Ormeu Junqueira Botelho
Oscar Daudt Filho
Paulo Parreiras Horta
Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
Ruy Carneiro
Sebastião Herculano de Mattos
Sebastião Sant'Ana e Silva

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LII — Março-Abril de 1948

PLANEJAMENTO ECONÔMICO

Prof. Arthur Torres Filho.

*Apresenta-se-nos, como imperativo do
nomento, realizarmos grande esfôrço
m prol do planejamento da economia
rasileira. A êsse respeito já a Carta
Magna do país lançou, em feliz inspira-
ão, as bases relativas ao Nordeste, à
mazônia e ao S. Francisco, garantindo,
ara isso, os elementos financeiros ne-
essários. Entretanto, êsse planejamento
rá que se estender a múltiplos aspe-
s da vida nacional, para que possamos
rguer um equipamento técnico moder-
o, que seja capaz de garantir o melho-
mento do nível de vida das nossas po-
ulações citadinas e rurais. A propósito,
ermito-me ligeira referência ao inqué-
to que entre nós procedeu a missão,
orte americana chefiada por Morris L.
ook, em 1942. Em uma das suas passa-
ns, diz êsse relatório, que o Brasil, co-
o nação industrial, ainda se encontra
adolescência "devido à sua pouca
volução, às dificuldades na distribuição
ao relativo isolamento em que vivem
uitos núcleos de sua população, parte
ubstancial desta sofre de doenças, é
bnutrida e insuficientemente educada".
inda salientou a referida missão, como
ntos básicos, para nossa industrializa-
o: "a) dependência da importação de
tróleo; b) importação de carvão mi-
ral; c) carência de metais e equi-
mentos para novos empreendimentos
conservação dos existentes". Na ver-
de somos forçados a reconhecer: a
quena extensão de nossas estradas de
rro e de rodagem; a quantidade de
ergia elétrica deficiente que produzi-*

mos; o obsoleto maquinário industrial utilizado em grande número de nossos estabelecimentos; carência de técnicos especializados, de capitais e de mão de obra habilitada para a indústria. Assinalou ainda a missão Cook, já em mil novecentos e quarenta e dois, que "os preços internos subiram ràpidamente devido à insuficiência de suprimentos externos, mais ainda porque o dinheiro em circulação cresceu, pois o Banco do Brasil adquiriu dos exportadores as divisas, que não puderam ser em grande parte revendidas para os importadores". De mil novecentos e quarenta e dois para cá modificou-se bastante nossa situação industrial principalmente em alguns setores, como: tecidos, artefatos de borracha, ferro, maquinarias em geral, vidro, aparelhos elétricos, sanitários, tintas, vernizes, produtos farmacêuticos apresentando aspectos de aperfeiçoamento e grande aumento no volume da produção, embora êsse surto não tivesse correspondência nas indústrias básicas, cujas iniciativas partiram mais do govêrno do que dos particulares como no caso de Volta Redonda. A falta de combustíveis, as deficiências dos transportes, a ausência ainda sensível de algumas indústrias básicas fundamentais, as dificuldades oriundas da ausência de técnicos e mão de obra especializada, constituem na atualidade embaraços sérios, que temos a remover com coragem para garantir, em bases racionais, nosso surto industrial, limitado a algumas regiões do país. Se volvermos a atenção

para o panorama agrícola, verificaremos não ser o mesmo promissor, em muitos setores econômicos, para a vida nacional. Agravou-se principalmente a produção de substâncias alimentares, por ter-se estagnado, nos últimos anos, em tôrno de dezenove milhões de toneladas, com circulação difícil no mercado externo. Houve, por outro lado, deslocamento acentuado das populações das zonas rurais para os centros urbanos, dada a preferência pelas indústrias extrativas de materiais estratégicos, as grandes obras públicas realizadas, o surto das construções civis nos centros urbanos, atraindo a mão de obra, indo refletir-se na diminuição de artigos de alimentação. Assinalam nossos economistas que, apesar do aumento de meio circulante e da inflação dos preços, a renda nacional deixou de aumentar como fôra de esperar, não tendo sido aproveitadas as divisas acumuladas no estrangeiro no equipamento da economia nacional em bens de produção. Seria preciso, dizem alguns dêsses economistas, que fôsse triplicada a renda nacional; todavia, êsse aumento só seria alcançado se com recursos técnicos e científicos pudéssemos ter estabelecido as planificações exigidas pelo aperfeiçoamento da produção nacional. Embora não seja o fenômeno peculiar ao Brasil, temos hoje a ruptura de equilíbrio entre a produção agrícola e industrial, perturbando a vida das populações urbanas. A questão agrária, já de si comcomplexa, coloca-se hoje diante de nós como um imperativo da nossa própria tranquilidade social. Sintetizando diríamos: carecemos de um programa de conjunto para a organização econômica financeira e monetária, do país, que seja capaz de garantir um padrão de vida mínimo satisfatório para o nosso povo. Sofremos em grande parte o prejuízo resultante do empirismo com que exploramos nossas riquezas naturais. Na ordem interna, a crise alimentícia é aquela que está a exigir maiores cuidados de nossa parte. E' problema, cuja solução, como se lê das resoluções da F.A.O. (Food and Agriculture Organization), na recente reunião da Dinamarca, não requererá semanas ou meses, mas sim anos. Por isso mesmo, naquele conclave internacional, foi sugerida a criação de um Conselho Mundial de Alimentação, com atribuições e fundos suficientes para adotar medidas e resolver problemas alimentares e agrícolas em períodos longos. No que toca ao comércio exterior, sabemos representar o mesmo verdadeiro conflito de interêsses na conquista de mercados, exigindo, antes de tudo, organização interna segura, no campo das economias nacionais. As crises econômicas podem ser cíclicas, crônicas ou estruturais, daí tornarem-se necessários órgãos especializados incumbidos de prevê-los e estudá-las para adoção de medidas oportunas. Algumas das vantagens que tenhamos conquistado na emergência da guerra estarão ameaçadas a cada passo pelos reajustamentos dos mercados internacionais e, sobretudo, pela normalização das produções de origem colonial. Estamos numa fase perigosa de readaptação; de um lado, carecemos fortalecer nossa situação financeira; de outro, precisamos acautelar nossa economia para os períodos de depressão que se seguem geralmente aos de prosperidade. Do equipamento do mercado interno dependerá a expansão comercial no exterior.

APLICAÇÕES DOS HORMÔNIOS VEGETAIS NA AGRICULTURA

Prof. JOSE' DA CRUZ PAIXÃO

Convidado pelo Exmo. Sr. Professor Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, para fazer uma palestra sôbre hormônios vegetais, sinto-me honrado com um convite tão gentil e, como agrônomo, orgulho-me de ter a oportunidade de falar aos sócios desta importante Sociedade que congrega a elite de técnicos e de pessoas interessadas nos problemas agrícolas do Brasil.

Na minha viagem de estudos aos Estados Unidos da América do Norte tive oportunidade de trabalhar em vários assuntos da biologia vegetal e dentre êles salienta-se o que se refere aos hormônios ou substâncias de crescimento, hoje já largamente empregados nos vários ramos da agricultura daquele grande país.

Deve-se a F.W. Went a descoberta dos homônios de crescimento de vegetais que em 1926 e 1928, partindo das pesquisas de Paal e adaptando o método de Stark conseguiu difundir estas substâncias do coleoptileo de aveia para blocos de agar. Êstes blocos, com a substância difusa, quando aplicados em coleoptileo de Aveia decapitado, produzia curvatura do lado contrário ao da aplicação, monstrando que havia um alongamento de células produzido pelo hormônio. O método do coleoptileo de aveia tornou-se clássico para a verificação da atividade das substâncias de crescimento. Pela velocidade de difusão tornou-se possível determinar aproximadamente o pêso molecular e pode-se também mostrar que estas substâncias são termo e foto-estáveis. Graças a esta descoberta foi possível dar uma explicação lógica para o fototropismo e para o geotropismo. Estas substância químicas ativas foram chamadas auxinas e a constituição das mesmas foi estudada principalmente por Kögl, Haagen Smith e Erxleben. A ocurrência delas nos vegetais tem sido estudada principalmente por Söding, Thimann, Larbach e outros.

Após a descoberta das auxinas como substâncias ativas que promovem crescimento foram feitas pesquisas sôbre as correlações no desenvolvimento dos órgãos que poderiam ser devido a tais substâncias. Went, Bouillene e Thimann trabalharam em tôrno dêste assunto e conseguiram isolar e identificar substâncias semelhantes às auxinas, responsáveis pela formação de raizes. Thimann e Skoog mostraram também que a inibição do desenvolvimento de brotos laterais era condicionada pelas auxinas produzidas no broto terminal. Outros fenômenos de correlação, tais como, crescimento cambial, abcissão de peciolo, formação de gallias são devidos a estas substâncias.

Pareceu-me importante dar um ligeiro resumo dos trabalhos iniciais de pesquisas sôbre substâncias de crescimento porque penso que nunca é demais mostrar que não se pode chegar às aplicações sem primeiro fazermos as pesquisas sob o ponto de vista exclusivamente teórico. Quando Went tentou difundir as auxinas da ponta da coleotileo de aveia, êle talvez não tivesse imaginado a série de aplicações que adviriam de suas pesquisas. Em paises menos adiantados é frequente se ouvir de administradores sem um bom treino cientifico criticas a respeito do emprêgo de verbas em pesquisas consideradas do ponto de vista teórico; a êstes recomendamos a leitura da história da descoberta dos hormônios, do radium, da penicilina e mesmo da bomba atômica.

Já foram isoladas de plantas três diferentes auxinas: *auxina a*, *auxina b* e *hectoroauxina*. A *auxina a* é o ácido auxentriolico (C_{18} H_{42} O_5), a *auxina b* o ácido auxinolônico (C_{18} H_{30} O_4) e a *heteroauxina* o ácido indol-3-acético (C_{10} H_9 O_2 N). A *auxina a* tem sido obtida da urina humana, a auxina *a* e *b* do malte e de óleos vegetais e a heteroauxina, da urina, de fermento e de fungos. Esta última já foi obtida sintèticamente.

Formação de raizes

Sabemos que há uma série de plantas que se multiplicam por estacas e um dos problemas da horticultura, fruticultura

e floricultura é conseguir um maior número de plantas que se multipliquem desta maneira. Graças ás substâncias de crescimento, êste problema tem sido em parte resolvido, isto é, têm-se podido aumentar o número de plantas que se multiplicam por estacas, como também melhora as condições de enraizamento daquelas que já se ultiplicavam assim. Deve-se a Zimmermann e Hitchcock êste método que consiste em fazer imergir em uma solução diluida da substância as estacas logo que são retiradas da planta que se deseja multiplicar. A concentraçao varia de uma a quinze mil partes por milhão. Várias substâncias sintéticas têm sido usadas e destacam-se entre elas os ácidos naftalenoacético, o indol-butirico e o tri-indol acético. Este método não só abrevia a formaçao de raizes como também induz a formação delas nas regiões do caule. O tempo de imersão varia de 1 a 18 horas; esta duração pode ser abreviada quando se usa concentrações de 1 a 5 mgs. em 1 ml. uma solução de álcool etilico a 50%. Outra técnica também usada é a da pasta de lanolina que consiste em misturar a substância de crescimento com lanolina e esfregá-la na superfície cortada da estaca. Algumas plantas de enraizamento muito difícil tem podido ser multiplicadas por estacas, graças a aplicação da lanolina com a substância no ramo que se pretende enraizar ainda prêso à planta.

Formação de frutos

A partir dos experimentos de F.G. Gustafson em 1936 tem sido podido aperfeiçoar a técnica para a formação de frutos se nfecundação. Horticultores e fruticultores verificaram que muitas espécies não se multiplicavam devido ao pequeno número de polem que se formam e isto se dá principalmente no tomateiro que nos meses de dezembro a fevereiro forma um pequeno número de polem; êles pensaram então em aplicar as substâncias de crescimento e assim com pulverisações, em que eram usados diversos emulsionantes misturados com hormônios, foi possível a produção de tomates durante o inverno em estufas. São usados nesta técnica os ácidos indol-butirico e a naftaleno-acético numa percentagem de 15 a 100 partes por milhão de auxina misturadas com uma solução de "Carbowax 1.500" a 0,5%.

Quando estivemos em visita à Universidade Estadual de Ohio, em Columbus, no ano passado, tivemos oportunidade de verificar a técnica que o Prof. F. S. Howlett, do Departamento de Horticultura, estava usando para aumentar a frutificação de tomateiro, graças ao uso das auxinas. Consiste em pulverizar as flores logo que os botões começam a abrir com a substância de crescimento. Êle tem obtido um maior número de frutos e de maior tamanho. Repetimos esta técnica no Departamento de Botânica da Universidade de Michigan e obtivemos bons resultados, embora usando um número reduzido de plantas.

Outra aplicação das substância de crescimento é quanto ao desenvolvimento do ramos frutiferos. Para certas regiões frias há interêsse em retardar o desenvolvimento de brotos que vão dar origem aos ramos frutíferos de certas fruteiras porque assim êles não ficariam sujeitos às temperaturas muito baixas que poderiam lhes destruir, na época que precede à frutificação. Hitchcock e Zimmerman pulverizaram macieiras, pereiras, ameixeiras, pecegueiros, cerejeiras, etc. com alfa-naftaleno-acetato de potássio e com ácido 2, 4-diclorofenoxiacético conseguindo retardar o desenvolvimento dos brotos frutíferos; êles usaram concentrações de 0,02 a 0,08% e as mais fortes foram usadas em plantas de vegetação mais avançada.

Hormônios como herbicidas

Em visita que fizemos a Estação Experimental Central do Departamento de Agricultura, em Beltsville, próximo de Washington, tivemos oportunidade de verificar uma série de experimentos que vinham sendo conduzidos ali sôbre o comportamento de ervas daninhas quando pulverizadas com determinadas substâncias, que em concentração diluida, agem como hormônios e em concentração forte, como herbicidas. O ácido 2, 4-diclorofenoxiacético é a substância empregada nas pulverizações dos gramados e culturas para extinção de hervas daninhas. Esta substância é especifica para plantas dicotiledôneas e assim não há perigo de atacar a grama ou culturas de plantas monocotiledôneas.

Thimann está realizando experiências em Cuba com 2, 4-D em culturas de cana de açucar com a finalidade de combater uma leguminosa arbustiva tida como praga dos canaviais naquela Ilha, conhecida como "Aroma marabú", cujo nome científico é *Dichrostachys nutans* e que, uma vez cortada, brota com muita rapidez. Êste experimentador obteve bons resultados com o sal sódico do ácido 2,4-D em 0,5% de "Carbowax 1.500" na concentração de 0,3%, três vezes mais forte do que aquela usada para as ervas daninhas. As aplicações em outra planta conhecida ali como "Guao" (*clomocadia dentata*) deram também bons resultados, sendo usado o eter de 2,4-D (Weedone) em concentração de 0,3%. No caso da "Aroma marabu" verificou-se o resultado no fim de 4 semanas e foram aplicados 100 galões por acre.

Recentemente nos Estados Unidos as pulverizações de arrozais com o ácido 2,4-D deram um grande prejuizo aos plantadores de algodão do Sul daquele país. O pó contendo o herbicida e aplicado por avião foi levado pelo vento dos arrozais para os algodoais, causando-lhes sérios prejuízos. As pulverizações com o ácido 2,4-D são muito perigosas, funcionando como faca de dois gumes, pois matam as ervas daninhas das culturas de plantas monocotiledôneas mas também podem matar as culturas de plantas dicotiledôneas das imediações.

Possíveis usos das substâncias de crescimento no futuro

Apesar de já haver um grande número de aplicações das substâncias de crescimento, como acabamos de ver, seu uso nas práticas agrícolas ainda não alcançou o "climax". Uma destas futuras aplicações é a que diz respeito às plantas, cujo crescimento ideal seria aquele em direção eréta, tal como o linho para fibra. Há substâncias de crescimento que fazem os caules crescerem erétos e que poderiam ser empregadas neste sentido.

Já têm sido feitas experiências, porém não estão sendo usadas na prática. Outra aplicação é o tratamento de bulbos e tubérculos para evitar a brotação, quando armazenados.

O crescimento e desenvolvimento das plantas podem ser controlados pelos hormônios e temos esperanças de que os agricultores, em breve, serão grandemente beneficiados com a vulgarização de métodos de aplicação dêstes hormônios, que os auxiliarão a produzir mais e melhor.

Engenheiro Ildefonso Simões Lopes

Dado o seu nome a um logradouro na Cidade do Rio de Janeiro



DR. ILDEFONSO SIMÕES LOPES

Em 12 de janeiro de 1945, a Sociedade Nacional de Agricultura encaminhou ao então Prefeito Henrique Dodsworth o ofício seguinte:

"Uma comissão formada de associações culturais e científicas brasileiras tem resolvido uma série de homenagens à memória do Engenheiro Ildefonso Simões Lopes — antigo Ministro da Agricultura, deputado pelo Rio Grande do Sul, seu Estado natal, durante várias legislaturas; engenheiro ilustre, homem de pensamento, antigo presidente desta Sociedade e da Confederação Rural Brasileira, republicano histórico, enfim, um dos homens que mais fizeram pela sua Pátria.

Dentre essas homenagens, algumas já realizadas, e dada a circunstância de que o Dr. Ildefonso Simões Lopes, além de todos aqueles títulos, viveu a maior parte da sua existência nesta Capital, após o período em que, no desempenho de sua profissão, perlustrou os sertões do Brasil rasgando-o de estradas e em serviços de saneamento e de estudos, teve a comissão a idéia de solicitar dos poderes municipais a perpetuação do seu nome num logradouro público.

Acaba o govêrno, agora, de conceder a esta Sociedade — instituição a que por longos anos serviu, como presidente, o Dr. Simões Lopes, e, em servindo à Sociedade, também ao Distrito Federal, bastando que em seu crédito invoque a criação da Escola de Horticultura "Wencesláu Bello", estabelecimento de ensino em pleno funcionamento, que honraria qualquer grande capital, um terreno na Esplanada do Castelo, para a construção da "Casa da Agricultura", edifício que patenteará na Capital do país a pujança da sua maior classe laboriosa.

O art. 1.º do decreto-lei n. 7.227, de 4 de janeiro de 1945 — ato legal que faz a esta Sociedade a aludida concessão — fixa a localização exata do terreno onde, em breve, se elevará mais um imponente edifício nesta Cidade: é o "lote n. 8 da quadra 12 da Planta de Retificação de Limites dos lotes das quadras 6, 7, 9, 10, 13 e 15-A, do Projeto de Urbanização da Esplanada do Castelo e adjacências, aprovado sob o n. 3.085, situados na freguesia de São José", e que "constituirá o lote n. 5 da mesma quadra 12".

Estamos informados, Exmo. Sr. Prefeito, de que êsse logradouro ainda não tem designação oficial. E ocorren-nos pleitear junto de Vossa Excelência, nesta oportunidade feliz, que, como uma homenagem do govêrno do município ao Engenheiro Simões Lopes, seja a êsse logradouro dado o seu nome.

Seria para os componenets da Sociedade Nacional de Agricultura um motivo de satisfação maior, que o local de sua sede — por que tanto trabalhou aquele saudoso brasileiro — constituiu

uma lembrança perene do muito que fez pelo Brasil.

Estamos certos de que Vossa Excelência estudará com simpatia a nossa sugestão, e se associará por êsse meio ao preito de gratidão e de apreço que vem sendo, com a maior justiça tributado ao homem simples e bom que foi o Doutor Ildefonso Simões Lopes.

Queira Vossa Excelência, com os nossos melhores agradecimentos, receber as expressões da nossa elevada consideração.

(A.) *Arthur Torres Filho* — Presidente".

O assunto não pôde, ao que parece, ser considerado ou resolvido, mas, sem desanimar, a Sociedade insistiu, reiterando sucessivamente o pedido aos Prefeitos Filadelfo de Azevedo e Hildebrando de Araujo Góis.

Finalmente, na gestão atual do Prefeito General Angelo Mendes de Morais, foi o assunto atendido e saldada essa divida do Distrito Federal para com o ilustre riograndense, após ter recebido o oficio que se segue:

"Exmo. Sr. General Angelo Mendes de Morais, DD. Prefeito do Distrito Federal. As associações culturais e cientificas representadas pelos seus Presidentes, abaixo assinados, constituiram, há tempos, uma comissão de homenagens à memória do Engenheiro Ildefonso Simões Lopes, falecido em dezembro de 1913, nesta Captial.

Uma idéia sugerida e logo aceita, foi a de se pleitear junto à Prefeitura do Distrito Federal a designação de um logradouro nesta Capital com o nome daquele saudoso brasileiro, o que foi feito, primitivamente, ao Prefeito Henrique Dodsworth, através do oficio de 12 de janeiro de 1945, que vai junto por cópia, e, mais tarde, ao Prefeito Filadelfo de Azevedo, pelo oficio de 27 de dezembro do mesmo ano.

Tanto a justificação da homenagem, como os motivos que levaram a comissão a dirigir-se ao Executivo Municipal pleiteando-a, acham-se ali amplamente expostos, razão por que excusamo-nos de repetí-las.

Reiteramos, sim, com o maior empenho, a decisiva contribuição da Capital da República no preito de saudade e de reconhecimento com que as associações signatárias desejam ver aureolado o nome do ilustre extinto.

Certos de que não nos faltará com o seu apoio, antecipamos agradecimentos e apresentemos a V. Excia. os protestos de nossa elevada estima e consideração.

Pela Sociedade Nacional de Agricultura:

(Assinado): *Arthur Torres Filho.*

Pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro:

(Assinado): *Edison Passos.*

Pela Associação dos Servidores Civis do Brasil:

(Assinado): *José Pereira Lyra.*

Pela Sociedade Brasileira de Quimica:

(Assinado): *Joaquim Bertino de Morais Carvalho.*

Pela Federação Brasileira de Engenheiros:

T. Saturnino de Brito filho.

Pela Confederação Rural Brasileira:

F. Murtinho Braga.

O logradouro que recebeu o nome do Eng. Simões Lopes não foi o indicado pelas associações que pleitaram a homenagem; contudo, ela foi feita e resta manifestar ao ilustre Prefeito Angelo Mendes de Morais o gradecimento da Sociedade Nacional de Agricultura e demais instituições, pela acolhida dispensada ao seu pedido.

Eis o decreto municipal respectivo:

Atos do Poder Executivo — Decreto n.º 9.154, de 18 de fevereiro de 1948 — Muda a denominação do logradouro que menciona, situado no 4.º Distrito — Botafogo.

O Prefeito do Distrito Federal, usando das atribuições que lhe confere o item II, § 1.º, do art. 25, da Lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948, decreta:

Art. 1.º A atual rua Alfredo Barcelos, reconhecida pelo Decreto n.º 8.526, de 18 de maio de 1946, situada no 4.º Distrito — Botafogo, passa a ter a denominação de Rua Ildefonso Simões Lopes, por existir a rua Dr. Alfredo Barcelos, no 11.º Distrito — Penha.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Distrito Federal, 18 de fevereiro de 1948, 60.º da República.

Angelo Mendes de Morais

(Diário Oficial — Seção II — de 20 de fevereiro de 1948).

Da Garantia de Preços á Produção

Como subsídio ao projeto de Reforma Agrária em estudos no Congresso Nacional, enviou o Senhor Ministro da Agricultura o seguinte estudo, tratando "Da Garantia de Preços à Produção".

A matéria está na ordem do dia e será de tôda conveniência a sua divulgação no seio das classes interessadas, pois todos sabemos que um dos grandes impecilhos ao desenvolvimento da produção agrícola é sem dúvida a incerteza dos mercados, a ausência completa da garantia de remuneração ao trabalho do homem do campo, entregue aos azares da sorte, ao jôgo dos intermediários, às inúmeras dificuldades enfim, que tolhem e desanimam a atividade rural.

CAPÍTULO VI

Da garantia de preços à produção

Art. — A estabilidade da produção de artigos alimentícios de primeira necessidade será assegurada pelo poder público mediante a garantia de preços mínimos aos mesmos.

Parágrafo único — A garantia poderá estender-se eventualmente a um ou mais artigos não alimentícios quando houver nisso manifesto interêsse público.

Art. — Consideram-se artigos alimentícios de primeira necessidade, para efeito de garantia, os que constarem da lista baixada anualmente para fixação dos respectivos preços mínimos.

Art. — A garantia dar-se-á através de:

a) financiamento até o limite de oitenta por cento (80%) dos preços mínimos;

b) compra pelos referidos preços.

Art. — A fixação dos preços mínimos dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, com as especificações dêstes, far-se-á anualmente, em decreto do poder executivo, expedido para execução desta lei com a antecedência de um ano em relação às safras para as quais devem vigorar.

Parágrafo 1.º — Para a fixação dos preços serão levados em conta os fatores que concorrem para formá-los, aferidos através de dados estatísticos fornecidos pelos órgãos competentes.

Parágrafo 2.º — Para o mesmo fim poderão ser consultadas as associações de produtores rurais julgadas representativas dos interêsses dêstes.

Parágrafo 3.º — O decreto será referendado pelos Ministros da Agricultura e da Fazenda.

Art. — Independente da fixação anual, far-se-á uma revisão especial dos preços por decreto do poder executivo, sempre que, a juizo dste, sobrevierem fatores extraordinários para alterá-los.

Art. — Os preços serão referidos a portos de embarque ou a outros pontos, conforme a natureza dos artigos, devendo, quando o financiamento a compra dêstes se fizer em lugar diferente, sofrer o abatimento de frete, carreto, seguro, impostos, taxas e outros ônus que incidirem sôbre os mesmos.

Art. — Os preços de grãos aplicam-se à mercadoria já convenientemente embalada, marcada, clasificada, expurgada e depositada em armazéns, devendo a embalagem fazer-se em sacaria nova ou em bom estado.

Parágrafo único — Ressalva-se a possibilidade de se aplicarem excepcionalmente a cereais a granel, depositados em silos ou outros armazéns especializados, desde que fique assegurada a conservação da mercadoria, a juizo do estabelecimento com o qual o poder público contratar o financiamento e a compra previstos neste capítulo.

Art. — O financiamento e a compra dos artigos garantidos sòmente poderão ser feitos aos produtores, isoladamente ou reunidos em cooperativas.

Art. — Aos Estados e Territórios, por intermédio dos órgãos competentes, com o concurso das Prefeituras, cabe cooperar na garantia de preços mínimos à produção, assumindo os encargos de

a) promover a instalação de serviços de secagem, beneficiamento, expur-

go e classificação em armazéns gerais ou outros fiscalizados pelos respectivos Governos, quando situados à margem de vias de transporte, para habilitá-los a receber em depósito os artigos referidos neste capítulo;

b) remeter, no início das safras, a relação completa das despesas e ônus aludidos no artigo .... ao estabelecimento com que o Govêrno Federal contratar o financiamento e a compra previstos neste capítulo;

c) remeter, nas épocas próprias, as estimativas, por produtos, das áreas em hectares realmente semeadas e das safras esperadas, bem como as estatísticas das duas safras anteriormente colhidas, ao estabelecimento já aludido.

Art. — As operações de que trata êste capítulo sòmente poderão ser efetuadas nos Estados e Territórios que tenham preenchido os requisitos estabelecidos nas letras *a* e *b* do artigo precedente.

Art. — Além da cooperação prevista no artigo ...., poderão os Estados e Territórios que preencherem os requisitos no mesmo estabelecidos, avocar, dentro dos respectivos limites, a execução da garantia prevista neste capítulo, mediante contrato com o Govêrno Federal ou subcontrato com o estabelecimento financiador escolhido por êste.

Parágrafo único — O contrato ou sub contrato poderá substituir pelo de outro a ação do estabelecimento financiador federal ou apenas suplementá-la para que a garantia se estenda a maior número de produtores.

Art. — As instruções para execução do financiamento e compra dos artigos mencionados neste capítulo, formas e condições de armazenagem, secagem, beneficiamento, expurgo, conservação, localização e identificação, que não forem baixadas pelo decreto do poder executivo, sê-lo-ão pelo estabelecimento com que o Govêrno Federal contratar aquelas operações, depois de aprovadas pelos Ministros da Agricultura e da Fazenda.

Art. — Os artigos que se tornarem propriedade do Govêrno Federal em virtude das referidas operações terão preferencialmente os seguintes destinos:

a) formação de estoques de reservas ou reguladores do suprimento aos grandes centros de consumo do país;

b) exportação das sobras em cumprimento de obrigações decorrentes de acôrdos internacionais,

Art. — Ao Conselho Nacional de Economia incumbe estudar os fatores do custo da produção dos artigos garantidos com preços mínimos, os resultados da garantia no mercado interno, as suas repercussões no exterior, assim como o seu entrelaçamento com acordos internacionais, e sugerir ao poder executivo, antes da fixação anual e, eventualmente, depois desta, as alterações convenientes.

Parágrafo único — As sugestões deverão ser fundamentadas em dados estatísticos fornecidos pelos órgãos competentes.

Cooperativismo e Alimentação

por FABIO LUZ FILHO

Abro um parêntese na sequência doutrinária destes despretenciosos artigos, para prestar sincera embora desvaliosa homenagem a um deputado que sempre se destacou por sua cultura e rara dedicação aos problemas fundamentais de nossa pátria. Quero referir-me ao deputado Agostinho Monteiro, que é também médico e grande criador marajoara.

Assiti à sua brilhante e instrutiva conferência há dias realizada no Ministério da Agricultura, tão fartamente documentada e lardeada de quadros estatísticos em projeções luminosas, claros e conclusivos. Era ela destinada aos seus pares da Constituinte, os quais, infelizmente, talvez pela hora matinal, não se apresentaram na quantidade que era de esperar...

Vibrando, ora como pesadas durindanas, ora como floretes acerados, os elementos estatísticos que colheu em diuturno e construtivo labor de abelheiro, desvelou-se, em quadros sucessivos e minuciosos, a situação real do Brasil, do ângulo alimentar e sob o aspecto da produção agrícola.

Frisou, com acentos sombbrios, entre outras coisas, o que os estudiosos dêsses assuntos conhecem: o estado de triste sub-antrição do brasileiro, notadamente do nosso pereluso homem rural, e o estacionamento da produção agrícola nesses últimos vinte anos: a avitaminose das populações nordestinas; a verba irrisório, correspondente a apenas 3% do orçamento global da nação, para o Ministério básico: o da Agricultura; a situação que fez Luiz Amaral com muita justeza dizer que "*originàriamente tudo está aí*, ao se referir à desorganização de nossa vida rural: 78% dos imóveis rurais recenseados correspondem às terras, 18,50% às benfeitorias e *apenas 3,50% aos instrumentos de trabalho*, o que vale como prova irrefutável de que o operário agrícola brasileiro, com um confôrto que talvez exista em batas africanas, tem por instrumento único de trabalho a enxada e por cama o bambaleante girau de bambú em casas oscilantes de sapé...

Não deixou êle, judiciosamente, como dominador que é do tema em todos os seus refolhos, de apontar as soluções adequadas, indicador ameaçante em riste frente ao nosso mapa econômico.

Foi justa e precisa sua argumentação, e contundente e irrespondível a eloqüência das cifras estadeadas com veracidade e senso cabal de responsabilidade cívica.

Aos nossos olhos ávidos cirandaram algarismos a rôdo, traduzindo a iminência oprobiosa de fatos estatelantes. Consolaram-nos, não obstante, afirmações e perspectivas de nossas virtualidades, mobilizáveis, e o que já realizamos apesar dos percalços de clima, terra, etnias e desgoverno, o que seremos capazes de realizar logo que despeados de certas fôrças inibitórias sufocantes como plúmbeas túnicas. Meu saudoso pai, Fábio Luz, médico que faz dessa profissão longo e luminoso sacerdócio (como são diferentes os tempos atuais!...), tendo morrido paupérrimo mas impoluto que foi o precursor do romance social no Brasil (o silêncio, no Brasil, sempre foi insidiosa arma de uso iterativo), foi também o culto pedagogo que introduziu no Distrito Federal as caixas escolares, justamente chocado, como médico, educador e inspetor escolar com a precária situação alimentar das crianças que via nas escolas sob sua douta jurisdição. Inaugurou êle a primeira caixa escolar em 1895, como o friso em "Cooperativas escolares". Como homem que consumiu tôda sua mocidade na prégação do ideário cooperativo, continuando impretèritamente a tradição paterna de trabalho e de idealismo, tendo dado a êsse assunto, de tanta transcendência para os nossos destinos de nação, o merecido relêvo em meus livros. Em "Rumo à Terra", por exemplo, desde a primeira edição que o perento de maneira incisiva, com aquele misto de deslumbramento e angústia que vara a alma de todo moço diante do espetáculo multifário da vida e dos problemas rurais brasileiros, cujos têrmos o virar e revirar da ampulheta do tempo pouco tem alterado na intér-

mina sucessão caleidoscópica de governos, que nem sempre se adaptam às imprescindíveis craveiras. Êsse procaz e onívoro fantochismo político cuja ação deletéria todos conhecemos e sentimos, esperam-no todos os verdadeiros patriotas), há-de diluir-se num lento processo de autofagia, graças aos deuses misericordiosos... Para que não cheguemos à cólera do açoite punitivo...

Épocas houve em que o tocar em assuntos dessa magna natureza provocava risotas e dichotes de comiseração, ou atirava, sôbre os que os perslutravam, coimas e apôios que podiam levar às algemas policiais ou à queima de edições em fogueiras inquisitoriais. Hoje em dia, porém, com a evolução das mentalidades, os que os aventamos com desassombro mas com acendrado patriotismo talvez sejamos por muitos misericordiosamente tachados de esmaniados, ou concertos displicentes bocejo irritado dos que assoimilam a vida pública brasileira a um perenal zangarreio de caneanistas em vilegiatura...

As condições que acabo de focar em artigo dominical para "Diário dos Estados" (na página cooperativista que dirige, êsse jovem idealista, dinâmico e culto, que é Valdiki Moura e por mim recentemente verificadas nos meios rurais fluminenses, ampliam-se a todo o Brasil. Aí novamente vimos, após alguns anos, os mesmos resultados daqueles índices ínfimos de calorias que anemiam nosso homem rural, tão bem efigiados pelo Agostinho Monteiro. Daí, como acentuei, o caráter que revestem, de elementos causativos, entre outros, da posição de eterno desencanto, de desesperança, de introversão dêsse nosso homem rural, em seu intérmino fadário. Daí as psicoses, as disceuesias, etc... dêsse nosso pobre e desamparado patrício.

O Dr Agostinho Monteiro encerrou sua brilhante conferência com sugestões merecedoras de meditação, entre elas destacando-se a pertinente ao cooperativismo, mais uma afirmação de sua fé nas virtudes de palingenésia dessa fecunda fórmula supra capitalista de disciplina econômica e moral, de potencialização de esforços e de auto-govêrno.

Sombart já disse que a escola cooperativa reconhece o papel relevante da *técnica moderna* na construtura do edifício social do futuro.

Constitui o cooperativismo uma concepção de progresso humano cuja essência repousa na ação solidário de produtores e consumidores governando, êles mesmos, seus próprios interêsses em empresas próprias e autônomas, tanto em países pré-capitalistas como em países de sub ou de supercapitalismo.

COMPANHIA DOCAS DE SANTOS

O relatório apresentado à Assembléia Geral pela diretoria da Companhia Docas de Santos comprova não só o constante desenvolvimento do grande porto paulista como atesta, igualmente a segura política posta em prática pela emprêsa concessionária. O tráfego do porto de Santos alcançou em 1947 o expressivo total de 5.126.102 t., o que significa um acréscimo de 299.613 t. sôbre o movimento verificado em 1946. Não obstante o aumento na corrente da importação causadora maior do congestionamento portuário, a qual passou para 3.531.522 t., vale dizer subiu de 635.154 t. em relação à de 1946, a respectiva movimentação pode ser feito normalmente, de sorte que a demora dos navios aguardando atracação se foi reduzindo até pràticamente, desaparecer.

Tal se deveu, em boa parte, à chegada da aparelhagem moderna, guindastes, carrinhos elétricos, empilhadeiras, tratores, cavalos mecânicos, etc., cujas encomendas haviam sido colocados tão pronto as fábricas se mostraram dispostas a recebê-los. A imediata entrada em serviço dêsse material permitiu alcançar os resultados acima, dos mais animadores para a economia do país. Ainda com relação à renovação do material convém assinalar a chegada, no fim do exercício de 1947, das primeiros guindastes ingleses, de uma encomenda de 47, destinados a substituir os antigos guindastes hidráulicos do cais do Sabóa. Foram, também, comprados 12 guindastes sôbre lagartas para o cais do Macuca.

No decorrer do ano de 1947 foi concluído o estudo da nova relação-programa destinada a substituir a de 1945, tornada insuficiente em virtude do crescimento observado no tráfego do porto em 1946. As obras e aquisições incluídas e especificadas nessa nova relação-programa, cuja realização se estenderá até 1950, elevam a estimativa do custo total a cerca de 490 milhões de cruzeiros, o que representa um aumento de 291 milhões sôbre a relação-programa de 1945.

Merece registo especial a circunstância da Comissão Especial, formada na Câmara dos Deputados, sob a presidência do Sr Milton Prates, para estudar as causas do congestionamento do porto de Santos, haver orientado os seus trabalhos com alto espírito público e construtivo. Do seu lado a comissão técnica, nomeada pelo ministro da Viação para o estudo do problema do tráfego entre o litoral paulista e o planalto, apresentou conclusões recomendando a concentração de esforços no porto de Santos, cujo desenvolvimento não apresenta dificuldades e já está previsto para lhe dar capacidade superior a 30 milhões de toneladas movimento, por ano. Como se deduz dos números e razões acima, resumidos do relatório da diretoria, continua a Companhia Docas de Santos a cumprir o seu programa fazendo dêsse grande porto um seguro instrumento posto a serviço do desenvolvimento da economia de São Paulo e do Brasil.

BANCO DO BRASIL

O Crédito Agrícola e Industrial, atravéz os dados do Relatório apresentado à Assembléia de 30 de abril deste ano

Dentre os graves problemas da vida brasileira que, do Império à República, vinham solicitando a atenção dos governos, destaca-se, por sua importância, o do crédito agrícola. Objeto de longos estudos e discussões em todos os países, não poderíamos ter a pretenção de vê-lo instituído, da noite para o dia, na vastidão do nosso território, contando com condições sociais e econômicas as mais variadas.

Por outro lado, dele não nos poderíamos descuidar, pois sem o crédito rural não lograríamos erguer a ossatura econômica da nação.

Decidiu-se o govêrno, e muito avisadamente, pela segunda alternativa, e foi assim que se instituiu, pela lei número 454 de 9 de julho de 1937, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Logo em seguida e pelo decreto número 492 de 30 de agosto de 1937, a lei do penhor rural foi atualizada, facilitando-se a emissão da cédula pignoratícia, providencia essa em cuja elaboração prestou seu concurso o Dr. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura ao então Ministro do Trabalho, Dr. Agamemnon Magalhães. Com essa medida visava-se generalizar, como acontece na Argentina, o uso do penhor formula reconhecida como das mais eficientes para a concessão do crédito à classe agrícola.

Afinal, pôde o Brasil, vencida a resistência inexplicável dos estabelecimentos bancários, sempre receiosos em suas transações com a lavoura, ver instituido oficialmente o crédito agrícola, fixando-se inicialmente as seguintes bases: custeio de entre-safra; recursos para a melhoria dos processos da cultura; facilidades para aquisição de maquinismos e sementes; melhoria dos rebanhos e compra de gado para recria e engorda. As cooperativas não ficaram esquecidas, pois a Carteira de Crédito Agrícola, pelo seu art. 4, com elas operaria desde que constituidas legalmente.

Além das garantias da penhor rural, fiança idônea e hipoteca, os empréstimos até cinco mil cruzeiros não ficavam dependendo de disponibilidades cadastrais.

O govêrno conservando-se sempre atento à expansão do crédito no nosso meio rural, vem aperfeiçoando a legislação de empréstimos e novas facilidades são, a cada passo, concedidas: isenção de impostos, dilação de prazo para as operações de penhor, letras hipotecárias, etc.

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial começou a operar em 1938 e já em fins de 1941, o montante das transações elevava-se a 23.097 dos quais 14.003 com pequenos produtores (entre 250,00 cruzeiros à 30.000 mil cruzeiros) ou seja 61%. Nesse número deve-se acrescentar os executados por intermédio das cooperativas e os provenientes da assistência prestada ao financiamento de safras, como nos casos do café, açúcar, algodão, arroz e muitas iniciativas novas, redundando em auxílio a grandes e pequenos produtores.

De 91 milhões de cruzeiros em 1938, primeiro ano da atividade, em fins de 1941 os empréstimos concedidos alcançavam 1 bilhão e setecentos e sessenta e sete milhões de cruzeiros; só em 1941, êsses empréstimos atingiram 912 milhões de cruzeiros.

Está evidente que, se não se tratasse de instituição bancária nacional, dispondo de grande numero de agências, como é o caso do Banco do Brasil, resultados tão auspiciosos não teriam sido obtidos.

Dez anos decorridos, teem-se avolumado as transações da Carteira com a lavoura e pecuária, e se aperfeiçoado, em muitos casos, não só o crédito rural que propicia, mas também o respectivo processo de concessão.

Os resultados dos últimos anos estão condensados na parte do Relatório do nosso principal estabelecimento de crédito referente à importante Secção, fazendo a Sociedade Nacional de Agricultura votos para que continue a administração do Banco do Brasil, como até aqui, a lhe reservar a sua melhor atenção e recursos de modo à atingir plenamente os seus elevados objetivos de propulsor da economia nacional.

A projetada reforma bancária virá certamente, nos termos da atual Constituição, imprimir maior expansão ao crédito agrícola no país, podendo contar, para êste resultado, com a organização da classe rural através dos seus órgãos associativos, de acôrdo com o decreto-lei 8.127, de 24-10-194, organização essa que se vai processando a passos seguros em todo o território nacional.

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRICOLA E INDUSTRIAL

a) *Recursos e Aplicações*

O problema dos recursos destinados às aplicações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial permanece na mesma situação descrita no nosso Relatório do ano passado.

O quadro adiante demonstra a anomalia da nossa posição contabil, onde as aplicações dependem, em maior parte, de um redesconto de natureza antitécnica e de apelos diretos, também antitécnicos, à caixa geral do Banco do Brasil.

E' obvio, em matéria bancária, que um banco captador de recursos representados por depósitos à vista e a curto prazo não pode, sem sérios inconvenientes, emprestar dinheiro a prazo médio e longo.

Não é possivel fazer-se crédito agrário e industrial, no volume e na extensão solicitados, com frequência, por associações de classe e órgãos interessados, sem prover com recursos suficientes, e a juro baixo, a Carteira distribuidora do crédito.

O fulcro do nosso crédito agropecuário está no fornecimento de recursos, para as aplicações, a custo capaz de permitir empréstimos a juros suportaveis pela lavoura e pela pecuária.

A questão das taxas de juros, assim, envolve sérias dificuldades. Não se deve esquecer que elas são funções do equilibrio do mercado financeiro. Pensar em obter recursos, voluntàriamente cedidos, a taxas baixas quando o equilibrio se expressa em taxas superiores, seria uma ilusão. Só através da cessão compulsória poder-se-ia obtê-los.

Enquanto dependermos do redesconto de nova espécie e dos saques contra a Caixa Geral do Banco, não é possivel realizar a proeza de dar crédito amplo à lavoura a juro de 6%, de 5% ou mesmo de 4%, como se solicita amiude. Onde buscar a solução de captar dinheiro, a prazo médio e longo, a 5%, 5½% e 6%, que são os limites das possibilidades atuais, para emprestá-lo a 5% ou até a 4%, como muitos pedem?

Como seria coberto o prejuizo?

Os recursos provenientes dos bonus agricolas, que devem ser subscritos pelos institutos de previdência, como aplicação de parte de sua receita, não deram o resultado esperado. Limitam-se até agora, à cifra insignificante de pouco mais de Cr$ 75.000.000,00 além de Cr$ 299.000.000,00 (números redondos) de depósitos a prazo fixo destinados à aquisição daqueles titulos. Esses algarismos são mais ou menos os mesmos do exercicio precedente. Como no ano anterior, o problema continua pendendo de decisão do Conselho Técnico do Departamento Nacional de Previdência Social. Ate agora, porém, não foi resolvido. Tem sido, portanto, muito deficiente a fonte de recursos, criada por lei em boas condições técnicas.

RECURSOS E APLICAÇÕES

Balanço em 31 de dezembro de 1947

Recursos	Cr$	*Aplicações*	Cr$
Recursos próprios da Carteira (Dec.-Lei n.º 3.077, de 26-2-41)		Empréstimos rurais	3.683.759.584,80
Depósitos judiciais à vista e de aviso prévio de menos de 90 dias	977.961.132,10	Empréstimos industriais	695.426.170,40
Depósitos judiciais a prazo e de aviso prévio de 90 dias ou mais	36.766.633,40		4.379.185.755,20
Depósitos de empresas concessionárias de serviços públicos	103.436.613,70	Créditos em Liquidação	249.306.752,20
Depósitos obrigatórios a prazo fixo (Institutos)	299.164.585,00		
	1.417.328.964,20		
Bonus em circulação	75.863.000,00		
	1.493.191.964,20		
Recursos de outras origens:			
Da Carteira de Redescontos	553.754.245,90		
Das disponibilidades gerais do Banco	2.581.546.297,30		
	3.135.300.543,20		
Todos os recursos	4.628.492.507,40	Tôdas as aplicações	4.628.492.507,40

Não foram mencionados os "Empréstimos em Letras Hipotecárias", que conforme seu próprio nome indica, não são realizados em espécie.

As aplicações supra são representadas pelos saldos devedores em 1-12-47, sendo que os créditos, abertos em igual data, se compunham das seguintes parcelas:

	Cr$
Empréstimos Rurais	4.140.226.388,90
Idem Industriais	793.732.389,70
Total	4.933.958.778,60

Dos dados existentes no quadro anterior, em comparação com os do Relatório do ano passado (pg. 68), deduz-se ter havido uma diminuição acentuada nas aplicações globais da Carteira:

	Cr$
Total em 31-12-1946	5.015.041.015,70
Total em 31-12-1947	4.628.492.507,40
Diferença	386.548.508,30

Essa diferença corre, principalmente, à conta de amortizações ou liquidações de empréstimos pecuários que não puderam ser renovados em virtude da proibição da Lei de moratória n.º 8, de 19 de dezembro de 1946.

Na realidade, o total desse queda nas operações de pecuária foi superior aos algarismos da diferença acima indicada, a qual, entretanto, no valor global das aplicações da Carteira, mostra-se menor, por motivo do correspondente aumento, adiante evidenciado, nos financiamentos agricolas.

As aplicações da Carteira (exclusive os créditos em liquidação) representavam, a 31 de dezembro de 1947, o total de Cr$ 4.379.185.755,20. O quadro a seguir discrimina as operações em ser, os saldos devedores e as respectivas garantias:

ATIVIDADE	Operações em ser		Saldos devedores	Garantias
	Número	Cr$ 1 000	Cr$ 1 000	Cr$ 1.000
Agricola	6.466	860 084	509.494	2.185.016
Agro industrial	328	597 839	403 943	1.434 318
Pecuária	26 310	2.672.264	2.760.493	6.736.857
Agro-pecuária	201	10.039	9.830	54.959
Industrial	332	793.733	695.426	1.559.457
Total	33.637	4.933.959	4.379.186	11,970.607

CRÉDITOS EM VIGOR EM 31 DE DEZEMBRO DE 1947

Número e valor em milhares de cruzeiros

Unidades Federadas e Regiões	*Agricolas*		*Pecuarios*		*Agro pecuarios*		*Industriais*		*Agro industriais*		*Total*	
	N.º	*Valor*	*N.º*	*Valor*	*N.º*	*Valor*	*N.º*	*Valor*	*N.º*	*Valor*	*N.º*	*Valor*
Guaporé	1	220	—	—	—	—	—	—	—	—	1	220
Acre	[illegible]	1.100	7	2 699	—	—	—	—	—	—	11	3.799
Amazonas	13	378	10	465	—	—	3	790	1	75	27	1.708
Rio Branco	11	308	23	2 274	—	—	—	—	—	—	34	2.582
Pará	12	203	62	6.659	—	—	—	—	9	518	83	7.380
Amapá	—	—	3	320	—	—	1	226	—	—	4	546
Norte	41	2.209	105	12.408	—	—	4	1 016	10	593	160	16.226
Maranhão	89	16.020	27	597	—	—	20	6 955	—	—	136	23 572
Piauí	96	9.808	293	13 027	6	177	5	865	8	761	408	24 638
Ceará	89	1.809	1.360	43.746	13	452	8	5 828	28	1.185	1.498	53.020
Rio Grande do Norte	62	1.854	1.475	79.692	73	3 052	24	14 231	13	2.161	1 647	100 990
Paraíba	213	10.388	2.003	144.291	57	3 535	8	4 082	23	1.074	2 304	163.370
Pernambuco	77	16.473	1.852	169.180	5	314	7	7 131	108	354.702	2.049	547.800
Alagoas	3	250	656	57.594	—	—	8	6 640	13	14 226	680	78.710
Nordeste	629	56 602	7.666	508.127	154	7.530	80	45.732	193	374 109	8.722	992.100
Sergipe	13	460	821	51.588	2	74	4	2.480	27	6.773	867	61.375
Bahia	263	34 679	3.083	210.394	21	641	5	3 090	7	15.039	3 379	263.843
Minas Gerais	328	22.909	6.083	818.780	3	196	25	67.481	11	4 067	6.450	913.433
Espírito Santo	255	15 622	387	22.391	2	28	5	2.083	18	1 708	667	41.832
Rio de Janeiro	221	17.062	1.077	73.626	3	234	19	20.838	21	56.465	1.341	168.225
Distrito Federal	93	1.230	31	6.602	1	573	40	167.743	5	2.898	170	179.046
Leste	1.173	91,962	11,482	1.183.381	32	1.746	98	263.715	89	86.950	12.874	1.627.754
São Paulo	3.019	420.563	2.567	368 750	3	56	83	383.726	30	57.397	5.702	1.230.492
Paraná	208	34.869	266	25.320	2	520	32	30.717	3	10 056	511	101.482
Santa Catarina	117	1.356	92	4.836	—	—	6	4.781	—	—	215	10.973
Rio Grande do Sul	1.222	249.090	1.465	175.243	9	173	28	63.546	2	68.496	2.666	556.549
Sul	4.566	705.878	4.330	574.149	14	749	149	482.770	35	135.949	9.094	1 899 495
Mato Grosso	49	845	1.394	182.371	—	—	—	—	1	238	1.444	183 454
Goiás	8	2 588	1.333	211.828	1	14	1	500	—	—	1.343	214.930
Centro Oeste	57	3.433	2.727	394.199	1	14	1	500	1	238	2.787	398.384
Brasil	6.466	860.084	26.310	2.672.264	201	10.039	332	793.733	328	597.839	33.637	4.933 959

E' necessário ressaltar que, na nomenclatura usual da Carteira, classificam-se como agro-industriais operações de custeio da entre-safra de cana de açúcar. São assim denominadas porque destinam-se a obter matéria prima para a indústria açucareira; mas nem por isso deixam de ser operações agrícolas. Somadas as duas verbas (agro-industrial e agrícola), temos para a conta do crédito agrícola pròpriamente dito o total de Cr$ 913.437.072,80 (saldos devedores em 31-12-47). Além disso, o quadro a seguir esclarece que os empréstimos agrícolas (inclusive os agro-industriais) foram os únicos cujos totais subiram de 31-12-1946 para 31-12-1947, apresentando um acréscimo de Cr$ .... 140.693.389,20, enquanto os industriais caíram, correspondendo a um decréscimo de Cr$ 44.347.420,10:

COMPARAÇÃO ENTRE AS APLICAÇÕES DA CARTEIRA EM 31-12-46 e 31-12-47

Em cruzeiros

ATIVIDADE	Saldos devedores		Variação
	Em 31-12-46	Em 31-12-47	
Agrícola	432.277.526,80	509.493.888,30	+ 77.216.361,50
Agroindustrial	340.466.156,80	403.943.184,50	+ 63.477.027,70
Pecuária	3.355.560.962,80	2.760.492.515,20	— 595.068.447,60
Agropecuária	10.190.117,60	9.829.996,80	— 360.120,80
Industrial	739.773.590,50	695.426.170,40	— 44.347.420,10
Total	4.878.268.354,50	4.379.185.755,20	— 499.082.599,30

Observações: — Vê-se que foi nos "Empréstimos Pecuários" que se acentuou a baixa das aplicações. Nota-se, porém, que nem todo o decréscimo aí verificado traduz liquidações, uma vez que cêrca de Cr$ 200.000.000,00 foram transferidos dessa rubrica para "Créditos em Liquidação", durante o ano.

Os empréstimos pecuários desceram a Cr$ ...... 2.760.492.515,20. Três fatores contribuiram principalmente para êsse decréscimo: *a*) a vultosa quantia de cêrca de Cr$ 200.000.000,00 que transferimos para "Créditos em Liquidação"; *b*) a grande massa de créditos imobilizados pelas sucessivas moratórias; *c*) a cautela imposta pela presente situação do mercado de gado.

Não obstante os entraves decorrentes da própria Lei n.º 8 (moratória), ainda nos foi possível atender a novas operações, num total de Cr$ 88.250.703,40.

De agora em diante, com o advento da Lei n.º 209, que disciplina melhor a concessão da moratória, poderemos operar com maior largueza para atender as necessidades dos verdadeiros criadores, recriadores e invernistas.

Contràriamente à afirmação de que favorecemos mais a indústria do que a agricultura, não só os totais comparados nas cifras do quadro anterior mostram não ser justificada a afirmativa, como, ainda, é indispensável considerar o número de operações numa e noutra modalidade. Enquanto para a concessão do crédito agrícola tínhamos, em vigor, em 31 de dezembro de 1947, 6.794 contratos, para o crédito industrial havia, apenas, 332 contratos. Na primeira modalidade atendemos a um número muito maior de clientes, vinte vêzes a quantidade dos que se beneficiaram do crédito industrial. Além disso, ocorre ponderar que, por sua própria natureza, o empréstimo industrial é, individualmente de valor bem superior, visto serem mais dispendiosas as instalações fabris do que as rurais.

Quanto à distribuição dos créditos, entre pequenos, médios e grandes produtores, os quadros a seguir dispensam maiores comentários, por expressivos que são, revelando a forma equitativa observada no deferimento dos empréstimos da Carteira:

FINANCIAMENTOS RURAIS

a) *Números*

PRODUTORES	1938/42	1943	1944	1945	1946	1947	Total
— Pequenos —							
De Cr$ 250,00/ 5.000,00	4.329	1.047	935	1.049	686	315	8.361
5.001,00/10.000,00	5.480	1.832	2.472	2.717	1.776	618	14.895
10.001,00/20.000,00	7.605	2.583	3.110	3.819	2.768	900	20.785
20.001,00/30.000,00	4.613	1.784	2.760	3.153	1.930	458	14.698
	22.027	7.246	9.277	10.738	7.160	2.291	58.739
— Médios —							
De Cr$ 30.001,00/ 50.000,00	5.287	2.019	3.364	4.009	2.544	649	17.872
50.001,00/100.000,00	5.848	2.467	4.406	5.518	3.215	943	22.397
	11.135	4.486	7.770	9.527	5.759	1.592	40.269
— Grandes —							
De Cr$ 100.001,00/500.000,00	5.210	2.648	5.590	7.490	4.103	1.618	26.659
Superiores a Cr$ 500.000,00	583	416	1.115	1.859	456	346	4.775
	5.793	3.064	6.705	9.349	4.559	1.964	31.434
— Todos os produtores —	38.955	14.796	23.752	29.614	17.478	5.847	130.442

b) *Percentagem*

PRODUTORES	1938/42	1943	1944	1945	1946	1947	Total
— *Pequenos* —							
De Cr$ 250,00/ 5.000,00	11	7	4	4	4	5	6
5.001,00/10.000,00	13	12	10	9	10	11	11
10.001,00/20.000,00	19	17	13	13	16	15	15
20.001,00/30.000,00	12	12	12	11	11	8	11
	55	48	39	37	41	39	43
— *Médios* —							
De Cr$ 30.001,00/ 50.000,00	14	14	14	14	15	11	14
50.001,00/100.000,00	16	17	19	18	18	16	17
	30	31	33	32	33	27	31
— *Grandes* —							
De Cr$ 100.001,00/500.000,00	13	18	23	25	23	28	22
Superiores a Cr$ 500.000,00	2	3	5	6	3	6	4
	15	21	28	31	26	34	26
— *Todos os produtores* —	100	100	100	100	100	100	100

b) *Crédito Agrícola*

ALGODÃO

Tendo terminado o financiamento especial de algodão em pluma, feito pelo Banco do Brasil, por ordem e conta do Tesouro Nacional, não existe mais nenhum saldo em favor da Carteira, pois êsses saldos foram todos transferilos ao Govêrno, com a respectiva garantia. O quadro a seguir historia tais financiamentos:

SAFRAS	*Créditos concedidos* Cr$ 1.000	*Debitado à conta "Liquidação" do Tesouro Nacional*		*Liquidações normais*	
		1.000 arrobas	Cr$ 1.000	1.000 arrobas	Cr$ 1.000
1941/1942 Decreto 4.217 (Encerrada)	297.167	935	50.760	4.573	246.407
1942/1943 Decreto 5.360 (Encerrada)	292.055	95	6.530	8.865	282.623
1943/1944 Decreto 6.397 (Encerrada)	1.497.023	9.637	854.535	7.412	633.950
1944/1945 Decreto 6.938 (Encerrada)	1.142.752	8.380	721.189	4.604	408.044
1945/1946 Decreto 8.999 (Encerrada)	41.976	19	1.513	471	40.463
Tôdas as safras	3.270.973	19.066	1.634.527	20.925	1.611.487

A vista dos altos valores obtidos pelo algodão no mercado interno, desde o fim de 1946, cessaram os motivos da política de defesa do preço que vinha sendo mantida pelo Govêrno, desde a safra de 1941/1942, tendo sido suspenso tal financiamento especial a partir de fevereiro de 1947.

Quanto ao financiamento agrícola normal, isto é, para custeio da entre-safra, começam os lavradores a solicitar maior liberalidade, sob a alegação de que reina certo desanimo entre êles.

Os adiantamentos feitos atualmente pela Carteira são baseados em 60% da produção provável, não podendo ultrapassar Cr$ 700,00 por hectare ou sejam Cr$ 1.694,00 por alqueire, tomando-se como base os preços correntes, na região, para a arroba de 15 k. de algodão em caroço. Se a colheita prevista for superior à que corresponder aos máximos estabelecidos, poderá o financiamento ser acrescido do custo real da colheita, transporte e preparo da quantidade a ser colhida a mais, observado o limite de 60% do seu valor.

O adiantamento máximo ora permitido, equivale a uma produção de 30 arrobas, em caroço, por hectare, ao preço unitário de Cr$ 38,80. Ainda não temos dados completos sôbre a última colheita mas as informações obtidas, referentes à safra de 1945/1946, acusam a média geral de produção de 25,15 arrobas em caroço por hectare. Parece-nos perfeitamente razoável e prudente, portanto, o critério adotado.

Quais os motivos verdadeiros das quebras de produção assinaladas pelo plantadores? Tudo faz crer que as razões são mais profundas, não se devendo procurá-las nas necessárias limitações de crédito. Antes de iniciar-se a safra 1946/1947, os bancos e os órgãos técnicos do Govêrno começaram a receber avisos, de tôdas as regiões algodoeiras de São Paulo, de que para essas quebras verificadas na safra anterior que começaram a ser notadas desde a safra 1944/1945 — concorreram preponderantemente, além de fatores climatéricos adversos, a má qualidade das sementes, as pragas, as deficiencias técnicas e a impropriedade das terras.

O Govêrno está atento a todos êsses fatores, para auxiliar a lavoura a removê-los, em tudo quanto couber na ação oficial.

AÇÚCAR

Tem-se notado, últimamente, certo desassossego entre os usineiros de açúcar, que alegam dificuldades de exportação.

A produção atingiu alto nível e procura escoamento. Enquanto êste se não verificar, aumenta o apelo ao crédito.

A Carteira continúa realizando, normalmente, os empréstimos para custeio de entre-safra e, em alguns casos para melhoramento das usinas no sentido de diminuir o custo da produção. Tem-se abstido, entretanto, de concorrer, pela concessão, indiscriminada do crédito para o aumento da produção, dadas as circunstancias atuais que desaconselham o agravamento da pressão da oferta no mercado de açúcar.

Em 16 de maio de 1947, isto é, antes da modificação do artigo 5.º da Lei n.º 8, considerando que já se retardava demasiadamente o financiamento da lavoura canavieira do Nordeste, propôs a Carteira, e a Diretoria resolveu, *ad referendum* do Sr. Ministro da Fazenda, fazer iniciar aquela operação, que atinge, cada ano, a cêrca de 200 milhões de cruzeiros, o que neste exercício subiu a 320 milhões. Na mesma ocasião, foram deferidos vários empréstimos dêsse gênero, no total aproximado de 90 milhões de cruzeiros, a usinas do Sul, localizadas especialmente nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, empréstimos que aliviaram muito as finanças daquelas organizações.

Foi assim, devidamente amparada a produção açucareira, sendo de notar que êste ano, atendendo a instantes solicitações de algumas usinas, concedeu a Carteira financiamentos para canaviais novos, a dois anos de prazo, sempre que a situação financeira da interessada reclamava, realmente, êsse auxílio excepcional.

CAFE'

O aparecimento da broca do café nas lavouras de vários Estados cafeeiros, notadamente em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, tem provocado diversas medidas de cautela, por intermédio do Ministério da Agricultura e das Secretarias de Agricultura daqueles Estados.

A Carteira Agrícola expediu instruções, às Agências do Banco do Brasil, nas regiões atacadas, para que se não interrompa o financiamento da entre-safra, adotadas, naturalmente, as medidas de prevenção e da prudência.

CONTRATOS COM O DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFE'

Na forma das condições ajustadas entre o Banco e o Departamento Nacional do Café (Decretos-leis ns. 3.049, 3.934, 5.147, 6.190 e 7.570) recomendou-se às nossas Agências a adoção de providências que facilitam, em linhas liberais, a liquidação dos financiamentos especiais ainda pendentes.

ENTRE-SAFRA DE CEREAIS

Os financiamentos se processam normalmente.

As bases são as seguintes, para os principais produtos:

Arroz — Com irrigação, especialmente no Rio Grande do Sul; 60% do valor da colheita prevista, calculado o adiantamento, entretanto, na base máxima de Cr$ 1.551,70 por hectare (correspondente a Cr$ .. 2.700,00 por quadra). Sem irrigação: 40% do valor da colheita prevista, calculado o adiantamento na base máxima de 25 sacos, de arroz em casca, por hectare.

Feijão — 50% do valor da colheita prevista, calculado o adiantamento na base máxima de 20 sacos por hectare.

Milho — 60% do valor da colheita prevista, calculado o adiantamento na base máxima de 27 sacos por hectare.

Trigo — 40% do valor da colheita prevista, calculado o adiantamento na base máxima de 500 quilos por hectare.

Amendoim — 40% do valor da produção provável, máxima de 50 sacos por hectare.

Soja — 40% do valor da produção provável, máxima de 25 sacos por hectare.

ENTRE-SAFRA DE OUTROS PRODUTOS

O auxílio da Carteira vem sendo prestado sem interrupção, nas mesmas condições até aqui vigorantes.

Mesmo em casos como o da *cêra de carnaúba*, cujas cotações sofreram grande baixa, caindo de mais ou menos Cr$ 900,00 para Cr$ 300,00 a arroba, se não recusa a Carteira a financiar a entre-safra, adiantando até 40% do valor da colheita prevista. Ainda a propósito da cêra de carnaúba, convém assinalar que muitos apelos têm sido feitos para que a Carteira sustente o mercado. Temos esclarecido sempre que êsse gênero de operações se não enquadra no nosso Regulamento, só podendo ser feito através de lei especial.

Sôbre êste assunto, a Carteira, respondendo a um pedido de informações, enviou um ofício ao Ministério da Fazenda, em 6 de novembro, do qual extraímos os seguintes tópicos:

"Preliminarmente, achamos não se deva, em hipótese alguma, fixar para o produto em questão o preço básico de Cr$ 800,00/900,00, só atin-

gido em época anormalíssima, de grande procura de cêra vegetal, já por fôrça de um consumo extraordinário, já pela falta de sucedâneos, por decréscimo da fabricação dêstes.

"Justificando êsse ponto de vista, devemos informar que, passada a crise verificada até 1942/1943, vinham sendo nossos financiamentos, para extração e preparo do produto realizados na base do preço da venda então vigorante, de cêrca de Cr$ 300,00 por arroba. Emprestando, para aquêles fins, 40% dêsse valor, propiciavamos o bastante para custear as despesas de produção da cêra que, dêsse modo, orçavam em Cr$ 120,00 por arroba.

"Até fins de 1946, a assistência da Carteira para essa indústria extrativa girava em tôrno dessa base. Foi quando as cotações do produto começaram a elevar-se, registrando-se um aumento de 200% sôbre as cotações verificadas durante o ano de 1944. Começaram, então, os interessados a reclamar financiamentos mais amplos. Considerando que os altos preços que o produto vinha alcançando do acarretariam, em verdade, maiores despesas de extração, pelo menos quanto à mão da obra, passamos a permitir o financiamento na base de 30% do preço da venda da mercadoria, limitando êste, entretanto, ao máximo de Cr$ 1.000,00, correspondente ao preço de custo, máximo, de Cr$ .. 300,00 por arroba.

"E' certo, porém, que os nossos financiamentos já se estão reajustando aos níveis anteriores, havendo empréstimos concedidos para custeio da safra em curso à razão de 30% sôbre o preço básico de Cr$ 350,00 por arroba. Ora, se se faz a extração nessa base, é de concluir-se que, mesmo aos preços de mercado atuais, continue rendosa a exploração.

"Por outro lado, baseando-nos no preço de cêra sintética, da April Corporation, de 80 cents por libra, segundo elementos constantes do processo que êsse Ministério nos encaminhou, verificamos que o mencionado sucedâneo será vendido ao consumidor a Cr$ 495,00 por arroba, ao cambio vigente de Cr$ 18,72 por dólar, afigurando-se-nos, pois, que nos será possível concorrer vantajosamente com o mesmo produto, desde que sejamos cautelosos na fixação dos preços da venda de nossa mercadoria.

"Isto pôsto, tendo em vista os elementos de que dispomos, parece-nos que nenhum financiamento, na conjuntura atual, deveria ser feito na base de preço que excedesse Cr$ 300,00/350,00 por arroba de cêra de primeira qualidade, sôbre o qual se emprestariam, no máximo 60%.

"Acresce que, calculando-se em 5 milhões de quilos o remanescente da safra passada e em 16 milhões, mais ou menos, a safra em curso, quantidades que, na forma do projeto, seriam financiadas, nesse operação ter-se-ia que aplicar soma apreciável; mesmo que se observassem aquelas condições, êsse emprêgo de capital ascenderia a Cr$ 180.000.000,00/210.000.000,00".

Quanto ao financiamento do CACAU, registramos as seguintes ocorrências:

Venceu-se em 31 de maio de 1947 o contrato com o Instituto de Cacau da Bahia, de Cr$ 50.000.000,00, destinado:

a) Cr$ 20.000.000,00, para a construção, montagem, ampliação ou desapropriação de armazens, fábricas e aparelhamentos que têm por por fim melhorar as condições comerciais do cacau;

b) Cr$ 30.000.000,00, para o financiamento da manteiga e da torta de cacau. A finalidade desta parcela foi posteriormente modificada, ficando a mesma reservada para adiantamentos aos cacauicultores, previstos no item I da Portaria n.º 63, da extinta Coordenação da Mobilização Econômica.

Em 25 de julho de 1947, novo crédito de Cr$ .... 30.000.000,00 foi facultado ao Govêrno do Estado da Bahia, através do Instituto do Cacau, para ser aplicado no financiamento de amêndoas de cacau, mediante adiantamento aos cacauicultores sôbre o produto que venderem ou entregarem ao Instituto, ficando êste autorizado a dar o respectivo penhor mercantil.

Encontra-se em discussão na Camara Federal o projeto número 815-1947, visando assegurar

"auxilio a vantagens a pessoas naturais ou jurídicas para construção, instalação e exploração de estabelecimentos destinados à industrialização do cacau e seus subprodutos" e dando outras providências".

No que se refere à Carteira, as obras que se tem em vista efetuar com o seu auxílio já vêm sendo financiadas, há muito tempo, sempre que satisfeitas as exigências regulamentares.

Segundo informações colhidas em fontes merecedoras de fé, a cotação do cacau, depois de ter atingido a Cr$ 245,00 por arroba, ainda se mantém no elevado preço de Cr$ 180/190,00, havendo tendência para alta. Tudo, assim, faz acreditar que estejam os interessados atravessando fases de lucros amplamente compensadores.

Não há anormalidade a assinalar, não só quanto ao deferimento dos empréstimos para custeio de entre-safra como quanto à respectiva liquidação.

PLANO DE EMERGÊNCIA

Pelo Decreto-lei n.º 9.879, de 16 de setembro de 1946, foi o Banco, por sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, autorizado a conceder adiantamentos sôbre arroz, feijão, milho, soja, girassol, amendoim e trigo, bem como a adquirir êsses produtos para fins de defesa dos preços.

Em 7 de julho de 1947, firmou-se o contrato entre o Tesouro Nacional e o Banco, destinado a regular a execução do Plano.

Os preços assegurados aos tipos padrão são os seguintes:

Arroz — Cr$ 155,00 por saco, beneficiado;
Feijão — Cr$ 115,00 por saca das variedades brancas; Cr$ 105,00 por saca das variedades de côres ou rajadas; Cr$ 100,00 por saca das variedades pretas;
Milho — Cr$ 60,00 por saca;
Amendoim — Cr$ 60,00 por saca de (25 quilos);
Soja — Cr$ 90,00 por saca;
Girassol — Cr$ 2,00 por quilo ensacado;
Trigo — Cr$ 2,00 por quilo (em grão).

Esse Plano de Emergência já está sendo posto em execução apenas no Rio Grande do Sul e no Paraná, únicos Estados que preencheram todos os requisitos necessários às operações.

Por decisão do Sr. Ministro da Fazenda, foi admitido aos benefícios do "Plano" o Instituto Riograndense do Arroz, para cujos financiamentos foi concedido o limite de Cr$ 100.000.000,00.

PRODUTOS FINANCIADOS

Segue-se um quadro estatístico, com a especificação, por produto, dos financiamentos agrícolas e agro-industriais, até 31 de dezembro de 1947, do qual consta, na parte final, em resumo, o total de operações destinadas a outras atividades amparadas pela Carteira:

MOVIMENTO GERAL DOS CRÉDITOS CONCEDIDOS ATE' 31-12-1947

Em milhares de cruzeiros

Produtos financiados	1938/942	1943	1944	1945	1946	1947	Total
Acácia Negra	93	30	—	—	116	—	239
Adubo	1.000	—	10	—	—	—	1.010
Agave	215	825	9.452	19.403	17.478	20	47.393
Alfafa	421	269	388	292	132	288	1.790
Algodão	226.705	100.027	139.889	142.922	115.615	57.895	783.053
Algodão em pluma	271.078	278.915	507.749	2.115.589	88.042	613	3.261.986
Alho	84	19	—	—	—	—	103
Amendoim	372	313	—	31	72	4.399	5.187
Arroz	252.892	141.394	213.556	167.993	208.258	128.140	1.112.233
Aveia	—	—	—	2	—	—	2
Batata	1.427	586	2.017	6.320	4.704	4.708	19.762
Cacau	12.938	57.515	5.649	5.225	3.936	32.420	117.683
Café	325.270	126.063	75.489	171.813	303.385	343.070	1.345.090
Café especial	130.351	68.009	114.711	136.858	63.145	12.435	525.509
Cana de açúcar	274.555	124.693	223.298	149.518	262.965	465.530	1.500.559
Carvão vegetal	428	72	—	—	—	—	500
Cebola	225	101	143	181	303	357	1.310
Cevada	—	—	20	—	—	—	20
Chá	—	21	30	—	—	—	51
Côco	—	—	—	—	12	—	12
Erva doce	—	14	—	—	—	—	14
Erva mate	291	—	208	607	—	—	1.106
Ervilha	—	—	42	—	—	—	42
Feijão	337	183	447	1.038	1.184	908	4.097
Frutas	5.789	472	282	6.536	1.347	1.654	16.080
Fumo	155	215	696	948	790	458	3.262
Gergelim	18	—	—	—	—	—	18
Guaxima	18	—	—	—	—	—	18
Juta	1.355	955	1.173	580	585	205	4.853
Lenha	150	614	—	—	—	—	764
Linhaça	10	28	168	78	—	—	284
Linho	2.616	748	361	996	663	1.307	6.691
Lúpulo	—	—	—	8	—	—	8
Mamona	1.564	984	81	171	1.604	5.216	9.620
Mandioca	29.532	6.217	4.279	4.349	4.187	3.388	51.952
Menta	2	2.679	6.234	247	—	—	9.162
Milho	4.494	3.466	6.040	22.230	15.413	12.844	64.487
Rami	25	69	—	140	152	—	386
Repôlho	—	—	—	135	333	29	497
Sericicultura	—	90	200	—	—	—	290
Tomate	21.928	5.000	5.023	233	8.787	10.548	51.519
Trigo	535	65	21	10	227	1.143	2.001
Uva	333	117	35	—	10	15	510
Outros produtos	24.106	4.479	4.328	4.404	2.515	1.784	41.616
Máquinas agrícolas	270	966	1.225	16.212	13.696	829	33.198
Plano de emergência							
Dec. Lei n.º 7.774	—	—	—	—	84.491	1.622	86.113
Dec. Lei n.º 9.879 — Arroz	—	—	—	—	—	100.000	100.000
Ind. Extrativa Vegetal							
Babaçú	1.209	5.574	7.338	15.635	20.627	13.542	63.925
Borracha	5.465	1.470	20	6	—	—	6.961
Castanha	469	—	—	100	2.035	1.730	4.334
Cêra de carnaúba	6.380	3.712	2.366	2.251	12.670	2.734	30.113
Madeiras	100	400	—	200	—	—	700
Oiticica	51	271	71	168	—	73	634
Piaçava	—	100	100	74	174	—	448
Tungue	66	—	—	—	—	—	66
Melhoramentos Agrícolas							
Irrigação de culturas de arroz	—	—	—	50	—	—	50
Agrícolas	1.605.322	937.740	1.333.139	2.993.553	1.239.653	1.209.904	9.319.311
Pecuários (*)	1.071.968	566.643	1.971.808	2.094.868	804.876	88.206	6.598.369
Agropecuários	19.384	6.284	6.113	7.957	3.542	30	43.310
Rurais	2.696.674	1.510.667	3.311.060	5.096.378	2.048.071	1.298.140	15.960.990
Industriais	514.247	236.207	141.516	157.214	271.422	205.374	1.525.980
TOTAL	3.210.921	1.746.874	3.452.576	5.253.592	2.319.493	1.503.514	17.486.970

(*) — O total das operações pecuárias inclui financiamentos de lã, no valor de Cr$ 20.500.000,00.

c) Crédito Pecuário

Retomando o quadro comparativo com que abrimos o capítulo da pecuária no Relatório do ano passado (pág. 78) e adotando, como ponto de partida, o exercício de 1944, quando realmente se iniciou a expansão das respectivas aplicações, temos, agora, a seguinte posição:

	Milhões de cruzeiros
1944	2.078
1945	3.329
1946	3.250
1947	2.672

A grande inflexão no total dos créditos em vigor, durante o exercício de 1947, advam da moratória, vigente desde o princípio de 1946, no começo por concessão do próprio Banco, conhecedor que era das dificuldades com que se debatiam seus clientes pecuaristas e, logo em seguida, por fôrça dos Decretos-leis daquele ano e pela Lei n.º 8, de 19 de dezembro de 1946. Essa lei paralisou durante o exercício, quase todo o crédito pecuário, declarando que seriam nulos novos penhores constituídos pelos que estivessem no gozo da moratória (artigo 5.º).

Os poucos créditos concedidos, no referido exercício, o foram a criadores e recriadores que se não haviam utilizado, até então, de adiantamentos da Carteira, ou a invernistas, que estavam excetuados pela lei.

Limitados por dispositivos legais, em grande escala, as possibilidades de novos empréstimos; levado a "Crédito em Liquidação" a vultosa soma de Cr$ ...... 200.000.000,00; encerrados diversos créditos por ato espontâneo de alguns devedores, que se não quiserem prevalecer da moratória, o montante dos créditos em vigor declinou em 1947, verificando-se uma queda de Cr$ 578.000.000,00 em relação ao ano anterior.

E' conveniente esclarecer a discordância aparente dos algarismos do quadro das aplicações da Carteira — constante do título "e) Recursos e Aplicações" — que apresentam uma diferença entre o total dos créditos em vigor e o total dos saldos devedores, na pecuária:

Créditos concedidos	Cr$ 2.672.264.117,30
Saldos devedores	Cr$.2.760.492.515,20

O maior valor dos saldos devedores corre por conta de juros e outros dispêndios que foram sendo debitados, suspenso, entretanto, os respectivos pagamentos, em virtude das sucessivas moratórias.

Prosseguindo no estudo da moratória, que vínhamos fazendo desde o Relatório do ano passado, cumpre, agora, aludir, em primeiro lugar, à Lei n.º 35, de 26 de maio de 1947, cujo objetivo foi permitir o financiamento aos estabelecimentos agrícolas, especialmente às usinas de açúcar.

São êstes os têrmos da nova disposição legal:

"Art. 1.º — O artigo 5.º da Lei n.º 8, de 19 de dezembro de 1946, passa a ter a seguinte redação:

"Enquanto gozarem os favores desta moratória, os devedores e seus coobrigados não poderão alienar ou gravar quaisquer de seus bens, sem expresso consentimento dos credores, salvo quanto à constituição de penhores ou outras garantias para os fins de financiamento indispensável a estabelecimento agrícola ou industrial.

§ único — As obrigações que, em data posterior a esta Lei, forem constituídas pelo penhor ou outras garantias dadas para os fins de financiamento, ficarão excluídas dos favores desta moratória".

A vigência da Lei n.º 8 foi ampliada pela Lei n.º 52, de 30 de julho de 1947, que estendeu os efeitos da moratória até 30 de dezembro de 1947.

Finalmente, nos últimos dias do exercício de 1947, subiu à sanção o projeto legislativo que, a 2 de janeiro de 1948, se converteu na Lei n.º 209, regendo, de modo completo, a moratória a criadores e recriadores.

Deixamos de transcrevê-la por ser de conhecimento geral.

S. Excia. o Sr. Presidente da República houve por bem vetar o artigo 34 do Projeto, cujo texto estava "de pena criminal os devedores que antes ou depois de 19 de dezembro de 1946 houverem fraudado garantias outorgadas aos Credores".

Submetido êsse veto à deliberação do Congresso, foi o mesmo aprovado.

Apesar de ter decorrido todo o período de 1947 sob a ação da moratória, deferimos 398 financiamentos pecuários, no total de Cr$ 88.250.703,40, estando computadas nesse número seis operações no valor de Cr$ 5.500.000,00, realizadas com cooperativas de lãs.

d) Créditos Industriais

Nossas aplicações, em empréstimos industriais, estavam representadas, em 31 de dezembro de 1947, pelo total de Cr$ 695.426.170,40, menos Cr$ 44.347.420,10 do que no ano anterior, o que demonstra que não fizemos expansão de crédito para as atividades industriais, em detrimento do crédito agrícola, tal como já demonstramos.

Foram mantidas as taxas de juros de 7, 8, e 9% ao ano para as cooperativas, indústrias da seda e outros empreendimentos respectivamente.

O movimento mensal dessas operações foi o seguinte:

1947	*Milhares de cruzeiros*
Janeiro	6.204
Fevereiro	1.330
Março	10.125
Abril	7.944
Maio	34.124
Junho	9.538
Julho	32.264
Agôsto	15.936
Setembro	15.190
Outubro	39.291
Novembro	10.798
Dezembro	22.629
Total	205.373

e) Letras Hipotecárias

O histórico de liquidação do antigo Reajustamento Econômico está contido no quadro seguinte, elucidativo da situação em 31 de dezembro de 1947, das 5.418 propostas de empréstimos em letras hipotecárias recebidas pelo Banco, por fôrça dos Decretos-leis ns. 1.230 e 1.888, de 29 de abril e 15 de dezembro de 1939, respectivamente:

SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1947

Processos registrados	*Número*	*Milhares de cruzeiros*		
		Dividas reajustáveis	*Avaliações do Banco*	*Empréstimos deferidos*
1 — Empréstimos deferidos, pendentes de realização	4	863	606	455
2 — Empréstimos realizados, no valor de Cr$ 33.614.900,00, inclusive Cr$ 9.013.500,00 (121) liquidados	357	78.661		
3 — Empréstimos cancelados	1	181		
4 — Processos em estudo	0			
5 — Processos em poder das agências	0			
	362			
Processos encaminhados à Camara de Reajustamento Econômico				
6 — diretamente pelas agências	93	15.378		
7 — por desistência	1.967	577.933		
8 — por desinterêsses	1.174	168.036		
9 — por recusa de empréstimos	1	1.334		
	3.235			
— Por falta de ajuste				
10 — pendentes de decisão da CRE	326	214.373	59.238	45.386
11 — reajustes compulsórios concedidos pela CRE para realização de empréstimos com o Banco	135	70.716	19.418	14.599
12 — Idem, idem por credores	72	52.133		
13 — liquidados em dinheiro, liberados, indeferidos, realizados com credores, desistências, etc.	1.288	344.999		
	1.821			
Total	5.418	1.524.607	79.262	60.440

f) *Considerações finais*

Enquanto não tivermos recursos para criar bancos especializados para um amplo crédito agrícola e industrial, com os capiteis necessários ao preenchimento das suas finalidades, temos de nos circunscrever à situação de fato em que ora nos encontramos.

Dentro dessa situação, devemos nos restringir aos elementos de que dispomos, atuando com habilidade e prosseguindo na ação educativa em que a Carteira se tem esmerado.

Essa diretriz implica em um esfôrço para habituar o cliente a pensar, também, do ponto de vista bancário quando vem fazer apêlo ao crédito, sem misturar o conceito de negócio legítimo com o de negócio especulativo e de favor.

Só terminam bem os empréstimos em que o tomador, ao propor a operação, se não esqueça do dia do resgate.

Não seria justo que um credor, ao pedir, no vencimento estipulado, o reembolso do dinheiro que emprestou, fosse, apenas por isto, acusado de atos de perseguição a crueldade.

"O MELHORAMENTO DAS TERRAS PELA ADUBAÇÃO QUIMICA"

A firma Arthur Vianna — Comp. de Materiais Agricolas, estabelecida nesta Capital com escritório à Avenida Graça Aranha n.º 226, 3.º, comunicou-nos que, em nome da sua representada a "Corporacion de Ventas de Salitre y yodo de Chile", oferecerá uma medalha de ouro no valor de Cr$ 1.000,00 ao melhor trabalho que for publicado este ano sôbre a matéria do título acima.

"A Lavoura", colaborando na feliz iniciativa, põe as suas colunas à disposição dos técnicos, de todo o país.





Grutas e Santuários da Bacia do S. Francisco

Importância econômica e social dêsses monumentos

Antônio de ARRUDA CÂMARA
3.º Vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

GRUTAS

As mais belas, talvez, das grutas brasileiras — cavernas, lapas e furnas cheias de atrativos — estão situadas na extensa zona de rochas calcáreas da Bacia do Rio São Francisco.

Famosas umas, pouco e mal conhecidas outras — isoladas muitas pela falta ou desconfôrto dos meios de acesso às suas cercanias — não têm as grutas franciscanas, tanto as da Baia como as de Minas Gerais, sido aproveitadas, racional e inteligentemente, como naturais elementos de atração.

Além do interêsse científico e do econômico, êste limitado, no passado, às possibilidades de exploração das jazidas salitrosas — bem pouco têm outros concorrido para torná-los conhecidos e procurados.

O interêsse científico não se pode considerar esmaecido... teve sua época de notoriedade ao tempo de Peter Wilhelm Lund, — sábio a quem devemos, de entre outros, o inestimável serviço da "atenção dos estudiosos e dos naturalistas empenhados nas pesquisas da paleontologia e da prehistória" pelas grutas brasileiras ou, se quisermos ser mais pre-



Rio São Francisco — Pequenas quedas em território baiano.



O "Véu da Noiva", Cachoeira de Paulo Afonso.

cisos, para aquelas que, por tantos anos, até o fim de sua desprendida e labioriosa existência, o prenderam e Lagoa Santa.

A necessidade do salitre para o fabrico de pólvora e outros misteres, deu margem à procura das grutas que se sabia abundantes e ricas de terra salitrosa ou de depósitos dêsse minério "nas paredes das cavernas e misturados com as terras que as enchiam, de envolta com detritos vegetais e fosses animais que os anos ali acumularam". As explorações se estenderam "por tôda a zona do rio São Francisco e seus afluentes" do sertão da Baía a Minas Gerais.

Novas jazidas "e mais interessantes grutas" iam sendo descobertas além daquelas devidas "ao acaso e às aventuras dos caçadores"...

O interêsse econômico decresceu... mas agora, com a necessidade de se conhecer e de explorar o que é nosso, terá um novo sentido.

As grutas — cavernas, lapas e furnas, valerão, também, pelo explendor de suas paisagens internas — os seus naturais e deslumbrantes atrativos.

Será preciso, porém, considerarmo-las como monumentos nacionais.

Protegidas, valem pela naturalidade das belezas que encerram. Não devem ser transformadas ou convertidas, por artificiosas adaptações, nem mesmo em templos:

As novas igrejas — pequenas ou majestosas — construidas segundo as exigências da paisagem, sóbria e convenientemente decoradas, ficar-lhe-iam próximas como monumento destacado na moldura do parque. Hotéis para turistas e abrigos-hospedarias para romeiros, um pouco mais afastados... no parque os primeiros e nas cercanias os últimos para maior benefício do povo e do comércio local.

Dir-se-ia fantasia... Mas não o será com o despertar do interêsse turístico. Os que procuram emoções ou apenas convidativo refúgio para restauradora temporada, não serão indiferentes a êstes maravilhosos monumentos.

Fixemos, colhidas ao acaso, algumas referências:

MINAS GERAIS

MAQUINE'

— Castelo das Fadas —

"A vista do viajante perde-se em extensos e variados horizontes e parece que a natureza aí ostentou tôda sua gala para mais inspirar o poeta que quisesse cantar as belezas ainda mais imponentes do interior da caverna e delinear os traços da lúgubre cena, misteriosamente inscrita em suas sombrias abóbadas".

....

"De tempo em tempo massas consideráveis de **stalagmites**, ocupando maior ou me-

nor parte do comprimento da galeria, dão lugar à formação de diversos compartimentos ou câmaras, ligados entre si por corredores de larguras variáveis".

As paredes... são pela maior parte cobertas de **staloctites**... apresentando, às vêzes, formas as mais fantásticas".

. . . .

"Desce-se pelo ângulo esquerdo... a uma sagem cujas paredes estão aos dois lados, guarnecidas de **staloctites**, que se desdobram como longas cortinas de pregas regulares"

. . . .

"ornada de tapeçaria gigantesca de uma stalactite branca de brilho e de beleza extraordinárias".

. . . .

"O grupo de **stalagmites** que separa esta sala da precedente envia um ramo para cada lado... formam entre si um grande nicho descendente e disposto em anfiteatro, em cuja entrada vê-se uma grande figura que representa um urso sôbre um pedestal".

. . . .

"... uma passagem muito estreita e ornada aos dois lados de grandes massas de **stalactites** conduz a uma nova série de salas que são infinitamente mais interessantes".

"Duvido que a formação de **staloctites** tenha em qualquer outra caverna conhecida, produzido combinações tão admiràvelmente belas... As obras artísticas do mais alto gôsto, a mais rica arquitetura aí são reproduzidas... a arte humana é excedida por essas formações caprichosas da fantasia da natureza".

. . . .

"Os explêndidos reflexos produzidos pela luz, ferindo as inúmeras facetas dêsses cristais, deslumbram... nunca meus olhos viram nada mais belo e magnífico nos domínios da natureza e da arte". **P. W. Lund.** (1)

"Não só pela notoriedade que lhe deram os trabalhos do sábio dinamarquês, como ainda, pelas belezas naturais que as descrições lhes assinalam, visitar a gruta do Maquiné era uma preocupação que desde muito constituía para mim uma idéia fixa... talvez, mesmo, por êsse fato de ter ouvido tantas narrativas deslumbrantes... não correspondeu ao esbaço que a minha imaginação prèviamente traçara".

Há ali inúmeros atrativos que encantam... mas também os há e semelhantes em outras grutas mineiras... apresenta galerias e salões muito espaçosos e é isto, principalmente, que justifica a sua posição de destaque". — **Alvaro A. da Silveira.** (2)

CERCA GRANDE

— Rochedo dos Índios —

"Caminhávamos em direção ao sul... abre-se a mata e vemos diante de nós uma planície maravilhosa, de rara e pitoresca beleza. Em frente, eleva-se uma muralha vertical de calcáreo... julguei ter diante de mim as ruinas de um vetusto palácio de gigantes, e meus olhos demoraram-se na contemplação de uma série de altas arcadas"...

. . . .

"Os indígenas... entusiasmados pela beleza da paisagem, tentaram imitar os objetos aí existentes, e o sopé do rochedo se acha coberto de desenhos..."

"... o rochedo dos índios, perto do Macambo, será sempre um lugar clássico para o naturalista viajante, em vista da extraordinária raridade de monumentos comemorativos dos selvagens do Brasil".

. . . .

"A formação de **staloctites** produziu... um efeito belo, formando colinas de neves majestosas, que se elevam em anfiteatro, e estão revestidas de uma camada brilhante de cristais, deslumbrantes de alvura". — **P. W. Lund.** (1)

"Até hoje, a entrada da gruta fica impedida durante a estação chuvosa, por transformar em lago a extensa prado de onde emerge a montanha calcárea, que contém as suas galerias e salões. Os desenhos, porém, feitos na parede externa, pelos antigos habitantes da gruta, se mantêm indeléveis". — **Antônio Olinto dos Santos Pires.** (3).

CANHANGA

— Belo como os outros —

"E' como as outras grutas calcárea, adornada de belos **staloctites** e **stalagmites**, cheias de cristais de carbonato de cal, cravados nas paredes, com extensas galerias e salões maravilsosos". — **Antônio Olinto dos Santos Pires** (3)

LAGOA FEIA

— Ideal republicano e... moedas imperiais — (*)

"As **staloctites** e as formas caprichosas das paredes davam-lhe o mesmo aspecto fasci-

(*) A essa gruta dever-se-ia dar o nome de Antônio Olinto em homenagem a êsse speólogo brasileiro que, de maneira tão original afirmou, na mocidade, o seu ideal republicano.

nadar das outras grutas... é um arquivo geológico que está se enchendo de documentos Y nossa vista".

"E, como naquela época, já sonhava com o ideal republicano... quis intrigar os geólogos do futuro, atirando no fundo daquela lagoa, para que ficassem arquivadas, nas impressões das rochas em formação, todas as moedas de cobre e de niquel que trazia comigo e que tinham as armas imperiais". —

VERMELHA

— O Túmulo do Dr. Lund. —

"A lapa erguia-se, em nosso frente, como um imenso castelo. Aqui, bordadas de flores, erguem-se capelas góticas, encerrando altares alvos e pios... ali, varandas compridas e espaçosas... além, colunas altíssimas que brilham ao sol, formando arcadas alterosas..."

....

"Caminhávamos vagarosamente... o eco dos nossos passos pelos pavimentos silenciosos aumentava à proporção que penetrávamos nesses recantos eternamente sombrios... nossa voz parecia um trovão".

"Atravessamos corredores e salões grandiosos... estátuas e colunas, talhadas no calcáreo, assemelhando-se a imensos fantasmas".

....

"Ouvimos, nas profundezas dos abismos, o sussurro contínuo das fontes... Nessa obra eterna de Deus, descobrimos, a cada passo, maravilhas e segredos da natureza".

"Transpusemos êsse grandioso subterrâneo e saímos na vertente da Lagoa Santa... saímos e a luz do sol nos deslumbrava".

"Nessa saída... em um túmulo meio derrocado, circundado de árvores frondosas... está sepultado, junto a êsses monumentos que tanto admirava, o Dr. Lund". — **Júlio César.** (4)

LAPINHA

— Cupid entre turistas —

"São, infelizmente, muito pouco conhecidas, não só dos nossos turistas, como também dos nossos cientistas, as numerosas grutas calcárea exitente na bacia do rio das Velhos... raros são os que, mesmo por mera curiosidade, se abalançam a êsses passeios no interior da terra".

"Na face abrupta do rochedo calcáreo está a entrada ampla, que dá para um salão espécie de vestíbulo, bem iluminado pela luz solar. O seu teto ondulado tem em dois ou três pontos concreções que dão idéia de candelabros brancos, pendentes de uma abóbada azul".

"Desce-se por uma galeria larga... mais adiante essa galeria se bifurca e então começa a complicação labiríntica das ruas dessa espécie de cidade subterrânea em que vamos admirando obras de arte da mais subida valor".

"...deslumbra-nos **stalactites** pendentes do teto como se fossem ricas cortinas que à luz das nossas archotes semelham fantásticos tecidos de brilhantes".

....

"desejando certa moça aquelas concreções, de fato muito bem trabalhadas por êsse cinzel mágico, da Natureza, o seu pretendente, ali estivera em, perigosa ginástica, naqueles paus mal seguros, de andaime ligeiro, a quebrar as preciosas adornos de abóbada para o delicioso presente".

"Velada por um cortinado adamantino que cai da abóbada elevada, um recanto em forma de dedo de luva é o mais mimoso... parece mesmo que aquelas cortinas propositalmente segregaram aquêle ninho de pedrarias cuja grandiosidade nos dá a noção de um sacrário destinado a encerrar a essência de um deus". — **Alvaro A. da Silveira.** (2)

MONTE RODRIGO (*)

— Grutas salitrosas da Serra do Cobral —

"Estas rochas examinadas, porém, de perto, são largas e espaçosas cavernas, que à primeira vista infundem enleio e respeito".

"...as **stalactites,** umas representam roupas flutuantes e de enormes grandezas, outras grandes cachos de uvas; daqui pendem melões, ali variados flores em suas paredes... se elevam e brotam doceis pirâmides, globos, colchões rolados, delicadas rendas... fabricadas... pingo a pingo".

"... cavernas dignas da majestade de um Pythio ou de um sibila de Cuma, onde os homens, cheios de pavoroso respeito e tremendo, encontrariam para ouvir... de outros homens o futuro histórico de seus destinos...". — **José Vieira Couto** (5).

(*) Homenagem a D. Rodrigo de Souza Coutinho... mas a denominação antiga, de Serra do Cabral, é a que prevalece.

BAU'

— Gruta dos Tanques —

"Servindo de entrada... aberturas que semelham portas bem proporcionadas e coroadas por ogivas características do estilo gótico".

"Um pequeno salão iluminado pela luz solar e onde existem várias concreções formando **stalactites** e **stalagmitos** de aspectos o mais caprichosos".

"As galerias, amplas e extensas, são despidas de enfeites".

"O visitante encontrará, percorrendo a gruta, uma formação sem dúvida curiosíssima... espécies de tanques de forma paralelepipédica que se vêem em vários pontos das galerias". — **Alvaro A. da Silveira.** (2)

BAÍA

ABREUS

— Areias coloridas —

Altar e Imagem

"Dividida em duas partes"...

"Em uma das partes sucedem-se os salões, verdadeiramente admiráveis pela enorme quantidade de **stalactites,** de beleza rara, que se encontram por todos os lados e pendentes da abóbada que tem o aspecto de mármore polido".

"Nas outras partes... prendem a curiosidade do visitante umas divisões naturais, formadas plas brilhantes concreções, calcáreas, verdadeiros cômodos onde se encontram areias de diversas côres... próximo à entrada e bem no centro do salão, em uma elevação em forma de altar, há uma pedra que imita uma imagem no meio de rendilhados de facetas reluzentes". — **Francisca Lopes da Silva Lima.** (6).

BREJO GRANDE (*)

— Pedra sonora — Pontes, lençóis e biombas do caprichoso lavor. —

"A pedra é azulada, compacta e sonora... na primeira caverna um magnífico salão...



o primeiro de uma longa série de salões semelhantes em tamanho e beleza, unidos por passagens baixas..."

"A série de cavernas parece ser em forma de ferradura. O espetáculo interno é grandioso. Por tôda parte o teto é ornado com **stalactites** do mais caprichoso lavor, pendurados em pontes, lençóes e biombas... muitas vêzes alcançando e unindo-se com **stalagmites** no fundo das cavernas". — **Joseph Mawson.** (7)

MANGABEIRA (*)

— Ambiente de magia e deslumbramento —

"Na entrada a rocha apresenta uma saliência em forma de alpendre e se desce em fraco declive até um magnífico salão com cêrca de 30 metros de altura e 35 de lar-

(*) Série de grutas.

(*) Da série Brejo Grande, a mesma, talvez, a que se refere Mawson em carta a Orville Derby.

gura... um longo corredor vai ter a um segundo salão. Além dêstes há mais quatro semelhantes em tamanho e muitos outros pequenos, todos êles unidos por corredores ou passagens até a outra extremidade... uma abertura que dá saída si se percorrer uma distância de 9 a 10 quilômetros".

....

"Nos salões, galerias, saletas e portais... concreções calcáreas descem formando lustres, pingentes, franjas, rendilhados... do solo se elevam colunas, pirâmides, palmeiras, torres, agulhas, cerúleos e altares... imitações de candelabros, vasos, ânforas, orgãos magníficos... Iluminados em suas mil facetas estas maravilhosas cristalizações reverberam luzes multicores, que brilham com intensidade de deslumbrante magnificência". — **Francisco Lopes da Silva Lima** (6).

IZABEL DIAS

— **O lendário Robério Dias** —

— **Estantes cheios de livros** —

"A 36 quilômetros da cidade de Morro do Chapéu fica a lugarejo denominado Tareca, afamado por suas águas termais e em cujas cercanias está o grupo de grutas denominadas Izabel Dias, onde se diz ter penetrado o lendário Robério Dias, segundo se depreende de inscrições feitas nas rochas ali existentes".

"Nas serranias calcáreas que ladeam, por mais de 300 quilômetros, a vereda denominada Romão Gramacho... existem trechos interessantes de rochas, trabalhadas pela erosão, apresentando o aspecto de estantes cheias de livros". — **Antônio Olinto dos Santos Pires.** (3)

BREJÃO (**)

— **Catedral... riquissimos bibliotecas. Solo D.** — Camilo Torrend, S. J.

"Para se chegar à gruta, indo da Fazenda do Garapa, encontram-se camadas de rochas sobrepostas, que dão a ilusão de riquíssimas bibliotecas petrificadas pela ação dos anos. Entre elas rolam as águas... que desaparecem repentinamente numa furna debaixo do Monte Branco, e reaparecem depois, para sumirem nos fraldas da montanha, onde se acha a gruta". — **Antônio Olinto dos Santos Pires.** (3)

(**) Grupo das grutas Izabel Dias.

"A porta... que se acha na rocha, a pruma, recorda a de gigantesca Catedral".

"Vencida a entrada, estamos no primeiro salão, vasto, claro e mais amplo do que a nave da nossa Catedral... o teto se eleva a mais de cento e cincoenta metros de altura, apresentando-se em circulos concêntricos, pontilhados de **stoloctites**".

"Há, em um dêsses grandes salões, a escultura perfita de um jacaré... mais adiante, um especime de alambique...".

"O altar... encheria de ciume o mais celebrizado artista... grandes mesas semicirculares e sôbre estas enormes conchas sobrepostas, de maiores a menores, revestidas de alvíssimas coberturas como rendilhadas toalhas"...

"...uma lindíssima pia, como que trabalhada a compasso..."

"Não podemos silenciar a impressão que nos deixou... a sala do orvalho... Por iniciativa do estudante Otacílio Dourado nossa companheira de excursão, pusemos... em um daqueles vastíssimos salões, estando assinalado o ato por uma inscrição... o nome do sábio jesuíta Camilo Torrend".

"Não será possivel que os homens se esqueçam de tantas maravilhas no seio dos sertões da Baía". — **Desouza Dantas.** (8)

PERNAMBUCO

PADRE

— **Fugitivos... morreram queimados** —

Ossório dos Índios.

"Entabulando conversa, meu companheiro falou-me de uma gruta existente na Serrote e na qual tinham sido queimados vivos um Padre e u'a moça".

....

"Satisfazendo-me o pedido contou-me que, uma vez, há muitos anos passados, um padre, no Piauí, raptara u'a moça. Perseguidos pela familia da moça fugiram... Chegando a Itaparica, sempre acompanhados pelos seus perseguidores, esconderam-se na gruta. Descoberto o esconderijo, seus inimigos taparam com lenha a entrada da gruta e tocaram fogo na lenha... morreram queimados o Padre e a moça".

....

"Dizer qual o povo que fez da Gruta do Padre um ossário, não sei ainda... o material etnográfico, composto de objetos de ador-

no, uso doméstico e dansa... e todo de estratificação cultural americana".

. . . .

"Antes de deixar Itaparica, quero aludir a duas outras grutas existentes na Serrote do Padre... só uma pude visitar. A terceira não me foi possível visitar. Em vista disso solicitei do Sr. Crispim Galindo... o obséquio de visitá-la. Satisfazendo o meu pedido, aquêle dedicado amigo acaba de me escrever dizendo haver visitado a gruta e verificado, na ligeira inspeção nela feita, a existência de terra queimada, cinza e sinais de ossos humanos calcinados..."

. . . .

"Creio, entretanto, que as notícias que através dela estou divulgando, falam bem alto sôbre a necessidade de se atirar aos sertões do nordeste, em criteriosas pesquisas, os estudiosos do nosso passado". — **Carlos Estevão** (9).

ALAGOAS

GOITÍ

— Potes dos Chucurús —

"Em Palmeira dos Índios... vim a saber por intermédio do velho **Chucurú**... que, antigamente, quando os **chucurús** eram bravios e moravam na mata, botavam os seus mortos dentro de grandes potes e enterravam êstes nas grutas das serras".

. . . .

"No dia marcado, pela manhã, partimos para Serra do Goité, distante da cidade uns três quilômetros. E' naquela serra que se encontra a gruta. Chegando nesta, depois de ligeiro exame, determinei que um dos quatro **chucurús** que me acompanhavam cavasse o solo da gruta... com pequena profundidade descobrimos a parte superior de um pote".

"Dentro do pote encontravam-se fragmentos de ossos humanos". — **Carlos Estevão** (9).

SANTUÁRIOS

Além das grutas a que acabamos de fazer referências, em as citações respigadas, outras, muitas outras existem sôbretudo na rica zona calcárea da Bacia do Rio São Francisco.

Nas designações locais a algumas denominam *grutas* e outras *lapas* (*).

De entre elas, porém, são mais conhecidas as grutas e lapas erigidas, como templos naturais, em SANTUÁRIOS.

Realçados em nus, no singular ambiente, o explendor das cerimônias religiosas e irradiando de outros até além, muito além dos limites da bacia, crença e fé inquebrantáveis atraem êsses Santuários elevado número de romeiros.

MINAS GERAIS

GLÓRIA

— Lapa do Antônio Pereira —

"...E' uma gruta calcárea... no vale do Rio Gualaxo... tem salões, corredores, colunas matizadas de cristais... é hoje um afamado Santuário que para ali atrai, todos os anos, grande quantidade de romeiros, em meiados do mês de agosto". — **Antônio Olinto dos Santos Pires.** (3).

— Lenda do Santuário —

"Contavam-me os antigos que, tendo uns caçadores entrado na mata que cerca essa pedra, certa menina que com êles penetrou nela, em perseguição a um coelho... viu então, no assento em forma de nicho que já se acha assinalado, a bela imagem da Senhora, essa mesma que se venera. — Alvoroçado o povo do arraial com o feliz aparecimento, subiu à lapa e, tomando a Imagem em andor, trouxe-a para a Matriz".

"A Senhora, porém, à noite, desapareceu e voltou para a gruta... ali se lhe estabeleceu o altar, em que está colocada, recebendo um culto tanto mais afervorado no decurso do tempo, quanto abonado pelas assíduas e claros milagres, que a poderosa Virgem tem alcançado a bem dos que a imploram e nel aconfiam". — **Diogo de Vasconcelos** (10).

— Festa —

"15 de agosto, aniversário do portentoso achado, além da missa, faz-se uma procissão comemorativa do regresso da Imagem para a lapa".

. . . .

"E' esta a parte original e mais bela dos festejos... a Imagem é conduzida por cen-

---

(*) Não se colhe referências, como de uso entre o povo do São Francisco, a outras designações. Segundo o engenheiro Antônio Olinto dos Santos Pires, são as *grutas* chamadas *lapas* quando nas encostas das montanhas e *furnas* as lapas profundas. As denominações *antro* e *buraco soturno*, de uso em outras regiões do país, não parecem aí conhecidas e quanto ao designativo *caverna* sente-se, aqui e alí, a impressão de ser êle empregado como que em referência, algumas vêzes à partes profundas e escuras ou, ainda, às menos conhecidas e exploradas das grutas.

tenas de meninas e moças vestidas de branca..."

"O arraial todo iluminado... o caminho tortuoso da colina até o adro, de espaço, aceso de lanternas coloridas e mil velas e archotes ardendo no préstito que se move, pausadamente, ao som da música e dos cânticos!"

. . . .

"Ao chegar, com efeito, a procissão, depara-se ali um espetáculo único, em sua especialidade, menos para se contar, que para se ver, pois em parte alguma do mundo, creio, existe um templo como êste, edificado a primor, pelas mãos da natureza".

. . . .

"... o que se sente, quando rompem os vozes triunfais do **Te-Deum** e reboam pela côncava e pelas profundezas da gruta!"

. . . .

"Aquela música elisea, unida e profunda, que arrasta o sentimento humano ao seio da Divindade, adquire uma fôrça de fé, naquele recinto, cheio de luz e de incenso, que parece estar a própria natureza em êxtase, jubilosa, exclamando — **prested fides suplementum sensuum defectui". — Diogo de Vasconcelos** (10).

BAÍA

SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

— Gruta do Potamuté —

"Sua entrada está na encosta de uma montanha de penoso acesso. Seus corredores terminam em salões ornados denominado TEMPLO... é cheio de belas colunas recamadas de cristais". — **Antônio Olinto dos Santos Pires.** (3)

"Dezessete quilómetros ao noroeste de Potamuté... descança êste majestoso templo... mede 10 metros de comprimento, por 40 de largura e 22 de altura".

"Três grandes colunas... levantam-se na sala, eretas, firmes, gigantescas e vão tocar ao teto... parecem sustentar a grande abóbada de pedra, dividindo a gruta em dois compartimentos, sendo que o segundo é maior, mais decorado, mais admirável e mais belo! Comunicam-se êstes por dois corredores laterais e uma arcada central, separadas pelas grandes colunas".

. . . .

"Ali, entre os mil variedades que embelezam aquêle templo suntuoso... o viandante curva-se reverente... e o espírito se eleva às regiões desconhecidos dos castelos encontados das **Mil e Uma Noites!" — João Matos** (11).

— Histório —

"Em 1903, um sacerdote pregador, o missionário católico Monsenhor Pedro Cavalcante do Rocho, visitando esta gruta, achou-a tão bela que nela terminou a Santa Missão... Conduzindo para ali muitos milhares de fiéis, colocou no interior da gruta um grande Cruzeiro, que é muito venerado, até na distância de mais de 50 léguas, por grande número de crentes que vão oferecer suas preces com devoção e respeito".

"E, em 1905, o padre Manoel T. Moura, então vigário desta Freguezia, para ali transferiu a sua residência, onde, implantando a devoção do Sagrado Coração de Jesus, colocou uma belíssima imagem, oferecida pelos habitantes de Potamuté, m um lindo altar de pedras transparentes". — **João Motos** (11).

BOM JESUS DA LAPA

— Serrote do Lapa —

"Um monte, ou antes um retalho de montanha calcárea, isolado na meia de uma planície, com a base quase dentro dagua e a cumiada coroada de cactus e de bromélias espinhentas entremeadas de picos, agulhas, pirâmides, das mais diversas formas, eis o serrote... que vista do lado do rio, parece antes uma lasca de rocha pousada sôbre uma mesa, que uma eminência com relevo subordinado à série orográfica da região a que pertence".

. . . .

"O morro inteiro é um maciço calcáreo com uma estrutura tão esquisita, tão extraordinária, que difícil e determinar-lhe a orientação dos camadas e estudar-lhes as disposições".

. . . .

"As pontas de pedra, inúmeros, formam grimpas, agulhas, torres; simulam flexas de estilo gótico, coruncheus rendilhados, recortados, rematados do modo mais esquisito e, por vêzes, com uma disposição e simetrias tais, que parece que se levanta diante de nós um dêsses imensos pagodes indianos, em ruínos..." — **Teodoro Sampaio** (12).

— Paisagem —

"No mais alto do monte... descortinamos então um horizonte belíssimo e vasto. Ao lon-

ge, para os lados de leste, norte sueste divisam-se as serranias em formas de chapadas alcantiladas...; no meio, e aos nossos pés, o **ipueira,** como uma bacia ou um lago tranquilo, e depois... o São Francisco serpeando na planície imensa e verde e sumindo-se além no azul enfumado do horizonte, para o poente... a indefinido de uma bruma que se alevanta de um solo sem relêvo, e, para a noroeste, o perfil das montes..." — **Teodoro Sampaio.** (12).

"Vista de longe é impressionante a localidade e a montanha calcárea recortada de profundos sulcos e elevando-se nas margens planas e baixas do rio, justifica, pela bizarria do aspecto, a impressão que deixa nos romeiros".

. . . .

"São tã belos, tão solentes, tão grandiosos as tardes do São Francisco; o poente inunda de cores tão vivas com mutações tão rápidas, cada qual mais soberba, um horizonte tão largo, o céu é tão puro, as águas tão tranquilas, os panoramas tão suaves quando ao longe se perde a vela aberta de um barco de pescadores — que rápido esquecemos a visão triste de Bom Jesus da Lapa, para contemplarmos em silêncio as cenas melancólicas da natureza... na hora do crepúsculo, cada dia oferecendo um espetáculo novo, sempre grandioso, sempre empolgante". — **Otávio Barbosa Carneiro.** (13).

LAPA

"A lapa é um santuário e um prodígio da natureza". — **Teodoro Sampaio** (12).

"Está na base do Serrote da Lapa, montanha calcárea de cêrca de 80 metros de altura, emergindo isolado dos terrenos baixos que constituem as margens do rio, perfurada de grutas, mais ou menos extensas, com corredores e salões, cheios de **stalactites** e concreções calcáreas de formas fantásticas e caprichosas". — **Antônio Olinto dos Santos Pires.** (3)

SANTUÁRIO

"Em uma delas, está o Santuário do Bom Jesus da Lapa que, há mais de dois séculos, para ali atrai, todos os anos, romeiros e devotos, dos mais longínquos sertões..." — **Antônio Olinto dos Santos Pires** (3).

"O que era o famoso Santuário disse-o também (*) a mesma brilhante pena. Hoje, porém, já não é a mesma daquele tempo. Mão criminosa, ou o acaso, fez, pela fogo, desaparecer uma grande parte das maravilhas que continha. A gruta já não apresenta as **stalactites** que se projetavam da abóbada, mas ainda se levanta "no fundo o altar-mor dourado e rico do Crucificado Senhor Bom Jesus da Lapa, consolo e remédio dos que crêem e dos que têm fé". — **Francisco Lopes da Silva Lima.** (6).

LENDAS

"Muitas lendas procuram explicar a origem daquela devota romaria. A imaginação dos barqueiros que, há tantos anos transitam por aquele sítio... em toscas embarcações e a tôdas as horas do dia e da noite, pensava ser aquela excavação natural do monte a moradia de um anacoreta, que ali vivia, sem receio, no meio de feras temerosas. Para uns era êle extravagante fidalgo... que se fizera ermitão... para outros fôra um vaqueiro que perseguindo o gado desmalhado, ali entrado, deslumbrado pelas belezas da caverna, ficando onde encontrara a imagem... finalmente para outros, não passava... de um facínora que viera pedir à solidão paz para a consciência atribulada ou procurar, nas mortificações e no arrependimento, o perdão das culpas cometidas".

. . . .

"O nome do descobridor da gruta (**) se conservou, porém, através do tempo, por tê-lo guardado o historiador Sebastião da Rocha Pita, na sua História da América Portuguesa, na qual se encontra uma descrição dêsse interessante acidente geográfico". — **Antônio Olinto dos Santos Pires** .(3).

ROMARIAS

"Ininterruptamente tem continuado, desde aqueles tempos, os romarios do Bom Jesus da Lapa. Atraídos pela fama dos milagres operados, devotos e peregrinos, há mais de dois séculos, vêm todos os anos dos mais longínquos recatos de afastados rincões e afrontando perigos e desconfortos de tôdo espécie trazer ao Bom Jesus as homenagens de suas orações e penitências". — **Antônio Olinto dos Santos Pires.** (3).

(*) Referência ao Dr. Teodoro Sampaio.

(**) Francisco de Mendonça Moz, pintor e depois o clérigo do hábito de S. Pedro, padre Francisco Soledade.

As impressões transcritas, todas de fontes autorizadas, dizem da importância das grutas situadas na Bacia do Rio São Francisco e justificam, em o nosso entender, a necessidade de serem elas postas ao abrigo de possíveis depredações.

Acreditamos desperte a singularidade de seus atrativos interêsse turístico mas, estamos certos que, sòmente com a melhoria dos meios de acesso a êsses monumentos e o embelezamento de suas cercanias, será possível torná-los conhecidos e procurados. E é por assim pensarmos que lembramos aqui a desapropriação das grutas consideradas de interêsse científico e turístico, a instalação de parques na área em que estão compreendidas e, nestes, das acomodações indispensáveis ao confôrto dos visitantes.

A propriedade e a exploração econômica e científica das grutas deve ser objeto de atenção dos nossos poderes públicos.

FONTES CONSULTADAS

BIBLIOGRAFIA

1 — P. W. Lund — Tradução do Prof. Leônidas Damasio Botelho — Anais da Escola de Minas de Oura Preto — Vol. 3 - 1884 — Vol. 5 - 1885 — citação do engenheir Antônia Olinto dos Santos Pires.

2 — Alvoro A. da Silveiro — Memórias Corográficas — Vols. I - 1921 — Vol. II - 1922.

3 — Antônio Olinta dos Santos Pires — Speologia — Geografia do Brasil — Vol. I Ed. da Sociedade de eGografia da Rio de Janeira — 1922 — Viagem aos terrenos diamantíferos de Abaeté — Anais da Escola de Minas do Ouro Preto — Vol. 4 — 1885 — Speologia Brasileira — Memória ao 2.º Congresso Brasileiro de Geografia — São Paula — 1910.

4 — Júlio César — Jornol do Comércio — 2 de maio de 1917 — Rio de —aneiro — citoção da engenheiro Antônio Olinto dos Santos Pires.

5 — José Vieira Couto — Memórias sôbre as nitreiras naturais e artificiais do Monte Rodrigo — citação do engenhenro Antônio Olinto dos Santos Pires.

6 — Francisco Lopes do Silva Lima — Belezas Naturais da Baia — Anais do 5.º Congresso Brasileiro de Geografia — Salvador — Baia — 1916 — Ed. do Instituto Geográfico e Histórico do Baía — Vol. I — 1917.

7 — Joseph Mawson — Carta a Orville Derby — Boletim da Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro — Tomo II — 1886 — citação do engenheira Antônia Olinta dos Santos Pires.

8 — Desouza Dantas — A Tarde — 14 de março de 1922 — Salvador — Baía — citação do engenheiro Antônio Olinto dos Santos Pires.

9 — Carlos Estevão — O ossuário da Gruta do Padre em Itaparica e algumas noticias sôbre remanescente indígenas do Nordeste — Boletim da Museu Nacional — 1938-1941.

10 — Diogo de Vasconcelos — Minas Gerais — 28 de setembro de 1908 — citação do engenheira Antônia Olinto dos Santos Pires.

11 — João Matos — Descrição Histórica e Geográfica do Municipio de Curaçá — Anais do 5.º Congressa Brasileiro de Geografia — Salvador — Baía — 1916 — Ed. do Instituta Geográfico e Histórica da Baia — Vol. II — 1918.

12 — Teodoro Sampaio — O Rio São Francisco (trechos de um diário de viagem 1879-1880) — Livraria J. Leite — 1936.

13 — Otávio Barbosa Carneiro — De Piropora a Joazeiro pela rio São Francisco — Conferência na Sociedade Nacional de Agricultura — 1921.

1.ª Semana Ruralista e

1.ª Exposição de Produtos da Coudelaria de Campos



Fala o Secretário da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Edgard Teixeira Leite

Constituiu um acontecimento de grande significação para o fomento da agricultura e da produção equina, a 1.ª Semana Ruralista e a 1.ª Exposição de Produtos da Caudelaria de Campos, patrocinadas pela Didetoria de Remonta e Veterinária do Exército, com a colaboração da Prefeitura Municipal de Campos, realizadas em Abril dêste ano, naquele adiantado município fluminense.

1.ª SEMANA RURALISTA

Durante a 1.ª Semana Ruralista, entre 5 e 10 daquele mês, inúmeras fôram as contribuições e os trabalhos apresentados por destacados elementos da Diretoria de Remonta e Vetedinária do Exército

HOMENAGEM AO PREFEITO DE CAMPOS, DR. MANOEL FERREIRA PAES

Por ocasião da abertura da 1.ª Semana Ruralista, sob a presidência do Major Hermenegildo de Oliveira Carneiro, realizou-se expressiva e justa homenagem ao Prefeito Municipal de Campos, Dr. Manoel Ferreira Paes, em reconhecimento ao seu governo eficiente, e fecundo nos negócios públicos e administrativos da cidade de Campos, aos quais vem imprimindo, com operosidade e dedicação, novos surtos no seu progresso e desenvolvimento.

A seguir, teve lugar a conferência pronunciada pelo Capitão Hilberman M. da Silva.

Encerrando a sessão, usou da palavra o dr. Manoel Ferreira Paes, Prefeito de Campos que, após salientar a importância da 1.ª Semana Ruralista e da 1.ª Exposição de Produtos da Coudelaria de Campos, pelos técnicos e autoridades da Diretoria de Remonta e Veterinária sediada naquela cidade, agradeceu com emoção, visìvelmente sensibilizado, a homenagem de que foi alvo por deferência fidalga e cavalheiresca dos promotores da referida 1.ª Semana Ruralista.

NA REUNIÃO DO DIA 6

Prosseguindo em seu programa, a 1.ª Semana Ruralista, na segunda reunião do dia 6 prestou, também, merecida homenagem aos técnicos e professores rurais, na pessoa do Secretário de Agricultura do Estado do Rio, dr. Edgard Teixeira Leite, cuja atuação à frente daquela Secretaria trouxe novos e melhores rumos para a agricultura e a pecuária na Velha Província Fluminense, realizando notáveis reformas e melhoramentos nos diversos setores da mencionada Secretaria, afim de alcançar um objetivo construtor na produção agrária e pecuária daquele Estado, sob os moldes mais avançados da técnica moderna.

Ainda nessa reunião, destacou-se o dr. Artur F. Jossetti, pronunciando interessante conferência, como também a palestra que ali proferiu a professora Eunice Wandeck de Leoni Ramos, da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Encerrou essa reunião o dr. Edgard Teixeira Leite, Secretário da Agricultura do Estado do Rio, pronunciando notável discurso em agradecimento à homenagem que lhes prestaram os realizadores da 1.ª Semana Ruralista.

DURANTE AS REUNIÕES DOS DIAS 7 E 8

Na reunião do dia 7 foi homenageado o Sindicado dos Industriais do Açúcar e Alcool, na pessoa de seu presidente, sr. Julião Jorge Nogueira. Realizou uma conferência o dr. Alberto Lamego e o Inspetor Regional do Fomento da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, dr. Djalma Hees que pronunciou sugestiva palestra, em torno das realizações do Fomento da Produção Animal.

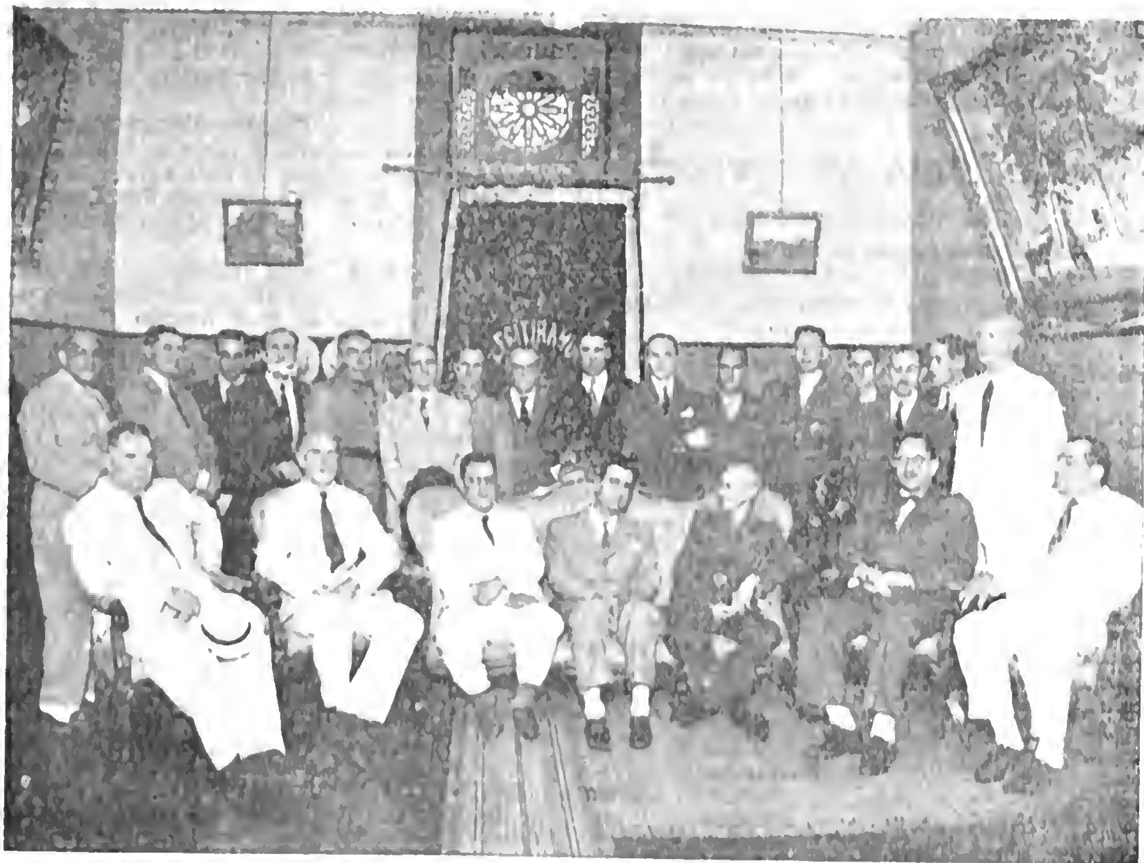
No dia 8 teve lugar a homenagem ao Sindicato Agrícola de Campos, na pessoa de seu presidente, sr. Serafim da S. Saldanha. Uma conferência do dr. Ruy Pinto e uma palestra pelo dr. Franco Faria, do Ministério da Agricultura.

NOS ÚLTIMOS DIAS DA 1.ª SEMANA RURALISTA

O Instituto Nacional de Colonização foi homenageado na pessoa do Coronel Augusto Rondon, na sessão de 9 de abril. Nessa mesma reunião, proferiu uma conferência o dr. Castro Barreto, diretor do Serviço Social da Indústria (SESI). Agradecendo a homenagem que ali recebera, falou o coronel Frederico Augusto Rondon, encerrando, por fim, o penúltimo dia da Semana Ruralista.

O ENCERRAMENTO DA 1.ª SEMANA RURALISTA

Na sessão do dia 10 de abril, os promotores da 1.ª Semana Ruralista prestaram significativa homenagem à Sociedade Nacional de



Grupo tomado no Gabinete do Sr. Prefeito Municipal de Campos

Agricultura, na pessoa de seu presidente, o professor dr. Arthur Torres Filho, Reitor da Universidade Rural. Em seguida, realizaram-se a entrega dos prêmios aos cinco melhores colocados no concurso de monografia sôbre a Coudelaria de Campos e o Fomento da Pro-
.acabava de demonstrar a 1.ª Semana Ruralista, pelo professor dr. Arthur Torres Filho, quando teve ensejo, então, de agradecer a honrosa homenagem de que foi alvo a Sociedade Nacional de Agricultura, da qual é presidente, pronunciando oração, que mais adiante reproduzimos.

Coube ao general Antônio da Silva Rocha, diretor do Serviço de Remonta e Veterinária do Exército, o encerramento da Semana Ruralista, que proferiu, por essa ocasião, expressivo discurso, assinalando a eficiência que acabava de realizar a 1.ª Semana Ruralista, reunindo técnicos e autoridades do nosso glorioso Exército, para imprimir melhores destinos à Produção Equina e à produção agrária.

1.ª EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS

No dia 11 teve lugar às 9 horas, o plantio da árvore comemorativa da 1.ª Semana Ruralista, promovida pela Coudelaria de Campos, o lançamento da pedra fundamental da "Escola Rural Carmela Dutra", e o desfile dos animais concurrentes à Exposição de Produtos, na séde da Coudelaria de Campos. À noite, às 20 horas, os promotores da 1.ª Semana Ruralista recepcionaram os visitantes e jornalistas no Automóvel Clube de Campos, numa festa que impressionou e agradou a todos que ali compareceram, alvo de atenções e fidalguia dos promotores da 1.ª Semana Ruralista.

ORGANIZAÇÃO DOS CERTAMES

MEMBROS E COMISSÕES

Presidente de Honra
Gen. ANTONIO DA SILVA ROCHA
Diretor de Remonta e Veterinária do Exército

1.º Vice-Presidente
Dr. EDGAR TEIXEIRA LEITE
Secretário de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro

2.º Vice-Presidente
Cel. OSCAR FURTADO AZAMBUJA
Sub-Diretor de Remonta e Veterinária do Exército

Presidente Efetivo
Dr. MANOEL FERREIRA PAES
Prefeito Municipal de Campos

MEMBROS DE HONRA

1. — S. R. GILCREAST, Adido Cultural à Embaixada dos U.S.A.
2. — Cel. JOAO TELES VILAS BÔAS, Sub-Diretor de Veterinária.
3. — Dr. ARTUR TORRES FILHO, Pres. da Soc. Nac. Agricultura.
4. — Cel. FREDERICO A. RONDON, Dir do Inst. de Colonização Nacional.
5. — Sr. JULIÃO J. NOGUEIRA, Pres. Sind. dos Ind. Açúcar e Alcool.
6. — Sr SERAFIM DA SILVA SALDANHA, Pres. do Sind. Agrícola.
7. — Sr. ARTUR CARDOSO FILHO, Pres. da Sociedade Hípica.
8. — Dr. NAPOLEAO FONTENELLE, Pres. da Soc. de Agricultura do Esp. Santo.
9. — Dr. ALCIDES CARLOS MACIEL, Pres. da Ass. mprensa Campista.
10. — Dr. MÁRIO DE FERRAZ SAMPAIO, Pres. da Rádio Cultura Campos.
11. — Dr. ARY VIANA, Pres. do Automóvel Club de Campos.
12. — Dr. ALCINDOR MORAES BESSA, Pres. da Câmara Municipal.
13. — Sr. ERNESTO LIMA RIBEIRO, Pres. da Associação Comercial Campos.

COMISSÕES

Presidente
Major HERMENEGILDO DE OLIVEIRA CARNEIRO

Secretário Geral
Cap. JARBAS FERNANDES PIMENTEL

1.º Secretário
Dr. N. DE ALMEIDA GUSMÃO

2.º Secretário
Ten. JAIR DE ARAUJO

DIRETORIA: Drs. Godofredo N. Tinoco — Barros Barreto — Carlos Ribeiro — Rafael Benegent — Grevy Bastos — Marc Mouras — Olimpio S. Silva Pinto — Osvaldo M. de Miranda — Paulo Rodrigues — Comte. Paulo Alcoforado.

RECEPÇÃO: Srs. Julião J. Nogueira — Artur Cardoso Filho — Castro Simone Elias — Domingos Silva — J. Ant. Miranda — Dr. Tiers Cardoso — Serafim S. Saldanha — Ten. Cristovam Lisandro — Anisio Pereira — Dr. Pedro Américo Corrêa.

PROPAGANDA — Srs. Dr. Alcides Maciel — Hervé Salgado — Osvaldo Lima — Silvio Fontoura — Julio Nogueira — Cell Tinoco — João Rodrigues de Oliveira — Daniel Vaz Lessa — Prisco de Almeida. — Dr. Mário Ferraz de Sampaio.

SOCIAL: Dr. Barbosa Guerra — Srs. João Sobral — Percy Duncan — Raul Alonso — Romualdo Peixoto — Ruy Amado Henriques — Filadelfo Viana — Rubens Venâncio — Dr. Theotônio Ferreira de Araujo.

TÉCNICA: Drs. Daniel Moura — Camará Martins — Alfredo Sarmento — Ruy Pinto — Luiz Ribeiro — A. Rosa Viana — Alberto Lamego Filho — Frederico da Veiga — Alexandre Vilela. — Francisco José Maia Santos.

COMISSÃO JULGADORA DE ANIMAIS: Ten. Cel. Heitor Lopes Caminha — Major José de Sena e Silva — Cap. Vet. Dr. Hilbernon M. da Silva — Capç. Lourival Ventura — Drs. Djalma Eloy Hess — Franco Faria — Leopoldo P. da Silva.

PROGRAMA

1.ª Parte

1.ª "SEMANA RURALISTA"

Dia 5-3-1948. As 20 hs. — Sessão de abertura da "Semana Ruralista" em homenagem ao Exmo. Snr Dr. Manoel Ferreira Paes, Prefeito de Campos.

a) Ato inaugural da "Semana Ruralista" procedido pelo senhor Major Hermenegildo de Oliveira Carneiro, Diretor da Coudelaria de Campos;

b) Conferência pelo Capitão Hilbernom M. da Silva;

c) Discurso de encerramento da sessão, pelo Dr. Manoel Ferreira Paes, Prefeito Municipal de Campos;

d) Sessão cinematográfica (filmes ilustrados sôbre assuntos rurais do Brasil e dos Estados Unidos).

Dia 6-3-1948. Às 20 hs. — Sessão em homenagem aos técnicos e professores rurais, na pessoa do Exmo. Snr. Secretário de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro.

a) Conferência pelo Dr. Artur F. Jossetti;

b) Palestra pela professora Eunice Wandeck de Leoni Ramos, da Secretaria de Educação do Distrito Federal;

c) Discurso de encerramento da sessão pelo homenageado Dr. Edgard Teixeira, Secretário de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro;

d) Sessão cinematográfica.

Dia 7-3-1948. Às 20 hs. — Sessão em homenagem ao Sindicato dos Industriais do Açúcar e Alcool, na pessoa de seu Presidente, Snr. Julio Jorge Nogueira.

a) Conferência pelo Dr. Alberto Lamego;

b) Palestra pelo Dr. Djalma Hess, Inspetor Regional do Fomento da Produção Animal, do Ministério de Agricultura;

c) Sessão cinematográfica.

Dia 8-3-1948. Às 20 hs. — Sessão em homenagem ao Sindicato Agrícola de Campos, na pessoa de seu Presidente, Snr. Serafim da S. Saldanha.

a) Conferência pelo Dr. Ruy Pinto;

b) Palestra pelo Dr. Franco Faria, do Fomento da Produção Animal do Ministério de Agricultura;

c) Sessão cinematográfica.

Dia 9-3-1948. Às 20 hs. — Sessão em homenagem ao Instituto Nacional de Colonização, na pessôa do Coronel Fdederico Augusto Rondon.

a) Conferência pelo Dr. Castro Barreto, Diretor do Serviço Social da Indústria (SESI);

b) Encerramento pelo Coronel Frederico Augusto Rondon, Diretor do Instituto de Colonização Nacional;

c) Sessão cinematográfica.

Dia 10-3-1948. Às 20 hs. — Sessão em homenagem à Sociedade Nacional de Agricultura, na pessoa de seu Presidente, o Professor Artur Torres Filho.

a) Entrega dos premios aos cinco melhores colocados no concurso de monografias sôbre a Coudelaria de Campos e o Fomento da Produção Equina;

b) Conferência pelo Professor Artur Torres Filho, Reitor da Universidade Rural;

c) Sessão cinematográfica;

d) Encerramento da "Semana Ruralista" pelo Exmo. Snr. General Antônio da Silva Rocha, Diretor do Serviço de Remonta e Veterinária do Exército.

Nota: Todas as sessões serão realizadas no salão de conferências da Associação Comercial de Campos.

2.ª Parte

1.ª "EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS"

Dia 11-3-1948. Às 9 hs. a) Plantio da árvore comemorativa da 1.ª "Semana Ruralista" promovido pela Coudelaria de Campos;

Às 9,30 hs. b) Lançamento da pedra fundamental da Escola Rural "Gen. Silva Rocha";

Às 10 hs. c) Desfile dos animais concorrentes à Exposição de Produtos.

Nota: Na sede da Coudelaria de Campos.

Às 20 hs. Recepção aos visitantes no Automovel Clube.

DISCURSO DO PROF. ARTHUR TORRES FILHO, PRESIDENTE DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Convidado pelo Diretor da Coudelaria de Campos, Sr. Major Hermeneglido de Oliveira Carneiro, a participar da 1.ª Semana Ruralista que, com a colaboração da Prefeitura se realiza em Campos, no período de 5 a 11 do corrente, desejo expressar meu agradecimento a essa distinção, com a homenagem que se presta à Sociedade Nacional de Agricultura, na minha pessoa, como seu Presidente.

E'-me tanto mais grato estar aqui presente, e prestando minha colaboração à obra patriótica que realiza a Diretoria de Remonta e Veterinária do Exército, quanto venho assistir em minha terra natal a mais uma demonstração de sua atividade em benefício do progresso da pecuária nacional.

Numa época conturbada como a que atravessamos, em que se proclama a necessidade de uma política agrária bem orientada, para que possmos resolver os aspectos sociológicos, econômicos e técnicos que envolvem o problema da terra, parece-me oportuno que eu vos fale dos esforços que há mais de 50 anos desenvolve a Sociedade Nacional de Agricultura em prol da organização agrária do país.

E hoje estando aqui entre vós, desejo que a minha presença sirva de marco a mais uma iniciativa da Sociedade, incorporando o Município de Campos na cadeia do associativsmo rural que se desenvolve em todo o país sob a égide da Sociedade.

E' êsse um trabalho penoso, que se vem silenciosamente desenvolvendo e que agora penetra na consciência nacional como uma necessidade palpitante para os destinos da nacionalidade.

O fenômeno social que se nos apresenta em todo o mundo bate às nossas portas, e me parece oportuno que vos diga alguma coisa da evolução que se tem operado em nossos meios rurais, por uma entidade estranha aos poderes públicos mas que tem, orientada por um pugilo de ilustres brasileiros sabido acautelar o maior patrimônio que possuímos, que é o da tradição ruralista do nosso país.

Até chegarmos no momento atual, em que tanto se fala em reforma agrária, já agora como obra de solução nacional, desde 1897, pouco depois da Abolição da Escravatura, criada a Sociedade Nacional de Agricultura, lançou-se ela, desde então, na ingente tarefa da

organização da classe rural, para que esta pudesse continuar a influir nos conselhos do Govêrno e amparar aquêles que mourejam na vida dos campos.

Podemos, recapitulando, traçar várias fases dessa ação silenciosa, mas contínua, alentada sempre por um ideal superior de servir ao país e na preocupação de encontrar um tipo de organização agrária compatível com as nossas tradições e a índole do nosso povo.

PRIMEIRA FASE.

Com a experiência dos "Comícios Agrícolas", tendo à frente Ennes de Sousa, Inácio Tosta, J. Carlos Travassos, Wenceslau Belo, Campos da Paz, Beaurepaire Rohan e outros, iniciados nos primeiros dias da República, surgiu a idéia da fundação, na Capital do país, de um **órgão nacional** de agricultura, destinado a dois fins **principais**:

Primeiro, estimular a fundação de sociedades locais (municipais);

Segundo, congregar essas instituições, imprimindo ao seu trabalho orientação firme e harmônica, visando o melhoramento e o aumento da produção.

A fundação da **Sociedade Nacional de Agricultura**, em 1897, resultou dessa idéia e dessa orientação.

O 1.º Congresso **Nacional de Agricultura**, reunido pela mesma Sociedade no Rio, em 1901, consagrou aquele princípio, reforçando-o com a aprovação de conclusões preconisando a organização da classe rural por meio de sindicatos agrícolas e de associações de agricultura. Inúmeras associações haviam sido já fundadas e, em 1903 surgia do seio da própria Sociedade Nacional de Agricultura a lei dos sindicatos agrícolas (n.º 979, de 6 de janeiro), visando dar ao associativismo na classe rural um caráter **mais profissional** e mais orgânico. Nos congressos que se sucederam, esteve sempre na primeira plana essa grande necessidade, reconhecida e proclamada por todos, mas entravada por inúmeros fatores, dentro os país, o principal, a dispersão da profissão, agravada, de um lado, pela falta de compreensão dos próprios beneficiários e, de outro pela ausência de uma lei especial adequada à índole do nosso homem do campo.

SEGUNDA FASE.

A idéia dos sindicatos agrícolas (regulamentada pelo Decreto n.º 1.637, de 5 de janeiro de 1907), foi uma vitória da Sociedade Nacional de Agricultura, mas não logrou, na prática, o êxito esperado. Em tal conjuntura, resolveu a Sociedade enveredar pelo caminho que, segundo a sua observação, mais condizia com o espírito do nosso agricultor: utilizar o tipo de associação livre, nos moldes das organizações civis, embasada numa rêde de associações municipais, filiadas, por sua vez, a **Federações Estaduais**. Era a forma mais natural da organização da agricultura, porque a repetição do sistema federativo da Nação. Com a cooperação do Rio Grande do Sul, onde, já por êsse tempo, muito adeantado se encontrava o espírito associativo, foi organizado no seio da Sociedade, um plano naquele sentido. Modêlos de estatutos foram elaborados, debates e sessões especiais realizadas e iniciada a campanha pela aplicação prática da idéia. Infelizmente, porém, de tôdas as iniciativas então adotadas ficou de pé apenas uma, a **Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul**, a demonstrar a viabilidade e a conveniência de um igual entendimento e ação por parte das demais unidades federativas. O trabalho da Sociedade não cessou, e em 1922, nova tentativa, tendo o Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida à frente do movimento, foi levada a efeito. Prejudicou-lhe o êxito a agitação política e sòmente em 1928, sob a presidência Simões Lopes, aproveitando o largo trabalho de mais de trinta anos, poude a Sociedade fundar a Confederação Rural Brasileira — iniciativa que, se bem compreendida em todo o país, teria possibilidade grande avanço à reforma agrária que se faz mistér no Brasil.

TERCEIRA FASE.

Por seu turno, o Govêrno, em face da organização dada, através do Sindicato Profissional, à indústria e ao comércio, cogitava de extendê-la às atividades rurais, a fim de que não ficasse ao desamparo um dos mais importantes setores da produção.

E assim, em 1943, foi nomeada uma comissão interministerial para estudar o assunto. Como me coubesse presidí-la, tive ocasião de sentir de perto, mais uma vez, as dificuldades que se apresentavam ao enquadramento da agricultura ao modêlo sindical. Essa dificuldade havia sido, por várias vêzes, observada pelas autoridades do Govêrno, bastando, para comprová-la, o fato de ter sido a agricultura excluída da legislação, que atendia apenas a indústria e ao comércio. Dentre todos os óbices, sobressaíam a quase impossibilidade de definição da **atividade profissional** e a **dispersão** da classe por todo o território nacional. Afigurou-se à maioria dos membros da comissão, impossível dar à agricultura para sua indispensável e urgente organização, o tipo vigente de sindicato trabalhista.

QUARTA FASE.

Embora exaustivo, o trabalho da comissão interministerial não poude ser aproveitado. A lei sindical que surgiu depois, e está em vigor, Decreto-lei n.º 7.038, de 10 de novembro de 1944, depende de regulamento e êste esbarrará fatalmente nas dificuldades apontadas. Não será outra, sem dúvida, a razão da sua não aplicação até agora.

Torna-se urgente, no entanto, organizar a classe, a fim de ser-lhe facultados os benefícios de que já gozam as outras atividades profissionais e, principalmente, afim de facilitar a penetração dos órgãos da administração e da técnica no meio rural.

Seria preciso dar-se à legislação sôbre o assunto um caráter especial, de forma não só a facilitar a fundação das associações, mas, sobretudo, de garantir a sua existência, pelo agrícola. Foi assim que se consubstanciou a

papel que viessem a desempenhar na vida idéia de uma lei intermediária entre o tipo clássico da "Sociedade Civil", e a do "Sindicato Trabalhista", como meio de assegurar, de pronto e sem grandes saltos um lugar ao homem rural na coletividade brasileira.

Uma comissão, na Sociedade Nacional de Agricultura, foi incumbida de elaborar o ante-projeto, submetido e aceito pelas pessoas e entidades mais diretamente interessadas no assunto.

Foi baseado nesse ante-projeto o Decreto n.º 7.449, de 9 de abril de 1945. A publicação do diploma provocou combate e aplausos. O combate, emanado de centros respeitáveis, como S. Paulo e Minas, levou a própria Sociedade Nacional de Agricultura a apoiar a sua modificação. Como consequência foi nomeada outra comissão, composta dos próprios elementos que mais se destacaram na crítica ao ato do govêrno. Ficou assim constituída: de quem vos fala, na qualidade de presidente e representante da Sociedade Nacional de Agricultura; do Dr. Iris Meinberg, Presidente da União das Associações Agro-Pecuárias do Brasil Central; do Dr. Oscar Daudt F.º, representante e 1.º Vice-Pres. da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul; do Dr. Antônio de Arruda Câmara, representando o Ministério da Agricultura; do Dr. Cândido Gomes de Freitas, representante da Sociedade Mineira de Agricultura, tendo como Secretário o Sr. Luiz Marques Poliano.

Se bem que a Comissão tivesse sido nomeada para regulamentar o Decreto n.º 7.449, permitiu-se sugerir, antes, ao Govêrno a modificação do diploma naquilo que mais de perto se relacionava com as reclamações recebidas, e assim foi feito. O Govêrno, aceitando a sugestão modificou o decreto, sendo a regulamentação baixada já de acôrdo com a nova orientação consagrada na lei.

FASE ATUAL.

A aplicação do Decreto-lei n.º 8.127 e Decreto n.º 19.882 preparará a imensa massa da população que vive no campo e do campo para uma reforma que se torna mais e mais necessária. Seriam os seus órgãos — **núcleos rurais, associações municipais, federações estaduais e confederação** — o traço-de-união entre a classe e o poder público. Poderiam, desde logo, levar-lhes uma série de benefícios de ordem social, técnica e econômica muito apreciável. Não tem caráter compulsório para o lavrador e criador, sendo livre a filiação, como livre a manifestação dos seus órgãos de administração, subordinados apenas, como é natural ao órgão soberano da instituição, no caso a assembléia geral. Não colide com as associações existentes, que **facultativamente** se adaptam ou permanecem como estão. Atende à situação de antigas e respeitáveis entidades de classe, com reais serviços ao país, às quais facilita prerrogativas e direitos, respeitando-lhes a organização e o patrimônio.

Seria, ainda, necessário observar que a lei de organização rural, vem consolidar uma situação existente. Ela prevê uma Confederação Rural Brasileira, que já existe; prevê em cada Estado ou Território uma Federação de Associações Rurais de que, ao tempo, pelo menos uma — e com uma longa vida de serviços ao país já existia no Rio Grande do Sul; prevê a Constituição em cada município de uma Associação Rural o que também se verificava em pelo menos trezentas unidades municipais do Brasil. A rigor, o diploma em aprêço ampara e coordena êsse esfôrço, reconhece-lhe a existência, imprime-lhe a necessária uniformidade e meios de prosperar, visando facultar à **desamparada classe rural brasileira** um lugar ao sol da comunhão nacional, onde a sua voz seja ouvida sem deturpação, muitas vêzes em favor daqueles mesmos que se opõem ao sistema, por fundado receio da legitimidade da expressão coletiva da classe, que resultará fatalmente da organização preconizada.

E' hoje reconhecida por todos os sociólogos e economistas a impossibilidade da sub-divisão de categorias diferenciadas profissionalmente para aplicação da tutela do trabalho, representada pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Ao mesmo passo é reconhecida por todos a necessidade de se retirar a lavoura brasileira do abandono sempre crescente em que a vemos, reduzida a caudatária das outras atividades no quadro geral da economia brasileira. Ela precisa, acima de tudo, de adquirir a confiança da sua fôrça e pensar em tudo que lhe diga respeito. Já não é possível compreender-se a permanência de tão deplorável situação, mas, ao contrário, dever-se-á imprimir-lhe unidade de objetivos, de modo a que seja restituído à classe rural o fastígio de outróra, arrebatado na transformação econômica que caracteriza a atual face alormentada da vida brasileira.

O problema, a nosso ver, pode ser assim resumido:

A necessidade da organização da classe rural brasileira é reconhecida desde muitos anos, principalmente a partir do advento da República;

O tipo mais aconselhável para essa organização, por mais liberal e mais condizente com a índole do homem do campo, é o da **associação livre**, embora subordinada a uma legislação especial reguladora;

As tentativas para a organização da lavoura e da pecuária através dos sindicatos resultaram negativas no regime da lei n.º 979, de 6 de janeiro de 1903, a despeito de haver a Sociedade Nacional de Agricultura lançado uma grande campanha em todo o país, e promovido a fundação, no Rio de Janeiro, do Sindicato Central dos Agricultores do Brasil;

Tem a Sociedade Nacional de Agricultura fundadas razões para prevêr um insucesso econômico e de graves consequências sociais na aplicação do sistema sindical no meio rural, pelos motivos apontados;

A organização rural prevista no Decreto n.º 8127 e seu Regulamento ém nada préjudica as atuais organizações rurais;

O sistema federativo aplicado à organização em aprêço, além de ser condizente com o sistema político brasileiro, é o mais consentâ-

neo com a índole do homem do campo, porque iniciada no município, célula viva da economia e da organização político-administrativa nacional.

A aplicação da Lei n.º 8.127 faculta ao govêrno, em relativamente curto prazo de tempo, os meios para fazer penetrar nos mais longínquos rincões do território pátrio, as reformas e progressos da técnica, que forçosamente tem em vista a fim de desenvolver as riquezas do nosso solo. Sem êsse traço-de-união, ficará o homem da gleba, como até aqui, isolado da administração, sempre desconfiado dos seus propósitos de amparo e proteção.

Em última análise, a aplicação da legislação atual é o reconhecimento de uma situação existente, possibilitando tanto aos lavradores como ao govêrno dilatar até o infinito os seus esforços em prol de uma produção maior e melhor.

Não sòmente do ponto de vista econômico é aconselhável lançarem-se os responsáveis pela nossa agricultura a um trabalho de organização da classe rural, mas também do ponto de vista social, pois poderão a associação municipal e os seus núcleos distritais levar ao homem do campo a saúde, a educação e o bem estar que sempre estiveram fora do seu alcance.

Êsse trabalho da Sociedade não tem sido infrutífero, porque a idéia do associativismo, embora antigo, pois que em Campos, já a 7 de abril de 1834, se fundara a "Sociedade Campista de Agricultura", está no momento frutificando, podendo anunciar estarem criadas e já reconhecidas pelo Ministério da Agricultura as Federações de Associações Rurais dos Estados do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Minas, de Santa Catarina, do Rio Grande do Norte — ao todo seis — devendo outras se instalarem em breve prazo, e abrangendo uma extensa rêde de associações municipais especializadas e regionais.

Há pouco tempo, tivemos a satisfação de receber a adesão da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil, que, nos 9 Estados componentes, encontramos o Estado do Rio, com o Sindicato Agrícola de Campos ao lado de outras Associações estaduais que da mesma participam.

A necessidade de um tipo de associação que congregue, através de grupos rurais, tôda a classe, representa no momento uma conjugação de esforços de todo indispensável à solução dos nossos problemas, não apenas de caráter econômico-técnico, mas também e sobretudo de ordem social.

Há inúmeros problemas, além dos benefícios que o Estado possa proporcionar ao homem do campo, "até aqui tão esquecido nas suas privações, e nos seus desejos de participar do progresso", a que se referiu a mensagem presidencial de 1947, que dependem mais de uma congregação de esforços coletivos, muito facilitados num meio como o campista, do que, pròpriamente da iniciativa oficial, para a defesa e desenvolvimento de suas riquezas.

Dentre êles, salientaria o do melhoramento das condições sociológicas e econômicas das populações rurais, pela assistência médico-sanitária pela elevação do nível da capacidade aquisitiva, pelo desenvolvimento da mecanização rural, pela criação de um Instituto de Tecnologia Industrial, pela policultura, pela irrigação e drenagem, pela adubação das terras, com o aumento dos rendimentos culturais, pelo reflorestamento, enfim, por um programa de defesa e melhoramento da agricultura, da pecuária e das indústrias correlatas.

Êsse esfôrço, evidentemente não poderá ser unilateral, isto é, repousar apenas na ação oficial, de muito valendo a ação particular, devidamente coordenada.

Êsse é justamente o papel das organizações de classe, do tipo daquelas que preconizamos para a agricultura, isto é, das associações mixtas, cujo desenvolvimento estamos assistindo em todo o território nacional.

Assim agindo, estamos crentes, os que orientam a tradicional Sociedade Nacional de Agricultura, que defendemos o nosso patrimônio penosamente construído pelo trabalho das gerações passadas e preparando um futuro mais equânime das exigências do momento.

E quando essa compreensão, a vemos expressa na ação governamental, quer na esfera federal, quer na estadual, quando no feliz momento se acha à testa da Agricultura Fluminense a personalidade ilustre do Dr. Edgard Teixeira Leite, que há muitos anos participa entusiàsticamente dêsse ponto de vista da Sociedade Nacional de Agricultura, como membro proeminente da sua Diretoria, confio em que o Estado do Rio, onde já existem algumas associações, terá dentro em breve a sua Federação Rural, a fim de que o nosso Estado ocupe na futura Confederação Rural Brasileira o lugar que de justiça lhe cabe na orientação mais conveniente à solução dos problemas agrários brasileiros.

São estas as palavras que julguei oportuno proferir na feliz oportunidade que se me oferece hoje, de participar de uma manifestação de progresso da nossa pecuária, como é a 1.ª Exposição de Produtos, e a 1.ª Semana Ruralista, que são uma brilhante demonstração do tradicional espírito progressista do povo que habita e trabalha a planície goitacá.

DISCURSO DA PROF.ª HEMILCE DE SOUZA, DA ESCOLA TÍPICA RURAL DE CAMPOS

Na história da Agricultura e da Pecuária de todos os povos civilizados, há sempre o vestígio de indivíduos que inscreveram em páginas memoráveis, todo o cunho das suas personalidades.

A Itália, a França, a Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos revelam-nos evidentemente o nome dêsses luminares da vida agrícola e pastoril dessas nações, que na obra ingente de racionalização e de melhoramento da técnica e do trabalho rural, galgaram posições de relevantes influências nos destinos de suas pátrias e de seus povos.

Igual à obra dêsses iluminados em tôda sua plenitude, é o trabalho dos nossos ruralistas, com a diferença que o trabalho daqueles, perdeu-se na noite dos tempos, e o dêsses, vive

ainda hoje na contemplação e na admiração dos nossos dias.

Se Euclides da Cunha revelou a terra com todo o seu imenso e múltiplo relêvo, e caracterizou o homem nos seus aspectos contraditórios de grandeza e de inferioridade; se Alberto Torres criou a mística do nacionalismo sadio, construtivo e fecundo, em tôrno da terra, por considerar a terra brasileira — a fonte inesgotável da produção e da riqueza agrícola; se Oliveira Viana caracteriza-se fundamentalmente pelo estudo da gente, dos clãs, dos aglomerados humanos em função da geofísica, da geoeconomia e da geopolítica; Luiz Pereira Barreto foi incontestàvelmente a figura mais evidente e mais simbólica do ruralismo brasileiro, porque, foi êle quem inspirou o nosso ruralismo de conhecimentos, orientações, rumos e definições que viriam mais tarde consagrá-lo como uma figura luminar do ruralismo nacional.

Da imortalidade científica à consagração ruralista, as gerações presentes presta ao insigne sábio patrício as homenagens a que sempre fez jus, pelo seu talento e pelo seu exemplo.

Seria enfadonho, todavia, enumerar aqui, todos aquêles que se agigantaram como legítimos precursores da questão rural brasileira.

No entretanto, aproveitando a festa de encerramento da 1.ª Semana Ruralista de Campos, quero relembrar que todo o explendor e apogeu agrícola e pastoril do Brasil, deve-se em grande parte a homens que viveram em função da terra e que se imortalizaram em função do ruralismo.

Enes de Souza, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Vesceslau Belo, Lira Castro, Nilo Cairo, Assis Brasil, Simões Lopes, Fernando Costa, o nosso inesquecível Alberto Sampaio, e tantas outras figuras de tão saudosa memória.

Porém, patrícios, não é a êstes que quero aludir no momento, a não ser pela deferência imposta pelo preito de homenagem e de referência às suas benemerências.

E' de Arthur Torres Filho que vos quero falar. E' para êste símbolo nacional que quero chamar a vossa atenção, porque êle não representa apenas uma simples personalidade. Arthur Torres Filho, caracteriza uma época, e, como tal, o símbolo de uma classe.

Honrada, sobremaneira, pela deferenciosa atenção dos promotores da Semana Ruralista, convidando-me para saudar a tão insigne brasileiro, e embaraçada, sobremodo, para corresponder assim à nímia gentileza a nós conferida, quero como mulher campista legítima expressão da tradição daquelas mulheres que outrora seguiram na terra Goitacá, a heroína Benta Pereira, que por um capricho singular do destino e da história, o início das comemorações do seu bicentenário coincide com esta fase de nossa 1.ª Semana Ruralista; quero vos dizer o seguinte, senhor presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, legionário do ruralismo brasileiro: — nós, as mulheres campistas recebemos a fundação da Associação Rural de Campos, como um marco anunciador de uma grande cruzada e a V. Excia., senhor Torres Filho, como uma bandeira de ideais a serviço de nossa pátria.

Queremos dar êsse exemplo às nossas patrícias dos demais Estados do Brasil, queremos levantar-nos em defesa do homem rural de nossa terra, e, ao lado dêle, inspirando-o e tornando-o feliz, nós mulheres teremos um lugar no ruralismo brasileiro, para espiritualizar os homens, para formar o coração dos moços, para criar a mística da Pátria nas crianças, para recristianizar os povos, enfim, para fazer com que na terra o homem rural encontre o prazer e a felicidade de viver, longe do torvelinho das cidades.

Queremos que as nossas patrícias dos demais Estados, formem conosco nesta cruzada de ruralização feminina; queremos que os mentores e os dirigentes da Agricultura Brasileira aceitem a nossa colboração, pois que, temos a certeza de asseverar e de garantir nêste final de saudação que o Brasil não só precisa de políticos, de sociólogos ou de filósofos.

O de que o Brasil necessita é de mulheres. Mulheres que sabiam ser mulheres, esposas que saibam ser esposas, mães que saibam ser mães, e filhas que saibam ser filhas.

Só com a elevação moral de bem servir à Pátria, para que a Pátria melhor possa servir a seus filhos, é que nós mulheres campistas, lançamos esta idéia de encerrar a Semana Ruralista, qual seja, a da criação da Legião Feminina Ruralista. E, com o pensamento voltado para Cristo, pedimos que Êle da sua Onipotência Divina derrame uma bênção sôbre a lavoura e a pecuária brasileira e ilumine a clarividência de Arthur Torres Filho, para que êste pioneiro do ruralismo possa prosseguir no seu trabalho de organização da classe agrária para fortalecimento, prestígio e glória da Agricultura Brasileira.

E agora, meus senhores, com todo o coração de mestra ruralista, que dedica a sua juventude aos pequeninos campônios do nosso imenso Brasil, peço uma calorosa salva de palmas ao insigne Reitor da Universidade Rural — Dr. Torres Filho.

APÔIO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA AOS CERTAMES DE CAMPOS

A 1.º de abril, dirigiu o Prof. S. Torres Filho o seguinte ofício ao Dr. Manoel Ferreira Pais, Prefeito Municipal e Presidente da 1.ª Semana Ruralista de Campos:

"A Sociedade Nacional de Agricultura, pioneira da divulgação agrícola e do associativismo rural no período republicano, ao ter conhecimento da iniciativa de que resultaram a 1.ª Semana Ruralista e a Exposição de Produtos da Coudelaria de Campos, sente-se no dever de vir manifestar a V. Exa. e demais componentes dos aludidos certames, bem como aos órgãos de classe que lhes deram a sua cooperação, os seus aplausos pela patriótica realização, de cujos trabalhos muitos benefícios hão de resultar para o fortalecimento da agricultura e pecuária no progressista município de Campos.

Não pode a Sociedade Nacional de Agricultura deixar de encarar com a maior simpatia os movimentos, como êsse de Campos, nos quais se depara o verdadeiro caminho para a nossa recuperação econômica. E' na terra que

temos encontrado, até aqui, as nossas maiores fontes de riqueza. Favorecer o seu progresso, o seu melhor aproveitamento e, sobretudo, dar ao homem que a trabalha e explora uma situação mais humana e mais digna, é contribuir com patriotismo e inteligência para a recuperação econômica, de que tanto necessitamos.

Estão, felizmente, compreendendo os homens responsáveis pelos destinos da Nação que, por muitos anos ainda, independentemente do progresso industrial que estamos presenciando e que, a nosso ver, terá de ser sempre consequência de uma agricultura sadia e organizada, terá o Brasil de valer-se de sua agricultura e pecuária para colocar-se na vanguarda dos povos econômicamente fortes. As Semanas Ruralistas e as Exposições, como essas que estamos vendo em Campos, teem a virtude de mostrar o que se deve fazer em prol dessas atividades, o quanto já se obteve delas e o muito que se pode obter ainda.

E', pois, com a maior satisfação que a Sociedade Nacional de Agricultura vê o Município de Campos colocar-se à frente dêsse movimento, que fazemos votos se extenda por todo o Estado do Rio de Janeiro, e pelo Brasil. Desde o começo do século, tem a sociedade contado com o entusiasmo dos campistas no estudo e solução dos problemas econômicos, bastando que se lembre que, depois da 1.ª Conferência Açucareira da Bahia, em 1902, promovida pela Sociedade, a 2.ª, do Recife, teve lugar a 3.ª, cuja séde foi justamente a cidade de Campos.

Mais de meio século de trabalho contínuo desta Casa tem sido consagrado não sòmente aos problemas da agricultura e da economia nacionais, mas, sobretudo, à organização e fortalecimento da classe rural. Com efeito, constituindo a agricultura a maior classe laboriosa do país, não conseguiu ela, até hoje, organizar-se associativamente para, assim fortalecida, defender seus direitos e fazer valer sua força construtiva e util. As primeiras tentativas de sindicalização partiram desta Casa, em 1903; outras foram idealizadas e iniciadas, sem maiores resultados, até que chegamos ao regime da Lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945, em pleno desenvolvimento.

Faz a Sociedade Nacional de Agricultura votos para que as classes rurais de Campos não se alheiam a êsse movimento, organizando a sua "Associação Rural", na qual todos quantos trabalham nos campos e nas fazendas, como patrões e empregados, sejam proprietários ou trabalhadores, rendeiros, meeiros ou tarefeiros, se constituam num único todo, forte e vigoroso, afim de que na futura Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro, a agricultura campista não falta com a sua força e a sua colaboração. Dêsse movimento municipal, surgirá a entidade estadual que ao lado das demais, falará de igual para igual no seio da futura Confederação Rural Brasileira, a ser fundada brevemente.

São êsses os votos da Sociedade Nacional de Agricultura, cujo presidente, como fluminense e campista, entusiasticamente reforça, com as mais fundadas esperanças de que, muito em breve, a classe rural será ouvida no mesmo pé de igualdade das demais classes do país.

Queira V. Exa. aceitar e transmitir aos demais colaboradores as expressões de nossa alta consideração e apreço."

PRÊMIO "SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA"

Além de medalhas comemorativas oferecidas pela Diretoria da Sociedade ao Sr. Prefeito Municipal de Campos (prata), e aos Srs. Major Hermenegildo de Oliveira Carneiro, Sindicato Agrícola de Campos e Sindicato das Indústrias do Açúcar e Alcool (bronze), resolveu a Sociedade Nacional de Agricultura instituir o prêmio que tem o seu nome, para ser adjudicado ao expositor que apresentasse melhor conjunto. A posse definitiva do lindo troféo será levantada pelo criador de equinos que, em 2 anos consecutivos ou não, merecer a melhor classificação na categoria. Trata-se de uma rica taça de prata portuguesa, cuja posse, êste ano, coube à Coudelaria de Campos, escolhida pelo juri como merecedora da alta distinção.

ASSOCIAÇÃO RURAL DE CAMPOS

Com a presença do Sr. Dr. Arthur Torres Filho, Presidente da Comissão incumbida da Organização da Classe Rural do país, sob a égide do Decreto-lei n.º 8127, de 24 de outubro de 1945, fundou-se em Campos a respectiva Associação Rural. E' mais um passo para a organização da Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro. Daqui desejamos vida próspera e útil à novel Associação.

O CASO DO RAION

Na 8.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de S. Paulo, realizou-se ontem, o julgamento do rumoroso caso a que se deu o nome do "O caso do Rayon", no qual procuraram envolver o Conde Francisco Matarazzo Junior, como presidente da S/A Indústrias Reunidas F. Matarazzo.

A 3.ª Câmara que era composta dos Desembargadores Marcelino Gonzaga, como presidente, José Augusto de Lima, como relator do processo e Marcio Munhoz, por unanimidade absolveu o Conde Matarazzo. Já o conhecido industrial patrício havia sido absolvido em 1.ª instância, e o M. Juiz da 11.ª Vara Criminal, apreciando os autos, declarara:

"O processo seguiu com aquele sensacionalismo e publicidade que toda a gente verificou, desde o homem da rua até as mais altas camadas sociais, apaixonando a opinião pública, *nem sempre bem informada...*"

A verdade, porém, segundo as conclusões a que pudemos chegar no estudo destes seis volumes, deve ser declarada sole-

nomente porque a justiça é igual para todos, sejam magnatas ou operários, influentes ou desprotegidos."

"Na pitoresca expressão do Ministro Carlos Maximiliano, o Ministério Público escolheu um "bode-expiatório" na pessoa de Francisco Matarazzo Junior, na impossibilidade de meter na cadeia uma sociedade anônima inteira.

Chegou-se a conclusão de que "nada se provou neste rumoroso processo contra a pessoa de Francisco Matarazzo Junior, relativamente aos apontados crimes contra á economia popular. Nem os outros altos responsáveis pelos negócios da sociedade tiveram também demonstrado sua participação direta em qualquer transação delituosa. Mas a verdade é que, do exame cuidadoso os autos e dos princípios de direito pertinentes à matéria, se constata que a própria S/A I.R.F.M., pessoa juridica, não praticou os atos descritos na denúncia.

A sentença assim finaliza: "Diante do exposto e do mais que dos autos consta, julgo improcedente a acusação para absolver etc.". O Promotor Público que funcionava no processo Dr. Paulo Teixeira de Camargo, apelou da sentença e indo os autos a estudo do Sr. Sub-Procurador Geral do Estado, cujo parecer consta o 127 páginas datilografadas, diz êste que "depois de examinar página por página destes autos, como atesta a extensão exaustiva dêste parecer, não encontramos elementos para concordar com a apelação do Dr. Promotor Público", e assim "a respeitável sentença absolutória do integro magistrado, Dr. Olavo de Lima Guimarães, ao que nos parece, merece confirmação."

Funcionou na apelação como promotor o Dr. Raul Rocha, que terminou o seu parecer desta forma:

"A promotoria conclui assim, essa parte de suas considerações reconhecendo a absoluta ausência de provas para manter a sua acusação contra o Conde Francisco Matarazzo Junior, neste processo. As longas considerações em abono de sua conclusão, são o fruto de um estudo porfiado e paciente de todo o processo em suas mil e tantas páginas sem que um só elemento probatório fosse esquecido ou menosprezado. A verdade foi a meta que tivemos em vista, Revestimo-nos de calma e imparcialidade seguindo os sábios conselhos de Viveiros de Castro, F. Whitaker e Pimenta Bueno. Em certos pontos de vista as provas de acusação surpreenderam e foram decepcionantes. A promotiria lealmente confessa isto. Não é possivel dissimular. Isto importaria nos sacrificios da verdade e da justiça. "O exercício honesto da promotoria pública exige hoje, tanto equilíbrio, tanto comedimento, tanta serenidade como o da judicatura (Sussekind de Mendonça)."

Perante o Tribunal assim terminou o seu voto o Sr. Desembargador José Augusto de Lima, relator: "Estou com o Juiz em que o Ministério Público atribuiu a uma pessoa jurídica a prática de atos criminosos, quando sòmente os pessoas físicas podem ser sujeitos ativos de delitos. Ainda que tais crimes fossem indiscutíveis não se provou a participação individual de Francisco Matarazzo Junior nos mesmos. Não se provou, em absoluto, que os "poderes absolutos e ditatoriais" que a denúncia lhe dá como atribuídos nessa organização, o responsabilizassem, necessàriamente, por qualquer irregularidade porventura havida. Numa empresa de tamanho vulto, "a maior organização industrial da América Latina" na justa expressão do Dr. Promotor da 11.ª Vara Criminal, não seria possível ao seu chefe tomar conhecimento pessoal de todos as irregularidades praticados. Mas nem mesmo contra as I.R.F.M. ou quaisquer de seus dirigentes se apurou, no decurso dêste processo, alguma irregularidade. Assim, a absolvição de Francisco Matarazzo Junior se impõe. Neste processo, por uma curiosa inversão de conceitos, partiu-se do pressuposto que Matarazzo, por ser rico, praticava atos fraudulentos quando se devia chegar à conclusão de que se alcançou essa destacada situação de dono da maior organização industrial da América Latina, não seria capaz de praticar os atos que a denúncia lhe atribuiu."

Em seguida votou o Sr. Desembargador Marcio Munhoz que assim concluiu o seu voto: "Resumidos assim os pontos principais, que aliás se acham perfeitamente esclarecidos na sentença apelada, e também conclui pela inexistência de qualquer das modalidades dos delitos atribuidos aos réus, concluo o meu voto julgando improcedente a acusação e negando provimento aos recursos interpostos, a fim de confirmar a sentença absolutória."

Por último, o Sr. Desembargador Marcelino Gonzaga proferiu o seu voto, negando também provimento aos recursos e confirmando a sentença de primeira instância, que assim foi mantida por unanimidade.

(Transcrito de "A Noite", de 19-4-48.)

Universidade Rural

Discurso do Prof. Arthur Torres Filho, Reitor da Universidade Rural, e Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, por ocasião da visita, àquele estabelecimento, em 19 fevereiro dêste ano, dos Prefeitos Fluminenses:

Constitui acontecimento altamente auspicioso para o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, de que faz parte a Universidade Rural, a oportunidade, que ora se lhe oferece, de receber os prefeitos fluminenses.

Convocados pelo ilustre Secretário da Agricultura do Estado, com o apoio decidido do Sr. Governador, foram chamados a debater um temário perfeitamente articulado sôbre os assuntos mais vitais da economia agrária. Do respectivo debate, é de esperar propiciará a planificação das várias regiões, dentro de um ciclo de melhoramentos capaz de trazer ao Estado do Rio o fastígio de que já gozou, em tempos idos, dentro de moldes condizente com as modernas condições da nossa economia.

Não será certamente obra fácil fazer voltar a terra fluminense à época em que nela reinava alegria e abundância. Haverá necessidade de um esfôrço continuado, realizado com entusiasmo e perseverança pela congregação dos esforços dos poderes municipais, estaduais e federais.

Basta atentar-se para as zonas naturais e agrícolas, do Estado do Rio, representadas pelo litoral, pelas baixadas, e pelas serras. São essa zonas perfeitamente caracterizadas. E' assim que vemos o litoral, com vasta rêde hidrográfica, onde prevalece a pesca e a exploração de salinas, não existindo aí uma agricultura desenvolvida. A famosa baixada, em grande parte de terras aluvionais, com uma área calculada em 350 mil hectares, onde já se realizaram notáveis obras de engenharia sanitária, nela não se pôde, ainda, na sua maior parte, instalar uma agricultura intensiva e em base econômica, por exigir, dentre outras importantes providências, uma colonização racional, para tornar-se na principal fonte abastecedora do Distrito Federal e do próprio Estado.

E' esta região sem dúvida uma daquelas que estão a exigir, por sua importância econômica, e sociològica, uma ação conjugada e perfeitamente delineada para que os resultados venham a corresponder aos dispêndios já realizados e que se tornarão necessários para uma colonização que traduza a efetiva radicação do homem ao meio. A localização do C.N.P.A., com esta Universidade Rural justamente na zona da Baixada Fluminense, reflete a confiança que o govêrno federal deposita na obra de restauração da economia fluminense e, que nela encontro o centro científico e de ensino capaz de fornecer as armas da ciência e da técnica modernas para a criação do ambiente favorável à vida do homem, dos animais e das plantas.

As condições econômicas e sociológicas da população rural exigirão estudos completos para que seja possivel criar uma economia forte com a perfeita fixação do homem, sem o que o notável cometimento, do saneamento da Baixada sem dúvida um dos maiores realizados no nosso país, não poderá tornar-se efetivo, como um exemplo para tôda a Nação.

Terão assim os senhores Prefeitos do Estado do Rio, na visita que hoje realizam, um testemunho vivo de uma organização que é sem dúvida, no gênero, uma das maiores e das mais modernas existentes no país e quiçá no próprio continente.

Quaisquer restrições que se lhe possam fazer não invalidarão nunca a inspiração, altamente patriótica, que presidiu à sua concepção. Ao Estado do Rio, competirá zelar e apoiar sem discrepância a evolução desta organização técnico-científica, dando-lhe fôrça e dela se utilizando para instrução e educação de suas populações, como recorrendo aos seus laboratórios para as pesquisas indispensáveis no conhecimento do solo, das plantas e dos animais. Estamos, para êste fim, perfeitamente aparelhados, restando ainda realizar a perfeita conexão de trabalho entre o estu-

dante, o cientista, o administrador e o mestre, além de nele interessar as populações, que aqui encontrarão as portas abertas e as oportunidades que dificilmente poderão, em igualdade de condições, ser encontradas em outros locais.

O desejo que nutrimos, é que as portas dos institutos, como as da Universidade Rural, deverão ser sempre francas àqueles, que queiram receber quaisquer ensinamento, seja êle um homem simples, do campo, seja um técnico, que aspire especialização, ou ainda o moço, que deseje a adquirir conhecimentos profissionais de ensino superior, médio ou de caráter popular.

A Universidade, fundada há cerca de 5 anos, através dos cursos superiores, dos de extensão e especialização, lançou nos nossos meios rurais nada menos de 1.300 pessoas interessadas nos problemas da nossa vida rural. Êsse número poderá crescer em grande proporção, agora que começamos a operar diretamente nesse meio, com a inauguração e utilização das novas instalações desta Universidade.

Pretendemos também iniciar a Semana do Fazendeiro e para ela, os prefeitos poderão enviar proprietários rurais e operários afim de conhecerem os nossos trabalhos, frequentando as várias seções componentes da Universidade e dos Institutos que compõem o C.E.N.E.P.A.

Destinando-se embora a servir ao todo nacional, o Estado do Rio, pela condição especial de ter sido escolhido para a respectiva localização, tem diante de si possibilidades para tirar grande proveito da instituição dela se utilizando, com maiores facilidades como centro científico e de formação de profissionais.

Quanto à zona montanhosa, também outróra prospera quando da introdução da lavoura cafeeira no sul do país, e que perdeu em grande parte a sua fertilidade, pelo não emprêgo das práticas da moderna agricultura, teve as suas terras esgotadas e prejudicadas pela erosão, nessa zona, faz-se mister cuidar do reflorestamento e da prática da indústria pastoril intensiva, como de outras explorações, dentre elas a fruticultura, a fim de ocupar, no cenário econômico fluminense, um papel de alto relevo para o abastecimento da Capital da República.

Falando-vos como fluminense, ligado muito diretamente no passado e ainda hoje às lides rurais, haveis de desculpar a pequena digressão feita, quando estais justamente reunidos para dentro de um temário traçado por mão de mestre e cujos rumos com as diretrizes expostas pelo eminente secretário da Agricultura, o ilustre homem público, cheio de idealismo que é o Dr. Edgar Teixeira Leite, tive em vista ressaltar a minha grande satisfação em ver que o Govêrno do meu Estado, voltando suas vistas para os problemas da vida do campo, vem dar uma demonstração insofismável de haver compreendido a gravidade da hora por que atravessa o nosso país. Não vejo outro meio, senão, êsse de cuidarmos a sério da restauração das fontes produtoras rurais, de arrancarmos o povo brasileiro da condição de sub-nutrição e de flagelado por endemias que compromete o futuro da raça.

Outra ação não temos a desenvolver senão a de mobilizar as atividades agrárias, dando à classe uma estruturação capaz de lhe permitir uma colaboração estreita com os poderes públicos. Está patente que o Brasil não soube até hoje traçar um programa seguro de aproveitamento de suas terras, mesmo às portas dos grandes centros consumidores, dando lugar assim a que sejam momentâneamente explora das e logo deixadas ao abandono, dando lugar à fuga das populações para as cidades, atraídas por vantagens efêmeras, daí resulatndo a miséria urbana que tanto constrange os nossos sentimentos humanos.

Se por um lado o que produzimos não corresponde às necessidades do nosso crescimento demográfico, por outro lado a classe rural, sem alcançar a devida remuneração para o seu trabalho, abandona a terra e se dirige para os centros citadinos.

Fostes, portanto, convocados Srs. Prefeitos fluminenses, num momento sem dúvida dos mais graves, em que, no mundo inteiro se trava a batalha dos alimentos. E nós sentimos que essa mesma batalha há de ser travada dentro de noss-ss fronteiras, sob pena de consequências sociais graves para o futuro da Nação.

Há interêsse, propósitos e empenho, dos mais elevados, das administrações e

do próprio povo para encontrar o caminho da salvação, os rumos certos da nossa economia. Sente-se, porém, que a ação precisa ser realista e decidida, e foi por certo com esse propósito que o govêrno fluminense vos convocou, a fim de dar corpo a um programa que precisará ser executado ser tergiversações.

Ao receber-vos no C.E.N.E.P.A., e na Universidade Rural, queremos testemunhar-vos o nosso aprêço e a nossa confiança no vosso trabalho, secundando a ação governamental no vosso setor de atividade, colocando-se acima de quaisquer outras preocupações que não aquelas que resultem no benefício do povo, que vos elegeu e vos apoia na administração municipal.

Aqui estaremos sempre prontos a colaborar convosco, naquilo que a Universiadade realmente significa para o bem da coletividade, devendo-se criar para sse fim a sincera compreensão de que é na ruralização que deverá basear-se a nossa verdadeira política econômica.

Devemos, portanto, caminhar em perfeita comunhão de sentimentos e de ação no firme propósito de servindo à agricultura, servir ao Brasil.

Consultas e Informações

Engenheiro Agrônomo
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Consultor Técnico de "A Lavoura"

SAPO CARURU'

Esclarecendo ao sr. J. Pinto, do Distrito Federal, que nos pede informações sôbre o nome científico do sapo cururú e se êle é, realmente, um animal útil à lavoura, temos a informar:

a) o sapo cururú, também chamado sapo-boi, é cientificamente chamado *Bufo marinus*.

b) os sapos são animais muito úteis à agricultura porque se alimentam de insetos, entre os quais numerosos são nocivos à lavoura. Os sapos são animais que devem ser protegidos pelos agricultores.

SEMEADURA DA CENOURA

Esclarecendo ao nosso consòcio M. Costa, de Friburgo, Estado do Rio, que nos consultou sôbre semeadura da cenoura, temos a informar:

a) para cada metro quadrado, são necessárias 0,2 a 0,4 gramas de sementes de cenòura, conforme o método de plantio (em linhas ou a lanço).

b) o terreno deve ser convenientemente preparado (revolvido, destorroado e nivelado).

c) pelo processo de semeadura em linhas, que é o mais recomendável, deve-se abrir sulcos distanciados 0,25 m. um do outro, com uma profundidade de 0,010 m. a 0,015 m. e neles depositar as sementes que devem ser misturadas com serragem, areia, cinza, etc. (1 volume de semente para 4 volumes de serragem, dicados são a encostia e a garfagem no areia, etc.). Cobrem-se os sulcos com terra bem peneirada.

d) a semeadura a lanço, isto é, a distribuição irregular das sementes sôbre o canteiro cobrindo-as depois, com uma delgada camada de terra, não é aconselhável e exige maior quantidade de sementes e, em qualquer dos casos, é preciso regar abundantemente com regador de crivos muito pequenos.

BATATA DOCE

Esclarecendo ao sr. S. Cunha, nosso consócio do Distrito Federal, que nos consulta sôbre quais as variedades de batata doce mais cultivadas no Distrito Federal, temos a informar que são muito cultivadas as seguintes variedades:

a) batata doce paulista;
b) batata doce rainha;
c) batata doce jurujuba;
d) batata doce amarela;
e) batata doce roxa.

A última variedade é aqui no Distrito Federal, muito procurada para a fabricação de doces.

ENXERTIA DA CAMÉLIA

Esclarecendo à sra. M. Neves, do Distrito Federal, que nos consultou sôbre a enxertia da camélia, temos a informar que:

a) a camélia pode ser enxertada sôbre a camélia comum, obtida de semente ou de estaca.

b) os processos de enxertia mais inalburno.

Organização da Classe Rural

Sobre êste debatido assunto, acaba a Sociedade Nacional de Agricultura de publicar um alentado folheto contendo não só o histórico do seu ingente trabalho de mais de meio século em prol da arregimentação da classe agricola, como, também, a opinião de vários entendidos e interessados no assunto.

Dentre essas opiniões, uma das mais valiosas, è seu dúvida, a que emitiu o Dr. Virgilio dos Santos Magano, de São Paulo, cujo original, em virtude de fato que não surpreende a quem lide com tipografias, se perdeu por ocasião da impressão do aludido folheto.

Procurando sanar essa falha, diligenciou a Sociedade por obter uma nova cópia da interessante opinião, mas, devido ao atraso com que chegou, e para não retardar ainda mais a saida do folheto, resolveu a Sociedade fazer publicar o parecer do Dr. Virgílio Magano no presente número de "A Lavoura", o que fazemos com especial agrado:

"*A Arregimentação da Lavoura e as disposições de decreto* 8.127, *de outubro de* 1945.

O decreto 8.127, malsinado por algumas pessoas, sem um exato conhecimento das suas finalidades e das causas que lhe deram origem, tem um grande objetivo, o de promover a arregimentação da norme massa dos que trabalham a terra, pela qual se poderá dar solução a numerosos problemas, de vital importância para a economia nacional.

Por esta arregimentação os milhões de proprietários rurais, os meeiros, os arrendatários e os trabalhadores agropecuários poderão ser efetivamente orientados, nas suas atividades rurais. Além disto, a lavoura ficará automàticamente independente, sem precisar contar com a boa vontade das outras classes, nos pronunciamentos coletivos da produção, contribuindo assim com mais eficiência, para o aumento e melhoria da mesma.

Não tem sido tão proveitosas quanto fôra de desejar, as iniciativas dos órgãos oficiais, no sentido educacional agrícola, porque quando o técnico chega aos municipios, na execução do programa do Ministério ou da Secretaria da Agricultura, nem sempre é acolhido com o entusiasmo necessário, por parte dos agricultores, para o apoio que precisa, de modo a obter sucesso na sua missão. O meio rural só muito tarde vai ter conhecimento da atuação eficaz do agrônomo, porque os elementos que o compõe não se acham associados, mas dispersos e desunidos. E' evidente, pois, que reunidos os agricultores em sociedades em cada município de todo o território brasileiro, a ação do técnico se produziria da periferia para o centro, e não do centro para a periferia, atuando antes e sobretudo nas assembléias rurais, constituidas no municipio.

E' extranhável que os ataques ao decreto 8.127 tenham partido justamente daqueles que tanto porfiaram pela sindicalização indistinta dos agricultores e trabalhadores rurais, com a crítica de que o referido decreto tem feitio facista. Isto demonstra uma incoerência singular.

O decreto 7.038, de 10 de novembro de 1944, que regula a sindicalização rural no país, êste sim, em verdade, é que tem o caráter e origem facista.

Repetiu quase que textualmente boa parte dos dispositivos da atual lei de sindicalização, que vigora para a indústria e comércio.

Estabelece a unidade sindical, a sua dependência do Ministério do Trabalho, subordinando a sua existência e as suas

atividades à vontade e às ordens dos órgãos governamentais.

Os sindicatos que se organizarem, obedientes a estas normas seriam manobrados para satisfazer interêsses políticos ocasionais, serviriam para articular fôrças facciosas, em favôr do govêrno, iguais as que produziram o fandango queremista, tão criticado pela opinião pública.

Revela acentuar que a lei da sindicalização rural foi elaborada, no fastigio da ditadura, sob o dominio dos principios da Constituição de 10 de Novembro de 1937. Inspirada por êstes principios, estabeleceram-se preceitos, exigindo daqueles que quizessem ser diretores de sindicatos rurais prova prévia de boa conduta, mediante folha corrida fornecida pela policia e prova de que não tinham convicções ideológicas incompatíveis com o regimem. E nenhum agricultor poderia ser admitido como associado do sindicato, sem atestado do prefeito, ou melhor sem o consentimento do mesmo. Esta questão da sindicalização rural, pela sua manifesta inexequibilidade quanto aos trabalhadores rurais, vale dizer aos empregados por não haver entre êles os indispensáveis requisitos do espirito associativo e empreendedor, com um nivel mínimo de instrução. Cumpre, ainda, considerar a pequena densidade dos trabalhadores em relação ao espaço ocupado pelas explorações e a consequente diminuição do espirito associativo, o nomadismo dos trabalhadores rurais e finalmente o analfabetismo predominante nessas populações.

Daí concluir a conferência de Teresópolis, a seguinte redação:

> "Por fim deve atender o Estado, na regulamentação da organização associativa das classes rurais, as peculiaridades do estágio econômico das zonas agrárias e do processo normal de agremiação daquelas classes."

Vê-se por esta exposição que o decreto 8.127 nada tem de mau e nem deve ser condenado a priori, sem o conhecimento real dos seus dispositivos. Repudiado, sim, deve ser a sindicalização rural tão prejudicial aos interêsses da lavoura e à boa política agrária."

A LAVOURA

(ÓRGAM DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897



Eng.° Agrônomo Arthur Torres Filho
Presidente da Sociedade



Eng.° Agrônomo Antonio de Arruda Camara
Diretor



Eng.° Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira
Consultor-Técnico



Luiz Marques Poliano
Redator-Secretário e Gerente



Redação e Administração:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT 115, 6.°

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245 — Rio de Janeiro



Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

O Projeto de Reforma Agrária do Sr. Nestor Duarte

Comentários de J. DE ARAUJO GOES

O projeto de reforma agrária da autoria do ilustre Deputado Nestor Duarte, subordina de início o *destino econômico* da terra de cultura à *produtividade indispensável* (art. 1.º), para que assegure "remuneração do valor do capital da terra e o da sua exploração, e renda aos que nela trabalhem e residam" (art. 2.º).

Aquele potencial — a produtividade — deverá corresponder à "capacidade da extensão e qualidade do seu solo cultivável", pois que o conhecimento *pleno* de cada gleba, para assegurar o êxito da emprêsa agrícola — pequena que ela seja — será a "condição para a *plena* propriedade particular da terra agrícola". A terra de cultura passará assim a ter uma aplicação regulada ao mesmo tempo em favor da economia privada e do interêsse coletivo, segundo se conclue. E' esta, a nosso ver, a parte fundamental do projeto, de largo discortinio.

Examinemos os mais dos seus aspectos.

O destino econômico da terra, não será totalmente da livre escolha do proprietário, de vez que sofre constantes limitações, a saber:

1.º — Nas "*propriedades de monocultura*, indústria agrícola, inclusive a extrativa, de exploração florestal e de pecuária fica reservado *um quarto* da sua área, em local ou locais de melhores terras próprias para a lavoura de subsistência" (art. 3.º); e, "sempre que possível essa área será una e contínua", "a fim de assegurar o estabelecimento de um plano de edificações e de povoamento de pequenos agricultores (art. 3.º, parágrafo único).

2.º — Também as *terras férteis* estão sujeitas a outras especiais prescrições:

a) — As "mais próximas, ou de mais acesso, *em tôrno das vilas e cidades* ficam destinadas à pecuária de leite e a lavoura de subsistência" (art. 7), sob o *regime de pequenas propriedades* ou da grande *propriedade coletiva*, quando instituído o sistema pelo Govêrno Federal, "a fim de promover a justa distribuição da produção animal e vegetal de alimentos" (art. 7, parágrafo único);

b) — E as estendidas ao longo das rodovias *recentemente construídas*, quer públicas, quer particulares, "ficam reservadas preferentemente ao povoamento e à lavoura de subsistência", a menos que, prestando-se à pecuária, a esta forem aplicadas, caso em que obrigatòriamente será *um quarto* da sua área destinado à lavoura, "desde que ofereçam requesitos de fertilidade, salubridade e ocorrência de água potável necessária à lavoura de subsistência" (art. 12, parágrafo único).

Em síntese, são êstes os objetivos imediatos da reforma, que, desta forma se restringe:

1.º — À lavoura de subsistência, para pronto e justo abastecimento às populações aonde as propriedades forem de monocultura, indústria agrícola, inclusive a extrativa, exploração florestal e de pecuária, ou ao longo das novas rodovias e, finalmente, em tôrno das vilas e cidades, em cujas proximidades será também explorada a pecuária de leite.

2.º — Às lavouras de estação ou coletivas, em terras de uso commum de todos.

3.º — Ao desenvolvimento e radicação do pequeno produtor:

a) — quanto possível em linhas ou planos de povoamento, localizados em terras férteis, por pequenas glebas, desde que apresentem requisitos de salubridade e ocorrência de mananciais de água potável e essencial às culturas:

b) — também sob o regime de pequenas propriedades ou das grandes propriedades coletivas, nas imediações das vilas e cidades:

c) — além disso, respeitada a tradição ou o costume, em qualquer parte em que cultive o solo em commum, como veremos.

Traçados êsses primeiros quadros, vamos encontrar na reforma proposta restrições comparáveis a meios coercivos,

ainda que visando o bem estar social. Sabe-se, entretanto, que "A lei não prejudicará o direito adquirido" (§ 3.º do art. 141 da Constituição Federal).

Vejamos estas restrições:

1.º — As terras sujeitas ao regime acima aludido — em tôrno das vilas e cidades — salvo fôrça maior, "não poderão ficar improdutivas por mais de três anos, *sob pena* de perecer o direito de seu titular em favor do Poder Público Municipal *que delas disporá em benefício de terceiro*, para o fim agrícola imposto por esta lei" (art. 8.º). "Nessas terras só poderão ser construidos e discriminados campos de recreio, esporte e repouso, mediante prévio assentimento do Poder Público, ressalvadas sempre as necessidades da exploração agrícola" (art. 8.º, § 2.º).

2.º — "Os terrenos, independentes de seu título, que *em virtude de tradição ou costume* estejam destinadas à lavoura coletiva e assim trabalhados ou venham a sê-lo *são insusseptíveis de apropriação* individual, permanecendo objeto de *ocupação precária* de quantos neles queiram cultivar as lavouras de estação" (art. 14).

3.º — "Nas terras de lavoura das regiões semiaridas fica proibida a criação, salvo a que se mantiver fora do regime de campo e as aves domésticas presas" (art. 16).

O projeto impõe paralelamente certas obrigações ao proprietário, com os mesmos intuitos e para os mesmos fins:

a) — fornecer aos seus parceiros, meeiros ou rendeiros, aos quais define (art. 5), solo convenientemente cercado, e a quantos morem e trabalhem nas suas terras *casa de telha* — havendo fabricação e consumo locais — (art. 4.º), "dotada de janelas e aberturas que forneçam ar e luz a todos os seus cômodos, cosinha com chaminé, para tiragem da fumaça, além de outras condições de higiene que a *situação financeira do propretário, o meio e regime de água* permitirem, *a juizo* da Saúde Pública" (artigo 6.º);

b) — *assegurar* água potável aos moradores *e a que fôr necessária à lavoura de subsistência*" (art. 6.º, § 1.º), salvo em "regiões de aridez, em que não seja possivel a lavoura regular", *a juizo dos Poderes Públicos* (art. 6.º, § 2.º).

c) — cercar suas terras, quando lindeiras dos terrenos destinados a lavoura coletiva, na extensão do respectivo limite "de maneira que impeça em sua área a incursão de animais de grande porte, como ainda a de caprinos e suinos" (art. 11, parágrafo único), ao contrário do estabelecido para as terras de campo aberto, de criação solta, onde "a obrigação de tapumes ou cercas cabe ao que em tais terrenos pratique qualquer tipo ou espécie de lavoura" (art. 16, § 2.º).

Abre, contudo, ao proprietário duas exceções e faz-lhe uma concessão que visa, a um só tempo, incentivar a divisão das terras férteis em pequenas propriedades.

A primeira exceção verificar-se-á quando, férteis as terras situadas em tôrno das vilas e cidades, perecer o direito do seu titular, segundo o art. 8.º: "Se, ao termo de três anos essas terras continuarem improdutivas por falta de diligência do Poder Público ou do particular a quem forem *entregues ou alienadas, poderá* (o antigo proprietário) adquirir o seu domínio e posse, por prova sumária feita perante o Juiz competente" (art. 8.º, § 1.º).

A segunda é quando a sua propriedade ou parte da mesma, próxima à sede do Municipio ou de mais fácil acesso fôr por aquele obtida para Campo da Povoação. O proprietário "poderá adquirir o seu domínio e posse, pagando o preço com que o alienou, se demonstrar por prova sumária perante o Juiz da Comarca que durante cinco anos as terras não foram trabalhadas e cultivadas, sujeitando-se, porém, às condições de *cultivo e produção de subsistência* impostas por esta lei" (art. 9.º, § 2.º).

Por último, a concessão:

"Todo proprietário particular que aplicar as suas terras férteis à divisão em pequenas propriedades, ou sitios agrícolas para serem vendidos, fica isento de tributos que gravem diretamente essas terras *loteadas*, e aquele que adquirir uma só dessas parcelas fica isento de imposto de transmissão, e durante 2 anos, a partir da data da aquisição, dos tributos que gravem diretamente o imóvel" (art. 13).

Passa o projeto a dispôr sôbre o uso das águas, "nas regiões de clima continental, onde haja escasses de fontes

nascentes e correntes", sujeitando-o aos regulamentos oficiais, de modo que "atenda ao *maior número* dos que necessitam de água potável e da indispensável à lavoura e à lavoura e à criação" (art. 18), "distribuida, conforme sua capacidade, na proporção de maior número de proprietários e ocupantes marginais e covizinhos" (art. 18, § 1.º). E conclue, modificando o que dispõem o § 3.º do art. 2.º e o art. 8.º do Código de Águas:

"A propriedade sôbre a água assegura a preferência do seu uso pelo titular, mas nunca a sua exclusividade" (artigo 18, § 2.º).

O projeto enfeixa no art. 19 as incumbências aos Poderes Públicos:

"Cabe ao Govêrfno Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, no Distrito Federal ao seu prefeito, nos Estados à respectivas Secretarias de culturas, e nos Municípios aos prefeitos, no que lhes competir, a execução desta lei e a fiscalização do cumprimento de suas exigencias".

Quanto aos Municípios:

a) —obterem, dentro do prazo de um ano, uma área de terrenos férteis, próximos da sua séde ou de mais fácil acesso "para que nela o Govêrno Federal ou Estadual, em cooperação com o Municipal, instale o Campo da Povoação, para *produção de alimentos destinados a mercado*, demonstração agrícola e seleção de sementes" (art. 9.º).

b) — obrigatóriamente, terem, "para empréstimo gratuito aos proprietários pobres e a lavradores, um número de máquinas extintoras de formiga saúva que atendam, *num só momento*, às necessidades dos que as requisitem" (art. 10).

c) — manterem "em depósito permanente, para venda a preços módicos, produtos de defesa sanitária, animal e vegetal, que mais interessem ao gênero de criação e lavoura regionais" (art. 10, § 1.º).

d) — zelarem "diretamente, ou por meio de uma comissão ou órgão dos interesados, pela existência dos terrenos agrícolas considerados de *uso comum*, fiscalizando o cumprimento das exigências da lei" (art. 15).

e) — discriminarem, "conforme a natureza do solo, seu regime de água, pluviosidade e a tradição local", as terras das regiões semiaridas destinadas a lavoura, segundo o art. 16, § 1.º. E dispõe que "as despezas e encargos criados por esta lei para os cofres públicos Municipais serão atendidos com a verba destinada a benefício de ordem rural, de que trata o § 4.º do inciso IV ao art. 15 da Constitutição Federal" (art. 11), isto é, a parte que aos Municípios tocar dos impostos decretados pela União sôbre "renda e proventos de qualquer natureza", sob condição de aplicarem, "pelo menos, metade da importância em benefício de ordem rural". Além dessa determinação, autoriza exigirem de ambos os Governos Federal e Estadual "uma cooperação em forma de subvenção ou de máquinas agrícolas, ou de assistência técnica", caso o Município interessado prove possuir e manter o Campo da Povoação, segundo os fins desta lei, ficando assim isento da obrigação de cede-lo à União ou ao Estado (art. 9.º, § 1.º).

Quanto aos Estados:

A não ser o dever de atenderem às exigências municipais no que tange a manutenção, pelo Município, do seu Campo da Povoação, o direito de optar pela colaboração com aquele, em lugar do Govêrno Federal, não se encontra no projeto outra determinação expressa referentemente a encargos dos Estados.

Quanto à União:

A mais das referências dos arts. 9.º e 11, o projeto cria, em lugar da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, o Departamento de Organização Agrária, para "execução e fiscalização desta lei, como de outras que se seguirem *para completar* o plano de reforma agrária do país, *na forma dos regulamentos expedidos*" (art. 20), e abre o crédito de 20 milhões de cruzeiros para ocorrer às despezas do primeiro exercício (art. 21).

Regulamentação, em 60 dias, a partir da publicação da lei (art. 20, § 2.º).

Como vimos, o projeto indica inicialmente um largo plano econômico, mas a partir daí passa a tratar de objetivos em preferência dos quais têm disposições que se poderiam tomar por exceções ao uso da terra, referentes à lavoura de subsistência, incrementada por possibilidades oferecidas ao pequeno produtor, sujeito, aliás, ao regime dado à propriedade em que trabalhar (art. 5.º). Entre aquelas possibilidades salienta o *direito*

que assiste ao Govêrno Federal de aplicar no caso o "regime de pequenas propriedades ou da grande propriedade coletiva, por meio de cooperativas ou associações de comércio" (art. 7.º, parágrafo único), nos termos do art. 147 da Constituição, relativo à "justa distribuição da propriedade" e ao seu uso ao mesmo tempo.

Dentro dêsse âmbito inscreve, pois, uma das faces do nosso problema agrário — possibilidades e garantias às atividades rurais. Além disso, cria o Campo da Povoação, onde serão selecionadas sementes e far-se-ão demonstrações de cultura, o que não constitue pròpriamente melhoria do fator braço em função da maior e melhor produção de víveres.

Voltemos agora a considerações de outra ordem sôbre a parte fundamental do projeto ou o que entendemos por execução integral do plano econômico, orientando todos os aspectos da produção, entrozados na grande máquina administrativa da União.

O projeto, não individualisando senão uma fração do vasto programa por êle despertado, confia a um Departamento de Organização Agrária a realização das disposições "desta lei, como de outras que se seguirão *para completar o plano da reforma*".

Cumpre, todavia, aos Municípios porem em prática obrigações que dizem respeito ao incremento da produção de víveres, tôdas elas em razão de verbas orçamentárias, quer do seu, quer do orçamento da República.

Para êste desiderato, não seria preciso mais, além da fiscalização a ser feita pelos próprios órgãos das Administrações Municipais e pelos dos Estados, segundo dispõe o art. 19.

Certo, então, teríamos ensejo de dispensar a criação imediata de um departamento administrativo para tal fim. Demais êste iria sobrepor-se à lei, por meio de sua regulamentação, como preceitua o projeto, no que se refere à matéria essencial da reforma destinada a imprimir sábias diretrizes na vida econômica da nação.

Além disso o serviço poderia em comêço e com vantagem ser enquadrado na Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, porque se apresenta inicialmente sob característicás que lhe são complementares.

O projetado departamento só iria desenvolevr verdadeiramente atividade útil, quando estivesse aparelhado com os elementos indispensáveis ao conhecimento *pleno* das terras de cultura ou, pelo menos, daquelas sôbre as quais tivesse de exercer criteriosamente a sua benéfica influência.

Aqueles elementos nunca seriam constituidos de informações ocasionais, variáveis com os conhecimentos, a capacidade e o critério profissionais de cada informante. Nem seriam dependentes, a cada momento, na vastidão da superfície territorial brasileira, de um ou mais grupos de funcionários pelos quais devessem correr os trâmites dos juizos sôbre determinada aplicação de capitais na exploração da terra. E, quando, para acréscimo dos nossos avelhentados processos burocráticos, assim fôsse, não obteria o Departamento senão retalhos vários e contraditórios do que devesse constituir um sólido padrão de elementos básicos.

Faz-se-ia mistér opinar sempre com real conhecimento de causa, sem estorvos, a serviço da produção. O contrário seria um entrave, se não descambasse para o desrespeito à lei, com a mistificação de dados e acréscimo de despesas não justificadas.

Do que se tem feito por aí, com exceção de S. Paulo, que organiza o seu mapa agrogeológico e iniciou já dois cadastros topográficos, sendo um dêles aerofotogramétrico, não conhecemos cadastro rural entre nós que mereça êsse nome, em se tratando de orientar a nossa produção agrária. O que projetamos para o Estado da Bahia em 1942 ainda espera a comissão que o deva julgar...

Não se entenda com isso estarmos pondo espalhados à reforma. O nosso intuito é cooperar. De quanto sabemos acerca do assunto, podemos afirmar que vários são os paizes que têm desenvolvido e praticado automàticamente o fracionamento das grandes propriedades com simplesmente a decretação do impôsto sôbre a terra, baseado no seu potencial agrícola e na sua extensão. Ninguém pagaria impôsto de uma larga extensão territorial pelo prazer de vê-la improdutiva. A divisão seria o remédio. Por êsse meio, consequente-

mente, a terra de cultura passaria ter uma aplicação regulada ao mesmo tempo em favor do interêsse coletivo e do aumento das rendas públicas, além de estimular em alto grau o desenvolvimento da produção. Haverá aqui "estímulo e prêmio ao trabalho: se produz 100, paga 10; passará a pagar virtualmente 5, se forçar a produzir 200" (Assis Brasil).

A matéria tem sido fartamente discutida. Valeria a pena que a examinássemos agora, com o fim de associá-la ao particular apreço que dá o projeto à economia privada, subordinada ao destino econômico da terra, ao qual certamente e por sua vez associar-se-iam dados imprecindíveis de ecologia vegetal e animal, guiando a lavoura e a criação na escolha mais vantajosa das suas emprêsas, pela indicação precisa da *produtividade máxima,* na distribuição das explorações rurais, assim proporcionando o mais lucrativo intercâmbio da produção entre os seus vários setores, e mais volumosa a exportação.

E não ficasse à mercê das erosões a terra, nem entregues à incompreensão do agricultor os males do empobrecimento do solo pelo fogo. Não esquecêssemos igualmente as vantagens do posio, tão útil a quem é permitido utilizar as fôrças naturais na restauração das reservas produtivas dos solos a que outras plantas poderão enriquecer. A polícia agrária constituiria outro importante assunto.

Poderíamos até ir mais adiante, como já lembráramos em 1911, nesse sentido acompanhando o Estado de São Paulo, quando, pelo seu Secretário da Justiça, ofereceu ao Govêrno da União um anteprojeto de lei estabelecendo bases para a "segurança absoluta quanto às garantias que o domínio territorial deve oferecer ao crédito". São interesses que se completam: o verdadeiro conhecimento da terra, a sua proteção, o seu exato destino econômico e o crédito dela mesma provindo, pela expressão real dos seus valores.

Lançando por último um olhar retrospectivo sôbre a fração da reforma que se executar, conforme o projeto, antes de assentados os seus fundamentos e firme a sua estrutura, vêmos agora quanto aqueles detalhes dependeriam do aparelhamento inicial necessário ao grande objetivo.

Gravaremos nitidamente as consequências da imposição do art. 3.º, por exemplo, figurando casos concretos.

Suponhamos *um quarto* da área de uma propriedade de exploração florestal — para cultura da árvore — com 500 hectares: 125 hectares seriam para lavoura de subsistência.

No Brasil — país de devastação das matas — a exploração florestal ainda está por ser a mais racional, a de menos eventualidades e a mais rendosa, como no Velho Mundo (ou que foi antes da guerra). Lá o solo de floresta não é geralmente destinado à "lavoura de subsistência". E não é, porque não produz economicamente, senão florestas, a despeito de ter havido florestas em terras hoje plantadas de vinha e cereais. Houve; não de igual rendimento, garantindo todo ano os mesmos excelentes resultados, por plantadas em terras que fôssem um *maximum* em ecologia, de exclusiva aplicação florestal.

Tenhamos que, pelo estudo e classificação dos solos, conheçamos amanhã, para imposição do verdadeiro destino econômico, iguais extensões de terras, e nestas se instale a emprêsa racional de exploração de madeira e produtos derivados. Consequência: 125 hectares de menos na emprêsa; menores resultados; poucos frutos ou nenhum destinado à subsistência.

A lei, votada para proteger, produziria efeito completamente negativo, quanto à "remuneração do valor do capital da terra e o da sua exploração, renda aos que nela trabalhem e residam" na quarta parte executada.

Com mais aproximação. Na região do sul baiano, de clima excepcional — 22º C de temperatura média e chuvas de inverno e de verão — sub-tropical, na classificação de Morise, não temos nas zonas pròpriamente do cacau terras de *maximum* para cereais. O milho, o feijão, o arroz, dão ocasionalmente, ora muito ora nada. Ali a monocultura é até certo ponto aconselhável nas cabrucas de maior produção cacaueira. As fazendas são em média de pequena área. Que digam de 60 hectares, por exemplo. Teremos 15 hectares sacrificados. Menos 1.000 arrobas de 15 quilos anuais. Menos cento e tantos mil cruzeiros de pre-

juizo imposto por dois destinos econômicos antagônicos sôbre a mesma área. E não estamos considerando as fazendas que estão totalmente cobertas de cacaueiros. Entretanto dentro da mesma região há zonas em que a cultura de cereais poderia ser intensificada, compensando desta forma o mal quase crônico da falta de transporte para outras regiões do país.

Não nos faltariam exemplos a opor, para apresentar a defender o que é, a nosso ver, a outra face do sistema que liga o bem estar social no *interêsse econômico.*

As predeterminações de áreas, de situações, assim as limitações impostas pelo projeto que fôssem oportunamente acomodadas em face das circunstâncias, em cada caso, por êsse *interesse* que é, acima de tudo, a causa primacial das aplicações de capital, como das atividades rurais. De outro modo, acarretaríamos para a reforma restrições que negariam o valor e o patriotismo afirmados pelo sábio princípio que a ditou ao ilustre parlamentar.

Vem a propósito reproduzirmos um período de recente trabalho nosso: "E dêste jeito tem vindo o nosso patrimônio territorial, desvalorizando-se a cada passo, ainda sem alguém que até aqui tivesse encontrado a exatidão dos seus valores, para lastro da nossa grandeza econômica".

Ilhéus, junho de 1917.

O ALGODÃO
NA ECONOMIA NORTE-RIOGRANDENSE

DEPUTADO JOSE' AUGUSTO

(Conclusão do número anterior)

Verifica-se atualmente o perigo do desaparecimento daquela fibra algodoeira pela hibridação, contra o que clamam todos os centros industriais. Tenho em meu poder o excelente voto formulado pelo Sr. Guilherme da Silveira, no Conselho Federal do Comércio Exterior, creio que em 1942 ou 43, em que chama a atenção particular do Poder Público para êste problema, pedindo que o examine com o devido interêsse, porque da manutenção da fibra longa do algodão do Seridó depende o futuro da indústria de tecidos finos no Brasil.

O Sr. José Arnaud — Conheço o estudo do Sr. Guilherme da Silveira relativamente ao algodão do Rio Grande do Norte e, em parte, da Paraíba, que no Conselho Federal do Comércio Exterior advogou a melhoria das máquinas beneficiadoras do algodão.

O Sr. José Augusto — Advogou as máquinas de rôlo.

O Sr. José Arnaud — V. Ex.ª não está bem a par da situação. Hoje, o que está provado é que a máquina de rôlo não é melhor para beneficiar o algodão do Seridó. Posso adiantar que já há, no Rio Grande do Norte, uma companhia que tem uma instalação montada. O Dr. Guilherme da Silveira advogou para o algodão do Seridó as máquinas de rôlo, tendo em vista fabricar com elas fios finos. Como o algodão paulista não permite a fabricação dêsses fios, a Companhia Matarazzo está importando algodão pois não dispõe das fibras de 42 e 44 milímetros para as fábricas nacionais.

O Sr. José Augusto — Agradeço o aparte de V. Ex.ª, mas quem estava advogando, as máquinas de rôlo era o Dr. Guilherme da Silveira. O equivoco — se houve — não foi meu, portanto.

Filho daquela zona, acompanho a vida do algodão como se acompanhasse o desenvolvimento da minha própria vida.

O Sr. José Arnaud — V. Excia. acompanha tanto quanto eu. Vossa Excelência tem experiência.

O Sr. Toledo Piza — O orador tem tôda razão quando afirma que é preciso evitar a degenerescência do algodão do Seridó. Eis aí uma bela ocasião do Ministério da Agricultura colaborar com os poderes do Estado no sentido de organizar a cultura algodoeira do Rio Grande do Norte nos moldes da que fizemos em São Paulo.

O Sr. José Augusto — Direi ainda aos Senhores Deputados que me ocupei do assunto, já em 1922, nesta Casa, e vou reproduzir meu trabalho no discurso que farei amanhã. Então, sugeri ao Govêrno a instalação de uma estação experimental. Esta minha iniciativa de 1922 foi transformada em lei, no ano de 1924 e eu, já no govêrno do Estado assisti à instalação da estação experimental instalada, inicialmente, no Açude de Gargalheira, no município de Açari, e entregue a um técnico de maior competência de que o Brasil dispunha na ocasião, Sr. Otávio Lamartine, que fizera curso distinto na Escola de Lavras, com dois anos de especialização nos Estados Unidos e era filho da região do Seridó, conhecendo o problema do algodão a fundo.

Posteriormente, já Senador da República ,em 1929, consegui transferir a estação para Cruzeta e lá ainda se acha funcionando...

O Sr. José Arnaud — Ela e inúmeras outras.

O Sr. José Augusto — ... com os melhores resultados.

A êste aspecto do problema voltarei no discurso que devo pronunciar aqui amanhã, em seguimento ao de hoje. Por agora, limitar-me-ei a declarar o seguinte: o algodão é um produto cujo prestígio universal cresce na medida em que aumenta a população do mundo e a humanidade se civiliza.

Desde os primórdios da civilização, e à proporção que o homem passou a se vestir, o algodão cresceu de importância. Nações há, como os Estados Unidos, que, fazem repousar a sua estrutura econômica antes de tudo, sôbre a lavoura algodoeira e isso a tal ponto que na hora em que ela entra a declinar, tôdas as fôrças vivas da política para ela se voltam para traçando os novos caminhos a serem seguidos, a fim de que o país marche em sentido ascencional.

O Sr. Herbert Levy — Não apenas sob êsse aspecto que V. Excia. tão bem salienta. Mas estando evidenciado que o algodão encontra um *habitat* favorável no nordeste brasileiro, sendo, portanto, um elemento essencial a essa região econômica, tão importante para o nosso país, torna-se necessário assegurar solidez dessa atividade, fazendo com que tôdas as providências nesse sentido sejam tomadas pelos poderes públicos.

O Sr. José Augusto — Muito agradeço a colaboração de Vossa Excelência, neste particular.

O Brasil tem, na lavoura algodoeira, um dos seus mais sólidos suportes econômicos; e foi, pelo menos há dois anos o segundo país a concorrer, quantitativamente, na economia universal, com seu produto para as fábricas de tecido dos povos industriais.

São Paulo tem sido, no Brasil, de certempo a esta parte, um líder prestigioso da política algodoeira. O declínio ora verificado será superado dentro em pouco, pela capacidade realizadora os bandeirantes.

Meu Estado, o Rio Grande do Norte, vive precipuamente do algodão. Não obstante, os elementos desfavoráveis que, vez por outra ali surgem — e dêles o principal é a sêca — essa lavoura algodoeira tem resistido a tudo e se mantém em progresso acentuado.

O que nos cabe fazer agora, para solidificá-la é, completando as medidas sugeridas no meu Govêrno e desenvolvidas e desdobradas continuamente pelos que me sucederam, através de uma atividade administrativa que honra o povo norte-riograndense, voltarmos as vistas preferentemente para o algodão Mocó, o algodão do Seridó, de fibra longa. Assim, teremos armado a região seridoense com uma fôrça econômica de tal porte que com ela vencerá tôdas as dificuldades, inclusive as decorrentes do clima. Aliás, se a sêca existe, também a natureza indicou o remédio para combatê-la, e neste sentido vêm lutando vitoriosamente todos os povos em que o fenômeno se verifica.

O Sr. Plinio Lemos — Tenho a impressão de que o fenômeno ocorrente no Rio Grande do Norte não se passa de maneira diversa na Paraíba. Acredito ser uma das causas que mais determinaram a diminuição de produção do algodão no meu Estado a falta de um preço mínimo, que devia o Govêrno fixar para essa mercadoria, a qual está demasiadamente onerada pela mão de obra, excessivamente cara no momento.

O Sr. José Augusto — Creio que o fator a que V. Excia. alude influiu, de fato, poderosamente, para a crise algodoei-

ra, mas outros fatores existiram e existem.

Já que a hora está terminada, peço a V. Excia., Sr. Presidente, conservar-me inscrito para falar amanhã. Nessa oportunidade revelarei a significação da região do Seridó, o que exprime na armadura econômica do Rio Grande do Norte e mostrarei o papel do algodão da fibra longa, não só dentro da zona em que tem seu *habitat*, mas também no concêrto da vida econômica e industrial do Brasil.

Com estas palavras, Sr. Presidente e reiterando meu pedido para que me conserve inscrito a fim de que, na próxima sessão, conclua minhas considerações, quero agradecer aos nobres colegas e companheiros o auxílio que me prestaram, trazendo, com seus apartes, tantos esclarecimentos ao estudo qu eme propuz realizar, relativo ao algodão e ao seu papel no fortalecimento da vida econômica do Brasil. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado*).

ANEXO

Regulamento do Serviço de Algodão do Rio Grande do Norte, a que se refere o Decreto n.º 228 de 18 de março de 1924.

CAPITULO I

Do Serviço Estadual do Algodão e seus fins

Art. 1.º — O Serviço Estadual do Algodão, subordinado ao Serviço do Algodão (federal) tem por fim a execução dos serviços concernentes à prdoução, beneficiamento e comércio do algodão no Rio Grande do Norte.

Art. 2.º — Merecerão particular interêsse por parte do Serviço Estadual do Algodão, os seguintes pontos:

a) ampliação da cultura algodoeira no Estado;

b) divulgação dos processos culturais e de beneficiamento mais racionais e econômicos;

c) determinação das variedades algodoeiras melhormente adaptáveis a cada região;

d) aperfeiçoamento dos tipos privilegiados e ampla distribuição de sua semente na região delimitada;

e) combate às moléstias e insetos nocivos ao algodoeiro, especialmente às lagartas do capulho e da fôlha;

f) estatística da área cultivada, produção, consumo e exportação do algodão e seus derivados;

g) registro e fiscalização dos estabelecimentos de beneficiar algodão, e repressão das fraudes no comércio do produto;

h) classificação oficial do produto, de acôrdo com os padrões estabelecidos pelo Serviço do Algodão (federal), e bem assim sua boa colocação nos mercados nacionais e estrangeiros.

CAPITULO II

Da organização do Serviço Estadual do Algodão

Art. 3.º — O Serviço Estadual do Algodão funcionará sob a orientação técnica e fiscalização da Diretoria Geral de Agricultura e Obras Públicas.

Art. 4.º — Para a execução dêste Serviço fica o Estado dividido em duas Inspetorias e uma Sub-Inspetoria.

§ 1.º — A Inspetoria do centro compreende os municípios de Santa Cruz, Currais Novos, Acari, Jardim do Seridó, Serra Negra, Caicó, Flores, Sant'Ana do Matos, Angicos, Lagea, Taipú, Touros e Ceará Mirim (13).

§ 2.º — A Inspetoria Oeste compreende os municípios de Areia Branca, Mossoró, Apodi, Port'Alegre, Pau dos Ferros, S. Miguel, Luiz Gomes, Martins Patú, Caraúbas, Augusto Severo, Asspu e Macau (13).

§ 3.º — A Sub-Inspetoria Oeste compreende os municípios restantes: Natal, São Gonçalo, Macaíba, São José, Papary, Arez, Goianinha, Canguaretama, Pedro Velho, Nova Cruz, San'Antônio (11).

Art. 5.º — Cada Inspetoria terá o seguinte pessoal:

1 Inspetor.
1 Auxiliar.
1 1.º escriturário.

Art. 6.º — A Sub-Inspetoria terá o seguinte pessoal:

1 Sub-Inspetor.
1 Auxiliar.
1 Escriturário-dactilógrafo.

Art. 7.º — Aos Inspetores e Sub-Inspetores compete organizar, distribuir e fiscalizar todos os trabalhos relativos ao

Serviço Estadual do Algodão, dentro da respectiva circunscrição, cumprindo e fazendo cumprir o presente regulamento, as instruções emanadas da Diretoria Geral de Agricultura e Obras Públicas e na parte em que lhes fôr aplicável, o regulamento vigente, do Serviço de Algodão (federal).

Art. 8.º — Os Inspetores e o Sub-Inspetor comunicar-se-ão por telegrama ou memorandum com a D. Geral de Agricultura sôbre assuntos dignos de nota, ou virão pessoalmente à Diretoria quando chamados em matéria de serviço.

Art. 9.º — Aos Auxiliares cabe a execução dos trabalhos de sua especialidade, em conformidade com as ordens dos respectivos chefes.

Art. 10. — Aos 1os. escriturários e ao escriturário-dactilógrafo incumbem a escrituração e a organização do arquivo das Inspetorias e da Sub-Inspetoria, junto à D. Geral de Agricultura.

CAPÍTULO III

Das fazendas de sementes e campos de cooperação

Art. 11. — As fazendas de sementes destinam-se à demonstração dos processos de cultura preconizados pelo Serviço de Algodão e à produção de sementes de algodão selecionadas, em larga escala, para vender aos agricultores.

Art. 12. — Além do algodoeiro serão cultivadas das Fazendas outras plantas que se prestem ao afolhamento econômico do solo, vendendo-se aos lavradores as sementes selecionadas.

Art. 13. — As Fazendas de sementes disporão no mínimo de 200 hectares de terras apropriadas ao algodoeiro e terão as dependências necessárias ao seu funcionamento, inclusive máquinas de descaroçar, prensas e aparelhos de expurgo de sementes.

Art. 14. — Nas Fazendas serão habilitados os operários e trabalhadores rurais, para o seu serviço e para a lavoura em geral, cuidando-se ainda do adestramento de animais para a lavoura.

Art. 15. — Cada Fazenda de sementes ficará sob a orientação e dependência do Inspetor da região em que for localizada, ocupando, além dos operários e trabalhadores rurais, o seguinte pessoal:

1 Administrador.
1 Chefe de culturas.
1 2.º Escriturário.

Art.16. — Ao Administrador de Fazenda compete a direção técnica e econômica do estabelecimento de acôrdo com as instruções do Inspetor.

Art. 17. — Ao chefe de culturas competem os trabalhos da sua especialidade que lhe forem confiados pelo administrador.

Art. 18. — Ao 2.º escriturário incumbem a contabilidade e a escrituração da Fazenda de Sementes, nos moldes estabelecidos pelo Serviço Estadual do Algodão.

Art. 19. — O Administrador será substituído pelo Chefe de culturas, em suas faltas e impedimentos.

Art. 20. — Todos os funcionários da Fazenda de sementes residirão na sede do estabelecimento.

Art. 21. — O campo de cooperação a que se refere êste regulamento, consiste na execução, dentro da propriedade do lavrador e ao lado de suas plantações primitivas, dos métodos culturais aperfeiçoados, com o fim de demonstrar pràticamente a conveniência dêstes pelo confronto dos resultados obtidos.

Art. 22. — Os campos, em número de 2 ou mais em cada Inspetoria e 1 ou mais na sub-Inspetoria deverão ser instalados em municípios diferentes, preferindo-se os lugares de fácil acesso aos interessados — proximidade de cidade, vila ou povoação, margem de estradas públicas etc.

Art. 23. — A área em que se fará a demonstração deve ser compreendida entre 2 a 5 hectares, e o tempo da experiência será de 1 ou 2 anos, conforme a variedade de algodão cultivada.

Art. 24. — A escolha do terreno para a cooperação será feita pelo próprio Inspetor ou sub-Inspetor e submetida à aprovação da D. de Agricultura, com os necessários esclarecimentos e antecedência razoável ao período do início dos trabalhos.

Art. 25. — Satisfeitas as exigências do art. anterior o mesmo funcionário firmará com o particular e mais duas teste-

munhas um acôrdo nas bases do anexo n.º k, ficando com uma cópia para si e outra para o particular, e remetendo o original à D. Geral de Agricultura.

CAPITULO IV

Do combate aos inimigos do algodoeiro

Art. 26. — O Serviço Estadual do Algodão entrará oportunamente em entendimento com as Municipalidades para estabelecer depósitos de inseticidas em pontos acessiveis ao pequeno lavrador ao qual os venderá a preço de custo.

Art. 27. — Intensificar-se-á a propaganda dos meios viáveis de defesa contra as molèstias e insetos do algodoeiro, especialmente a lagarta rósea e a fôlha, ensinando-se os processos de desinfeção e armazenagem de sementes e a aplicação dos inseticidas.

Art. 28. — O Serviço Estadnal do Algodão, fiscalizará os depósitos de sementes infetadas, seu expurgo e circulação no território do Estado, fornecendo certidão dêsse e licença para esta.

Art. 29. — Serão oporuntnamente instalados Postos de expurgo de sementes nos principais pontos do Estado ou onde melhor convier à defesa do Algodoeiro.

CAPITULO V

Do registro das instalações de beneficiar algodão

Art. 30. — O Serviço Estadual do Algodão fará acôrdo com tôdas as Municipalidades do Estado no sentido de estabelecer e fiscalizar em suas sedes o registro das instalações de beneficiar o algodão, na qual serão inscritos: localidade, nome do proprietário, marca, número de serras e estado de conservação da máquina; presença ou não do alimentador e do condensador de pluma; sistema, potência e estado de conservação do motor e o tipo da prensa.

Além dos esclarecimentos a que se refere o presente artigo ficarão os proprietários obrigados a participar as alterações ulteriores das instalçaões, como também a enviar no fim de cada safra a nota da duração desta, quantidade de algodão beneficiado e de pluma obtida em quilogramas.

Art. 31. — Serão apreendidos para averiguações os fardos de algodão produzidos no Estado que transitarem sem as iniciais R. G. N. acompanhadas do ano, nome do Municipio e número correspondente ao registro da instalação impondo-se ao proprietário a multa de 10 e 20% sôbre o valor do produto apreendido, que será cobrada amigável ou judicialmente.

Art. 32. — Serão apreendidos para os mesmos fins os fardos que contiverem impurezas adicionadas de propósito ou os misturados fraudulentamente com produtos de inferior qualidade.

CAPITULO VI

Da classificação oficial do algodão

Art. 33. — O Serviço Estadual do Algodão entrará em acôrdo com as Associações Comerciais de Natal e de Mossoró e com os demais interessados, a fim de estabelecer e adotar os padrões oficiais para a classificação comercial do algodão do Estado de conformidade com a uniformização vizada pelo Serviço do Algodão (federal).

Art. 34. — Serão organizadas coleções dos padrões oficiais que ficarão nas sedes dos municipios, ao dispôr dos interessados.

Art. 35. — O Serviço Estadual do Algodão poderá estabelecer na capital e nos principais pontos de convergência de algodão, armazens gerais, a cargo da classificadores idênticos oportunamente contratados, tendo por fim a classificação oficial e armazenagem, a taxa módica, dos fardos de algodão destinados à venda.

CAPITULO VII

Da estatistica do algodão

Art. 36. — O Serviço Estadual do Algodão instituirá e fiscalizará em tôdas as municipalidades estaduais, mediante prévio entendimento, o Registro dos plantadores de algodão destinado à inscrição das propriedades onde se cultivar o algodoeiro em qualquer extensão.

Art. 37. — Depois de terminar o plantio e proprietário enviará à sede do Municipio a nota da área ocupada com algodoais, inclusive novos e velhos, próprios e de seus moradores ou rendeiros,

declarando qual a variedade predominante, desenvolvimento geral da cultura, presença ou ausência de moléstias ou insetos nocivos.

Art. 38. — Terminada a safra o proprietário enviará a nota do pêso total de algodão em caroço colhido na área registrada, retificando-a, quando necessário e prestando mais informações que aproveitem ao Serviço Estadual do Algodão.

Art. 39. — Serão divulgados os métodos mais elementares de contabilidade agrícola, com ampla distribuição de modelos dos livros de escrituração de fácil compreensão.

CAPÍTULO VIII

Da propaganda do Serviço Estadual do Algodão

Art. 40. — A propaganda em favor da cultura do Algodão terá em vista a dupla finalidade de aumentar a produção e melhorar a qualidade da fibra, empregando os meios mais em harmonia com o grau de instrução geral; palestras em público ou nos próprios estabelecimentos; inspeção dos algodoais, armazéns de compra e instalações de beneficiar algodão; publicação frequente de dados estatísticos, cotações e sitação mundial do algodão, ensinamentos úteis, etc.

Art. 41. — O Serviço Estadual do Algodão fará aquisição de livros, revistas e jornais que interessarem à lavoura em geral, em particular ao algodão, para constituição de juntas consultivas e biblioteca junto à Diretoria Geral de Agricultura e nas fazendas de sementes.

Art. 42. — Mediante prévio entendimento, o Serviço Estadual do Algodão estabelecerá nas Municipalidades depósitos de arame farpado, ferramentos, máquinas agrícolas e sementes de boa qualidade, para vender aos lavradores pelo custo.

CAPÍTULO IX

Disposições gerais

Art. 43. — Todos os funcionários do Serviço Estadual do Algodão serão admitidos em comissão e conservados enquanto bem servirem e convier.

Art. 44. — Cada funcionário terá atribuições definidas, evitando quanto possível os processos burocráticos ou perdas de tempo.

Art. 45. — Os funcionários do Serviço Estadual do Algodão perceberão os vencimentos fixados na tabela anexa.

Art. 46. — Além do pessoal do quadro o Govêrno poderá contratar pessoal especial para os armazéns gerais, postos de expurgo, estatísticas e outros serviços de importância.

Art. 47. — O pessoal assalariado até Cr$ 5,00 diários para trabalhos temporios avulsos ou para as Fazendas de sementes poderá ser admitido pelos respectivos chefes, dentro dos recursos orçamentários e de acôrdo com o desenvolvimento e necessidades do serviço.

Art. 48. — Os funcionários do quadro, quando em viagem de serviço, terão direito ao transporte da bagagem por conta do Serviço Estadual do Algodão, além da diária constante da tabela anexa, desde o dia da partida até o da chegada à respectiva sede.

Art. 49. — Para efeito do artigo precedente será considerado sede provisória do pessoal ambulante o município em que se demorar mais de uma semana.

Art. 50. — O pessoal fixo do quadro sòmente deixará a sede com autorização da Diretoria Geral de Agricultura, fazendo-se a contagem das diárias à vista das notas lançadas no livro do ponto da repartição a que pertencer.

Art. 51. — O pessoal ambulante do quadro preencherá em cada estabelecimento visitado um boletim dos serviços que aí realizar, assinando-o com o proprietário e enviando-o em envelope fechado à D. Geral de Agricultura.

Art. 52. — As fôlhas de vencimentos e diárias do pessoal do quadro serão organizadas e processadas na D. Geral de Agricultura à vista dos boletins de inspeção do pessoal ambulante, e do resumo do ponto, quando se tratar do pessoal fixo.

Art. 53. — O pessoal assalariado, nas viagens de serviço terá direito ao trans-

porte da bagagem por conta do Serviço Estadual do Algodão e a animais para o transporte próprio.

Art. 54. — O pessoal assalariado será pago pelo respectivo chefe em fôlha quinzenal, na qual passará recibo, até 10$000 serão cronològicamente discriminadas em relações mensais e as superiores a 10$000 serão pagas mediante recibos em 3 vias.

Art. 56. — No princípio de cada mês o funcionário encarregado dos pagamentos apresentará à Coletoria Estadual mais próxima a relação das despesas efetuadas durante o mês transato, documentada com as primeiras vias das folhas, das relações de despesas. A D. Geral de Agricultura poderá impugnar pagamentos de despesas supérfluas, bem como cotejar os demais, mandando indenizar a Coletoria por conta dos vencimentos do funcionário responsável.

Art. 57. — Cada funcionário do Serviço Estadual do Algodão é responsável pela boa ordem e conservação do material que estiver a seu cargo, guiando-se sempre pelo espírito de economia e probidade.

CAPÍTULO X

Disposições transitórias

Art. 58. — O presente regulamento entrará em vigor em cada uma das regiões — Leste, Centro e Oeste — à medida que se forem instalando as diversas dependências do Serviço Estadual do Algodão.

Art. 59. — As inspetorias ficarão a cargo dos Auxiliares até a instalação das Fazendas de sementes.

Art. 60. — A Sub-Inspetoria terá por sede temporária o Campo de Demonstração de Macaíba, até à instalação dos Campos de cooperação.

Art. 61. — Enquanto não fôr suficientemente desenvolvida a contabilidade das Inspetorias, os atuais segundos oficiais da Diretoria de Agricultura e Obras Públicas se encarregarão, cada qual de uma delas, mediante uma gratificação equivalente à dos segundos escriturários.

Art. 63. — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal, 18 de março de 1924, 36.º da República. — *José Augusto Bezerra de Medeiros.* — *Sebastião Fernandes de Oliveira.*

ANEXO N.º 1

Bases de acôrdo com os Particulares para a experiência dos Campos de cooperação:

1 — O particular obriga-se a ceder pelo prazo de (de 1 ou 2 anos, uma área de 2a 5 hectares de terra própria para a cultura do algodoeiro, limpa e destocada não muito acidentada nem sujeita a inundações fornecendo os animais necessários à tração das máquinas agrícolas, por sua conta.

2 — O Serviço Estadual de Algodão fornecerá sementes desinfetadas da melhor variedade algodoeira adaptável, bem como a maquinária e pessoal para lavrar o terreno, plantar e cultivar o algodão.

3 — O particular custeará as despesas com a colheita e beneficiamento do produto, que serão efetuados sob a direção do Serviço Estadual do Algodão.

4 — O Serviço ficará com três quartos (3/4) da semente obtida, cabendo a parte restante e tôda pluma ao particular.

5 — O particular lançará em livro especial tôdas as despesas que realizar dentro do período da experiência, com um algodoal de igual extensão cultivado pelo processo rotineiro franqueando o livro.

6 — O Serviço Estadual do Algodão anotará em outro livro as despesas com o Campo, em duas colunas distintas, conforme correrem por uma ou outra das partes, pondo-a à disposição dos agricultores e interessados.

7 — Em caso de desistência do particular o Serviço, julgando conveniente, continuará a experiência por conta própria, ficando com o produto total da colheita até o fim do prazo estipulado.

Palácio do Govêrno do Estado do Rio Grande do Norte em Natal, 18 de março de 1924, 36.º da República. — *José Augusto Bezerra de Medeiros.* — *Sebastião Fernandes de Oliveira.*

As Cobras Venenosas

Engenheiro Agrônomo
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Consultor Técnico de "A Lavoura"

O Sr. Eurico Santos é um estudioso apaixonado da zoologia. Conhece, em seus mínimos detalhes, as curiosidades da vida dos nossos animais; vida maravilhosa que empolga a todos que procuram desvendar os seus mistérios.

Aliando cabedal científico, aos recursos de um escritor que sabe transmitir os seus conhecimentos em uma linguagem atraente, agradável e, sobretudo muito accessível, vem êle realizando um trabalho digno dos maiores louvores, qual seja a divulgação daquilo que se precisa conhecer a respeito de nossa variada e interessante fauna.

Chácaras e Quintais é uma editora que se interessa por tudo quanto possa ser útil ao nosso homem rural, e vem, sob a direção do insigne batalhador que é o Conde Amadeu A. Barbiellini, — a quem tanto deve a imprensa agrícola do país —, realizando o patriótico trabalho de divulgar, em edições caprichosas e populares, monografias interessantes e oportunas.

Tão poucas palavras justificam o aparecimento e o grande êxito de "As Cobras Venenosas, como conhecê-las e evitá-las", de Eurico Santos, uma edição de Chácaras e Quintais.

A leitura de tão interessante monografia, que abrange 107 páginas amenas, sugestivas e elucidativas, recomenda-se aos nossos estudantes que, as vêzes, tão pouco conhecem relativamente a biologia de nossos animais, e, ao nosso homem rural que, não raro, ainda crê em lendas e superstições a respeito de nossos animais, especialmente as cobras, que tão de perto lhe interessam.

Continuem, pois, os Srs. Eurico Santos e Amadeu A. Barbielini na trilha que enveredaram, certos de que estão realizando um trabalho patriótico, qual seja a divulgação das maravilhas da vida de nossos animais; a exuberância da riqueza de nossa Fauna.

Oxalá, figure a recente edição de Chácaras e Quintais nas estantes de todos os estudiosos da zoologia, pois é, realmente, útil, e, sobretudo educativa, que precisa e deve ser lida por todos.

Muitas são as noções erradas que ainda subsistem a respeito das cobras, e, infelizmente, apesar do muito que se tem escrito sôbre ofidismo, são, em grande parte, empíricas e contraindicados os tratamentos das mordeduras de cobras, preconizados pelo nosso homem rural.

A recente edição de Chácaras e Quintais, com uma magnífica apresentação gráfica, aborda, com muita precisão e em linguagem agradável, tôdas as questões relacionadas com as cobras, e o ofidismo, de um modo geral.

São os seguintes os capítulos do interessante livrinho de Eurico Santos:

I — O que são serpentes — Ligeiras informações biológicas sôbre ofídios — Quais as cobras que devemos julgar praticamente, venenosas.

II — As cobras venenosas — Como distingui-las das que não o são — Diferenciação das cobras venenosas entre si.

III — Resenha das principais cobras venenosas e sua descrição.

IV — Outras cobras venenosas de importância secundária; as corais.

V — Os acidentes ofídicos.

VI — Tratamento soroterápico da mordedura de cobra.

VII — Tratamentos ineficazes e charlatanescos.

VIII — Profilaxia do ofidismo.

IX — Inimigos naturais das cobras.

X — Lendas, mentiras e casos a propósito das cobras.

Estão de parabens, pois, o Sr. Eurico Santos, pelo interessante trabalho que escreveu, e o Sr. Conde Amadeu A. Barbiellini, pelo grande serviço que prestou ao nosso homem rural, com a edição de mais uma útil monografia.

Importância Da Adubação Verde Nos Trópicos

E. MARCONDES DE MELLO
(Eng. agrônomo e químico agrícola)

Começou-se, já há muitos anos, nas zonas tropicais, a dar mais valor à adubação verde que, como seu nome indica, consiste em enterrar no solo matérias vegetais verdes, a fim de aumentar-lhe a fertilidade. A própria denominação dá-nos a idéia de que há como que um enriquecimento do solo. O que de fato há é que a planta verde que enterramos no solo contém azoto, fósforo, potássio e todos os elementos minerais que retirou do solo, além de uma certa quantidade, que poderemos chamar notável, de matéria orgânica, que vai enriquecer o solo em humus.

Costumam alguns autores comparar a ação do adubo verde com a do estrume de curral fresco, e isso porque na planta verde, que incorporamos ao solo, a matéria orgânica, pela sua própria condição, se encontra em um estado inicial de desagregação. Costuma-se classificar os adubos verdes em duas categorias:

1.º — Os que são trazidos de locais afastados para serem lançados onde se deseja fazer a sua aplicação;

2.º — Os que são produzidos, diretamente no solo, para o qual êles devem servir de adubo. Os da segunda categoria são os mais importantes, evidentemente, porque podem ser feitos em todos os solos e além disso, do ponto de vista econômico, têm uma aceitação e um emprêgo muito mais generalizado. Pode-se dizer sem exagêro, mòrmente quando se toma em consideração os climas tropicais, que não existem meios mais seguros e eficientes de melhorar o estado físico e químico dêsses solos.

Dessa opinião participam muitos cientistas e agrônomos que mais têm se dedicado ao estudo dos solos tropicais, entre os quais podemos citar: Vageler Eden, Greene e Erhart. E' critério aconselhável escolher plantas de desenvolvimento foliáceo muito grande, que possuam raizes que penetrem muito profundamente no solo, que tenham ciclo vegetativo muito curto e que finalmente não existam dificuldades quanto ao seu enterramento.

Entre nós já se empregam as leguminosas, principalmente os feijões comestíveis pelo homem bem como o feijão de porco. A cultura do feijão é mesmo feita em alguns locais associada a outras, como por exemplo no Estado de São Paulo com o café. As leguminosas são as plantas mais aconselháveis porque, além das vantagens comuns a tôdas as plantas empregadas para êsse fim, levam ao solo quantidades notáveis de azoto, não só o que entre na composição normal de seus tecidos, como o que está contido nas nodosidades das raizes e que, como se sabe, encerram milhões de microorganismos fabricantes de azotados às custas do azoto do ar atmosférico.

Ao se fazer a adubação verde é necessário levar em consideração vários fatores, como por exemplo a estação do ano, o grau de umidade do solo, o valor econômico da adubação deduzida a parte de valor comercial, etc. Quer isto dizer que o caso da colheita ter uma finalidade de emprêgo como forragem para o gado e ao mesmo tempo como fertilizante para o solo deverá ser comparado com o de outra planta usada como adubo verde e que vá servir como alimento para o homem e adubo para o solo. São os casos por exemplo do feijão de porco e do feijão preto. As plantas cultivadas para o fim de servirem na adubação verde possuem muitas vêzes raizes, que se aprofundam no solo e que podem ficar seja acima, seja abaixo das raizes de outra planta de cultivo principal. Quando são arrancadas as plantas destinadas a servir de adubo verde, após a estação das águas, estendendo-se entre as filas da planta principal, protege-se o solo contra as perdas de água por evaporação pela cobertura que naturalmente se forma ao mesmo tempo e que pode também protegê-lo contra as ervas daninhas, que são outros agentes às vêzes eficassíssimos como empobrecedores do solo em água. A manutenção de um teôr elevado de matéria orgânica no solo é, para

(Conclui na pág. 66)

Companhia Hidro-Elétrica do S. Francisco

Eleição de sua Diretoria — A solenidade presidida pelo Sr. Ministro da Agricultura — Escolhido para Presidente o Engenheiro Alves de Souza — Orações pronunciadas pelos Srs. Daniel de Carvalho, Pereira Lira, Armando Fontes, Morvan Dias de Figueiredo e Sebastião Sanatana

Efetuou-se, a 15 de Março ultimo, no salão de conferencias do Ministério da Agricultura, a reunião, com a presença de mais de dois terços dos subscritores do capital, da assembléia geral de constituição da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco. O recinto estava repleto de portadores de ações preferenciais, autoridades do govêrno, e representantes dos jornais.

Assumindo a presidência dos trabalhos, o organizador da Companhia, Sr. Engenheiro A. J. Alves de Souza, declarou instalada a assembléia e convidou para dirigir os trabalhos o Sr. Daniel de Carvalho, Ministro da Agricultura, como a mais alta autoridade do referido Ministério que fora incumbido por lei de organizar a emprêsa.

O Sr. Alves de Souza procedeu então à leitura do relatório das atividades que desenvolveu e das despesas que realizou como organizador da Hidro Elétrica. Em



Já na Presidência, fala o Sr. Eng. A. J. Alves de Souza.

sua exposição, salientou o interêsse pessoal do Sr. Presidente da República em ver solucionado tão magno problema, enalteceu a atuação dos Srs. Daniel de Carvalho, e José Pereira Lira na execução da tarefa inicial. Depois de recordar o papel desempenhado pelo Sr. Apolonio Sales, como ex-



A primeira diretoria da Hidro-Elétrica do São Francisco: da esquerda para a direita, os Srs. Engenheiros Adozindo Magalhães de Oliveira, Tte. Cel. Carlos Berenhonsen Junior, A. J. Alves de Souza (Presidente) e Otávio Marcondes Ferraz.

Ministro da Agricultura e como Senador, em prol do empreendimento, o Sr. Alves de Souza, realçou a atitude dos líderes politicos do país, que se abstiveram de qualquer interferência nos assuntos da organização. Passou em seguida a discriminar as despesas efetuadas com o adiantamento do crédito aberto pelo govêrno fededal de Cr$ 1.500.000,00, apresentando um saldo de Cr$ 222.000,00. Relatou o resultado da subscrição, que totalizou Cr$ 423.000.000,00, acima portanto do capital préfixado.

Na qualidade de representante do govêrno, o Sr. Sebastião Santana e Silva, Diretor-geral do Administração da Agricultura, apresentou a proposta dos nomes para constituirem a diretoria e os primeiros Conselhos Fiscal e Consultivo da Hidro-Elétrica do São Francisco. As indicações foram aprovadas por aclamação, ficando assim integrados êsses órgãos: Diretoria: — Presidente, Engenheiro Antonio José Alves de Souza; Diretores, Engenheiros Carlos Berenhauser Júnior, Otávio Marcondes Ferdaz e Adozinho Magalhães de Oliveira; Conselho Fiscal: Engenheiro José Pires do Rio, Engenheiro-agrônomo, João Maurício



O Professor Pereira Lyra, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, assina o livro de presença na qualidade de acionista da Hidro-Elétrica do S. Francisco

de Medeiros e Envenheiro Alim Pedro, este indicado pelo Sr. Ministro Morvan Figueiredo, em nome dos acionistas preferenciais; Conselho Consultivo: Gratuliano de Brito, da Paraiba, José Brandão Cavalcante, de Pernambuco, Luiz de Freitas Machado, de Alagoas, Luiz Rollemberg, de Sergipe, e Homero Pires, da Bahia.

Por proposta do Sr. Deputado Juraci Magalhães, foi declarado empossado no cargo de Presidente o Sr. Engenheiro A. J. Alves de Souza, que ficou autorizado a dar posse aos demais membros da Diretoria e dos Conselhos.

O Sr. Deputado Amando Fontes teve aceita a sua proposta de aprovação dos atos do organizador da emprêsa e do lançamento em ata de votos de louvor e aplausos ao Sr. Presidente da República extensivos ao Sr. Ministro Daniel de Carvalho, ao Sr. Professor Pereira Lira e ao Sr. Senador Apolonio Sales. O parlamentar sergipano, ao formular sua proposta, proferiu um improviso, no qual, alegando a sua qualidade de Presidente da Comissão de Valorização do Vale do São Francisco, proclamou os méritos do Sr. General Eurico Dutra e das figuras, que tanto trabalharam em favor da causa que ali vencia etapa decisiva para a concretização dessa aspiração nacional.

Agradecendo a saudação do Sr. Amando Fontes, o Sr. Professor Pereira Lira aproveitou a oportunidade para declarar que a Bahia também seria beneficiada com o aproveitamento da Cachoeira de Paulo Afonso de acôrdo aliás com o discurso do Sr. General Eurico Dutra, pronunciado no dia 1 de Dezembro, por ocasião do lançamento da subscrição pública das ações preferenciais. Disso mais que o Sr. Deputado Juraci Magalhães, que ali interpretava o pensamento do govêrno baiano, podia levar a seus co-estaduanos aquela certeza.

O Sr. Ministro Daniel de Carvalho, em face da proposta do Sr. Deputado Amando Fontes, sugeriu a todos os presentes que, de pé, aplaudissem com uma salva de palmas o Chefe da Nação, a quem, afirmou, cabe a glória de levar adiante a histórica iniciativa, marco na administração pública brasileira, associando os nomes dos Srs. Apolonio Sales e Pereira Lira à homenagem, pois, quanto a ele, ministro, apenas cumpriu os altos designios do Sr. Presidente da República.

Pedindo a palavra, o jornalista Ari Pitombo, acionista e representante do IPASE, recordou a figura de Delmiro Gouveia, pioneiro do aproveitamento de Paulo Afonso que deve ser lembrado no momento em que seu ideal estava se tornando realidade maior.

Encerrou-se então a solenidade, que teve a presidi-la a mesa assim constituida: Srs. Ministros Daniel de Carvalho e Morvan Dias de Figueiredo; Prof. José Pereira Lira, Deputados Juraci Magalhães e Amando Fontes; Srs. Ricardo Xavier da Silveira e Silvio Quintela, como primeiro e segundo secretários.

O Sr. Pereira Lira prestou aos representantes da imprensa as seguintes declarações:

"Vim como acionista participar da escolha da diretoria da Hidro-Elétrica do São Francisco. Levo a convicção de que os nomes escolhidos repesentam a mais completa seguança do êxito do empreendimento. Está próxima a redenção econômica de uma vasta área do território nacional. O presidente Eurico Dutra será lembrado pelas gerações de amanhã no nordeste e no Brasil".



A mesa que presidiu os trabalhos.

POSSE DOS DIRETORES

Autorizado pela Assembléia Geral de Constituição da Companhia Hidra-Elétrica do São Francisco, o presidente dessa organização, Sr. Engenheiro A. J. Alves de Souza, em reunião realizada, a 23 de Março, deu posse, no salão do Plenário do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, aos diretares e aos membros dos Conselhos Consultivo e Fiscal, escalhidos na Assembléia.

Ao ato compareceram, além do Sr. Carlos de Souza Duarte, Ministro interino da Agricultura, o Sr. Engenheiro-agrónomo João Mauricio de Medeiras, Presidente do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, que também representava o Sr Chefe da Casa Civil da Presidência da República, a Sr. Edisan Passos, Presidente do Clube de Engenharia, outras autoridades e jornalistas.

O Sr. Presidente da Companhia proferiu breve alocução, agradecendo a presença das autoridades e demais pessoas e disse que "era uma honra para a Hidro-Elétrica do São Francisco e uma honra e prazer para ele como presidente ter camo calaboradores na grande obra a ser realizada homens com as qualidades intelectuais, culturais e morais dos que faram escolhidos pela Assembléia Geral".

Em seguida, deu posse aos Srs. Tenente-Coronel Carlos Berenhauser Jr. e Adozindo Magalhães de Oliveira, nas cargas de diretor camercial e administrativa, respectivamente. Par se achar ligeiramente enfermo deixau de tomar posse ontem o Sr. Engenheiro Otávio Marcondes Ferraz.

Lego após, assinaram o têrmo de posse os membros do Canselho Fiscal, Srs. Engenheiro José Pires do Rio, Agrônomo João Mauricio de Medeiros e Engenheira Alim Pedro; e os membros do Canselho Consultivo, Srs. Gratuliano de Brito, Jasé Brandãa Cavalcanti, Luiz de Freitas Machado, Luiz Rallemberg e Homero Pires.

Mecanização da Lavoura

ARTHUR TORRES FILHO

Se é certo que de longa data, o govêrno se tem esforçado para a generalização do emprêgo de máquinas agrícolas, não é menos certo que essa aplicação está muito longe de corresponder às necessidades de aumento de nossa produção que, em alta escala, é ainda feita à custa do esfôrço muscular do homem.

Ainda mesmo em relação ao uso da tração animal, o que já seria um grande auxílio prestado ao aumento das áreas cultivadas observa-se entre nós aplicação [illegible] bastante limitada no território nacional, onde ainda não temos [illegible] de máquinas agrícolas com [illegible] em série que estaria agora [illegible] com o desenvolvimento da si[illegible] nacional.

[illegible] motocultura, insignificante é [illegible] como seria de prevêr [illegible] possuimos em trabalho nem [illegible] tratores para mais de três [illegible] E.E. U.U., sendo notória [illegible] aparelhamento de nossas pri[illegible].

[illegible] conclusão da Reunião de Secretários de Agricultura promovida pela [illegible] Daniel de Carvalho, realizada nesta Capital, de 15 a 27 de novembro de 1946, "a área prontamente moto-mecanizável existente comporta o emprêgo de 21.000 tratores de diferentes tipos, número que poderá atingir a 270.000, num regime de avançado estágio de moto-mecanização". Nessa reunião ficou assinalado ainda um deficit considerando o número de propriedades inferiores a 50 hectares e unidades reveladas pelo censo agrícola de 1940, de 500.709 arados de aiveca, 873.091 grades, 841.439 semeadeiras e 773.174 cultivadores.

Êsses fatos, assim revelados, demonstram a par de outras falhas graves de nosso meio rural, o momento de depressão de nossa agricultura e seus reflexos sociais e econômicos na vida nacional".

Êsse é também um reflexo do pauperismo caracteristico das nossas populações rurais a que se pode acrescentar a ausência de uma educação profissional generalizada.

Atravessa a agricultura brasileira momento crucial em que seus métodos

de trabalho precisam ser modificados de modo a elevar o nível de vida do homem do campo, fixando-o ao solo.

Como diz Nelson Rockfeller, para melhor nível de vida, é preciso que haja melhores salários, facilitando o aumento do poder aquisitivo e, portanto, uma civilização mais rica. A educação reside *no aumento da produção*. E' certo que a mecanização não representa a única solução para atingir-se êsse objetivo, mas será uma das principais. A elevação do rendimento individual — eis o segrêdo do progresso na indústria e, outro tanto, terá de acontecer na agricultura, sob pena dela ser conduzida à ruina.

Além do cultivo de plantas melhoradas do combate ao depauperamento das terras, em que a erosão deve merecer atenção especial, ter-se-á de cogitar de largo e generalizado plano de mecanização agrícola. Êsse plano terá de ser orientado no sentido de aumentar a energia *per capita* do homem rural dando-se lhe a necessária educação e os meios efetivos de exercer proveitosamente sua atividade.

Vemos não só no Brasil, como em todos os paises, ser no meio rural onde a industrialização vai recrutar a mão de obra de que necessita, motivo essencial para que se olhe para os que vivem do trabalho penoso da terra, evitando-se a queda no abastecimento dos centros urbanos. Uma das providências será a da substituição do braço humano pelo coeficiente mecânico.

Vale uma nação muito mais pela fôrça motriz de que dispõe do que pelo número de seus habitantes. Conclui-se, portanto, depender o nível de vida do meio rural do potencial energético de que nele se poderá dispôr. A energia elétrica é fundamental ás indústrias básicas como ás rurais, dela dependendo o confôrto e o bem estar das populações. Não contamos ainda com o petróleo e o gás natural nas quantidades desejadas o carvão é escasso e outras fontes fàcilmente utilizáveis como fôrça motriz no meio rural.

Resta-nos enfrentar a situação como ela se nos apresenta para desenvolver um largo programa de mecanização no país.

Numa época em que se fala tanto em *industrialização* e em que se diz haver o Brasil deixado de ser país agrícola, resta saber se essa é a orientação mais conveniente aos interêsses nacionais.

A mim me parece que a situação do Brasil dependerá justamente do fortalecimento da produção agro-pecuária para os suprimentos exigidos pelas indústrias. Teremos de olhar, acima de tudo, para o produtor rural, dando-lhe tôda assistência, a fim de que possa desenvolver sua capacidade produtiva, garantindo justa remuneração ao seu trabalho em paridade com os lucros industriais.

Ao traçarmos os programas de recuperação econômica, papel sem dúvida de capital importância deverá ser reservado à mecanização, criando-se escolas de mecânica agrícola, onde não só seja preparado o pessoal, como realizados estudos dos melhores tipos de máquinas em relação a cada cultura e a cada região do país.

Enfim, por qualquer aspecto que seja encarada a questão agrícola nacional, destaque especial deverá ser dado à *mecanização* como um dos fatores mais importantes a ser considerado no *planejamento agrícola* destinado a criar maior bem estar para as nossas populações rurais.

Que venha um Plano Agrícola para a economia do Brasil!

Importância da Adubação Verde nos Trópicos

(Continuação da pag. 62)

o equilíbrio geral de suas propriedades, mòrmente as físicas, de importância capital. Pode-se também concluir de um modo geral que é compensadora do ponto de vista econômico a adubaçao verde, visto como podemos com uma única operação promover o enriquecimento do solo em nutrimentos mobilizados pela planta usada para sse fim, como também melhorarmos suas propriedades físicas pela adição de matéria orgânica, sendo que se fôr uma leguminosa, ainda será enriquecida em azoto. Se fôr feita a prática racional da adubação verde que, por alguma das considerações feitas, é providencial nos climas tropicais, podemos utilizar o solo com muito bom rendimento, fazendo também sua conservação, pois contribui para a manutenção do bom estado de granulação devido à presença do humus.

A Cultura da Soja

PIMENTEL GOMES
En. Agrôn.

O Ministério da Agricultura está interessado no fomento ao plantio da soja em nosso país, tendo em vista o seu extraordinário valor econômico. A soja pode dar-nos uma riqueza pelo menos equivalente à que nos dá o café e é uma planta de ciclo vegetativo curto, de cultura fácil, e que enriquece o solo com azoto. Antes da segunda Grande Guerra, produziam-se uns 15 milhões de toneladas de soja, das quais 6.200.000 na Manchúria, 5.800.07 na China, 2.500.000 no Japão e Coréia e 1.000.000 nos Estados Unidos, onde a cultura ia tomando grande impulso. Na Manchúria, a soja era, de há muito tempo, o seu mais importante produto. Lá para 1935, a exportação de soja dava a êste país importância equivalente a bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros. A Europa era um grande mercado importador de grãos de soja, onde a indústria o transformava em óleo comestível e industrial, lecitina, caseína, etc., e seus numerosos derivados ou sub-produtos: tintas, vernizes, sabões, matérias plásticas, adjuvantes para as indústrias de margarina e dos chocolates; farinhas alimentícias, para pastifício, pastelaria, confeitaria, etc.

Uma mistura de 25% de farinha de soja e 75% de farinha de trigo permite a fabricação de pão e biscoitos mais nutritivos e bem mais saborosos do que os feitos com farinha de trigo pura (Figueiroa).

Clima — Cresce bem nos climas temperados quentes e secos. Resiste melhor ao calor do que qualquer outra espécie de feijão. (Löbbe). Ótima cultura para as regiões pouco chuvosas, pois se contenta apenas com uns 300 milímetros de chuvas anuais (Figueiroa e Löbbe) Piper e Moore julgam-na mais sensível ao calor e à sêca. Urge experimentá-la em nossas regiões semi-áridas, onde talvez tenha importante papel a desempenhar. Cultivei-a com resultados satisfatórios mas em escala reduzidíssima, na Paraíba e no Acre, não tendo, porém, podido inocular o terreno, o que tira grande parte do valor da experiência realizada.

Solos — Não é exigente quanto a solo. Prefere os sílico-argilosos. Acredita-se que se adapta a todos os solos, desde que não sejam muito argilosos, úmidos ou ácidos. Convêm-lhes solos bem drenados, de consistência média, um tanto calcáreos, ricos em matéria orgânica em decomposição, com sub-solo permeável.

Variedades — Há uma quantidade tremenda de variedades — talvez milhares — que, quanto à precocidade, podem ser divididas em cinco grupos: muito precoces, semi-precoces, semi-tardias, tardias. As muito precoces, como a Easycook, e a Artofi, são colhidas com 80 a 90 dias; as precoces, como a Halto e a Ebony, com 90 a 100 dias; as semi-precoces, como a Borchet e a Chiquita, com 100 a 110 dias. As semi-tardias, como a Mammonth Yellow e a Hermann, com 120 a 130 dias. As tardias, como a Ho San e a Micado, com 130 a 150 dias.

Cultura — Prepara-se o terreno como para o milho, arando-se a boa profundidade e gradeando-se com capricho. Inocula-se o terreno, se nele nunca se cultivou soja, com o Bacilus radicícola, ou se umedecem as sementes com uma solução de sua cultura. Isto é essencial para uma boa colheita. Planta-se ao mesmo tempo que o milho, ou semanas depois. Semeam-se 20 a 30 quilos de sementes por hectare, dando-se, entre as linhas, 80 a 90 centímetros de compasso. Seguem-se as carpas, se possíveis mecânicas, pois são bem mais baratas.

Faz-se a colheita quando estiver madura a maior parte das vagens. Arrancam-se as plantas, que ficam, depois, ao sol, para secar.

Descasca-se a soja da mesma forma que o feijão.

Colhem-se, em média, 1.500 quilos de soja em grão por hectare. No Brasil, a produção de soja por unidade de área é maior do que a de feijão. Moore e Piper afirmam que a culturam da soja é mais barata do que a de qualquer outra leguminosa.

(Comunicado do Serviço de Informação Agrícola — Ministério da Agricultura — Janeiro de 1948).

Sociedade Nacional de Agricultura

Movimento da Secretaria em Janeiro e Fevereiro de 1948

Correspondência recebida:

Telegramas	15
Ofícios	28
Cartas	17
DDiversos	37
Total	97

Correspondência expedida:

Telegramas	15
Ofícios	36
Cartas	20
Circulares	7
Total	78

Serviço de Fornecimento: — Distribuição gratuita de sementes de Mucuna Prêta.

Foram atendidas as seguintes pessoas: Mario Gaugica; Minas — Centro dos Lavradores; — Minas — Daniel Godinho Ferreira; — Sta. Cruz — Prof. Arthur do Prado; D. F. — Valter Botelho da Cunha; — D. F. — Durval do Amaral; Minas — Thomé Ruiz Martins; D. F. — Antonio Marques Evangelista; Estado do Rio — Rui do Brasil M. Lins; Estado do Rio — Antonio Morais; Estado do Rio — Alvaro Dias Couto Prado; D. F. — Paulo Batista de Paula; Minas — Nascimento de Freitas Souza; Rio Grande do Sul — Paulo de Salles Georges; D. F. Dr. Bento Costa Junior; Estado do Rio — Dr. José da Gama Machado; D. F. — Waldemar de Oliveira Neves; Minas — Irmãos Carneiro; Minas — Coop. Agro-pecuária de Ouatis Ltda.; Estado do Rio — Grupo Escolar D. Pedro II; Minas — Waldir Morais; Amazonas — Tte. Vet. O. da Rocha Santos; Rio Grande do Sul — Arthur Viana Filho; D. F. — Dr. Hanibal Pôrto; D. F. — Prof. Dora Matos; D. F. — Prof. Luiz Alves de Matos; D. F. — Henrique Mendes Tavares; D. F. — João Tavares da Costa; D. F. — Oficial Hélio Lorenzetti; Rio Grande do Sul — Astyanax Teixeira; D. F. — Jader Machado de Araújo; Goiás — Geny Maglione Monli; Minas — José Ribeiro Junqueira; Minas — Alexandre Pollastri Filho; Estado do Rio — Patronato de Menores; D. F.

Foram propostos e aceitos os seguintes sócios: — Dr. Raul Briquet Junior; D.F. — Dr. Pedro de Oliveira e Silva Filho; Pernambuco — Dr. Antonio Luiz de Souza Mello; D. F. — Dr. João Batista de Vasconcelos; Estado do Rio — Dr. Thomaz da Rocha Lagoa; D. F. —

Ofertas de livros diversos à biblioteca da Soc. Nac. Agr.

Dr. Randolpho Chagas; D. F. — Comissão Brasileira Americana de Educação de Populações Rurais; D. F. — Secretaria de Agricultura de Pernambuco — Cornell University Agricultural Exp. Station de Ithaca — Organiz. Nações Unidas de la Agr. e alimentação.

Publicações recebidas durante os meses de janeiro e fevereiro

Monthly Report — Vol. XXII — n.º 9, jan. 918 — n.º 8, dez. 917 — n.º 7, nov. 917 — U.S.A.

"Indio do Brasil" Cons. Nac. Prot. Indios — D.F.

Bol. Estatistico — Ano V — jul.-set. 917 — n.º 19 — D.F.

Rev. de Agricultura — Vol. XXXVIII — n.º 173 set.-out. 917 — Rep. Dominicana.

Farmers Bull. 980 — 1.380 — 523 — 1.660 — 1.646 — 1.986 — 1.470 — 1.850 — 1.991 — 1.785 — U.S.A.

British Science News — Vol. 1 — ano I — 917 — Londres.

Carta Quincenal — n.º 51 — 1917 — Chile — 52 — 53 — 54.

Bul de L'Unesco, vol. 1 — n.º 8 — nov. 917 — Paris — n.º 9 — dez. 917.

Zoology — n.º 201 — dez. 917 — U. S. A.

Cooperação — Ano V — vol XI — números 60 e 61 jul. ag. 917 — 62 e 63, set. out. — Ceará.

Ass. Rural del Uruguay — Ano LXXIV n.º 11 — Montevideo — nov. 947.

Lavoura Arrozeira — Ano 1 — n.º 11 — n.º 12.

Cooperativismo — Ano II, n.º 18 e 19 — D. F.
Gazeta das Aldeias — n.º 2.121 — Portugal.
Rev. de La Bolsa de Com. — Ano XLIX n.º 11 — Montevidéo — N.º 12.
Bol. Sup. dos Serv. do Café. — Ano XXII — n.º 212 — 213 — 214 — 215 — 216.
Chácaras e Quintais — Ano 38 — Vol. 76 — n.º 6 — S. Paulo — Ano 39 — Vol. 77 n.º
O Observador Econômico e Fin. — Ano XII — n.º 141 143.
Tecnical Bul. n.º 913 — 941 — 936 — 944 — 935 — 945 — 946.
Circular — n.º 760 — 762 — 765 — 763.
Anais da Ass. Cr. Cavalos Crioulos — Pelotas.
Liga Com. R. Janeiro — Ano XII — n.º 170 — D. F.
Holland Shipping and Trading — n.º 4 — Ana 948.
Bol. Cons. Fed. Com. Ext. — Ano X n.º 10.
Bol. Ass. Com. do Amazonas — Ano VII — n.º 76-77.
Rev. do Clube de Engenharia — Vol. XVII — n.º 136.
Bol. da Secr. Agr. Ind. Com. Pernambuco — Vol. XIV — n.º 4.
Revue Intern. du Travail — Vol. LV n.º 5 — n.º 6 — n.º 1.
Port. Record — nov. 1947 — New Orleans — dez. 1947.
Rev. da Soc. Rural Brasileira — S. Paulo — Ano XXVII — n.º 326-327.
O Campo — nov.dez. — 947.
F.A.O. — vol. II n.º 5.
Bull. da Argentina — Ano 1 — n.º 7.
Bol. del Consorcio de Centros Agr. de Manabi — Rep. Equador — Ano X n.º 51 — 947.
Leaflet — n.º 128.
Rev. Bras. de Economia — Ano n.º 2 de 1947.
Catalogue — n.º 3.
Bol. Informacion Económica — Ano 1. n.º 1 — Colômbia.
Britain To-Day — n.º 139 — nov. 1947 — dez. 1947.
Conjuntura Econômica — Ano 1 — dez. 947 — n.º 2 — jan. 948.
Bol. de la Estacion Experimental Agr. de Tucuman — nov. 1946, n.º 59 — jan. 1947.
Rev. Bras. de Panificação — Ano XII n.º 149.
Bol. Ass. Rural de Cafelândia — São Paulo n.º 1.
Plano Agropecuário Nacional — Montevidéu — fev. 1947.
Rev. de Agricultura — São Paulo — Vol. XXII n.º 11-12.
Ministério da Agr. — Santiago do Chile — n.º 65.
Farm. Science — Iowa — vol. 2 n.º 6 n.º 7.
Rev. de Meteorologia — Montevidéu — Ano VI n.º 23 — n.º 24.
El Toro Bravo — por Luis Fernandez Salcedo.
Bol. da F.A.R.E.S.P. — n.º 30 — n.º 31 — n.º 32.
Bol. da Argentina — Ano 1 n.º 7.
El Agricultor Venezoelano — Caracas — Ano XII n.º 126.
Civitas Review — U.S.A. — Ano XV maio-ju. 947.
Informaciones Argentinas — n.º 109.
Anales de la Soc. Cientifica Argentina — tomo CXLIV — set. 947.
Rev. de Medicina Veterinária — Buenos Aires — jul.set. 947.
Agricultura e Pecuária — D.F. — Ano XVIII n.º 293 - 294 - 295 - 296 — 947.
Agricultura — Madrid — ano 186-187 — 1947.
Memórias do Inst. Oswaldo Cruz — ano 1947 — fasc. 1 — tomo 45.
Rev. de Intedência — ano XXI n.º 35.

Federação Dos Plantadores De Cana Do Brasil

Relação das entidades filiadas

Paraíba

Ass. dos Plantadores de Cana da Paraíba.

Maguari — João Pessoa — Estado da Paraíba.

Pres.: Manoel Moura Rezende.

Pernambuco

Ass. dos Fornecedores de Cana de Pernambuco.

Av. 10 de Novembro — Ed. "Salacap" — 3.º, s. 315 — Fone 7265 — Recife.

Pres.: Silvano Queiroga.

Coop. Central dos Bangueseiros e Fornecedores de Cana de Pernambuco.

Av. 10 de Novembro — Edif. "Salacap", 3.º s. 315 — End.-tel. "Banguê" — Caixa Postal, 685 — Fone 7265 — Recife.

Pres.: Jaime Carneiro de Albuquerque.

Coop. dos Plantadores de Cana de Itambé.

Nota: Não funciona.

Alagoas

Ass. dos Plantadores de Cana de Alagoas.

R. Sá e Albuquerque, 531 — End. tel. "Engenho" — Maceió.

Pres.: Eustáquio Gomes de Melo.

Sind. da Indústria de Açucar e Engenho de Alagoas.

R. Sá e Albuquerque, 531 — Maceió.

Pres.: Ormindo Monte.

Coop. Central dos Bangueseiros e Fornecedores de Cana de Alagoas.

R. Sá e Albuquerque, 531 — End. tel. "Engenho" — Maceió.

Coop. dos Plantadores de Cana em Pôrto Calvo.

Pôrto Calvo — Alagoas — Nota: Não funciona.

Pres.: João Martins.

Coop. do Plantadores de Cana de São Miguel dos Campos.

R. Sá Albuquerque, 531 — Maceió.

Coop. dos Plantadores de Cana de Assembléia.

End. tel. "Boa Sorte" — Assembléia — Alagoas.

Pres.: Teolônio Brandão Vilela.

Sergipe

Ass. dos Plantadores de Cana de Sergipe.

Av. João Ribeiro, 49 — Aracajú — Sergipe.

Pres.: Clodoaldo Vieira Passos.

Coop. dos Plantadores de Cana de Sergipe.

Av. João Ribeiro, 49 — Aracajú — Sergipe.

Pres.: Clodoaldo Vieira Passos.

Bahia

Sind. dos Lavradores de Cana da Bahia.

Av. Joana Angélica, 135 — Salvador — Bahia.

Pres.: João de Lima Teixeira.

Coop. Mista dos Fornecedores de Cana da Bahia.

Av. Joana Angélica, 135 — Salvador — Bahia.

Pres.: João de Lima Teixeira.

Espírito Santo

Ass. dos Plantadores de Cana da Itapemerim.

Pr. Jerônimo Monteiro, — Edif. "Tamure" — Cachoeiro do Itapemerim.

Pres.: Salime Tamure.

Minas Gerais

Sind. dos Plantadores de Cana em Ponte Nova.

Ponte Nova — Minas Gerais.

Pres.: Helder de Aquino.

Centro dos Lavradores de Ubá.

Ubá — Minas Gerais — R. Peixoto Filho.

Pres.: Ary Gonçalves.

Soc. Riobranquense de Agricultura.

Rio Branco — Minas Gerais.

Coop. dos Plantadores de Cana de Minas Gerais.

Ponte Nova — Minas Gerais.

Estado do Rio

Sind. Agrícola de Campos.

R. Santos Dumont, 61 altos — Campos — Est. do Rio.

Pres.: Serafim Saldanha.

Sind. dos Plantadores de Cana de Carapebús.

Estado do Rio.

Pres.: Joaquim A. B. Pinto.

Sind. dos Plantadores de Cana de Itabira.

Estado do Rio.

Pres.: Latiff Mussi Rocha.

São Paulo

Ass. dos Fornecedores de Cana ás Usinas de S. Paulo (Extinta).

Ass. dos Fornecedores de Cana de Capivari.

São Paulo.

Pres.: Manoel Moreira.

Ass. dos Lavradores e Fornecedores de Cana de Igarapava.

São Paulo.

Pres.: José Rodrigues Nunes.

Ass. dos Fornecedores e Lavradores de Cana de Sta. Bárbara.

Santa Bárbara — São Paulo.

Pres.: Roberto Pyles.

Ass. dos Fornecedores e Lavradores de Cana de Sertãosinho.

Sertãosinho — S. Paulo.

Pres.: Atilio Magon.

Coop. Ararense de Plantadores de Cana.

Araras — São Paulo.

Pre .: Sophie Delamain.

Criação de Coelhos

JORGE LESSA MOTTA REIS
Médico Veterinário

Não compreendemos porque, na época atual que atravessamos, em que o racionamento da carne bovina é um fato, em que a carne de aves alcança preços quase proibitivo , bem como a de caprinos e ovinos, para não falarmos na de suinos, ainda não pensaram, aqueles que se dedicam á criação de coelhos, em ampliar suas instalações, aumentando seu rendimento e produção, amenizando, em parte, a crise em matéria de carnes.

A carne de coelho é, comprovadamente, uma das mais saborosas e nutritivas que conhecemos. Seu comércio, pouco procurado, poderia ser paulatinamente, incentivado por um maior número de carcassas nos açougues.

Extranhamos esse descaso, visto a de qualquer outra espécie animal, racionalmente criada, bem entendido. As instalações, a alimentação, o tratamento, etc., são mais simples, podendo, um só homem, tomar conta de algumas centenas de animais.

Uma orientação precisa cuidados higiênicos adequados, etc., dada a grande prolificidade da espécie e a frequência das barrigadas (seis filhotes de cada vez, em média, e trinta dias de gestação), levariam o criador, em tempo muito curto, a um considerável aumento do seu plantel. Conforme a raça criada, em quatro a seis mêses, os novos produtos poderiam ser dados ao consumo, com um pêso nunca inferior a dois quilos. A castração dos machos tornaria maior ainda o pêso a comerciar.

Não devemos esquecer, também, o crescente progresso na indústria e comércio das peles de coelho, o que é, sem dúvida, outro atrativo para aqueles que se dedicarem á criação dessa espécie animal.

Desde que, pelos cuidados higiênicos constantes e por medidas profiláticas bem orientadas, sejam afastados os dois grandes inimigos dos criadores de coelhos (a mixomatose e a coccidiose), não temos dúvidas em proclamar o sucesso do empreendimento.

Convém lembrar, ainda, como fontes consumidoras de coelho, os hospitais e laboratórios, onde êsse animal é indispensável para vários fins, notadamente para os trabalhos de diagnóstico em geral, entre os quais incluimos o diagnóstico precoce da gestação da mulher.

Como vemos, aqueles que se dicarem ao desenvolvimento de uma criação de coelhos têm inúmeras possibilidades de colocar seus produto , em face do largo campo de aplicação, que, aliás traçamos em linhas gerais.

O Ministério da Agricultura está aparelhado para demonstrar, racional e econômicamente, como se deve conduzir um criador para alcançar pleno sucesso em seu empreendimento.

(Comunicado do Serviço de Informação Agrícola — Ministério da Agricultura — Janeiro de 1948).

Sociedade Nacional de Agricultura

CAPÍTULO II DOS ESTATUTOS

Dos sócios

Art. 9 — A Sociedade admite as seguintes categorias de sócios:

Efetivos, correspondentes, honorários, beneméritos, filiados e remidos.

§ 1.º — Serão sócios efetivos as pessoas naturais ou jurídicas, inclusive corporações ou organizações de caráter oficial que, domiciliadas no pais, forem propostas, de conformidade com os Estatutos e contribuirem, sendo individuais, com a jóia de Cr$ 50,00 e a anuidade de Cr$ 40,00, e, sendo coletivos, com a jóia de Cr$ 150,00 e a anuidade de Cr$ 100,00.

§ 2.º — Serão sócios correspondentes as pessoas ou associações, com residência ou sede no estrangeiro, que forem escolhidas pela Diretoria em reconhecimento dos seus méritos e dos serviços que puderem ou quiserem prestar à Sociedade.

§ 3.º — Serão sócios honorários as pessoas que prestarem à Sociedade e à produção serviços tão relevantes que a Diretoria as julgue merecedores dêsse titulo.

§ 4.º — Serão sócios beneméritos as pessoas que por sua dedicação e serviços excepcionais à Sociedade e à produção, forem por proposta da Diretoria e a juizo da Assembléia Geral, dignas dessa investidura.

§ 5.º — Serão sócios filiados as associações agricolas ou de classes diretamente ligados à produção do Distrito Federal, que contribuirem com a jóia de Cr$ 50,00 e anuidade de Cr$ 100,00.

§ 6.º — Serão sócios remidos os que estando em condições de ser aceitos como efetivos ou filiados, pagarem, de uma só vez, a jóia e 10 unidades.

Art. — 10. — Os filiados e as corporações oficiais deverão declarar o seu desejo de comparticipar das vantagens de sócios da Sociedade, ficando a aceitação dependente de resolução da Diretoria.

Parágrafo único — Os demais sócios efetivos e os remidos deverão ser propostos, por indicação de um ou mais sócios, à Diretoria, que deliberará a respeito.

Art. 11. — Os sócios filiados designarão um representante que participará das sessões; terá para êsse fim, qualidade de Diretor e cujo mandato, que terminará sempre com o da Diretoria, poderá ser renovado, a juizo da instituição respectiva, entendendo-se que a recondução tenha sido feita, se aviso em contrário não fôr recebido pela Sociedade.

Art. 12 — Os sócios honorários e correspondentes não poderão ter ingerência alguma na direção da Sociedade, mas gozarão de tôdos as demais vantagenes de sócios, inclusive do direito de propôr à Diretoria qualquer medida que julgarem útil à instituição e às classes qu esta representa

Parágrafo único — Aos sócios honorários e correspondentes serão expedidos, gratuitamente, os diplomas.

Art 13. — Poderão remir se, em qualquer tempo, os sócios efetivos e filiados, sendo para êsse fim, contado um terço das anuidades pagos até o máximo de Cr$ 1.000,00.

Seleções Agrícolas

Gerente: O. [illegible]

Superintendente: M. Nunes

Diretor: Carlos Santos

Secretário: Osório R. da Costa

P U B L I C A Ç Ã O M E N S A L

Propriedade de Editora Seleções Agricolas Ltda.

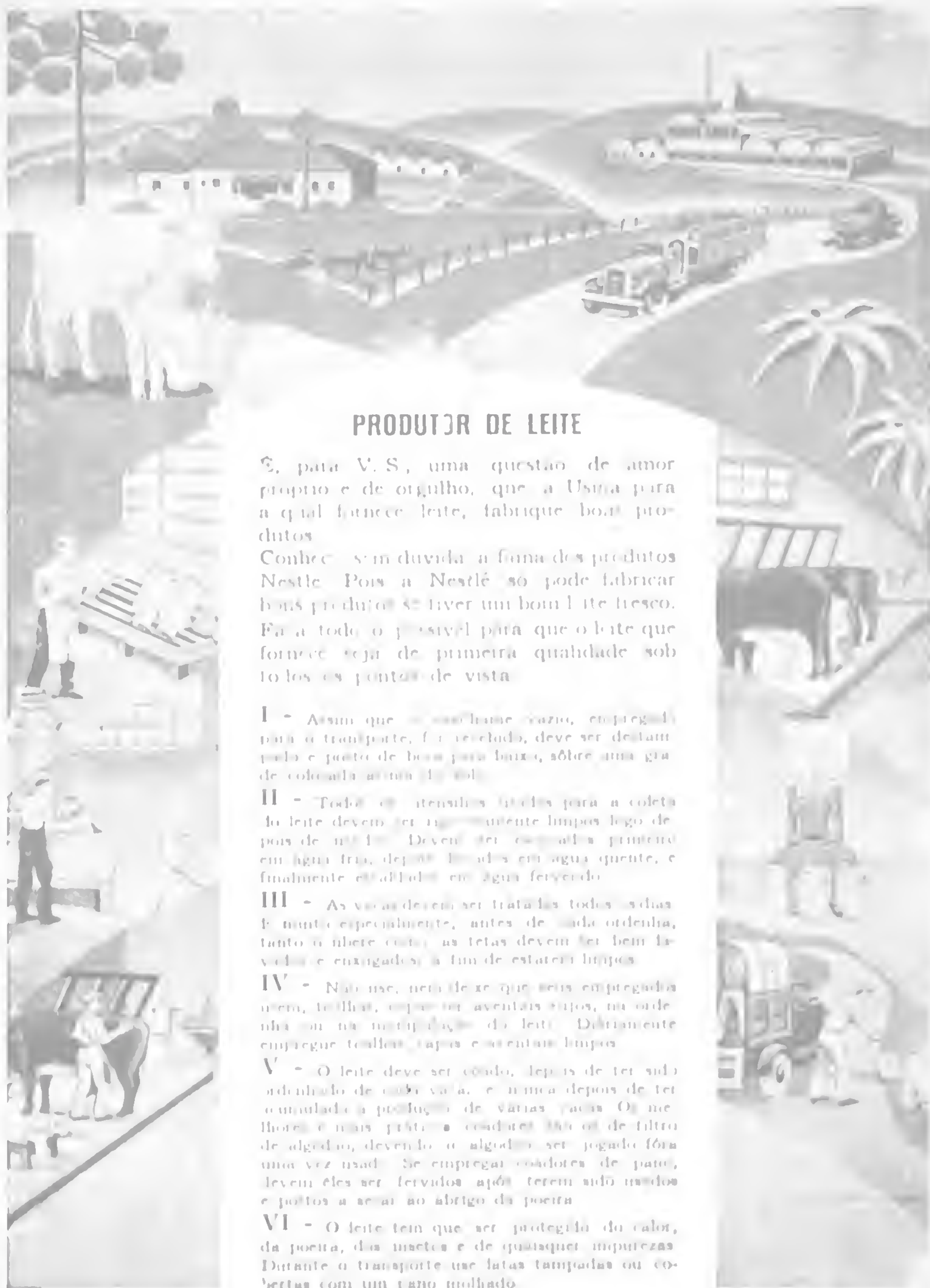
A S S I N A T U R A S

Brasil — Ano	Cr$ 30,00
Exterior — Ano	Cr$ 60,00
Número do mês	Cr$ 3,00
Atrasado	Cr$ 5,00

Redação e Administração: Avenida Nilo Peçanha, 26 - 1.º

Tel. 22-1566 — Rio de Janeiro

ACEITAM-SE AGENTES NO INTERIOR


PRODUTOR DE LEITE
É, para V. S., uma questão de amor próprio e de orgulho, que a Usina para a qual fornece leite, fabrique bons produtos.
Conhece sem dúvida a fama dos produtos Nestlé. Pois a Nestlé só pode fabricar bons produtos se tiver um bom leite fresco.
Faça todo o possível para que o leite que fornece seja de primeira qualidade sob todos os pontos de vista.
I - Assim que o vasilhame vazio, empregado para o transporte, fôr devolvido, deve ser destampado e posto de bôca para baixo, sôbre uma grade colocada acima do solo.
II - Todos os utensílios usados para a coleta do leite devem ser rigorosamente limpos logo depois de usados. Devem ser enxaguados primeiro em água fria, depois lavados em água quente, e finalmente escaldados em água fervendo.
III - As vacas devem ser tratadas todos os dias e muito especialmente, antes de cada ordenha, tanto o úbere como as tetas devem ser bem lavados e enxugados, a fim de estarem limpos.
IV - Não use, nem deixe que seus empregados usem, toalhas, capas ou aventais sujos, na ordenha ou na manipulação do leite. Diariamente empregue toalhas, capas e aventais limpos.
V - O leite deve ser coado, depois de ter sido ordenhado de cada vaca, e nunca depois de ter acumulado a produção de várias vacas. Os melhores e mais práticos coadores são os de filtro de algodão, devendo o algodão ser jogado fóra uma vez usado. Se empregar coadores de pano, devem êles ser fervidos após terem sido usados e postos a secar ao abrigo da poeira.
VI - O leite tem que ser protegido do calor, da poeira, dos insetos e de quaisquer impurezas. Durante o transporte use latas tampadas ou cobertas com um pano molhado.

A LAVOURA

A mais antiga publicação agrícola em circulação no Brasil

Castanheiras (Bertholetia excelsa), de plantação.

ANO LII

MAIO-JUNHO DE 1948



Cultura de algodão Mocó, Campo de Cooperação "Bela Vista", Município de Sta. Luzia — Paraíba, 1940

SUMARIO

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA

PELA LEI N.º 3549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo: Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida

Presidente Benemérito: Dr. Wenceslão Braz Pereira Gomes

Presidente de Honra: Dr. Getúlio Dornelles Vargas



DIRETORIA GERAL

Presidente	— Arthur Torres Filho
1.º Vice-Presidente	— Luiz Simões Lopes
2.º " "	— Edgard Teixeira Leite
3.º " "	— A. de Arruda Camara
1.º Secretário	— F. Murtinho Braga
2.º "	— Adamastor Lima
3.º "	— Eurico Santos
4.º "	— Cinéas de L. Guimarães
1.º Tesoureiro	— Kurt Repsold
2.º "	— Otto Frensel

DIRETORIA TÉCNICA

Altino de Azevedo Sodré
Antonio Francisco Magarinos Torres
Franklin de Almeida
Enio Luiz Leitão
Geraldo Goulart da Silveira
Iris Meinberg
João Maurício de Medeiros
Joaquim Bertino de Morais Carvalho
Luiz de Oliveira Mendes
Pedro Fontes.



CONSELHO SUPERIOR

Alberto Ravache, Alvaro Simões Lopes, Anapio Gomes, Antonio Barreto, Antonio José Alves de Souza, Apolonio Sales, Balbino de Souza Mascarenhas, Ben-Hur Ferreira Raposo, Benjamin do Monte, Carlos de Souza Duarte, Diogenes Caldas, Eduardo Duvivier, Euvaldo Lodi, Fabio Furtado Luz, Francisco Saturnino de Brito Filho, Guilherme Egberto Hermsdorff, Honório da Costa Monteiro Filho, Humberto Bruno, Ismael Cordovil, Israel Pinheiro da Silva, Itagiba Barçante, J. C. Belo Lisbôa, Jeronymo Antonio Coimbra, João Gonçalves de Souza, João Tjader, José Sampaio Fernandes, José Solano Carneiro da Cunha, Landulpho Alves de Almeida, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Manoel Neto Campelo Junior, Mario de Oliveira, Napoleão de Alencastro Guimarães, Ormeu Junqueira Botelho, Oscar Daudt Filho, Paulo Parreiras Horta, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Ruy Carneiro, Sebastião Herculano de Mattos, Sebastião Sant'Ana e Silva.



A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARATER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGAOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; **Comissão Permanente de Exposições e Feiras** (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — Agricultura) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — (Pecuária) — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; **Comissão de Organização Rural** (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LII — Maio-Junho de 1948

O CONVÊNIO BRASIL - ARGENTINA DE 1941

ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Acaba o Govêrno brasileiro de tomar uma resolução de há muito aconselhada pelos altos interêsses da nossa economia: a denúncia do Convênio firmado entre o nosso país e a Argentina, convênio êsse baseado numa teoria que a prática se encarregaria de negar.

Pena é que sòmente tantos anos depois de sua vigência é que ao Govêrno acudiu a idéia de torná-lo sem efeito de nossa parte, pois que, sem entrar em outros pormenores não menos importantes, pelo menos nos ficou, de semelhante acôrdo, uma penosa carga de prejuizos reais, com a quase completa destruição de uma indústria próspera e altamente benéfica à nossa vida rural, qual seja a das féculas panificáveis, dentre cujas matérias primas ocupava lugar de destaque a raspa da mandioca.

Por que a Sociedade sempre se mostrou contrária a tal convênio, não por qualquer prevenção ou desestima à república visinha, mas por considerar ruinosas as suas consequências à nossa economia, vale a pena uma referência especial a esse convênio.

Além do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação de 7 de março de 1856, de alguns convênios (sôbre exposições de amostras e venda de produtos nacionais, para a proteção das marcas de fábrica e comércio, fomento do turismo e acôrdo cambial), não logrou o Brasil ver ratificado nenhum tratado comercial, embora negociados e assinados solenemente com a Argentina.

Não foi portanto, sem motivo de surprêsa para os que acompanham as relações internacionais do domínio econômico, viesse o então Ministro da Fazenda da República Argentina, o hábil Sr. Frederico Pinedo, ao Rio de Janeiro para assinar com o seu colega brasileiro, reunidos no Palácio Itamarati, em 6 de outubro de 1940, as recomendações destinadas a "incentivar o intercâmbio comercial entre os dois países, harmonizando, ao máximo possível, as duas economias".

Duas foram essas recomendações, objeto das deliberações então tomadas entre os dois ministros.

a) — redução por ambos os países do emprêgo de sucedâneos nos gêneros de alimentação que um país importe do outro: café, erva-mate e trigo — numa proporção tal que, no período de três anos, tais

produtos fossem entregues ao consumo de acôrdo com os tipos e especificações dos países de origem;

b) — facilidades amplas para a entrada e venda no mercado argentino de tecidos e outros produtos industriais do Brasil, ficando estabelecido que enquanto houvesse restrição de importação na Argentina à quota anual relativa aos tecidos brasileiros não poderia ser inferior a $30.000.000,00 m/n. (trinta milhões de pesos — moeda nacional) em qualidades a serem determinadas.

Nessas duas recomendações básicas verificava-se o compromisso que iria assumir o Brasil de *aniquilar uma indústria*, enquanto a Argentina possibilitaria consumo precário, por prazo limitado, para produtos brasileiros, dentre êles *tecidos* de que não tinha onde ir buscar no momento senão no Brasil, em consequência da guerra.

Em outras palavras, contra o *aniquilamento* de uma indústria auspiciosa e de grandes efeitos no futuro — como era a da *farinha panificável*, tínhamos perspectivas apenas de aumento de mercados para o *café* (o que se não deu, continuando as adulterações até hoje) e o *mate* (pràticamente perdido para nós com as plantações de Missões) e os *tecidos*, cuja indústria se desenvolvia fortemente na Argentina, à medida que se alargam as plantações de algodão no Chaco.

O mercado mundial do trigo não se apresentava, então, com as caracteristicas atuais e os argentinos se haviam apercebido da ameaça que as farinhas panificáveis, especialmente a de mandioca, poderiam representar para as compras *compulsórias* de trigo no mercado platino. E' de salientar que, por essa época, a mistura não chegava a ter completado dois anos, iniciada como foi em 1 de agôsto de 1938, com 2,00% em 1938, 3,75% em 1939 e 10% em 1940. Em 1941 nossa produção de farinha de raspa elevou-se a 136.831.000 quilos com 15,00% de mistura; e foi assim que, no terminar a mistura, em 1943, por efeito do convênio, por nós aprovado em 16 de maio de 1941, havíamos deixado em seis anos, de importar 770.827.257 quilos de trigo, realizando numa economia de Cr$ 435.411.977,25. Era realmente a mandioca um "monstro" que surgia no Brasil para enfrentar o monopólio do trigo, o qual seria forçoso aniquilar. Infelizmente, êsse resultado foi alcançado com grande abalo para nossa economia rural de que dificilmente poderemos nos refazer quando mais não seja pela desconfiança criada para medidas futuras de estímulo à produção da mandioca. Criou-se, por Decreto-lei n. 5.031, de 4 de dezembro de 1942, uma Comissão Executiva para controlar a produção, comércio e exportação da mandioca. Dentre as finalidades dessa Comissão, para cujo custeio criou-se logo uma taxa de 10% "sôbre o valor da venda dos produtos da mandioca", estava a de "estabelecer convênios com os países consumidores a respeito de produtos de mandioca". Perdíamos o mercado interno e iríamos, com a produção condenada em sua marcha ascencional, sobrecarregada de impostos, procurar mercados no exterior para *produtos de mandioca*.

Voto vencido que fui como um dos membros da Delegação Brasileira que negociou o convênio Brasil-Argentina, sem ter podido ao menos atenuar o desaparecimento da indústria de farinha panificável, reduzindo-se a taxa da mistura a um mínimo que nos permitisse no futuro reerguer essa indústria, sinto-me hoje tranquilo, embora pezaroso, com a atitude então assumida, ditada como está agora provado, por um conhecimento mais exato do problema em lide.

"Não devemos ficar desarmados — dizia eu — em face do trigo argentino, diante das oscilações da produção mundial e da própria argentina, sob pena de assistirmos a uma elevação sensível de preços impostos livremente por aquele país, quando a compra de tecidos nos

é garantida por período fixado, findo o qual o mercado estrá aberto à competição mundial." Êste receio — todos o sabem — se confirmou plenamente.

Merece, acentuávamos de modo especial, ter o convênio Brasil-Argentina de 9 de abril de 1941 objetivado principalmente o trigo e o café. Cumpriu o Brasil com o que ficara estabelecido: limitou a mistura em 15% em 1941, 10% em 1942 e 1943, ano em que cessou de modo completo. A República Argentina, só em 28 de abril de 1942, isto é, um ano depois, baixou o Decreto n. 146.110 proibindo a venda de café com *sucedâneos* em todo o seu território. Permaneceu de pé a proibição, entretanto, segundo informação do Departamento Nacional do Café de 13 de setembro de 1945, a Secretaria de Indústria e Comércio daquele país autorizou "o emprêgo do melaço nas torrefações de café, na proporção de 50% da quantidade utilizada durante os doze meses anteriores àquela data, alterando o Decreto n. 19.059, de 20 de julho de 1944 que impedia o uso do melaço a não ser para a produção de álcool nas destilarias". Informava ainda o D.N.C. ter sido a referida resolução revogada de modo terminante "ficando livre o uso do melaço nas torrefações de café, sem limitações de prazo e quantidade", esclarecendo mais o aludido Departamento "*posteriormente à aprovação do convênio assinado com o Brasil a Argentina tem permitido oficialmente o uso de um ingrediente* (melaço) *fortemente prejudicial ao café, cujas qualidades altera, ao mesmo tempo que afeta diretamente o volume da importação do nosso país.*

Em 6 de setembro de 1943 submeteu o Conselho Federal do Comércio Exterior, ao Presidente da República, resolução essa aprovada em que, no item n. 4, se solicitava dos órgãos competentes fôsse mantida vigilância "*no sentido de evitar se permita na Argentina a mistura de açúcar no café, por contrariar tal política ao convênio firmado pelo Brasil e por aquele país em 9 de abril de 1941*".

Sabe-se perfeitamente que o aumento do consumo do café brasileiro na Argentina dependerá do uso do produto puro, livre de torração com açúcar, daí a propaganda em que se empenharam o D.N.C. e as casas brasileiras localizadas naquele país.

Alegou-se ter havido em 1944 uma exportação de café para a Argentina no montante de 597.675 sacas quando fôra de 421.280 em 1943 e 397.676 sacas em 1942 e 401.167 em 1940. Entretanto, se se examinar essa exportação em período mais longo, veríamos, que em 1927 exportamos 100.731 sacas, em 1928, 459.263 sacas e em 1929, 573.930. Aqui urge a pergunta: qual o consumo de café na Argentina? Deverá elevar-se ao dôbro do que recebe do Brasil. Êle, não vem, entretanto, de outros países. Sua origem deverá ser encontrada nos sucedâneos ou em procedência ainda ignorada...

Em qualquer hipótese deve ficar assinalado que o convênio não foi cumprido por parte da República Argentina e, num item importante, aquele que trata da supressão de sucedâneos, que deu lugar ao Brasil suprimir as farinhas panificáveis na mistura com o trigo.

Quanto à erva-mate brasileira importada pela Argentina, que tinha nesse país um grande consumidor, vem descambando desde 1927, quando atingiu a 70 mil toneladas e, desde então, graças ao combate sistemático ali sofrido, está reduzido a pouco mais de 20 milhões enquanto a produção argentina passou de 20 milhões a mais de 100 toneladas. É dizer-se que, em 1921, a produção argentina de erva-mate se arrastava pela casa dos 2 milhões de quilos!

O convênio Brasil-Argentina em 23-1-1940 estabeleceu medidas para a pureza da erva-mate brasileira exportada para aquele país. Segundos esclarecimentos prestados pelo Presidente do Instituto do

Mate, a erva-mate procedente do Brasil éra empregada para a formação de alguns tipos de erva-mate vendidos e autorizados na Argentina. E diz: "Todavia não existem medidas que estabelecem obrigatoriedade de misturas."

No que toca á erva-mate o mercado argentino só existe para o produto brasileiro em face das limitações de produção criadas pelo govêrno daquele país ou enquanto necessitarem do produto brasileiro para a formação dos tipos exigidos pelos consumidores.

À luz do convênio, aí fica exposto o que ocorreu sôbre a redução do emprêgo de *sucedâneos* nos gêneros de alimentação que um país importa do outro — café, erva-mate e trigo daí a nossa oposição a sua letra, que na prática desmentiu as vantagens colhidas pelo Brasil e Argentina visando "*incentivar* o intercâmbio comercial entre dois países, harmonizando, ao máximo, as duas economias".

Haverá quem diga que colhemos vantagens com os saldos da balança comercial a nosso favor, como rezam as estatísticas, feito ésse levado á conta principalmente das nossas volumosas exportações de tecidos. Foi uma eventualidade surgida com a guerra e que não vem a pêlo aprofundar-se no seu exame e possibilidades futuras. Diz-se que as economias do Brasil e da Argentina são complementares. Se assim é, vemos, no entanto, a República Argentina estimular sua produção algodoeira e suas fábricas de tecidos, além de levar a efeito grandes plantações de pinho e cedro, de arroz, de fumo, de erva-mate, de laranja e certos produtos recebidos do Brasil, enquanto o Brasil, sem maior êxito, luta por conseguir o aumento da produção tritícola, ameaçado sempre de *ficar sem pão*.

Infelizmente no passo que nossas necessidades de trigo e farinha aumentam de ano para ano, a produção nacional se apresenta com pequeno acréscimo embora muito se deva esperar da política de desenvolvimento em que se empenha o Ministério da Agricultura.

Não podemos contar com a nossa contribuição para o abastecimento interno, com a agravante de vermos o aumento constante das nossas populações citadinas. Temos que nos convencer de que o problema do trigo é demasiado complexo entre nós para ser resolvido sem um plano governamental de conjunto orgânico, em que todos os problemas correlatos sejam resolvidos, desde o plantio de variedades obtidas pela genética até a defesa do mercado, compreendendo transportes, armazenagem, industrialização e distribuição. Seria uma política a longo prazo mantida sem desfalecimentos. Assim mesmo os resultados não seriam imediatos.

DR. ANTONIO ENNES DE SOUZA

O CENTENÁRIO DE SEU NASCIMENTO

Comemorou-se a 6 de Maio, o centenário de nascimento do Professor Antonio Ennes de Souza, uma das figuras mais respeitáveis do magistério superior e da ciência em nosso país, estimado e admirado pelos seus contemporâneos como padrão de virtudes cívicas e morais, de que tantas provas deu em numerosas oportunidades.

Propagandista da abolição e da República, revelou-se, além de um mestre exemplar e competente, um ardoroso tribuno e um entusiasta das grandes causas públicas. Prestou, como engenheiro e geólogo e, também, como Tenente-Coronel Honorário do Exército, relevantes serviços ao país, tendo exercido, com patriotismo e competência, vários cargos de relevo na administração.

O Dr. Antonio Ennes de Souza foi em São Luiz, Maranhão, nos 6 de Maio de 1848 e foram seus pais o Sr. Sebastião José de Souza e D. Maria A. Ennes de Souza. Orfão de pai aos 5 anos de idade, foi entregue à sua avó materna que, após lhe ensejar o ensino primário e alguma instrução secundária, destinou-o ao comércio, onde trabalhou até aos 18 anos de idade. Em 1867, nutrindo desejo de dedicar-se ao estudo das ciências naturais, seguiu para a Europa, preparando-se para o curso de engenharia.

Assistindo, como aluno ouvinte, às aulas da Sorbonne, onde pontificavam mestres como Delaforce de Gaudry, Deville, Dukee e outros, dedicou-se a tais estudos, antes do curso especial de engenharia.

Por essa ocasião, sobrevieram-lhe dificuldades de ordem doméstica e o Dr. Antonio Ennes de Souza teve que regressar ao Brasil, dedicando-se, novamente, ao comércio, até 1873.

Voltando aos estudos das ciências físicas e naturais e depois aos de engenharia de minas, matriculou-se na Universidade de Zurich, na Suiça, onde recebeu o grau de doutor, apresentando uma "Dissertação sôbre os amalgamas", escrita em alemão. Obteve, ainda, depois dos exames necessários, carta de aprovação especial em geologia, sendo declarado apto tanto para ensinar essa disciplina em escola superior, como para fazer investigações trabalhando como geólogo. Continuou a dedicar-se aos estudos especiais de minas e metalurgia, na Academia Real de Minas de Freyberg, na Saxônia, onde, afinal, obteve o diploma de engenheiro, depois de apresentar, também em alemão, uma "Dissertação sôbre a mineração e metalurgia do ouro". Após sua diplomação, voltou ao Brasil.

Entre 1870 e 1873, quando teve de vir ao Brasil, aproveitou sua estada para, em companhia do Dr. A. de A. Oliveira e outros, instituir conferências públicas. Por essa ocasião fundou, em São Luiz, uma biblioteca popular.

O dr. Antonio Ennes de Souza nasceu Professor Catedrático de Metalurgia da Escola Politécnica do Rio de Janeiro; diretor, três vêzes, da Casa da Moeda; Fundador e Presidente Perpétuo da Sociedade Nacional de Agricultura, eleito em 1897; membro fundador do "Instituto de Assistência e Proteção à Infância"; da Liga Brasileira contra o Analfabetismo em 1915; da Sociedade Protetora dos Animais, além de representante de diversas associações técnicas e culturais do Brasil e do exterior.

Era, também, membro da Sociedade de Ciências Naturais de Zurich e da Sociedade de Quimica de Berlim.

Foi inventor do para-choques "Ennes de Souza" e de vários aparelhos e de processos industriais na metalurgia.

Colaborou na imprensa desta Capital e do interior e escreveu além das citadas dissertações os seguintes trabalhos: "Conferências Públicas"; "Relatório da exposição Maranhense de 1871 e 1872"; "Estudo completo sôbre os trabalhos de Desmonti" (tese de concurso para catedrático da Escola Politécnica do Rio de Janeiro); "O Trabalho e a vida subterrânea"; "Natureza" (poesia); "Os metais; ciência vulgarizada"; "Estudos sôbre a carta geológica e mineralógica do Brasil"; "A mineração e metalurgia do ferro"; "Memorial sôbre a mineralogia no Museu Nacional"; "A propósito dos estudos sôbre os portos do Brasil"; "Estudo Físico e Quimico sôbre o meteorito cal-



DR. ANTONIO ENNES DE SOUZA
(Óleo de Castro Fausto, sobre uma fotografia de 1897)

do em 1880 no Itapicurú Mirim, no Maranhão"; "Estudo químico e industrial sobre o carvão de pedra da Chapada"; "Memoria sobre os terrenos do Rio de Janeiro"; "Os terrenos auríferos de Cantagalo"; "Caracteres Republicanos", dissertando sobre grandes vultos da história antiga: Pericles, Lycurgo, Solon, Moyses, "Reforma Monetaria", "Organização da Milicia Nacional" e muitos outros.

Nos primeiros números desta Revista, são numerosos os seus escritos sôbre agricultura e ciencias naturais.

O Professor Antonio Ennes de Souza faleceu a 2 de Março de 1920, tendo deixado viúva D. Eugênia Rodrigues Ennes

de Souza, também já falecida, em 15 de Novembro de 1934.

Em comemoração ao centenário de nascimento dêsse ilustre brasileiro, realizou-se na Escola Izabel Mendes, antiga Escola Ennes de Souza, uma sessão cívica com o seguinte programa: Hino Nacional; discursos de D. Izabel Mendes, arquiteto Gabriel de Queiroz Vieira, Professora Juracy Correa Melquiades, alunas Lenita de Oliveira Ayres, Maria Alice de Almeida, Nely Coelho Rodrigues, Elijacy Pinheiro, sendo locutora a aluna Eunice Gloria Baraldo; Hino Ennes de Souza e Hino Nacional.

Em prosseguimento às comemorações foram levadas a efeito: Romaria à sepultura n. 5.171 do cemitério de São Francisco Xavier; na Casa da Moeda, inauguração de um retrato no gabinete do Diretor; sessão cívica na Escola Prudente de Moraes à Rua Ennes de Souza, Tijuca, e finalmente no anfiteatro da Escola Nacional de Engenharia, a homenagem dos antigos colegas e alunos.

Era idéia da Sociedade Nacional de Agricultura fazer iniciar, a 6 de Maio, como tributo de sua diretoria ao seu patrono, as obras da "Casa da Agricultura". Motivos independentes da sua vontade, porém, não permitiram a realização da homenagem, que está marcada para breve.

A 16 de Janeiro do ano passado, quando a Sociedade completava 50 anos de existência, fez a Diretoria bater n'a medalha, de ouro, prata e bronze, no qual pela primeira vez, apareceu a efigie cunhada do antigo Diretor da Casa da Moeda, ao mesmo tempo que fazia inaugurar, em lugar de destaque do seu Salão de Sessões, um retrato à óleo do insigne brasileiro, da autoria do pintor Cadmo Fausto.

Também por essa época, ao lado da biografia dos demais Presidentes da Sociedade, foi publicada a do Dr. Ennes de Souza, escrita pelo redator-secretário desta revista, Sr. Luiz Marques Poliano.

Na sessão de 20 de Maio, a sua primeira parte foi dedicada à efeméride, tendo o Dr. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade, feito uma comovida alusão à personalidade do fundador da Instituição, sendo, então, inserto na ata dos trabalhos um voto de homenagem e saudade.

A Sociedade Nacional de Agricultura associou-se às manifestações de reconhecimento tributadas ao saudoso brasileiro, tendo o seu Secretário enviado a seguinte carta ao Dr. Gabriel de Queiroz Vieira, que se colocou à frente das aludidas comemorações:

Exmo. Sr. Gabriel de Queiroz Vieira,

"Saudações atenciosas,

Respondo à sua carta de 18 dêste. Assim que tive em mãos o seu cartão com o enunciado do motivo das suas visitas, falei com o Dr. Torres Filho, que me declarou dar todo o apôio às comemorações do centenário do Dr. Ennes de Souza.

Disse-me, mesmo, que organizasse uma sessão especial para o dia, na qual a S.N.A. demonstrasse mais uma vez o seu reconhecimento aos grandes méritos do seu fundador. Não poderiamos deixar de agir dessa maneira, tal é o papel que ocupa na vida desta casa o Dr. Ennes de Souza.

Além disso, pretende o Dr. Torres Filho aproveitar a data de 6 de Maio para o lançamento das fundações da "Casa da Agricultura", embora isto tenha de retardar um pouco o início das obras, cujas plantas já estão aprovadas e ultimadas tôdas as numerosas providências necessárias.

A minha opinião, contudo, é que se devia organizar um grupo — digamos uma comissão de homenagens — de modo a que tudo se fizesse com união de vistas e de modo a concentrar e aproveitar todos os esforços para o maior brilhantismo do preito.

Se quizer marcar um encontro, para melhor entendimento, com muito prazer.

Disponha do patrício e admdor,"

O ADLAY, CEREAL DO FUTURO

Do Sr. Reimar V. Schaaffhausen, de São Paulo, com a data de 15 de Abril de 1948, recebeu o Sr. Dr. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, a seguinte carta:

"Prezado Senhor: Fui informado pela Seção do Fomento Agrícola em São Paulo que a Sociedade Nacional de Agricultura está interessada em obter trezentos quilos de sementes de Adlay.

Posso dispôr, da minha última safra da quantidade de três sacos com ca. 120 quilos em total. Terei muito prazer em oferecer esta quantidade de sementes do Adlay, porte pequeno, gratuitamente, à Sociedade. Estou distribuindo smentes a muitas pessoas, e ao fomento estadual e federal, para apressar a introdução de um cereal tão útil e de tão grandes possibilidades.

Junto um artigo que escrevi para ser divulgado entre os sócios da Sociedade Nacional de Agricultura, ou para publicação numa revista. Desta forma, o Adlay tornar-se-ia mais conhecido entre maior número de agricultores.

Propositalmente neste artigo não mencionei as grandes possibilidades do Adlay para mistura com a farinha de trigo. As quantidades existentes ainda não são suficientes para êste fim, e tôda a safra do próximo ano pode ser usada para forragem e alimentação humana em grãos, e para obter sementes em grande quantidade. Ao meu ver, o primeiro objetivo deve ser introduzir o Adlay como planta forrageira e pode ser usada na própria fazenda. Assim o produtor não depende desde o início de um mercado, que sòmente poderá existir depois que o Adlay se tornar mais conhecido. Os criadores de galinha poderiam absorver grandes quantidades. Pessoalmente, preciso no próximo ano de 60 toneladas. Falei com alguns amigos que iam comprar imediatamente 30 toneladas por mês, se o Adlay existisse nessa quantidade. O problema do Adlay não existe no mercado ou no uso, mas na divulgação eficiente para que seja plantado na escala necessária, para o benefício da Nação.



Plantação do cereal Adlay, porte pequeno no sítio Guarapiranga, Sto. Amaro com Reimar v. Schaaffhausen — Março 1948

O Departamento da Produção Animal tem planos para plantar êste ano 19 alqueires nos diversos campos experimentais. Provàvelmente, o Dr. Geraldo Leme da Rocha, do Departamento pode fornecer a essa Sociedade a quantidade de sementes de que precisar.

Peço avisar-me para onde posso despachar os três sacos de sementes de Adlay.

Atenciosamente, (a) R. V. Schaaffhausen".

Eis o artigo, aliás bem digno de ser lido, e com o maior interêsse:

ADLAY, CEREAL DO FUTURO

Sôbre o cereal Adlay foram publicados nos últimos anos diversos artigos, que demonstram o interêsse existente em tôrno dêste cereal do futuro.

HISTÓRICO — *O Adlay, (coix lacrima jobis L) pertence à família das Gramíneas. Originário das Indias Orientais, passou às Filipinas. Dr. P. J. Wester publicou artigos sôbre a Adlay em 1920 e 1921 na* The Philippine Agricultural Review. *Êle mandou um meio quilo de sementes para a Revista Chácaras e Quintais em 1921. A Revista publicou um artigo sôbre o Adlay no fascículo de 15 de Fevereiro de 1922.*



Adlay porte pequeno, sítio Guarapiranga, Sto. Amaro — 1948
Foto: Reimar v. Schaaffhausen

Em 1938, o agrônomo Dr. Ubirajara Pereira Barreto recebeu um saco de 8 quilos do agrônomo boliviano Dr. Maximiliano Rivéro Claure. O Dr. Ubirajara tornou-se grande entusiasta dêste cereal de muitos usos, e escreveu dois folhetos e diversos artigos, publicados ou resumidos na revista Chácaras e Quintais.

Um artigo de autoria do Dr. Antônio Carlos Pestana foi publicado na revista "A Lavoura" em Nov.-Dez. 1946; Basílio de Magalhães escreveu um artigo no Estado de São Paulo *de 17-6-47, e Dr. Glauco Pinto Viégas no* Diário de São Paulo *de 17-8-47. Outros artigos apareceram na* Folha da Manhã *em 24-5-47, e na* Vida Agrícola *em 24-5-47.*

Para introduzir uma nova planta não é suficiente escrever apenas sôbre as suas qualidades. O Dr. Ubirajara distribuiu também grande quantidade de sementes aos interessados. Recebi dêle em 1940 um punhado de sementes, diferentes daquelas descritas até agora.

VARIEDADE DE PORTE PEQUENO — SEMENTES ESCURAS — CASTANHAS, ALONGADAS — *O punhado de sementes que recebi foi encontrado por um Japonês na plantação dêle e era de côr escuro-castanha, alongado.*

Plantei as sementes em seis covas em terra pobre no sítio Guarapiranga, perto de Santo Amaro. As plantas se desenvolvem devagar, e em vez de alcançar uma altura de dois a três metros, como as outras de sementes redondas e claras, depois de três meses, tiveram uma altura de apenas 20-30 cm. Qual a minha surpreza quando verifiquei que com cinco meses, apesar do porte baixo, apresentaram uma grande carga. Colhi as sementes e plantei-as no próximo ano em terra boa. As plantas alcançaram uma altura de 80 cm. — um metro, dando grande quantidade de sementes.

Mandei fazer uma análise das sementes com o seguinte resultado:

No grão descascado foram encontradas

Umidade	*7,28*
Proteinas	*16,05%*
Carbohidr. em amido	*50,56%*
Mat. graxa	*8,42%*
Celulose	*0,80%*
Cinzas	*1,43%*
Não dosados p: d.	*15,45%*
Grãos descascados	*64%*
Casca e palha	*36%*

Pela análise pode-se verificar que se trata de um alimento de alto valor nutritivo. O teor de proteinas da variedade de parte pequeno com sementes escuras é mais alto do que a de sementes claras.

Achei o resultado demasiadamente interessante, e tive a sorte de encontrar um agrônomo competente e com visão que se prontificou visitar a minha pequena plantação de experiência. Dr. Antonio Carlos Pestana viu a Adaly de porte alto, e também as poucas plantas de sementes pretas. Êle catou as sementes maduras e plantou-as no quintal de sua casa. Um ano depois mandou sementes para o Instituto Agronômico em Campinas, e para muitas outras pessoas.

Dr. Glauco Pinto Viégas entregou as sementes ao Dr. Geraldo Leme da Rocha do Dep. da Produção Animal em São Paulo. Dr. Geraldo, agrônomo esforçado e estudioso, depois das primeiras experiências, verificou as grandes possibilidades do novo cereal, e em 1946 plantou uma área maior que vendeu cêrca de uma tonelada de sementes.

Em 1947 êle forneceu sementes para os campos experimentais do Departamento em Pindamonhangaba, Nova Odessa, Sertãozinho, e Colina. Nestes campos foram plantados, em total, cêrca de seis hectares. Esta iniciativa louvável do Dr. Geraldo contribuirá muito para uma mais rápida introdução do Adlay de porte pequeno em grande escala no país.

Tendo usado as poucas sementes colhidas para análises e experiências, e distribuido outras a amigos interessados, não possuí em 1947 quantidade de sementes suficiente para plantar um hectare. Gentilmente eu recebi-as do Departamento de Produção Animal por intermédio do Dr. Geraldo. Plantei um hectare em diversos lotes, com e sem adubação, no meu Sítio Guarapiranga em Sto. Amaro, onde as sementes da variedade de porte pequeno tiveram a sua origem.

Depois da colheita em Março 1948 verifiquei o alto rendimento e as outras qualidades insuperáveis dêste cereal. Tenho certeza de que o Adlay poderá resolver muitos problemas da lavoura nacional.

USO E VANTAGENS DO ADLAY FORTE PEQUENO

Numa terra adubada com esterco de galinhas, semeada no dia 20 de Setembro de 1947 e colhido em 1 de Março 1948, o rendimento em grãos era equivalente a sete toneladas e meia por alqueire paulista. (3100 kg/ha) Em terreno bom, não adubado o rendimento era 5960 kg/alq. Em terreno pobre adubado com farinha de osso 5.020 kg/alq., e em terreno pobre não adubado 4.180 kg/alq.

O rendimento dos últimos dois lotes poderia ter sido maior, usando 60 quilos de sementes por alqueire em vez de 30, e semear com espaçamento de 80 cm. entre as linhas, em vez de um metro como foi feito. Em terra pobre a planta perfilha pouco e alcança uma altura menor.

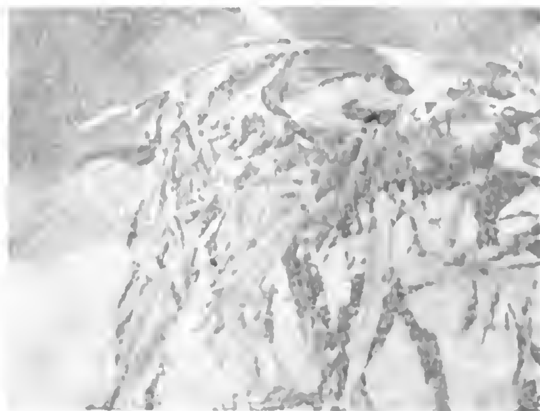
Alto rendimento

Planta perene

O Adlay é planta perene. Depois de corte brota novamente. Em clima apropriado dá uma segunda colheita no mesmo ano. O ciclo vegetativo da variedade de porte pequeno é mais curto em comparação com a variedade de porte alto.

Baixo custo da produção

O custo de produção é baixo pelo alto rendimento que é maior do que de milho ou arroz. Em clima quente dará diversas colheitas sem necessidade de nova aração.



Adlay porte pequeno, durante floração, sítio Guarapiranga, Sto. Amaro — Fevereiro 1948
Foto: Reimar v. Schaaffhausen

Mais nutritivo

O Adlay de porte pequeno tem 16% de proteinas de alto valor biológico. O alto valor biológico foi mencionado por B. J. Wester. E' superior ao do milho, arroz, aveia, centeio, ervilha, equivalendo ou superando o do trigo.

Dr. Geraldo Leme da Rocha, junto com Dr. Henrique F. Raimo confirmaram êstes dados pelas experiências feitas com pintos New-Hampshire. Numa ração balanceada substituiram completamente o farelo de trigo, por grãos de Adlay moido junto com as cascas, e palhas. Os pintos se desenvolveram melhor do que o lote comparativo, alimentados com farelo de trigo. A quantidade do Adlay moido na ração era de 35%.

SUBSTITUIÇÃO DO FARELO DE TRIGO. — O fato que o Adlay pode substituir con vantagem o farelo de trigo é de grande importância para o futuro desenvolvimento da nossa avicultura e pecuária.

VALOR DAS FOLHAS

O Adlay cresce ràpidamente, depois da primeira safra dos grãos pode se aproveitar uma parte da plantação para o corte das folhas, durante a estação sêca. Gado e galinhas gostam das folhas verdes, e também comem as folhas sêcas

que caem durante o beneficiamento. O gado come a planta inteira, com grãos e folhas, dispensando qualquer beneficiamento. De Agosto ou Setembro em diante não se cortam mais as folhas, para obter nova colheita de grãos em Janeiro ou Fevereiro do próximo ano.

Resistência à pragas e ataque de carunchos

São ainda vagos os conhecimentos sôbre as doenças e pragas do Adlay. Em Trinidad, em 1941, foi observado um ataque de fungo Colletrotrichum graminiculum nas folhas. Observei o ano passado, numa plantação de experiência, muitos grãos chôchos em algumas plantas. Cortei-as e as próximas safras eram normais. Neste ano observei numa pequena parte da plantação uma murcha na raiz depois do primeiro corte. Dentro dos colmos foi encontrado um fungo que está sendo estudado pelo Instituto Biológico de S. Paulo. O grão em casca parece resistente ao ataque de caruncho do milho.

USO PELO PRÓPRIO PRODUTOR. BENEFICIAMENTO

Mais uma vantagem do cereal Adlay consiste na facilidade do beneficiamento pelo próprio produtor.

Como forragem, os cavalos, porcos e galinhas comem o grão inteiro. Para pintos e vacas o grão pode ser moído, sem necessidade de separar a casca e palha.

Para separar o grão da casca servem máquinas de beneficiar arroz ou café. O sitiante que não tem uma dessas máquinas pode fàcilmente fazer a separação, esfregando os grãos bem secos em cima de uma peneira grossa, dêsse modo quebrando a casca. Abanando com outra peneira mais fina, obterá em pouco tempo a quantidade de grãos beneficiados para usar na cosinha.

CEREAL UNIVERSAL, forragem e alimentação humana

Os usos do cereal Adlay para forragem foram mencionados acima. Também serve muito bem para a alimentação humana. Preparado como arroz, dá um prato delicioso e nutritivo, rico em vitaminas. O sabor assemelha-se com aveia. Para fazer pão, biscoitos ou bolos, o grão pode ser moído no moinho de fubá, e misturado com farinha de trigo. Cada boa dona de casa aprenderá logo usar o Adlay para fazer muitos pratos diferentes.

PLANTAÇÃO E COLHEITA — Para a plantação do Adlay porte pequeno prepara-se o terreno como para o milho ou outro cereal. Em terra boa semeam-se algumas sementes à distância de 30-50 cm. entre covas e de um metro entre as linhas. A planta perfila muito, alcançando uma altura de 80 cm até um metro. Em terra mais fraca deve ser plantado com menor distância entre covas e linhas, porque perfilha pouco, e as plantas são de tamanho menor. Precisa-se fazer as carpinas necessárias para o mato não prejudicar a colheita. A quantidade de sementes usada para um alqueire varia com a fertilidade do terreno. Em terra boa 25 quilos por alqueire, em terra menos fértil 60 quilos ou mais.

A colheita se faz quando a maior parte dos grãos estão escuros, e as folhas sêcas. Cortam-se as plantas com ferro de cortar arroz bem afiado, rente ao solo. Essa operação deve ser feita com certo cuidado para não perder muitas sementes. Logo depois da corte convém fazer uma carpina. Os sementes que saíram durante a colheita nascerão em quantidade.

Para separar as sementes das plantas procede-se da mesma forma como com o arroz. Em culturas pequenas batem-se as plantas manualmente, e em culturas maiores mecanicamente.

Antes de ensacar as sementes convém secá-las no sol. As folhas soltas servem para forragem. Os restos das plantas voltam para a plantação, onde serão espalhados entre as linhas. Desta forma evita-se geralmente uma segunda carga, e o terreno conserva-se mais úmido.

Plantação e colheita são muito simples, quem sabe plantar milho ou arroz, pode plantar e colher Adlay.

Resumo — Não existe outro cereal que reuna tantas vantagens. Serve para alimentação humana e para forragem. Contém 16% de proteinas. Aproveitam-se os grãos e as folhas. Cultura simples e de alto rendimento. Em clima quente dá duas colheitas por ano. O produtor pode beneficiar o Adlay, usando os grãos na alimentação da família e para forragem na própria fazenda.

Pode se resumir: PLANTANDO DÁ e dá muito.

ENGENHARIA RURAL

ROBERTO DAVID DE SANSON

Três elementos se devem considerar no problema da irrigação: a água — o sólo e a planta. Cada um dêles tem a sua função particular e se acha subordinada a determinadas condições; mas o objetivo essencial da irrigação é aduzir a água onde ela se encontre até as raizes das plantas.

Captar a água, aduzí-la e distribuí-la no terreno afim de que ela se infiltre e umedeça o sólo no limite da capacidade que o sólo tem para ter o umidade ao alcance das raizes das plantas, eis a primeira parte do problema. O segundo consiste em dosar a água afim de que ela seja suficiente para atender à necessidade de água da plantação e não seja em excesso para não se perder em infiltrações profundas. A frequência da irigação dependerá da capacidade capilar do sólo e da intensidade de transpiração das plantas cultivadas.

Captar a água é desviá-la do seu curso natural ou reprezá-la para que seja armazenada em açudes ou reservatórios artificiais, de modo a poder usar-se dela quando escasseiam as chuvas ou estanquem os mananciois.

No território nacional, a bem dizer as chuvas não faltam; no Nordeste, no bacia hidrográfica do Orós, no ano em que choveu menos, no ano meteorológico de 1914-1915 a altura de chuva foi de 296,3 milímetros, isto é quase doze polegados de altura dágua. Ora em Dovia, na Califórnia, com doze polegadas de altura dágua para a Irigação da alfafa obteve-se, na Estação Experimental, um lucro de 24 dólares por acre, isto é cerca de cinco mil e setecentos cruzeiros por alqueire geométrico. Em terras não adubadas com doze polegadas de altura dágua no Utah, na América do Norte, obtiveram-se 216 sacas de milho de 80 litros por alqueire geométrico. Mas o ano de 1914-15 foi um ano excepcionalmente sêca, porquanto na Bacia do Orós, a altura média de chuva é de 801 milímetros.

O que prejudica a lavoura no Nordeste é que a água de chuva não fica no sólo, quase tôda ela se evapora, e quase nenhuma se infiltra nem se escoa superficialmente; o coeficiente de deflúvio é baixíssimo, não chega a ser em média de 7 por cento, às vêzes é quase nulo como o foi nos anos de poucas chuvas.

Êsse baixo coeficiente de deflúvio poderia ser o indício de que a infiltração das águas caídas é grande si os cursos dágua da região fôssem perenes, mas onde não haja fontes nem nascentes no tempo da estiagem e onde o escoamento das águas superficiais é uma pequena parcela da precipitação atmosférica conclue-se a evaporação é o fator predominante no sumiço das águas da chuva.

Para se evitar a evaporação, querendo-se conservar a água para irrigação o recurso seria aumentar a umidade do ar ambiente ou baixar a sua temperatura pois que quanto mais saturado de umidade esteja o ar menor a evaporação do solo e quanto menor a temperatura do ar menor a sua capacidade de absorver umidade. Para se conseguirem essas condições o meio é fazer sombra com a vegetação; na sombra a temperatura cai e o ar se conserva com a umidade compatível com essa temperatura.

Mas por que a vegetação se desenvolva é necessário que haja inicialmente umidade no solo e isto só se pode conseguir revolvendo a superfície do terreno logo depois da chuva de modo a quebrar a continuidade dos canais capilares formados pelos vazios do sólo, ou cobrindo de palha essa mesma superfície. Temos por aí um meio de reduzir consideràvelmente a evaporação e de fazer com que a umidade armazenada no sólo sirva sòmente para a transpiração das plantas que se queira cultivar. A medida que a plantação se desenvolver, a sombra no terreno irá naturalmente aumentando e a umidade do sólo resultante dos precipitoções atmosféricas em vez de se perder pela evaporação irá sendo sugada pelas raizes das plantas para ser transpirada pelos estomatos das folhas. Portanto, onde haja escassez de água e onde a evaporação pela superfície do sólo seja intensa, o meio de se atenuar essa escassez é reduzir a evaporação picando o terreno para quebrar a continuidade dos canais capilares, em seguida à chuva, ou cobrindo o terreno com palha também em seguida à chuva; convindo recolher essa palha antes de cada poncada dágua, até que a vegetação se desenvolva.

Pode entretanto, mesmo que a evaporação não seja intensa, a água não permanecer sôbre o terreno de modo a posibilitar a sua infiltroção, em virtude da declividade da superfície do sólo. Nesse caso o deflúvio aumenta mas a umidade do sólo permanece escassa e a planta, embora suficiente a altura pluviamétrica da região, não encontra na terra a reserva de água necessário à sua transpiração. O meio que se tem para corrigir essa anomalia é reduzir o escoamento superficial das águas caídas fazendo terraceamentos que quebram a velocidade das águas — evitando a erosão do sólo — ao mesmo tempo que favorecem a infiltração porque permitem a estagnação das águas.

A distância dos terraços variará com a configuração do terreno, havendo para as diversas regiões da América do Norte uma tabela de Ramser para a determinação dessa distância em função da de-

clividade e da natureza da vegetação e de conformidade com a altura pluviométrica média. Mas, de qualquer forma, em terrenos acidentados, isto é em plantações em morros que necessitem de uma permanente umidade do sólo, o meio de se atender a essa necessidade de umidade é de facilitar a infiltração das águas de chuva quer por meio de valão que cortem o escoamento das águas superficiais e as armazenam, quer fazendo as plantações em terraços de nível.

O que se não deve perder de vista é que tôda planta necessita de água para se desenvolver; a planta transpira como os animais respiram. Não que a água vá acrescer muita coisa no organismo vegetal, ao contrário; em cada litro de água que passa pela planta no máximo uma, duas ou três gramas dágua se fixam no seu organismo; mas a quantidade de água que a planta carece para o seu desenvolvimento resulta de que as folhas precisam manter uma comunicação entre as células do chlorenchyma e a atmosfera que contem dióxido de carbono necessária à nutrição. Ora a não ser em tempo de chuva a atmosfera está raramente saturada e daí o vapor dágua dos espaços intercelulares se difusa na atmosfera e a sua pressão cai, provocando a evaporação da água das paredes úmidas das células. O resultado é o processo da perda de água por transpiração; quanto mais sêco o clima, maior é a taxa de transpiração e maior é a quantidade de água que a planta precisa extrair do sólo.

A transpiração desempenha uma série de funções úteis e mesmo necessárias ao desenvolvimento da planta, principalmente porque facilita a absorção e a elevação dos sais minerais. Mas não se deve supôr que a quantidade de sais minerais absorvidos ou que a substância orgânica formada com sua assistência seja proporcional à quantidade de água transpirada. E' um êrro supôr-se que, afim de obter a necessária quantidade de sais ao seu desenvolvimento, a planta precise transpirar a enorme quantidade de água, muitas vêzes perdida, que ela transpira nos climas secos. Se assim fôsse as condições mais favoráveis ao crescimento das plantas se encontrariam nas regiões secas e quentes, artificialmente irrigadas, quando na realidade a mais luxuriante vegetação ocorre nos climas mornos e úmidos. Incontestàvelmente se pode garantir que a quantidade de água perdida pela planta excede grandemente o seu mínimo necessário. E nesse caso a transpiração pode ser reduzida não sòmente sem prejuizo, porém mesmo com vantagem para a planta.

Coeficiente de transpiração é a relação entre o pêso da água transpirada pela planta desde a sua brotação até o momento da observação e o pêso da matéria sêca produzida pela planta até êsse momento. Usualmente, porém, se substitue a locução "coeficiente de transpiração" pela expressão mais incisiva de "necessidade de água da planta". Essa necessidade é determinada pela natureza própria da planta; por exemplo; as plantas do tipo milho possuem uma eficiência de transpiração — que é o inverso da necesidade de água — duas vêzes mais elevada do que as do tipo trigo ou cevada. Para se determinar a eficiência da transpiração que é a quantidade de matéria sêca produzida pela planta para cada quilo de água consumida, é preciso fazer a planta crescer em recipiente resguardado contra a perda da água por evaporação ou por infiltração. O pêso da água transpirada é determinada dia a dia por meio de pesadas e é totalizado até o momento que se arranca a planta. Pesando-se a matéria sêca da planta-incluindo raízes, folhas caídas, etc. e dividindo-se o pêso dessa matéria sêca pelo pêso da água transpirada tem-se a eficiência de transpiração, que é o número de gramas da matéria sêca produzida por **mil gramas dágua transpirada** pela planta.

Formulado o conceito de coeficiente de transpiração a questão que se impõe naturalmente é de saber-se si o valor dêsse coeficiente é o mesmo para tôdas as espécies de plantas. As primeiras experiências feitas por Hellriegel nas condições climatéricas da Europa Central pareciam indicar que o valor dêsse coeficiente era o mesmo para tôdas as plantas. Em quase tôdas as plantas pesquizadas — cevada, aveia, trigo, centeio, favas, ervilhas, trevo vermelho, trigo mourisco — o coeficiente era aproximadamente 300. Os dados fornecidos pela obra classica de Heirriegel se tornaram por muito tempo os fundamentos da ciência agricola e originaram a convicção que não se deveria esperar muitas vaviações na necessidade de água dos diferentes plantas. Mais tarde, entretanto, com estudos minuciosos da transpiração, apareceram opiniões diversas. Schraeder, por exemplo, distinguiu a respeito da necessidade de água dois grupos de cereais. O primeiro comprende o trigo, a cevada, o centeio e requer cêrca de 350 a 470 grs. de água para a produção de **uma grama** de matéria sêca; o segundo grupo, que inclue o milhete, o milho, o sorgo, requer sòmente 168 a 196 gramas de água para a produção de **uma grama** de matéria sêca. Isto é a cessidade de água do primeiro grupo é de 2,2 vêzes a do segundo grupo. Schraeder também achou que nas plantas do primeiro grupo, as quais se distinguem pela baixa capacidade de resistência à sêca, a média da intensidade da transpiração é de 2,5 vêzes maior do que no segundo grupo, de modo que parece haver um certo grau de correlação entre a necessidade de água e a intensidade da transpiração de um lado e a capacidade de resistência à sêca de outro lado.

Seria interessante examinar se a lavoura do trigo feita com irrigação, de modo a supri-la permanentemente da água necessária à sua transpiração não elevaria o seu rendimento no território nacional.

A irrigação do trigo na Estação Experimental de Utach feita por três vêzes: — quando as primeiras

folhas se haviam desenvolvido e a planta tinha 15 a 20 centímetros de tamanho — quando a planta estava se incorpando e finalmente quando em florescimento —, sendo a dose de cada vez de 12,5 cms. de altura dágua, deu uma produção de 50 bushels por acre. A experiência foi feita num sólo barrento, de contextura uniforme, com capacidade de retenção de umidade e altamente produtivo quando lavrado. A altura pluviométrica média anual num período de quatro anos foi de 445 milímetros. Na mesma terreno, sem irrigação, a safra foi de 40 bushels por acre. Todavia as mais completos pesquizas sofre eficiência de transpiração foram feitas na América do Norte por Biggs & Shantz as quais revisaram cuidadosamente tôda a literatura referente à necessidade de água dos plantas e deram valiosas informações concernentes à eficiência da transpiração. E, ao mesmo tempo, evidenciaram que, nas regiões secas, as plantas capazes de consumir água mais produtivamente "são evidentemente aquelas que melhor se adaptam às regiões cujo suprimento de água é limitado". Os resultados das observações de Briggs & Shantz concordam com as observações de Schroeder no que respeita a diferença da necessidade de água dos grupos: — mileto, milho e sorgo, de um lado, e trigo, cevada e aveia de outra.

Briggs & Shantz acharam:

Milho	Necessidade de água	Eficiência de transpiração
Esperanza . . .	229	— 1000/229-3,34
Indian Flint. . .	329	— 1000/329-3,04
Laguna	369	— 1000/369-2,71
China White . . .	375	— 1000/375-2,67
Trigo		
Marquis	550	— 1000/550-1,82
Turkey	455	— 1000/455-2,20
Kubanka	491	— 1000/491-2,04
Emmer	517	— 1000/517-1,93

A eficiência de transpiração depende, porém, não sòmente dos peculiaridades da planta coma também da mudança de ambiente e, em particular, dos condições meteorológicas e da umidade do sólo. Tanto quanto se considerem essas influências externas, a influência das condições meteorológicas na necessidade de água dos plantas deve ser observado com a maior atenção, porquanto Maximov informa que a necessidade de água da planta ou a sua eficiência de transpiração variam de ano para ano e essas flutuações parecem ser o resultado da variação das condições do tempo. Via de regra nos anos secos, a eficiência de transpiração é mais baixo, isto é, maior é a quantidade de água consumida improdutivamente pela planta; não sòmente as experiências de Wetzel e seus colaboradores coma as experiências de Maximov em Tiflis revelaram que nos anos úmidos a eficiência da transpiração é mais elevada. E por outro lado Tulaikov fez experiências com sementes selecionadas em diferentes zonas climatéricas da Rússia e chegou à conclusão de que a necessidade de água dos plantas aumenta quando se passa dos climas úmidos para os climas secos.

Seria interessante examinar se os resultados das observações de Briggs & Shantz, Hellriegel, Shroeder e outros observadores, sôbre a necessidade de água das plantas servem para o nosso meio.

A umidade do sólo tem uma grande influência sôbre o desenvolvimento dos plantas, tanto que as plantas crescidas em recipientes com grande conteúdo de umidade tem muitos vêzes uma superfície de transpiração de 5 a 10 vêzes a superfície de transpiração dos plantas crescidas em sólo sêco. Isso é incontestável e provém de que os reduzidas dimensões das plantas crescidas sólo sêco se relacionam com a dificuldade de absorção da água pelas raizes da planta, devido a que quanto menor seja a superfície de evaporação das folhas, menor será a sucção das raízes. Experiências muito detalhadas foram feitas em Nebraska, em 1916, por Montgomery e Kiesselbach sôbre a necessidade de água do milho; nessas experiências a uniformidade de irrigação do solo contido em grandes vasos com cêrca de 125 quilos de terra cada um, foi conseguida mediante um tubo em espiral enterrado no solo de cada vaso e que distribuia água por igual em tôdas as profundidades. As experiências foram feitas com cinco diferentes graus de saturação do solo, isto é: — 35 — 45 — 60 — 80 e 100 por cento da capacidade de retenção da umidade pelo sólo. Para cada experiênaic a água aproveitável foi calculada pela determinação do coeficiente de murchamento do sólo usado, sendo que a água inaproveitável foi verificada ser de 12 por cento do solo sêco ao ar.

A tabela que se segue mostra os resultados das experiências de Montgomery e Kiesselbach e indica a influência da redução da umidade sôbre o tamanho da planta pelo médio do pêso da sua matéria sêca, assim como dá a quantidade média da água consumida pela planta durante todo o período vegetativo. Nessas experiências foram utilizadas quatro plantas para cada percentagem de umidade do sólo.

Influência das diferentes percentagens de umidade do solo sôbre a eficiência de transpiração dessa planta.

(1)	(2)	(3)	(4)
35	13,5	1,5	28,2Kgs.
45	17,3	5,3	68,2 "
60	23,1	11,1	105,7 "
80	30,8	18,8	127,1 "
100	38,5	26,5	108,1 "

(5)	(6)	(7)	(8)
111grs.	51cms.	253	3,96
297 "	75 "	229	4,38
443 "	93 "	239	4,18
484 "	101 "	262	3,82
372 "	100 "	290	3,45

Coluna (1) — Percentagem de unidade sôbre a capacidade capilar do solo.
Coluna (2) — Percentagem de umidade sôbre o solo sêco.
Coluna (3) — Umidade aproveitável em percentagem de solo sêco.
Coluna (4) — Quantidade total de água transpirada, em quilos.
Coluna (5) — Pêso da matéria sêca, em gramas
Coluna (6) — Altura do caule, em centímetros.
Coluna (7) — Coeficiente de transpiração.
Coluna (8) — Eficiência de transpiração.

Essas experiências confirmam os dados de outros autores em relação ao aumento progressivo — até um certo ponto — da eficiência da transpiração com o decrescimento da umidade do sólo. No caso em aprêço êsse limite parece ser de 45 por cento da capacidade capilar do sólo, o que corresponde a um teôr de umidade, isto é a um conteúdo de agua pelo sólo igual a 17,3 por cento do pêso do sólo. Com um decréscimo de umidade do solo, isto é para o sólo com um conteúdo de água de 13,5 por cento do seu pêso, a água foi consumida menos eficientemente de vez que a planta sofreu consideràvelmente no seu desenvolvimento. Isso se acha indicado na tabela por uma notável redução de matéria sêca e de altura. A diminuição da planta com o decréscimo da umidade do sólo mostra que o aumento correspondenpente da eficiência da transpiração não é compensada de modo algum pela diminuição total da áua consumida. Pelo que se depreende parece claro que uma elevada eficiência de transpiração não implica que a planta tenha alcançado um bom desenvolvimento. Da diminuição de água consumida em virtude do decréscimo da umidade do sólo resulta uma reduzida assimilação e um reduzido desenvolvimento. Mas por outro lado também se verifica que, quando a percentagem da umidade capilar se reduz de cem por cento a oitenta por cento, há um aumento da eficiência de transpiração e um aumento correspondente do pêso da matéria sêca produzida; donde se conclue que uma unidade do sólo excessivamente elevada é desfavorável ao desenvolvimento da planta. Pode-se, pois, afirmar que:

A umidade do sólo mais favorável ao desenvolvimento do planta é muito superior à umidade do murchamento mas é inferior à umidade que corresponda à capacidade capilar do sólo.

A necessidade de água das plantas é, entretanto, profundamente afetada pelas condições atmosféricas do meio, isto é, pelo clima. As necessidade de água verificadas em diferentes regiões, durante o mesmo período de tempo, com as mesmas variedades de planta variam muito como se pode verificar pelos dados que se seguem:

Plantas	Loether Índia	Hellriegel Alemanha
Milho	337	
Aveia	469	376
Trigo	554	338
Cevada	468	310
Ervilha	563	273
Feijão	—	282

King Wisconsin	Briggs & Shantz Colorado	Thom & Holtz Washington
271	368	231
503	597	313
—	513	375
464	534	325
477	788	385
—	736	484

Juntamente com a umidade do sólo e o clima, a fertilidade do sólo tem uma influência considerável sôbre a eficiência de transpiração da planta. Os adubos influem sôbre o pêso da matéria sêca conforme o provam experiências que demonstram que a eficiência da transpiração aumenta consideràvelmente adubando-se os solos pobres. Isso é, naturalmente, a consequência de um aumento de assimilação em virtude de uma maior quantidade de sais minerais transportados pela água. Como prova do efeito dos adubos sôbre a necessidade de água das plantas temos algumas observações feitas por Montgomery e Kiesselbach com a planta do Milho:

Infertil . .	113	376	550	350
Intermediária	184	414	479	341
Fertil . .	270	473	392	347

Vemos que sem adubação a necessidade de água da planta em um sólo pobre é notàvelmente mais elevada do que num sólo fertil, e que o efeito de se adicionar adubos ao solo, em relação à necessidade de água da planta, é muito mais eficaz num sólo infertil do que num sólo fertil. Daí se deduz que na eficiência da transpiração de uma planta não se pode deixar de levar em conta a natureza do sólo. Para cada sólo, em cada clima, a eficiência da transpiração é diferente. Portanto a necessidade de água das plantas deve se subordinar ao clima em que a planta se desenvolve e à natureza do sólo em que ela cresce, conquanto seja possível mediante

um adequado suprimento de água e uma adubação conveniente fomentar em qualquer clima a cultura das mais variadas espécies vegetais. **Conquanto seja a irrigação o fator predominante na agricultura, o rendimento da irrigação — isto é a eficiência da transpiração — aumenta sensivelmente com a adubação.**

Mas, apesar das observações feitas sôbre a necessidade de água das plantas, os resultados obtidos são, como vimos, variáveis, e são apenas uma base para a determinação da quantidade de água precisa em cada plantação.

Risler, nas experiências que fez no clima Europeu achou que a transpiração diária, expressa em altura dágua, era:

Numa plantação de Milho — de 2,8 mms. a 4 mms.

Numa plantação de Trigo — de 1,67 mms. a 2 mms.

Numa plantação de Batatinha — de 0,74 mms. a 1,4 mms.

Numa plantação de Capim — de 3,14 mms a 7,28 mms.

E mais precisamente verificou-se que a transpiração das folhas juntamente com a evaporação consome num hectare plantado de:

Milho — de 28 a 40 metros cúbicos de água
Trigo — de 26 a 28 metros cúbicos de água
Batatinha — de 7 a 14 metros cúbicos de água
Capim — de 31 a 73 metros cúbicos de água.

A água que a planta consome vem do sólo, captada por suas raízes as quais vão sugá-la dentro da terra onde ela se encontre sob a forma de umidade. Quando as chuvas caem com regularidade, isto é, quando são bem distribuídas no correr do ano, o teôr de umidade do sólo é mais ou menos constante, porque a umidade se renova à medida que as raízes das plantas a sugam. Mas todos os solos não são igualmente permeáveis, a água não se infiltra neles com a mesma facilidade; e como a água da chuva que não se infiltra — ou se evapora ou se escoa —, a mesma altura de chuva pode ser suficiente numa região para atender à necessidade de água das plantas, e não ser noutra; porque da quantidade de chuva caída, a parcela que aproveita à vegetação é a que se infiltra.

E assim mesmo, dessa parcela que se infiltra só uma parte a que é retirada por capilaridade na camada superior do sólo onde penetram as raízes — vai servir à transpiração das plantas; a restante se infiltra mais profundamente, fora do alcance das raízes e não é aproveitada. Sendo essa quantidade de água restante que se infiltra mais profundamente, tanto maior quanto mais permeável fôr o sólo, verifica-se que se por um lado a permeabilidade permite que uma maior quantidade de água penetre no sólo, essa mesma permeabilidade por outro lado é desfavorável à retenção da água infiltrada na camada superior do solo onde se desenvolvem as raízes das plantas. Nos solos permeáveis, nos solos cuja grã é menos fina a tensão superficial das películas de umidade que envolvem as partículas do sólo é menor, e menor portanto é a fôrça da capilaridade que retém a umidade contra a ação da gravidade; e portanto maior é a quantidade de água arrastada para baixo, quer dizer: maior é a quantidade de água que se infiltra profundamente.

Quando a umidade retida pelo sólo é suficiente para atender às necessidades de água da planta, no intervalo de duas chuvas consecutivas, é claro que não é preciso fazer irrigação. A irrigação é necessária quando, tendo-se em conta o intervalo máximo entre duas chuvas consecutivas, se verifica que a umidade disponível no sólo, isto é a umidade capilar deduzida da quota de umidade que a planta não utiliza — e que se denomina umidade de murchomento — não é bastante para ocorrer durante aquele intervalo ao consumo dágua exigido pela transpiração das plantas. A taxa adicional de consumo devido à evaporação do terreno plantado é pequena e pode ser muito reduzida desde que se tenha o cuidado de trazer a plantação bem capinada; o que não sòmente evita a transpiração pela mata como, pelo revolvimento da superfície do terreno quebra a continuidade dos canais capilares que trazem para fora a umidade da terra, à medida que essa umidade se evapora.

A irrigação tem por fim suprir o sólo da umidade capilar, na camada superficial em que se desenvolvem as raizes das plantas. Tôda irrigação que satura de umidade essa camada superficial do sólo ou é nociva à plantação — quando o sub-sólo impermeável ou é demasiada, porque só a umidade capilar permanece nessa camada superficial, a água restante se infiltra mais profundamente.

A chuva ideal seria a que caisse com a frequência de modo a suprir de umiddoe capilar a camada agricultável do sólo, sempre que a umidade disponível dessa camada estivesse esgotada pela transpiração das plantas. Naturalmente a frequência dessa chuva variaria conforme a natureza da plantação: há plantas que consomem mais água outras menos, e também variaria conforme a natureza do terreno: em terrenos inclinados, em terrenos menos permeáveis a quantidade de água que se infiltra é menor do que em terrenos planos e porosos. Em terrenos porosos a chuva deveria ser curta e frequente, para que não houvessem infiltrações profundas; em terrenos pouco permeáveis seria mais espaçada, porém miúda e demorada para permitir que se infiltrasse lentamente no sólo ao mesmo tempo que saturasse a atmosfera de vapor dágua para que não houvesse perda por evaporação.

O sólo pelas suas propriedades físicas, pelas dimensões de suas partículas e pela arrumação dessas partículas revela a quantidade de água que pode ser absorvida por êle, e a quantidade de água que

pode ser retida por êle sob a forma de umidade. Tanto uma como outra dessas quantidades de água, que se infiltram e que ficam no sólo, dependem espaços compreendidos entre as partículas do sólo, isto é dos vazios e das dimensões dessas particulas. O volume dos vazios depende da arrumação das partículas, e a fôrça da capilaridade, que retém a umidade, aumenta à medida que o tamanho das particulas diminue; porque num mesmo volume de sólo o número de partículas aumentando quando a dimensão das particulas diminue, também aumenta a área total dos superfícies laterais das partículas contidas nesse volume, e portanto a fôrça da capilaridade a qual é função dessa área.

A planta é uma pequena bomba de sucção: suga a água do sólo pelas suas raizes e recalca-a para os suas folhs ande, pelos seus estomatos, sob a forma de vapor, a água retorna á atmosfera. Quando a umidade do sóio é insuficiente para atender ao ritmo da transpiração as estmoatos se fecham e as folhas murcham. Muitas vêzes, porém, durante as horas quentes do dia, sendo muita intensa a transpiração, acorre que, mesma quando a umidade do sóla é suficiente, a umidade próximo às raizes da planta não se renova com a mesma continuidade com que essa umidade é sugada pelas raizes; há um desequilíbrio entre o abastecimento provido pelas raízes e a consumo feito pelas folhos; os estamotos funcionam então como válvulas e se fecham parciaimente, e o intensidade da transpiração diminue. Ao cair do torde o ambiente se refresca e a transpiração retoma o seu ritmo normal, então os estomatos se reabrem e as foihas readquirem a sua turgescência. Isto se dá porque transmitindo-se a umidade no sólo peio engorgitamento sucessivo das películas de umidade que revestem as particulas do sólo, a umidade passando das películas mais engorgitodas para as películos menos engorgitadas, êsse movimento não se opera com a intensidade requerida pela transpiração, cujo ritma se acelera com o calor; nas solos de grã grossa êsse fenômeno é menos acentuado porque a umidade circula com mois facilidade, abedecendo como obedece às leis da capilaridade. Quando as raizes têm uma fôrça de sução superior ao suprimento de umidade, elas sugam em falso, fechando-se então as estomatos para restabelecer o equilibrio, reduzindo a fôrça de sucção. Isso também se verifica quando se regam as plantas durante o dia, quondo o sol está muito quente; embora turgidas as folhas murcham porque aumentando a evaporação, a circulação da planta se acelera a um ritmo incompatível com o movimento de umidade do solo e as estomatos se fecham para diminuir a fôrça de sucção das roizes.

Na vida vegetal, como na vida animal, o organismo para bem se desenvolver carece ter um equilíbrio entre o suo receita e a sua despesa, senão passa a consumir as suas próprias reservas e se desgosta, e não completa o ciclo normal de sua vida.

A planta que não recebe a água que o seu organismo pede, delinha e não dá frutos; e quando tem frutos pendentes, cessando o suprimento de água que lhe é necessária, vai buscar nos próprios frutos a água que carece para a sua transpiração. Nas secas prolongadas as laranjeiras ainda permanecem viçosas quando as laranjos ainda verdes entram a murchar; é porque o sumo dos frutos está sendo utilizado para suprir a deficiência de umidade do sólo.

Cada sólo tem uma capacidade de umidade determinada e o problema da irrigação se reduz, racionalmente, a impregnar o sólo da umidade capilar de que é capaz e de renovar essa umidade sempre que em virtude da transpiração das plantas, e da sua própria evaporização, essa umidade se reduziu a ponto de ser a sua tensão superficial maior que a fôrça de sucção das raizes, isto é a um ponto que se traduz pelo murchamento das plantas.

A película de umidade que reveste as partículas do sôlo é como uma minúscula bôlha de sabão cujo conteúdo tivesse sido substituído por uma partícula de sólo. Nos pontas de contacto das partículas de sólo as películas se unem e formam assim uma rêde capilar contínua engorgitada de partículas de sólo às quais a película de umidade adere pela sua superfície interna, ficando a superfície externa da película voltada para o ar que enche os vazios compreendidos entre as partículas. A medida que a película de umidade vai se engorgitando o volume dos vazios vai diminuindo, mas esticando-se a película com o seu engorgitamento chega a um ponto em que a fôrça da gravidade é maior do que a sua tensão superficial e ela deixa escapar a água que excede à sua capacidade capilar, rompendo-se como uma gota dágua. A umidade retida pelas partículas de sólo até o limite em que a tensão superficial equilibra a ação da gravidade se denomina umidade capilar. Se um sólo de umidade higroscópica recebe água em sua superfície, as partículas dêsse sólo se vão engorgitando da túnica aquosa que reveste as partículas vai aumentando, e com esse aumento se vai aumentando proporcionalmente a tensão superficial da umidade de cada partícula. Se os vazios estão saturados de umidade, seja porque a afluxo das águas de infiltração superficial é superior ao esgotamento pela infiltração profunda, ou porque há no sub-sólo uma camada impermeável que repreza as águas de infiltração, a tensão superficial atuará no sentido de elevar para a atmosfera logo que cesse o afluxo da infiltração, a umidade que excede a capacidade capilar que se ache contida nos vazios. Isso porque a tensão superficial tem a propriedade de contrair as superfícies líquidas de modo a tornar mínima a superfície envolvente das massas líquidas. Portanto, se por um lado a tensão superficial retém a umidade contra a ação da gravidade, por outro lado a energia potencial dessa tensão tende a expulsar essa mesmas umidade dos pontas em que ela se ache em excesso de

forma que hajo equilíbrio das tensões em todos os pontos. E clássica a experiência de Plateau que comprova êsse fenômeno; a tensão superficial tende pois o nivelar a umidade.

Consideremos um sólo não soturado de umidade, consideremo-lo situado sôbre um sub-sólo da mesma contexturo e admitamos que a tensão superficial do umidade sejo a mesma nos duos superfícies adjacentes; não se produzindo, portonto, nenhum movimento de umidode. Se chover, entretonto, as particulas do sólo superficiol se entumescerão e o pressão sôbre as peliculas de umidode das particulas do sólo aumentorá, sendo a umidade compelida para o sub-solo onde, em virtude um menor teôr de umidade a pressão sôbre os peliculos é menor. E assim se processaró o deslocamneto da umidade até que o equilíbrio se restobeleço. Se o mesmo solo, em vez de receber água, perde água evoporoção ou pela transpiroção dos plontos, a túnica aquosa das particulas do sólo diminuirá de espessuro e consequentemente a pressão sôbre as peliculas de umidade diminuirá, promovendo a ascenção da umidade do sub-sólo.

Portanto quondo duos camadas de sólo adjacentes teem umidodes diferentes há sempre um movimento de umidade dos pontos mais úmidos para os pontos menos úmidos; e isso porque sempre que a superfície livre da pelicula de umidade aumento, a pressão que ela exerce também oumento, e a suo energia potenciol tende a expelir a umidode para os pontos em que a pressão dos peliculos de umidade é menor.

Estudou-se nos laboratórios o movimento ascencional da umidode nos solos. E se verificou o seguinte movimento:

Solos	Alturo em milimetros, depois de: ½ hora	5 hs. e ½	6 hs. e ½	21 hs. e ½
Argiloso	340	1100	1150	2000
Humus	400	1100	1140	1770
Terro de jordim	290	950	980	1610
Arreia quortzosa m/fina	440	920	970	1170
Solo turfoso	260	500	570	1140
Sólo arenoso	4$0	620	660	900
Sólo gypaso	120	400	400	820
Sólo gizoso	60	330	340	700

Êsses algarismos mostram que a água se elevo muito mais depois de um certo número de horos num sólo argiloso. E a observação revelou que, quando o sólo se acha muito sêco, a ascenção capilar foz-se mais dificilmente, porque entre as particulas terrosos não hovendo peliculo de umidode formado não há tensão superficial nos mesmas que possa promover o movimento de umidode dos pontos em que a tensão é maior para os pontos em que a tensão é menor. Para que a umidode se posso movimentar é preciso que primeiromente se formem as peliculos de umidode. Por isso é que a imbebição do sólo, logo que a chuva coi se processo lentomente; no começo a chuvo deslisa como se o superfície do solo estivesse encerodo.

Walny ocho que paro que se processe o movimento capilor da umidade no sóla é necessário que o mesmo contenha uma quantidode de água que varia de 30 a 50 por cento de sua capacidode de saturoção. E' a dessecomento da comada superficial do sólo que determina a ascenção capilar da água contido no sub-salo. Quondo porém o dessecamento excede um certo limite, variável com a natureza do sólo, a oscenção copilar se interrampe. A camoda superficiol do sólo não recebe do camoda sub-jacente, úmido, senõa vapor dágua. O movimento capilar entretonto se restabelece com uma ligeira chuva, ou fazendo-se umo rego que umedeça os conois capilares.

Dissemos que o movimento da umidade capilar resulta do diferença de pressão dos peliculas de umidade. A intensidode desso pressão pode ser determinada desde que se conheça a tensão superficial e a curvatura da superfície úmido. Numa superficie esférico a pressão é dada pela fórmulo: — $p = \frac{2T}{R}$, sendo a tensão T, poro o superficie do água em contocto com o ar, no temperatura de 17° 5 C, iguol a 73,12 dynes por cm.

Esta pressão é que tende o elevor a águo num tubo copilar; se a água se eleva a uma altura **h** o pêso do coluna dáguo é: mosso x gravidade; e sendo o mosso o produto de: volume x densidode, temos que o pêsa da coluna dágua de alturo **h** é: volume x densidode x gravidode — Ora, por unidode de órea, a volume do coluna dáguo é: 1 x h = h; e considerando o densidode da águo iguol a 1 temos que o pêso do coluna dáguo de alturo **h** e de seção igual é unidade é: g.h. donde: $\frac{2T}{R} = g.h. = 981.h$ e

$$h = \frac{2T}{Rg} = \frac{2 \times 73.12}{981.R} = \frac{0,15}{R}$$

h é a altura em centimetros a que se elevo a água num tubo capilor de R centimetros de raio, sendo a tensão superficial do água em 73,12 dynes por cm. Aplicondo o mesmo raciocínio a um sólo ideol em que a seção reta dos canois capilores fôsse triongulor, Keen mostrou que a máximo elevoção do água em centimetros é

dada aproximadamente pela fórmula: $h = \frac{075}{R}$ ou $h = \frac{1,15}{D}$ sendo D o diâmetro das partículas do solo, em milímetros. Em virtude da grande variedade das seções dos canais capilares, as alturas de elevação da água por capilaridade são geralmente menores do que as indicadas pela teoria. Lee achou que a ascenção capilar é limitada a 4 pés na areia grossa e a 8 pés nos solos argilosos. Mc-Gee achou que, em condições normais, as ações capilares atuam francamente até a altura de 4 a 5 pés, podendo a água, lentamente, se elevar até a altura de 30 ou mais pés.

Em resumo, nos solos de grã fina a soma das superfícies das partículas, por centímetro cúbico, é maior do que nos solos de grã grossa e, por conseguinte, uma massa dágua num centímetro cúbico de argila está espalhada sôbre uma maior superfície do que num centímetro cúbico de areia, sendo as partículas de argila menores, o raio da película de umidade que as envolve é também menor; e para que o raio dessa película de umidade que envolve a partícula de argila seja igual ao raio da película de umidade que envolve a partícula de areia, é preciso que a espessura dessa película seja maior na argila do que na areia. Por isso é que a capacidade capilar dos solos de grã fina é maior do que a capacidade capilar dos solos de grã grossa.

A água que se infiltra no solo é, pois, solicitada por duas fôrças; a gravidade e a capilaridade; à medida que a água vai penetrando no sólo, ela vai enchendo os seus vazios e seu excedente vai se infiltrando mais profundamente. Quando cessa o afluxo da água superficial a água que enche os vazios continua a ser solicitada pela gravidade, os quais se vão esvaziando só permanecendo nos mesmos a água que é retida por capilaridade, em virtude da tensão superficial das películas de umidade. Essa água que permanece nos vazios a despeito da gravidade é que se chama umidade capilar.

Donde resulta que quando se derrama água na superfície do sólo, em quantidade superior à capacidade capilar dêsse sólo, a água excedente a essa capacidade se perde porque se infiltra profundamente.

A dose de água que se deve aplicar num sólo dado é igual ao volume da camada de sólo que se quer irrigar multiplicada pela diferença de percentagem entre a umidade capilar e a umidade que se verifica no momento da irrigação.

Nos solos leves, médios e pesados a percentagem de água que caracteriza a umidade capilar é, em relação ao pêso específico aparente desses solos, o seguinte:

Solos leves — 8 a 15% de água
Solos médios — 15 a 20% de água
Solos pesados — 20 a 25% de água.

Quando um sólo dado está lotado de umidade capilar os seus vazios tem de 40 a 60% do seu volume ocupado pela água. O pêso específico desses solos é, em média:

Solos leves — 1,15 quilo por litro
Solos médios — 1,35 quilo por litro
Solos pesados — 1,69 quilo por litro.

O problema da irrigação consiste em se considerar o sólo como um reservatório de umidade, cujo nível máximo é limitado pela sua capacidade capilar e que se extravasa em pura perda sempre que se umedeça o sólo além dêsse limite. Uma vez lotada essa capacidade capilar, as raizes das plantas, que funcionam como bombas de sução para alimentar a transpiração, vão gradativamente, mas incessantemente, — mais de dia que de noite — reduzindo o nível dessa umidade até fazê-la baixar ao nível da umidade de murchamento, que se caracteriza pelo murchamento das folhas o qual é devido ao fato de ser insuficiente para a transpiração a umidade sugada pelas raizes. E é insuficiente porque o poder de sucção das raizes se tornou inferior a tensão superficial da película de umidade que envolve as partículas do sólo.

Antes que se atinja êsse limite inferior da umidade do solo é necessário aduzir um novo suprimento de umidade, renovando-se a irrigação.

Quando se tem água em abundância a dose da irrigação, desde que não seja excessiva, pouco importa, se o sub-sólo não é impermeável; porque então pode se dar a saturação do solo privando as raizes das plantas da oxigênio do ar que lhes é indispensável. Mas se o sub-sólo é permeável a água de irrigação que excede a capacidade capilar da camada agricultável se perderá em infiltrações profundas sem prejudicar a plantação.

A frequência das irrigações está condicionada ao decréscimo da umidade do solo. Si a plantação transpira intensamente de modo a esgotar ràpidamente a umidade do solo e si à essa transpiração se acresce a perda de umidade por evaporação da superfície do sólo, é claro que as irrigações deverão ser mais frequentes do que quando êsses fatores de perda de umidade forem menores. Mas de qualquer modo a irrigação é necessária antes que a umidade do solo se reduza à umidade de murchamento, o qual é, de acôrdo com observações fitas no Colorado:

De 1 por cento do pêso de sólo de Areia Grossa
2,5 a 3,5 por cento do pêso de sólo de Areia Fina
$ a 6 por cento do pêso de sólo de Barro Arenoso
10 a 15 por cento do pêso de sólo de Barro Argiloso.

Por onde se vê que num sólo de areia grossa o murchamento das plantas só começa quando o sólo só tem 11 litros, 5 de água por metro cúbico de sólo, ou por metro quadrado de sólo com um metro de profundidade, ao passo que num sólo de Barro argiloso o murchamento começa quando ainda há no sólo 236 litros de água por metro cúbico de sólo.

Em compensação, como vimos um sólo de areia grossa só retém, no máximo 172 litros de água por metro cúbico de sólo; enquanto que um sólo de barro argiloso pode reter 422 litros de água por metro cúbico de sólo.

Donde se conclue que num sólo de areia grossa, num alqueire geométrico de superfície, com uma camada agricultável de 1,5 metro de espessura, se pode armazenar 15.715 metros cúbicos de água para a transpiração das plantas. Se o sólo fôsse de barro argiloso o armazenamento seria de 18.150 metros cúbicos. Embora a vegetação se desenvolva bem desde que haja no sólo umidade disponível, isto é um teór de umidade compreendido entre a umidade de murchamento e a umidade capilar, vimos pelas experiências de Montgomery e Kiesselbach que a matéria sêca produzida é máxima quando a umidade do sólo é de **oitenta por cento da umidade capilar** e por isso, para o rendimento da plantação:

E' recomendável conservar-se o teôr de umidade do sólo agricultável igual a oitenta por cento da umidade capilar importando por isso que se façam frequentes irrigações com doses reduzidas.

Pelo que vimos a capacidade capilar de um sólo dado depende da sua classe. E por conseguinte, antes de se fazer qualquer projeto de irrigação, cumpre analizar-se o sólo para determinar-se o volume de umidade que êle comporta — volume que se acha compreendido entre o limite da umidade hygroscópica e da umidade capilar — e o volume da umidade que nesse sólo pode ficar disponível para a transpiração das plantas — volume êsse compreendido entre o limite da umidade de murchamento e da umidade capilar.

Porém nem tôda a água de irrigação vai armazenar-se na camada agricultável do sólo sob a forma de umidade capilar; há perdas: perdas por evaporação, perdas por infiltração profunda e perdas que resultam das águas que sobram da irrigação em consequência de uma dosagem mal calculada. Avalia-se geralmente que o volume da água de irrigação assim se distribue, em médio:

Sobras	5%
Infiltração profunda	25 a 40%
Evaporização pelo sólo	10 a 15%
Água aproveitável p/transpiração	40 a 60%

O que quer dizer que da água aduzida e distribuída no campo cultivado, sòmente é utilizada pela transpiração das plantas de 40 a 60% do seu volume. Mas essa médio pode-se tornar um mínimo, e nesse caso só se aproveita para a transpiração 20 a 35% da água distribuída — ou um máximo, quando a irrigação é perfeita, e nesse caso se aproveita de **70** a **80** por cento da água distribuída.

Entretanto, afora as perdas acima mencionadas, há as perdas por adução, as quais variam muito: sendo ínfimos ou a bem dizer nulas nos conductos forçados, mas podendo ser vultuosas nos canais a céu aberto em terra.

Vejamos agora qual é, na prática, a volume de água consumido na cultura das plantações, e a rendimento com a irrigação.

Alfafa — volume dágua por hectare: 3.050 m/cúbicos — Safra: 14 tons. p/hect..

Davis-calif — volume dágua por hectare: 15.205 m/cbs — safra: 21 tons. p/hect.

Trigo — volume dágua por hectare: zero m/cbs. Safra: 3.412 litros p/hec.-7.500 m/vbs. — Safra 4.375 litros p/hect.

Cevada — volume dágua por hectare: zero — Safra: 955 quilos p/hect.

Davis-Calif. — volume dágua por hectare: 6.000 — Safra: 2.400 quilos p/hect.

Aveia — volume dágua por hectare: zero m/cbs. — Safra: 4.462 litros p/hect.

Volume dágua por hectare: 7.500 m/cbs. — Safra: 6.400 litros p/hect.

Milho — volume dágua por hectare: zero m/cbs. Safra: 4.550 litros p/hect.

Lagon-Utah — volume dágua por hectare: 6.000 m/cbs — Safra: 7.875 litros p/hect.

Arroz — volume dágua por hectare: 12.500 metros cúbicos — Solos argilosos ou de adobe.

Calif. — volume dágua por hectare: 20.000 m/cbs — Solos mais permeáveis.

Batatinha — volume dágua por hectare: zero metro cúbico — Safra: 10.500 litros p/hect.

Lagan-Utah — volume dágua por hectare: 9.000 metros cúbicos — Safra: 26.250 litros p/hect.

Laranjais — volume dágua por hectare: 10.000 m/cbs.

Algodão — volume dágua por hectare: 5.000 metros cúbicos.

Êsses dados não são absolutos, pois como vimos a necessidade de água das plantas varia com as condições climatéricas; e as perdas por evaporação e por infiltração profunda também variam com a temperatura ambiente e com a classe do sólo. Servem entretanto de critério para se ajuizar do efeito da irrigação sôbre a produção agrícola. Não é tudo, porém, que haja água para as plantações, isto é que a altura de chuva durante o ciclo da vegetação seja bastante para provêr à necessidade total de água das plantas; é preciso que êsse volume de água venha dosado parceladamente de modo a conservar no sólo, permanentemente, uma umidade capilar à disposição das raizes das plantas. Nada adianta que chova de uma só vez tôda a altura dágua capaz de provêr à necessidade da água de uma plantação, porquanto a maior parte dessa água não permanece armazenada na camada agricultável do sólo e se perde por evaporação ou por infiltração profunda, ou mesmo por escoamento superficial — e a plantação em pouco tempo terá sugado pela transpiração a remanescente que ficou no sólo sob a forma de umidade capilar; e começará a murchar, se não chover de novo. O critério da altura pluviométrica não serve para se determinar o conve-

niência ou inconveniência da irrigação; o que é preciso é conhecer-se a regularidade da distribuição das chuvas, para saber se em virtude do seu regime se pode contar com uma permanente umidade capilar do sólo, desfalcada que seja essa umidade pela transpiração das plantas.

De um modo geral, em todo o território nacional o regime de chuvas é inconstante; mesmo na zona sub-tropical ou temperada; na época da estiagem, passam-se semanas e às vêzes meses sem que chova. E por outro lado com a camada permeável do sólo nem em tôda parte tem muita espessura, o armazenamento de umidade pelo sólo é escasso; e os mananciais, quando a sêca se prolonga, minguam muitas vêzes secam. E por essa razão, apezar da temperatura nos meses do frio se prestarem á lavoura, quase não se planta, e quando se fazem plantações, a safra não dá rendimento. A água para a agricultura é o fator primordial para o seu aperfeiçoamento; pode-se cuidar da mecanisação da lavoura, mas si não se puder contar com a água quando ela se torna necessária ás plantações, se terá talvez barateado a mão de obra da lavoura, mas o seu rendimento não terá aumentado.

Mas a mecanização da lavoura não deixa de ser vantajosa no sentido que facilitará o terraceamento dos morros, o que evitará a erosão; ao mesmo tempo que quebrando as enxurradas e fazendo a água estagnar sôbre a superfície do sólo, favorecerá a infiltração e por conseguinte o armazenamento da umidade.

Os terraços deverão ter a largura suficiente para que as plantações sejam feitas como para a irrigação, em regos e serão do tipo absortivo; nas regiões sujeitas a chuvas pesadas e demoradas os terraços serão do tipo drenagem, de reduzida declividade.

Nos terrenos de pouca declividade será sempre conveniente fazer-se a irrigação por meio de canteiras, cercados de banquetas 30 a 60 centimetros de altura e não devendo ter uma área superior a 4.000 metros quadrados cada um. O uso de canteiras se recomenda principalmente nos solos pesados, afim de permitir que a água de irrigação permaneça sôbre o terreno para que melhor se faça a sua infiltração, não devendo entretanto a dose de cada irrigação ser grande demais afim que as plantas não sejam molestadas pela submersão. A área cercado pelas banquetas deverá ser bem aplainado podendo ter, entretanto, uma pequena diferença de nivel a partir da cabeceira, para permitir que a água de irrigação cubra rápidamente o terreno. A descarga do cabeceira, em cada canteira, deverá ser de cêrca de 1.350 litros por segundo. Se o terreno é muito acidentado e a terraplenagem custosa as canteiras serão menores, podendo ser de 400 metros quadrados de área, não devendo entretanto a diferença de nivel entre dois canteiras adjacentes ser superior a 15 ou 20 centimetros. O limite da largura dos canteiras é de 20 metros ou menos, em terrenos cuja declividade seja de cêrca de **um por cento.** Os canteiras não dveerao, porém, ter um comprimento superior a 120 metros, mesmo em terrenos pouca permeáveis, afim de evitar infiltrações profundas junto às cabeceiras e infiltrações razas nas extremidades.

Nos terrenos de maior declividade, sendo permeáveis, o método mais aconselhável é o de ralamento sendo a largura da faixa de 15 a 20 metros e o seu comprimento variável conforme a classe do solo. Para solos arenosos o comprimento da corrida será de 60 metros, com pequena descarga na cabeceira; em solos pesados a corrido poderá ser até de 400 metros. A prática na Califórnia, para a irrigação por ralamento é a que se faz com as seguintes dimensões:

A irrigação por ralamento se faz de preferência em terrenos cuja declividade varie de 4 a 6 por mil e cuja natureza do sólo permita que a altura dágua de irrigação seja absorvida á medida que a água corre sôbre o terreno. Para isso a superfície do sólo deve ser completamente destacada e alisada, de forma que não haja depressões nem saliências, afim de evitar que a água se empoce em alguns lugares e não cubra outros; devendo a umidade ser homogênea em tôda a camada agricultável.

Nos pomares, a irrigação pode ser feita cercando cada árvore ou cada grupo de árvores com banquetas e inundando-se o recinto. Êsse método dispensa que se aplaine o terreno, de vez que a água contida na bacia formada se infiltre no solo ao alcance das raizes das árvores.

Do conjunto dessas digressões sôbre a finalidade da irrigação e sôbre o modo de praticá-la, conclue-se que:

A altura da chuva de uma região não é uma indicação da necesidade ou da desnecessidade de se fazer irrigação. Sòmente o conhecimento do regime das chuvas, por meio de observações prolongadas, e o conhecimento da natureza do sla, com que se determina a capacidade de umidade capilar de um terreno agricultável, indicam o necessidad ea a frequência das irrigações.

6.º — Onde a água fôr escassa e a configuração do sólo permitir o método de irrigação mais aconselhável é o de canteiros, nas pequenas lavouras. Nas grandes superfícies agricultáveis a irrigação deverá ser feita por meio de regos, os quais, em sólo arenoso não deverão ter mais de 400 metros; sendo 200 metros de comprimento uma boa média.

7.º — De um modo geral, sempre que a umidade do sólo baixar, aproximando-se da umidade de murchamento, a irrigação é indispensável; entretanto é conveniente irrigar-se o terreno tôda vez que a umidade do sólo se reduzir à metade do teôr da sua capacidade capilar.

8.º — A dose da irrigação será a que fôr necessária para elevar a umidade do sólo, no momento em que faz a irrigação, até o teôr de umidade compatível com a sua capacidade capilar.

Semanas Ruralistas

pelo Prof. GERALDO G. DA SILVEIRA
Engenheiro Agrônomo

I — Objetivos das Semanas Ruralistas

As semanas Ruralistas constituem, sem dúvida, um dos recursos mais eficientes e aconselháveis, para, de uma maneira concreta e objetiva, melhorar as condições de vida e de trabalho das nossas populações rurais.

Elas são eminentemente educativas e ilustrativas e, pelos seus resultados práticos já comprovados, merecem ser generalizadas e intensificadas.

Elas têm um grande alcance social e educativo e concorrem, de uma maneira muito eficiente, para a formação da verdadeira mentalidade ruralista de que tanto carecemos.

E' preciso fazer chegar até aos nossos agricultores os princípios básicos da agricultura racional, sem o que não conseguiremos sair do empirismo e do rotinismo que, em grande parte, ainda caracterizam a nossa exploração agrícola; é preciso integrar o nosso homem rural na sua profissão e interessá-lo pelos problemas da comunidade rural, fatores primordiais para a melhoria das condições de vida e de trabalho das nossas populações rurais, enfim, torna-se necessário e inadiável, uma campanha em largas proporções, de recuperação agrícola e de valorização do homem rural.

Através de palestras, conselhos, sugestões, cursos práticos e demonstrações práticas realizadas no próprio local, convenientemente orientadas por técnicos e educadores que conheçam bem não só o meio rural e seus problemas, mas, principalmente a psicologia do nosso homem rural, conseguiremos, com grandes vantagens, atingir os elevados objetivos das Semanas Ruralistas.

Visando atingir tais objetivos é preciso, pois, que, durante as Semanas Ruralistas sejam promovidas:

a) — palestras sôbre os mais variados assuntos agrícolas, principalmente sôbre os problemas mais prementes da região. Assim, por exemplo, nas zonas algodoeiras, os problemas relativos à cultura do algodão (seleção de sementes, plantio, tratos culturais, combate ás doenças e pragas, etc) devem merecer uma atenção tôda especial; nas zonas cafeeiras, os problemas relativos ao café (agora mesmo, a broca do café, vem exigindo medidas imediatas em defesa da produção cafeeira), nas zonas de criação, os problemas relativos à seleção, alimentação, profilaxia de enfermidades, etc.

b) — cursos rápidos e práticos, eminentemente objetivos, visando proporcionar ao homem rural os conhecimentos básicos sôbre os processos racionais de conduzir os trabalhos agro-pecuários.

c) — demonstrações práticas sôbre a mecanização da agricultura, práticas culturais racionais (combate à erosão, fertilização dos terrenos, irrigação, tratamentos sanitários, etc.) e tantos outros trabalhos que devem merecer a atenção dos agricultores.

d) — sessões cinematográficas, com a exibição de filmes agrícolas educativos e ilustrativos que ensinem como trabalhar melhor, as vantagens da agricultura racional, etc.

e — distribuição de livros, folhetos, revistas, etc. sôbre assuntos agrícolas, escritos em linguagem simples, atraente e convincente.

f — palestras sôbre cooperativismo, mostrando as vantagens da organização cooperativista da comunidade rural.

g — distribuição de sementes selecionadas, especialmente das plantas mais cultivadas na região, ou, cuja cultura, embora não venha sendo praticada, mereça ser introduzida na zona.

h — distribuição de máquinas, ferramentas, etc. nos Clubes Agrícolas locais, aos agricultores de menores recursos. etc.

i) — palestras sôbre a necessidade da intensificação das culturas de subsistência (hortaliças, feijão, arroz, milho, etc.), bem como a criação de pequenos animais domésticos (aves, abelhas, etc.), visando não sòmente, o intercâmbio comercial, mas, principalmente, a melhoria das condições de alimentação da população rural.

j — palestras e demonstrações práticas sôbre higiene rural, tais como tratamentos preventivos e curativos das enfermidades mais comuns da região, sôbre medidas de higiene individual e coletiva, etc.

k — demonstrações práticas sôbre como melhorar as pequenas indústrias rurais locais, e, como desenvolver novas indústrias,

l — realizadas exposições, concursos, etc., que estimulem e despertem o interêsse da população rural para os problemas mais palpitantes da região.
e tantas outras medidas úteis e oportunas que devem ser tomadas de acôrdo com os recursos disponíveis, as necessidades leoais, etc.

Oportunidades das Semanas Ruralistas

As Semanas Ruralistas, constituem, sem dúvida, um dos meios mais eficientes para fazer chegar até as populações rurais, a ação direta do Ministério da Agricultura, o Ministério do Fomento da Produção, o Ministério dos Agricultores, como já bem o disse, um de seus titulares.

O nosso homem rural, em muitos casos, não acredita no Ministério da Agricultura, nem crê em seus técnicos.

Sòmente através de demonstrações tão objetivas, como as proporcionadas pelas Semanas Ruralistas, é possível fazer com que êles encarem a questão de outra maneira, reabilitando assim o Ministério da Agricultura e seus técnicos.

O Serviço de Informação Agrícola que tantos e tão valiosos serviços tem prestado à agricultura nacional e à formação de uma verdadeira mentalidade ruralista, já realizou, com absoluto êxito, três Semanas Ruralistas.

a — Semana Ruralista de Cordeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

b — Semana Ruralista de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso.

c — Semana Ruralista de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.

E' auspicioso e confortador o fato de outras Semanas Ruralistas estarem programadas pelo S.I.A., e oxalá, elas se realizem, cada vez mais frequentemente, pois o exemplo dos primeiras é eloquente.

Precisamos cuidar um pouco mais da nossa população rural, que apesar das crises, dos inúmeros contratempos a que está sujeita a exploração agrícola, da falta de uma conveniente orientação, etc., continua sendo o baluarte da economia nacional.

O problema é intensificador, cada vez mais, a política de recuperação agrícola e de valorização do homem rural, pois só assim teremos um acomunidade rural esclarecida, feliz e radicada ao solo.

Sugestões para trabalhos e debates entre os alunos do Curso de Formação Pedagógica de Professôres e Orientadores do Ensino Agrícola

1 — Necessidade e oportunidade das Semanas Ruralistas.

2 — Estudos sôbre a organização de uma Semana Ruralista.

3 — As Semanas Ruralistas e as escolas agrícolas.

4 — As Semanas Ruralistas e a educação rural.

5 — As Semanas Ruralistas, seus objetivos e aplicação prática em o nosso meio rural.

Desenvolvimento da Produção de Fibras Nacionais

Prof. Arthur Torres Filho

O problema da sacaria para embalagem de produtos agrícolas sempre foi entre nós assunto de fortes cogitações, tornando-se estranho, aos olhos de muitos de nossos economistas que, possuindo o país flora riquíssima em plantas fibrosas, fôssemos tributários da juta indiana.

Não só no domínio da sacaria, dos envoltórios, como no da cordoaria, vastíssimo é o campo de consumo para os texteis, tanto no Brasil como no mundo. Se destacarmos a América, vemos os Estados Unidos, o Canadá, a Argentina e o Brasil fazerem enormes aquisições de juta, principalmente para sacaria e tela, da India, utilizando o México o produto de suas próprias fibras. A nova política econômica não poderia ficar estranha a êsses fatos, precisando habilitar nosso país a produzir fibras, além do algodão, que garantissem as necessidades internas e, se possível, possibilitando encararmos a exportação, mercê das condições naturais de que dispomos.

Fibras para tecidos, cordoaria, envoltórios representam aplicações vastíssimas em todo o mundo.

Naturalmente o Norte do Brasil sempre foi considerado como reservatório de fibras valiosas para todos os misteres. Em matéria de sacaria é que se nos apresenta o assunto em seu caráter crucial para a economia brasileira.

Era forçoso empreendêssemos o aproveitamento das fibras nacionais.

O cultivo da própria juta, de iniciativa privada em São Paulo, no vale do Paraíba e em outras zonas, devido a precalços surgidos, não pôde corresponder pràticamente aos resultados desejados, apesar de haver acarretado fortes dispêndios.

Nos últimos tempos, enquanto no Ministério da Agricultura eram feitos experimentos com as fibras nacionais, na antiga Comissão de Defesa da Economia Nacional, em 1941, criou-se o Serviço de Contrôle de Fibras Nacionais objetivando *a fiscalização e a utilização* das fibras e juta indiana.

A partir dêsse momento, as fibras nacionais passaram a ter colocação certa, nas fábricas de aniagem e cordoaria.

Ficou verificado que a juta importada da India, constituída de fibras de plantas de Corchurus capsularis L. e Corchurus olitorius L., família das tiliáceas, poderia ser misturada com a nacional. A espécie *capsularis* é a mais importante sob o ponto de vista têxtil, constituindo a maior parte da produção de fibras da India.

E foi graças a essa louvável iniciativa da Comissão de Defesa da Economia Nacional, que alcançou a mais elevada repercussão em nossa economia, logramos alcançar, na indústria, um consumo de 61% de fibras indígenas com a produção, em 1946, de 58.951.632 sacos 101.219.635 metros de telas e 35.160.931 quilos de fios. Êstes dados constam do Diário do Congresso Nacional de 27-5-1947, pág. 2.022.

Segundo dados oficiais existem no país 31 fábricas produtoras de aniagem, assim distribuídas: 12 em S. Paulo, 4 em Pernambuco, 3 no Rio Grande do Sul, 3 no Distrito Federal, 1 no Pará, 1 no Maranhão, 1 no Ceará, 1 na Paraíba, 1 em Sergipe, 1 na Bahia, 1 no Espírito Santo, 1 no Paraná e 1 em Santa Catarina.

Coube a São Paulo produzir mais da metade dos artefatos de juta fabricados no país e essa produção vem crescendo constantemente, de ano para ano.

Torna-se digno de registo o interêsse em nosso país pela juta, a partir de 1930, quando, na Amazônia, foram iniciadas as experiências do plantio pelos japoneses com sementes provenientes de São Paulo e Extremo Oriente. Deve-se ao brasileiro Antonino da Silva Neves, grande empreendedor e que morou na India, sempre com o pensamento voltado para o Brasil, dedicado sócio da Sociedade Nacional de Agricultura, a remessa das primeiras sementes de juta plantadas no Estado de São Paulo, cujas experiências foram mal sucedidas devido à condição meteorológica, à imperícia e à falta de perseverança no cultivo.

E' conhecida atualmente a história da aclimação da juta no Amazonas, pelos japoneses, em Parintins, onde, nos primeiros anos, apesar da boa qualidade da fibra, o baixo rendimento das "jutas anães" não permitiu a expansão do cultivo. Só a partir de 1930 foi alcançada a vitória por Rioto Oyama com o plantio da juta no Estado do Amazonas. Conseguiu êsse agricultor, em 1934, uma variedade de juta que atingiu a altura de 4 pés com diâmetro de 2 polegadas. As sementes colhidas e plantadas em terra firme, desenvolveram-se de modo notável. Com uma nova espécie, a hoje conhecida juta Oyama, tendo o dôbro da grossura e o triplo da altura, dando o dôbro e mesmo o triplo das variedades anãs, então cultivadas, tornou-se vitorioso o cultivo da juta entre nós.

Foi assim que se conseguiu a aclimação da juta na Amazônia, ponto de partida de enorme riqueza para aquela região e para o Brasil, se soubermos dar a devida orientação à exploração em bases econômicas e técnicas. Em 1936 eram enviadas as primeiras seis toneladas de juta para Belém. O produto oferecia índices satisfatórios quanto às suas propriedades de resistência, elasticidade e brilho.

Eis a marcha da exploração da juta amazonense:

1938 . . .	67.625	62.887,20
1939 . . .	168.355	201.925,60
1940 . . .	324.884	881.750,50
1941 . . .	937.955	3.387.763,40
1942 . . .	2.769.984	13.936.281,60
1943 . . .	3.224.304	17.025.801,30
1944 . . .	4.566.107	22.422.364,30
1945 . . .	4.289.000	
1946 . . .	4.530.000	

Acrescente-se a essa produção a do Pará que, em 1946, foi de 2.000 toneladas.

Com o irrompimento da guerra os japoneses ficaram tolhidos em possuirem conhecimentos seguros dessa cultura.

Não havendo produção de sementes selecionadas obtidas em Campos Experimentais e nem o necessário contrôle de distribuição êsse tornou-se o mais grave aspecto da cultura, existindo atualmente cinco variedades: *juta Oyama* que atinge até 4 metros de altura, com floração aos 120 dias; *juta vermelha*, de casca violácea, alcançando 4 metros de altura, florindo aos 130 dias; *juta perereca*, de casca verde, não chegando aos 3 metros, florindo aos 90 dias; *julinha de casca verde*, não chegando a 2 metros de altura, florescendo aos 60 dias; *julinha vermelha*, de casca violácea, não passando de 1,5 metros de altura, com floração aos 40 dias. As duas primeiras oferecem bom rendimento agrícola e boa matéria prima para indústria. As três últimas, segundo o técnico Admar Fleury, diretor do Fomento Agrícola do Estado do Amazonas, apesar da boa qualidade da fibra apresentam baixo rendimento, sendo anti-econômico o seu cultivo. E' preciso que nossa fibra seja dotada de resistência, maciez e limpeza, para que possa competir com a similar indiana. Os fatos expostos demonstram à sociedade que o problema da produção de boas variedades de juta depende da genética com a produção de sementes selecionadas em campo de multiplicação para o plantio e serem distribuidas aos agricultores junto aos centros de produção. *Êsse será o ponto básico para a garantia da cultura.*

E' importante salientar que a cultura da juta, cujo ciclo não vai além de cinco meses, não prejudica culturas de manutenção (mandioca, banana, milho, etc.) o que serve para demonstrar estarmos em presença de um acontecimento econômico da mais alta significação para a economia do vale Amazônico, desde que se evite a destruição da nossa juta pela similar indiana.

E' preciso dizer que a cultura da juta na Amazônia não atende a 30% das necessidades das fábricas brasileiras. Temos uma produção total de cêrca de 7.000 toneladas para uma importação de juta bruta que se elevou a 12.958.189.

Infelizmente o sistema tributário dos Estados do Vale do Amazonas, o custo elevado dos transportes, a falta de sementes selecionadas, de padronização e outras deficiências que assinalaremos, como da falta de mão de obra e ausência de financiamento no Vale do Amazônas, não são de molde a permitir futuro tranquilo à expansão do cultivo da juta. A juta nessa região, sem dúvida a mais propícia até agora encontrada entre nós, poderia garantir uma produção de fibras capaz de garantir nosso auto-abastecimento. O total de despesas ori-

nudas de 37 impostos e taxas atinge a Cr$ 1.687,39 que, juntando-se a Cr$ ... 3.500,00, que é o custo da tonelada, no armazém em Manáus, perfaz Cr$ .... 5.107,39.

Êsse surto da juta deve-se a duas fábricas paulistas — Companhia Paulista de Aniagens e Companhia Fabril de Juta Taubaté, que consumiram, em 1944, 3.996.128 e 12.490.407 quilos respectivamente, o que representa 36% do consumo das fábricas brasileiras.

E' tal a importância da juta que se pode considerá-la mesmo como material estratégico para o país e seria um dos melhores esteios econômicos do Vale do amazonas. Há uma série de providências a tomar na defesa dessa riqueza que são da órbita dos municípios, governos estaduais e federal.

Na autorizada opinião do eng. agrônomo Felibesto Camargo, "o problema da produção da juta na Amazônia, é assunto facílimo de ser resolvido e se acha enquadrado dentro das possibilidades econômicas da região amazônica, uma vez afastados os impecilhos que oneram ou retardam a cultura do comércio dêsse produto". E' êle quem ainda diz o seguinte: "a qualidade da fibra hoje produzida na Amazônia não é mais igual à do Oriente e tende a se desacreditar pela inexistência de um serviço oficial de multiplicação de sementes selecionadas. Para atender a necessidade mínima de produzir 100.000 toneladas de fibras, são necessárias 30 toneladas de sementes e, para a futura safra a ser semeada em dezembro, *não há na Amazônia sequer 300 quilos de sementes puras*".

Segundo declara ainda o competente e operoso profissional, o Instituto Agronômico do Norte, com sede no Pará, possui as sementes mais puras das variedades "verde Oyama" e "Roxa de Cacaual Grande" que não podem ser multiplicadas por falta de recursos. Dada conveniente orientação à cultura e eliminados que sejam certos impostos e taxas, onerando incrivelmente o produto, é o agrônomo Felisberto Camargo que diz, "o Brasil poderá tornar-se independente da India".

Estou seguramente informado achar-se o Sr. Daniel de Carvalho vivamente interessado em enfrentar a questão da juta, dentro das atribuições do Ministério, resultarão inóquas se não forem acompanhadas por providências complementares da esfera de ação de outros setores administrativos, diante do fisco voraz, a destruir as melhores iniciativas, como está ocorrendo lamentàvelmente com a juta da Amazônia.

No caso de texteis nacionais seria preciso delimitar-se as áreas de exploração, impedir-se as experiências desastrosas, conceder-se favores fiscais, criar-se campos próprios destinados à produção de sementes e mudas, dar-se assistência técnica aos produtores instalando-se máquinas e prensas nas zonas próprias, proceder-se a fiscalização da padronização, reunir-se os produtores em cooperativa ou outras associações que permita a reunição de lavradores, proporcionando-lhes facilidades de financiamento, promover-se à organização de centrais de beneficiamento, instituir-se a licença prévia para importação de fibras e produtos manufaturados, como sugeriu o Conselheiro Anápio Gomes, para produtos importados que possam prejudicar a produção de fibras nacionais; auxiliar-se a montagem de fiação para o caroá, o linho e a rami; rever-se impostos, taxas, fretes e tarifas que incidem sôbre as fibras nacionais e, particularmente, sôbre a juta da Amazônia.

Quanto às fibras liberianas (provenientes de hastes ou caules) como a *guaxima* (urena lobata — L.), a *malva veludo* (Pavonia melacophylla), o *paco-paco* (Wissadula sp.) são as indicadas para a indústria de aniagem em mistura com a juta.

As vasculares (fibras derivadas das fôlhas) também chamadas fibras "duras" são indicadas para a cordoalha e certas manufaturas, podendo ser utilizadas em aniagem.

Dentre êsses temos o sisal do grupo das Agaves (Agave americana, a Agave sisalana Perrine, Agave Af), a Pita ou canhamo de Nova Zelândia (Formium tenax Forst), cultivado em São Paulo, a macambira (Bromelia Laciniosa Mart.), o abacaxi (Ananás Sativus) o tucum (Batris acantoycarpa Mart), e o Caroá (Neoglaziovia variagata).

Estas fibras vasculares são mecânica e industrialmente trabalhadas em máquinas modernas. As liberianas são mecânica e industrialmente trabalhadas em máquinas modernas. As liberianas são

substitutas perfeitas da juta, embora de custo mais elevado, exigindo maceração.

As Agaves, como o Sisal, estão encontrando adaptação perfeita no norte do país, principalmente nos Estados da Paraíba, Pernambuco e Bahia. O cânhamo de Nova Irlândia (Formium tenax Forst)) tem sua cultura em desenvolvimento no Estado de São Paulo, encontrando meio ambiente satisfatório. E' planta aconselhada para o sul do país. A extração de tais fibras faz-se por processo simplesmente mecânico, não necessitando de maceração, como o linho e o cânhamo. Uma vez cortadas podem ser logo desfibradas.

Neste estudo rápido sôbre matéria tão complexa como esta da fibricultura e na economia nacional, não desejo fazer o exame particularizado de cada fibra explorada no país. Um porém — o *caroá*, (Neoglaziovia variegatas Mez, de grande família das bromeliáceas) merece rápidas referências. Seu rendimento em fibras é calculado de 4 a 6%. Racionalmente cultivado pode produzir 70 toneladas, para mais, por Ha., podendo dar 3.500 kgs. de fibras finas. Atinge a cultura média de 1 m. e as suas folhas alcançam 2ms. de comprimento e 0,03 m. de largura.

Sua utilização na indústria de aniagem e limitada, tendo sido de 4.407.990 kgs em 1945, e 2.851.170 em 1946; na indústria de cordoalha foi de 1.311.277 kgs. e, em 1946, de 1.006.425. E' essa fibra exportada, o que se vem realizando desde 1920. Esta exportação acentuou-se de 1945 para cá com 897.915 kgs, passando a 4.270.346 em 1942, ... 6.396.025 em 1944, alcançando 3.018.828 em 1945 e 5.237.965 kgs. em 1946, no valor de Cr$ 20.168.736.

Deve-se essa exportação, em grande parte, nos esforços da Cooperativa Central de Beneficiadores de Caroá do Nordeste, em Pernambuco. A Argentina e os Estados Unidos são os dois países compradores, cabendo ao primeiro absorver 95,3%, cuja utilização principal se faz na indústria de solado de alpargatas.

Na produção brasileira figura Pernambuco com a contribuição de 51,0%, a Bahia com 27,8% e Paraíba com 15,4%.

O Sr. Nelson de Vincenzi, estudioso de nossos problemas econômicos, Superintendente do Serviço de Economia das Fibras Getex, vem de publicar um valioso trabalho intitulado "A indústria Brasileira de Aniagem", no qual examinando a situação dessa indústria e seu suprimento de matéria prima, aborda, com viveza o papel do *caroá*, achando que suas qualidades de planta fibrosa tem sido exageradas, tendo-se formado mesmo em tôrno dela uma lenda a que denomina "*lenda do caroá*". E, à pág. 105, declara "o regionalismo" pernambuco, por certo, o mais sensível do Brasil, aguçado pelo progressivo declínio econômico do Estado, envolveu o caroá numa aura mística. A planta do sertão se atribuiram, num animismo inconsciente, as virtudes convencionais do sertanejo, e como a êste se lhe deu uma situação marginal de abandonada". E' ainda sua opinião de que a proteção à fibra do caroá tem sido feita em detrimento de outras fibras nacionais nativas ou cultivadas revelando "incuria econômica a serviço de oportunismo político".

E' certo que o govêrno de Pernambuco, em 932, por decreto n. 168 concedeu isenção de todos os impostos que viessem a recair sôbre a exploração industrial da fibra do caroá e o govêrno federal, por decreto n. 1.950, de 30 de dezembro de 1939, isentou as fibras de *caroá* e de côco e suas manufaturas, do impôsto de consumo em *todo território nacional*. Ainda coube ao govêrno pernambucano tornar obrigatório, na indústria de aniagem e cordoalha, o emprêgo de 75% de caroá ou outras fibras cultivadas no Estado.

Em 20 de agôsto de 1940, a Comissão de Defesa da Economia Nacional tornou também obrigatório, na cordoalha a utilização de 100% de fibra de caroá em tôdas as fábricas de barbante empregando a juta importada e 25% em todos os fios, cordéis, cordas e cabos fabricados com o sisal nacional ou importado.

Ainda há pouco, no Congresso Nacional, o deputado Costa Porto mostrava que a região sertaneja de Pernambuco cobre 2/3 daquele Estado, declarando: "*não vejo outra solução para o sertão pernambucano que não seja a defesa integral da fibra de caroá*". E dizia mais: "*o caroá é a planta providencial, porque onde não há água e mais hostil o solo é aí onde êle melhor se desenvolve*". Preconiza a necessidade de estudos que orientam a exploração racional dessa

planta e seu melhor aproveitamento industrial com a instalação de fiações aperfeiçoadas. Não se pode, a meu ver, condenar o aproveitamento de uma planta que, a par de seu papel econômico, tem um outro de alta significação social, como o *caroá*, considerado "*o mais importante fixador do sertanejo à sua gleba*". E' certo tratar-se de uma planta nativa em cujo aproveitamento racional muito se tem por fazer do ponto de vista genético e tecnológico. Suas aplicações industriais estão por ser estudadas e desenvolvidas convenientemente ainda que as fibras liberianas sejam as mais indicadas na indústria de aniagem. Embora as plantas da família das malváceas abundem entre nós não logramos ver nenhuma delas, até hoje, implantada sob a forma de cultivo em larga escala. Só agora, estamos vendo surgir o plantio da juta indiana na Amazônia.

Recordo, com justiça, o entusiasmo do saudoso ministro Simões Lopes pelo caroá com os resultados alcançados, na Itália e nos Estados Unidos com as experiências que mandou fazer de aproveitamento dessa fibra. Guardava êle ciosamente, como verdadeiro relicário, o que chamava "o arquivo do caroá", onde se viam produtos de enorme valor obtidos com a transformação da fibra do caroá em papel, pasta, celulose e belíssimos specimens de sêda vegetal. Deixando o cargo de Ministro, no Congresso, propugnou Simões Lopes, com entusiasmo, pelo aproveitamento industrial das fibras nacionais e, em particular, do *caroá*.

Vemos hoje, em Pernambuco, boas instalações de beneficiamento, fiação, cordoalha e tecelagem de fibras de caroá. O campo, entretanto, ainda se acha aberto a estudos de aperfeiçoamento do plantio e do melhor aproveitamento industrial dêsse textil. Não participo da opinião de que o que foi feito em benefício do *caroá* implique em desamparo ou prejuízo para as demais fibras nacionais.

Muito há que fazer pelas fibras nacionais ou cultivadas no país.

E', como vemos, grande o campo para a *industrialização* dos nossos texteis e dos que aqui podem ou já foram aclimatados, como no caso do linho, da rami, restando, entretanto, explorá-los em bases econômicas e técnicas.

As fibras nativas exigem estudos genéticos e tecnológicos, com bases econômicas para que possam ser exploradas, como já ocorre com alguma delas. Além do consumo nacional podemos pensar na exportação. Somos, nesse particular, inegàvelmente dotados de ótimas condições naturais. Ainda agora estamos sèriamente ameaçados com as crises políticas do Oriente, impossibilitando o fornecimento da juta de que importamos 291.781 quilos de fio e 12.958.189 quilos em bruto, em 1946.

Legislação do emprêgo de fibras nacionais da indústria de aniagens e cordoalhas

Como muito bem salientou o Conselheiro em separado, no processo n. 721, V.B. por mim relatado, se não fôra a "política sábia" que tornou obrigatória a mistura de certa percentagem de fibras nacionais com a juta indiana pela Defesa da Economia Nacional, em 1941, mantida pela Coordenação Econômica e, até agora, observada pela Cetex, não teríamos chegado a empregar 61% dessas fibras e apenas 39% de juta. Em 1946, só a produção de sacos, num total de 58.951.652 alcançou o valor de .... 456.519.635,50. Receioso de que a política de aproveitamento das fábricas nacionais possa ser modificada, o Sr. Conselheiro Anápio Gomes, avisadamente, propôs ficasse definida a orientação do Govêrno nesse particular.

Acontece que, em 27 de maio, os deputados Costa Porto, Plinio Lemos, Medeiros Neto e Arruda Câmara, apresentaram projeto no Congresso Nacional regulando o emprêgo de fibras nacionais na fabricação de fios, cordéis, cordas e cabos, bem como na indústria de cordoaria. Nesse ante-projeto que vai em seguida a *obrigatoriedade* do emprêgo de "um mínimo de fibras nacionais". Ao Ministério da Agricultura caberia fixar anualmente a percentagem do fio nacional a ser empregado na fabricação de *aniagem*".

Por uma comissão de técnicos do Ministério da Agricultura foi há tempos elaborado o seguinte ante-projeto ainda atualizado:

1.º — As fábricas de tecido de aniagem são obrigadas a empregar, na ma-

nufatura de seus produtos, em mistura com a juta indiana, uma percentagem mínima de 10% de fibras nacionais.

2.º — Ficam obrigadas tôdas as cordoarias a empregar na confecção dos seus produtos 100% de fibras nacionais.

Parágrafo único — Na confecção de cabos para fins de marinha é facultado o emprêgo de fibras estrangeiras.

3.º — Na confecção de brins, lonas e outros artigos de linho ficam as fábricas obrigadas a empregar fibras nacionais em mistura com as estrangeiras numa percentagem mínima de 10%.

4.º — Tendo em vista o estoque de fibras nacionais disponíveis, poderá o Govêrno modificar as percentagens estabelecidas na presente resolução.

5.º — O preço de tôdas as fibras nacionais, cujo emprêgo está previsto nos itens 1.º, 2.º e 3.º, não deverá exceder o preço das fibras similares importadas.

6.º — Dependerá de expressa autorização do Ministério da Agricultura a importação de todos os produtos manufaturados de juta, sisal e manila".

A redação proposta virá beneficiar tôdas as fibras produzidas no país e não apenas, uma determinada.

Devemos esclarecer que abrimos uma exceção para o fabrico de cabos para fins de marinha, tendo em vista a necessidade de serem confeccionados com cXnhamo da Manila (Musa textiles Ness), devido à sua resistência à água do mar e não posuirmos, no momento, um substituto nacional em condições econômicas e com as mesmas qualidades.

O projeto apresentado em 27 de maio a Câmara dos Deputados pelo deputado Costa Porto e outros é do seguinte teor:

"O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — E' obrigatório, em todo o emprêgo de fibras nacionais na fabricação de fios, cordéis, cordas e cabos.

Art. — As indústrias de fiação e tecelagem deverão emprega rna fabricação de aniagem para quaisquer fins, inclusive para sacaria, um mínimo de fibras nacionais.

Art. 2.º — As indústrias de fiação e tecelagem deverão empregar na fabricação de aniagem para quaisquer fins, inclusive para sacaria, um mínimo de fibras nacionais.

Art. 3.º — O Ministério da Agricultura, de acôrdo com as disponibilidades da produção, fixará, anualmente, à percentagem de fio nacional a ser empregado na fabricação de aniagem.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário".

A legislação em vigor sôbre a indústria de aniagens e cordoalhas quanto ao aproveitamento das fibras nacionais, no concernente ao caroá está contida nas disposições da Portaria n. 4, da Comissão de Defesa Nacional de 20-8-1940.

Quanto ás fibras macias, a última Portaria da mistura é a de n. 206, de 24-2-1944 que estabelece em 60% a tolerância de percentagens na mistura de fibras nacionais a juta indiana. Os industriais, segundo suas necessidades, aplicam maiores percentagens em tal mistura.

Conclusões

1. — Aos Ministérios da Fazenda e da Agricultura caberá a tarefa de tornar profícuo o investimento de capitais e a aplicação de medidas capazes de tornarem realidade a intensificação da produção de fibras nacionais e sua utilização na indústria de aniagens.

2. — Nesse caso, será preciso não serem esquecidos entendimentos com as administrações municipais, e estaduais dentro dos mesmos objetivos sob pena de ficarem inválidos os esforços com a incidência de impostos e taxas com repercussão nas iniciativas particulares.

3 — Delimitação das áreas próprias pelo Ministério da Agricultura dos vários texteis nacionais e dos adaptados às condições do país.

4 — Organização, nas zonas próprias, de campos experimentais e de multiplicação de sementes e mudas selecionadas para fornecimento aos produtores.

5 — Assistência técnica aos produtores, com fornecimento de material agrícola, orientação de culturas e de processos modernos no beneficiamento.

6 — Instalação de usina de beneficiamento, prensas e fiscalização da padronização para as várias fibras em exploração.

7 — Organização dos produtores em cooperativas e associações rurais permitindo reuni-los a fim de proporcionar-lhes assistência mais adequada e facilitar-lhes a reivindicação de medidas em defesa de seus próprios interêsses.

8 — Financiamento aos produtores de texteis isolados ou reunidos em associados de classe.

(*Conclui na pág.* 34)







(*Continuação da pág.* 31)

9 — Isenção de impostos para importação de máquinas destinadas ao beneficiamento e fiação dos texteis nacionais.

10 — Concessão de favores fiscais e quantos invertam capitais na produção e industrialização de texteis nacionais cuja expansão se fizer em zonas consideradas apropriadas pelo Ministério da Agricultura.

11 — Seria para desejar fôssem extendidos a todos os texteis de produção nacional os favores fiscais estabelecidos, com a exclusividade, às fibras de caroá e de côco, na conformidade do decreto-lei n. 1.950, de 30 de dezembro de 1939.

12 — Ao Ministério da Agricultura deverão ser proporcionados os recursos necessários à execução de providências que lhe cabem no desenvolvimento e defesa da intensificação da produção de fibras, criando-se, com êsse fim, fundos especiais.

13 — Regular o emprêgo obrigatório de fibras nacionais na indústria de aniagem, cordoaria e vestuário.

14 — Em relação à juta amazônica impõe-se, quanto antes, a revisão do extorsivo sistema tributário em vigor nos Estados do Amazonas e do Pará. Outro tanto, faz-se mister quanto aos fretes exagerados cobrados pelas companhias de navegação. Seria preciso fossem quanto antes estudados, em conjunto, os problemas que se relacionem com a defesa da juta na Amazônia, estabelecendo-se, para êsse fim, planejamento em bases seguras. Teriam de ser convocados representantes dos governos estaduais, federal, órgãos do Ministério da Agricultura, Companhias de Aniagem e de navegação, como o Lóide Brasileiro e outras, Associação Comercial do Amazonas e do Pará para efeito de garantir a expansão do cultivo da juta, base que poderá ser do ressurgimento da Amazônia.

15 — Ser estabelecida a licença prévia para a importação de fibras e produtos manufaturados que possam prejudicar a produção de fibras nacionais.

A Pecuária Fluminense

Através a soberba demonstração que foi a 3.a Exposição Estadual de Animais de Cordeiro

Encerrou-se no domingo, 16 de maio último, a 3.ª Exposição Estadual de Animais e Produtos Derivados de Cordeiro. Esta mostra, que a princípio tinha âmbito regional, êste ano foi elevada à categoria de exposição estadual. Os maiores criadores do Estado se fizeram representar concorrendo para seu maior brilhantismo.

Organizada pela Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, tendo merecido o maior apôio do Exmo. sr. Governador do Estado, coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva, que ao inaugurá-la em notável discurso, disse em palavras entusiastas da sua grande significação econômica, tendo-se em vista que como fonte de riqueza e considerando particularmente a situação geográfica privilegiada do Estado do Rio de Janiero, aproximado que está do maior centro consumidor de nosso país, têm possibilidades inexgotáveis.

Inegàvelmente é merecedor de nossos aplausos o digníssimo Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio, sr. dr. Edgard Teixeira Leite, vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, que não poupou esforços pelo maior brilhantismo do certame.

Escolhendo a cidade de Cordeiro para sede desta exposição, foram mais uma vez felizes as autoridades fluminenses pois pela sua situação de município pecuarista, é bem uma afirmação do novo espírito progressista do Estado do Rio de Janeiro. Acreditamos que no próximo ano, ainda melhor compreendidas as altas finalidades da realização desta mostra, os pecuaristas fluminenses melhor se prepararão para concorrer a êste certame de estímulo a demonstração de progresso da pecuária fluminense. Julgamos que novidades, quer no terreno de uma melhor seleção de gado, quer num mais acentuado cuidado na escolha da forragem ou na aplicação de novas técnicas, e no aproveitamento dos produtos industriais correlatos à pecuária, serão exibidos num sentido de aperfeiçoamento e progresso.

Relação na 3.ª Exposição Estadual de Animais e Produtos Derivados de Cordeiro.

RAÇA GUERNESEY:

Lincoln — 1.º prêmio — **Campeão da Raça** — Carlos Kholler — Nova Friburgo.

Romanoff — 2.º prêmio — **Reservado Campeão** — Spinelli S. A. — Nova Friburgo.

Carneron — 1.º prêmio — Spinelli S. A. — Nova Friburgo.

General — 1.º prêmio — Carlos Kholler — Nova Friburgo.

Fartura — 1.º prêmio — Carlos Kholler — Nova Friburgo.



TURCO — 1.º Prêmio (Fazenda Pedra Raza, Campos)

Quinta Coluna — 1.º prêmio — Spinelli S. A. — Nova Friburgo.

Scarlate — 1.º prêmio — Spinelli S. A. — Nova Friburgo.

Glória — 1.º prêmio — Carlos Kholler — Nova Friburgo.

Clarim do Rio Novo — 1.º prêmio — Dr. Maciel Filho — Paraíba do Sul.

Caliban do Rio Novo — 1.º prêmio — Dr. Maciel Filho — Paraíba do Sul.

Altivo do Rio Novo — 1.º prêmio — Dr. Maciel Filho — Paraíba do Su.

Calmaria do Rio Novo — 1.º prêmio — Dr. Maciel Filho — Paraíba do Sul.

Hortênsia Eucaliptus — 1.º prêmio — Ricardo Stern — Nova Friburgo.

Gracinha Eucaliptus — 1.º prêmio — Ricardo Stern. — Nova Friburgo.

RAÇA JERSEY.

Picuisk — 1.º prêmio — **Campeão da Raça** — Paulo Gusmão — Araruama.
Júlio Jacarépaguá — 1.º prêmio — Dr. Jorge Grey — Trajano de Morais.
Lamento — 1.º prêmio — Estâncias Duvivier — Três Rios.
Adão Glória — 1.º prêmio — Clotilde de Morais Grey — Cordeiro.
Balalú Glória — 1.º prêmio — Clotilde de Morais Grey — Cordeiro.

RAÇA HOLANDEZA — PRETA E BRANCA:

Marabú — 1.º prêmio — **Campeão da Raça** — Estâncias Duvivier — Três Rios.
Tempestade — 1.º prêmio — Paulo de Gusmão — Araruama.
Cristovam — 1.º prêmio — Paulo Gusmão — Araruama.
Carinhosa — 1.º prêmio — Moacir Leitão — Cordeiro.
Carioca — 1.º prêmio — Estâncias Duvivier — Três Rios.

RAÇA NORMANDA

Imperador — 1.º prêmio — **Campeão da Raça** — Estâncias Duvivier — Três Rios.
Mont'Orgueil — 1.º prêmio — Dr. Jorge Grey — Trajano de Morais.
Ma'Gloire — 1.º prêmio — Dr. Jorge Grey — Trajano de Morais.
Querença — 1.º prêmio — Dr. Jorge Grey — Trajano de Morais.
Alegre — 1.º prêmio — Dr. Cid Feijó Sampaio — Santa M. Madalena.
Madrid — 1.º prêmio — Dr. Cide Feijó Sampaio — Santa M. Madalena.

RAÇA FLAMENGA

El Morocco — 1.º prêmio — **Campeão da Raça** — Francisco Henriques — Cantagalo.

RAÇA RED-POLED:

Barão — 1.º prêmio — **Campeão da Raça** — Uzina São José — Campos.

CONJUNTO DE MESTIÇOS:

Mestiços Flamengo — 1.º prêmio — Francisco Henriques — Cantagalo.

RAÇA NELORE:

Campeiro — 1.º prêmio — **Campeão da Raça** — Dr. Edmundo Barbosa da Silva — São Fidelis.
Flôr de Ouro — 1.º prêmio — Edmundo Barbosa da Silva — São Fidelis.
Evora — 1.º prêmio — Dr. Edmundo Barbosa da Silva — São Fidelis.
Flamengo — 1.º prêmio — Dr. Edmundo Barbosa da Silva — São Fidelis.

RAÇA GUZERAT:

Libertador — 1.º prêmio — **Campeão da Raça** — Margarida Monerat — Itacoara.
Baluarte — 1.º prêmio — João Carlos Burguês de Abreu — Cordeiro.
Baluarte — 1.º prêmio — João Carlos Burguês de Abreu — Cordeiro.
Tureo — 1.º prêmio — Fazenda Pedra Raza — Campos.
Esta Fazenda possui um plantel de 60 fêmeas e 1 macho, registados no S.R.G.R.O.I Concorreu à Exposição com 11 produtos, sendo todos classificados. Além de **Turco**, 1.º prêmio, levantou o Campeonato de Conjunto, com êste, **Itaquira**, **Acetona** e **Aspirina**.
Araruama — 1.º prêmio — Engenho Central Quissaman Macaé.
Nanate — 1.º prêmio — Jovino Lima Pinheiro — Itaoeara.

RAÇA GYR:

Gengis-Kan — 1.º prêmio. — **Campeao da Raça** — Estâncias Duvivier — Três Rios.
Amargosa — 1.º prêmio — Cid Feijó Sampaio — Santa Maria Madalena.

DESFILE DE EQUÍDEOS

Equinos — Mestiços de Puro sangue inglês:
Soneto — 1.º prêmio — João Carlos Burguês de Abreu — Cordeiro.
Mestiços anglo-árabes:
Ajax — 1.º prêmio — Dr. Jorge de Morais Grey — Trajano de Morais.
Picadilly — 1.º prêmio — Dr. Jorge Grey — Trajano de Morais.
Rodney — 2.º prêmio — Dr. Jorge Grey — Trajano de Morais.

RAÇA MANGALARGA:

Caroá — 1.º prêmio — **Campeão da Raça** — Lafayete Vilela — Cantagalo.
Bolero — 1.º prêmio — Francisco de Assis Henriques — Cantagalo.
Capixaba — 1.º prêmio — Alexandre Augusto Rodrigues — Cantagalo.
Mimo — 1.º prêmio — Antônio Salvador de Almeida — Cantagalo.
Mirante — 2.º prêmio — Lafayete Vilela — Cantagalo.
Surpresa — 1.º prêmio — Lafayete Vilela — Cantagalo.
Marabá — 2.º prêmio — Lafayete Vilela — Cantagalo.
Mestiço bretão:
John Gull. — 1.º prêmio — Dr. Jorge Grey — Trajano de Morais.
Azininos — RAÇA ITALIANA:
Pedrinho — 1.º prêmio — Dr. Jorge de Morais Grey — Trajano de Morais.
Merengue — 1.º prêmio — Maria Elvira Leitão da Cunha — Trajano de Morais.

RAÇA CATALÃ:

Badajós — 1.º prêmio — De Jorge Grey — Trajano de Morais.
Cerro Alto — 2.º prêmio — Dr. Jorge Grey — Trajano de Morais.
Granada — 1.º prêmio — Dr. Jorge Grey — Trajano de Morais.

RAÇA PEGA:

Garimpeiro — 1.º prêmio — Dr. Jorge Grey — Trajano de Morais.
Capela Nova — 1.º prêmio — Dr. Jorge Grey — Trajano de Morais.
Baroneza — 1.º prêmio — Dr. Jorge Grey — Trajano de Morais.

As Estações Experimentais e o Futuro da Lavoura do Cacáo

Do eng. Agrônomo Sr. Antonio Rodrigues Coutinho, recebemos a seguinte carta que inserimos, atendendo a pedido do missivista:

"Rio de Janeiro, 2-5-1948 — Ilmo.º Sr. Dr. Arthur Torres Filho — Aproveitando a calma de um domingo tive o prazer de ler os últimos números da revista A LAVOURA — órgão oficial de nossa Sociedade e à qual o prezado colega e distinto amigo empresta o brilho de sua inteligência e cultura.

Li a palestra pronunciada em sessão da diretoria, realizada em 2 de outubro p.p. pelo nosso comum amigo Dr. Pedro Fontes que, além de inúmeras atividades é adiantado lavrador, ou melhor, cacauicultor no município de Linhares, Estado do Espírito Santo, minha terra natal.

Tendo sido assistente técnico da Estação Experimental de Cacáo, estação esta pertencente à Secretaria da Agricultura do Estado do Espírito Santo, sempre me interessei pela cultura de tão preciosa esterculiácea e, lendo o artigo do Dr. Pedro Fontes resolvi tecer algumas considerações em tôrno de tão útil quão oportuna palestra.

1.º — Diz o Dr. Pedro Fontes que a Estação Experimental de Cacau de Goytacazes *nenhum serviço prestou no setor experimental* (o grifo é meu).

Discordo do presado amigo Dr. Pedro Fontes pelo seguinte:

Por iniciativa do Eng. Agrônomo Bemvindo de Novais, a quem tanto deve a agricultura espiritossantense — a E.E.C.G. estabeleceu em várias fazendas particulares em 1932-1933 talhões de observação, para determinar o número e pêso dos frutos de cada árvore, o pêso e o número de sementes de cada fruto.

Depois de um ano de observação, sendo feitas colheitas semanais em cada talhão, colhidos separadamente os frutos de cada árvore etiquetada, publiquei no Jornal dos Fazendeiros pertencente aos amigos já falecidos Otávio Barreto e Eng. Agrônomo Ubirajara Pereira Barreto, um artigo em que trazia as conclusões das observações procedidas e chegando à conclusão de ser a média de cacáu sêco por planta e por ano, de pouco mais de 500 gramas.

Houve uma grita geral e o nosso amigo Dr. Auto Guimarães escreveu um artigo refutando o meu e, comentado o caso com o Dr. Fontes êle me deu razão.

Perguntarão então:

Por que motivo houve tanto barulho em tôrno de resultados experimentais?

A resposta é simplesmente esta: todos os negócios ou melhor a compra de uma propriedade era feita na suposição de que um pé de cacáo produzia em média por ano 1.500 gramas e, pelas nossas conclusões as propriedades ficariam desvalorizadas de 1/3.

Entre o interêsse dos negócios dos lavradores e a verdade experimental prevaleceu o interêsse dos negócios.

Estou retificando êste ponto da palestra do Dr. Fontes porque, sòmente quem conheceu Linhares há cêrca de 15 anos passados, sem comunicação alguma com o mundo a não ser um vapor semanal, quem assistiu o flagelo do impaludismo, quem colheu com os operários cacáu debaixo de nuvens de mosquitos, não pode ler em artigo que nada se fez.

Não. Fez-se mais do que publicar um artigo.

Um lavrador que leu o meu artigo, acreditou na verdade dos fatos nele apontados pediu as fichas das árvores mais produtivas, obteve a semente das mesmas e com elas estabeleceu a sua lavoura. A despeito de não poder dar o trato que os cacauicultores mais abastecidos dão às suas lavouras, o lavrador Manuel Rodrigues Júnior tem uma das maiores produções do Rio Doce.

2.º — No trabalho já citado apontava a produção dos pés mais produtivos, e havia pés que haviam produzido 12 quilogramos de cacáo sêco por planta e por ano.

O caso citado do lavrador Manoel Rodrigues Júnior mostra exuberantemente que a Estação fez um trabalho útil.

3.º — Citava no mesmo artigo um plano de experimentação agrícola. Naquele plano apontava muito do que o Dr. Fontes aponta hoje.

Se tivéssemos conseguido continuar com a orientação estabelecida teríamos hoje, preciosos dados sôbre a produtividade, os melhores espaçamentos, os melhores métodos de propagação, as melhores variedades, os melhores métodos culturais, dados climáticos, etc.

Hoje que pertenço à Seção do S.N.P.A. do M.A. que planeja tôda a experimentação agrícola do Brasil é que sinto o tempo que o Estado perdeu não seguindo a orientação experimental.

Caso o Estado do Espírito Santo queira pode estabelecer uma colaboração experimental com o M.A. e fazer o que o Dr. Fontes preconiza e, estou certo, não haverá de parte do Ministério obstáculo algum.

O que é básico é que o fator homem seja devidamente valorizado.

Quem deseja técnicos eficientes, capazes e que permaneçam nas Estações Experimentais deve pagá-los devidamente, satisfazer-lhes suas exigências justas de um mínimo de confôrto e efetiva assistência social.

Com funcionários mal pagos, mal safeitos, que não são ouvidos sôbre assuntos vitais da sua estação nada se conseguirá. Experimentação agrícola é o alicerce de agricultura racional. E', no entretanto, cara, morosa, deve ser compreendida dentro de suas reais possibilidades, não se deve esperar dela milagres de noite para o dia.

O Estado de Minas mantém com o Ministério uma colaboração experimental que dia a dia se torna mais eficiente.

Porque os Estados da Bahia e do Espírito Santo não fazem o mesmo?

Pedindo ao colega agasalho na "A LAVOURA" do que julgar oportuno despede-se pedindo desculpas pela extensão desta o amigo e admirador

(a) *Antonio Rodrigues Coutinho.*

Rua São Clemente, 107 — Ap. 2-D.

A LAVOURA

(ÓRGAM DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897



Eng.º Agrônomo Arthur Torres Filho
Presidente da Sociedade



Eng.º Agrônomo Antonio de Arruda Camara
Diretor



Eng.º Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira
Consultor-Técnico



Luiz Marques Poliano
Redator-Secretário e Gerente



Redação e Administração:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT 115, 6.º

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245 — Rio de Janeiro



Professor Frederico Ferreira Lima

Seu Falecimento

Cumpre "A Lavoura" o doloroso dever de fazer o registo do falecimento de um dos mais prestimosos e entusiastas membros do quadro Social da Sociedade, o Prof. Frederico Ferreira Lima.

Associando-se ao pezar que o seu desaparecimento trouxe ao seu largo circulo de relações, esta revista insere alguns dados biográficos do Prof. Ferreira Lima, brasileiro patriota, devotado amigo da Agricultura, cuja memória será sempre lembrada com saudade pelos inúmeros brasileiros que ajudou a encaminhar para uma vida produtiva e útil.

Nasceu no Distrito Federal em 21 de agôsto de 1872. Passou sua primeira infância em Nova Friburgo onde estudou, de 1877 a 1882 no Liceu Nacional. Cursou posteriormente o Colégio Salesiano de Santa Rosa onde ocupou a matricula n. 2. órfão de pai e mãe, em tenra idade, foi obrigado a interromper os estudos ingressando na vida comercial. Trabalhou em diversas firmas comerciais desta praça sendo admitido, mais tarde, na Casa da Moeda, como oprário tipógráfico, passando logo após para a secção central, como escriturário. Aí consolidou sua amizade com o grande Ennes de Souza, então diretor daquela repartição federal e com êle colaborou na chamada *campanha agrícola*, ao lado de Moura Brasil, Germano Vert, Campos da Paz, Jacy Monteiro, Gomes Carmo e muitos outros, daí resultando a instalação da Sociedade Nacional de Agricultura, em 27 de janeiro de 1897. A maior parte das publicações feitas pela imprensa durante essa grande campanha ou foi por êle redigida ou por êle taquigrafada.

Aprendeu taquigrafia com o prof. Henrique Teixeira Alves e dactilografia por si só, dedicando-se desde logo a essas duas técnicas, então incipientes no Brasil. A principal parte de sua atividade realizou-se no setor do ensino. Fundou o Externato João de Deus em S. Cristóvão; foi, durante longos anos, professor de português e aritmética no Liceu de Artes e Ofícios do qual foi membro do conselho e da diretoria; foi professor catedrático de dactilografia e de taquigrafia da Escola Preparatória de Profissões Liberais, da Prefeitura e quando esta foi extinta pelo prefeito Bento Ribeiro idealizou a fundação da Escola Remington, instituição especializada no ensino dactilográfico e taquigráfico, o que teve lugar a 15 de março de 1911.

Ocupou diversos lugares de destaque na vida pública: Diretor-Tesoureiro do Instituto de Proteção e Assistência à InfXncia do Rio de Janeiro, durante 27 anos; Diretor do Departamento da Criança no Brasil, cuja presidência ocupou por vários anos; secretário da Secção de Educação do Comitê Nacional Brasileiro do 1.º Congresso Americano da Criança, reunido em Buenos Aires; membro do Conselho de Menores do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; sócio benemérito da Associação Brasileira de Imprensa; membro do Conselho da Sociedade Amante da Instrução (Asilo João Alves Afonso); vice-presidente do Centro de Intercâmbio Musical Luso-Brasileiro; membro do conselho e diretor do Centro Carioca; sócio fundador e diretor-tesoureiro do Grajaú Tenis Clube; membro do Rotary Club do Rio de Janeiro e muitos outros.

Pertencia à Sociedade Nacional de Agricultura, à Sociedade Fluminense de Agricultura e a numerosíssimas instituições culturais e de assistência social.

A sua maior atividade, pode-se dizer mesmo a sua vida, foi dedicada à Escola Remington, à cuja frente durante 37 anos, até seu falecimento em 14 de novembro de 1947. Nela realizou numerosos empreendimentos úteis, entre os quais podem ser mencionados o ensino, pela primeira vez realizado em nossa pátria, da dactilografia aos surdos-mudos e aos cegos.

Nunca deixou de interessar-se pelos problemas agrícolas de nossa terra, os quais considerava como da máxima importância para a vida e o progresso do Brasil. Acompanhava dest'arte todas as publicações quer do govêrno, quer da Sociedade Nacional de Agricultura, quer de particulares, as quais colecionava com carinho.

Remanescentes Indígenas na Bacia do S. Francisco

Antônio de Arruda Câmara
3.º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

"Estou convencido de que o fator principal da resistência dos nossos sertanejos deve ser procurado nos elementos técnicos que povoaram os sertões do nordeste na época do seu desbravamento".

Carlos Estevão.

Há muitos anos, no início da nossa atividade como funcionário do Ministério da Agricultura, percorremos, demoradamente, o baixo São Francisco. Tivemos, então, oportunidade de visitar, em Porto Real do Colégio, os índios que ali viviam, muito pobremente, da pesca, da rudimentar agricultura e pequena indústria cerâmica, da fiação e da tecelagem de algodão, notadamente de rêdes. Depois, em Palmeira dos Índios, visitamos, na mesma época, um sítio e plantações de índios Xucurús.

Porto Real do Colégio, então pouco salubre, nos fez compreender a delicadeza e a sublimidade da missão do funcionário responsável pela proteção aos índios.

A sua vida é de abnegação, de desprendimento e de sacrifícios. Nem sempre é compreendido e, muitas vêzes, no seu trabalho de assistência e proteção, exercendo a catequese sente, à medida que atrae e facilita o nucleamento dos pobres selvícolas, o afastamento, discreto ou ostensivo, de alguns civilizados.

E', sem dúvida, consequência de interêsses contrariados.

O índio, apesar de adversas as circunstâncias que o cercaram desde o período da penetração, resistiu. E, ainda agora, são encontrados dispersos, vivendo a vida do caboclo das ribeiras do São Francisco, parentes das tribus que, em diferentes épocas, povoaram a região e, estabelecidos em agrupamentos, remanescentes de índios que se consideram descendentes dos Cariris, os estabelecidos em Alagôas e Pernambuco —, e dos Tupinambás — os da Bahia.

Sôbre as condições de vida e a situação dêsses núcleos remanescentes teve o Coronel Vicente de Paulo T. F. Vasconcelos, quando diretor do Serviço de Proteção aos Índios, a gentileza de nos prestar, entre outros, os seguinte esclarecimentos:

Estado de Pernambuco

Belém (1). Nas ilhas do rio S. Francisco, atualmente sujeitas a êste município, habitaram, desde tempos imemoriais, os índios atualmente denominados "Gamelas" que constituem um dos grupos remanescentes dos "Cariris" do Nordeste. Êsses índios vivem hoje dispersos por diversos municípios ribeirinhos do São Francisco, por ter a Municipalidade de Belém se apossado de suas terras para distribuí-las a civilizados, apesar dos protestos do S.P.I. E' assim que em Cabrobó também se encontram dêsses índios.

Floresta — Existem índios também do grupo "Cariri" aparentados e em ligação com o grupo dos "Pancarús", ou "Pancararús", da Itaparica.

Itaparica (2) — No distrito de Tacaratú há índios "Pancarús" ou "Pancararús" na reserva que o S.P.I. até hoje tem conseguido defender da espoliação dos civilizados. Graças a essa possibilidade de morar e trabalhar com alguma tranquilidade, as condições de vida do "Pancarús" são boas. Êsses "Pancarús" são trabalhadores; a sua produção de alimentos dá para o consumo e sobra para a exportação. Dessas sobras, em 1942, presentearam 80 sacos de feijão aos "Rodelas".

Estado de Alagoas

Porto Real do Colégio — Existem, neste município, índios ainda remanescentes dos "Cariris" pertencendo ao grupo dos "Xucurús".

Estado de Sergipe

No Estado de Sergipe aparecem alguns remanescentes de índios em Itaporanga.

(1) Atual Jatinã.

(2) Atual Petrolândia.

Estado da Bahia

No Estado da Bahia, no município de Angical, ribeirinho do S. Francisco, nas bacias dos rios Brejo, Missão e Aricobé e na confluência dêsses com o rio Caroá, há indios atualmente denominados "Aricobés", que se dizem remanescentes dos "Tupinambás". Os rios acima referidos são na bacia do Rio Grande, cuja confluência com o São Francisco é na cidade de Barra.

As condições de vida dêsses indios pouco diferem das dos trabalhadores nacionais adjacentes: — casas de pau a pique mal cobertas de palhas; alimentação com base na farinha de mandioca, peixe do rio e rapadura; calça e camisa como vestuário único.

Estado de Minas Gerais

Em nenhum dos municípios franciscanos no Estado de Minas Gerais, existem indios estabelecidos e em condições de serem cuidados pelo Serviço de Proteção aos Indios.

Como se vê, estão limitados a pequenos núcleos os remanescentes indigenas na Bacia do São Francisco.

O Serviço de Proteção aos Indios conhecendo-lhes condições de vida e situação presta-lhes a assistência a seu alcance e procura fazer compreender a necessidade de se dispensar ao indio remanescente tratamento capaz de integrá-lo em a nossa civilização.

Combate à Peste Suína

Grandes prejuizos já causou a peste suina no país e a renovação da suinocultura está dependendo de um incentivo combate a essa moléstia, campanha que só poderá surtir efeitos satisfatórios se houver estreita colaboração dos criadores e demais interessados no comércio de porcos, com os serviços oficiais de Defesa Sanitária Animal.

Qualquer descuido ou imprevidência será desastrosa às regiões ainda livres, sendo dever de todo cidadão, ditado pelo próprio senso de patriotismo, cooperar, tanto quanto possivel, para o feliz êxito dessa campanha de recuperação de uma riqueza que é nossa e que está sèriamente ameaçada.

Definição

A peste suina é produzida por um virus de alto poder infectante, constituindo doença de larga contagiosidade, podendo ser fàcilmente levada à distância pelos cursos dágua, rodas de carros e caminhões, calçados e vestimentas das pessoas, pelos urubús, etc.

Os porcos doentes eliminam virus pelos corrimentos, evacuações, urina, etc., e desta forma a peste suina vai se mantendo nas pocilgas, mangueirões e chiqueiros.

Como reconhecer a peste suina?

Sintomas

Febre, andar incerto, olhos remelosos, manchas vermelhas na pele, diarréia escura, tendência a ficarem os doentes amontoados. Cinco a vinte dias de doença, mortandade alta e os que escapam são perigosos, tornando-se propagadores da peste.

Lesões

Pulmão e coração

Apresentam manchas hemorrágicas espalhadas na superfície dos órgãos.

Baço (Passarinha) — Contém focos de cor azul escuro, levemente salientes.

Rins

Muito significativo o aspecto de ovo de perua que lhes conferem numerosos e pequenos pontos hemorrágicos.

Bexiga

Aberta a bexiga mostra o revestimento salpicado de pingos vermelhos.

Intestinos

Na parte interna é cheio de botões ulcerosos cobertos de material amarelo.

Como evitar e combater a peste suína?

1.º — Vacinando todos os porcos com a vacina cristal violeta. A vacina pode ser aplicada de dois modos diferentes:

a) *Aplicação subcutânea* — injetar na parte interna da coxa, debaixo da pele, 5 centímetros cúbicos, tendo-se o cuidado de desinfetar prèviamente a região com água de creolina e fazer massagem depois da operação.

b) *Aplicação intradérmica* — injetar na ponta da orelha um centímetro cúbico com agulha própria que penetrada superficialmente na pele faz visível saliência indicando o seu trajeto; a seringa deve ser de vidro para garantir uma boa pressão, a região é desinfetada e o porco dominado com o auxílio do "cachimbo".

2.º — Revacinando, depois do sexto ao oitavo mês da primeira incubação.

3.º —Isolando os pocos suspeitos e sacrificando os reconhecidamente doentes.

4.º — Os porcos suspeitos, sem acusarem sintomas acentuados poderão ser tratados pelo sôro anti-pestoso em doses elevadas e vacinados dez a quinze dias depois de receberem o sôro.

5.º — Destruindo pelo fogo ou enterrando profundamente os que morrerem ou os que forem sacrificados.

6.º — Limpando diàriamente as pocilgas, chiqueiros e mangueirões e procedendo a desinfeção quinzenal com solução de soda a 2 ou 3% e leite de cal.

7.º — Não trazendo porcos de zonas suspeitas e estabelecendo o regime de quarentena para os adquiridos recentemente que deverão ficar isolados das criações pelo espaço de 30 a 40 dias.

8.º — Tendo em vista o perigo que representam as pessoas e os veículos que estiveram em locais contaminados que podem levar o virus pestoso nos calçados, nas rodas e nos cascos de animais de tração.

9.º — Só permitindo a entrada nos chiqueiros e nas pocilgas às pessoas que habitualmente aí trabalham; na entrada deve ser colocado um taboleiro de 60 centímetros de comprimento por 40 centímetros de largura e por 5 centímetros de fundo, cheio de cal extinta, a fim de desinfetarem os calçados sempre que, excepcionalmente, aí penetrarem pessoas outras.

10. — Mantendo os porcos bem nutridos, utilizando água pura, canalizada; dividindo-os em lotes de acôrdo com as idades; fazendo o tratamento das verminoses com a fenotiazina e combatendo o piolho como produtos à base de DDT; afugentando os urubús e qualquer outro comensal dos chiqueiros.

(Comunicado da Divisão de Defesa Sanitária Animal e distribuido pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura — Março de 1948).

Cooperativas e Corporações

Fábio Luz Filho

Ainda existe muita gente culta ou que se diz culta que faz lamentável confusão entre *cooperativismo e corporativismo*.

Cooperativa e corporação são hodiernamente têrmos antitéticos, não obstante tratadistas considerem distribuição "*corporativa patronal*", idêntica ao princípio capitalista, a distribuição das sobras na proporção do capital (bancos Luzzatti italianos e cooperativas de crédito argentinas, algumas cooperativas norte-americanas), na das matérias primas e na dos produtos entregues.

Para o primeiro caso é justa a crítica; para o segundo e o terceiro, não. A regra cooperativa básica do *retôrno* fundamenta-se no esfôrço que se recompensa. E o produtor que dá seu trabalho pessoal?...

O moderno conceito de *corporação* é radicalmente diferente do da *Economia Municipal*, em que predominavam os *colégios de Artes* (corporações, guildas, etc.), orgânicamente representativas, como acentuo em "*Teoria e prática das sociedades cooperativas*", com funções religioso-morais, jurídico-políticas e econômicas, e atribuições de promover e proteger a produção, nascidas numa época em que havia a "convicção congênita de que a liberdade era o melhor subsídio de trabalho".

Corporativismo é a prática e a doutrina corporativa, nascida na Itália mussolínica. *E' organização social baseada nas corporações profissionais*, que, pelos seus órgãos eletivos, fiscaliza a atividade econômica de cada profissão. São organizações fechadas e subsidiárias do poder político. Possuem, por isso, um caráter de direito público. O Estado não deixa de controlar e dirigir as atividades profissionais através das corporações, não obstante dê autoridade a essas corporações para isso, cujas decisões têm o caráter de direito público, que poderão ser vetadas, ou não.

O corporativismo italiano definiu as corporações como instituições que "*reunem as organizações sindicais dos fatores da produção por determinado ramo de produção ou por uma ou mais categorias determinadas de emprêsa*". Outra definição (Annos) diz que *corporação*, na ordem social-econômica, é o organismo de *direito público* que mantém equilibrados, dentro do seu seio, os legítimos interêsses pertencentes a um ou vários ramos da produção. O sindicato passa a ser "uma peça do organismo corporativo". Não se compreende *corporação* sem *sindicato*. E sindicatos e cooperativas podem completar-se no campo da produção, mas não se confundem.

Manoilesco define a corporação como uma organização coletiva e *pública* composta da totalidade de pessoas, físicas ou jurídicas, que desempenham em seu conjunto a mesma função nacional e tem por objetivo assegurar o exercício de regras de direito impostas a seus membros.

Ugo Spirito dá como conceito fundamental da economia corporativa a estatística de todos os fenômenos econômicos, conceito radicalmente diferente do cooperativo, como se sabe, de vez que êste quer a administração das cousas, baseia-se na iniciativa privada e deseja que o Estado perca seu conteúdo coercitivo, ou totalitário. Talvez se toquem suas filosofias quanto à identidade de interêsse individual com o geral, pelo princípio da satisfação das necessidades e subordinação da produção no consumo, visando, porém ao consumidor, que disciplina e canaliza para o interêsse comum.

A cooperativa é uma "economia completa" (*Wirthschaft*), como o foi a família no seu caráter de centro de produção e consumo.

A cooperativa é uma organização de natureza volitiva, aberta a todos, de entrada e saída livres, de adesão voluntária, formadora de uma consciência ética nas relações econômicas e organismo sócio-econômico-moral em última análise.

Primeira Reunião Semestral dos Prefeitos Fluminenses, para tratar dos problemas que interessam à lavoura

TEMA

Hortos Municipais: suas finalidades e importância para os Municípios Fluminenses

Pelo Engenheiro Agrônomo
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Professor da Escola de Horticultura
"Wenceslão Bello"

Como contribuição da Sociedade Nacional de Agricultura, que mantém, no Distrito Federal, a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", situada no Horto Fruticola da Penha, apresentamos aos srs. Prefeitos dos Municípios Fluminenses, como subsidio para o estudo dos problemas constantes do temário da "*Primeira Reunião Semestral dos prefeitos Fluminenses para tratar dos problemas que interessam à lavoura*", um ligeiro esbôço sôbre as "*Finalidades e Importância dos Hortos Municipais.*

I — Importância dos Hortos Municipais

A criação de *Hortos Municipais*, constitue, sem dúvida, um assunto que, dada a sua importância para os Municipios Fluminenses, será debatido, em seus múltiplos e variados aspectos, na "*Primeira Reunião Semestral dos Prefeitos*" da próspera Unidade da Federação.

De fato, a criação de *Hortos Municipais*, é um problema de relevante importância no momento em que o Govêrno do Estado do Rio se encontra empenhado em estudar e resolver, em bases seguras e objetivas, os mais prementes problemas da lavoura fluminense; lavoura que, por falta de uma assistência segura e decisiva, debate-se com vários problemas que precisam e devem ser resolvidos criteriosamente.

A criação de *Hortos Municipais*, de âmbito geral, não, apenas, Hortos destinados ao fomento do reflorestamento, mas Hortos que cuidem, não sòmente dos problemas da Silvicultura, mas também, dos problemas da horticultura pròpriamente dita (fruticultura, horticultura e jardinagem), é uma questão de grande interêsse e oportunidade que, a nosso ver, muito concorrerá para a melhoria das condições econômicas da lavoura fluminense.

A par disso, pelas suas finalidades educativas, muito concorrerão os Hortos Municipais para a melhoria e elevação dos conhecimentos e modo de vida da comunidade rural fluminense.

A simples instalação de postos de distribuição de mudas, sementes, ferramentas, etc. não resolve, a contento, os problemas da lavoura.

De nada adianta a simples distribuição de mudas, sementes, etc., se os agricultores não estão convenientemente esclarecidos e orientados sôbre os problemas da lavoura; sôbre como plantar e cuidar racionalmente das culturas; sôbre a importância da utilização de boas mudas e sementes; sôbre como conservar e aproveitar melhor o solo, enfim, sôbre como orientar segura e racionalmente qualquer exploração agrícola.

O *Horto Municipal* deve ser uma verdadeira escola que encaminhe, oriente, e guie o agricultor; que, ao lado das mudas e sementes que forneça em condições vantajosas, proporcione ao homem rural fluminense os conhecimentos básicos para que êle adquira uma qualificação profissional; que encare os problemas da comunidade rural com objetividade e interêsse, resolvendo-os, satisfatòriamente, de acôrdo com as condições locais; que coopere, enfim, eficientemente com as autoridades municipais e estaduais para a solução dos mais palpitantes problemas da lavoura. Possuimos poucas escolas profissionais agrícolas, e, nessas condições ,o ensino agrícola avulso, ensino prático e objetivo, que oriente os interessados sôbre os mais variados assuntos agrícolas, deve ser ministrado por todos os modos e meios possíveis, pois é o único que, em pouco tempo e em condições vantajosas, resolve, em parte, o problema da qualificação pro-

fissional do homem rural. A nossa experiência em essa modalidade de ensino, nos dá certeza de que êle precisa e deve ser levado a efeito em todos os recantos do país.

Os Cursos Avulsos da Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural; os Cursos de Treinamento da Comissão Brasileira-Americana de Educação das Populações Rurais; os Cursos Rápidos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello; os Cursos Práticos da Fundação Getúlio Vargas em colaboração com a Sociedade Nacional de Agricultura, etc., constituem um índice expressivo do interêsse e oportunidade de tais cursos sôbre os mais variados assuntos relacionados com a agricultura.

Os *Hortos Municipais* que venham a ser criados nos Municípios Fluminenses devem, ao lado de seus encargos relacionados com a produção de mudas, distribuição de sementes, trabalhos de cooperação com os lavradores e com as autoridades municipais, etc., cuidar ainda, com o máximo interêsse e carinho, dos problemas do ensino, possibilitando que os lavradores fluminenses, adquiram os conhecimentos indispensáveis sôbre diferentes assuntos e práticas relacionadas com a agricultura.

Fomentar e melhorar a lavoura, instruir o homem rural, estudar os problemas agrícolas e econômicos da agricultura municipal, eis os principais objetivos dos *Hortos Municipais*.

II — Finalidades dos Hortos Municipais

Múltiplas e variadas são as finalidades dos *Hortos Municipais* que almejamos, sejam criados e instalados, em um futuro próximo, no Estado do Rio de Janeiro.

Entre elas, podemos destacar as seguintes:

1 — Produção e distribuição de mudas

Uma das finalidades dos *Hortos Municipais* deve ser a produção e distribuição de mudas de árvores frutíferas, plantas ornamentais e essências florestais, mais indicadas para a região sob sua jurisdição. Para isso deve o *Horto Municipal* possuir instalações e aparelhamento necessários para a instalação de grandes sementeiras e viveiros, que produzem mudas selecionadas em quantidade suficiente para suprir as necessidades constantes dos interessados. Essas mudas devem ser de essências florestais mais convenientes para o reflorestamento da região, enxertos de árvores frutíferas das espécies e variedades adequadas às condições etiológicas regionais; mudas das plantas ornamentais mais indicadas para os parques, jardins, praças, etc., do município, etc.

A venda de mudas deve ser feita em condições vantajosas (baixo preço, facilidade de pagamento etc.), pois a finalidade de um *Horto Municipal*, não é a de se constituir em fonte de renda para o município, mas, sim, em fomentar e auxiliar o desenvolvimento da lavoura.

2 — Distribuição de sementes

Devem os *Hortos Municipais* distribuir aos lavradores, por preços módicos e em condições vantajosas, sementes selecionadas de hortaliças e de plantas da pequena lavoura das variedades mais indicadas para a região, quando possível produzidas no próprio Horto, ou, então, adquiridas nos Campos de Sementes do Estado ou da União, etc.

3 — Trabalhos de cooperação

Os *Hortos Municipais* devem também fazer, em cooperação com particulares, trabalhos de reflorestamento, instalação de hortas, pomares, etc., prestando-lhes assistência técnica, fornecendo lhe mudas, etc. pois o objetivo dos mesmos é fomentar e melhorar a agricultura.

4 — Reflorestamento de áreas devolutas

As áreas de terrenos devolutos, pertencentes ao Município, ao Estado ou ao Govêrno Federal, poderão ser reflorestadas pelo *Horto Municipal* que se incumbirá de explorar racionalmente tais florestas, obtendo assim, uma renda que auxiliará a sua manutenção.

5 — Arborisação de estradas, praças, parques, etc.

Deve constituir, também, incumbência do Horto Municipal, a arborização de estradas, praças, parques e jardins do

Município sob sua jurisdição em cooperação com o Departamento de Estradas, com o Estado, etc.,

6 — *Divulgação e fiscalização dos Códigos Florestais e de Caça*

O *Horto Municipal* deve constituir-se em delegado do Serviço Florestal e do Serviço de Caça, divulgando sob tôdas as formas e meios possiveis os preceitos neles estabelecidos e fiscalizando a sua observância no Município sob sua jurisdição, visando a proteção à natureza.

7 — *Instalação de conservação de parques e jardins*

Em cooperação com as autoridades municipais, o *Horto Municipal* poderá ter, também a seu cargo, a instalação, nos recantos mais indicados, dos parques e jardins que se fizerem necessários ao embelezamento da região e recreação da população rural, cuidando ainda da manutenção e conservação dos mesmos.

8 — *Centro de estudos*

O *Horto Municipal* deve igualmente, constituir-se em centro de estudos relativos aos problemas agrícolas e florestais do município. Serão encargos do Horto, por exemplo, os estudos sôbre as essências florestais da região, seus característicos e importância econômica; as experimentações sôbre as essências florestais, árvores frutíferas, espécies hortícolas mais indicadas para a região; os estudos sôbre as doenças e praças mais frequentes na região, etc., trabalhos que poderão ser realizados em colaboração com Institutos de Pesquisas, Estações Experimentais, etc., constituindo-se assim, em um centro capaz de esclarecer os interessados sôbre tôdas as questões relativas à agricultura regional.

9 — *Cursos Práticos*

A exemplo do que vem fazendo, com pleno êxito, desde 1937, a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", no Horto da Penha, Distrito Federal, será de tôda conveniência, que nos *Hortos Municipais*, sejam realizados Cursos Práticos sôbre assuntos compreendidos na silvicultura, na fruticultura, na floricultura e na hortaliclcultura, etc.,

Tais cursos, eminentemente práticos e objetivos, com a duração de 10 a 12 aulas deverão ser realizados, de preferência aos domingos, para facilitar a frequência daqueles que, em virtude de seus afazeres habituais, não puderem frequentá-los em outra ocasião. Os Cursos Práticos, ministrados nos *Hortos Municipais*, inteiramente gratuitos e organizados de tal maneira que possibilitem a frequência mesmo dos menos cultos (substituição de provas escritas por tarefas ou provas prático-orais) apresentarão, sem dúvida, resultados surpreendentes.

Entre outros, podemos lembrar, os seguintes Cursos Práticos que, estamos certos, alcançarão grande êxito, nos futuros *Hortos Municipais*:

a) Curso Prático de Viveirista;
b) Curso prático de Floricultura;
c) Curso Prático de Enxertia;
d) Curso Prático de Organização de Pomares;
e) Curso Prático de Reflorestamento;
f) Curso Prático de Restauração de pomares;
g) Curso Prático de Organização de Hortas Domésticas;
h) Curso Prático de Preparo do Solo;
i) Curso Prático de Extinção de Formigas;
j) Curso Prático de Defesa Sanitária Vegetal;

10 — *Clubes Agrícolas*

Em todos os *Hortos Municipais*, será de tôda conveniência, seja organizado, com os filhos de funcionários e trabalhadores do estabelecimento, um Clube Agrícola que terá por objetivo, iniciar os adolescentes nas práticas agrícolas, salientando o amor à terra e ao trabalho agrícola. Os Clubes Agrícolas, pelas suas elevadas finalidades, e pelos seus objetivos constituem verdadeiros centros de educação rural que precisam e devem ser difundidos entre nós.

11 — *Escolas de Horticultura e Silvicultura*

Nos Municípios de maiores recursos deverá ser mantida, anexa ao *Horto Municipal*, uma *Escola de Horticultura e Silvicultura* que ministre os ensinamentos relativos à horticultura em tôdas as suas especializações e à silvicultura, diplomando, em cursos de duração não superior a dois anos, os hortelões, fruticultores, jardineiros, floricultores e silvicultores de que tanto carece a agricultura fluminense, para que os trabalhos agrícolas relacionados com tais es-

pecialidades, sejam bem orientados e conduzidos.

Para matrícula em tais cursos deve ser exigido, apenas, conhecimentos de nível primário (conclusão do curso primário), a fim de proporcionar àqueles que terminam o curso primário, uma oportunidade para que adquiriram uma qualificação como trabalhador rural. Tais escolas, inteiramente gratuitas, concorrerão, eficientemente, para a elevação da horticultura em todos os seus setores e da silvicultura, explorações que, pelas suas particularidades, precisam e devem ser incentivadas entre nós. Inicialmente, uma ou duas escolas nos municípios de maiores recursos, será um grande passo para o desenvolvimento do ensino agrícola no Estado do Rio de Janeiro.

12 — *Mercados, postos de distribuição de produtos, etc.*

Não basta fomentar a produção; é preciso organizá-la de tal maneira que ela possa ser colocada em condições vantajosas para o produtor. Nesse sentido será de grande interêsse que o *Horto Municipal*, em colaboração com as autoridades municipais, instale um grande mercado Municipal, articulado com postos de distribuição espalhados pelo Município, organizados de preferência, sob regimem cooperativista, a fim de que a produção agrícola municipal possa ser convenientemente distribuída e colocada nos mercados consumidores.

III — Conclusões

1 — A criação de *Hortos Municipais* no Estado do Rio de Janeiro, é uma medida aconselhável e terá, sem dúvida, um reflexo benéfico na economia agrícola fluminense.

2 — Os *Hortos Municipais* não devem limitar-se, apenas, à produção e distribuição de mudas e sementes, mas, ter um caráter mais amplo, fomentando e organizando a produção municipal.

3 — Os *Hortos Municipais* devem cuidar, com o máximo interêsse e carinho, das questões relativas ao ensino agrícola, ministrando cursos práticos e rápidos, eminentemente objetivos, sôbre os mais variados assuntos e práticas agrícolas.

4 — Será de tôda conveniência que, nos *Hortos Municipais* dos maiores e mais ricos Municípios Fluminenses, sejam criadas Escolas de Horticultura e Silvicultura que preparem os hortelões, fruticultores, silvicultores e jardineiros de que tanto carece o Estado do Rio de Janeiro.

5 — Através dos *Hortos Municipais* poderão ser levadas a efeito campanhas interessantes e oportunas para a economia rural fluminense, tais como, as campanhas do reflorestamento, da exploração racional das florestas, da proteção à natureza, de restauração de pomares, da formação de pomares, de combate à erosão, de recuperação da fertilidade do solo, da instalação de hortas, da extinção de saúva, e muitos outros de grande objetividade e interêsse.

6 — Através dos *Hortos Municipais* poderão ser arborizadas as margens das estradas de rodagem, estradas de ferro etc., instalados e conservados parques e jardins de que tanto necessitam os municípios fluminenses, além de outros trabalhos semelhantes de grande interêsse e oportunidade.

7 — Os *Hortos Municipais* devem constituir-se em centros de estudos sôbre os problemas agrícolas da região, promovendo pesquisas e experimentações, levantando inquéritos, etc.

8 — Os *Hortos Municipais*, para que não se tornem muito onerosos para o município devem se rsubvencionados pelo govêrno Estadual e contar com outros recursos tais como, rendas eventuais de venda de mudas, sementes, etc., de trabalhos de cooperação, de exploração racional de florestas sob sua administração, de donativos particulares, auxílios do Fomento Agrícola Federal, etc.

—

Obs.) O presente trabalho, subsídio para um estudo mais amplo relativo ao problema dos "Hortos Municipais", é uma contribuição da Sociedade Nacional de Agricultura que acompanha com grande interêsse a atuação que, para o fomento da economia rural fluminense vem desenvolvendo o atual titular da Secretaria da Agricultura, Dr. Edgard Teixeira Leite, profissional brilhante, conhecedor profundo dos nossos problemas agrícolas; homem público devotado e entusiasta que muito está fazendo em benefício da lavoura fluminense, com o concurso de todos aqueles que bem desejam servir ao Estado do Rio e ao Govêrno Federal.

Premios "Simões Lopes" de 1947

Em sessão especial da Sociedade Nacional de Agricultura, realizada a 8 de abril dêste ano, foram entregues aos alunos da Escola Nacional de Agronomia e da Escola Nacional de Veterinária os prêmios "Simões Lopes" de 1947, alcançados pelo Eng.º-Agrônomo Francisco de Paula Storino e Médico-Veterinário Matheus Nelly Notaroberto.

Sôbre a personalidade do patrôno do cobiçado laurel, falou o Prof. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e Reitor da Universidade Rural, a que estão subordinadas aquelas duas Faculdades.



Medico-Veterinario
MATHEUS NELLY NOTAROBERTO

O Prof. Cincinato Guimarães, Diretor dos Cursos de Extensão e Especialização da dita Universidade procedeu a leitura do histórico do prêmio e ao curriculo dos dois alunos distinguidos com a medalha.

O Prof. Torres Filho, ao terminar a leitura destes documentos, pediu que o Prof. Honório da Costa Monteiro Filho, Diretor-Substituto da E.N.A. fizesse a entrega do prêmio ao laureado Francisco de Paula Storino, o mesmo acontecendo em relação ao Prof. Thomaz da Rocha Lagoa, que entregaria o que coube ao medico-veterinario Matheus Nelly Notaroberto.



Eng.º Agronomo FRANCISCO DE PAULA STORINO

O Prof. Honorio Mont.º Filho, visto achar-se presente o Dr. Luiz Simões Lopes, engenheiro-agrônomo e filho do patrono do premio pediu que este se incumbisse da honrosa tarefa, o que foi feito sob aplausos.

O Prof. Rocha Lagoa, declinou da sua incumbencia em favor do Dr. Guilherme Hermsdorff, a quem se deve o restabelecimento do prêmio Simões Lopes.

Ao receber a sua medalha de ouro, o Engenheiro-Agrônomo Francisco de Paula Storino, dirigindo-se ao Professor Torres Filho, pronunciou algumas palavras de agradecimento, extensivos à Sociedade Nacional de Agricultura, pelo decisivo papel que teve na outorga dessa recompensa e entregou à Mesa a sua proposta para admissão como sócio da Sociedade.

Seguiu-se com a palavra o Prof. Honório da Costa Monteiro Filho, que, como Diretor da E.N.A., queria tornar públicos os agradecimentos dos corpos docente e discente da Escola pelo apôio que tem recebido da Sociedade Nacional de Agricultura.

HISTÓRICO DA MEDALHA

O prêmio denominado "Simões Lopes", constituído de medalhas de ouro, foi instituído em homenagem ao Ministro da Agricultura Dr. Ildefonso Simões Lopes, por antigos funcionários do Ministério da Agricultura, que ofereceram para tal fim, 5 apólices da Dívida Pública.

Posteriormente essas apólices acrescidas da importância de Cr$ 1.075,00 correspondente



Medalha Simões Lopes (Anverso)

aos respectivos juros, foram recolhidas ao Tesouro Nacional, conforme processo n.º 149.437 de 1947.

Na administração do Dr. Guilherme Hermsdorff, Diretor da Escola Nacional de Veterinária, houve entendimento com o D.A.S.P. no sentido de serem novamente concedidas essas medalhas aos melhores alunos da E.N.A. e E.N.V. Tendo o chefe do Govêrno da República, de então, autorizado a concessão dêsse prêmio, em processo que lhe foi submetido com parecer favorável do D.A.S.P., anualmente passou a figurar no orçamento dessas duas Escolas, a quantia de Cr$ 1.500,00 destinada a cada uma, para as respectivas despesas de confecção das medalhas. Em 1947, em virtude da compressão de despesas, essa importância, não constou do orçamento, o que motivou o expediente do Senhor Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura ao atual Ministro da Agricultura, no sentido de serem pela referida Socedade, oferecidas as medalhas de ouro aos melhores alunos das Escolas Nacional de Agronomia e Nacional de Veterinária, pela circunstância de ter sido o patrôno das medalhas, — Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

CONDIÇÕES PARA OBTENÇÃO DO PRÊMIO "SIMÕES LOPES"

1 — Ter feito o curso completo, desde o primeiro ano;

2 — Não ter sido reprovado nem prestado exames em segunda época;

3 — Ter obtido o maior número de pontos, computados pela soma das notas de aprovação;

4 — Em caso de empate, o prêmio será conferido ao aluno que tendo satisfeito as condições acima, obtiver o maior número de pontos na aprovação das cadeiras do último ano.

HISTÓRICO ESCOLAR

Matheus Nelly Notaroberto, diplomado veterinário em 1947 pela Escola Nacional de Veterinária.

Filho de João Notaroberto e de D. Maria José Freire Notaroberto, nascido aos dez de maio de 1924 no Distrito Federal.

Matriculou-se em 2 de março de 1944 no 1.º ano da Escola Nacional de Veterinária, tendo prestado o Concurso de Habilitação na 2.ª quinzena de fevereiro do mesmo ano. Obteve média global 58, extraída das seguintes matérias que constituiram o referido Concurso, sendo as aprovações em Inglês, com média 60; Sociologia, 75; Física, 70; Desenho, 50; Química, 60; História Natural, 31,5.

A Habilitação no Curso Superior foi a seguinte:



Medalha Simões Lopes, Agronomia (Reverso)

1.º ano — 1944: Na 1.ª cadeira — Química orgânica e biológica, com média 9; 2.ª cadeira — Fisiologia dos animais domésticos, com média 7; 3.ª cadeira — Anatomia dos animais domésticos, com média 7; 4.ª cadeira — Histologia e Embriologia, com média 7.

2.º ano — 1945: Na 5.ª cadeira — Zoologia médica, parasitologia e doenças parasitárias, com média 9; 6.ª cadeira — Patologia geral e semiologia, com média 9; 7.ª, cadeira — Anatomia Patológica e técnica de necropsias, com média 8; 8.ª cadeira — Microbiologia e Imunologia, com média 9,5.

3.º ano — 1946: Higiene Veterinária Rural, alimentação dos animais domésticos, com média 8,5; 11.ª cadeira — Zootecnia geral, genética animal e exterior dos animais domésticos, com média 8; 12.ª cadeira — Terapêutica, farmacodinâmica, toxicologia e arte de formular, com média 7,5; 15.ª cadeira — Patologia e clínica médicas dos animais domésticos, com média 8.

4.º ano — 1947: 10.ª cadeira — Doenças contagiosas e parasitárias dos animais domésticos, polícia sanitária, clínica, com média 10; 13.ª cadeira — Patologia e clínica cirúrgicas, obstetrícia, com média 9; 14.ª cadeira — Zootécnica especial, com média 10; 15.ª cadeira — Patologia e clínica médicas dos animais domésticos, com média 8 e na 16.ª cadeira — Indústria e inspecção dos produtos de origem animal, com média 8,5.

Obteve a classificação em 1.º lugar, com a média geral 8, tendo colado gráu de Veterinária no dia 18 de dezembro de 1947.

HISTÓRICO ESCOLAR

Francisco de Paula Storino, filho de Salvador Storino e de Dona Nelly Garcia, nascido aos 25 de março de 1926 e natural do Distrito Federal.

Matriculou-se na Escola Nacional de Agronomia em 27 de fevereiro de 1944, tendo prestado Concurso de Habilitação na primeira quinzena de fevereiro do mesmo ano e obtido média global 59, extraída da média das seguintes disciplinas: Matemática, Sociologia, Física, Química, História Natural e Desenho, sendo respectivamente as notas dessas disciplinas: 45, 90, 41, 67, 71, 40.

As aprovações nas diversas cadeiras do curso, foram as seguintes:

1.º ano — 1944: 1.ª cadeira — Matemática, Geometria analítica e cálculo com gráu 5; 2.ª cadeira — Física agrícola, com gráu 9; 4.ª cadeira — Química analítica com gráu 5; 7.ª cadeira — Botânica agrícola: anatomia, fisiologia e sistemática, com média 8; 8.ª cadeira — Zoologia agrícola: zoologia geral, anatomia e fisiologia dos animais domésticos, com gráu 7 e Desenho com gráu 7.

2.º ano — 1945: 3.ª cadeira — Geologia agrícola: geologia, mineralogia e agrologia, com média 8; 5.ª cadeira — Química orgânica e tecnologia rural, com média 7,5; 8.ª cadeira — Zoologia agrícola, com média 10; 11.ª cadeira — Mecânica agrícola: maquinas e motores agrícolas, desenho de maquinas, com média 7 e 9.ª cadeira — Entomologia e parasitologia agrícolas com gráu 6.

3.º ano — 1946: 6.ª cadeira — Química agrícola, gráu 5; 10.ª cadeira — Fitopatologia e microbiologia agrícola, média 9; 12.ª cadeira — Agricultura geral e genética vegetal, média 9; 14.ª cadeira — Horticultura e Silvicultura, média 7; 15.ª cadeira: Zootécnia: exterior e raças, Zootécnia geral e genética animal, média 8 e 17.ª cadeira — Engenharia rural, média 10.

4.º ano — 5.ª cadeira: Química orgânica e tecnologia rural, média 7; 13.ª cadeira — Agricultura e genética especializada, média 9; 16.ª cadeira — Zootécnia especializada: criação, alimentação e higiene, média 9; 17.ª cadeira — Engenharia rural, média 8 e 18.ª cadeira — Economia rural, média 8.

Alcançou a 1.ª classificação com a média geral 8.

Colou gráu de Engenheiro-Agrônomo no dia 18 de dezembro de 1947.

A Cultura da Bananeira

O prof. Geraldo Goulart da Silveira, acaba de enriquecer a nossa bibliografia agrícola com o trabalho sob o título acima: bem escrito, bem impresso, e, sobretudo, com muito o que se aprender. "A Lavoura" registra com duplo prazer o aparecimento do folheto "A Cultura da Bananeira", que *Chacaras e Quintais* incluiu na sua interessante série "Vamos para o campo" (vol. 35, 27 págs., ilustr.), por ser seu autor consultor técnico desta Revista e professor e vice-diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mantida pela S.N.A. no Horto Fruticola da Penha.

O JEEP AGRICOLA,

Prestimoso Auxiliar dos Agricultores



Rápida palestra com um dos dirigentes da "Willys Overland Export Co."

Acaba de passar por esta capital o sr. M. R. Dull Jr., Assistente do Superintendente da "Willys Overland Export Co.", que veio ao Brasil especialmente para avistar-se com os distribuidores daquela companhia automobilistica no Brasil.

Na sede da firma "Gastal & Cia. Ltda." — um dos distribuidores da "Willys Overland" — tivemos oportunidade de palestrar com o Sr. M. R. Dull Jr., colhendo, com respeito aos novos rumos que estão sendo seguidos pela indústria de automóveis norte-americana em face da atual situação econômica mundial, as impressões que damos a seguir.

UMA NOVA MENTALIDADE

Como se sabe, a "Willys Overland Export Co." é a fábrica criadora do "Jeep Universal" — o carro que trouxe para as tarefas de paz, ampliadas e aperfeiçoadas, as qualidades que o tornaram famoso durante a guerra. Terminado o conflito, os engenheiros da "Willys Overland" introduziram no Jeep uma série de modificações que dêle fizeram um carro de utilidade quase ilimitada, tal a diversidade das tarefas em que pode ser utilizado, no campo ou na cidade. Um dos novos tipos do "Jeep" lançados pela "Willys Overland" veio a ser o "Jeep Agricola" — um carro construído especialmente para os agricultores, e que, graças aos implementos agrícolas com os quais trabalha, pode substituir os tratores nos trabalhos do campo.

Dissertando sôbre as características dêsse carro, o Sr. Dull Jr. explica os motivos que levaram a Companhia de que é um dos dirigentes a criá-lo:

— A Willys Overland — diz êle — que, anteriormente, fabricava sòmente carros de luxo, foi a primeira grande fábrica de automóveis norte-americana a constatar a necessidade de se produzir, atualmente, carros de utilidade realmente prática, que atendam melhor às necessidades do homem comum, e, particularmente, daqueles que produzem, nos campos. Para êstes é que foi criado o "Jeep Agricola" — um carro em que a multiplicidade dos serviços que dêle se pode esperar conjuga-se à grande economia do seu custo e da sua manutenção.

— Trata-se de um "Jeep" comum, adaptado aos serviços do campo?

— Sim. O "Jeep Agricola" é um carro no qual são conservados as características essenciais do "Jeep Universal" comum, cujas qualidades de resistência às mais duras provas foram sobejamente demonstradas. Possui, entretanto, aperfeiçoamentos importantíssimos, como sejam: o levantador hidráulico, para o trabalho com arados, duas tomadas de fôrça, barra de tração, regulador de velocidade, etc.

MULTIPLICAÇÃO DO DOLAR IMPORTADO

Mr. Dull Jr. aponta para um "Jeep" que se achava em exposição cercado de curiosos, e prossegue:

— Hoje, pelo menos no que toca à "Willys Overland", a antiga mentalidade da indústria automobilística, modificou-se, moldando-se aos imperativos da ordem econômica da época especialíssima que atravessamos. Dessa mudança surgiu o prestimoso auxiliar da lavoura que alí está. Com o "Jeep Agrícola" a "Willys Overland" dá aos importadores multiplicidade de rendimento para o dolar importado. Com efeito, ao adquirir um "Jeep Agrícola", o agricultor leva para casa, pelo preço de um só veículo, um trator, um caminhão e um carro de passeio. A despesa é uma só; a utilidade é tríplice.

"JEEP AGRICOLA", PRODUTO PREFERENCIAL

E o Sr. Dull Jr. acrescenta:

— Isso explica a situação excepcional de que goza o "Jeep" nas tabelas de importação de varios paises, nos quais é considerado como artigo preferencial. Na Turquia e na França, por exemplo, já existe prioridade de importação para o "Jeep Agrícola". Esperamos que outros paises venham a seguir o exemplo, fazendo ao "Jeep Universal" a justiça que merece.

— Estamos, atualmente, exportando uma enorme quantidade de "Jeeps", para o mundo inteiro. E estamos incentivando a produção, de modo a podermos entregar um "Jeep" a cada agricultor que o deseje, sem as atuais delongas — que decorrem, em grande parte, de influências alheias à nossa vontade. Para que se tenha idéia do que estamos fazendo, basta dizer-lhe que há grandes fábricas de implementos agrícolas trabalhando exclusivamente para a "Willys Overland", fabricando os implementos que fazem parte do equipamento do "Jeep Agricola". Todos os carros que exportamos embarcam acompanhados de todos os acessórios que os tornam aptos a executarem qualquer tarefas agrícolas.

E Mr. Dull Jr. concluiu, encerrando sua rápida entrevista:

— Estou certo de que as autoridades brasileiras hão de reconhecer o valor dos serviços que os nossos carros podem prestar para o rápido desenvolvimento da agricultura neste país. O Brasil possui uma enorme riqueza em potencial, com a qual poderá abastecer-se a si mesmo, e ao mundo inteiro, por tempo incalculável. Que é preciso para que essa riqueza possa ser explorada? Seguir o caminho natural: industrialização da agricultura através do fornecimento de maquinária moderna aos produtores, bem como da introdução de novos métodos de aproveitamento da terra. A "Willys Overland" deseja colaborar nesta obra, pondo à disposição dos agricultores brasileiros veículos que atendam, integralmente, às necessidades de suas tarefas.

Comissão Consultiva do Intercambio Comercial Com o Exterior

Representação da Agricultura e Pecuária

O art. 7 do decreto n. 24.697-A de 23 de março deste ano, aprovando o regulamento expedido em virtude da lei número 262, de 23 de fevereiro, instituiu no seu artigo 7 a Comissão acima, a qual teria "a constituição e as atribuições fixadas no regulamento aprovado pelo presente decreto."

No regulamento aprovado, o art. 9 estabeleceu que a Comissão seria constituida pelo chefe do Gabinete do Ministro da Fazenda, pelo Diretor da Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil, pelo Diretor da Carteira de Câmbio do mesmo Banco, pelo Diretor-Geral do Conselho Federal do Comércio Exterior, pelo Chefe do Departamento Econômico e consular do Ministério das Relações Exteriores, pelo Acessor Técnico da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, por um representante da indústria, um do comércio, e um das *atividades agropecuárias*, respectivamente indicados pela Confederação Nacional da Indústria, pela Confederação Nacional do Comércio e pela *Sociedade Nacional de Agricultura* todos nomeados pelo Presidente da República.

Por Aviso n. 29, de 19 de abril, o Sr. Ministro da Fazenda solicitou à Sociedade a indicação do nome do delegado que deveria representar a Agricultura no Conselho, tendo a Diretoria, em ofício de 27, designado o Dr. Edgard Teixeira Leite, seu 2.º Vice-Presidente.

A 29 do mesmo mês, o "Correio da Manhã" estampou a seguinte notícia:

"*Comissão de Exportação — Uma recusa que se explica* — O Sr. Presidente da República solicitou da Sociedade Nacional de Agricultura que indicasse um representante das classes agrícolas para representá-la na comissão de Exportação, criada recentemente para resolver os assuntos ligados à exportação de produtos agrícolas. Acontece que a referida Sociedade indicou o Secretário da Agricultura do Estado do Rio, fato que contrariou os meios rurais por se tratar de membro do Govêrno e que não poderá, com liberdade, julgar os interêsses da classe uma vez que contra estes estejam as prevenções governamentais.

Os dirigentes da classe agrícola de S. Paulo, em reunião, deliberaram não aceitar o indicado pela S.N.A. para representar a classe, unicamente por não ser elemento desta e sim pessoa ligada aos meios oficiais".

Imediatamente, dirigiu a Sociedade Nacional de Agricultura ao "Correio da Manhã", que a estampou na sua edição de 1-5-1948, a nota que se segue, a qual não teve até agora nenhuma contestação:

"Sob o título acima, publicou êsse conceituado matutino uma nota na sua edição de 29 de abril, na qual se alegava:

a) que o presidente da República solicitara da Sociedade Nacional de Agricultura a indicação de um representante das classes agrícolas para representá-la na Comissão de Exportação;

b) que a Sociedade indicara para a função o Secretário da Agricultura do Estado do Rio;

c) que êsse fato contrariou os meios rurais;

d) que se tratava de membro do govêrno, o qual não poderia, com liberdade, julgar os interêsses da classe, tôda vez que contra estas estivessem as prevenções oficiais; e, finalmente,

e) que os dirigentes da classe agrícola de São Paulo deliberaram não aceitar a indicação da Sociedade, por se tratar de elemento ligado aos meios oficiais.

À Diretoria da Sociedade, cabe, a respeito, esclarecer:

a) que não recebeu nenhuma solicitação do Sr. Presidente da República para indicar representante seu à dita Comissão, e sim do Sr. Ministro da Fazenda, que agiu em virtude de dispositivo legal, o Decreto n. 24.697-A, de 23 de março de 1948, e regulamento com o mesmo baixado, em cujo Art. 9.º é a Sociedade Nacional de Agricultura *expressamente mencionada* como o orgão a

quem cabe a indicação do representante da lavoura;

b) o nome indicado foi o do Dr. Edgard Teixeira Leite, engenheiro agrônomo, fazendeiro, há longos anos Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e que, no momento, *eventualmente* também ocupa o cargo de Secretário da Agricultura do Estado do Rio;

c) a Sociedade Nacional de Agricultura, até agora só tem recebido, dos meios rurais, aplausos à dita indicação, surpreendendo-se com a afirmativa em contrário constante da nota;

d) a Comissão pertence à esfera *federal* e o representante indicado a membro do secretariado de um govêrno *estadual*, não compreendendo a Sociedade, por outro lado, que possa haver, da parte do govêrno, de qualquer esfera, *prevenções oficiais* contra a classe rural, como sugere a nota e de que é prova concludente da negativa a inclusão, expontaneamente pelo govêrno, de um representante da agricultura, na comissão em aprêço;

e) a aceitação, ou não, do nome indicado pela Sociedade Nacional de Agricultura é da alçada exclusiva do Sr. Presidente da República. E' a êste que cabe a apreciação e julgamento da matéria.

Para finalizar, a Sociedade declara ainda que, funcionando há cêrca de dois anos, no Banco do Brasil, uma comissão análoga, cujas funções são ampliadas pela atual, de que tem participado delegação sua, foi esta, durante todo êsse período, exercida pelo mesmo nome agora indicado.

Nos trabalhos dessa comissão, poude o Vice-Presidente da Sociedade e antigo parlamentar demonstrar o mesmo espírito equilibrado, o conhecimento profundo dos nossos problemas rurais e econômicos, livre de paixões, sem ligações com grupos de qualquer natureza e, sobretudo, com uma grande noção de responsabilidade, dado o *caráter nacional* dos problemas que lhe coube examinar ali. Foi por tôdas essas razões que a Sociedade, pondo de lado indicações que lhe chegaram de personalidades alheias aos seus quadros, e no exercício de uma prerrogativa que lhe é outorgada em lei, preferiu reconduzir à comissão o nome ilibado e por todos os títulos digno do respeito e da admiração da classe agrícola, do Dr. Edgard Teixeira Leite, cuja competência na matéria e alto espírito público estão sobejamente comprovados.

Agradecendo, Sr. Redator, a sua guarida a estas linhas, apresento os meus protestos de elevada consideração e aprêço".

A Sociedade tem recebido numerosas cartas, telegramas de lavradores, e entidade rurais de todo o país, aplaudindo a sua indicação, sendo de notar os seguintes:

MATO GROSSO

Ass. Rural Poconé apoia indicação nome Dr. Edgard Teixeira Leite para representante Lavoura junto Comissão Importação Exportação Sds. Dr. Cid Nunes Cunha Pres.

Tenho satisfação de comunicar-lhe que estamos de pleno acôrdo indicação Dr. Edgard Teixeira Leite para representante lavoura junto Comissão Srs. José Rodrigues Fontes Prefeito Cáceres.

Tenho satisfação comunicar-lhe que estamos de pleno acôrdo indicação Dr. Edgard Teixeira Leite para representante lavoura junto Comissão Importação Exportação Sds. José Rodrigues Fontes Pres. Ass. Rural Cáceres.

PARAÍBA

Ass. Rural de Cuité empresta seu integral apôio indicação nome agrônomo Edgar Teixeira Leite representar lavoura junto Comissão Importação Exportação Srs. Roque Galdino de Macedo Resp. pela Presidência.

Presidente Sociedade Agricultura êste Estado pede-vos informar que nome Eng. Agrônomo Edgard Teixeira Leite foi bem mrecedido nossa Associação diante indicação fizestes Srs. Agridefesa.

PERNAMBUCO

Preferência indicação representante lavoura junto Comissão Importação Ex-

portação concordamos nome engenheiro agrônomo Edgard Teixeira Leite. Sda. Henrique Oliveira Presidente Ass. Rural Caruarú.

Em reunião da Ass. Rural de Pesqueira, foi aprovada a escolha nome ilustre e proficiente agrônomo Dr. Edgard Teixeira Leite representar esta Sociedade junto Comissão Importação Exportação. Sds. Dr. Esio Magalhães Pres. Ass. Pesqueira.

Prazer comunicar-vos, engenheiro Edgard Teixeira Leite será nosso representante junto Comissão Importação Exportação. Srs. Raul Soares Pres. Ass. Rural Salgueiro.

Queira V. S. aceitar incumbência representar Soc. Rural dêste Município junto Comissão Importação Exportação cujo fim vos transmitiremos plenos poderes. Sds. Raul Soares Pres. Ass. Rural de Salgueiro.

Tomando conhecimento indicação nosso consócio Dr. Edgard Teixeira Leite para representante lavoura junto Comissão Importação Exportação damos inteiro apôio deliberação dessa Soc. pelo acêrto escolha distinto patricio que está altura dessa representação pelos seus méritos comprovados nos estudos e defesa dos nossos interêsses agricolas. Sds. José Vieira Melo Pres. Soc. Auxiliadora de Agricultura de Pernambuco.

Indicação ilustre patricio Dr. Edgard Teixeira Leite para representante lavoura junto Comissão Importação Exportação feita essa Sociedade merece nosso integral apôio pela certeza de que interêsses classes rurais serão defendidos com todo critério e elevação. Sds. Benedito Silveira Coutinho Pres. Ass. Fornecedores de Cana de Pernambuco.

MARANHÃO

Ass. Rural de Rosário agradecendo comunicação, aprova deliberação Sociedade Nacional Agricultura indicando seu digno Vice-Presidente Dr. Edgard Teixeira Leite representante junto Comissão Importação Exportação, esta entidade investe aludido representante plenos poderes defender interêsses classe rural. Sds. Sebastião Barreira Bandeira Pres. Ass.

Esta Ass. está pleno acôrdo indicação nome engenheiro agrônomo Edgard Teixeira Leite representante lavoura junto direção carteira débito agricola Industrial Banco Brasil solução memorial endereçamos Sr. Presidente República de quem recebemos telegrama 20 abril haver encaminhado Banco Brasil. Sds. Antonio Brandão Pres. Ass. Rural de Caxias.

PARANA'

Solidarisamo-nos com a indicação e escolha representante Lavoura junto Comissão Importação Exportação, Sr. Edgard Teixeira Leite, para representar classe rural do nosso município. Abraços Cherubim Almeida Pres. Rural do

---

Comunico Ass. Rural de São Mateus do Sul apoia nome ilustre Vice-Presidente essa Soc., Dr. Edgard Teixeira Leite para representante lavoura junto Comissão Importação Exportação. Saudações Francisco Miro Pres.

Apoiamos indicação engenheiro agrônomo Edgard Teixeira Leite vice-presidente atenciosamente. Ass. Rural de Caviúna Alberto Faustino Pereira, 1.º Secr.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Tendo União Agricola Fluminense recebido comunicação Dr. Edgard Teixeira Leite representante Comissão Importação Exportação esta União congratula-se Vossência terdes apontado nome ilustre competente junto órgão Nacional esta União dá seu apoio integral. Manoel da Silva Pres.

Tenho satisfação comunicar Ass. Rural Fluminense de Exposições Rurais

manifesta integral e entusiástico apoio indicação nome Edgard Teixeira Leite representante lavoura junto Comissão Importação Exportação. Saudações Heitor Ferreira Vice-Presidente exercicio.

Tenho a honra comunicar-lhe Diretoria Ass. Rural Nova Iguaçú, concorda plenamente apresentação nome eminente ruralista Dr. Edgard Teixeira Leite para representar lavoura junto Comissão Importação Exportação. Cordiais Saudações Sebastião Herculano de Matos Pres. Ruralista.

RIO GRANDE DO SUL

Tradição dessa prestigiosa entidade patriotismo seus dirigentes indicam único caminho devemos tomar referência nome apresentado para representação agropecuária Conselho Importação Exportação motivou consulta 30/4 pronto apoiar integralmente. Sds. Oscar Daudt Filho Pres. Fed. Ass. Rurais Estado R. Gr. Sul Farsul.

SERGIPE

Ass. Plantadores de Cana de Sergipe solidariza se designação engenheiro agrônomo Edgard Teixeira Leite. Sds. Artemio Vieira de Menezes Presidente substituto.

DISTRITO FEDERAL

Indicação Dr. Edgard Teixeira Leite representar lavoura junto Comissão Importação, merece todo nosso apôio feliz escolha por se tratar elemento capaz desempenhar com brilho, eficiência e honestidade importante delegação como profundo conhecedor que é do assunto. Atenciosas saudações João Soares Palmeira Secr. Geral Fed. Plantadores Cana Brasil.

SANTA CATARINA

Fed. das Ass. Rurais Sta. Catarina subscreve com prazer indicação Soc. subscreve com prazer indicação Soc. Nacional Agr. fizer nome engenheiro Edgard Teixeira Leite como representante lavoura junto Comissão Importação Exportação Sand. Lauro Fortes Bustamante Pres. da F.A.R.S.C.

BAHIA

Ass. Rural de Ilhéus aplaude deliberação essa Soc. indicando engenheiro agrônomo Teixeira Leite representante lavoura junto Comissão Importação Exportação Rogamos transmitir engenheiro Teixeira Leite cordial abraço com a segurança nosso reconhecimento seu mérito perante classe agricultores Cordiais saudações. Ananias Dorea Pres. Araujo Góes Secr.

Tendo Vossência solicitado pronunciamento Ass. Rural Fornecedora Cana da Bahia sôbre indicação Dr. Edgard Teixeira Leite para representante lavoura junto Comissão Importação Exportação julgamos a escolha boa pois se trata de conhecedor problemas agrários. Fazemos votos que Dr. Edgard Teixeira Leite saiba defender lavoura canavieira como soube vossência quando aqui esteve na Bahia como inspetor Federal do Ministério Agricultura. Infelizmente a situação dos fornecedores Cana da Bahia é a mesma de 1929 fornece matéria prima para as usinas como na presente safra cujo termino já se verificou sem ter recebido pagamento das canas. Apresenta a Ass. Rural respeitosos cumprimentos — Rodrigues Teixeira Presidente.

MINAS GERAIS

Sociedade Mineira Agricultura solicita do ilustre amigo fazer sua indicação Dr. Edgard Teixeira Leite para representante lavoura junto Comissão Importação Exportação. Sds. Oliveira Novais Presidente Sociedade Mineira Agricultura (Federação Associações Rurais Estado Minas Gerais).

RIQUESAS INEXPLORADAS

O GIRASOL

Pelo Prof. D'ALMEIDA GUERRA FILHO
(Especial para A LAVOURA

Se levarmos em conta as vantagens econômicas decorrentes da exploração racional do Girasol, sobretudo no que diz respeito ao aproveitamento de suas sementes para a extração de óleo que, de passagem se diga, está provado ser tão bom quanto o melhor azeite de oliva, e ainda, se considerarmos que a sua exploração industrial não exige o revertimento de grandes capitais para a aquisição da maquinaria indispensável, é de justiça louvar a campanha que há longos anos vem o Ministério da Agricultura desenvolvendo em tôrno dessa nova fonte de riqueza agricola visando um maior incremento de sua cultura onde se apresentem condições favoráveis.

Entretanto, apesar de todos êsses esforços e da sua comprovada utilidade e valor, a cultura de Girasol não tem merecido a atenção devida dos nossos agricultores não obstante vir figurando ao lado de outras plantas nas nossas hortas e jardins, desde os tempos do Império, como objeto de ornamento e curiosidade.

As sementes do Girasol têm inúmeras aplicações, sendo seu fim principal o fabrico de azeite comestivel e outros, de largo emprêgo não só na nossa alimentação diária mas, sobretudo, na indústria, uma vez ser êle resistente às baixas temperaturas não congelando e se conservando muito fàcilmente.

Recolhemos para os leitores de A LAVOURA, de diversas publicações especializadas recentemente editadas nos Estados Unidos e Argentina, alguns dados interessantes que passamos agora a oferecer: — As tortas dos residuos do fabrico do azeite são ricas em proteinas poudendo ser empregadas com êxito na alimentação do gado, sobretudo das vacas leiteiras, na engorda dos porcos, etc. — As sementes são empregadas na alimentação das aves e pássaros, em estado natural ou trituradas, de mistura com outros produtos que fazem parte de suas rações diárias. No Estado da Virgínia (EE. UU.) as sementes têm sido largamente utilizadas no fabrico do pão misto e no preparo de sopas e mingaus. Quando tostadas, elas podem ser utilizadas, da mesma forma, na alimentação do homem. — As hastes após a colheita e depois de devidamente secas servem como combustivel leve para uso doméstico, fornecendo suas cinzas grande quantidade de potassa. O azeite é também empregado no fabrico de sabões e sabonetes. — As folhas maduras são empregadas como forragem para as vacas leiteiras, e as novas e brotos, cozidos, podem ser consumidos como hortaliças em nossas mesas. Finalmente, a flor do Girasol está classificada entre as mais belas e as mais importantes como fornecedora de abundante material para a elaboração do mel, permitindo às abelhas, sem grande trabalho, a produção dêsse delicioso alimento.

Experiências feitas há pouco com o Girasol nos terrenos pantanosos do Observatório de Washington, edificado à margem do Potomack, provaram ser essa planta um agente poderoso de saneamento pelo seu prodigioso poder absorvente.

Eis o Girasol: ornamento e fator de economia.

Consultas e Informações

Eng.º Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira
Consultor Técnico do "A LAVOURA"

Cultura da Bananeira

Respondendo ao Sr. J. Lima, nosso consócio do Estado do Rio, temos a informar que, realmente, as mudas de bananeiras com bulbos pouco desenvolvidos e folhas desde cêdo abertas, são as menos aconselhadas para plantio. O consulente em a série "Vamos para o Campo", editada por Chácaras e Quintais, encontrará no folheto número 35, instruções sobre a cultura da bananeira.

Fundação de um Clube Agrícola Escolar

Esclarecendo ao Sr. N. G., do Distrito Federal, temos a informar que é muito fácil e simples, fundar e registrar no Serviço de Informações Agrícolas do Ministério da Agricultura, um Clube Agrícola Escolar. O S.I.A., atualmente sob a direção do Eng. Agrônomo Mário Vilhena, dá assistência técnica e material aos 1.360 Clubes Agrícolas espalhados em todo o país. O consulente deve fundar, e quanto antes, o seu Clube Agrícola Escolar, pois os C. A. são verdadeiros centros de educação rural, que precisam e devem ser generalizados entre nós. Dirija-se já à secção de Clubes Agrícolas do S.I.A. pedindo um Boletim de Inscrição.

Cultura de Brincos de Princeza

Respondendo à Sra. M. S. do Distrito Federal, que nos consultou a respeito da planta vulgarmente chamada "Brinco de Princeza", temos a informar:

a) — as plantas ornamentais chamadas "Brinco de Princeza", pertencem ao gênero Fuchsia, da família Denoteráceas;

b) — existem várias espécies de Fuchsia, entre as quais sobressaem as espécies brasileiras cientificamente denominados Fuchsia integrifolia camb, e Fuchsia alpestris Garder, que atingem, respectivamente, até 10 metros e 8 metros de altura;

c) — a propagação pode ser feita por meio de estacas ou por sementes;

d) — o melhor terreno para as Fuchsia é o solo argilo-silicoso, bem revolvido e com bastante esterco de curral.

Brotos de bambús na alimentação

Esclarecendo ao nosso consórcio E. G. do Espírito Santo, temos a informar que, realmente, os brotos de bambús, quando tenros, podem ser utilizados na alimentação, substituindo, perfeitamente, o palmito. Em um comunicado de setembro de 1947, do S.I.A. do Ministério da Agricultura, intitulado "Como substituir o palmito por brotos de bambús", do Eng. Agrônomo Shisuto José Muraima, o consulente encontrará mais detalhes a respeito, caso o deseje.

Banco da Prefeitura do Distrito Federal S.A.

Regulamento das Operações de Crédito Rural

CAPITULO I

DA FINALIDADE

Art. 1.º — A Carteira de Crédito Agrícola efetuará, na forma do presente Regulamento, as operações de crédito rural, tendo em vista o Decreto n.º 22 010, de 30-10-46, o Decreto executivo do Prefeito do Distrito Federal n.º 9.089, de 17-12-47, e os contratos que forem firmados entre a Prefeitura e o Banco.

Art. 2.º — A importância a que se refere o Decreto n.º 22.010, de 30 de outubro de 1946, será aplicada exclusivamente no crédito rural do Distrito Federal, isto é, no crédito às atividades agrícolas pastoris e da indústria rural.

Art. 3.º — Só poderão operar no crédito rural os agricultores, cooperativas agrícolas de produção ou mistas e associações rurais do Distrito Federal.

Art. 4.º — Só poderão ser financiados os agricultores, cooperativas e associações rurais que se dediquem especificamente à produção ou ao beneficiamento dos produtos constantes da lista anexa, a qual só poderá ser alterada por ato do Prefeito.

Art. 5.º — Para os efeitos dêste Regulamento, consideram-se agricultores:

a) as pessôas físicas e jurídicas, que, sendo proprietárias, arrendatárias, parceiras ou promitentes compradoras de imóveis rurais de áreas não inferiores a cinco mil metros quadrados e destinadas à exploração agrícola e animal, se achem devidamente inscritos no "Registro de Lavradores" da Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio da Prefeitura do Distrito Federal;

b) as cooperativas agrícolas ou mistas e associações rurais, legalmente constituídas, que, com área de ação no Distrito Federal, tenham por fins preponderantes as atividades ligadas à exploração agrícola local e que tenham suas atividades subordinadas à fiscalização técnica da Secretaria Geral da Agricultura, Indústria e Comércio da Prefeitura do Distrito Federal.

Parágrafo único — Só serão concedidos empréstimos aos arrendatários ou parceiros que estejam ligados aos proprietários por contratos escritos e registrados que lhes garantam estabilidade na exploração agrícola, pelo prazo da aplicação e liquidação dos empréstimos.

Art. 6.º — O financiamento rural terá como objetivo:

a) o "custeio da produção", inclusive: a aquisição de sementes, mudas, adubos, inseticidas, fungicidas, forragens e matérias primas;

b) o "melhoramento mobiliário", inclusive: aquisição de máquinas agrícolas, aquisição de caminhões para transportes rurais, aquisição de animais, aquisição de aves e ovos, bem como a instalação ou reforma de maquinária das indústrias de transformação de produtos rurais;

c) o "melhoramento imobiliário", inclusive: construção de habitações, depósitos, silos, estábulos, pocilgas, galinheiros, cêrcas, banheiros carrapaticidas, câmaras frigoríficas, represas e estradas, bem como obras de drenagem, irrigação e conservação do solo;

d) o "reflorestamento";

e) a "aquisição e preparo de terras" destinadas à produção agro-pecuária.

O Banco da Prefeitura do Distrito Federal S. A., quando solicitado por agricultores, poderá adquirir imóveis rurais de áreas compreendidas entre cinco mil e duzentos mil metros quadrados, para cedê-los aos interessados, mediante contrato de promessa de venda, com pagamento em prestações e financiamento de 100% (cem por cento). Da escritura constará cláusula expressa de anulabilidade do contrato se o promitente comprador não tiver, dentro do prazo máximo de um ano, iniciado e desenvolvido suficientemente, a critério do Banco, a exploração rural pràviamente programada. O Banco da Prefeitura do Distrito Federal S. A., sòmente permitirá a transferência do contrato a agricultor, não proprietário no Distrito Federal e que vá residir naquela propriedade;

f) a "organização de núcleos agro-pecuários":

O Banco da Prefeitura do Distrito Federal S. A., por iniciativa da Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio da Prefeitura do Distrito Federal, adquirirá áreas de terras, a fim de, após sua demarcação, fracionamento e devido preparo, alienar os lotes a agricultores, mediante contrato de promessa de venda, com pagamento em prestações e financiamento de 100% (cem por cento). Da escritura constará cláusula expressa de anulabilidade do contrato se o promitente comprador não tiver, dentro do prazo máximo de um ano, iniciado e desenvolvido suficientemente, a critério do Banco, a exploração rural pràviamente programada. O Banco da Prefeitura do Distrito Federal S. A. sòmente permitirá a transferência do contrato a agricultor, não proprietário no Distrito Federal, e que vá residir naquela propriedade.

Parágrafo único — A quota anual destinada às operações de que trata a letra *f* não será superior a Cr$ 20 000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros).

CAPITULO II

DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

Art. 7.º — As solicitações de crédito serão feitas diretamente ao Banco da Prefeitura do Distrito Federal S. A., devendo os agricultores se dirigir ao Serviço Técnico do Crédito Rural.

Art. 8.º — Ao pedido de inscrição o proponente juntará os seguintes documentos:

a) *Se fôr proprietário:*

1. Carteira de lavrador expedida pela Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio da P.D.F.;
2. Título de propriedade de imóvel rural situado no Distrito Federal e de área não inferior a cinco mil metros quadrados;
3. Orçamento detalhado da aplicação do empréstimo.

b) *Se fôr arrendatário ou parceiro:*

1. Carteira de lavrador expedida pela Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio da P.D.F.;

2 Contrato escrito e registrado de arrendamento ou de parceria de imóvel rural situado no Distrito Federal e de área não inferior a cinco mil metros quadrados;

3 Orçamento detalhado da aplicação do empréstimo.

c) *Se pertencer ao Núcleo Colonial de Santa Cruz:*

1. Carteira de lavrador expedida pela Secretaria Geral de Agricultura, Industria e Comércio da P.D.F.;

2. Autorização da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, quer para fazer o apenho da safra se fôr colono, quer para fazer hipoteca do lote se já fôr propcietrio;

3 Orçamento detalhado da aplicação do empréstimo.

d) *Se fôr cooperativa ou associação rural:*

1. Declaração da Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio da P.D.F, de que está subordinada à sua fiscalização técnica;

2. Prova de estar legalmente constituida;

3. Prova de que o empréstimo solicitado foi autorizado pela sua assembléia geral;

4 Declaração do valor da produção provavel de seus associados ou estimativa em que se basear, para fazer o pedido de empréstimo;

5. Orçamento detalhado da aplicação do empréstimo.

Parágrafo único — A carteira de lavrador será devolvida ao proponente no ato da inscrição.

CAPITULO III

DOS PRAZOS E LIMITES

Ar. 9.º — Os empréstimos aos agricultores, a que se refere a letra *a* do art. 5.º, obedecerão aos seguintes prazos e limites:

a) *Para aquisição e preparo de terras:*

1) Para aquisição de terras que não disponham de benfeitorias aproveitáveis:
Prazo máximo de quinze anos e limite de Cr$ 400.000,00.

2. Para preparo da propriedade que não disponha de benfeitorias e instalações aproveitáveis, a fim de permitir sua exploração:
Prazo máximo de quinze anos e limita de Cr$ 200.000,00.

3. Para aquisição de terras com benfeitorias que permitam sua imediata exploração:
Prazo máximo de quinze anos e limite de Cr$ 600.000,00.

b) Para construção de habitações para agricultores e seus empregados:

Prazo máximo de dez anos e limite de Cr$ 200.000,00.

c) Para construção de estábulos, inclusive esterqueira, silo, banheiro carrapaticida e caixa dágua:

Prazo máximo de dez anos e limite de Cr$ 200.000,00.

d) Para construção de pocilgas, inclusive depósito para forragens:

Prazo máximo de dez anos e limite de Cr$ 100.000,00.

e) Para construção de aviários, inclusive depósito para forragens e casa para incubação:

Prazo máximo de dez anos e limite de Cr$ 120.000,00.

f) Para construção e instalação de câmaras frigoríficas e matadouros:

Prazo máximo de dez anos e limite de Cr$ 300.000,00.

g) Para construção de estradas e represas, bem como obras de irrigação, drenagem e conservação do solo:

Prazo máximo de dez anos e limite de Cr$ 300.000,00.

h) Para aquisição de máquinas agrícolas, ferramentas e utensílios necessários à exploração agro-pecuária:

Prazo máximo de cinco anos e limite de Cr$ 150.000,00.

i) Para aquisição de caminhões ou caminhonetes para transportes rurais:

Prazo máximo de cinco anos e limite de Cr$ .... 75.000,00.

j) Para aquisição de chocadeiras e criadeiras:
Prazo máximo de cinco anos e limite de Cr$ ...... 100.000,00.

k) Para reforma ou aquisição de maquinária para industrias rurais, inclusive instalações de frio:

Prazo máximo de cinco anos e limite de Cr$ ...... 250.000,00.

l) Para aquisição de forragens:

Prazo máximo de um ano e limite de Cr$........ 100.000,00.

m) Para aquisição de sementes, adubos, inseticidas e fungicidas:

Prazo máximo de um ano e limite de Cr$ 100.000,00.

n) Para aquisição de gado leiteiro:

Prazo máximo de três anos e limite de Cr$ 200.000,00.

o) Para aquisição de reprodutores suínos:

Prazo máximo de dois anos e limite de Cr$ 25.000,00.

p) Para aquisição de aves reprodutoras, pintos e ovos:

Prazo máximo de dois anos e limite de Cr$ 50.000,00.

q) Para aquisição de cabras, coelhos e abelhas:

Prazo máximo de dois anos e limite de Cr$ 25.000,00.

r) Para reflorestamento:

Prazo máximo de dez anos e limite de Cr$ 50.000,00.

s) Para formação ou reforma de pomares, inclusive a aquisição de enxertos:

Prazo máximo de cinco anos e limite de Cr$ ... 150.00,00.

t) Para plantação de aipim, arroz, batata doce, batata inglêsa, cana e mandioca:

Prazo máximo de dois anos e limite de Cr$ .... 100.000,00.

u) Para plantação de hortaliças:

Prazo máximo de um ano e limite da Cr$ 50.000,00.

v) Para plantação de tomate, repôlho e pimenta:

Prazo máximo de um ano e limite de Cr$ 100.000,00.

x) Para formação de pastagens e capineiras:

Prazo máximo de um ano e limite de Cr$ 50.000,00.

y) Para custeio de empregados:

Prazo máximo de um ano e limite de Cr$ 50.000,00.

z) Para custeio de colheitas:

Prazo máximo de noventa dias e limite de Cr$ 50.000,00.

Parágrafo único — Poderão ser conjugadas as diversas letras dêste artigo.

Art. 10 — Os empréstimos às cooperativas e associações rurais, a que se refere a letra *b* do Art. 5.º, obedecerão aos seguintes prazos e limites:

a) Para melhoramentos imobiliários:

Prazo máximo de quinze anos e limite de Cr$ 1.000.000,00.

b) Para melhoramentos mobiliários:

Prazo máximo de cinco anos e limite de Cr$ ... 750 000,00

c) Para aquisição de produtos essenciais ao custeio da produção agro-pecuária:

Prazo máximo de um ano e limite de Cr$ ... 750 000,00.

d) Para estocagem do excedente de safras para conveniente distribuição nas entresafras:

Prazo máximo de um ano e limite de Cr$ 500 000,00.

Parágrafo único — Poderão ser conjugadas as diversas letras deste artigo.

Art. 11. — Os empréstimos aos agricultores que sejam proprietários de grandes áreas, obedecerão aos seguintes prazos e limites:

a) Para melhoramentos imobiliários:

Prazo máximo de quinze anos e limite de Cr$ .... 1.000 000,00.

b) Para aumento substancial de sua produção rural:

Prazo máximo de cinco anos e limite de Cr$ ...... 1.000.00,00.

c) Para financiamento de colheitas:

Prazo máximo de seis meses e limite de Cr$ ...... 500.000,00.

Parágrafo único — Poderão ser conjugadas as diversas letras dêste artigo.

Art. 12 — Em casos especiais, de instalações de grandes indústrias rurais, com autorização prévia da Diretoria, poderão ser ampliados os limites estabelecidos neste Regulamento.

CAPITULO IV

DAS GARANTIAS

Art. 13 — Os empréstimos serão efetuados mediante garantias reais ou pessoais, desde que consideradas convenientes pelo Banco.

Art. 14 — Serão aceitas as seguintes garantias e margens em relação a estas:

a) "garantia hipotecária": empréstimo de 50% (cinquenta por cento) sôbre a avaliação feita pelo Banco;

b) "garantia de penhor mercantil": empréstimos de 70% (setenta por cento) sôbre a avaliação feita pelo Banco,

c) "garantia de penhor mercantil": empréstimo de 100% (cem por cento) em relação ao custo da mercadoria, quando se tratar de aquisição, por parte das cooperativas citadas neste regulamento, de forragens não deterioráveis, desde que satisfaçam as condições estabelecidas pelo Banco;

d) "garantia de penhor agrícola": empréstimos de 60% (sessenta por cento) sôbre a avaliação feita pelo Banco;

e) "garantia do penhor pecuário": empréstimos de 60% (sessenta por cento) sôbre a avaliação feita pelo Banco.

Art. 15. — Em casos especiais, poderão ser feitas operações de crédito pessoal, por meio de empréstimos, em conta corrente, com garantia de notas promissórias emitidas pelos mutuários a favor do Banco e observado o seguinte conjunto de condições:

a) limite máximo de Cr$ 100 000,00 (cem mil cruzeiros) para as responsabilidades totais de cada mutuário, excluidas as que tenham garantia hipotecária,

b) prazo máximo de um ano;

c) margem de vinte por cento em relação ao valor da nota promissória.

Art. 16 — Podem ser recebidos em penhor agrícola (Art. 6.º da Lei n.º 492, de 30-8-1937):

a) máquinas e instrumentos agrícolas,

b) colheitas pendentes ou em via de formação no ano do contrato, quer resultem de prévia cultura, quer de produção espontânea do solo;

c) frutos armazenados, em ser ou beneficiados e acondicionados para venda.

Art. 17. — Podem ser recebidos em penhor pecuário (Art. 10 da Lei n.º 492, de 30-8-1937) os animais que se criam pascendo, para a indústria pastoril, agrícola ou de lacticínios, em qualquer de suas modalidades, ou que sejam simples acessórios ou pertences da exploração rural.

Art. 18. — Podem ser recebidos em penhor mercantil:

a) mercadorias não deterioráveis facilmente e de franca aceitação, conferidas e seguradas;

b) títulos da divida pública federal, pela sua cotação oficial;

c) letras de câmbio, promissórias e duplicatas que contenham a responsabilidade cambial de duas firmas, pelo menos, de comerciantes, industriais ou agricultores de reconhecido crédito e solvência;

d) "warrants", conhecimentos de depósito e de estradas de ferro, relativos a mercadorias que estejam nas condições mencionadas na letra *a;*

e) cédulas rurais, quando expedidos em favor de cooperativas, e desde que as operações que lhes tenham dado origem hajam sido realizadas nas condições estabelecidas neste Regulamento.

Parágrafo único — O penhor mercantil dependerá sempre da tradição efetiva da cousa apenhada, admitido, porém, o depósito em armazém do devedor, desde que cedido, por comodato, ao Banco ou a pessoa de sua confiança.

Art. 19 — Em casos especiais poderão ser recebidos em penhor mercantil bens não compreendidos na enumeração constante do artigo anterior.

Art. 20 — Nas operações com garantia pessoal, levar-se-ão em conta os limites cadastrais e as responsabilidades do mutuário e de seus co-obrigados, e os empréstimos terão o prazo máximo de um ano.

Art. 21 — Quando necessário, poderão ser conjugadas, num mesmo contrato de empréstimo, diferentes espécies de garantia.

Art. 22 — Para a decisão da concessão de empréstimos, deve ser considerada, independentemente de garantia exigida, a idoneidade moral e financeira do proponente, bem como as condições de ordem geral que influam nos resultados da operação proposta, embora não seja necessário que o proponente tenha limite cadastral.

CAPITULO V

DAS TAXAS

Art. 23 — Vigorarão para os empréstimos as seguintes taxas de juros (Decreto n.º 22 010, de 30 de outubro de 1946, art. 5.º): 4% (quatro por cento), 4,5% (quatro e meio por cento), 5% (cinco por cento) e 6% (seis por cento) ao ano até os prazos máximos de um, cinco, dez e quinze anos, respectivamente.

Art. 24 — O Banco não cobrará quaisquer comissões ou taxas do expediente em relação aos empréstimos e efetuará gratuitamente os seguintes serviços:

a) avaliação das propriedades e bens;

b) fiscalização da aplicação dos empréstimos;

c) despacho de papéis junto à Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio e outras repartições públicas;

d) despacho de papéis junto a cartórios e registros públicos

CAPITULO VI

DAS OPERAÇÕES

Art. 25 — As operações de crédito serão realizadas mediante contrato.

Art. 26 — O Banco dará sempre preferência nas operações de crédito ao pequeno e médio produtor, bem como às cooperativas que os financiarem, entendendo-se por pequeno produtor o que efetuar venda anual não superior a Cr$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros), e por médio produtor aquele cuja venda anual varie dentre Cr$ 90 000,0 (noventa mil cruzeiros) e Cr$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

Art. 27 — No caso de empréstimos destinados à aquisição de bens, que devam ser dados em garantia, ou de artigos de que dependa o êxito das culturas ou da criação, o pagamento será feito diretamente pelo Banco ao vendedor, salvo casos especiais, em que deverá ser dada autorização do Diretor, com aprovação do Diretor-Presidente.

Art. 28 — O devedor poderá, a qualquer tempo antecipar o pagamento de sua dívida, total ou parcialmente.

Art. 29 — As importâncias dos adiantamentos serão entregues em prestações prèviamente estabelecidas em contrato e condicionadas à marcha da execução dos planos de trabalho.

CAPITULO VII

DOS CONTRATOS

Art. 30 — Nos contratos de empréstimos, além das cláusulas peculiares à natureza da operação, deverão vir declarados:

a) o valor do empréstimo;

b) o vencimento;

c) os fins a que se destina;

d) a data ou datas de sua aplicação;

e) a obrigação para o mutuário: de aplicar o empréstimo exclusivamente aos fins declarados; de fornecer com presteza as informações que lhe forem solicitadas; e de escriturar ou anotar, com clareza e em ordem cronológica, a aplicação dos adiantamentos, arquivando os documentos comprobatórios;

f) o direito do Banco de fiscalizar a aplicação dos fornecimentos, fazendo exames de escrita e outras verificações que julgar necessárias;

g) os juros compensatórios e moratórios;

h) a exigibilidade antecipada da dívida, em caso de inadimplemento de qualquer das cláusulas estipuladas;

i) a pena convencional;

j) as garantias;

k) o compromisso para o mutuário: de bem administrar a propriedade agrícola ou industrial, de modo a não paralizar ou diminuir sua produção; e de não gravar ou alienar ditos bens na vigência do contrato, nem vender seus produtos, sem prévia autorização do Banco.

Art. 31 — Não se firmará contrato de empréstimo, sem que estejam segurados em companhia idônea, aceita pelo Banco, e contra risco de fogo, raio e suas consequências, os bens suscetíveis de seguro, até 31 de dezembro do ano em que fôr firmado o contrato.

Art. 32 — Dos contratos constará cláusula expressa pela qual o Banco ficará autorizado a reformar, em companhia de sua escolha, o seguro contra fogo, bem como a aumentar, até o limite máximo do valor do empréstimo, o valor segurado.

CAPITULO VIII

DA MARCHA DOS PROCESSOS

Art. 33 — Os pedidos de empréstimo serão classificados em quatro registros distintos, atendendo-se a prioridade estabelecida para a concessão de créditos:

— registro n.º 1 — pequenos e médios produtores;
— registro n.º 2 — cooperativas que efetuarem operações de crédito com pequenos e médios produtores;
— registro n.º 3 — grandes produtores;
— registro n.º 4 — associações rurais e cooperativas, excetuadas as de que trata o registro n.º 2.

Art. 34 — Só poderão ser processados pedidos de empréstimos constantes dos registros ns. 3 e 4, quando não houver, pendente de processamento, nenhum pedido consignado nos demais registros.

Art. 35 — Feita a inscrição, o Serviço Técnico do Crédito Rural providenciará no sentido de ser preparada a ficha cadastral do proponente.

Art. 36 — Se a ficha cadastral não fôr satisfatória o Serviço Técnico do Crédito Rural proporá ao Diretor a recusa da operação.

Art. 37 — Se a ficha cadastral fôr satisfatória, o Serviço Técnico do Crédito Rural apresentará ao Diretor um parecer pormenorizado e do qual constem a capacidade profissional e de trabalho do proponente, a capacidade de produção da propriedade rural, a capacidade de pagamento do proponente, a segurança do empréstimo solicitado, o valor do empréstimo, as garantias, os prazos, as taxas de juros, as condições de financiamento e o plano de amortização, inclusive a minuta de contrato.

Art. 38 — Autorizado o empréstimo, o Diretor remeterá o processo para a Secção de Crédito Rural a fim de que esta promova a sua execução.

Art. 39 — Competirá ao agrônomo declarar, no laudo de avaliação, se se trata de pequeno, médio ou grande produtor. Se a declaração do agrônomo não concordar com a constante do pedido do empréstimo, o Serviço Técnico do Crédito Rural promoverá a transferência de registro, sustando o processamento, até a ocasião adequada, se fôr o caso.

Art. 40. — O valor dos empréstimos só pode ser entregue aos mutuários simultâneamente com a efetivação das garantias ou depois desta, não se admitindo, a êsse respeito, qualquer concessão de confiança, que será considerada, para todos os efeitos, como grave irregularidade funcional.

Art. 41 — A inscrição dos contratos de empréstimos nos competentes cartórios ou registros públicos será feita pelo Banco.

Art. 42 — As operações serão decididas:

a) operações de valor superior a Cr$ 10.000 000,00 (dez milhões de cruzeiros) pela Diretoria, ouvido o Conselho de Administração;

b) operações de valor superior a Cr$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) e inferiores ou iguais a Cr$ 10 000 000,00 (dez milhões de cruzeiros) pela Diretoria;

c) operações de valor superior a Cr$ 1.000 000,00 (um milhão de cruzeiros) e inferiores ou iguais a Cr$ 2 000 000,00 (dois milhões de cruzeiros), pelo Diretor, com aprovação do Diretor-Presidente;

d) operações de valor inferior ou igual a Cr$ 1 000 000,00 (um milhão de cruzeiros):

1. operações "normais", com garantia real — pelo Diretor;
2. operações "especiais", inclusive as sujeitas a riscos maiores, entendendo-se como tais as operações com avicultores e as que não tenham garantia real — pelo Diretor, com aprovação do Diretor Presidente.

Relação dos produtos vegetais e animais a que se refere o art. 4.º do Regulamento das Operações de Crédito Rural:

PRODUTOS VEGETAIS:

Abacate, Abacaxi, Banana, Côco, Fruta de conde, Laranja, Mamão, Limão, Manga, Arroz, Aipim, Batata dôce, Batata inglêsa, Cana, Mandioca, Hortaliças (mistas), Tomate, Repolho, Pimenta, Essências florestais.

PRODUTOS ANIMAIS:

Abelhas, Aves, Ovos, Cabras, Coelhos, Gado leiteiro, Porcos

BOSQUES E FLORESTAS

F. G. STEINEMANN
(Especial para "A Lavoura")

1.º — *E' negócio plantar-se árvores?*

Não é sòmente u muegócio lucrativo, como se vê em seguida, mas, é principalmente, é um DEVER de cada cidadão, dentro de suas posses, plantar uma árvore.

Para um cidadão perfeito e normal, existem 3 máximas:

plantar uma árvore,

escrever um livro, ou

ter um filho,

diz uma velha máximo hindú.

Pelo seu valor psicológico e profundo efeito saciológico, diz êste velho provérbio bastante. E para quem estude as teis as leis da natureza, saberá tirar delas valiosos ensinamentos para o bem da humanidade.

2.º — *Quais as espécies aconselháveis?*

De acôrdo com o que a natureza nos indica. Assim sendo, é necessário plantar e numa determinada região ou gleba de terras, o que ela já produziu em tempos idos, e, de certo, poderá produzir novamente, desde que o homem, que lhe reduziu ou relaxou a sua fecundidade, lhe restitua as fôrças necessárias, para tal fim; ou, então, cultivar árvores, para cujo êxito encontramos em outras regiões condições paralelas, referente no clima e à composição da terra.

Entretanto, dentro das espécies florestais a replantar e cultivar, deve-se escolher àquelas, as quais, co mo decorrer dos tempos, mais necessárias se tornaram ao homem.

Não se deve firmar sòmente as atenções exclusivas, aguçadas por uma intensa propaganda, e, também, pelo espírito imediatista de fartos lucros, em espécies florestais, como por exemplo o Eucalipto, a Conífera, e semelhantes, ou seja lenha para as fornalhas e celulose para a fabricação de papel.

A humanidade tem fôme e quer alimentos; a máquina humana encontra-se enferrujada, sêca, e bastante exausta, por falta de lubrificantes; são óleos e gorduras que o corpo humano reclama em tôdas as latitudes dêste vasto mundo de misérias e fomes.

E para êste fim, tôdas as essências florestais, que possam produzir SEMENTES OLEGINOSAS, devem ser cultivadas em primeira lugar.

A Sociedade Nacional de Agricultura, em sua revista "A Lavoura" de outubro-novembro de 1947, publicou, sob o título "Importância Econômica dos Óleos Vegetais" da lavra do Dr. Arthur Torres Filho, um trabalho, que friza com uma nitidez desconcertante para os comodistas e cegos a situação na qual o Brasil se encontra, e o que é imprescindível fazer, para sair de nossa precária situação e evitar desastre peor.

3.º — *As espécies?*

Para esta indicação reportamo-nos aos grandes mestres nacionais da botânica, como Pio Corrêa, Eurico Teixeira da Fonseca, J. G. Kuhlmann, Bertino de Carvalho, e outros, em cujas obras temos valiosas indicações, tôdas elas colecionadas de observações práticas.

Patências estrangeiras, com estudos e interêsses de nossa flora, fizeram e continuam fazer culturas com nossas sementes, com grandeza, com poucas exceções de culturas de vulto, porquanto vivemos na impressão fictícia "que temos tantos e tantos", os quais, entretanto, em estado... silvestre; êstes tantos não são suficientes para um empreendimento industrial de envergadura, como é de conhecimento geral, e mais uma vez demonstrado no artigo anteriormente citado.

Pode-se perfeitamente harmonizar os interêsses dos "lenhadores e fazedores carvão", causadores principais de nossos desertos, indicando, por exemplo, as seguintes espécies florestais, entre as quais encontrarão para lhes saciar a fôme de lenha:

Espécies florestais	Fator econômico	Início produtivo em anos	Observações econômicas
Andá-açú (Anda bras.)	37% óleo	1-5	óleo secativo e medicinal
Andiroba (Carapa guyan). ..	60% "	6	industrial - sabão; duas colheitas
Bicuiba-Ucuuba (Myristica) ..	70% cêra	5	ind. e medicina
Cajueiro (Anacardium)	40% óleo	4	frutos e castanha
Castanheiro-Pará (Berthol.)..	67% "	5-7	óleo e castanha alim.
Chicá (Sterculia)	40% "	5	até 65% óleo comestiv.
Cayaté (Omphalea-cotia)	70% "	5	indústria e lubrific.
Copahyba (Langsdorfii)	10 L. p-pé	7	óleo e resina - ind. e medicina
Dendezeiro (Elaeis guin.) ...	47/70% óleo	4	ind. e alimentício
Jatobá-Jutai (Hymen-Courb)..	1 kg. p-pé 4 L. p-pé	7	resina copal e vinho medicinal
Mamorama (Pachyra aquat.).	58% óleo	5	ind. e alimentício
Mucuúba (Acrocom.-côco) ...	59% "	4	ind. e alimentício; 80 L. sementes p.-pé.
Nogueira-Iguape (Aleur. mol).	62% "	5	ind. Tung Oil para vernizes e pinturas
Sapucaia (Lecithis)	60% "	7	óleo e castanha alim.
Sapucainha (Carpotr. bras.)..	60% "	5	ind. e medicinal
Samaúma (Chorizia spec.) ..	25% "	5	alimentício e pâina
Genipapo (Genipá)	essência e vinho	5	madeira especial para aviação

4.º — *Quais as vantagens financeiras de cada espécie?*

Pelo exposto pode-se concluir, que a essência florestal, em geral, produz do 6.º ano em diante, entrando no 9.º ano em regular produtividade, a qual segue o seu ritmo em escala crescente. De acôrdo com os ensinos da botânica brasiliensis, a maioria das espécies indicatem uma produtividade superior a 50 anos.

Após o início do ciclo produtivo, isto é do 6.º ano em diante, pode se tomar, salvo êrro ou condições muito desfavoráveis para a sespécies, como produção por pé, globalmente, 5 quilos de sementes ou equivalentes, do 2.º ano em diante sivamente até a produção de 40, 50 e 60 cêrca de 10 quilos, aumentando sucesquilos por pé, mais ou menos, ou em produtos equivalentes, como sejam essências, seivas-vinhos, cêras, resinas, e outros proventos.

Plantando, inicialmente, por hectare, em uma distância de 4x4 m = 16 m. quadrados, cabem cêrca de 600 árvores, dos quais, depois de "fecharem" e feito o desbaste, ficarão por hectare cêrca 150-160 pés, com a distância de 8x8 m. e conforme o desenvolvimento das árvores.

Para avaliar, com possível previsão, o rendimento por hectare, em condições normais de produção, poderão servir, a título de exemplo, as cotações de 3 produtos, na data de hoje nesta praça do Rio, tirando dêstes números, e em paralelo à produção, as devidas conclusões:

BabaçK-saco de 60 kgs. Cr$ 350,00 Cif Rio — por kg. Cr$ 5,83;

Ucuúba — cêra Cif Rio — por kg. Cr$ 12,00;

Mamona (Ricino) Cif Rio — por kg. Cr$ 3,40;

Resina copal Cif Rio — por kg. Cr$ 30,00.

Excluindo de nossa apreciação a cotação da Resina copal, poderá servir, com oboa média, o preço de Babaçú + Ucuúba + Mamona / 3 = cujo resultado dará a cotação de Cr$ 7,00 por kilo Cif Rio, em média.

Descontando, ainda, 50% para tôdas as despezas e as vantagens do comércio intermediário, julgamos não errar, cotar para o produtor o preço de Cr$ 3,50 por quilo de unidade em média, das essências florestais indicadas.

Como renda extraordinária, não entrando nesta apreciação, ficam, ainda, os proventos dos deshastes e de pequenas culturas intercaladas.

Pelo expôsto, pode se calcular e concluir, como VANTAGENS FINANCEIRAS em global, o seguinte:

Um hectare, inicialmente 600 pés até ao 9.º ano, com 150 pés de essências florestais, produtoras de sementes oleoginosas ou equivalentes (cêra, etc.) poderá produzir, anualmente, para o seu possuidor, uma renda de:

ao 6.º ano 5 kgs. por pé x Cr$ 3,50 = Cr$ 2.625,00;

ao 9.º ano 10 kgs. por pé x Cr$ 3,50 = 5.250,00;

ao 12.º ano 15 kgs. por pé x Cr$ 3,50 = Cr$ 52,50 x 150 = Cr$ 7.875,00;

ao 15.º ano 25 kgs. por pé x Cr$ 3,50 = 87,50 x 150 = Cr$ 13.125,00.

e, daí em diante, ainda em escala crescente, até que a cultura alcance a sua plenitude de produção.

Ademais, tomando como paralelo as culturas de café, cacáo, laranja, coqueiro, e similares, fácil é de avaliar o desenvolvimento do valor produtivo de uma cultura, como acima exposto.

Aescassês de óleos vegetais em todos os mercados do mundo, faz prêver, que as cotações supra sejam razoáveis, e, outrossim, a vantagem financeira, calculada, para o produtor. Não se deve esquecer as graves perturbações ocorridas no Oriente e ilhas do Pacífico, destruindo muitas culturas, produtoras de sementes oleoginosas, e cuja rehabilitação, de certo, levará ainda muitos anos, conservando-se, assim, os preços nos mercados mundiais em alta por tempo imprevisto.

Vem confirmar esta previsão o Kltimo comunicado do Departamento Federal do Comércio Internacional, seção de Óleos e Gorduras, dos EE. UU. da América do Norte, quando menciona, entre outros fatores, que "a situação continua desfavorável" e que "as exportações são ainda 10% inferiores aos niveis de antes da guerra, ano de 1939."

A continuidade das perturbações e as novas em perspectiva, agravarão ainda mais as condições dos mercados do mundo, e, consequentemente, os preços de óleos e gorduras vegetais.

Deve se tomar, ainda, em conta, que a cultura de um BOSQUE ou de uma FLORESTA, favorece as "terras cançadas", melhora o clima, e não por último, FIXA O SEU CULTIVADOR À GLEBA, pela renda progressiva e o confôrto que lhe oferece.

SciELO

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



Não é de hoje que os criadores de Uberaba lutam pela exportação dos nossos magníficos reprodutores zebus. Já em 1922, com um auxílio federal de apenas 6 000 cruzeiros, mandaram à Exposição do México 420 cabeças do nosso excelente gado indiano.

ANO LII

RIO DE JANEIRO — BRASIL
JULHO-AGOSTO DE 1948

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA

PELA LEI N.º 3549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo: Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida
Presidente Benemérito: Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes
Presidente de Honra: Dr. Getúlio Dornelles Vargas



DIRETORIA GERAL

Presidente	— Arthur Torres Filho
1.º Vice-Presidente	— Luiz Simões Lopes
2.º " "	— Edgard Teixeira Leite
3.º " "	— A. de Arruda Camara
1.º Secretário	— F. Murtinho Braga
2.º "	— Adamastor Lima
3.º "	— Eurico Santos
4.º "	— Cinéas de L. Guimarães
1.º Tesoureiro	— Kurt Repsold
2.º "	— Otto Frensel

DIRETORIA TÉCNICA

Altino de Azevedo Sodré
Antonio Francisco Magarinos Torres
Franklin de Almeida
Enio Luiz Leitão
Geraldo Goulart da Silveira
Iris Meinberg
João Maurício de Medeiros
Joaquim Bertino de Morais Carvalho
Luiz de Oliveira Mendes
Pedro Fontes.



CONSELHO SUPERIOR

Alberto Ravache, Alvaro Simões Lopes, Anapio Gomes, Antonio Barreto, Antonio José Alves de Souza, Apolonio Sales, Balbino de Souza Mascarenhas, Ben-Hur Ferreira Raposo, Benjamin do Monte, Carlos de Souza Duarte, Diogenes Caldas, Eduardo Duvivier, Euvaldo Lodi, Fabio Furtado Luz, Francisco Saturnino de Brito Filho, Guilherme Egberto Hermsdorff, Honório da Costa Monteiro Filho, Humberto Bruno, Ismael Cordovil, Israel Pinheiro da Silva, Itagiba Barçante, J. C. Belo Lisbôa, Jeronymo Antonio Coimbra, João Gonçalves de Souza, João Tjader, José Sampaio Fernandes, José Solano Carneiro da Cunha, Landulpho Alves de Almeida, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Manoel Neto Campelo Junior, Mario de Oliveira, Napoleão de Alencastro Guimarães, Ormeu Junqueira Botelho, Oscar Daudt Filho, Paulo Parreiras Horta, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Ruy Carneiro, Sebastião Herculano de Mattos, Sebastião Sant'Ana e Silva.



A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; **Comissão Permanente de Exposições e Feiras** (Ministério do Trabalho) — Dr Alberto Ravache; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — Agricultura — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — Pecuária — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; **Comissão de Organização Rural** (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite.



Nas condições de ambiente próprio, o cacaueiro caído forma novos cacaueiros ao longo do seu tronco, tendo cada um deles raízes próprias.

SUMARIO

Sociedade Agrícola de Pelotas

Exposições realizadas e patrocinadas pela Sociedade Agricola de Pelotas, além das anuais enumeradas, na capa desta revista:

1.ª Exposição Nacional de Pecuária

A Exposição Agricola de Pelotas, inaugurada a 3 de maio de 1917, por Delegação da Sociedade Nacional de Agricultura e Ministério da Agricultura teve o caráter de preparatória da 1.ª Exposição Nacional de Pecuária, realizada na Capital da República.

1.ª EXPOSIÇÃO DE EQUINOS

Em 1936 sob os auspicios da Sociedade Agricola, foi realizada em Pelotas a Primeira Exposição de Equinos pela Diretoria da Remonta do Exército Nacional.

5.ª Exposição Estadual de Lãs

Em 17 de dezembro de 1944 foi inaugurada em Pelotas, pela Secretaria da Agricultura e Sociedade Agricola, a 5.ª Exposição Estadual de Lãs. Neste certame foi verificado um récorde sul-americano, quando foram adquiridas dez arrobas de lã por 21 mil cruzeiros.

Os certames de 1945

Pela Sociedade Agricola foi organizada a XXIII Exposição Pastoril e anexas a V Exposição Brasileira de Gado Holandês, pela Associação dos Criadores de Holandês do R. G. do Sul — a "1.ª Exposição Nacional do Ovinos Controlados" pela Associação Rio Grandense de Ovinos — a "1.ª Exposição Internacional de Equinos Crioulos" — pela Associação dos Criadores de Cavalos Crioulos" — e a XXVI Exposição Avícola pela Sociedade Avicola do R. G. do Sul.

1.ª Exposição Apicola

Em 1910, por ocasião da 6.ª Exposição Agricola de Pelotas, teve lugar a 1.ª Exposição Apicola de Pelotas, organizada pelo saudoso mestre prof. Emilio Schenck, conhecido no Brasil como o Pai das Abelhas.

1.ª Exposição Canina

Junto ao 22.ª Exposição Agrícola foi organizada a 1.ª Exposição Canina a 25 de novembro de 1944.

HOMENAGEM E COOPERAÇÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, AS COMEMORAÇÕES DO 50.º ANIVERSARIO

DA

SOCIEDADE AGRICOLA DE PELOTAS

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LII — Julho-Agosto de 1948

O Problema do Trigo

PROF. ARTHUR TORRES FILHO

Nos vários postos por mim ocupados no Ministério, na gestão de vários Ministros, como nos conselhos econômicos e no seio de instituições de classe, nunca deixei de me interessar e contribuir, apoucadamente embora, para esclarecer e defender os interêsses nacionais no encaminhamento e solução do problema nacional da produção do trigo. É que nunca pude conformar-me com a tutela estrangeira, exercida por vezes com caráter pouco aceitável para a nossa soberania, num setor econômico ligado à produção da terra, em país como o Brasil, dispondo de vasto território, oferecendo, por isso mesmo, as mais variadas condições de clima e solo para o cultivo dêsse cereal.

Restaurado o Ministério da Agricultura na República, vemos ilustres e dedicados homens públicos presidirem os seus destinos e, dentre eles, Pedro de Toledo, Simões Lopes, Miguel Calmon, Fernando Costa e agora Daniel de Carvalho, voltarem a atenção para a questão tritícola, colocando a solução do seu cultivo no primeiro plano de cogitações de seus programas administrativos.

Quero aqui relembrar o que dizia Alberto Boerger, em 1924, quando convidado por Miguel Calmon para visitar nosso país, de que o problema do trigo entre nós dependeria, em grande parte, da "experimentação exata", com a formação de tipos adequados a diversas zonas agrícolas, de clima e solo muito diferenciados. Essa era a orientação que já havia sido compreendida por Simões Lopes, quando criou as nossas primeiras estações experimentais de trigo, orientação que, com Fernando Costa, recebeu sistematização, através da atual rêde de estabelecimentos de experimentação.

Fato digno ainda de referência, e o faço com especial agrado, por nele haver colaborado, foi o do contrato de Iwar Beckman, na administração Calmon, mais tarde aproveitado pelo Estado do Rio Grande do Sul, de cuja colaboração o país tem obtido magníficos resultados com repercussão, até mesmo, nos países do Prata.

A pouco e pouco fomos nos habilitando para lançar o cultivo do trigo em bases técnicas, com variedades nossas, adaptaveis às condições ecológicas de importantes regiões. Falta-nos ainda hoje entrar decisivamente na fase da produção econômica, para atendermos às necessidades vultosas do consumo interno. É que, a par das variedades de trigo, ter-se-à de pensar em outros fatores: solo, clima, meios de transporte, mercados, preços, etc.

Precisarão ser determinadas com precisão, as regiões mais adequadas, para nelas concentrar-se maior soma de esforços declara com acerto, Iwar Beckman, na Comissão Técnica de Trigo.

Na Argentina, por exemplo, o trigo não é cultivado indistintamente em seu território. O grosso da produção está restrito a um arco de círculo que vai de Baía Blanca a Rosario, interessando as províncias de Buenos Aires, Santa Fé, Cordoba, Entre Rios e a extremidade oriental do Território do Pampa. É um trecho evidentemente de terra fertil, clima temperado e mediocremente chuvoso. A safra nessa região, já caíu de 10 milhões de toneladas a cerca de 3 milhões e 600 mil toneladas. Nem por isso a cultura foi abandonada. Dêsse total, o consumo na Argentina é de 2 milhões de toneladas e 600 mil são empregados na semeadura.

Apesar dos acôrdos com obrigatòriedade do suprimento por parte daquele país, o Brasil acha se inundado, no momento de farinha americana graças à abundância casual da safra nos Estados Unidos. Se não fôra isso estaríamos na mesma dolorosa situação do ano passado.

A crise da produção argentina de trigo é grave, devendo-se atentar também no que já disse Marcelo Cantí, professor da Faculdade de Agronomia daquele país que já prognosticou, devido às condições desfavoráveis de clima na zona trigueira de seu país, a transformação da mesma em zona pastoril, devido à escassez e à má distribuição das chuvas. Há anos em que mais de 1 milhão de hectares são perdidos devido à sêca.

A gravidade da situação brasileira está patente, colocado como está ficando nosso país em contingente social penoso e ameaçado no futuro, como já ocorreu na crise do pão de 1946.

Não se pode pôr em dúvida haver no Brasil uma grande area capaz de produzir trigo e que já o produz normalmente. Está evidente que o nosso maior esfôrço terá de ser feito no Rio Grande do Sul, procurando-se outras regiões em que a cultura encontre bases econômicas para ser cultivado em larga escala e por métodos mecânicos. A Comissão Técnica de Trigo que elaborou o plano Beckman — Fagundes estará apta, constituída como está dos nossos melhores técnicos, a definir os rumos certos da triticultura nacional, de modo a permitir resultados que libertem a Nação do jugo estrangeiro que a estrangula.

Já me manifestei incisivamente sôbre outro aspecto do problema do pão — que é o das farinhas panificáveis, o qual não pode deixar de ser encarado com o mesmo interêsse do incremento da triticultura.

Seja-me lícito ainda observar sôbre o Plano o que ocorre em relação a S. Paulo. Foram indicadas quatro zonas (Salto Grande, Assis, Itaperanga e Vale do Sapucaí) deixando — se coubesse à Secretaria de Agricultura orientar a campanha. No caso particular de S. Paulo, o assunto do trigo é digno de atenção especial.

Se em Minas é onde se regista talvez o mais elevado rendimento por hectare entre nós; em S. Paulo, êle desce para o nível mais baixo, caíndo para 410 e 300 ks., isso devido ao tempo sêco durante o ciclo vegetativo, fugindo aos equivalentes meteorológicos.

Os resultados obtidos em Campinas, comprovados por Krug e Viegas, dois notóveis geneticistas brasileiros, servem para demonstrar não se poder contar, naquele Estado, com a produção de trigo em bases seguras, devido a ser muito seco o inverno.

Os estudos de ensaios de variedade e obtenção de linhagens novas no Instituto de Campinas datam de longos anos. É, portanto, assunto familiar aos técnicos daquele Estado; no entanto, não se pode pôr em dúvida estar S. Paulo em condições de trazer concurso preciso à campanha do trigo empreendida pelo Ministro Daniel de Carvalho, parecendo-me por isso tornar-se digna de exame a sugestão feita pelo professor João Candido Filho — que seja estudada a zona irrigada do vale da Paraíba para a lavoura tritícola e onde está estabelecida para o arroz.

Estudo meticuloso dêsse aspecto, sem dúvida importante do problema do trigo, mereceria ser levado em consideração, pois a região já está tôda aparelhada para o cultivo e o beneficiamento do arroz, o qual é aplicável ao trigo.

Na abertura dos cursos da Universidade Rural, do corrente ano, o Prof. Octavio Dupont proferiu preleção de alto valor, sob muitos aspectos, destacando-se, dentro outros, o referente à necessidade de uma concentração de esforços produtivos com o cultivo do trigo em zonas que seriam planificadas por métodos modernos, como ocorre nos Estados Unidos e na U.R.S.S. Cita o Prof. Dupont, por exemplo, o vale do Jacuí e seus afluentes no Rio Grande, zona propícia à motocultura e com a possibilidade do escoamento da produção por via fluvial. O Rio Grande é o Estado em que, no inverno, os equivalentes meteorologicos são mais favoráveis á cultura do trigo, conforme o climoscópio de Azzi.

Suas zonas seriam aparelhadas, com estações de mecanização e demais elementos capazes de garantir aos agricultores o incremento e a defesa da produção em larga escala. A colonização, com agricultores conhecedores do cultivo do trigo e do linho e outras plantas econômicas; a formação de grandes empresas que se propuzessem promover o cultivo dêsse cereal em larga escala; a reunião dos cultivadores em associações de classe e cooperativas; enfim, estabelecendo-se bases técnicas, econômicas e financeiras mediante vigorosa planificação, viria resolver êsse angustioso problema para o Brasil.

A idéia central residirá na concentração de esforços mediante planificação a longo tempo.

Assumiu a questão do trigo caráter de muita gravidade para a vida política, social e econômico financeira do país, não sendo exagerado o colocarmos no mesmo nível do carvão, da sidérurgia e do petróleo.

É natural, portanto, que todos quantos se interessem pelo futuro do Brasil, país em crescimento e de larga projeção no mundo de amanhã, procurarem trazer sua contribuição ao exame dessa questão, como venho de fazê-lo neste momento.

Multiplicação Das Plantas Por Estaquia

Engenheiro agrônomo
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Professor da Escola de Horticultura Wencesláo Bello

1.º PARTE

I — Generalidades

Dá-se o nome de estaa a um fragmento de vegetal (ramo lenhoso ou herbácea, fôlha, raiz, etc) que, colocado no solo o em condições favoráveis ,é capaz d eenraizar e crescer formando uma nova planta.

A multiplicação por estacas, oferece, entre outras ,as seguintes vantagens:

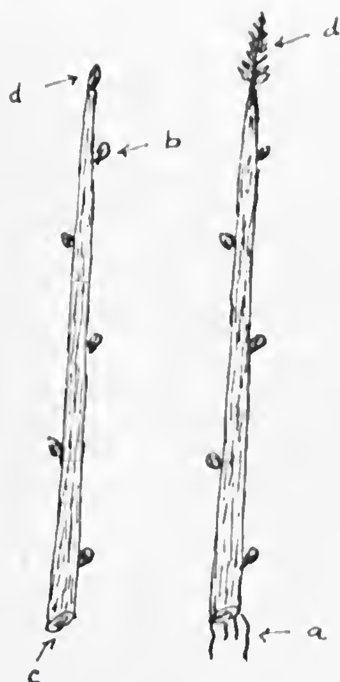


Figura 1
Formação de raízes
a — raízes
b — gemas
c — zona basal (cicatrização)
d — zona apical

a) garante a transmissão integral de todos os caracteres não só da espécie, como também da variedade, o que não ocorre na multiplicação por sementes;

b) permite a obtenção de novas plantas com maior rapidez do que por meio de sementes.

Por outro lado, apresenta certas desvantagens, como, por exemplo;

a) as plantas obtidas por estacas, não apresentam, de um modo geral, um sistema radicular tão desenvolvido e vigoroso quanto as obtidas por sementes;

b) as plantas obtidas por estacas possuem sistema radicular com menor capacidade de penetração no solo, comparado com o sistema radicular das plantas obtidas de sementes.

II — Emissão de raízes adventícias

A formação de raizes em um órgão que normalmente não as produz, é um fenômeno que se observa em numerosos vegetais dicotiledôneas.

Essa formação de raizes adventicias pode ser devida:

a) ao desenvolvimento de gemas radiculares dormentes existentes nas cascas dos caules e que em condições favoráveis (solo, temperatura, humidade etc) entram em atividade, permitindo assim o desenvolvimento das estacas.

b) a neoformação de raízes, isto é, formação e desenvolvimento de gemas radiculares onde elas não existiam anteriormente, em virtude

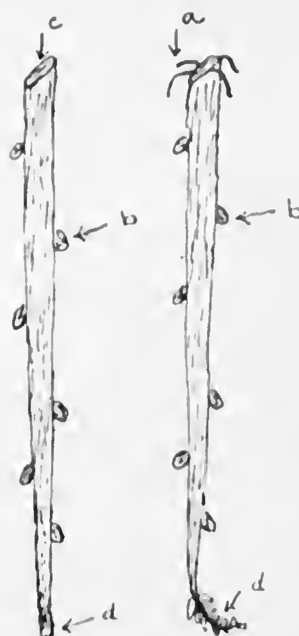


Figura 2
Formação de raizes
a — raizes
b — gemas
c — zona basal (cicatrização)
d — zona apical

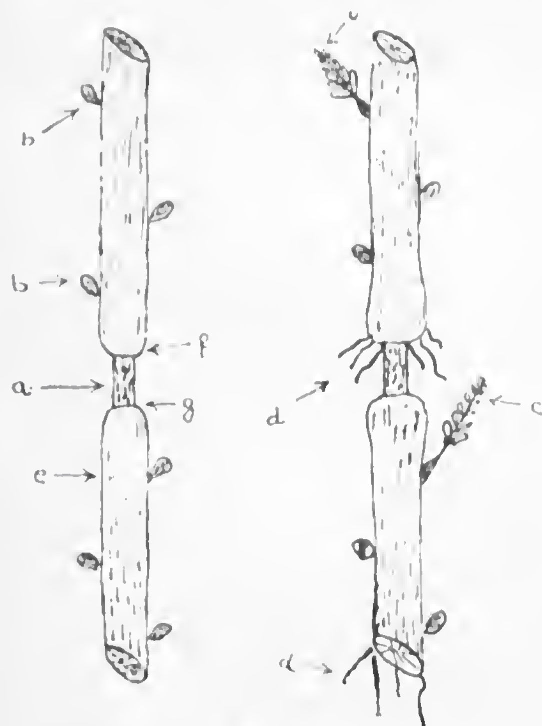


Figura 3
Formação de raizes
a — zona descorticada
b — gemas
c — ramos novos
d — raizes
e — casca
f — polo rizógeno
g — polo apical

de condições intrínsecas, quando as condições do meio são favoráveis.

Qualquer que seja o caso, é preciso, sempre que as estacas (ramos, fôlhas, raizes etc), encontrem condições favoráveis do meio (solo, temperatura, humidade etc), a fim de que elas emitam raizes adventícias vigorosas, que assuguram o desenvolvimento da nova planta.

Nem todos os vegetais admitem esse processo de multiplicação assexual.

Sòmente aquêles que têm aptidão para emitirem raizes adventícias podem ser assim propagados.

Essa aptidão não pode ser determinada a **priori;** sòmente ensáios experimentais, cuidadosamente orientados, podem indicar quais as plantas que possuem, com maior ou menor intensidade, essa capacidade de formação de raizes adventícias.

Um exemplo é suficiente para elucidar a questão, pois, mostra que, até mesmo em espécies muito afins, é diverso o comportamento em relação à formação da raizes.

De fato, enquanto na Vitis Berlandier. (videiras do tipo americano) o enraigamento é muito reduzida, na vitis vinifera (videiras de mesa), o enraizamento é fácil.

Antes do estudo do mecanismo da formação das raizes adventícias em uma estaca, convém, seja dito algo a respeito da polaridade dos órgãos de uma planta.

III — Polaridade dos órgãos

A esse respeito, é classica a experiencia realizada com o vime (Salix viminalis), citada sempre pelos autores, quando abordam essa questão.

Retirando-se um ramo novo de vime, e colocando-se esse ramo em uma atmosfera mais ou menos humida, observa-se que:

a) se a estaca estiver colocada em posição vertical, de tal maneira que a gema terminal fique voltada para cima, e a região basal (cortada) para baixo, o caule cresce normalmente em virtude do desenvolvimento da gema terminal, enquanto que as raizes formam-se na região da superfície cortada (fig. 1).

b) se a estaca estiver em posiçao invertida, isto é, com a gema terminal voltada para baixo, e a região basal (cortada) voltada para cima, observa-se, igualmente, a formação de raizes na superfície cortada, e o desenvolvimento da gema terminal; apresentando as raizes uma curvatura para baixo (geotropismo positivo), e o caule (broto), uma curvatura para cima (geotropismo negativo), conforme se verifica na figura 2.

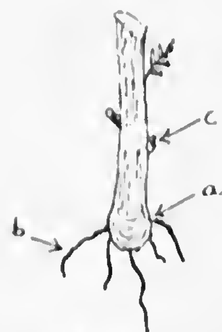


Figura 4
Formação de calo em uma estaca
a — calo
b — raizes
c — gema

s) se for feita uma descorticação anelar em qualquer região (retirada da casca em tôda a periferia), qualquer que seja a posição da estaca as raizes surgirão na região basal (região inferior, oposta à gema terminal), enquanto que as gemas que se desenvolvem em ramos são as da região apical (região superior), conforme se observa na fig. 3.

d) se fôr provocado o estrangulamento da estaca, em qualquer região, apertando-se no tronco, um arame, observa-se igualmente, que os raizes se formam na região basal, e os ramos, na região apical.

Essas experiências, muito simples, que podem ser repetidas com estacas de outras vegetais que enraizam fàcilmente, mostram que:

a) os vegetais apresentam uma certa polaridade, qualquer que seja a posição ocupada no espaço, distinguindo-se um polo rizógeno e um polo caulógeno;

b) os fatores que determinam a polaridade acham-se localizados nos tecidos exteriores, tanto que, uma simples descorticaçao, ou, mesmo, um estrangulamento, sem provocarem a interrupção do lenho ou da medula, são suficientes para que se manifestem os dois polos, rizogeno e caulógeno.

Vejamos agora, como se formam as raizes adventicias.

Para isso é necessario embora em largos traços, que seja conhecida a estrutura do caule.

IV — Estrutura do caule

Examinando-se o caule novo de uma planta vascular observa-se que êle apresenta duas partes:

a) casca ou cortex;

b) cilindro central ou estelo.

A casca, no caule, é mais ou menos delgada e apresenta, as seguintes regiões:

a) epiderme, que a envolve, formada por uma única camada de células miudas, cutinizadas, providas de estômatos e geralmente, apresentando pêlos.

b) parênquima fundamental, formado de células poliedricas, clorofiladas, deixando entre si meatos, e, não raro, contendo grão de amido.

c) endoderma ou camada interna, que forma a chamada bainha amilífera, em virtude de suas células conterem grande quantidade de grãos de amido. Essas células são geralmente retangulares e suberificadas.

O estelo é a zona mais desenvolvida e apresenta as seguintes regiões:

c) periciclo, formado de várias camadas de células que se alternam com as da endoderma;

b) feixes líbero-lenhosos, formado pela reunião de feixes liberianos (os mais externos), e feixes lenhosos (os mais internos). Os vasos liberianos, acompanhados de células anexas e de fibras, formam o que se denomina floema parte liberiana circular a seiva elaborada ou orgânica e pela parte lenhosa, a seiva inorgânica ou mineral;

c) medula, que é a parte mais interna, formada de células largas, separadas por meatos. A medula emite os raios medulares que separam lateralmente, os feixes libero-lenhosos.

V — Formação das raizes laterais

Na caso de raizes laterais gemárias, elas são de formaçao exógena, isto é, formam-se nas gemas axilares (região superficial do caule).

As raizes laterais não gemárias, são de formação interna, pois se originam no periciclo. Neste caso, forma-se no periciclo, u mamila radicular que se diferencia em uma nova raiz que, por digestão dos tecidos atravessa o cortex. Essa raiz une os seus feixes com os feixes caulinares continuando assim o seu desenvolvimento.

III Exposição Agro-Pecuária Sul-Fluminense

A grande parada rural de Barra do Piraí, organizada pela Associação Sul Fluminense de Exposições Rurais. Discurso do Secretário da Agricultura, Dr. Edgard Teixeira Leite. Discurso do Dr. Heitor Alves Barreira, Vice Presidente em exercício da Associação, e Presidente da Comissão Executiva. Relação dos expositores premiados.



O dr. Teixeira Leite, Secretário da Agricultura do Estado do Rio, pronuncia o seu substancioso discurso. A seu lado, S. Exa. o Sr. Governador do Estado, Cel. Edmundo de Macedo Soares e Silva.

Durante a semana de 20 a 26 de junho último, a Cidade Fluminense de Barra do Piraí abrigou uma interessante mostra das atividades agro-pecuárias do Sul fluminense, com a realização de mais uma Exposição, promovida pela Associação Sul Fluminense de Exposições Rurais.

"A Lavoura" abre espaço para dar conta aos sócios da Sociedade Nacional de Agricultura e aos seus demais leitores, dos principais aspectos desse certame, que vem assinalando, de uns tempos a esta parte, a evolução do interêsse que os problemas ligados á terra vem despertando entre os seus representantes — agricultores e criadores.

Foi, sem dúvida, uma obra coroada do mais completo êxito, não só pela quantidade, mas tambem pela qualidade dos produtos apresentados, sem falar no enorme interesse que o assunto despertou, levando ao recinto da exposição muitos milhares de pessoas.

A Divisão de Produção Animal, pélos seus técnicos, deu a mais estreita colaboração ao êxito do certame. Nesse sentido, o sr. Joaquim Sisino Rocha,



O dr. Heitor Alves Barreira discursa como Presidente da Comissão Executiva. A sua oração vai publicada na integra, nesta noticia

Chefe daquela Divisão e seus auxiliares, inspecionou os animais, vacinando-os, assistindo o seu transporte, feito aliás por intermédio e encargo da própria Secretaria, que, inclusive, tomou a responsabilidade da defesa dos mesmos no recinto da Exposição. Além disso, ofereceu a Secretaria de Agricultura sete taças, sendo quatro destinadas aos animais vencedores do concurso leiterio e três para os do concurso hípico.

É muito de louvar o interêsse demonstrado pelo sr. Helio Cruz de Oliveira, secretário do Govêrno estadual, por que o certame de Barra do Piraí alcançasse o maior sucesso.

Durante o ato inaugural, o Dr. Edegard Teixeira Leite, secretário da Agricultura — a que muito se deve o êxito de Exposição — e na sua qualidade de Vice Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, entregou ao Dr. Heitor Barreiros, Presidente da Associação promotora do certame, a medalha de prata do cincuentenário, da Sociedade Nacional de Agricultura, que esta ofereceu em atenção aos serviços prestados pela Associação que preside ao desenvolvimento agro-pecuário do Sul-fluminense.

Foi o seguinte o discurso do Dr. Edegard Teixeira Leite:

Meus patrícios!

Sejam, as minhas primeiras palavras, de louvar e de aplauso aos expositores e promotores desta explendida mostra de pecuária, que a Associação Sul Fluminense de Exposições Rurais, está realizando nesta futurosa e próspera região.

Louvor e aplauso, que eu trago em nome do Governador Macedo Soares, que acompanha, com o mais vivo interêsse, o desdobramento das atividades dos criadores do vale do Paraiba, e da região vizinha que aqui, mais uma vez acorrem, não com palavras ou promesas, mas com atos concretos, com fatos positivos dando demonstração de sua capacidade de realização, de sua tenacidade e de seu espirito progressista.

Na verdade, nenhuma prova maior, de tudo isso, que a presença em quantidade e qualidade dos animais aqui apresentados.

É um grande esfôrço, que exige preparação demorada, dispêndio avultado, esforços de tôda sorte, que passam em geral despercebidos do grande público, mas que o Govêrno sabe, conhece, e reconhece e, faz questão de deixar bem acentuado, nesta saudação congratulatória, que é também mensagem de agradecimento aos criadores que expuseram seus produtos, prestando contingente de colaboração inestimável ao desenvolvimento da economia fluminense.

RESPONSABILIDADE

Os expositores que aqui compareceram, e os que, com êles cooperam nesta "Campanha de ressurgimento" do famoso e famoso e histórico vale do Paraíba, têm a mais exata compreensão da responsabilidade que lhes cabe, e da tarefa relevante que o destino lhes outorgou, e que nunca será bem ressaltada, de prover do mais indispensável dos alimentos, o maior núcleo demográfico do nosso país e centro nervoso da vida política da nação que é a metrópole brasileira.

O problema do abastecimento de leite, não é apenas um problema comum de produção: sua repercussão excede as contingências econômicas, para se enquadrar principalmente, no campo das atividades sociais, das de maior relevância da vida de um povo.

Já referi, numa outra oportunidade a oração de Churchill, numa convocação extraordinária do Parlamento Britânico, nas horas incertas da guerra quando Londres era tôdas as noites devastada pela aviação Germânica, e que êle iniciou dizendo que ia tratar de assunto de extrema importância para o futuro do seu povo.

Iria pedir medidas para a preservação do rebanho leiteiro da Inglaterra, para assegurar o suprimento de leite, às crianças, aos velhos e aos doentes, na guerra e depois, na paz.

Porque, dizia êle, o problema do leite é pela sua alta relevância, antes de mais nada, "um problema de Govêrno".

MISÉRIA E SUB ALIMENTAÇÃO

Esta definição, deixa bem claro para administradores conscientes de suas responsabilidades, que o problema de leite é de capital significação, notadamente para o nosso país, onde o consumo dêsse alimento insubstituível, assume as proporções alarmantes e catastróficas, mesmo nos centros mais ricos e de população de maior capacidade aquisitiva, como as capitais dos estados, e a capital do próprio país.

Daí, uma das razões da mortalidade infantil, que apresenta proporções quase inacreditáveis, da devastação pela tuberculose, que arrebata mesmo nos centros mais providos de recursos para o seu combate, vidas, diàriamente arrasadas, em tão grande número, que em certas cidades, antes que se complete os sessenta minutos de uma hora, noite e dia, por todo o ano, um tuberculoso desaparece vítima sobretudo da sub alimentação.

São verdades dolorosas, de serem ditas, e também de serem ouvidas, mas que devem ser ditas, e devem ser ouvidas, e sobretudo meditadas, e nunca escondidas, pois é tarefa ingente da defesa da nossa raça a solução do problema do Homem Brasileiro — a qual só pode ser atendida, pelo esfôrço sinérgico do Govêrno, e das classes produtores, notadamente da lavoura e da pecuária, provendo o país de alimentação sadia e a preços razoáveis e accessíveis.

ASPECTOS ESTATÍSTICOS

O Estado do Rio segundo as mais recentes estatísticas possui 48 389 estabelecimentos agrícolas. Dêstes, 19 102 destinados à exploração da agricultura e 26 702 a agro pecuária.

Êsses números evidenciam por si só, a importância crescente que a indústria pastoril está adquirindo na economia fluminense. Outros índices, corroboram estas conclusões.

Assim, dos 3 316,000 hectares, que é a área total dos estabelecimentos rurais, apenas 588 000 são destinados a agricultura, e 1 857 000 a agro pecuária, e 775 exclusivamente a pecuária. Donde se vê que apenas 20% das regiões rurais do Estado (apenas 20%) são destinados à produção agrícola pròpriamente dita.

São confirmadas, também pelo seu valor, no total de Cr$ 1 268 168.000. Cerca de Cr$. 199 767 000 são representados pela produção animal. Do confronto entre o valor da produção total em 1939, que são os últimos índices rigorosos publicados, verifica-se que num total de 234 000 000 de cruzeiros, 162 284.000 cabem à indústria agrícola e 59 755 apenas à produção animal e de origem animal. A conclusão ressalta aos olhos menos atentos, mostrando a evidência que apesar da indústria animal ocupar cêrca de 60% da extensão territorial, o seu rendimento é apenas 25% do valor da produção agrícola. Êstes números são altamente significativos.

A produção industrial fluminense em 2.088 estabelecimentos licenciados em 1940, atingiu 860 000 000 de cruzeiros colocando o Estado do Rio como 4.º estado industrial do Brasil.

Êsses números demonstram a importância crescente que a pecuária vai adquirindo no Estado, invadindo lento mas seguramente, as regiões antigamente destinadas à lavoura no seu estrito sentido isto é, à produção de gêneros alimentícios e matérias primas de natureza vegetal.

A explicação dêsses fatos se encontra na transformação das velhas fazendas cafeeiras em campos de criar.

A cultura do café fêz com que se abandonassem os cafezais improdutivos e lentamente o capim gordura foi avançando quase que espontâneamente, indicando ao proprietário rural, o caminho a seguir pela linha de menor resistência, promovendo a substituição das fazendas cafeeiras em estabelecimentos pastoris.

A propriedade esgotada, mal dando para o custeio, sem compensativa mais, colônia próspera e os homens foram abandonando a terra em busca de outras atividades mais remuneradoras, em regiões agrícolas mais férteis e sobretudo na migração quase em massa para os centros urbanos. Foi o êxodo rural — abandono da terra pelo assalariado — e o absenteísmo — o abandono da terra pelo proprietário, as duas modalidades pelas quais o proletário e o proprietário desertaram do meio rural, trocando as antigas atividades pela vida urbana.

E como consequência disso, a saúva, o impaludismo, as verminoses, a tapera e quase sempre a miséria, a sub alimentação e a vida sem encanto e sem esperança.

Daí o panorama fàcilmente verificado na zona pròpriamente pecuária onde está se desenvolvendo a indústria de laticínios e produção de leite, de número reduzido de operários agrícolas e a conseqüente e crescente escassês de mão de obra, de que se queixam os proprietários pois a criação extensiva exige um número insignificante de braços para faina agrícola.

Cabe aqui uma reflexão que seria uma resposta à observação corrente que foi o boi que expulsou o homem.

Na realidade o fenômeno teve outra origem mais profunda e mais grave. O homem abandonou a terra devido a sua exaustão. O solo, destruido pela cultura inconsiderada de métodos irracionais, não permitindo a conservação da fertilidade primitiva, levados os terrenos em aclive pela erosão superficial n'a raro também pelas enxurradas.

Os exemplos são tão numerosos que apenas é difícil a sua escolha. Há poucos dias atraz tive oportunidade de visitar uma velha fazenda cafeeira que se conserva há três gerações na mesma família. Aberto há 103 anos, isto é, derrubadas as matas primitivas, formadas grandes lavouras de café, que chegaram no tempo de sua maior pujança a 15.000 arrobas, que está hoje em franca retrocesso, não chegando a colheita, às remanescentes dos antigos cafezais, a produzir 300 arrobas. No decurso de 103 anos exatamente operou-se a derrubada da mata virgem, a plantio do café: atingiu-se o máximo de sua produção e esvaiu-se a cultura num rápido declínio. Também aí o homem desertou o campo; e o capim gordura invadiu vales e encostos, e a população bovina substituiu a população humana.

Este quadro se multiplica em grande parte do Estado, e é uma consequência, material decorrente da destruição da riqueza natural do solo, mais do que da desorganização do trabalho, como em geral se pensa e se afirma.

A desorganização do trabalho foi uma conseqüência da exaustão do terra, abandonada pelo agricultor que já não podia fazer lavouras remuneradoras. "O boi não expulsou o homem" — Foi o homem expulsado pela "destruição do solo".

NOVOS PIONEIROS

Foi em pleno crise, causada pela decadência da lavoura cafeeira, quando as propriedades agrícolas chegaram ao máximo aviltamento dos seus valores, que brasileiros, fluminenses e filhos de outros Estados, notadamente de Minas Gerais, começaram, com decisão e energia, a transformação econômica, de que agora somos expectadores, em uma das suas fases mais decisivas.

As terras abandonadas pelos proprietários e pelos colonos, foram transformadas em pastagens; foram extendidos milhares de quilômetros de cêrca de arame farpado, em que milhões de estacas foram empregadas, permitindo a organização em postos dos capinzais criados quase expontâneamente.

E a região cafeeira, foi lenta mas seguramente, sendo povoada, pelo rebanho bovino, que aos poucos foi melhorando, com a introdução de reprodutores de raças leiteiras.

Os velhos solares das fazendas cafeeiros, imensos, com as instalações acessórias que o gênero de exploração exigia, e que quase tôdas estavam em ruinas, ou em franca abandono, foram aos poucos passando a outras mãos, se restaurando e muitas delas, num índice de capacidade de recuperação, que precisa e deve ser acentuada em louvar das que se atiraram a obra de tão alta monta e de tão alta significação para a nossa cultura estão reparadas, e se apresentam hoje, como padrões, entre as mais elevados das habitações rurais, podendo se confrontar de qualquer país altamente civilizado.

Nunca serão bastantes as louvares a êsses novos pioneiros, realizadores de tal recuperação econômica, dando uma soma de esfôrço, tenacidade, de capital, idealismo e de confiança no futuro, e que são renovadores da economia agrícola fluminense, substituindo a antiga tipo de organização exclusivamente agrícola, pela organização agro-pastoril, numa grande região da velha província, que está se reerguendo, já agora em bases firmes e com ratas seguras.

Quero exprimir aos que estão realizando esta obra, no Vale do Paraíba e dos seus afluentes, nas zonas da Baixada e nas terras das encostas, a pública reconhecimento do Govêrno pela obra já realizada e a confiança de que ela será completada, por medidas que precisam e devem ser tomadas.

PONTOS CRÍTICOS

Exatamente há um ano, em memorável oração proferida nêste mesmo local, numa cerimônia idêntica, o Governador Macedo Soares traçou com segurança e acerto o programa da Pecuária fluminense, e pôs em evidência as pontos críticos de uma organização agro-pastoril, neste campo de atividades. Dentre êles ressalta pela sua importância, o da alimentação.

Precisamos e devemos organizar os suprimentos alimentares dos nossos rebanhos, para que possam dar às explorações, rendimento razoável, já que a terra está assumindo preços sempre em ascenção, estabelecendo um desacôrdo entre a rentabilidade de um alqueire de solo, que custa sete, dez e quize mil cruzeiros, que comporta apenas duas ou três rezes, e vacas que produzem média insuficiênte de leite, agravada pelo pequeno período de lactação.

Na época de estiagem rigorosa, torna-se indispensável, para que a produção não decresça, o emprêgo de rações complementares, que até agora são encontradas sobretudo no uso do farelo e outros sub produtos da moagem de trigo.

Estamos assim, — já tenho dito e é necessário que se repita — para o abastecimento da capital do nosso país, grande cidade de cêrca de dois milhões de habitantes, na mais estreita dependência do estrangeiro, do trigo da Argentina, que está chegando em proporções cada vez menores, e a preços cada vez maiores.

Esta dependência é perigoso e humilhante, vamos dizer a verdade por inteiro, sem rebuços.

Humilhante e perigosa, pois além do pão, alimento que o hábito tornou indispensável à dieta de quase todo o nosso povo, estamos também, em parte do ano, na subordinação do suprimento de produto estrangeiro para obtenção do leite. Leite e Pão!

É na realidade, examinado em suas últimas conseqüências, dupla subordinação econômica e política.

Mas, o criador fluminense, compreendeu bem a situação e um promissor movimento já se esboça, para remover esta quase inacreditável situação.

Vamos agir para criar, dentro de cada fazenda a quase totalidade da ração de que carecem os nossos rebanhos, — pela sub-divisão dos pastos, permitindo o seu melhor aproveitamento; pelo plantio de leguminosas e de novas variedades de gramíneas forrageiras; pela adoção de processos racionais de conservação dos excedentes forrageiros, das épocas de abundância, pela fenação e pela ensilagem, pela criação de reservas forrageiras — proporcionando capins para o corte — pelo cultivo de cana forrageira, de trigo Adloy, de feijão-soja, e de tubérculos forrageiros, de mandioca e dezenas de vegetais fornecedores de alimentação complementar.

O Govêrno fluminense está atento às vossas necessidades e já empreendeu a campanha para a implantação da cultura do feijão-soja, das quais a primeira, já encerrada, resultou a criação de duzentos campos de cooperação e a segunda, em franco desdobramento, com setecentos e vinte campos de cooperação, cêrca de trinta municípios fluminenses.

Os resultados foram promissores e tudo faz crer na definitiva implantação de cultura, preciosa sob todos os aspectos — e que será fonte valiosa para fornecimento de alimentação proteinosa para os nossos rebanhos.

A campanha para a implantação do trigo Adloy tem prosseguido e será uma fonte valiosa de fornecimento de proteínas, que é a razão da importância do farelo de trigo.

Não menos importante, para êste fim é o alargamento da cultura algodoeira, para a produção de farelo de algodão e que começa a renascer, depois de violento declínio, já que o Estado do Rio, dispõe sob todos os aspectos, de condições excepcionais, para produção dessa valiosa malvácea.

Estou certo de que, pelos vossos esforços, e com a cooperação do poder público, com o qual podereis sempre contar, a pecuária fluminense irá atingir uma completa independência em matéria alimentar, problema que é apenas questão de organização.

Basta neste sentido lembrar o que ocorre na Dinamarca, que mantém um avultado rebanho, com alta produtividade leiteira, e em que, durante nove meses do ano, a alimentação é realizada com forragens conservadas, pois as forragens verdes apenas são obtidas quatro meses por ano!

Outro aspecto, também ressaltado pelo Governador Macedo Soares, na sua notável oração aqui proferida, foi o da situação verdadeiramente alarmante, em que se encontra a defesa sanitária animal.

A mortalidade, no gado maior, bem como no gado menor, assume proporções com as quais o criador já se afez mas que não deixam por isso de serem enormes.

Os prejuízos ocasionados pela febre aftosa, direta e indiretamente, não podem ser avaliados em seus números exatos.

Ela como que se acha instalada nas fazendas de criação do Estado do Rio, e reduz a produção do leite: reduz o nascimento de bezerros, reduz a capacidade dos animais de trabalho, e não raro reduz o fazendeiro à miséria.

O mesmo ocorre com a pneumo-enterite e pasteurelose dos bezerros, muitas vêzes confundidas e que anualmente, segundo dados conservadores, ocasiona mortandade de cêrca de cinqüenta mil jovens animais, todos os anos.

A estas moléstias, devemos acrescentar a raiva, as verminoses, e também a peste suína.

É indispensável que o problema da defesa sanitária animal seja pôsto nos seus têrmos reais e exatos e se dote os departamentos e serviços dêles encarregados, de todo o arsenal de que careçam, em técnicos, em verbas, em aparelhamentos de tôda a ordem, notadamente da produção de vacinas e sôros.

É necessário — e mais do que necessário — é urgente, que se forme uma "consciência nacional" em tôrno do problema, para evitar prejuízos anuais de muitos milhões de cruzeiros, que tem reflexo não apenas na economia nacional, mas assume proporções de calamidade pública, determinando as filas para a compra por preços sempre em alta de carne, de leite e de manteiga.

Alguns números permitem exprimir em seus têrmos matemáticos a situação do problema. para a proteção de cento e dez milhões de animais, do gado maior e menor dos rebanhos brasileiros — patrimônio valioso que é uma parcela avultada da riqueza nacional, o Serviço de Defesa Sanitária Animal do Govêrno Federal, dispõe apenas de oitenta veterinários.

A Secretaria de Agricultura do Estado do Rio tem apenas treze profissionais.

Outro número, para o combate da peste suína seria necessário o emprêgo de dezesseis milhões de doses de vacina cristal violeta.

Até êste momento, a nossa capacidade de produção não vai além de três milhões.

Temos de nos convencer que a criação, no Brasil, só é possível, em condições remuneradoras, quando o emprêgo sistemático da vacina preventiva se tornar de uso generalizado. É neste sentido que devemos caminhar.

Esta tarefa, quando fôr devidamente organizada, representará para a economia fluminense — só ela — cêrca de duzentos milhões de cruzeiros por ano, pois a tanto montam, segundo cálculos conservadores, prejuízo que as moléstias e pragas evitáveis, ocasionam anualmente.

Para tanto, podemos e devemos contar com a colaboração das Cooperativas, que deverão desenvolver suas atividades nêste sentido, podendo para tanto contar com todo o apôio do Govêrno, que está aliás junto aos nossos criadores desenvolvendo uma ação direta e que cada dia mais se alongará.

O PROBLEMA DOS EXCEDENTES

Entretanto, encarado em seu conjunto, o problema número um, da pecuária fluminense não é nem a alimentação, nem a defesa sanitária animal. É o dos excedentes da produção leiteira.

Mas apesar de tôdas os percalços e dificuldades ela vai aumentando, e hoje, já se criou situação que começa a ser fator de perturbação econômica e cuja gravidade precisa ser posta em sua justa relevância, com tôda a franqueza.

Como sabeis, na época de fartura de forragem coincidente com a da maior pluviosidade há um excesso de produção de leite — que em certas regiões assume proporções avultadas.

Estatísticas bastante seguras, permitem entretanto prever que ele atinge, nêste período, a cêrca de

cento e oitenta mil litros diários, que não podem ser absorvidos pelos mercados do Rio e Niterói.

E' sem dúvida uma questão de sub-consumo, apenas.

Se o consumo, atingisse aos níveis razoaveis que precisa e deverá ter — não apenas êste excedente, como tôda a produção atual, poderia ser triplicada, sem que tal fato se verificasse.

Mas, não é possivel, de chofre, aumentar o consumo e sobretudo criar o consumo variável, para o período de excedente e de carência, porque está a matéria dependente de hábitos alimentares que não podem ser repentinamente modificados.

Começa então, para o criador, o drama da falta de merenda, para um produto altamente perecivel cuja conservação, **in-natura**, é precaríssima.

E o período dos "cortes". o produtor recebe aviso de que o vasilhame para transporte foi "cortado", o que importa dizer que duzentos, trezentos, seiscentos litros, em cada propriedade, ficarão sem colocação, e que terão de ser entregues a preços reduzidos, para outros fins.

Se apurarmos, por uma contabilização perfeita — transformado em cruzeiros — o prejuizo que nos acarreta a produção fluminense — cêrca de duzentos mil litros diários, de leite sem colocação, num período de quatro a cinco meses, cremos encontrar uma das explicações, porque a pecuária está se tornando francamente deficitaria no Estado do Rio, em tantas e tantas propriedades. Na verdade, a produção consumida é de trezentos e dez mil litros por dia, em todo ano, enquanto o excesso é em seis meses — de 180.000 litros — Em números redondos pode-se aproximar dos 50% os excedentes sôbre o consumo real. Conhecendo êste fatos, não poude o Governador Macedo Soares, ficar indiferente à situação e determinou que a Secretaria de Agricultura, tomasse em mão o problema, e procurasse, de acôrdo com as classes interessadas, encontrar solução adequada.

Estudos estão sendo rapidamente realizados, como é do conhecimento de muitos dos presentes. Em colaboração com a secretaria cêrca de nove Cooperativas da região de Cantagalo, Cordeiro, Macuco e Municípios limitrofes, examinarão dentro de poucos dias o projeto e orçamento para instalar no norte fluminense, em local a ser escolhido, de indústria que absorva na época de abundância, os excedentes de leite daquela prospera região.

Aproveito esta oportunidade, para pedir a Vossa atenção para o problema, que poderá ter outras soluções, e para as quais, encontrarão sempre, pronta a atender-vos, a ação vigilante do Governador Macedo Soares.

Já existe no Estado do Rio, nêste vale, e na cidade de Barra Mansa, futurosa indústria de transformação de leite, cujos produtos — é sem favor que o digo, mas antes até como um dever que vão encontrando em todo o país a melhor aceitação.

A mesma emprêsa, talvez possa, numa conjugação de esforços, dar nova eficiente colaboração aos nossos pecuaristas, para o problema dos excedentes, instalando em outros pontos, estações coletoras, pequenas usinas, de transformação semi-industrial, que na época da abundância, permitam a coleta dos excessos, remetendo-os para a sua matriz, onde sofrerão a fase final de industrialização.

É apenas uma sugestão, que peço seja examinada. O que não se pode, porém, é ficar de braços cruzados, assistindo, resultante de desorganização, todo um consideravel aparelhamento econômico — que é a nossa pecuario, manter fazendas, criar rebanhos, produzir leite e ter o resultado final de seus esforços anulado, por assim dizer, por não ter mercado, quando existe um grande centro consumidor as suas portas, de alta capacidade aquisitiva, que consome apenas hoje menos de cento e trinta centimetros cubicos por habitante, quando deveria consumir pelo menos meio litro.

Guardai bem êstes números e meditai sobre eles, meus patricios.

Cinquenta por cento do leite produzido nas regiões proximas do Distrito Federal não encontra colocação para seu consumo, enquanto na capital da República, em cada cinquenta minutos morre um tuberculoso, vitima principalmente da sub-alimentação.

Cinquenta por cento do resultado dos esforços do criador, — expressados em duzentos mil litros diarios de leite, são vendidos — quatro ou cinco meses por ano, a preço de "salvados de incêndio", enquanto o **deficit**, vai sendo cada vez mais a norma das explorações pecuárias do nosso Estado.

Não devemos nos iludir, com o aumento de consumo diario na capital da Republica, como melhoria de nossa situação. Se de 137.674 litros diarios em 1939, passou a cêrca de trezentos mil litros em 1948, êstes numeros, para serem corretamente interpretados, precisam ser confrontados com o aumento de população e tambem, com o aumento do leite para fins industriais, que não é consumido na capital objeto de exportação para os Estados.

Tudo isso faz ver, meus patricios, quanto é sério o problema dos excedentes, que precisa ser resolvido, com energia e com decisão. Para tanto no Govêrno Fluminense, encontrareis sempre o mais decidido apôio e amparo.

INDUSTRIALIZAÇÃO — FÁBRICAS ESCOLAS

O excedente já referido, encontrará tambem, na sua transformação em laticinios — nos queijos, de diversos tipos e na manteiga, rendosa aplicação. Por certo, muito já se tem feito nesse sentido. E hoje os nossos mercados já se abastecem em grande parte de produtos de fabricação nacional.

Há cêrca de quarenta anos atrás, era bem diferente a situação — pois muitos de nós — como quem vos fala neste momento — hão de recordar-se, de certos tipos de manteiga francesa — alias fabricados, algumas delas especialmente para o Brasil, por terem sua venda proibida na França, por serem obtidos com margarina — eram de uso corrente e quase exclusivo na dieta das classes abastadas.

Alguns números, na sua significativa eloquência, falarão muito claro, demonstrando o compromisso, que se abre para a nossa indústria de laticinios, que salvo em poucos núcleos, está ainda em estado incipiente.

Assim em 1947, em quatro bilhões de cruzeiros, que o país importou, de gêneros alimenticios — sessenta milhões de cruzeiros o foram sob forma de produtos de laticínios.

Em janeiro deste ano, a nossa importação de laticinios atingiu a mais de cinco milhões de cruzeiros. Laticinios isto é, de queijo, de manteiga e de leite conservado, que podiamos e devemos produzir, porque temos o quarto rebanho do mundo, porque temos condições propícias, em todos os sentidos, para alcançar esta libertação do mercado estrangeiro, obtendo dentro de nossas fronteiras, produtos

que constituem por todos os motivos, uma alta expressão índice de cultura e de civilização.

Precisamos aperfeiçoar a nossa técnica de produção de queijo — e neste sentido o Govêrno do Macedo Soares já declarou, por ocasião da Terceira Exposição Estadual, o propósito do Govêrno fluminense, de criar em Resende e provàvelmente em Cordeiro, fábricas-escolas, de tipo da existente em Juiz de Fora, embora em proporções mais modestas, para a formação de profissionais e operários — de técnicos de várias categorias, e que sejam ao mesmo tempo, um centro de consulta e de orientação para a indústria de laticínios do nosso Estado.

Posso adiantar agora que a criação dêstes institutos está com o seu projeto bem adiantado, e que provàvelmente, além dos referidos, será iniciado outro, em Macabu, junto ao patronato lá existente, aproveitando-se as condições favoráveis, por termos ali instalações fàcilmente adaptáveis, alunos prontos a aprender e por ser centro de regiões que vai se tornando acentuadamente pastoril.

PROBLEMAS DE TRANSPORTE

Ao lado dêstes problemas, e como parte, indispensável, de uma organização razoável em matéria de indústria pastoril, está o dos transportes, que no caso da produção leiteira, assume proporções da mais alta relevância.

Só realizados em condições as mais adequadas, de custo e rapidez poderão atender as suas finalidades.

Basta lembrar que o tempo médio, gasto entre a ordenha e o consumo oscila entre 72 e 96 horas, ou sejam 3 ou 4 dias. Excepcionalmente 48 horas.

Conheceis bem o problema. Precisamos de carros próprios, trens com horários certos.

Mas, na realidade, temos carros inadequados, e trens fora dos horários.

O Govêrno sabe tudo isso e está agindo. Mas a ação infelizmente, não pode ter a rapidez desejada, tantos são os fatores e obstáculos a remover.

PROBLEMAS DE CRÉDITO

Mas, meus patrícios — todo êste programa de aperfeiçoamento da produção agro-industrial — instalações higiênicas para a ordenha, tapumes e cercas para as pastagens — organização de forrageamento racional, e forragem conservada colhida no período da abundância, aquisição de alimentos concentrados, notadamente dos proteinosos; obtenção de reprodutores de bom padrão; melhoramento das usinas de conservação e industrialização, tudo isso não se faz com esforços de imaginação, com palavras que o vento leva, com promessas falazes, de que o contribuinte está farto, e que o povo já não aceita.

É necessário dinheiro para realizá-lo — a prazos razoáveis, a taxas também razoáveis, mas, sobretudo que não falte no momento oportuno, porque é preciso que se diga, que o produtor, mais do que juros baixos talvez, necessita de dinheiro, que lhe seja concedido quando tem dele necessidade.

Já conheceis, neste sentido, o programa do govêrno, amplamente desenvolvido, em declarações e discursos, do Governador Macedo Soares, e claramente anunciado, como pensamento do govêrno, na Primeira Reunião dos Prefeitos Fluminenses, nos seguintes têrmos:

"Já agora pode o Govêrno do Estado do Rio anunciar que o Banco Auxiliar da Lavoura, terá caráter exclusivamente agrícola, estabelecimento semi-oficial, pela participação de capitais e de direção com representantes das classes produtoras, com critérios adequados às diversas finalidades, isto é, financiamento da entre-safra, aquisição de máquinas, adubos, reprodutores, e material agrícola, crédito orientado com assistência técnica, para pequeno produtor, e novas culturas, garantias de aquisição de safra, a preços mínimos para o produtor; carteira de crédito hipotecário, para a aquisição de propriedades e melhoramentos que exijam longo prazo de recuperação, com emissão de letras hipotecárias".

Estas palavras, pronunciadas em fevereiro do corrente ano, na Reunião dos Prefeitos, eu as confirmo agora, e informo, que a organização do crédito agrícola do Estado, está apenas dependendo da aprovação das medidas solicitadas por Mensagem do Senhor Governador Macedo Soares, à Assembléia Legislativa do Estado, e na qual é pedida a autorização para uma emissão de apólices, até o montante de cento e cinquenta milhões de cruzeiros.

Estas apólices, caucionadas, permitirão obter recursos para o capital inicial do Banco da Lavoura. Dos cento e vinte milhões obtidos por caucionamento das apólices, cêrca de um têrço serão destinados a criação de crédito agrícola.

Como vêdes as promessas do Govêrno estão se cumprindo e estou certo de que a Assembléia Legislativa com seu espírito esclarecido ultime as necessárias medidas — que dela dependem — para que o nosso Estado possa ter organizado seu Banco — Banco que viva para a lavoura — e não viva da lavoura como tive oportunidade de dizer — agora tenho a satisfação de confirmar.

Se demorei no estudo dêstes problemas é com a certeza de que os expondo aqui, à vossa consideração, serão examinados e criticados, com a maior franqueza, e que com a vossa colaboração havemos de encontrar para êle, soluções justas e adequadas.

Contamos com a colaboração do Govêrno Federal, pelo seu órgão que mais de perto atende às finalidades da lavoura e da pecuária, e em boa hora entregue às mãos experimentadas do Ministro Daniel de Carvalho, e também podeis contar com a ação vigilante do Governador Macedo Soares, que se inscreveu entre os mais ardorosos ruralistas do nosso país.

Já destes de vossa capacidade, demonstrações sobejas, e de que este certame é sem favor e sem dúvida, uma demonstração brilhante e evidente.

Falando-vos com franqueza e sem rebuços quero que as palavras finais destas declarações, sejam de votos de felicidade pelo sucesso dêste certame e da pecuária fluminense, aqui tão brilhantemente representada, renovando-vos os agradecimentos que vos apresento, em nome do Governador Macedo Soares, pela valiosa contribuição que ela está dando à economia da nossa velha e gloriosa província, e que, pelos vossos esforços está se integrando entre as mais prósperas regiões do nosso Brasil.

Em nome da Associação Sul Fluminense falou o Dr. Heitor Alves Barreira, Vice-Presidente, em exercício e Presidente da Comissão Executiva.

Referiu-se à situação precária do criador fluminense, em face da falta de braços, da majoração de todos os impostos, da falta de elementos para o tratamento dos rebanhos finos, etc.

Tratou, ainda, da situação do leite destinado ao consumo na capital da República e defendeu a existência de um centro único de recebimento, fiscalização e distribuição do leite do Rio de Janeiro, desde que o entreposto de Triagem está em condições de manipular todo o leite que entra neste momento, com grande reserva de capacidade para o aumento que se verificar em muitos anos vindouros.

Eis o seu discurso:

A Associação Sul Fluminense de Exposições Rurais, nascida do idealismo de um grupo de criadores fluminenses e mantida como um imperativo das necessidades da classe, teve, desde o princípio, ponderável auxílio material dos poderes públicos federal, estadual e municipal, e ao promover a III Exposição Agro-Pecuária Sul Fluminense, conta pela segunda vez com a presença de V. Excia. e de altas autoridades governamentais da República e do Estado do Rio, presença que constitui, para nós que aqui labutamos, motivos de justificado júbilo e incentivo para que, sob o apôio moral que ela representa, passamos continuar trabalhando para um desenvolvimento, cada vez maior, das nossas atividades, em benefício do melhoramento da nossa produção agro-pastoril; num esfôrço conjugado e, por isso mesmo, crescentemente fortalecido e eficiente.

Não fora, também, a abnegação dos criadores e agricultores do Sul do Estado que, no começo de nossa organização, numa compreensão perfeita dos seus deveres e responsabilidades para com a classe a que pertencem, atenderam ao apelo para uma campanha financeira de que resultou a instalação deste recinto e a dedicação daqueles outros que, anos a fora, vêm dando à Associação a sua assistência, em um trabalho perseverante e construtivo, dificilmente poderíamos hoje apresentar o espetáculo que aqui temos.

Sr. Governador:

Até o ano de 1922, aproximadamente o sul fluminense possuía, como fruto da iniciativa particular, numerosos rebanhos, altamente selecionados, de animais das raças Holandêsa, Jersey, Guernesey, Schwyz etc., que apresentavam notável produção de leite, além de constituirem, muitos dêles, fonte de criação de reprodutores finos.

A partir daquela época, a ação conjugada e o perfeito entendimento comercial de 2 ou 3 entrepostos, detentores únicos da entrada e distribuição de leite no Rio de Janeiro, de que resultou uma política baixista e totalmente contrária aos interêsses dos criadores, determinou o desânimo dos pecuaristas que, não podendo abandonar prontamente os seus rebanhos, lançaram mão do recurso de se fazerem mais criadores do que produtores de leite. Prevendo maiores resultados no criação de bezerras para corte, apelaram para a intromissão nos seus rebanhos do sangue das raças indianas, que produzindo mestiços fortes por excelência, suportavam a manutenção da exploração de leite de suas mães e depois, embora sacrificados no desenvolvimento, ainda representavam preços compensadores nos frigoríficos.

O resultado dessa situação foi a queda gradativa da produção de leite no vale do Paraíba, principal centro de exportação do produto para a capital da República.

Tal situação se agravou de ano para ano, até que em 1940, quando não mais era possível retardar uma providência que puzesse têrmo à ganância dos entrepostos e à angustia dos produtores, tomou o Govêrno Federal a iniciativa de, com a assistência dos Governos estaduais interessados diretamente na produção do leite e da Prefeitura do Distrito Federal, centro principal de consumo, promover entendimentos entre produtores, usineiros, entrepostos, varejistas, técnicos em laticínios e consumidores.

De tais entendimentos, presididos pelo Interventor Federal no Estado do Rio, tanto quanto das entrevistas dadas à imprensa, concluiram todos os interessados, inclusive compradores e distribuidores de leite, pela necessidade de criação de um centro único de recebimento, manipulação e distribuição do leite e seus produtos, no Rio de Janeiro.

Atendendo a essas necessidades e para que fôsse possível realizar providências objetivas, criou o Govêrno Federal, em julho de 1940, a Comissão Executiva do Leite a quem atribuiu no inciso s do art. 2.º do Decreto que a instituiu, a obrigação de "promover a construção do Entreposto Central do Distrito Federal e as usinas de beneficiamento e de aproveitamento das excessos de leite".

No art. 3.º estabelecia o mesmo decreto que sob a responsabilidade dos Estados do Rio e Minas Gerais e da Prefeitura do Distrito Federal, seriam realizadas operações de crédito para as desapropriações e aquisições de imóveis, construção do entreposto central e sua movimentação.

Dando cumprimento a essas determinações, iniciou a Comissão Executiva do leite a construção do Entreposto de Triagem, com capacidade para receber e manipular, aproximadamente, quatrocentos mil litros diários de leite, ao mesmo tempo que estimulava e mostrava a necessidade de se congregarem todos os produtores de leite em coperativas, fazendo desde logo uma demonstração da importância que passaria a ter a classe, na defesa dos seus interêsses, no dia em que as cooperativas se unissem numa corporação que fosse, no Rio de Janeiro, recebedora e distribuidora da produção oriunda das usinas do interior, organizadas cooperativamente.

Considerando o Govêrno de S. Excia. o Sr. Presidente da República oportuna a extinção da Comissão Executiva do Leite, foi baixado o decreto de 11 de setembro de 1946 que a extinguindo transferiu à Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda. o seu patrimônio e atribuiu à nova entidade, no parografo a, do Art. 5.º, a obrigação de "organizar e manter perfeito serviço de recepção, tratamento, engarrafamento e distribuição, em grosso, do leite destinado ao consumo do Distrito Federal".

Como se vê, manteve o decreto o Entreposto de Triagem na posição de centro recebedor e distribuidor do leite, destinado à população Carioca e não fôra assim, não se justificava que a Cooperativa Central arcasse com as responsabilidades ma

teriais de obra de tamanho vulto, ainda em período de construção e, portanto, produzindo despesas elevadas, principalmente se considerarmos que, terminada a sua instalação terá capacidade para quase o dobro do leite distribuído no Rio de Janeiro, visto que a entrada atual é, aproximadamente, de 225.000 litros e terá Triagem capacidade para 400.000.

Não desejamos, Snr. Governador, a existência única de um centro comercial de aquisição e venda do leite para o Rio de Janeiro, não queremos êsse privilégio para a Cooperativa Central, mesmo porque seria mantermos o espírito de "trust" e isso seria inconcebível num País democrático, cujo governo tem dado provas inequívocas de seu elevado espírito de justiça e imparcialidade, com que vem cumprindo a sua promessa de que seria o Presidente de todos os brasileiros.

Queremos, apenas, que reconheço a administração a desnecessidade de serem autorizados novas construções de entrepostos, quando dispõe o Distrito Federal de um estabelecimento modelar, com capacidade para mais do que as necessidades atuais e que bastará ainda por muitos anos, onde poderão ser centralizados e, por isso mesmo tornados mais eficientes, todos os serviços de fiscalização sanitária, transporte e desembarque das estradas de ferro, contrôle de estradas e distribuição — e cujos taxas de passagem contribuiram para a normalização da situação econômica e para que pudessem ser terminadas as obras da Entreposta de Triagem, transformada, de acôrdo com o espírito da lei que a transferiu à Cooperativa Central, em estabelecimento de utilidade pública e centro de contrôle e fiscalização do leite consumido no Distrito Federal.

Aproveitam os criadores do Sul do Estado, esta oportunidade, para dizer a V. Excia., em quem reconhecem o sincero propósito de conhecer e atender as necessidades dos produtores do Estado, ser precária a situação daqueles que promovem o abastecimento da Capital da República.

Fatores diversos vem contribuindo, uns influindo sôbre a produção e outros afetando a recompensa econômica dos seus esforços e não permitindo que os capitais investidos nas suas propriedades apresentem rendimento justo.

Os primeiros decorrem da falta quase absoluta de forragens concentrados no mercado, sem as quais impossível se torna uma produção correlata com a qualidade dos rebanhos que, quanto mais finos, maiores exigências apresentam, exigências que não podem ser atendidas pelas nossas pastagens empobrecidas em quantidade e qualidade, graças à exaustão de nossa terras, que prestaram sua contribuição à riqueza das cafesais fluminenses e hoje, depois de outros muitos anos de exploração e uso como centro de produção pastoril, não contam siquer com o braço suficiente para o seu tratamento.

E a falta de trato das terras cançadas do Estado do Rio constitue uma das peças de verdadeiro círculo vicioso.

Há falta de braços e os poucos encontrados são de tal modo caros que o fazendeiro, cujas rendas não podem ser equiparadas às da indústria, se vêm forçados a paralizar as suas atividades, exigindo das suas terras apenas o que elas podem dar. Por outro lado o trabalhador rural, humano como o da indústria, precisando viver melhor e tendo a noção de que sòmente mais remunerado poderá ter e proporcionar aos seus, uma vida em que sejam atendidas as exigências da alimentação e de conforto físico e social, emigra para as cidades, ou para os centros industriais.

Os fatores a que me referi, como atuantes sôbre a recompensa do trabalho e a renda do capital, são aqueles que diminuem o valor da produção.

São as grandes distâncias a serem percorridas por um produto como o leite, facilmente deteriorável, transportado por estradas onde sòmente os cargueiros transitam, determinando que após muitas horas de viagem, exposto ao sol, chegue a usina de beneficiamento com elevado teôr de acidez e sujeito a desnatagem, se não a inutilização.

E' a precariedade dos transportes na estrada de ferro, sujeitos a frequentes atrazos, em carros impróprios, velhos e sem meios de proteção do produto, pela conservação do frio, ocasionando nova deteriorização entre a usina e o entreposto, onde novamente a acidez estabelece outras e elevadas perdas.

E' a situação econômica da Cooperativa Central, arcando com pesados onus dos imóveis que encampou, continuando obras e, por tudo isso, exigindo o desconto de novos taxas das Cooperativas associadas, não contando com latame em boas condições de conservação, situação que permite e proporciona o estrago e perda de leite durante a viagem e manipulação.

E a essa situação difícil para o criador fluminense se juntou o aumento dos impostos que pesam sôbre as suas propriedades e sôbre as suas explorações; aumentos que se tornaram imperiosos, pela necessidade do Govêrno de V. Excia. de normalizar a situação econômica do Estado e de promover novos empreendimentos, além de ter de continuar obras iniciadas, cuja paralização acarretaria prejuizo para o plano de recuperação e desenvolvimento, empreendida pela administração estadual. Mas é forçoso reconhecer que tais aumentos vieram atingir a iniciativa particular precisamente num período de crise econômica, em que a elevação do preço de tôdas as utilidades e a majoração dos padrões de salários, contrastam com o vulto da produção.

Reconhece, entretanto, o criador Sul Fluminense que deve contribuir com a sua quota de sacrifício em benefício das atividades governamentais, empenhadas na melhoria do nível de vida das populações rurais, necessitados de assistência médica, de proteção contra as moléstias endemicas, de ensino e de vias de transporte e comunicações, mas apela para V. Excia. no sentido de ser feita uma revisão da lei orçamentária que determinou o aumento do impôsto territorial, de todos o que mais pesadamente atingiu a exploração rural.

Snr. Governador:

Acaba V. Excia. de realizar uma visita ao Município de Barra do Piraí, como antes fez a outros da Norte do Estado e há poucos dias ao de Vassouras.

Sabem as populações fluminenses dos elevados propositos com que vem V. Excia. percorrendo o interior do Estado, fiel à sua política de verificar as necessidades e programa-las para realizar e aproveita a Associação Sul Fluminense a oportunidade para secundar um gesto da população de Barra do Piraí que em abril deste ano encaminhou a V. Excia. um abaixo assinado, com cerca de 500 assinaturas, pedindo a restauração de uma estrada centenaria que ligava os Municípios de Barra do Piraí,

Valença e Vassouras com um percurso de apenas 20 quilometros.

Estrada que partindo de Barra do Piraí e seguindo pela margem esquerda do rio Paraíba vai atingir a vila de Juparana, distrito do Município de Marquês de Valença, tendo antes alcançado a ligação Juparana — Barão de Vassouras, distrito do Município de Vassouras.

Será uma estrada inter municipal de vital importância para a ligação dos três municípios e centro de escoamento dos produtos de grandes e boas propriedades rurais, cujos proprietários precisam atravesar o rio Paraíba, em canôas, para que possam alcançar a estação de Demétrio Ribeiro, da Central do Brasil. A abertura dessa estrada vem sendo objeto de estudos e interêsse do Snr. Prefeito da Comarca Municipal de Marquês de Valença que, nesse sentido, teve entendimentos com a Prefeitura de Barra do Piraí.

Em nome, pois, dos criadores fluminenses dessa região, apela a Associação Sul Fluminense para V. Excia. no sentido de ser restabelecida essa importante estrada de rodagem, com apenas 18 quilômetros a restaurar.

Terminando Snr. Governador quero agradecer a V. Excia. o auxílio inestimável que, para realização de mais este certame nos prestou o Govêrno do Estado do Rio, através da sua Secretaria da Agricultura, em boa e feliz hora entregue à competência técnica e operosidade do Dr. Edgard Teixeira Leite.

Não fôra o auxílio econômico e a cooperação dos funcionários da Divisão de Produção Animal, tendo à frente o Dr. Joaquim Sizino Rocha, bem diferentes poderiam ser as condições de sua organização e a eficiência de seus trabalhos.

Igualmente agradeço, em nome da Associação Sul Fluminense de Exposições Rurais, ao Ministério da Agricultura, na pessoa de S. Excia. o Snr. Ministro Daniel de Carvalho a ajuda econômica, a colaboração e a assistência do Departamento Nacional da Produção Animal.

A V. V. Excias. e a tôdas as demais autoridades que nos honraram com a presença na inauguração dêste certame, onde se vê refletido o desenvolvimento da pecuária no Sul do Estado do Rio e o esfôrço dos nosos criadores, apesar de tôdas as dificuldades e carências já apontadas, apresenta as mais sinceras agradecimentos da Associação Sul Fluminense de Exposições Rurais.

ENCERRAMENTO

Com a presença do Dr. Edgard Teixeira Leite, Secretário da Agricultura, Dr. Sisino Rocha, Diretor da Produção Animal no Estado do Rio, Dr. Paulo da Silva Fernandes, Presidente da Associação Rural e demais membros da Diretoria e da Comissão Executiva da III Exposição Agro-Pecuária Sul-Fluminense, teve início a cerimônia de encerramento.

Usou da palavra o Dr. Heitor Barreira que, em vibrante discurso, manifestou a satisfação da Associação pelo êxito obtido e agradeceu aos criadores o apôio à Diretoria, e à Secretaria de Agricultura a assistência e colaboração infatigável dos técnicos da Divisão de Produção Animal do Estado, chefiados pelo Dr. Sisino Rocha e ao comércio e população de Barra do Piraí a ajuda material e o apôio moral prestados.

Discursou a seguir o Dr. Edgard Teixeira Leite, que se congratulou com a Diretoria da Associação e com os criadores pelo sucesso vedificado na III Exposição e, reafirmando os propósitos da sua administração de prestar à Associação todo o apôio, formulou votos para sucessivas vitórias da classe.

Relação dos produtores distinguidos com os principais prêmios

BOVINOS

RAÇA HOLANDÊSA (Preta e Branca)

MIRON — **Campeão** — Prop. do Sr. Antonio dos Reis Meireles, Faz. Santana — Marquês de Valença — Est.º do Rio.

ALBATROZ — **Vice Campeão** — Prop. das Estâncias Duviver S/A., Faz. Piabanha — Três Rios — Est.º do Rio.

BALTAZAR AJAX — **1.º Prêmio** — Pro. do Snr. Andrade Dias, Sítio S. Geraldo — Jacarepaguá — Distrito Federal.

FAZENDÃO — **1.º Prêmio** — Prop. dos Srs. J. Honorio & Irmãos Ltda., Faz. Sta. Clara — Sta. Rita do Jacutinga Est.º de Minas.

ALOMA — **1.º Prêmio** — Prop. das Estâncias Duvivier S/A., Faz. Piabanha — Três Rios — Est.º do Rio.

PUREZA — **1.º Prêmio** — Prop. do Snr. Carlos Simões Loura Faz. St.º Antônio — Três Rios — Est.º do Rio.

PRINCEZINHA — **1.º Prêmio** — Prop. do Snr. Antonio dos Reis Meirelles, Faz. Santana — Marquês de Valença — Est.º do Rio.

(Vermelha e Branca)

GRAJAU BARTHO — **Campeão** — Prop. do Snr. Ede Nogueira de Oliveira, Faz. Paraíba — Barra do Piraí — Est.º do Rio.

SULTÃO — **Vice Campeão** — Prop. da Fazenda Ponte Alta, Barra do Piraí — Est.º do Rio.

CUICA — **1.º Prêmio** — Prop. do Snr. Ede Nogueira de Oliveira, Faz. Paraíba — Barra do Piraí — Est.º do Rio.

RAÇA JERSEY

1.º PRÊMIO DE CONJUNTO — **Dandy Favorito — Goldenrod Briar Rose — Pureza — Fair View Vivi — 1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Oswaldo Aranha — Faz. N. S. da Vitória — Barra do Piraí — Est.º do Rio.

CAMPONIO COMARY — **Campeão** — Prop. do Dr. Alfredo Barreira — Faz. S. José da Gramo — Piraí — Est.º do Rio.

DANDY FAVORITO — **Vice Campeão** — Prop. do Dr. Oswaldo Aranha — Faz. N. S. das Vitórias — Barra do Piraí — E. do Rio.

JOÁ DE JACAREPAGUÁ — **1.º Prêmio** — Prop. da S/A. Agro-Pecuária Sta. Helena — Vassouras — Estº do Rio.

BACURAU — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Hugo Lengruber Portugal — Faz. Recreio — Piraí — Estº do Rio.

TERCEIRA — **1.º Prêmio** — Prop. dos Sr. Dr. Nathanael Soares da Rocha e Orlandino Klotz — Faz. Boa Morte — Rezende — Estº do Rio.

PUREZA — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Os Oswaldo Aranha — Faz. N. S. das Vitórias — B. do Piraí — Estº do Rio.

LIMEIRA DO PIABANHA — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Alfredo Barreira — Faz. S. José da Grama — Piraí — Estº do Rio.

GOLDENROD BRIAR ROSE — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Oswaldo Aranha — Faz. N. S. das Vitórias — B. do Piraí — Estº do Rio.

DIVISA — **1.º Prêmio** — Prop. da S/A. Agro-Pecuária Sta. Helena — Faz. Sta. Helena — Vassouras — E. do Rio.

ESPIGA — **1.º Prêmio** — Prop. da S/A. Agro-Pecuária Sta. Helena — Faz. Sta. Helena — Vassouras — E. do Rio.

DUQUEZA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. José Luis Corrêa — Faz. Sobradinho — Barra Mansa — Estº do Rio.

BOLIVIA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Hugo Lemgruber Portugal — Faz. Recreio — Piraí — Estº do Rio.

RAÇA GUERNSEY

ABAIBA HONRADO — **Campeão** — Prop. do Dr. J. S. Maciel Filho — Faz. Rio Novo — Paraíba do Sul — Estº. do Rio.

LEBLON — **Vice Campeão** — Prop. do Dr. Roberto Oliveira Castro — Faz. Chacrinha — Marquês de Valença — E. do Rio.

MEIYER — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Roberto Oliveira Castro — Faz. Chacrinha — Marquês de Valença — Estº do Rio.

FAIRLAWN MAXIM'S INSTRUTOR — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. J. S. Maciel Filho — Faz. Rio Novo — Paraíba do Sul — Estº do Rio.

DURO DO RIO NOVO — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. J. S. Maciel Filho — Faz. — Rio Novo — Paraíba do Sul — Estº do Rio.

CLARIM DO RIO NOVO — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. J. S. Maciel Filho — Faz. Rio Novo — Paraíba do Sul — Estº do Rio.

CATITA DO RIO NOVO — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. J. S. Maciel Filho — Faz. Rio Novo — Paraíba do Sul — Estº do Rio.

DULCINEA DO RIO NOVO — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. J. S. Maciel Filho — Faz. do Rio Novo — Paraíba do Sul — Estº do Rio.

GRANJA — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Roberto Oliveira Castro — Faz. Chacrinha — Marquês de Valença — Estº do Rio.

RAÇA SCHWYZ

CARITO DE STA. CECILIA — **Campeão** — Prop. do Sr. Antonio de Barros Carvalho — Faz. Sta. Cecilia — B. do Piraí — Estº do Rio.

METEORO — **Vice Campeão** — Prop. do Sr. Edmundo Gustavo D'Olne — Faz. Laranjeiras — Três Rios — Estº do Rio.

ESTILO DAS ANDORINHAS — **1.º Prêmio** — Prop. do Snr. João José Batista — Faz. Andorinhas — Vassouras — Estº do Rio.

HORIZONTE DAS ANDORINHAS — **1.º Prêmio** — Prop. do Snr. João José Batista — Faz. Andorinhas — Vassouras — Estº do Rio.

GRANITO DAS ANDORINHAS — **1.º Prêmio** — Prop. do Snr. João José Batista — Faz. Andorinhas — Vassouras — Estº do Rio.

LIBERDADE — **1.º Prêmio** — Prop. do Snr. Antônio Barros Carvalho — Faz. Sta. Cecilia — B. do Piraí — Estº do Rio.

GOYA DAS ANDORINHAS — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. João José Batista — Faz. Andorinhas — Vassouras — Estº do Rio.

FELICIDADE DAS ANDORINHAS — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. João José Batista — Faz. Andorinhas — Vassouras — Estº do Rio.

RAÇA RED-POLLED

RIO GRANDE — **1.º Prêmio** — Prop. da S/A. Frigorífico Anglo — Faz. Dom Carlos — Vassouras — Estº do Rio.

BELEZA — **1.º Prêmio** — Prop. da S/A. Frigorífico Anglo — Faz. Dom Carlos — Vassouras — Estº do Rio.

RAÇA DUQUESA

DIAMANTE — **Campeão** — Prop. do Sr. Joaquim Duque Filho — Faz. Sta. Terêsa — M. de Valença — Estº do Rio.

CONTINO — **Vice Campeão** — Prop. do Sr. Joaquim Duque Filho — Faz. Sta. Terêsa — M. de Valença — Estº do Rio.

PROVINCIA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Joaquim Duque Filho — Faz. Sta. Terêsa — M. de Valença — Estº do Rio.

FORMOSA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Joaquim Duque Filho — Faz. Sta. Terêsa — M. de Valença — Estº do Rio.

RAÇA GUZERAT

COMPLETO DA GUZARATA — **Campeão** — Prop. da Fazenda Guzarate Ltda., — Itaguaí — Estº do Rio.

RAÇA GYR

CASTELO 2.º — **Campeão** — Prop. do Snr. Edmundo Gustavo D'Olne — Faz. Laranjeiras — Três Rios — Estº do Rio.

MONTE CASTELO — **Vice Campeão** — Prop. do Sr. Edmundo Gustavo D'Olne — Faz. Laranjeiras — Três Rios — Estº do Rio.

CARACOL — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Luiz Nolasco — Faz. Três Saltos — Piraí — Estº do Rio.

GANDI — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Edmundo Gustavo D'Olne — Faz. Laranjeiras — Três Rios — Estº do Rio.

UBERABA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Edmundo Gustavo D'Olne — Faz. Laranjeiras — Três Rios — Estº do Rio.

RAÇA INDUBRASIL

SULTÃO — **Campeão** — Prop. do Dr. Luiz Nolasco — Faz. Três Saltos — Piraí — Estº do Rio.
BRASIL — **Vice Campeão** — Prop. do Dr. Luiz Nolasco — Faz. Três Saltos — Piraí — Estº do Rio.
DUQUÊSA — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Luiz Nolasco — Faz. Três Saltos — Piraí — Estº do Rio.
LAGUNA — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Luiz Nolasco — Faz. Três Saltos — Piraí — Estº do Rio.

RAÇA NELORE

JAU DA INDIANA — **Campeão** — Prop. da Fazenda Indiana Ltda., — Piraí — Estº do Rio.
CACIQUE — **Vice Campeão** — Prop. dos Estâncias Duvivier S/A., — Faz. Piabanha — Três Rios — Estº do Rio.
NAIPE DA INDIANA — **1.º Prêmio** — Prop. da Fazenda Indiana Ltda. — Piraí — Estº do Rio.
MUZA — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Luiz Pessoa Guerra — Faz. Boa Vista — Piraí — Estº do Rio.

EQUINOS

RAÇA MANGALARGA

DANUBIO — **Campeão** — Prop. dos Srs. Joaquim Souza & Filhos — Faz. do Pocinho — Barra do Piraí — Estº do Rio.
CIGANO — **Vice Campeão** — Prop. do Sr. Cecil Murray Pearman — Faz. Dom Carlos — Vassouras — Estº do Rio.
GEMADA — **1.º Prêmio** — Prop. da Fazenda da Ponte Alta — Barra do Piraí — Estº do Rio

RAÇA CAMPOLINA

CATIVO — **Campeão** — Prop. do Snr. José Joaquim da Cunha Filho — Faz. Socêgo — Paraiba do Sul — Estº do Rio.
GUAPORÉ — **Vice Campeão** — Prop. do Snr. José Alves Pimenta — Faz. Santana — Barra do Piraí — Estº do Rio.
GALÃ — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. José Joaquim da Cunha Filho — Faz. Socêgo — Paraiba do Sul — E. do Rio.
RUMBA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Sylvio Lemos Campos — Faz. Sta. Cecilia — Vassouras — Est. do Rio.
COMÉDIA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. José Joaquim da Cunha Filho — Faz. Socêgo — Paraiba do Sul — E. do Rio.

RAÇA INGLESA

GUARANÍ — **1.º Prêmio** — Prop. da Sr Waldir Esteves Guimarães — Faz. Chacrinha (Cia. Agro Pecuária) — Paraiba do Sul — Estº do Rio
LOLY — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Luiz Nolasco — Faz. Três Saltos — Piraí — Estº. do Rio.
PREDILETA — **1.º Prêmio** — Propriedade da Fazenda Ponte Alta — Barra do Piraí — Estº do Rio
GAIVOTA — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Luiz Nolasco — Faz. Três Saltos — Piraí — Estº do Rio.

EQUINOS (Diversas Raças)

1/2 SANGUE ÁRABE:

SANTAREM — **1.º Prêmio** — Prop. da Fazenda da Ponte Alta — Barra do Piraí — Estº do Rio.

SHETLAND-PONEY

PALHAÇO — **Campeão** — Prop. do Sr. Hugo Lemgruber Portugal —Faz. Recreio — Piraí — Estº do Rio.
PIBE — **1.º Prêmio** — Prop. da Fazenda da Ponte Alta — Barra do Piraí — Estº do Rio.
QUEIJOSA — **1.º Prêmio** — Prop. da Fazenda da Ponte Alta — Barra do Piraí — Estº do Rio.
RUMBA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Hugo Lemgruber Portugal — Faz. Recreio — Piraí — Estº do Rio.

WELSH-PONEY:

OBSCURA — **1.º Prêmio** — Prop. da Fazenda da Ponte Alta — Barra do Piraí — Estº do Rio.

AZININOS

RAÇA CATALÃ:

PETROPOLIS — **1.º Prêmio** — Prop. da Fazenda da Ponte Alta — Barra do Piraí — Estº do Rio.
CATALUNHA — **1.º Prêmio** — Prop. da Fazenda da Ponte Alta — Barra do Piraí — Estº do Rio.

RAÇA PÊGA:

ZAZ TRAZ — **1.º Prêmio** — Prop. da Proprietária Lateadora Montanhês S/A. — Faz. Sta. Angélica — Piraí — Estº do Rio.

MUARES

ROSADA — **1.º Prêmio** — Propriedade do Sr. Hugo Lemgruber Portugal — Faz. Recreio — Piraí — Estº do Rio.
FALANGE — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Luiz Nolasco — Faz. Três Saltos — Piraí — Estº do Rio.

OVINOS

CONJUNTO — **1.º Prêmio** — 1 macho — 1.º prêmio — 1 fêmea — 1.º prêmio — 1 femea — 2.º prêmio — Prop. do Sr. Durval Marcondes Godoy — Faz. Castelo — Rezende — Estº do Rio.
DIANA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Hugo Lemgruber Portugal — Faz. Recreio — Piraí — Estº do Rio

CAPRINOS

CRIOULO — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. João Guilherme de Moraes — Rua João Pessoa, 1889 — Barra do Piraí — Estº do Rio.
ESTRELA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Hugo Lemgruber Portugal — Faz. Recreio — Piraí — Estº do Rio.

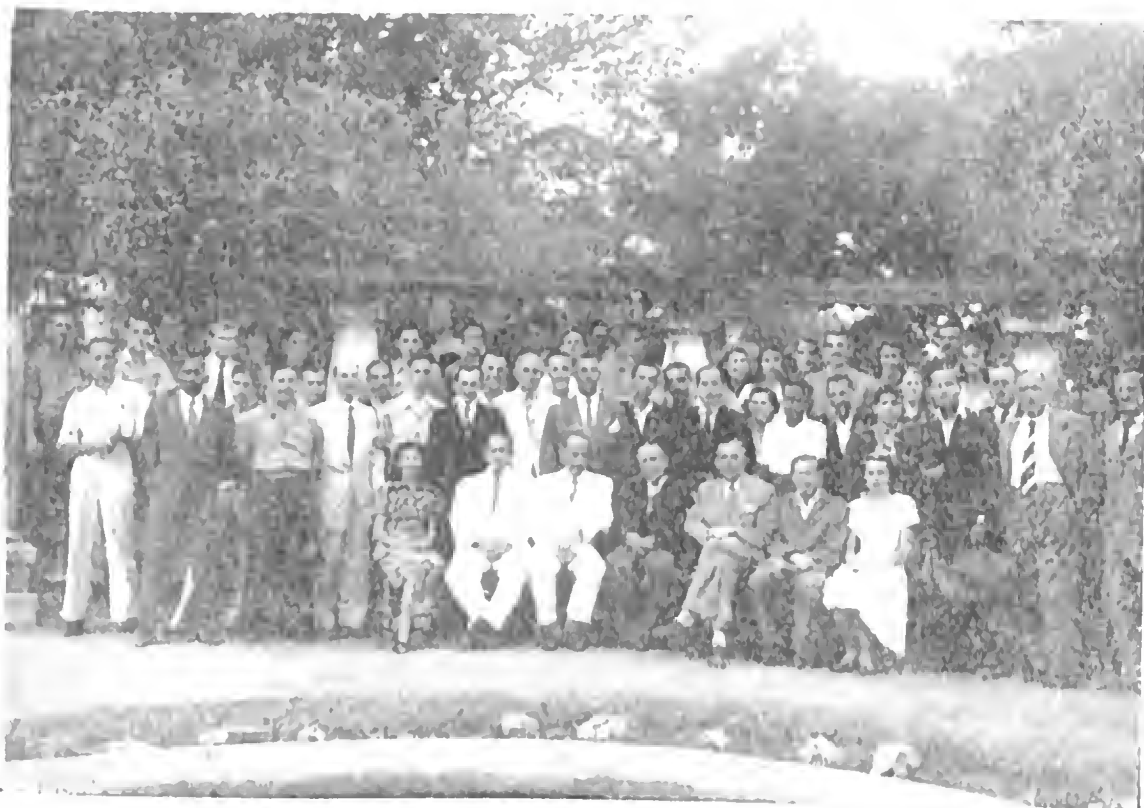
A 1.a Semana do Hortelão na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello"

Reportagem para "A Lavoura" pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira

Em virtude de acôrdo ajustado entre a Sociedade Nacional de Agricultura e a Fundação Getúlio Vargas realizou a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", e o fez com grande êxito, a "1.ª Semana do Hortelão".

Esse trabalho, foi mais um valioso serviço que a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", por iniciativa da Sociedade Nacional de Agricultura em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, prestou a educação rural e, especialmente, aos pequenos lavradores.

Aliás, ela sempre foi a casa do pequeno lavrador, e disso se orgulha.



Professores e "semanistas" da 1.ª Semana do Hortelão, na E. H. Wenceslão Bello

No período de 5 a 10 de julho, a Escola manteve, sob regime de internato, inteiramente gratuito, 25 (vinte e cinco) pessoas residentes no interior, interessados nas explorações hortícolas, além de numerosos semi internos, que frequentavam as aulas e faziam refeições na Escola.

A 1.ª Semana do Hortelão, que se desenvolveu em um ambiente de perfeita cordialidade e, sobretudo, de muito trabalho,

Pelos dados que se seguem, pode se avaliar o trabalho intenso de que foi palco a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

AULAS

Durante a 1.ª Semana do Hortelão, foram ministradas 27 aulas, assim distribuidas:

4 aulas pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira. 4 aulas pelo Profes-

sor Subael Magalhães da Silva, 4 aulas pelo Professor J. M. Marlholo, 4 aulas pelo Assistente Romeu Ranapazzo, 4 aulas pelo Profesor Antônio de Arruda Câmara, 2 aulas pelo Professor Pedro Goulart da Silveira Filho, 2 aulas pelo Assistente Severino Gonçalves Câmara, 2 aulas pelo Assistente André da Silva Neto, 2 aulas pelo Assistente Agrícola Castelo Borges; perfazendo um total de 40 horas de aula, isto é, sete horas e meia de horas de aula diáriamente, exceto no sábado, que, em virtude do encerramento às 11,00 horas, só foram ministradas três horas e meia de aula.

RELAÇÃO NOMINAL DOS SEMANISTAS INTERINOS

1 — Antônio de la Peña Rocha, Bolivia; 2 — Adriano Alberto Teixeira, D. Federal; 3 — Agostinho Dias da Trindade, D. Federal; 4 — Dirceu Ramos Neves, D. Federal; 5 — Henrique da Silva Neto, D. Federal; 6 — João da Silva Azevedo, D. Federal; 7 — Mário Causan, D. Federal; 8 — Paulo Gomes Soares, D. Federal; 9 — Valdir Gonçalves da Cunha, D. Federal; 10 — Fernando Loureiro, E. Rio; 11 — Oto Surerus, E. Rio; 12 — Adelson Gonçalves, E. Santo; 13 — Artur Valdetaro, E. Santo; 14 — Augusto Guilherme Luis Kruger, E. Santo; 15 — Augusto Koelhert Filho, E. Santo; 16 — Jarbas Castelo, E. Santo; 17 — Manuel Gandeia, E. Santo; 18 — Paulo Kerchoff, E. Santo; 19 — Aníbal Antônio da Costa, Minas Gerais; 20 — Francisco A. de Arruda Câmara, Minas Gerais; 21 — Francisco Ferreira, Minas Gerais; 22 — José Fróis, Minas Gerais; 23 — Marciano Ribeiro do Vale, Minas Gerais; 24 — Sebastião Ribeiro do Vale, Minas Gerais; 25 — Moacir Lopes da Rocha, Pernambuco.

DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES

Durante a semana, foi a seguinte a distribuição das atividades:

6,30 horas, Café; 7,00 às 8,30 horas, Aula; 8,40 às 10,40 horas, Aula; 11,00 horas, Almôço; 12,00 às 13,30 horas, Aula; 14,00 horas, Merenda; 14,30 às 16,00 horas, Aula; 16,10 às 17,40 horas, Aula; 18,00 horas, Jantar; 19,30, Palestra; 20,10 horas, Sessão cinematográfica.

NÚMERO DE REFEIÇÕES

Durante a Semana do Hortelão, forneceu a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" aos semanistas (internos e semi-internos):

a 390 refeições servidas no almoço;
b 260 refeições servidas no jantar;
c 300 serviços de café da manhã;
d 322 serviços de merenda.

PALESTRAS

Durante a Semana, precedendo a Sessão cinematográfica proporcionada pelo Serviço de Informação Agrícola, foram realizadas, diàriamente, às 19,30 horas, palestras com feição objetiva e prática, que provocaram oportunos debates entre os professôres da Escola e os Semanistas.

Tais palestras, feitas pelos próprios professôres da Escola foram:

a — Considerações sôbre os mercados para os produtos horticolas, pelo Prof. Antônio Arruda Câmara.

b — Considerações sôbre a industrialização dos produtos horticolas, pelo Prof. Subael Magalhães da Silva.

c — Considerações sôbre a instrução e o ensino horticola, pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira.

d — Considerações sôbre a organização de cooperativas dos horticultores, pelo Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho.

e — Considerações sôbre o cooperativismo no Brasil, pelo Prof. Antônio de Arruda Câmara.

CONVIDADOS DO DIA (*)

Durante as refeições, orientaram, após a sobremesa, a conversa dos semanistas, sôbre asuntos de natureza técnica, especialistas para ese fim convidados.

Foram as seguintes, as conversas dos convidados do dia:

a — Moléstias dos animais transmissiveis ao homem, pelo Prof. J. Pinto Lima.

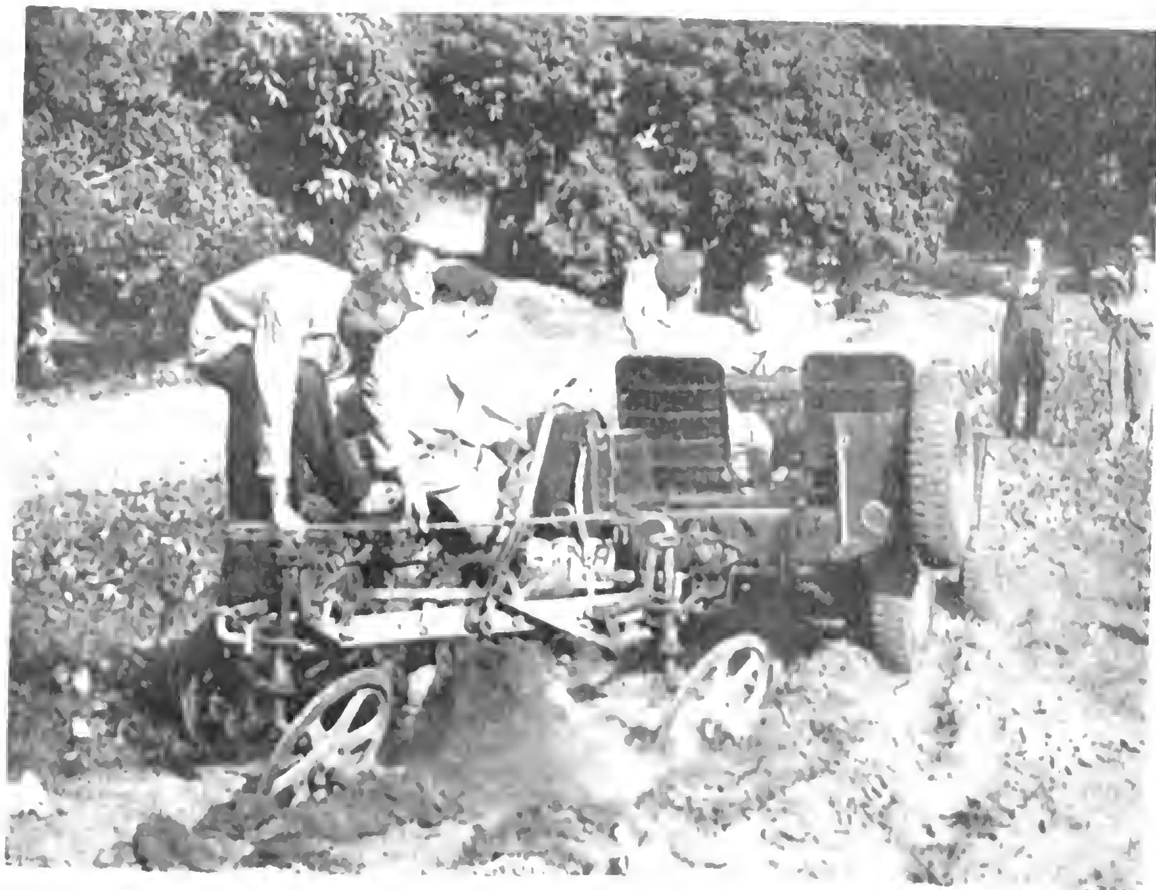
(*) Entre os convidados do dia não puderam comparecer por fôrça maior Eurico Santos, Guaraci Lavor e Luís Marques Poliano

b — O valor do homem rural, pelo Técnico de Educação Rural Roberval Cardoso.

c — Habitação Rural, pelo Eng. Agrônomo João Gonçalves de Sousa.

d — Animais venenosos, pelo Prof. Frederico Moutinho Braga.

e — O mercado de sementes hortícolas, pelo hortelão Adriano Dantas.



Experiência de um Jeep agrícola, puxando um arado, adaptado na ocasião. No volante, o prof. Sobael Magalhães da Silva

f — Combate à doenças e pragas, pelo Prof. Jalmirez Guimarães Gomes.

g — Relações entre vizinhos, pelo Eng. Agrônomo Alberto Ravache.

BEM ESTAR DOS SEMANISTAS

Como era de esperar, o bem estar dos "Semanistas", constituiu preocupação constante de todos os professôres, serventuários e alunos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello". Para assegurar o bem estar dos semanistas, ficou constituída uma comissão de Bem Estar, integrada pelo Sr. Adriano Dantas, administrador do Horto e Chefe dos trabalhos práticos, auxiliados pelos senhores Henrique da Silva Neto, velho serventuário da Escola, Mario Adilio de Azevedo Carvalho, assistente da Escola e Aloísio Fonseca, presidente do Clube Agrícola "Miguel Calmon", que, de uma maneira perfeita, desempenharam o encargo que lhes fora confiado, conforme asseguraram os "semanistas".

Tudo foi feito para que nada faltasse aos "Semanistas", para que êsse se sentissem, na Escola que os hospedava, como se em seus lares estivessem.

Cordialidade, cooperação e boa vontade nunca faltaram para que tudo fosse assegurado aos "semanistas".

Professôres e assistentes, pessoal administrativo, pessoal subalterno, e alunos da Escola, cooperaram com a referida comissão, para que pudesse desempenhar, com êxito seus encargos.

Os "Semanistas" por outro lado, muito cooperaram conosco.

Ambiente de harmonia e fraternidade eis o que se observou durante a nossa 1.ª Semana do Hortelão.

CLUBE AGRICOLA
"MIGUEL CALMON"

O Clube Agricola "Miguel Calmon" constituido pelos alunos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", registrado no Serviço de Informação Agricola do Ministério da Agricultura sob o n.º 1.098, foi fundado em 1945.

E' seu atual presidente, o aluno do 2.º ano, Aloisio Fonseca, que tão bons serviços prestou durante a "Semana do Hortelão".

Os componentes do Clube Agricola Miguel Calmon, isto é, todos os alunos da Escola, cooperaram, com entusiasmo e boa vontade, para que transcorressem sem incidentes, os trabalhos da semana.

Ajudaram, sempre solicitos, em todos os trabalhos; procurarem proporcionar aos semanistas tôdas as facilidades para que êles se sentissem bem entre nós.

Durante a "1.ª Semana do Hortelão", o Clube Agricola Migeul Calmon realizou uma sessão extraordinária para receber o Dr. William Simão, chefe da Seção de Clubes Agricolas do Ministério da Agricultura, que ofereceu, na ocasião, aos alunos uma coleção de ferramentas.

Após a reunião, o Dr. Wiliam Simão inspecionou todos os trabalhos realizados pelo Clube Agricola, retirando-se satisfeito com tudo quanto teve oportunidade de observar.

Os "Semanistas", muito dos quais não sabiam o que eram Clubes Agricolas que, espalhados pelo país, tantos e tão valiosos serviços tem prestado a educação rural (já existem 1.400 Clubes Agricolas registrados no Ministério da Agricultura), ficaram muito interessados e entusiasmados com a reunião que tiveram a oportunidade de assistir.

SESSÕES CINEMATOGRÁFICAS

Durante a "1.ª Semana do Hortelão" proporcionou a Escola, aos Semanistas, diáriamente uma sessão cinematográfica às 20,00 horas, graças a valiosa colaboração da Secção de Cinematográfica do Serviço de Informação Agricola.

Reunindo o útil ao agradavel o Serviço de Informação Agricola apresentou aos semanistas filmes de interêsse geral, técnico e cultural. Durante a Semana foram realizadas meia sessões cinematográficas, e exibidos vinte a u nfilmes.

O operador Moacir Barreto, do M. A., foi muito solcito e atencioso, esforçando-se para que as sesões cinematográficas decorressem com regularidade.

O HORTELÃO

Durante a semana, circulou um jornal mimeografado, com três páginas em cada número, sempre anciosamente aguardado pelos Semanistas.

O jornal circulava s quinze e trinta horos e trazia sempre, asunto de interêsse para os semanistas.

Circulou durante a 1.ª Semana do Hortelão, seis nKmeros de "O Hortelão" com uma tiragem de oitenta exemplares cada número.

VISITAS

Entre os prestimosos amigos da Escola que vieram observar as atividades da 1.ª Semana do Hortelão, podemos destacar o Professor Heitor Vinicius da Silveira Grilo, Secretário da Agricultura do D. F., que focalizou para os Semanistas os problemas da horticultura no D. F., Dr., Amauri Silveira do Serviço de Informação Agricola, Dr. William Simão e Senhora, da Seção de Clubes Agricolas, o Dr. Dante Câmara Neiva e Senhora do Ministério da Fazenda, Dr. Júlio Galvão Vaz Cerqueinho da Defesa Sanitária Animal do Pará, o Dr. Joaquim Cardoso Correia de Miranda da Escola de Iniciação Agricola do Amazonas, Dr. Clodomir de Azevedo Marques, chefe do Núcleo de agricultura do Escola de Iniciação Agricola da Bahia, Obter de Lima Pereira, da Escola Agrotécnica de Barbacena, Dr. Abeillard Nazareth do Ministério da Agricultura, Dr. Fausto Norfini, do Serviço de Economia Rural, D. Vera Seixas da Silveira, Sta. Carmindu Palheiros, Industrial Florêncio Gomes Soares; Dr. João Gonçalves de Sousa do Serviço de Economia Rural, Dr. Jalmirez Guimarães Gomes da Divisão de Defesa Sanitária Vege-

tal, Dr. J. Pinto Lima do Serviço de Informação Agrícola, Dr. Murtinho Braga da Universidade Rural, Dr. Alberto Ravache do Serviço de Economia Rukral e tantos outros visitantes ilustres, além de ex-alunos da Escola que trabalham na Secretaria da Agricultura do D. F.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Conforme estava programado, a sessão solene de encerramento da "1.ª Semana do Hortelão", realizou-se sábado, dia 10, às 11,00 horas.

A sessão foi presidida pelo Dr. Luís Simões Lopes, presidente da Fundação Getúlio Vargas, tomando assento na messa o Dr. Rubens Porto, do conselho da F. G. V., o Dr. Melo Flores diretor executivo da F. G.V., o Dr. Carlos Vidal, Vice-Presidente da F. G. V., o Dr. Arruda Câmara diretor da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", Dr. Mira y Lopes, do Instituto de Seleção e Orientação profissional, o Dr. Honório Monteiro, diretor da Escola Nacional de Agronomia e do Conselho superior da S. N. A., o Dr. Ginájas Gumarães diretor da Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural e da diretoria da S. N. A., o Dr. Diogenes Caldas, representando o Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, e do conselho superior da S. A. A., e o Dr. Luís Alves de Matos, diretor do Departamento de Ensino da F. G. V.

Entre outras pessoas presentes, encontravam-se o Dr. Itagiba Barçante, antigo superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário, o Dr. Admastor Lima, da diretoria da S. N. A., o Dr. Álvaro Simões Lopes, alto funcionário do Ministério da Agricultura, professôres da Universidade Rural, técnicos do Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas, técnicos do Ministério da Agricultura, Diretores da Sociedade Nacional de Agricultura, professôres e alunos da Escola de Horticultura "W. Belo", semanistas etc.

Iniciada a sessão, falou o Dr. Arruda Câmara, Diretor da Escola, que, teceu comentários sôbre a solenidade que no momento realizava.

Falou a seguir, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, que fez um sucinto relato das atividades da 1.ª Semana do Hortelão e dos resultados práticos da colaboração entre a Fundação Getúlio Vargas e a Escola de Horticultura "W. Belo".

Falaram a seguir, os semanistas Mário Canaan, Fernando Loureiro e Antônio de la Peña Rocha e o Dr. Luís Matos que trouxe a palavra de estímulo do Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas, que tão intimamente tem colaborado conosco.

Encerrando a sessão, falou o Dr. Luís Simões Lopes que congratulou-se com os semanistas pelo sucesso da semana, e, lamentando a ausência do Dr. Tôrres Filho, presidente da S. N. A., que se encontrava enfermo, traçou o perfil do incansável batalhador que há cêrca de 15 anos dirige os destinos da veneranda associação de classe.

Aos convidados foi servida uma mesa de frutas.

A 1.ª Semana do Hortelão obteve completo êxito, tendo sido atingidos seus elevados objetivos.

A experiência desse primeiro ensaio, servirá para aperfeiçoar, cada vez mais, outras semanas idênticas que venham a ser realizadas.

A Escola de Horticultura "W. Bello" com a colaboração da Fundaço Getúlio Vargas, prestou mais um valioso serviço à educaço rural.

Os semanistas que tivemos o prazer de hospedar, saíram da Escola, esclarecidos e, sobretudo, iniciados em práticas culturais mais racionais. A semana foi de trabalho intenso e profícuo.

Estão, pois, de parabens, os semanistas que ocorerам ao nosso chamado, a Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", pioneira do ensino hortícola entre nós, a Sociedade Nacional de Agricultura, veneranda associação de classe que há mais de [illegible] vem defendendo os interêsses dos lavradores e criadores do Brasil e a Fundação Getúlio Vargas, que tão assinalados serviços tem prestado ao país.

CASA DA AGRICULTURA

Lançada a Pedra Fundamental



"Casa da Agricultura" — futura sede da Sociedade Nacional de Agricultura, em início de construção

No dia 4 de junho último, e com a presença de numerosos sócios, diretores, membros do Conselho Superior da Sociedade Nacional de Agricultura, e pessoas gradas, às 10 horas da manhã, teve lugar a cerimônia do lançamento da pedra fundamental da "Casa da Agricultura", futura séde da Sociedade Nacional de Agricultura, cuja construção será iniciada imediatamente.

O Sr. Arthur Torres Filho, que presidia ao ato, realizado no terreno sôbre a Avenida Presidente Justo, doado pelo Govêrno Federal à Sociedade para êsse fim, fez a enumeração dos esforços que vêm, ha longos anos, sendo despendidos pela direção atual da Sociedade, e pelas outras que a antecederam, tôdas preocupadas em proporcionar séde condigna à instituição.

Após longos anos de trabalho — declara o Sr. Torres Filho — chegamos ao término da mêta mais difícil, qual a da obtenção do financiamento, e de aprovação das plantas na Prefeitura.

Não quiz a diretoria efetuar a cerimonia antes de completamente vencidos os óbices que se apresentam em tais trabalhos, afim de poder atacar, imediatamente, as obras. Informa das providencias já adotadas pela Comissão de Obras, adiantando que os tapumes, os cálculos de carga, e outros serviços preliminares já foram providenciados. O Engº. Ary Azambuja, que se encarregou dos projetos e dos trabalhos técnicos da construção, já foi autorizado a apresentar os nomes das firmas que se encarregarão das fundações e dos seguintes trabalhos, de acôrdo com o sistema adotado de concurrencias parciais.

Após uma salva de palmas, foram todos convidados a comparecer à séde atual da Sociedade, a poucos passos do local, para aí assinarem a ata respectiva.

A Alimentação na Bacia do São Francisco

Antônio de Arruda Camara
3.º *Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.*

O regime alimentar na bacia do São Francisco difere de uma para outra zona e é, na maioria dos casos, muito pouco variado. Observa-se, entretanto, acentuada influência das condições de abastecimento e dos hábitos, preferências e recursos do povo, na sua constituição.

Os gêneros alimenticios de maior consumo são os obtidos na localidade, e, assim, coincidem os periodos da safra com os de maior fartura.

Os flagelos climáticos, inundações e, notadamente, as sêcas, refletem-se, portanto, nas zonas em que se manifestam, sôbre a alimentação.

Nos anos bons, isto é, naqueles de bôa produção, há variedade e abundância de gêneros alimenticios. Não se manifesta crise de trabalho, e, sendo os mercados, então, abastecidos com produtos locais, é a população beneficiada, também, pelo menor custo da vida.

As inundações, destruindo culturas e dizimando rebanhos, provocam crises, — escassez e falta de gêneros alimenticios.

As sêcas constituem calamidade maior. Além de abrangerem, periodicamente, as zonas sertanejas, alcançam, vez por outro, embora com menor intensidade, as do agreste, centro, chapada, planalto oeste, itacambira, urucuia e, médio São Francisco. Nas zonas sertanejas até mesmo à beira rio, são as sêcas mais frequentes. Em consequência, anos há de escassa e, às vezes, nula produção. Nesses anos de crise e sofrimento, modifica-se, avilta-se mesmo, o regime alimentar. É que, reduzida a capacidade aquisitiva do povo sertanejo, fica a população pobre exposta a maiores dificuldades, chegando mesmo, em alguns casos, a recorrer, para sua alimentação, a escassos recursos silvestres.

À margem do rio e de seus afluentes o peixe é alimento mais ou menos generalizado, e, como tal, acessivel à população pobre. Seu consumo, nas zonas afastadas, é limitado, devido as dificuldades de conservação e transporte. Entretanto, com a incipiente industrialização do pescado, vem aumentando, progressivamente, o comércio de peixe sêco.

A carne é menos acessivel à população pobre. É gênero de uso diário, pelo menos em uma das principais refeições, entre os mais abastados. A carne fresca, de gado vacum, tem maior consumo nas cidades. A sêca, tanto o charque como a carne de sol ou do sertão, é muito apreciada no meio rural. Nas zonas sertanejas a carne de caprinos e de ovinos tem largo consumo. A de porco, tanto fresca como salgada, gosa de preferência em tôdas as zonas mineiras da bacia do São Francisco.

A caça, que raramente constitui objeto de comércio, concorre, com apreciável contigente, para a subsistência nos meios rurais principalmente nas zonas mais afastadas dos centros de maior circulação.

A farinha de mandioca é consumida em tôda a parte e constitui gênero imprecindivel, alimento do pobre que o rico não dispensa, — em todo o centro, norte e nordeste do vale.

O milho, sob a forma de fubá, e, às vêzes, de farinha (de monjolo, de pipoca, de fubá, torrado, etc.), canjiquinha (xerem) e canjica (mucunzá), tem maior consumo que a farinha de mandioca, no sul. No centro, norte e nordeste, embora mais variado o número de pratos, é o milho, relativamente, pouco usado na alimentação diária.

O feijão é de consumo generalizado, e entra, mais das vezes, nas principais refeições.

O arroz é mais freqüente nas mesas abastadas, sendo, mesmo nessas, muitas vezes substituido pela cangiquinha de milho, na parte sul da bacia.

As hortaliças, exceção feita das zonas situadas no Estado de Minas Gerais, são, relativamente, pouco consumidas. No centro, norte e nordeste, a batata doce, o cará e o aipim (macaxeira) são

muito apreciados e, sobretudo no sertão, feijão, fava e milho verdes, abobòras (gerimuns), quiabo e maxixe regalam pobres e ricos nos periodos de fartura.

As frutas não fazem parte essencial da alimentação e, quase sempre, são consumidas fora das refeições.

O leite tem grande consumo nas épocas de maior produção, sendo o de cabra mais acessivel, nos meios rurais, ás famílias de menores recursos.

São esses, além das aves e ovos, de produção doméstica, os principais recursos alimentares encontrados na bacia do São Francisco. Entretanto, circunstâncias várias, inclusive falta de conhecimentos e de recursos, concorrem para que o regime alimentar, em dados casos, deixe muito a desejar.

Nas zonas rurais predomina, tanto nas exporações agricolas como nas pastoris o trabalho a "sêco"... quando a "molhado", isto é, com alimentação, — regime pouco freqüente, — é o trabalhador, geralmente, melhor alimentado.

O comum é duas a três refeições diárias além do "cafe". No primeiro caso almôço e jantar da feitura e composição equivalentes e no segundo almoço, jantar e ceia. O jantar, é, então, a principal refeição.

Os pratos regionais são, nas diferentes zonas, os das regiões a que pertencem — Nordeste e Leste.

Registram-se, aqui e ali, abusões alimentares. E, de entre êles, alguns há que concorrem, poderosamente, para o menor consumo de frutas.

O Imposto de Transmissão de Propriedade no Estado do Rio

Uma reunião na Sociedade Nacional de Agricultura

A Sociedade Nacional de Agricultura dirigiu, em 26 de maio último, ao Exmo. Sr. Cel. Edmundo de Macedo Soares e Silva, Governador do Estado do Rio de Janeiro, o seguinte ofício:

"A Sociedade Nacional de Agricultura reuniu, há dias, em sessão especial, grande número de agricultores e pecuaristas fluminenses, individualmente e através de delegações de entidades rurais de numerosos municípios, a fim de estudar a Lei n.º 49-A, de 6 de dezembro do ano passado, visto que tal diploma, aparentemente extranho ás classes rurais, apresenta contudo, em suas conseqüências presentes e futuras, problemas do maior relêvo para a agricultura fluminense.

O estudo da matéria foi aceito pela Sociedade, antes de tudo, pelo desejo de colaboração, e apesar de ter tido a sessão uma ordem do dia prèviamente estabelecida, outros assuntos de indiscutivel oportunidade foram objeto de debates e comunicações. O ambiente da reunião, a que esteve presente o nosso Vice-Presidente, Dr. Edgard Teixeira Leite, Secretário da Agricultura do Govêrno de V. Excia., foi o da mais absoluta franqueza na exposição dos fatos, razão por que os debates transcorreram minuciosamente, ilustrados muitas vezes por informações de S. Exa., sempre oportunas e esclarecedoras.

É justamente o resultado dessa reunião, na sua parte principal, que *data venia*, vimos trazer a V. Exa., com o escopo de, assim, tambem colaborarmos no trabalho que V. Exa. vem empreendendo em favor das classes rurais do Estado, ao tempo que, em o fazendo, cumprimos o dever que nos impõe a razão de ser de nossa existência: amparar por todos os meios os justos anseios da agricultura nacional.

Encaixado nessa Lei 49-A, de 6 de dezembro de 1947, depara-se o Art. 14 e seu § 2.º, do teor seguinte: "O impôsto de transmissão incide *tambem* sôbre os imóveis de propridade de *pessoas jurídicas* quando permaneçam no patrimônio destas por período superior a 33 anos, cobrando-se-lhes a taxa de 4%; "para os imóveis que há 33 anos ou mais, estejam *incorporados* a qualquer título no patrimônio de pessoa jurídica, o impôsto é devido na data em que entrar em vigor esta lei, pelo primeiro período, contando-se os demais a partir do dia imediato; para os incorporados ou adquiridos há menos de 33 anos, contam-se os períodos a partir da data da incorporação ou aquisição".

O Art. 15.º fixa a base para o pagamento: "no caso previsto no artigo anterior, a base para cobrança do impôsto será o *valor atribuido aos bens* ao fim de cada período de 33 anos".

São estes dois incisos, Senhor Governador, em torno dos quais girou todo o debate, não só pelos onus que acarretam desde logo aos devedores desse impôsto, como pelas conseqüências, em alguns casos desastrosas, que poderão trazer à agricultura do Estado do Rio de Janeiro.

Com efeito, quando todos apregoam a necessidade da mecanização agrícola a quando se reconhece que esta só poderá ser difundida através de *empresas de agricultura*, dado o custo elevado do equipamento, fora do alcance, geralmente, de um só indivíduo, grava-se a propriedade rural da pessoa jurídica com um impôsto retroativo e, o que é mais, impossível de ser calculado. Retroativo porque, desde já, estão as propriedades em tais condições obrigadas ao pagamento do impôsto relativo a um *período que passou*, e sem medida porque, baseado no *valor atribuido* aos bens, ao fim de cada período de 33 anos.

Qual o valor de uma propriedade, findo período tão longo? Qual a autoridade que a atribuirá? De que forma será feito o cálculo, e qual o critério para essa atribuição? É de tal maneira vaga a quantia que uma determinada

propriedade teria de pagar que se tornaria de todo impossivel determinar-se, em balanço, uma percentagem sôbre o lucro da exploração, afim de fazer face ao seu pagamento, quando devido. Como disse muito bem um dos agricultores presentes, seria o mesmo que uma letra promissória aceita com prazo de vencimento fixo, mas com o débito em branco.

Notou ele, tambem, uma flagrante incoerência entre êste novo tributo, ainda desconhecido da maioria dos interessados por encontrar-se no bôjo de uma lei de fim diverso, qual o do *impôsto de transmissão de propriedade*, e a evidência que decorre da moratória aos pecuaristas, que reconhece a situação de insolvência da maioria dos fazendeiros que, como se sabe, vive num regime quase deficitário. Assim sendo, como poderá ele formar fundo para ocorrer ao pagamento deste novo tributo?

A injustiça é sobretudo flagrante para aqueles contribuintes cujo primeiro período de 33 anos já esteja vencido. Não existindo a lei, não houve naturalmente a previsão do fundo especial, e não existindo êsse fundo, muitos casos haverá, prevalecendo o dispositivo, em que o fazendeiro terá de hipotecar a propriedade ou vender uma parte dela, para atender á exigência do fisco.

Releve V. Exa., Sr. Governador, notar que no caso especial do pecuarista, produtor de leite, antes de 25 anos não consegue ele chegar ao individuo puro-por cruza, partindo do reprodutor macho importado — único meio viável e econômico para melhorar os nossos planteis leiteiros. Sem cruzamento com raças européias e seleção permanente, acompanhada de uma alimentação rica em proteinas, nada será conseguido a não ser vacas de pequena produção de leite o que, incontestavelmente, é anti-econômico. A prática tem demonstrado que a aclimatação do gado importado é onerosissima e apenas em algumas regiões do Brasil tem sido possivel.

No Estado do Rio, pelo seu clima e qualidade das terras, o gado leiteiro sofre horrivelmente esta adaptação ao meio, sendo devorado pela aftosa e pela tuberculose.

Isto que dizer que o fazendeiro progresista e consciente, necessita de um largo periodo a fim de obter bons produtos, o mesmo se dando em relação ao reflorestamento, por que tanto se vem interessando o Govêrno de V. Exa. Este, com efeito, só é viável se a propriedade permanecer na posse do mesmo proprietário por periodo maior de trinta anos. Nenhuma essência florestal indigena, considerada madeira de lei, atinge ao estado de côrte em menos de 50 anos. O próprio eucaliptus, sòmente depois de três décadas oferece porte para dormentes, postes, etc.

Assim sendo, o impôsto em questão mais se assemelha a uma punição ao agricultor conservador, empreendedor e idealista, *por ter mantido a sua propriedade*, apesar das vicissitudes da nossa vida rural, de preferência a tê-la retalhado para lotes de recreio, com o que certamente faria muito mai dinheiro e ficaria livre do impôsto ora criado.

Somos apologistas da pequena propriedade, mas tambem reconhecemos que sòmente ela não resolve o caso agrário brasileiro. As grandes culturas, a mecanização, o reflorestamento em grande escala, só serão posiveis nas propriedades deste ultimo tipo, e favorecer o seu fracionamento e transmissão não nos parece medida aconselhável.

De resto, teremos de examinar esta lei sob o ponto de vista constitucional. Parece à Sociedade Nacional de Agricultura que ela foge aos preceitos da nossa Carta Magna, porque, conforme se verifica do seu enunciado, *estabelece os impostos de transmissão de propriedade*. Deduz-se do seu contexto, não obstante a denominação dada, que êsse impôsto não recái, absolutamente, sôbre *transmissão de propriedade*, pela simples razão de que o imóvel que *continúa a pertencer à mesma* pessoa, por espaço maior de 33 anos, não foi objeto de transmissão.

Aos Estados foi permitido pela Constituição Federal vigente, em seu Art. 19, decretar impostos sôbre a transmissão de propriedade imobiliária *inter-vivos* e a sua incorporação ao capital das sociedades. Está evidente, e não pode merecer contestação, a flagrante violação da nossa lei básica.

O simples fato de a lei se referir a impôsto de transmissão não é o bastan-

te é preciso que o seu dispositivo faça o impôsto realmente recair sôbre a alienação do imóvel; é indispensável que haja, de fato, a transmissão de domínio sôbre o imóvel de uma, para outra pessoa.

A própria Constituição estadual, estabelece igualmente que é da exclusiva competência do Estado decretar impostos sôbre a transmissão de propriedade *causa-mortis* e transmissão de propriedade imobiliária *inter-vivos* e sua incorporação ao capital das Sociedades (Art. 68).

Examinando-se os dispositivos das duas Constituições, a federal e a estadual, chega-se à conclusão de que são completamente idênticos, e que a Lei N.º 19 A contraria a ambas.

Seria possivel admitir-se que uma pessoa jurídica possa transmitir a si mesma bens do seu patrimônio? Como pode haver impôsto de transmissão de propriedade quando a proprietária não transmitiu, por qualquer forma, o imóvel a outra pessoa?

Esta lei, Exmo. Snr. Governador, atenta contra o direito da propriedade, ao criar a incidência do impôsto de transmissão *inter-vivos* de propriedade imóvel num caso em que, permanecendo o imóvel no patrimônio da mesma pessoa, *ipso-fato* não há transmissão de bens de uma pessoa a outra, *caso único em que é autorizado o impôsto pela Constituição Federal* (*Art 19, III*).

Entregamos, pois, o caso ao julgamento de V. Exa., certos de que o examinará tendo em vista os altos interesses da agricultura fluminense.

Aproveitamos o ensejo para apresentar a V. Exa., com os nossos agradecimentos antecipados, os protestos de elevada consideração e apreço.

Pela *Sociedade Nacional de Agricultura*, Arthur Torres Filho, Presidente.

Pela *Companhia Centros Pastoris do Brasil*, Armenio da Rocha Miranda.

Pela *Companhia Aliança Agricola*, Alvaro Mendes de Oliveira Castro, Diretor.

Por *Julião Nogueira & Irmão*, Julião Jorge Nogueira.

Pela *Companhia Fazendas Reunidas Normandia*, Carlos Guinle.

Pelas *Estâncias Duvivier, Ltda.*, Eduardo Duvivier.

A LAVOURA

(ÓRGAM DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897



Eng.º Agrônomo Arthur Torres Filho
Presidente da Sociedade



Eng.º Agrônomo Antonio de Arruda Camara
Diretor



Eng.º Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira
Consultor-Técnico



Luiz Marques Poliano
Redator-Secretário e Gerente



Redação e Administração:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT 115, 6.º

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245 — Rio de Janeiro



Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

QUÉDA DA PRODUÇÃO ALGODOEIRA NO ESTADO DE SÃO PAULO

A SOCIEDADE PAULISTA DE AGRONOMIA, enviou ao Conselho Federal do Comércio Exterior contribuição valiosa sôbre as causas presentes e remotas da diminuição ultimamente verificada na produção dessa preciosa fibra, a qual temos o prazer de aqui reproduzir.

1.º — A queda da produção algodoeira no Estado de São Paulo, por unidade de superfície, teve por causa principal o tempo desfavorável verificado nos três últimos anos. Influiu também, na redução geral da colheita do Estado, o fato de ter sido semeada uma área menor.

2.º — Em maior ou menor escala, foram também responsáveis por essa queda de produção: a diminuição da fertilidade média das terras pelo desgaste, falta de rotação e má técnica no seu preparo e cultivo; a inobservância das exigências ligadas a época apropriada de plantio, ao espaçamento e ao combate às pragas; a falta de adubção; o êxodo do braço rural; as condições desfavoráveis de arrendamento; a falta de maquinário; a utilização de terras inadequadas; e a deficiência de crédito agrícola

3.º — Parte da queda de produção nesse período pode também ser atribuída aos estragos causados por certas pragas, sobretudo algumas de mais recente observação, como o "percevejo rajado".

4.º — À vista dos elementos técnicos trazidos pelos especialistas, ficou constatado que não há degenerescência nas variedades cultivadas no Estado de São Paulo e que os Órgãos Técnicos Oficiais da Secretaria da Agricultura continuam a dedicar especial interêsse não só às antigas variedades, como igualmente às recem-isoladas.

A SOCIEDADE PAULISTA DE AGRONOMIA aprova ainda o parecer da Comissão quanto às medidas que julga devem ser tomadas e as encaminha a Vossa Excelência certa de que serão aceitas e postas em prática para o bem da economia paulista. Essas providências de incentivo à produção dividem-se em dois grupos: a de ação imediata para ainda alcançar a presente safra e a de ação futura

Constituem providências de ação imediata:

a) — financiamento amplo e imediato aos produtores e maquinistas de algodão, quer na fase da preparação das lavouras, quer na fase do produto colhido: — o crédito agrícola e preço mínimo.

b) — ampliação e intensificação dos serviços técnicos ligados ao incremento da produção, multiplicação de sementes selecionadas, conservação de solos e combate as pragas.

c) — aquisição e distribuição pelo custo, aos lavradores do Estado, de fertilizantes e inseticidas e maquinário agrícola.

d) — intensificação da campanha educativa para adoção de práticas agrícolas adequadas, principalmente no que se refere à época de plantio, espaçamento e rotação de culturas.

Devem constituir providências futuras:

a) — continuidade das medidas de ação imediata

b) — ampliação e intensificação dos serviços técnicos ligados ao melhoramento das variedades algodoeiras cultivadas ou suscetíveis de serem cultivadas em São Paulo e à experimentação agronômica em geral.

c) — mecanização das atividades rurais, visando a redução do custo de produção e a maior rendimento da braça agrícola.

d) — organização de um grande plano de conservação dos solos, financiando e premiando as medidas de combate à erosão e assegurando preços compensadores às culturas destinadas a um programa de rotação.

e) — desenvolvimento e encorajamento às organizações de cooperativas de produtores, sob orientação e assistência técnicas da Secretaria da Agricultura, objetivando sôbre tudo facilitar o crédito agrícola e difundir as boas práticas culturais.

A Comissão que se encarregou do presente estudo analisou ainda a situação internacional do algodão, em vista da redução dos estoques mundiais provocada pela diminuição das colheitas e pelo aumento do consumo, chegando à conclusão de que a expansão da produção de São Paulo, nos próximos anos, estará assegurada pela colocação de suas sobras exportáveis nos mercados internacionais a preços compensadores.

Julgando ter colaborado com o presente estudo para que o Govêrno de Vossa Excelência possa fazer reerguer-se a nossa economia algodoeira, a SOCIEDADE PAULISTA DE AGRONOMIA, pelos seus Diretores abaixo assinados, reitera a Vossa Excelência os protestos de seu mais profundo respeito.

(ass) Engº Agrº LINNEU CARLOS DE SOUZA DIAS
Presidente

(ass) Engº Agrº ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA MENDES
1º Secretário

Sociedade Agrícola de Pelotas

As comemorações do 50.° aniversário de sua fundação.

Com uma grandiosa parada de trabalho, a Sociedade Agrícola de Pelotas comemorará, a 25 de setembro próximo, o seu 50 aniversário de fundação

Não poderia a instituição que há meio século trabalha proficuamente pelo progresso agrícola do Rio Grande do Sul festejar, de modo mais eloqüente e condigno, êsses cinquenta anos de labor fecundo e patriótico Daqui, como órgão da Sociedade Nacional de Agricultura, que sempre, desde os primeiras passos, manteve estreita colaboração com a sua congênere de Pelotas, lha enviamos as nossas saudações e os votos de prosperidade e êxito nos certames que serão agora realizados

Em outras locais desta revista, como homenagem e cooperação, inserimos as relações das diversas exposições levadas a efeito pela Sociedade Arícola de Pelotas, desde a sua fundação, a bem assim, outras realizações diversas a que se entregou, com os melhores resultados.

E' a homenagem de quem conhece e reconhece os esforços que são necessários para, ao fim de tantos anos, poder apresentar tão grande fôlha de serviços ao país. Sòmente um entranhado amor a Pátria, o um sem par devotamento à abandonada causa dos campos, poderão realizar e manter, com crescente desenvoltura, tão grandes tarefas.

A Sociedade Nacional de Agricultura foi gentilmente convidada para representar-se nas diversas exposições que se realizarão em 25 de setembro próximo, em Pelotas O Dr. Luís Simões Lopes, que segue nesta Casa as tradições de seu ilustre pai e nosso saudoso Presidente, Dr. Ildefonso Simões Lopes, foi incumbido, na qualidade de 1.° Vice-Presidente, de levar pessoalmente aos dirigentes da Sociedade Agrícola de Pelotas as nossas homenagens e lá estará, no dia aprazado, para de viva voz testemunhar o aprêço em que são tidos os serviços da Sociedade Agrícola de Pelotas, e, o que é mais, o carinho com que guardamos os cinquenta anos de uma colaboração perfeita no comum desejo de bem servir a causa rural do país

Ainda como testemunho de nossos apôio à data que bem pode ser considerada da agricultura sul-riograndense, a Sociedade Nacional de Agricultura ofereceu uma taça de prata para ser adjucada nos concursos da 26.ª Exposição Feira de Pelotas, um dos certames com que a Sociedade local comemora o seu grande efeméride

Além dessa Exposição, serão realizadas mais as seguintes:

1.° Exposição Internacional de Gado Leiteiro;
2.° Exposição Internacional de Eqüinos Crioulos;
1.° Exposição Internacional de Avicultura;
7.° Exposição Brasileira de Gado Holandês;
1.° Exposição de Trigo Nacional

Exposição de Lãs;
Grande Exposição Industrial;
Exposição Canina;

Exposição de Sementes, além de outros diversos concursos

A primeira diretoria da Sociedade Agrícola de Pelotas era assim constituída;

Presidente, Dr. José Cipriano Nunes Vieira;
Vice-Presidente, Artur Maciel;
1.° Secretário, Dr Antônio de Paiva;
2.° Secretário, Dr Vaz Bento;
Tesoureiro, Custódio B de Oliveira

Atualmente, a sua diretoria tem a seguinte composição:

Presidente — Guilherme Echenique Filho, engº. agrº.
1.° Vice-Presidente — João Thomaz Munhoz;
2.° Vice-Presidente — Adolfo Fetter;
1.° Secretário — Paulo O do Baer, engº. agrº.;
2.° Secretário — Artur Sousa Leite;
Tesoureiro — George Baily Pascal;
Adjunto-Tesoureiro — Mário Mendes de Matos

Diretores: Antônio Rocha da Rosa, engº. agrº. — José A P de Magalhães — José Almeira Collares — Ibsen Viana — Ociro Oliveira Bender, engº. agrº. — Osmy Maciel Ribos

Suplentes: Adolfo Aranalde — Genuino Faria Ferreira, méd. vetº. — José Mario Moreira

Conselheiro Fiscal: — João Abrantes — Paulo Simões Lopes — Aldo Cota de Melo.

Suplentes: Amaranto Paiva Coutinho, méd. — Franklin Mendonça de Sousa — Dário da Silva Tavares

Diretor do Parque: Hélio Xavier

Conselho Técnico Ayres da Cunha Echenique — Paulo T Dias da Costa, engº. agrº. — Flávio Farias Rocha, engº. agrº.;

Consultas e Informações

Plantio de soja em laranjal:

Esclarecendo a um nosso consócio do Estado do Rio que nos consulta sôbre a possibilidade do plantio da soja em um pomar, temos a informar:

a — é viável e, até mesmo aconselhável, o plantio da soja como cultura intercalar no laranjal;

b — o plantio em linhas, distanciadas cêrca de 60 cm uma da outra, nas ruas do laranjal, é o mais conveniente. Em cada linha devem ser abertas as covas de 25 em 25 centímetros de distância, colocando-se em cada cova, duas a quatro sementes;

c — a soja pode ser plantada de janeiro a março, ou então, de setembro a Novembro.

Propagação da mangueira:

Respondendo ao nosso consócio A. B., de minas Gerais, temos a informar:

a — a mangueira pode ser propagada por meio de sementes ou por enxertia;

b — no caso da propagação por meio de sementes, elas devem ser provenientes dos melhores frutos das árvores mais sadias e vigorosas. Uma vez colhidos os frutos deve-se retirar as sementes, limpa-las e lava-las, tomando-se o cuidado para não ferir a amêndoa, quando se retiram os tegumentos. Devem ser semeadas logo após, pois perdem cedo o poder germinativo. A semeadura deve ser feita em canteiros de sementeira, convenientemente preparados;

c — no caso da propagação por enxertia, o método mais commumente empregado é a encostia. A garfagem e a borbulhia quando feitas em épocas apropriadas, tem dado ótimos resultados. A encostia, conquanto trabalhosa, é um processo que dá sempre resultados seguros.

Adubação orgânica:

Esclarecendo a um nosso consócio do Distrito Federal, temos a informar, que a adubação orgânica pode ser feita com:

Engenheiro Agrônomo
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Consultor Técnico da "A Lavoura"

a — esterco de curral, cocheira, galinheiro etc.;

b — terriço;

c — sangue sêco ou fresco, restos de peixaria, etc;

d — guanos;

e — tortas de amendoim, algodão, etc.;

f — adubação verde;

g — resto das colheitas.

Curso de Floricultura:

Esclarecendo à Snra V. S., do Distrito Federal, temos a informar que a Escola de Horticultura Wenceslâu Bello (Caminho Maria Angu 480 — Penha), vem ministrando, em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, Cursos Práticos de Floricultura. Os cursos são inteiramente gratuitos e ministrados na sede da Escola.

UNIVERSIDADE RURAL

Lembrando o nome de Fernando Costa por ocasião da posse a 7 de junho último, dos membros do Conselho Universitário, na sède atual.

O Sr. Reitor da Universidade Rural, Prof. Artur Tôrres Filho, pronunciou as seguintes palavras:



Em 10 de outubro de 1947, em comemoração ao aniversario natalicio de Fernando Costa, amigos e tecnicos do Ministério da Agricultura resolveram reunir-se no local em que o grande ministro erguia a monumental obra que é hoje o C. N. E. P. A., no K. 47 da Estrada Rio S. Paulo. A presente fotografia é um flagrante da dita reunião, na escadaria do Instituto de Ecologia Agricola e retrata bem o espirito simples e acolhedor de Fernando Costa, o apologista dos ensinamentos da tecnica moderna de exploração da terra.

"Realiza-se hoje a primeira reunião do Conselho Universitário, decorridos três meses desde que se iniciaram trabalhos e cursos nas novas instalações da Universidade Rural. Pareceu-me o acontecimento digno de registro e, para isso, sobremodo indicado, recordar a figura daquele que idealizando, organizando planos da atual Universidade Rural, bem merece ser considerado como seu patrono.

Rara fortaleza de alma, de caráter, irradiante simpatia no trabalho, uma intuiçao exata das necesidades do país, tornarem Fernando Costa, dentro do circulo de suas atividades, o protótipo daqueles pioneiros que desbravaram sertões, representando para os demais, exemplos magnificos, motivos de envaidecimento.

Meditando sôbre quanto empreendeu e conseguiu, sôbre sua vida, pensamos como Teodoro Roosevelt que "realmente, no mundo, para os homens como para as nações, o que mais vale é o

conjunto da idéia e da ação que realizam".

A êsse paulista clarividente, entuciasta, progressista, que foi, acima de tudo, um bom brasileiro, quanto ficamos a dever!

Em rápido retrospecto poderemos apreciá-lo, possuido sempre de igual ardor cívico, desde o início de sua carreira.

Vemo-lo ascendendo do município, que foi sua verdadeira escola, escola de trabalho e dentro das condições peculiares ao meio brasileiro — sempre a inquirir quais as necessidades do povo, atendendo simultâneamente à educação, cuidando da saúde pública, promovendo o desenvolvimento das fontes de riqueza.

Depois, como membro do Congresso Estadual de S. Paulo onde sua atuação se impôs, desde logo, por uma visão segura dos interêsses da coletividade.

Passando a Secretário da Agricultura, sua capacidade realizadora logo se impôs, logrando repercussão em todo o país.

Acontecimentos imprevistos da vida nacional pareciam haver interrompido o curso de sua brilhante carreira de homem público, mas felizmente, em maio de 1937, vamos vê-lo assumir a direção do Departamento Nacional do Café. Ai coerente com suas idéias, desde logo, traça seguro programa para combater a super produção, sem sacrifício para os produtores e para a economia nacional, incentivando a campanha dos cafés finos. Achava-se em boas mãos a política cafeeira, pois, Fernando Costa advogava a liberdade do comércio para êsse produto, dando ao Brasil o legítimo direito de ser o maior produtor mundial, não só quantitativa como qualitativamente.

Decorrido pouco tempo dessa investidura, era o notável orientador chamado ao cargo de Ministro da Argicultura.

Acolhido, desde logo, favoràvelmente pela opinião pública que nele via um *right man in the ritht place*, demonstrou a larga experiência que adquirira das questões fundamentais da nossa economia agrícola. Pôs-se, sem perda de tempo, a movimentar a máquina administrativa, levando o espírito de seus auxiliares diretos, expondo-lhes a obra que se propunha realizar, encaminhando para as devidas soluções os problemas agrícolas e assim, interessando tôdas as zonas do país.

Dotado de enorme capacidade de trabalho, destituido de vaidade, da morgue inerente às posições de relêvo, acessivel a sugestões, sabendo tirar de tudo um alto proveito, acolhia, em seu gabinete quantos o buscavam — sem estabelecer distinção de classe e posição.

Foi, incontestàvelmente, com aquelas maneiras simples, lhanas que trouxera do interior paulista, do tempo, talvez, de Prefeito da Pirassununga, um tipo raro de administrador em nosso país, um tipo comparável a Jefferson, o campeão da Democracia e da Agricultura da América do Norte, de quem possuia a mesma ante-visão, o mesmo sentido humanitarista.

A mola principal de ação individual, tôda a eficácia que possuia advinham da bondade, da compreensão dos homens e das coisas.

Mantinha o hábito de receber não sòmente aqueles que solicitavam explicações e favores peculiares à sua pasta, mas também a literatos, artistas que lhe conheciam o pendor pelo Belo e nele encontravam estímulo e auxílio.

Conquistou, desse modo, devoções sinceras, entusiastas, que muito facilitaram sua ação administrativa, realizada em comunhão com interesados, confundindo-se muita vês, o Ministro, com técnicos, mestres e até operários.

Seus empreendimentos, por vêzes, arrojados, tidos como acima do nosso meio, eram oriundos de seu patriotismo, de uma antevisão dos destinos do país.

Achava que deviamos construir para o futuro, que num país como o Brasil seria um êrro não cogitar disso.

Foi um criador de entusiasmos que ignorou sempre o derrotismo.

À frente do Ministério da Agricultura — Ministério da Economia Nacional — em menos de três anos, deixou sua passagem assinalada como das mais proficuas.

Estendeu sua ação por todo o país, que procurou conhecer *de visu*, espalhando provas de seu espirit ode brasilidade.

A falta de reacionalização do trabalho atribuiu o atrazo em muitas regiões do país. Sentia, como homem do trabalho as agruras dos que vivem da terra, sem assistência social, sem recursos modernos de produção, lutando contra a natureza, não raro, agreste.

Seria longo enumerar tudo que realisou e deixou planejado para as administrações seguintes.

Ao setor do ensino, deu uma atenção especial. Vemos no Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas uma das suas grandes realizações porque sem técnicos, sem pesquisadores, como tão bem entendia, não poderemos explorar convenientemente a terra.

Do bem semeado, raras foram as sementes perdidas.

Uma das últimas, de tanta relevância, se representa na Universidade Rural, concebida em planos gigantescos. Uma verdadeira cidade universitária, dotada de laboratórios completos, campos de experimentação, instalações residenciais, campos de jogos, stadium destinando-se a servir à instrução e Educação dos que se destinam à vida agrícola do país, cujo povoamento dependerá do bom aproveitamento e conservação da fertilidade de suas terras.

Para que elas produzam, porém, frutos opimos e uma legião de agrônomos e veterinários capazes, que fará o Brasil rico e próspero, muito depende do esfôrço daqueles que, hoje aqui estão vivendo os primeiros dias difíceis da adptação, de fixação.

Êsses serão também, de certo modo, desbravadores, pioneiros, como o grande *idealista realizador,* que procurou dotar o país de um grande centro universitário dedicado à agronomia e à veterinária, ciencias básicas para o progresso nacional.

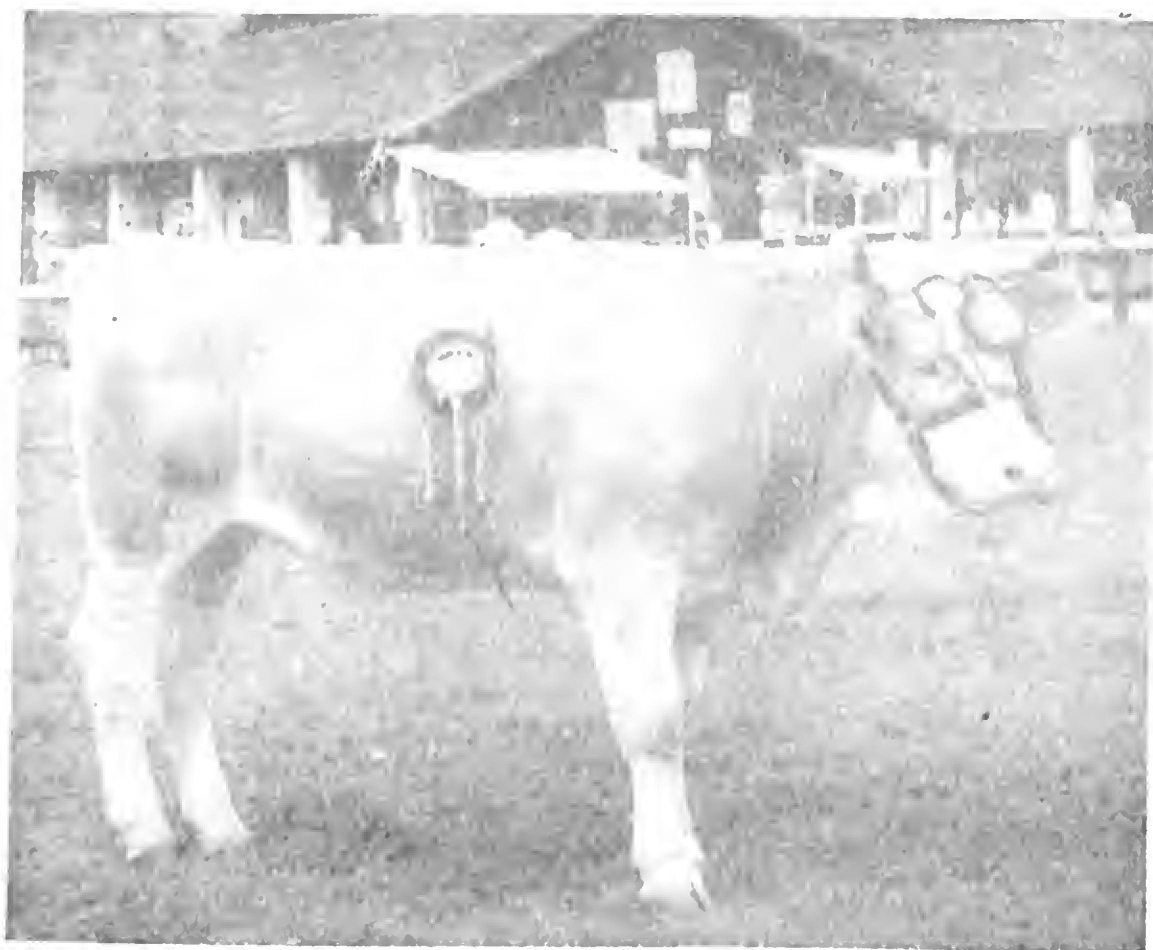
Concluindo; foi meu intuito, ao focalizar uma vida tão útil, tão cheia de serviços à Agricultura, no Brasil, como a de Fernando Costa, dizer aos moços que seu exemplo aí está para ser respeitado e seguido, a fim de se tornarem dignos dêle e da obra grandiosa que deixou lançada para o preparo das gerações futuras.

Não esquecerei, nesta oportunidade, uma palavra de agradecimento sincero para os corpos docente e discente, ao pessoal administrativo, a todos os servidores que colaboraram com a Reitoria nesta fase penosa de adaptações, de funcionamento da Universidade Rural.

Comemorando-se o 35.º aniversário da criação do ensino da Agronomia e da Veterinária pelo Ministério da Agricultura no regime republicano, nosso pensamento se volta para os mestres que tanto tem dado em prol dessas carreiras, devendo ser destacado o papel importante e, por vezes decisivo, que nossos agrônomos e veterinários tem desempenhado para a grandeza do país.

Felicito os membros do Conselho Universitário que hoje se empossam e muito confio na colaboração desse importante órgão para que sejam realizadas as altas finalidades da Universidade.

XII Esposição Regional Agro-Pecuária de Leopoldina



Niagara Kluger — Propriedade do dr. Ormeu Junqueira

No periodo de 26 de junho a 4 de julho, realizou-se a XII Esposição Agro-Pecuária do próspero municipio de Leopoldina, Minas, promovida pela Associação Rural local.

Foi uma grande festa de trabalho tanto mais digna de louvores quanto todos sabemos das dificuldades com que deparam todos aqueles que, movidos pelo idealismo são de bem servir ao Brasil, procuram servir à sua agricultor. A regularidade com que a Associação Rural de Leopoldina vem realizando as suas magnificas Esposições, já afamadas em todo o país, é, por outro lado, digna dos maiores encomios. As exposições de gado são realizações que perdem tôda a sua finalidade quando levadas a efeito sem método, daí resultando que o seu escôpo principal — o da comparação e o da emulação — fique em grande parte prejudicada. A regularidade pois, com que se vêm realizando as mostras de Leopoldina são o seu maior merito e o penhor seguro de que o gado local, já afamado, na especialidade, no país, se aprimore, estimulando esse melhoramento indispensavel em todo o país.

A Sociedade Nacional de Agricultores, atendendo ao apelo que recebeu do Dr. Ormeu Junqueira Botelho dinâmico presidente da Associação Rural de Leopoldina, ofereceu uma bela taça de prata para ser adjudicada em beneficio de melhoramento do gado leiteiro do municipio.

Como homenagem especial desta revista, publicamos a seguir a relação dos nomes que integraram as várias comissões, responsáveis pelo grande êxito obtido pelo certame.

No próximo número, daremos a relação completa dos animais premiados, limitando-nos, por agora, a dar o resultado do importante concurso leiteiro, que, pelos seus índices, muito recomendam os criadores leopoldinenses.

Sr. Ruben Peres, Presidente S. C. R. Junqueira, — Sr. Guanabyra Mota, Presidente do Clube Leopoldina; — Dr. Haroldo M. R. Junqueira, Presidente da Associação Brasileira de Criad. de Gado Guernesey; — Sr. Eric Ribeiro Junqueira, Presidente do Clube de Criadores de Cavalo, Mangalarga de Leopoldina; — Sr. Bernardino Rocha, Presidente do Clube de Criadores de Cavalos Mangalarga de Volta Grande; — Padre Raul de Faria Cunha, Vigário; — Dr. Joaquim Cândido Ribeiro Junqueira, Presidente do Aero Clube de Leopoldina; — Dr. Osvaldo Ch. Vieira, Presidente do Asilo Santo Antônio; — Sr. Mário de Paula Louzada,



Conga — a magnífica vencedora do concurso leiteiro de 1948, propriedade do Dr. José Ribeiro dos Reis

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prefeito José Ribeiro dos Reis, Presidente; — Dr. Orineo Junqueira Botelho, Presidente da Associação Rural; — Juiz de Direito Dr. Pedro Ernesto de Resende; — Juiz Substituto Dr. Carlindo Alvarenga Mayrinck; — Promotor de Justiça Dr. Castelar Guimarães; — Francisco Barreto Faria Freire, Coletor Estadual; — Major Quintiliano Barbosa, Coletor Federal; — Monsenhor José Domingues Gomes, Diretor do Colégio Leopoldinense; — Dr. Álvaro Botelho Junqueira, Presidente do Rotary Clube; — Lco. Joaquim C. Guimarães, Presidente da Associação Comercial; — Presidente da Cooperativa de Consumo Ltda., dos Trabalhadores das Indústrias de Leopoldina; — Sr. José Inácio de Sousa, Presidente da União Musical Leopoldinense; — Sr. Acácio Serpa, Presidente da Sub-Comissão de Indústrias; — Dr. José de Paula, Zootecnista do Ministério da Agricultura; — Dr. João Damasceno Portugal, agrônomo da Secretaria da Agricultura; — Dr. Clovis Junqueira Bastos, Veterinário da Secretaria da Agricultura; — Dr. Vicente Picorelli Neto, Agrônomo do Ministério da Agricultura; — Dr. José Maria da Silva, Veterinário da Secretaria da Agricultura; — Dr. Rafael de Sousa Dias, Agrônomo da Secretaria da Agricultura; — Jeferson Andrade Santos, Biologista

do Ministério da Agricultura, — Sr. Jonathas Ferreira de Toledo, Diretor da Associação, — Dr. Gabriel Heleno Junqueira, — Médico do Centro de Saúde — Dr. Pedro Ribeiro Arantes, Inspetor Federal do Ensino, — Revma. Madre da Paz Sta. Maria, Diretora do Colégio Imaculada Conceição — Professôra Honorina Guimaraes, Diretora do Grupo Escolar Botelho Reis, — Professor Emilio Ramos Pinto, Diretor do Grupo Escolar Ribeiro Junqueiro, — Professora Ana Monteiro de Resende, D.



Touro reprodutor, importado, propriedade do dr. José Ribeiro dos Reis

retora do Educandário Sta. Terezinha; — Professora Agripino Lintz, Diretora do Educandário São José; — Padre Guilherme de Oliveira, Diretor do Seminário; — Sr. Romualdo Evangelista de Campos, Criador; — Sr. Homero Justino Correiro, Prático Rural M. Agricultura, — Major Artur Brugger, Agricultor; — Sr. Álvaro Correia de Lima, Criador, — Dr. José Gomes Domingues, Delegado Regional; — Sr. José Fajardo de Melo, Agricultor, — Sr. Quirino Junqueira de Andrade, Diretor da Associação Rural; — Sr. Antônio dos Reis Junqueira, Criador; — Sr. José Junqueira Bastos, Diretor-Gerente do Coop. dos Produtores de Leite de Leopoldina, — Sr. Custódio Botelho Junqueira, Diretor da Cia. Leiteirio Leopoldinense; — Sr. Antônio Ribeiro dos Reis Filho, Diretor-Gerente da Coop. de Volta Grande; — Sr. Neder Colin, Diretor Gerente da Coop. de Aboiba; — Sr. José Francisco Ribeiro dos Reis, Diretor-Gerente da Coop. de Providência.

COMISSÃO DE PROPAGANDA

Dr. Joaquim Candido Ribeiro Junqueira, — Dr. José Wenceslau Junqueiro; — Dr. José de Paula; — Sr. José Amâncio de Oliveira; — Dr. Pedro Ribeiro Arantes; — Farm. Joaquim C. Guimaraes; — Sr. Alfredo Bittencourt, — Sr. Guanahyro Mota, — Sr. Acácio Serpa; — Sr. Jehú Faria. — Prof. Dr. Hamil Adum.

COMISSÃO DE INDUSTRIA

Sr. Acácio Serpa; — Sr. José Junqueira Bastos, — Sr. Francisco de Assis Castro, — Dr. José Antônio Monteiro de Barros.

COMISSÃO DE ORNAMENTAÇÃO ARTISTICA

Dª. Maria Regina Monteiro de Castro; — Dª. Maria Amélia Brito Junqueira; — Dª. Maria da Glória Bastos Rodrigues; — Dª. Belarmino Soares Marinho, — Dª. Maria da Glória Rocha; — Dª. Maria Aparecida Monteiro Ferreira; — Dª. Anizia Haddad Beiburi, — Stª. Enestina Pagano — Stª. Maria de Resende Barbosa; — Stª. Carmem Spinola — Stª. Edith Magalhães.

COMISSÃO DE RECEPÇÃO

Todos os Senhores Associados da Associação Rural de Leopoldina.

COMISSÃO DE FESTAS E ESPORTES

Dr. Pedro Ribeiro Arantes, — Dr. José Gomes Domingues, — Sr. Guanahyro Mota; — Sr. Rubens Peres, — Sr. Francisco Siqueira Barbosa, — Sr. José Rezende Barbosa; — Sr. José Brando; — Sarg. Adelio Silveira, — Sarg. Otávio Leopoldo Pereira.

COMISSÕES TÉCNICAS

Parte Pecuária:

Zootecnista José de Paula e Agronômo Vicente Piccirelli Neto.

Auxiliares:

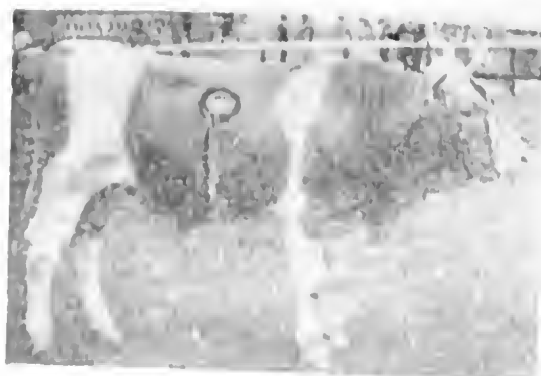
Sr. Osório Fajardo de Campos e Sr. Roberto de Sousa Ferreiro.

Parte Agricola:

Agronômo, João Damasceno Portugal e Agronômo Rafael de Sousa Dias.

Auxiliares:

Sr. Olavo Tomé da Silva e Sr. Manuel Barbosa Morais.



Touro Simenthal, propriedade do dr. Ormão Junqueira

Parte Veterinária:

Veterinário Clóvis Junqueira Bastos; — Veterinário, Geraldo Rodrigues Ferreira da Costa; — Veterinário, José Maria da Silva e Veterinário Aristoteles Brandão.

Auxiliares:

Sr. José Maria de Sousa, — Sr. Alcebiades Valentim e Sr. Homero Justino Correiro.

COMISSÃO DE FORRAGEAMENTO

Sr. Braz Conte — Sr. João Sebastião de Oliveira e Sr. José Maria de Sousa.

SERVIÇOS DE SECRETARIA

Sr. Edson Werneck — Sr. Osório Fajardo de Campos — Sr. Francisco de Paula Cândida — Sr. Carlos Alberto Miranda — Stª. Arlete Albuquerque — Stª. Ruth Fonseca da Costa — Stª. Maria Emília Capdeville Botelho — Sr. Roberto de Sousa Ferreira — Sr. Luís Capdeville Botelho — Sr. Olinto Resende.

COMISSÕES JULGADORAS

Pesidente dos Comissões — Dr. Ramulo Javiano

BOVINOS EUROPEUS

Dr. Tomas Heath Dalton — Sr. João Frerichs — Dr. José Maria da Silva e Dr. Mauricio Ribeira Gomes.

BOVINOS INDIANOS

Dr. Policarpa Rocha Rilha, — Dr. David T. Nadler — Dr. Clóvis Junqueira Bastas.

EQUÍDEOS

Cel. Severino Junqueira de Andrade — Dr. Luís Rodrigues Fontes — Dr. Edgard Cardosa Bittencourt.

SUINOS

Dr. Policarpa Racha Filho — Dr. David T. Nadler — Dr. José Maria da Silva.

AVES

Dr. Policarpo Rocha Filho — Dr. José Maria da Silva — Sr. Mária de Paulo Lauzada

OVINOS E CAPRINOS

Dr. José Maria da Silva, — Dr. Policarpa Racha Filha, — Dr. José de Paula.

CONCURSO LEITEIRO E CONCURSOS DIVERSOS

Dr. Tomás Heath Daltan — Sr. João Frerichs — Dr. Policarpa Racha Rilha — Dr. Carlos Alberta Lote — Dr. José Maria da Silva — José Lachard Rodrigues — Dr. Clóvis Junqueira Bastas — Dr. José de Paula — Dr. David T. Nadler — Dr. Vicente Picarelli Neto — Sr. Carlos Alberta Miranda — Sr. Osória Fajarda de Campos — Sr. Raberta de Sousa Ferreira — Sr. João de Sousa — Sr. João Rodrigues — Sr. José Marcelino

PRODUTOS AGRICOLAS

Dr. João Damasceno Partugal — Dr. Rafael de Sousa Dias — Dr. Antônia Resende — Dr. Dioga Alves de Mela.

Concurso Leiteiro

GRUPOS — LEITE

Grupos — Vacas	Proprietários	Quantidade total 3 dias
Cruzalta-Alvorada " -Requinta " -Pintura	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	240,960
Vita-Bizerta Dengosa-Paraíba Dengosa-Cachoeira	Dr. José Newton Reis Junqueira	223,700
Luiziania-Mauricéa " -Holandêsa " -Irajara	Francisco Teodoro Junqueira	185,580
Camelia-Passatempo Dama - " Carióra - "	Alceu Junqueira Ferraz	155,080

VACAS DE PORTE MÉDIO — QUANTIDADE DE MATÉRIA GORDA

Vacas	Raças e gráu de sangue	N.º de crias	Proprietários	Total dos 3 dias	Média diária
Miltonia-Conga	P.P. Holandêsa P.H.	2	José Ribeiro dos Reis	3,0784	1,0261
Cruzalta-Pintura	3/4 " "	3	Herd. de Marco Aurelio M. de Barros	3,0519	1,0173
Cruzalta-Alvorada	" " "	4	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	2,8248	0,9128
Dengosa-Cachoeira	" " "	5	Dr. José Newton Reis Junqueira	2,6391	0,8797
Liege-Janete	1/2 " "	3	Quirino Reis Junqueira	2,6364	0,8788
Clarineta	" " "	4	Gabriel Reis Junqueira	2,4663	0,8221
Cruzalta-Requinta	3/4 " "	4	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	2,4338	0,8112
Onix-Tira-Teima	7/8 " "	3	Antenor Ribeiro dos Reis	2,4228	0,8076
Onix-Minerva	3/4 " "	2	Antenor Ribeiro dos Reis	2,3623	0,7876
Cruzalta-Sapucaia	" " "	5	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	2,3538	0,7846
Cruzalta-Gaucha	P.C. " "	3	Dr. José N. Reis Junqueira	2,3272	0,7757
Vita-Bizerta	1/2 " "	4	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	2,3149	0,7716
Liege-Vidraça	3/4 " "	4	Quirino Reis Junqueira	2,0900	0,6966
Previdência-Rainha	P.P. " "	2	Quirino Junqueira de Andrade	1,7375	0,5791
Liego-Araça	3/4 " "	2	Gabriel Reis Junqueira	1,7375	0,5791
Somas				2,4521	—
Médias				2,4521	0,8173
RAÇAS MIXTAS					
Cruzalta-Magnólia	1/2 Schwyz	5	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	2,7965	0,9321

VACAS DE PORTE MÉDIO — QUANTIDADE DE LEITE

Vacas	Raças e gráu de sangue	N.º de crias	Proprietários	Total dos 3 dias	Média diária
Miltônia-Conga	P.P. Holandêsa P.H.	2	José Ribeiro dos Reis	107,360	35,786
Onix-Tira Teima	3/4 " "	2	Antenor Ribeiro dos Reis	86,720	28,906
Cruzalta-Pintura	" " "	3	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	84,400	28,133
Dengosa-Cachoeira	" " "	5	Dr. José Newton R. Junqueira	83,260	27,753
Cruzalta-Requinta	" " "	4	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	82,500	27,500
Vita-Bizerta	2/0 " "	3	Dr. José Newton Reis Junqueira	81,000	27,000
Onix-Minerva	7/8 " "	3	Antenor Ribeiro dos Reis	77,300	25,766
Cruzalta-Alvorada	3/4 " "	4	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	74,060	24,686
Liege-Janete	1/2 " "	3	Quirino Reis Junqueira	73,420	24,473
Cruzalta-Sapucaia	3/4 " "	5	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	72,620	24,206
Providência-Rainha	1/2 " "	4	Quirino Junqueira de Andrade	66,300	22,100
Cruzalta-Gaúcha	P.P. " "	2	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	62,740	20,913
Liege-Clarineta	" " "	4	Gabriel Reis Junqueira	59,320	19,773
Liege-Vidraça	3/4 " "	4	Quirino Reis Junqueira	58,700	19,400
Liege-Araça	1/2 " "	2	Gabriel Reis Junqueira	55,660	18,553
Somas				1 125,360	—
Médias				75,024	25,008
RAÇAS MIXTAS					
Cruzalta-Magnólia	1/2 Schwyz	5	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	72,340	27,965

VACAS DE PEQUENO PORTE — QUANTIDADE DE LEITE

Vacas	Raças e grau de sangue	N.º de crias	Proprietários	Total dos 3 dias	Média diária
Cabedal-Vita	15/16 Guernsey	5.ª	Irmãos Junqueira Botelho	62,840	20,946
Comarca	3/4 Jersey	4.ª	Alceu Junqueira Ferraz	62,640	20,880
Camélia	7/8 "	4.ª	Alceu Junqueira Ferraz	60,740	20,246
Baiba	3/4 Guernsey	4.ª	Alcides Batista de Castro	57,760	19,253
Veranista-Mary	" Jersey	8.ª	Antonio Reis Junqueira	52,260	17,420
Belmonte-Camponeza	1/2 Guernsey	3.ª	Neder Calil	51,960	17,320
Dama	7/8 Jersey	4.ª	Alceu Junqueira Ferraz	49,900	16,633
Suecia-Mary	1/2 "	6.ª	Antonio Reis Junqueira	48,040	16,013
Abaiba-D'Haia	P.C. Guernsey	6.ª	Fazenda Abaiba S.A.	47,180	15,726
Abaiba-Bonia	" "	6.ª	Fazenda Abaiba S.A.	46,980	15,660
Kelly-Gaivota	3/4 Jersey	8.ª	José Nelson Reis Junqueira	45,960	15,320
Minerva de P. Tempo	7/8 "	11.ª	José Nelson Reis Junqueira	45,780	15,260
Laguna	1/2 Guernsey	3.ª	Alcides Batista de Castro	44,780	14,926
Carioca	7/8 Jersey	4.ª	Alceu Junqueira Ferraz	44,440	14,813
Deca	P.P. "	7.ª	Alceu Junqueira Ferraz	40,480	13,493
Belmonte-Caprichosa	1/2 Guernsey	5.ª	Neder Calil	40,360	13,453
Encantada do Passatempo	" Jersey	2.ª	Alceu Junqueira Ferraz	37,700	12,566
Cinelândia	3/4 "	2.ª	Dr. Gabriel H. Junqueira	33,980	11,326
Somas				837,780	—
Médias				46,543	15,514

NOVILHAS — QUANTIDADE DE LEITE

Vacas	Raças e grau de sangue	N.º de crias	Proprietários	Total dos 3 dias	Média diária
Grietje	P.P. Holandêsa P.B.	1	José Francisco Reis Junqueira	64,520	21,506
Luizianía-Irajara	15/16 " "	1	Francisco Teodoro Junqueira	64,060	21,353
Luizianía-Holandêsa	P.C. " "	1	Francisco Teodoro Junqueira	61,380	20,460
Luizianía-Mauricéa	15/16 " P.B.	1	Francisco Teodoro Junqueira	60,140	20,046
Dengosa-Paraiba	3/4 " V.B.	1	Dr. José Newton Reis Junqueira	59,440	19,813
Limoeiro-Revolta	" " P.B.	1	Dr. Alvaro Botelho Junqueira	57,120	19,040
Soom				366,660	—
Médias				61,110	20,370
Grietje	P.P. Holandêsa P.B.	1	José Francisco Reis Junqueira	2,2623	0,07541
Dengosa-Paraiba	3/4 " V.B.	1	Dr. José Newton Reis Junqueira	2,0840	0,6946
Limoeiro-Revolta	1/4 " P.B.	1	Dr. Alvaro Botelho Junqueira	2,0027	0,6946
Luizianía-Holandêsa	P.C. " "	1	Francisco Teodoro Junqueira	2,0011	0,6670
Luizianía-Irajara	15/16 " "	1	Francisco Teodoro Junqueira	1,7219	0,5739
Luizianía-Mauricéa	" " "	1	Francisco Teodoro Junqueira	1,6276	0,5425
Soma				11,696	—
Médias				1,9499	0,6499

COOPERATIVA AGRÍCOLA DE COTIA

O relatório dos serviços do ano social de 1947-48

Acabamos de receber da Cooperativa Agrícola de Cotia o relatório apresentado pelo seu ilustre presidente, Sr. Dr. Manuel de Campos Ferraz de Almeida, à assembléia geral ordinária realizada em 31 de julho último, em São positório de fatos e idéias referentes Paulo.

E' um longo e bem concatenado re- à grande organização cooperativa de São Paulo, cuja leitura se reveste de oportunidade e interêsse, mesmo para aquêles que não estejam diretamente ligados ao que poderíamos, com propriedade, chamar de maior realização do cooperativismo no Brasil.

O trato diário com os assuntos ligados à produção de gêneros alimentícios nos seus mais variados setores, à distribuiçáo e ao comércio dêsses gêneros, dão aos dirigentes da Cooperativa Agrícola de Cotia a autoridade que vem da experiência, convindo, pois, aos responsáveis por êsse importante campo da economia rural atentar para todos os fatos referidos no substancioso relatório.

Desde que os 83 pioneiros lançaram no moinho velho os fundamentos da Cooperativa Agrícola de Cotia, lá se vão já 20 longos anos de canseiras e de trabalhos, felizmente bem aproveitados, tem a organização evoluído sempre, como a indicar o caminho que devem os nossos produtores seguir para saírem da situação sempre difícil em que se encontram, a lutar contra uma série intérmina de fatores adventos, quase todos êles provenientes — verdade seja dita — da própria falta de espírito de associação e cooperativismo.

Em largos traços, deduz-se do relatório do Presidente Manuel de Campos Ferraz de Almeida que a Cooperativa Agrícola de Cotia conseguiu, apezar das dificuldades que a todos assoberbam neste momento, elevar para além de 1.000 o número dos seus cooperados, no período em apreço, distribuídos por 23 depósitos regionais, abrangendo a quase totalidade das regiões agrícolas do Estado. Do serviço inicial de vendas, passou a Cooperativa aos de compras, crédito, beneficiamento, fabricação de adubos e de compostos para aves, transportes, engenharia, mecânica, incubação, seleção de aves reprodutoras, experimentação agrícola, assistência hospitalar, instrução técnica aos filhos dos lavradores e orientação e contrôle da produção, êste último possivelmente abrangendo todo o âmbito da vida rural.

São campos vastíssimos, como se vê, os em que a Cooperativa atua. Pesentando uma percentagem de aumento de 115%. Isso vem mostrar que a situação financeira dos produtores, em virtude de causas conhecidas, não é lá das melhores, estando-se pois em face los diversos elementos explicativos constantes do relatório, pode-se verificar que todos êsses assuntos tiveram, no correr do exercício e umpreço, atenção e cuidados da administração, de que falam com muita expresão as cifras do resumo que se segue da atividade financeira da Cooperativa:

Setores	*Importância em Cr$*	*Aumento ou diminuição*
Vendas ...	153.597.182,60	— 0,6 %
Compas ...	85.097.763,70	+ 16,8 %
Crédito	165.185.917,60	+ 13,0 %
Utilidade mútua	16.079.573,50	+ 60,9 %
TOTAL ...	419.960.766,80	+ 9,6 %

O capital da cooperativa alcançou, no exercício examinado, a respeitável soma de Cr$ 21.875.100,00, representando um aumento de Cr$ 5.168.500,00 sôbre o exercício anterior.

No Departamento do Crédito, um dos mais importantes serviços da cooperativa, aumentaram os empréstimos, num total de Cr$ 1.359.163,60, reprede "um fenômeno sério que não pode ser ocultado no momento em que os mais autorizados círculos prevêm dramáticas conseqüências para a situação econômica, determinada pela segunda guerra mundial", conforme adverte o Presidente da Cooperativa.

O Departamento de vendas ultrapassou em 7% a previsão orçamentária anterior, apezar do retraimento dos mercados. Atingiram as vendas da Cooperativa em 1947-48 Cr$ 153.597.182,60, tendo sido distribuidos pela Cooperativa 3.269.000 dúzias de ovos, 630.000 cachos de bananas, 156 toneladas de chá, cuja exportação para a Argentina está tomando incremento. Por êsses três produtos se pode ter uma idéia do volume comercial da Cooperativa.

São dignas da maior atenção as cifras correspondentes aos Departamentos de Compras, de Transportes, de Engenharia, de Experimentação e Contrôle, merecendo especial destaque o que se refere à Assistência Médica. No tópico correspondente do relatório, apresenta-se-nos êsse importante Departamento através das cifras que se seguem:

Consultas	8.160
Tratamentos	2.235
Aplic. de injeções	9.068
Consultas a domicílio	145
Carteiras de saúde	9
Atestados médicos	300
Aplicações fisioterápicas	539
Internações	2.524
Encaminhamento a hospitais .	63
Encaminhamento a especialtas.	1.523
Vacinas e injeções profiláticas.	5.070
Análises patológicas	1.849
Operações	1
Partos	1
Casos diversos	999

A êsses resultados acrescentem-se ainda: 9 visitas médicas à população escolar e 72 aos bairros. Para vacinação, 23. A ambulância realizou 305 viagens, com 20.532 quilômetros. A farmácia distribuiu medicamentos no valor de Cr$ 1.103.691,70. Foram também dadas 3.107 consultas e realizados 1.125 tratamentos odontológicos.

Não há nenhum aspecto da complexa organização que é hoje a Cooperativa Agrícola de Cotia que não haja sido sucinta mas claramente expôsto pelo Presidente Ferraz de Almeida no relatório que estamos perfuntòriamente analizando.

Revela, porém, para fechar esta nossa ligeira apreciação, transcrever, com os agradecimentos da Sociedade Nacional de Agricultura, de que é órgão "A Lavoura", o segunte trecho:

"Em, a propósito, assinalemos, êste é o momento dos debates em tôrno de reformas, de conselhos a respeito da mecanização das culturas, do estabelecimento de planos de financiamentos das entre-safras e até da fixação de preços bases para o lavrador, objetivando o melhor rendimento das semeaduras e das colheitas.

A oportunidade, portanto, parece propícia a uma forma declaração sôbre os anceios e necessidades da nossa grande classe, promovendo-se a votação da carta da lavoura. Nada de grandes sonhos. Contudo, sempre estará conosco o apôio seguro de associações realmente poderosas e ativas, dentre as quais manda a justiça destaquemos a Sociedade Nacional de Agricultura e a Federação das Associações Rurais de São Paulo, a cujos quadros dirigentes, mais por distinção alheia, temos a honra de pretencer".

A Cooperativa Agrícola de Cotia, e a seus dirigentes, com especialidade o seu ilustre presidente Dr. Manuel de Campos Ferraz de Almeida, os melhores votos de crescente prosperidade.

A Cultura do Trigo no Estado de S. Paulo

A "Sociedade Paulista de Agronomia", visando colaborar com o Govêrno do Estado para a solução dos problemas relacionados com a cultura e o fomento do trigo no Estado de São Paulo, tomou a iniciativa de constituir uma comissão para discutir e apresentar um parecer sôbre a momentosa questão.

Fizeram parte dessa Comissão que se reuniu em São Paulo, técnicos especializados em culturas de inverno, os engenheiros agrônomos: Carlos Teixeira Mendes, Lente Catedrático da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"; Carlos Arnaldo Krug geneticista; Mário Jannuzzi Purchio, melhorista; Mário Zaroni, Paulo da Silva Leitão, Carlos Gayer e Joaquim de Alcântara Bartos, técnicos de fomento; Glauco Pinto Viégas e Milton Alcover, técnicos experimentadores.

Após prolongados debates, nos quais o assunto foi focalizado nos seus diversos aspectos, chegou-se às seguintes conclusões, que representam a opinião unânime dos técnicos ali presentes:

Considerando

que o trigo é um alimento de largo consumo entre nós, cuja procura vem se expandindo e tende a aumentar cada vez mais;

que enorme é a evasão de divisas com a aquisição do cereal no exterior o que contribui para o desequilíbrio de nossa balança na pauta da exportação;

que a falta dêsse precioso alimento tem criado angustiosos problemas sociais, que tenderão a agravar-se, se não se tomarem medidas de fomento de sua produção;

que, com a utilização de novas variedades, o Sul do País e, inclusive o Estado de São Paulo, poderá produzir, nos preços atuais, trigo em condições muito compensadoras para o lavrador;

A "Sociedade Paulista de Agronomia" faz as seguintes recomendações:

1.º — Há necessidade de se criar uma Comissão de técnicos permanente, para o estudo das possibilidades da cultura e aproveitamento dos cereais de inverno;

2.º — E' indispensável que se incentive, sem demora, a criação de variedades adequadas ao meio, ampliando em extensão e profundidade os trabalhos tão bem iniciados no Instituto Agronômico, em Campinas;

3.º — Devem ser ampliados os estudos relativos à cultura dos cereais de inverno, particularmente trigo, sob todos os seus aspectos e, em especial, as questões relacionadas com a rotação de culturas, mecanização, bem assim seu comércio;

4.º — As regiões produtoras de trigo do País e do estrangeiro, devem ser visitadas por técnicos especialistas, para se enfronharem nos estabelecimentos que se dediquem às pesquisas, dos trabalhos em realização, nesses vários centros;

5.º — O fomento da cultura do trigo só deverá ser feito em zonas e em terras apropriadas orientando-se pelos resultados das pesquisas já conduzidas pelos especialistas no assunto.

Utilização da Soja na alimentação do brasileiro

Dr. Mozart da Cunha

"La soja, la divina dispensatrice di energie, simbolo della fecondità, adatta a tutti gli usi alimentare sorgi oggi gloriosa supli altare della moderna dietetica europea e americana, avvalorata da studi e da prove che ne esaltano e confermano l'importanza e i benefice".

La Soja — Fúlvia Battori (1)

Vêm-nos da China, país dos sonhos, do ópio e das visões místicas, as principais referências ao uso alimentar da soja. Informes antigos envolvem seu aparecimento em um halo de fantasia, pela imprecisão dos documentos e exagêro de alguns escritos com estágio até pela poesia. Conta-se, por exemplo, que, há milênios, uma caravana de mercadores chineses fôra assaltada e saqueada em caminho, ficando despojada de rico carregamento. Obrigados ao refúgio nas montanhas, andaram a esmo aqueles homens, até que, famintos, encontram pequenos arbustos dos quais pendiam favas. Utilizaram-nas como alimento e logo recobraram o ânimo. Voltando à luta, puderam reconquistar o que haviam perdido. Verdade ou lenda, seu uso se generalizou por todo o mundo oriental e uma coisa não sofre dúvida: ainda nos dias de hoje a soja constitui a base da alimentação de milhões de indivíduos.

A primeira indicação científica que encontramos a respeito das particulares virtudes nutritivas da soja parece-nos contida num livro antiqüíssimo, escrito antes de Cristo, sôbre Matéria Médica e atribuido ao imperador Shennng (2). E' ali mencionada a leguminosa sob os nomes de Siang-yu e Ta-tou, sendo que êste último, em tradução literal significa o grande feijão — talvez para exaltar as suas virtudes nutritivas. Estas denominações provàvelmente representam o que de mais antigo se conhece sôbre a planta. Como se depreende do exposto, a questão dos primórdios da soja assume feição insegura, convindo por isso sairmos dêsse perodo imaginoso para a realidade dos tempos modernos.

O ano de 1.712 assinala o transporte das primeiras sementes de soja para o continente europeu, trazidas do Japão pelo botânico alemão Kaempfer. A França iniciou suas primeiras culturas por volta de 1885. A descrição botânica da leguminosa deve-se a Linneu. Sua nomenclatura tem tido em cada época, consoante a maneira de ver dos botânicos, uma clasificação especial, conforme se vê no quadro abaixo, extraido de Pipper e Morse (3):

Phaseolus Max — Linneu 1753.
Delichos Soja — Linneu — 1753.
Soja hispida — Moench — 1791.
Soja japônica — 1824.
Glycine soja — 1845.
Soja angustifolia — 1855.
Glycine ussuriensis — 1861.
Soja max — 1911.
Glycine max — Merrill — 1917.

Dados botânicos completos acham-se contidos em vários escritos nacionais e estrangeiros. Destacamos entre os primeiros e esplêndida monografia de Henrique Lobbe (1), publicada pelo Ministério da Agricultura.

Valor nutricional da soja

Com o advento da ciência da nutrição os estudos dos diversos princípios nutritivos buscaram novos domínios, recrescidos cada dia nos ensaios biológicos e na faina experimental. Nesse particular a ressaltar o valor das pesquisas de Caborne e Mendel; nos princípios do século 19, à luz das quais se evidenciou o aspecto qualificativo das proteinas, e outras investigações, que hoje constituem os fundamentos da nutrologia.

A proteina, como se sabe é centro de gravidade da alimentação humana. Considerada, com justa razão, a base fisica da vida, sua carência reveste-se de especial gravidade podendo cumular no desfibramento da raça. Só por issoo deve estar entre as cogitações perenes dos estudiosos. Consideramos essa carência como um assunto da maior importância na alimentação do brasileiro. É sabido que as proteinas alimentares fornecem material amidado necessário à construção e reparação do organismo vivo, ao mesmo tempo que proporcionam elementos para formação de vários homônios" (tiroxina, adrenalina, insulina) e fermentos (glutaiião) etc. E' igualmente sabido, que as proteinas não tem o mesmo valor nutricional. Sherman (5) divide-as em completas, parcialmente incompletos e incompletas. Completas ou de alto valor biológico são aquelas que entretêm a vida e promovem o crescimento normal. Êste grupo é o que nos interessa no presente e tudo e nela se incluem a quase totalidade das proteinas de origem animal e algumas de proveniência vegetal.

A soja merece especial registro por seu teor em proteina de alto valor biológico; a presença desta em cota apreciável aparenta-a da carne. Estudos norte-americanos, reunidos em um Symposium e publicadas na *Federation proceedings*, de junho de 1944, colocaram a proteina da soja entre as suas recomendações para o incentivo das fontes alimentares de origem vegetal. Não sòmente razões de ordem cientifica militam em favor de tal recomendação. Motivos de ordem econômica por certo colaborem neste parecer. O principal dêles é o custo da proteina de origem animal, cada dia mais elevado, à proporção que aumenta o índice demográfico. Donald S. Payne, citado por J. B. Griffing (6), chefe da 5.ª zona da Comissão Brasileiro-Americana, comparou a produção de proteina da soja com a de várias fontes animais e verificou que a soja fornece 380 quilogramas por hectare ao passo que as carnes de porco e de galinha, os ovos e o leite fornecem, em conjunto, 122 quilogramas de proteinas ou sejam 2/3 menos, na mesma extensão de terra. E ainda mais: comparou a riqueza protéica da soja com a dos alimentos animais e encontrou as seguintes cifras em cada quilograma:

Leite	34 grs.
Ovo.	20-112 grs.
Farinha de trigo . .	116 grs.
Bife	206 grs.
Soja	615 grs.

Ouçamos agora um mestre patricio — o professor F. A., de Moura Campos (7).

"Enquanto o feijão comum tem baixo valor biológico para o seu contúdo protéico, o ovo, leite, a castanha do Pará, a soja e algumas visceras apresentam alto valor biológico, ao lado de apreciável coeficiente de digestibilidade".

As pesquisas de Camargo Nogueira no Departamento de Fisiologia da Faculdadê de São Paulo, segundo informa o mestre citado, revelaram resultados altamente significativos. A farinha de soja analisada registrou:

Coeficiente de digestibilidade . .	88,8
Valor biològico	82,3

As citações acima bastam para evidenciar a importância alimentar da soja em dietética humana e a necessidade de se promover seu maior consumo entre as diversas populações. E foi isso exatamente o que ficou fartamente documentado na experiência do presente conflito. Forçoso é reconhecer que a guerra, portadora de tantos males e tantos sofrimentos, sempre trás nas suas trágicas consequências algumas vantagens. Ela influi no progresso, impulsiona a pesquisa científica, acelera o progresso material do mundo com invenções que transfiguram o panorama da vida terrestre.

No setor alimentar a opinião é unânime: a soja contribuiu para evitar a carência protéica de milhões de individuos. Depoimentos insuspeitos atribuem à soja os êxitos iniciais dos exércitos alemães, catalogando-os entre as armas secretas de que se vangloriava o inimigo. Os exércitos aliados incluiram a farinha de soja na ração dominada K e enviaram vastos suprimentos da leguminosa para o continente europeu, a fim de reforçar o seu arsenal protéico.

Segundo J. D. Gray (8) a Inglaterra utilizou e ainda utiliza uma farinha integral de soja, denominada Soyolk, para refôrço natural do pão.

O pão de Soyolk é uma mistura de 22% de farinha de soja finamente moída com 78% de farinha branca de trigo, sem modificação apreciável do sabor e dando notável aumento ao valor nutritivo do produto.

Nos Estados Unidos continua-se a emprestar importância cada vez maior ao cultivo da soja. E' o que se depreende das palavras de J. B. Griffing, proferidas em recente conferência na Escola de Agricultura do Recife. Disse êsse ilustre técnico norte americano:

"Nos Estados Unidos o milagre da soja já passou, como um meteoro através do céu, de uma posição insignificante para uma de importância estratégica na economia nacional."

Segundo o citado técnico a produção de soja durante os últimos vinte anos foi a seguinte:

	Toneladas
1924	148.110
1934	692.850
1941	3.201.360
1943	5.872.860
1944	7.000.000
	(safra parcial)

E por último acrescentou: "Para que possamos compreender a magnitude de tal colheita (1944), digamos que seria equivalente às safras de milho que poderiam ser produzidas no Estado de Pernambuco num período de 40 anos".

São dispensáveis outros argumentos para demonstrar que devemos encarar patriòticamente a questão da soja, tanto mais quanto os países mais ricos do que o nosso e portanto de maior acesso às fontes protêicas animais não utilizam ùnicamente essas últimas, ao contrário, procura-se o aprovisionamento por outras de menor custo e maior facilidade de produção.

Composição química

O grão de soja constitui um rico repositório de proteínas, lipídios, sais minerais e vitaminas. Compõem-se de embrião casca e cotilédones que representam 2, 8 e 90% respectivamente do grão. As substâncias protêicas não se repartem igualmente nesses componentes. Os cotilédones e o embrião são as partes mais ricas. Dado o número elevado de variedades de soja — acima de mil, torna-se plausível indagar se também as diferenças botânicas não influem na composição química. A resposta não poderá ser dada senão pela afirmativa, especialmente no que concerne à taxa de lipídios, tão variável que permite a divisão da leguminosa em duas classes: a de alto e a de baixo teor lipídico. Com respeito à taxa protéica, parece haver uniformidade de pontos de vista: a riqueza protéica mantem-se em níveis elevados, que variam de 35 a 46%.

Eis, segundo Pipper e Morse (9), a composição química das sementes de soja:

água	7,71
subst. azotadas	34,94
gorduras	20,20
subst. ext. não azotada	20,57
celulose	4,55
cinzas	5,78

Daí se depreende que a leguminosa é particularmente rica em proteínas e lipídios.

O quadro que se segue, reproduzido de Matagrin (10) mostra a supremacia das proteínas contidas na soja em comparação com outros alimentos.

Merece atenção o fato de que não importa sòmente a riqueza quantitativa das proteínas para avaliação nutricional de um determinado produto alimentar. Impõe-se também saber da qualidade dos ácidos aminados que integram a constelação protéica. A soja deve o seu valor nutricional à glicinina — proteína de natureza completa.

Aplicações alimentares

Entre os produtos alimentares preparados com a soja enumeramos os seguintes:

1) grãos verdes utilizados diretamente "in natura".

2) grãos secos em sopas, pirão, bolinhos e outras iguarias.

Deve-se ter o cuidado de colocá-los de môlho na véspera e desprezar a primei-

ra água de fervura na manhã seguinte e, substituindo-a por outra, para não enrijecer as sementes.

Submetidos à fermentação alcoólica, obtem-se um condimento picante muito apreciado pelos chineses e vulgarizado nos Estados Unidos com o nome "Soy — bean sauce".

3) leite — obtem-se da maceração dos grãos em uma prensa ou pilão e a seguir filtra-se II°. Essa emulsão apresenta composição química semelhante a do leite de vaca sendo mesmo mais rico em proteínas e sais minerais.

Dos caracteres físicos — a cor é o único que tem semelhança com o leite animal. Não se presta aos mesmos usos alimentares do produto de origem animal, devido ao sabor. Apresenta a vantagem de não sofrer tão fàcilmente a proliferação microbiana como sói acontecer com o leite animal.

4) queijo — graças ao seu alto teor de caseína vegetal, a soja permite elaborar vários tipos de queijo de larga utilização, principalmente entre os asiáticos: teou-fu, juba (espécie de requeijão) etc., produtos de difícil aceitação em nosso meio.

5) óleo — da leguminosa pode-se extrair, por meio de prensas ou solventes, um óleo que se presta a fins culinários e industriais.

6) farinha — a obtenção da farinha em nada difere dos processos ordinários de moagem utilizados para os cereais.

Contribuição prática

Há três anos que o SAPS, através dos seus órgãos técnicos, vem estudando a possibilidade da utilização da soja nas diversas formas previstas. Em fins de 1944 recebemos a primeira partida de leguminosa, proveniente do Horto experimental de São Simão, por intermédio do Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura. Por êsse tempo ainda não havia o produto industrializado sob a forma de farinha no nosso Comércio.

A extração do leite e da farinha foi feita no então Laboratório de Tecnologia Alimentar, graças à solicitude do Dr. Rubens Descartes de Paula.

O leite foi usado tanto direta como indiretamente, em forma de mingaus. O leite de soja e seus derivados apresentam composição química muito semelhante a do produto de origem animal. Não tem entretanto o sabor agradável dê se último e acarreta por isso restrições tão acentuadas que dificilmente poderá estender-se no nosso uso.

O leite de soja associado a outros elementos presta-se, às maravilhas, como substituto do leite de vaca, nos casos em que manifestações alérgicas provocadas por êste último indicam a sua eliminação da dieta habitual.

Em tais casos já se utiliza nos Estados Unidos uma emulsão preparada com água, grãos macerados, óleos, dextrose, fosfato e carbonato de cálcio, cloreto de sódio (mull-soy).

A farinha de soja representa até o momento o único produto alimentar cujo uso tende cada vez mais a entrar no terreno prático.

Os aperfeiçoamentos introduzidos em sua preparação permitem a obtenção de produtos refinados, perfeitamente apropriados no fabrico do pão, biscoitos, bolos, talharim e outros pastifícios.

A inclusão da farinha de soja a êsses produtos permite enriquecê-los com substâncias de valor nutritivo superior ao da própria farinha de trigo. Para que possam ser apreciadas as vantagens nutritivas da soja passamos a transcrever o resultado das análises de farinhas de diversas procedências, feitas pelo químico Salatiel da Mota no Laboratório do "SAPS".

PERCENTAGENS DOS ELEMENTOS NUTRITIVOS E RESIDUOS PURÍNICOS DO GRÃO DE SOJA E DOS ALIMENTOS MAIS COMUNS (MATAGRIN)

Alimentos	Proteinas	Hidratos de carbono	Gorduras	Minerais	Calorias	Residuos purínicos
Grão de soja	35,5—42,8	25,8—28,0	18,7—20,0	4,1—5,3	4,55—4,71	0,2
Carne de vaca	16,5—18,0	0,0	4,5—22,5	1,1—1,8	2,68	2,5
Fígado de vaca	—	—	—	—	—	3,3
Casteleta de carneiro	14,7	0,0	10,7—24,9	1,5	2,87	1,2
Toucinho	8,9	0,0	52,6—57,0	0,2	5,95	1,3
Aves	17,8	0,0	8,8— 9,6	1,2	1,46	1,5
Peixes de água doce	14,3	0,0	3,4	1,4	1,18	1,4
Salmão	15,7	0,0	8,4	1,4	1,45	1,5
Leite de vaca	3,6	0,0	3,9	0,7	0,72	0,2
Ova de galinha	12,4	—	10,8	0,5	1,37	0,3
Arroz (em grao)	8,0	79,0	3,0	3,1	3,60	0,3
Trigo (em grão)	10,9	73,0	1,5	3,1	3,60	0,3
Aveia (em grão)	14,3	67,0	1,5	3,0	3,55	0,6
Milho (em grão)	10,2	72,1	3,1	2,8	3,63	0,3
Batata	2,4	22,5	0,5	1,1	2,80	0,2
Pão e massas	9,0	4,5	0,1	1,2	3,25	0,1
Leguminosa (média)	22,0	60,0	2,0	3,0	4,10	0,5
Frutas (médias)	0,8	11,8	0,4	1,0	0,7	0,0

FARINHA DE SOJA INTEGRAL
VARIEDADE AKSARBEN — HORTO DE SÃO SIMÃO

ENSAIOS	ÁGUA	CINZAS	PROTÍDIOS	LIPÍDIOS	GLICÍDIOS
1	9,57	5,02	41,1	21,73	Por
2	9,66	5,05	41,1	21,84	
3	9,65	5,04	41,5	22,44	diferença
Média	9,62	5,04	41,2	22,00	22,14

FARINHA DE SOJA INTEGRAL
VARIEDADE L10 — SOI DELTA SOCIEDADE COMERCIAL LTDA.

ENSAIOS	ÁGUA	CINZAS	PROTÍDIOS	LIPÍDIOS	GLICÍDIOS
1	8,36	4,97	46,00	19,60	Por
2	8,29	4,77	45,66	19,36	
3	8,28	4,92	46,69	19,58	diferença
Média	8,31	4,88	46,11	19,51	21,19

Como se vê, a composição química acima exposta mostra ùnicamente pequenas variações, que não chegam a comprometer as virtudes alimentares da leguminosa em aprêço. Com as duas farinhas descritas foram preparados pães, biscoitos, bolos, talharim, etc.

Três experiências de panificação tivemos ocasião de realizar. A primeira na padaria do "SAPS" e as outras duas na padaria experimental da "Standard Brands of Brasil Inc." 900 pães de 50 gramas cada um, foram preparados de trigo e soja nas seguintes proporções: 5, 10, 15 e 20%. Posteriormente foram feitas mais duas experiências, desta vez na padaria experimental da "Standard Brands", em vista de impedimento na padaria do "SAPS", motivado pela sua reforma. Os resultados foram inteiramente favoráveis tanto no que toca à panificação como à aceitação para os tipos de 5 e 10%.

O produto apresentado revelou côdea bonita, com um tisnado amarelo-ouro, possuindo a fragrância e sabor do pão comum. O mesmo entretanto não se verificou para os tipos de mistura acima de 10%. Revelaram côdea escurecida e massa compacta. Além disso notava-se certo travo amargo, característico da leguminosa. Êsse inconveniente, todavia, parece ficar completamente sanado com o recente processo norte-americano, que consiste em tratar a farinha pelo vapor e secagem, método ainda não pôsto em prática em nosso meio.

A última experiência de panificação foi realizada com o emprêgo de farinha de soja de baixo teor lipídico, por sugestão de um membro dessa Comissão, o Dr. Ruy Coutinho. Utilizamos nesta última experiência a farinha Stahley, cujo teor de gordura não excede de 7%. Os resultados mostraram que a citada farinha se presta ainda melhor à panificação que a de alto teor lipídico. Transcrevemos abaixo os resultados das pesquisas sôbre o enriquecimento do pão com farinha de soja de alto teor de gordura nas percentagens de 5, 10, 15 e 20%. Não foram realizados ensaios de laboratório com o segundo tipo de farinha. Mas os resultados obtidos com a primeira conferem ao pão um lugar de destaque entre os agentes de correção alimentar. Trata se de pão enriquecido por processos naturais e cujos índices de proteínas e sais minerais preponderam sôbre o pão branco, comum, cuja carência é manifesta.

As pesquisas de Laboratório obedeceram à seguinte técnica.

Agua, por desidratação em estufa a 105°.

Cinzas ou Sais Minerais totais, por incineração em fôrno de mufla em temperatura do vermelho incipiente.

Protídios, pelo processo de Kjeldahl ou Nitrogênio Multiplicado fator 6,25.

Lipídios, ou extrato etéreo, por extração em balão de Soxhlet.

Glicídios, por diferença.

Calcio, por precipitação pelo oxalato.

Fósforo, pelo método de Lorentz.

Ferro, por técnica colorimétrica de Snell, modificado.

As tabelas abaixo mostram os resultados obtidos, todos os valores representando gramas por cento.

PÃO SOJA 5%

Ensaios	Agua	Cinzas	Protídios	Glicídios	Lipídios	Cálcio	Fósforo	Ferro
1	31,47	1,76	11,59	—	0,451	0,037	0,148	0,00384
2	31,86	2,03	12,05	—	0,879	0,037	0,150	0,00385
3	31,49	2,06	11,69	—	—	0,026	—	0,00383
Médio	31,60	1,95	11,77	54,02	0,665	0,033	0,149	0,00384

Nota: — Todos os valores nestas tabelas representam gramas por cento

PÃO SOJA 10%

Ensaios	Água	Cinzas	Protídios	Glicídios	Lipídios	Cálcio	Fosforo	Ferro
1	36,16	2,00	11,25	—	1,02	0,031	0,124	0,00359
2	35,08	1,95	11,53	—	—	0,031	0,122	0,00358
3	35,27	2,03	11,13	—	—	0,031	0,124	0,00354
Médio	35,50	1,99	11,30	50,19	1,02	0,031	0,123	0,00357

PÃO SOJA 15%

Ensaios	Água	Cinzas	Protídios	Glicídios	Lipídios	Cálcio	Fósforo	Ferro
1	33,05	2,13	12,71	—	1,913	0,236	0,120	0,0033
2	33,28	1,82	12,68	—	1,675	0,021	—	0,0029
3	—	1,82	12,61	—	—	—	—	0,0029
Médio	33,16	1,92	12,66	50,47	1,079	0,028	0,120	0,0030

PÃO SOJA 20%

Ensaios	Água	Cinzas	Protídios	Glicídios	Lipídios	Cálcio	Fósforo	Ferro
1	34,54	2,03	13,33	—	2,57	0,028	0,100	0,0036
2	32,55	2,34	13,20	—	—	—	0,114	0,0043
3	—	—	13,27	—	—	—	0,109	0,0043
Médio	33,54	2,18	13,26	48,45	2,57	0,028	0,108	0,0040

Como sabemos, a variação do teor em água do alimento faz com que variem os teores de todos os outros princípios imediatos numa razão inversamente proporcional; em outras palavras, quanto maior for a percentagem de água, menores serão as de cinzas, protídios, lipídios e glicídios. Assim, visto terem os tipos de pães em estudo apresentado percentagens de água diferentes, foi calculada a seguinte tabela, com base em teor de água médio, que permitirá estudo comparativo mais exato dos diversos valores. As diferenças para menos encontradas nas taxas dos sais minerais devem ser levadas à conta dos métodos de pesquisas utilizados.

PÃO	ÁGUA	CINZAS	PROTÍDIOS	LIPÍDIOS	GLICÍDIOS
5%	33,45	1,90	11,45	0,647	52,56
10%	33,45	2,05	11,66	1,05	51,78
15%	33,45	1,91	12,60	1,78	50,25
20%	33,45	2,18	13,18	2,57	48,51

O trabalho analítico foi executado sob a direção do químico Salatiel Mota com a colaboração dos seguintes laboratoristas: Paulino Petterle, Dorival Veloso, João de Andrade, Laeres Bastos.

As pesquisas acima anunciadas permitem evidenciar o enriquecimento do pão por processos naturais. O pão de farinha de soja, em qualquer das percentagens acima indicadas revela possuir não só aumento da cota protéica senão também aumento do teor ferrico. Não foram feitas pesquisas de outros elementos, como por exemplo, as vitaminas por ser principalmente o estudo da questão protéica o objetivo dêsse trabalho.

As experiências culinárias com a soja não se limitaram ao pão. Foram estudadas outras preparações, tais como biscoitos, bolos e talharim.

A preparação de biscoitos e bolos em proporções até 50% foi bem sucedida, nada se opondo à generalização do seu uso. O mesmo não se pode dizer do talharim, cuja preparação se afasta do tipo comum aceito pela população quanto às suas propriedades organolepticas. Quanto ao uso da soja sob outras formas, além das estudadas, julgamos que até o presente momento, tudo indica dificilmente poderá adaptar-se ao nosso paladar.

A dificuldade entretanto não parece ser irremovivel. Um pouco de atenção ao problema por parte dos nossos técnicos agricolas levará, por certo, à obtenção de um produto ideal. Ainda recentemente recebemos de São Paulo por gentileza do Dr. Artur Torres Filho, amostras de uma variedade especial, cultivada pelos japoneses, cujo emprêgo sob a forma de feijão comum pouco difere das outras leguminosas, empregadas na culinária brasileira.

Conclusões

1) Na conjugação de esforços de tôda ordem que se vai processando no Brasil por defesa da nutrição e da saúde do povo, um dos pontos básicos é o da criação de novos recursos alimentares, especialmente daqueles que vão ao encontro das exigências biológicas e econômicas das coletividades. Hoje, já não se pode deixar de reconhecer a necessidade de se promover a procura de sucedâneos para certas proteinas de origem animal, de obtenção cada dia mais onerosa, pelas proteinas de origem vegetal de alto valor nutricional, como sói acontecer com as da soja. Basta lembrar os ensinamentos resultantes do último conflito, em que a inclusão da leguminosa evitou o aparecimento da carência protéica entre os exércitos beligerantes naquelas regiões em que as reservas alimentares animais se tornaram escassas.

2) A soja está fadada a ser um grande tema nacional. Trata-se de uma leguminosa cujo valor nutricional não se resume únicamente na presença em quota apreciável de substâncias protéicas, mas na qualidade dos seus ácidos aminados. Entre as proteinas da soja inclue-se a glicina, a que a leguminosa em estudo deve o seu conceito dietético.

3) As experiências que vêm sendo realizadas na Comissão de Estudos Técnicos do "SAPS" com o concurso dos seus órgãos de pesquisas, evidenciam a possibilidade da inclusão dessa leguminosa, sob a forma de farinha integral e a teor até de 10% de mistura no trigo, para o fabrico do pão, obtendo-se produto de sabor e aspecto agradáveis, de valor nutritivo superior ao pão comum.

4) O emprêgo sob a forma de farinha estende-se também a outras preparações culinárias, tais como bolos, biscoitos, etc., em cujas massas pode entrar em teor até de 50% com resultados plenamente satisfatórios.

5) A farinha de soja aconselhável na prática culinária tanto pode ser a de alto como a de baixo teor lipidico, sendo que as experiências realisadas demonstraram ser esta a última a que melhor se presta para a panificação.

6) A utilização das variedades de soja que motivaram as nossas experiências em outras aplicações alimentares que não as indicadas apresenta-se na prática dificultada em virtude do paladar amargo que a leguminosa possui. Merece entretanto especial registro o esfôrço despendido pelos nossos técnicos agricolas no afã de produzir variedades especiais dessa leguminosa com intuito de garantir o suprimento protéico, sem os inconvenientes que a tornam de difícil adaptação no nosso paladar. Nesse particular devemos assinalar as experiências culinárias

que realizamos com uma variedade de soja, de identificação botânica para nós desconhecida, obtida na Cooperativa de Cotia, Estado de São Paulo, graças a gentileza do Dr. Artur Torres Filho, ilustre Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

A utilização dos grãos secos da citada leguminosa, tal qual tivemos a oportunidade de degustar em sopa, pirão e salada, representa mais um valioso complemento dietético. Uma particularidade deve ser citada: é que a soja nessas condições aumenta de cinco vezes o seu volume após cocção.

7) O leite de soja, cuja industrialização seria de desejar, poderia em certas circunstâncias substituir o leite de origem animal.

8) Por último, apraz-nos assinalar que ao "SAPS" cabe a primazia de ser o primeiro estabelecimento oficial do País a incorporar a soja, sob a forma de farinha, à carta alimentar do trabalhador, na defesa do seu maior patrimônio, que é a saúde.

BIBLIOGRAFIA

1) FULVIO BOTARI — 1.ª edição 1932.

2) Citado por DIES — Soy Beans — Gold from the soil MAC MILLAN — 1943.

3) PIPPER C. V. and WORSE W. J. — the soubean — 1923.

4) HENRIQUE LÖBBE — A cultura da soja no Brasil — Publicado pelo Ministério da Agricultura — 1938.

5) HENRRY C. Shermon in Essentials of Nutrition — 1943.

6) J. B. GRIFFING — Inmoprtância da soja para o Brasil — Conferência feita no Escola de Agricultura do Recife.

7) MOURA CAMPOS — Consideraçoes em torno do valor biológico de alguns alimentos simples e associados.

8) J. D. GRAY — All about the soja — bean.

9) Já citada

10) MATAGRIN — Le soja e les Industries du Soja — 1939.

PROFISSIONAL DA AGRICULTURA

O Decreto-lei 8.127 de 24 de outubro de 1945, considera profissional da agricultura:

a) A pessoa natural ou jurídica que exerça ativida rural em qualquer de suas formas: agrícola, extrativa, pastoril, ou de indústria rural;

b) o técnico ligado a essas atividades;

c) o proprietário, o arrendatário e o parceiro de estabelecimento rural.

§ 1.º Estabelecimento rural é o imóvel destinado ao cultivo da terra, à extração, à invernagem ou engorda de animais e a criação, à recriação, a extração de matérias primas de origem animal e vegetal e à industrialização conexa ou acessória dos produtos derivados dessas atividades.

§ 2.º As indústrias rurais compreendem:

a) a extração, a colheita, o beneficiamento, e transformação e o preparo dos produtos agro-pecuários e de matérias primas de origem animal e vegetal;

b) o aproveitamento, pelo preparo ou transformação, dos seus sub-produtos.

A Cultura do Maracujá Peroba

Pimentel Gomes
Eng. Agrn.

O maracujá, *Passiflora edulis*, é uma trepadeira bastante conhecida ao norte do Rio de Janeiro, sendo encontrado em muitos dos seus sítios e chácaras. Não existem, porém, grandes culturas, culturas sistemáticas desta planta, ao contrário do que acontece na Austrália. Os australianos verificaram, mais cedo do que nós, as possibilidades extraordinárias do maracujá-peroba. Publicaram várias e interessantes monografias a respeito. Fomentaram a cultura. Transformaram o nosso modesto e brasileiríssimo maracujá-peroba numa cultura de primeira ordem, uma espécie de parreira tropical.

Precisamos de aproveitar melhor uma das nossas mais interessantes plantas. Tenho encontrado o maracujá-peroba vegetando muito bem do Distrito Federal ao Acre. Em Pernambuco, Paraíba, Ceará e Bahia há plantas magníficas, produzindo com estranha abundância. No Acre, o seu desenvolvimento é magnífico. No Jardim Botânico do Rio de Janeiro, estou agora plantando a *Passiflora edulis* com sementes provenientes do Acre. Acredito que o maracujá-peroba possa ser cultivado em todo o Brasil, com exceção dos trechos mais frios, pois, certamente, não resistirá os invernos de São Joaquim, Santa Catarina, com suas mínimas de 15 graus abaixo de zéro.

Tenho-o visto em muitos tipos de solo; mas sílico-argilosos e argilo-silicosos profundos, não alagadiços, são os melhores. Tive, porém, boas plantações em solos sílico-limosos no horizonte A e argilo-silicosos no horizonte B, no litoral paraibano. As terras de encosta voltadas para o norte são ótimas também para esta cultura.

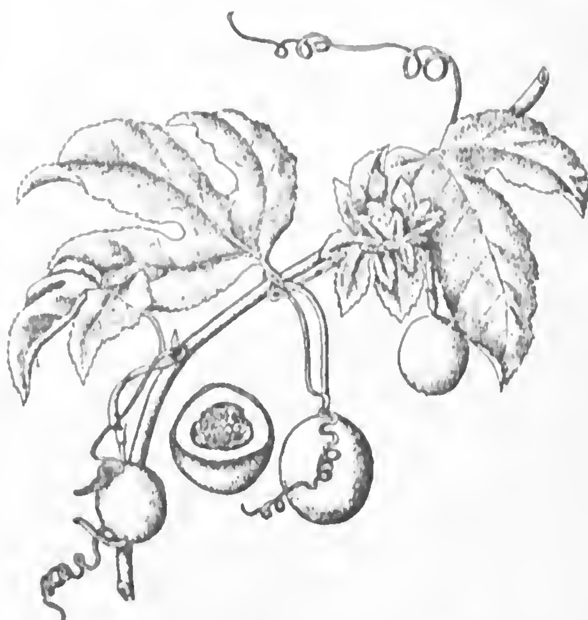
A multiplicação é feita por meio de sementes retiradas de frutas grandes e completamente maduras, colhidas em plantas sadias e muito produtivas. Deixam-se as frutas murchar bem. Retiram-se as sementes, que devem secar à sombra, em canteiros bem preparados.

Ara-se e gradeia-se cuidadosamente o terreno. Abre-se covas com o compasso de 3 metros por 6, com muita antecedência, covas grandes de uns trinta a quarenta centímetros nas três dimensões. Aduba-se bem com estrume de curral, cinza vegetal, terriço.

Mudam-se as plantinhas quando tiverem uns dez centímetros de altura, em dia úmido.

Enfincam-se as estacas ao longo das linhas de plantação e estendem-se sobre elas quatro a cinco fios de arame liso, como se se tratasse de plantação de parreiras.

Deixa-se crescer, de início, apenas uma haste principal até alcançar o primeiro arame. Permite-se então o esgalhamento. As ramas vão sendo distribuídas sôbre os fios.



Maracujá Peroba ou "Redondo" — Passiflora edulis Sims Seg. Bailey — "Stand. Cycl. Hort." (Reproduzido de "Frutas Indígenas", de F. C. Hoehne, Direotr do Instituto de Botânica de S. Paulo, 1930)

A colheita é iniciada no ano seguinte. A produção é abundante e as frutas encontram mercado amplo, pagando bem. Prestam-se a importante indústria de bebidas e podem ser comidas em natureza ou utilizadas no preparo de refrescos e sorvetes deliciosos.

Outras informações e algumas sementes com o autor, no Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.

(*Comunicado do Serviço de Informação Agrícola Ministério da Agricultura*).

Noticiário da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello"

Semana do Hortelão:

O Dr. Antônio de Arruda Câmara, diretor da E. H. W. B., aprovou o plano da "Semana do Hortelão", elaborado pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira.

A "Semana do Hortelão", que será pela primeira vez realizada na "Escola de Horticultura Wenceslau Belo", terá o patrocínio e o valioso auxilio da Fundação Getúlio Vargas.

Para a realização da "Semana do Hortelão" foi fixado o período de 5 a 10 de julho de 1948.

Cursos Práticos:

Estão sendo realizados, no periodo de abril a junho, nove Cursos Práticos em colaboração com a Fundacão Getúlio Vargas.

É a seguinte a relação dos Cursos Práticos planejados pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira, elemento de ligação entre a S. N. A. e a F. G. V.: Enxertia, Botânica Agricola, Reflorestamento, Zoologia Agricola, Contabilidade Agricola, Hortas Domésticas, Economia e Administração Rural, Floricultura e Organização de Herbários.

Nos cursos acima referidos estão matriculados 281 candidatos.

Curso de Técnico em Educação Rural:

O Sr. Ministro da Agricultura designou o Agrônomo Economista Rural Antônio de Arruda Câmara, diretor da E. H. W. B., para professor de Economia no Curso de Técnico em Educação Rural, da D. C. A. E. E.

Curso de Extensão de Fruticultura:

Está sendo realizado nos domingos, na E. H. W. B., em colaboração com a Universidade Rural, um novo Curso de Extensão de Fruticultura, com 57 alunos matriculados.

São professôres do referido curso, os engenheiros agrônomos Geraldo Goulart da Silveira e Jalmirez Guimarães Gomes.

Designação de professôres:

O Sr. Ministro da Agricultura designou para professôres do Curso Avulso de Horticultura, da Universidade Rural, que está sendo ministrado na E. H. W. B., os seguintes técnicos: Engenheiro Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, Engenheiro Agrônomo Subael Magalhães da Silva, Engenheiro Agrônomo Jalmirez Guimarães Gomes e Professor Pedro Goulart da Silveira Filho.

Cursos Regulares da E. H. W. B.:

O Dr. Antônio de Arruda Câmara, Diretor da E. H. W. B., comunicou ao Presidente da S. N. A., que tiveram início, dia 22 de março, as aulas dos Cursos Regulares da E. H. W. B.

O internato foi, este ano, grandemente ampliado, graças à subvenção que a Fundação Getúlio Vargas, houve por bem conceder à E. H. W. B.

PEQUENO VOCABULÁRIO PORTUGUÊS — INGLÊS DE

Terminologia Agrícola

O Sr. D'Almeida Guerra Filho, socio desta Sociedade e estudioso de nossas questões agricolas, acaba de dar a lume um interessante opúsculo sôbre o tema acima. É mais uma valiosa contribuição que as nossas letras rurais lhe ficam a dever.

Teve o Sr. D'Almeida Guerra Filho a gentileza de colocar à disposição dos seus consócios, na Sociedade, alguns exemplares de sua publicação, para distribuição gratuita àqueles que o solicitarem.

Esse oferecimento, "A Lavoura" tem o prazer de transmitir aos seus assinantes e socios da S. N. A.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Sessão da diretoria em 25 de maio

Centenário de Ennes de Souso — Posse do General Anapio Gomes no Conselho Federal de Comércio Exterior — Bento de Abreu Sampaio Vidal — Semana Ruralista de Campos — Transmissão da Propriedade rural no Estado do Rio — Matadouro de Três Rios — Impôsto territorial

Com grande concorrência, reuniu-se ontem a Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura. Da ordem do dia constavam assuntos de imediato interêsse para os produtores do Estado do Rio, o que trouxe à reunião os elementos mais representativos da agricultura e pecuária fluminenses dentre os quais, Dr. Teixeira Leite, Secretário da Agricultura, Deputado Federal Eduardo Duvivier, Deputado Estadual Bernardo Bela, Dr. Armênio Rocha Miranda, pela Companhia Centros Pastoris do Brasil, Dr. Carlos Guinle, Sampaio Fernandes, Carlos de Almeida e Sousa, Dr. A. de Barros Carvalho, representando a Associação Fluminense de Exposições Rurais, de Barra do Piraí; Luis Augusto Tiago da Silva, N. Iguaçu; Alberto Ravanche, Inácio Rangel de Morins Coutinho, de Rio Bonito; Olinto Aragão, de São Gonçalo; Álvaro C. Castro, Sebastião Lutterbach Sobrinho, do Carmo; Deputado Vasconcelos Tôrres, Cornélio Mauro Milward Azevedo, de Barra Mansa; Daniel Marcondes Finlay; Fi G. Steinemann, por si e por Antônio Paciolo, proprietário do Matadouro de Três Rios; Paulo Parreiras Horta, Mário de Oliveira, Julião Nogueira, pelo Sindicato dos Industriais do Açúcar e do Álcool, de Campos; Alexandre Pallastri Filho, pela Associação Comercial e Agrícola de Barra Mansa; Francisco Sales Meneses, Jerônimo Antônio Coimbra, representante da pecuária na Comissão Central de Preços; José Antônio Alves, pela Emprêsa Agrícola e Indústria Fluminense; Zazimo Lóis Pereira, pela Cooperativa Agrícola de Sacra Família, Lincolu Grião de Morais, Guilherme Egberto Hermsdorff.

O Prof. Artur Tôrres Filho, que presidiu à sessão, disse que, apesar de se ir tratar de assunto especial, contudo a sessão era ordinária e, por isso, desejava, antes, dizer algumas palavras a respeito de vários assuntos da Instituição.

Comunicou que, a 6 de maio dêste ano, comemorou-se o centenário do nascimento de Antônio Ennes de Sousa, fundador da Sociedade e seu primeiro presidente. Referiu-se aos traços principais da personalidade do ilustre maranhense, várias vezes diretor da Casa da Moeda, professor da Politécnica, engenheiro ilustre e republicano extremado. Informa que, quando se comemorou o cinquentenário da Sociedade fez inaugurar na sede o seu retrato a óleo, cunhou uma medalha comemorativa em três metais com a sua efígie e fez publicar, juntamente com as de outros presidentes da Casa, a sua biografia. Quando do início das obras da "Casa da Agricultura", a Sociedade, ainda êste ano, lhe prestará ainda outras merecidas homenagens.

Comunicou depois, o Dr. Tôrres Filho que, por ocasião da posse do General Anapio Gomes, do Conselho Superior da Sociedade, como Diretor Geral do Conselho Federal do Comércio Exterior, manifestou em discurso as esperanças de que, em vista das provas que tem dado o ilustre militar de perfeito conhecimento dos nossos problemas econômicos, muito se poderá esperar do trabalho daquele Conselho em favor da nossa produção.

O Sr. Artur Tôrres Filho, consigna o apoio irrestrito que tem a Sociedade recebido de centenas de associações rurais de todo país pela indicação, que fez ao Sr. Presidente da República — que a acolheu — do nome do Dr. Edgard Teixeira Leite, seu Vice-Presidente para integrar, como representante da agricultura, a Comissão Consultiva de Intercâmbio Comercial com o Exterior, recentemente instalada no Banco do Brasil. Explica o Sr. Tôrres Filho que, mais do que uma indicação, trata-se de uma recondução, de vez que o ilustre fluminense e antigo parlamentar, há mais de dois anos, vinha exercendo a mesma função em órgãos semelhantes, até aqui existente naquele estabelecimento, substituído pelo recentemente criado.

O Sr. Tôrres Filho solicitou ainda, com aprovação geral, um voto de profundo pesar pelo falecimento, em São Paulo, do Sr. Bento de Abreu Sampaio Vidal, agricultor progressista e antigo presidente da Sociedade Rural Brasileira daquele Estado. Teve palavras de grande aprêço para com o ilustre brasileiro desaparecido, a quem chamou, além de grande ruralista, de criador de cidades, pois que Marília, hoje uma das mais prósperas cidades paulistas, foi pelo mesmo fundada.

Fez ainda algumas referências à recente Semana Ruralista realizada em Campos, e à qual a Sociedade deu todo o seu apôio, bem como à fundação da Associação Rural de Campos, que foi um dos melhores resultados do dito certame, esperando que o rico município fluminense, aparelhando êsse novo órgão, alcance resultados ainda mais positivos no terreno da lavoura e da indústria.

A seguir, explicou que a convocação foi feita tendo como ordem do dia a recente legislação fiscal do Estado do Rio, na qual sobressai, a lei de transmissão de propriedade, que consigna dispositivo a

seu ver perigoso, por onerar ainda mais a propriedade rural, o que redundará em desestímulo à produção, produção essa que deverá, ao contrário, ser fomentada ao máximo.

Deu a palavra ao Agronomo Sr. Armenio da Rocha Miranda, que expoe aos presentes vários aspectos da referida lei, começando por informar que dentro do bojo da lei n.º 49-A de Dezembro do ano passado, que altera disposições do impôsto de transmissão "inter vivos", depara-se o artigo 14 e seu § 2.º, do teor seguinte "O impôsto de transmissão incide também sôbre os imóveis de propriedade de pessoas jurídicas, quando permaneçam no patrimônio destas por período superior a 33 anos, cobrando-se-lhe a taxa de 4% O § 2.º diz que 'para imóveis que há 33 anos, ou mais estejam incorporados, a qualquer título ao patrimônio de **pessoas jurídico,** o impôsto é devido na data em que entra em vigor esta lei, pelo primeiro período contando-se os demais a partir do dia imediato, para os incorporados ou adquiridos há menos de 33 anos contam-se os períodos a partir da data da incorporação ou aquisição".

Mostrou o Sr. Rocha Miranda as graves consequências que advirao para a economia rural do Estado de tais dispositivos, e outras que citou, bastando que se diga que há casos em que o proprietário terá de pagar, imediatamente, 200 mil de cruzeiros, de impôsto, que incidiu sôbre a propriedade, nos 33 anos decorridos, sem o seu proprietário saber, pois que a lei retorage, por igual espaço de tempo! Focaliza ainda o Sr. Armênio Rocha Miranda várias outras aspectos, como o do reflorestamento, por que tanto se interêssa agora o govêrno fluminense, a incerteza em que ficará o proprietário sôbre o impôsto a pagar, pois que este será calculado na taxa de 4% sôbre o valor atribuido aos bens ao fim de cada período de 3 anos". E então pergunta qual o valor de uma propriedade, finda um período tão longo? o territorial, ou o de uma avaliação feita pelo fisco? A seu ver, constituiria tal impôsto uma verdadeira letra aceita com prazo de vencimento fixo, mas com o débito em branco.

Por fim, apresentou a Mesa sugestões, escritas, que são lidas, passando a falar, em seguida, o Sr. Deputado Estadual Bernardo Belo, representando o sócio e agricultor Joaquim Simões de Araujo, da Cidade do Carmo. Começa S. S. explicar que, estando presente às sessões da Câmara nas quais se tratou da materia, manifestou-se desde logo contra essa lei, não só pelos efeitos anti-econômicos, mas, pricipalmente por considerá-la anti-constitucional. Dá as razões por que assim pensou e procedeu, por que não pode admitir que possa haver um impôsto de transmissão de propriedade quando a propriedade nao se transmitiu, por qualquer modo. Se na ocasião que o assunto voltar ao legislativo estadual, lá se encontrar como deputado, informa à Sociedade, será favorável à revogação dessa lei.

O Deputado Eduardo Duvivier analisou a lei sob o ponto de vista constitucional, considerando-a, como seu antecessor na tribuna, também contrário à nossa Carta Magna.

O Dr. Olimpio Saturnino da Silva Pinto, presidente da Associação Rural de Campos, notou que o seu sentir é contrária aos referidos dispositivos da lei fluminense, que atentam contra o direito de propriedade, criando a incidência do impôsto de transmissão **inter-vivos** de propriedade imóvel do em um caso que, permanencendo o imóvel no patrimônio da mesma pessoa, não há **transmissao** de bens de uma pessoa a outra, caso unico, em que é autorizado o impôsto pela Constituição Federal. (Art. 119, III).

O Sr. Juliao Nogueira, representante do Sindicato dos Industriais de Açucar e de Alcool de Campos, endossou as palavras dos oradores que o precedeam, concluindo também pela inconstitucionalidade da lei n.º 49-A, a qual, a seu ver, esta completamente fora de dúvida, cabendo ao Poder Judiciario, caso seja revogada, decretá-la para evitar o completo aniquilamento da industria no Estado do Rio.

Varios outros oradores se fizeram ouvir, no mesmo sentido, tendo o lavrador Sr. Inacio Rangel de Marins Coutinho, de Rio Bonito, aproveitado a ocasiao de se achar presente o Sr. Secretario da Agricultura do Estado do Rio, para mostrar o quanto ficaram oneradas as propriedades rurais do Estado, com o novo lançamento do impôsto territorial, aumentado em grande proporçao. Esse impôsto é hoje de 2% sôbre o valor da propriedade e, assim enquanto pagava, o ano passado, Cr$ 2.400,00 de impôsto pela sua propriedade, passara a pagar agora Cr$ 14.800,00 isto sem contar as vendas em consignação, o impôsto de renda, etc.

O Sr. Teixeira Leite informou que o próprio Govêrno fluminense reconheceu que o aumento da lei n.º 41, de 2 de dezembro de 1947 foi demasiado, tanto assim que atendendo às reclamações, sancionou a lei n.º 114, de 20 de abril deste ano, atenuando um pouco o excesso, e permitindo, conforme o caso, um desconto de 20 a 40% nos atuais lançamentos.

O Sr. Marins declarou que a Coletoria do Rio Bonito desconhece essa lei, tanto assim que insiste na cobrança pela lei n.º 41, ao que o Sr. Teixeira Leite responde autorizado o lavrador a procurá-lo pessoalmente.

O Sr. Luis Augusto Tiago da Silva, de Iguaçu, pediu licença para falar com tôda a franqueza, há mais de trinta anos é lavrador e vai deixar a profissão, por nao poder suortar mais os embara-

ços de tôda ordem, inclusive os fiscais, que tolhem a sua atividade. Cita o caso da laranja, referindo que os compradores desta Capital estão abandonando as compras no seu município por lhe ser mais conveniente adquirir laranja em Santa Cruz e Campo Grande, onde os fretes e impostos são mais baixos. A laranja apodrece, diz, enquanto se introduz no mercado nacional, suco de laranja com nome estrangeiro, e onde tudo é estrangeiro, até o rótulo!

O Sr. Teixeira Leite anotou a informação e diz que o Estado do Rio é um Estado privilegiado, porque a sua posição geográfica o coloca como que abraçando o Distrito Federal. De lá vem para o consumo na Capital o sal, o açúcar, os gêneros de primeira necessidade, principalmente da pequena lavoura. Mas, se tem o privilégio da proximidade de mercado, tem contra si as medidas restritivas, o tabelamento, deixando o produtor em situação deficitária, como é o caso do leite e dos outros gêneros. Chegou-se a ver a população do Distrito Federal consumir sal mais barato do que custa aos moradores de Cabo Frio, por preço inferior ao que corre em Campos; arroz, charque, açúcar, mais barato do que custam no Rio Grande e em Pernambuco respectivamente. De forma, que, como fluminense e agricultor, desejaria ver abolido, ou pelo menos em decréscimo constante a oneração da produção, mas isto, evidentemente, não é possível, pois que o Estado precisa de numerário para manter a sua máquina administrativa, para conservar e abrir estradas, melhorando o quanto possível, por outros meios, a situação do produtor.

Não se encontra presente oficialmente pelo seu cargo, mas como Vice-Presidente da Sociedade e como fluminense, mas promete tôda a sua simpatia junto ao Sr. Governador do Estado Sr. Coronel Edmundo Macedo Soares, que também é espírito aberto, acessível e compreensivo, além de conhecer muito bem tôdas as dificuldades citadas na assembléia.

O Sr. Deputado Bernardo Belo voltou a falar, pedindo a atenção da Sociedade para o caso dos matadouros localizados nos centros de consumo quando, a seu ver, deveriam estar localizados nos centros pastoris. Cita um trabalho do Sr. Duvivier, a respeito dos perdas enormes que o fornecimento de carne sofre na situação e pede a S. Excia. que o traga, como contribuição, à Sociedade. Vem a propósito a sua referência da iniciativa, que considera arrojada, do Sr. Antônio Paciello, que como o seu Matadouro de Três Rios, está prestando um grande serviço ao Estado.

O Sr. Duvivier endossou as palavras do Sr. Belo, declarando que a perda pode ser contada à razão de 1 quilo de carne por hora de viagem do gado em pé, e que essa perda, em Minas, foi avaliada em mais de Cr$ 30 000 000,00 anualmente.

O Sr. Frederico G. Steinemann comunicou que acha que a iniciativa do Sr. Antônio Paciello não pode ser apenas circunscrita a esse aspecto, porque há outro, de grande importância, que cabe no seu empreendimento, a fabricação de adubos, para o que está pondo em execução instalações e aparelhamentos de grande monta. O Sr. Teixeira Leite louva, com entusiasmo a emprêsa, que promete visitar um dia.

O Sr. Artur Torres Filho designou os representantes da Companhia Centro Pastoril do Brasil, Companhia Fazendas Reunidas Normandia, Companhia Aliança Agrícola, Julião Nogueira & Irmãos e Granjas Reunidas Rio-Petrópolis, além do Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura como delegados da assembléia e da instituição, presentes, para assinarem o memorial a ser enviado ao Executivo Fluminense.

Em seguida, foram encerrados os trabalhos.

MOVIMENTO DA SECRETARIA DURANTE OS MESES DE MARÇO — JUNHO

Correspondência Recebida:

Telegramas	46
Ofícios	68
Cartas	52
Diversos	55
Total	221

Correspondência Expedida:

Telegramas	54
Ofícios	98
Cartas	26
Circulares	79
Total	257

Serviço de Fornecimentos: Distribuição gratuita de Sementes de Mucuna Preta e "Aloy". Foram atendidas as seguintes pessoas: — Sr. Alcy Ferreira, Est. Rio — Sr. Emanuel Altberg, Est. Rio — Coop. Agro Pecuária de Quotis Ltda., Est. Rio — Grupo Escolar "D. Pedro II", Minas — Sr. Ronaldo R. Fith, S. Paulo — Ctão. David Tropowsky Toulois, Sta. Catarina — Sr. George Proter, D. F. — Sr. Mauro Rodrigues Nogueira, D. F. — Prof. Augusto Goulart — G. Fraga, D. F. — Sr. Artur de Moura, D. F. — Sr. Fernando Laureiro, D. F. — Sr. Tomáds Fernandes, Est. Rio — Sr. Delfino Marques Guimarães, Est. Rio.

Foram propostos e aceitos os seguintes sócios: — Dr. F. Luís Wist, Engº. e jornalista D. F. — Sr. Arnaldo Cyriaco de Oliveira Rocha, Carmo, Est. Rio — Profa. Julieta Capanema, D. F.

Novos Assinantes de "A Lavoura" — Sr. Ernesto Ruben de Oliveira, D. F. — Ctão. Wilson Rezende Nogueira, D. F. — Dep. Negreiros Falcão, D. F. — Dep. João Aguiar, D. F. — Almoxarifado Geral do Estado do Paraná — American In

ternational Associatin, D. F. — Associação Rural de Orleães, Sta. Catarina — Dr. Rui da Silveira Castro, Recife, Pernambuco — Sr. Waldir Gonçalves da Cunha, D. F. — Sr. Assaf Muci Doeir, Est. Rio — Escola Profissional Agrícola Mista "Cônego José Bento" — Tte. Otto de Faria, D. F. — Sr. Moario Fernando Figueira, Lisboa, Portugal — Guill van Den Bertwrgh C. V., Maasniel Raermond, Holanda — Lillo & Irmãos, S. Paulo — Mc Conn Erickson Corporation of Brasil, D. F. — Sr. Rafael Lumack do Monte, Recife, Pernambuco — Dr. Jaibas Peixoto, D. F. — Sr. Cláudio Feijó Campos, E. Rio.

OFERTAS DE LIVROS DIVERSOS A BIBLIOTECA

— Dr. Alvaro Ornelas de Sousa, Dir. da "Lavoura Arrozeira" do R. Grande do Sul; o livro "Recuperação das Terras pelas Adubação Verde".

Do Inst. do Açucar e do Álcool — "Relatório sôbre as Capitanias Conquistadas no Brasil pelos Holandêses (1639) — Suas condições econômicas e sociais por Adriaen von der Dussen — Tradução do Dr. José Antônio Gonçalves de Melo Neto.

Dr. Carlos Bastos Tigre, Assistente Técnico do Serv. Agro Industrial do Dep. Noc. Obras Contra as Sêcas, a Publicação N.° 147 Série I-A, "A Horticultura nos Bacias de Irregação dos Postos Agrícolas" Fortaleza, Ceará 1947.

Dr. Joaquim Bertino de Morais Carvalho, envia "Relação do Inst. de Óleos referente ao ano de 1947 apresentado ao Diretor do S. N. P. A.

Do Serv. de Informaçao Agrícola — Pomares 1948
da Vitória, Dr. Otto Lira Shrader — Horticultura, Serv. Inf. Agr. — As Brocas da Abrabeira, Dr. José Soares Brandão Filho. — O Percevejo rajado do Algodoeiro causador da redução das colheitas, H. F. G. Sauer — Espécies Hortículas, Dr. Itagiba Barçonte — Doenças da Batata, Dr. Josué A. Deslande — Doenças e Progas das Plantas de Horta, Dr. Constantino do Vale Rêgo, Dr. Jarmirez Guimarães Gomes e Dr. Galdino Brandão Alvim — Hortas para o Brasil, Dr. Renato de Sousa Aranha — Horta da Vitória, Trad. S. I. A. — Conservemos êste Solo, trad. S. I. A.

Dep. Fed. Louro Montenegro, "O Trigo e a Reforma Agrária".

Do Instituto Nacional do Pinho, "Programa de Ação e Orçamento para 1948" — Relatório Com. Bras. Amer. Educ. Popul. Rurais — "Aspects of Current American fareig Pallcy" "Business Problemas in Farming" — "Landscaping the Farmstead" — Lei Orgânica do Ensino Agrícola — "Unit Costsin a Selected Group of High-School Libraries" — Bol. do C. B. A. R. n.° 11, nov. — n.° 12, dez. 947 — Monthly Report vol. XXIII n.° 1 maio 948.

Do Dep. Agr. dos Estados Unidos: — Studies on the

OFERTAS

Do Dep. de Agricultura dos Est. Unidos — Studies on the origan of the icelandic Frola Rannokn á Vidnámspatli islencks sandfjar gegn Maedíveveikinni — Rannsokinir á Jurtajuskdomm — Leaflet n.° 119, 123, 623 — Farmaers Bull. n.° 776, 1.378, 1.442, 1.663, 1.751 1.891, 1.897, 1.881, 1.906, 1.984, 1.994 — Circular n.° 376, 761, 771 — Tecnical Bull n.° 938, 952, P 86 de 1948, P 87 de 1948 — Report of the Solictor 1947 — Report of the administrator of agr. Research 1947 — Life Insurance for Form Families n.° 621.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Bol. Ass. Com. do Amazonas — Ano VII, n.° 78 jan, 79 fev., de 1948.

Bol. do Leite, D. F. — Ano I, n.° 9, 10, 11, de 1948.

Bol. Técnico do Inst. Agronômico R. Grande do Sul — n.° 2 dez. 1947.

Bol. Informativo do Ass. Com. Agr. Barra Mansa — Ano IV, n.° 25, 27 de 1948.

Bol. Ass. Rural do Vale do R. Grande Barretos — n.° 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 37 de 1948.

Bol. Cons. Fed. Com. Ext. D. F. — Ano X, n.° 11, 12 de 1948.

Bol. do Ensino Agrícola, S. Paulo — Ano III, jan-fev-mar. de 1948.

Bol. F. A. R. E. S. P. — n.° 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41.

Bol. Ass. Rural de CafelXndia, S. Paulo — n.° 1 dez. 1947.

Bol. Soc. Coop. Ind. Pec. do Pará Ltda. — Ano XV, n.° 67, 68 de 1947.

Bol. Econômico do D. F. — Ano 1948.

Bol. Econômico do D. F. — Ano 1948.

Bol. Seção de Fomento no Est. Pará — Ano 5, jan-dez. de 1946.

Bol. Sup. das Serv. do Café, D. F. — Ano XXII, n.° 247, 248 e 249.

Bol. Min. da Trab. Ind. Com. — Ano XIII, out. 1946.

Bol. Informativo de Minas Gerais — Ano 948, n.° 1, 2 e 3.

Bol. Informativo do Clube de Engenharia, D. F. — Ano VI, n.° 35 de 1948.

Bol. Estat. do Inst. Bras. de Geogr., D. F. — n.° 20 out-dez.

Bol. Ind. Animal S. Paulo — Vol. 9 n.° ½ jan. 1947.

Bol. Estatisca do Inst. Nac. do Sal. D. F. — Ano V. n.° 47 e 55 1947.

Bol. Ass. Com. de Niterói — maio de 1948.

Bol. Rev. O Campo, D. F. — Ano 19, n.° 217, 218, 219 e 220 de 1948.

Bol. Rev. Lavoura Arrozeira, R. Gr. Sul — Ano II, n.° 11, 12, 13, 14 e 15 de 1948.

Bol. Agronômica R. Gr. Sul — Ano XI n.° 130, 131 e 132 nov-dez. 1947 — n.° 133, 134 e 135 de 1947.

Bol. Cooperativismo, D. F. — Ano II, n.° 16, 18, 20 e 22.

Bol. Bragantia, S. Paulo — vol. VI, n.° 12 de 1946 vol. VII, n.° 1, 2, 3, 4 e 5 de 1947.

Bol. Ceres, Minas — vol. VII, n.° 40 jan-dez. de 1947.

Bol. Cooperação Ceará — Ano VI, vol. XII, n.° 66 e 67 de 1948.

Bol. Agric. e Pecuária, D. F. — Ano XIX, n.° 299 e 300 de 1948.

Bol. Bras. de Economia, D. F. — Ano 2, n.° 1 de 1948.

Bol. Soc. Rural Brasileira, S. Paulo — Ano XXVIII, n.° 130 e 131 de 1948.

Bol. Chácaras e Quintais, S. Paulo — Ano 39, vol. 77, n.° 1, 2, 3, 4, 5 e 6 de 1948.

Bol. Agrícola, S. Paulo — vol. 24, n.° 3 e 4, 1, 2.

Bol Bras de Panificaçao, D F. — Ano XIII, n.º 150, 151, 152 e 153 de 1948

Bol A Granja, R Gr Sul — Ano 3, n.º 29, 30, 31 e 32 de 1948

Bol Clube de Engenharia, D F — vol. XVIII, n.º 137, 138, 139 140 e 141.

Bol Liga Com. R Janeiro, D F — Ano XII, n.º 171, 172, 173 e 174.

Memórias do Inst Osvaldo Cruz, Tomo 45, fasc. 2, Ano 1947.

Anuário Est. da Prefeitura D. F — Ano 1947.

New Orleans Port Record — fev. 1948, março 1948

Experiment Station Record, U S A — vol. 95, jun-dez. 1946.

Bol. del Consarcio de Centros Agrícolos Monabi, Equodor — Ano X, n.º 52, de 1947, — 53 de 1948.

Agronomia Lusitana, Portugal — vol. 7 n.º 3 de 1945.

Ganaderia, Lima — Ano 1, n.º 3.

Research Bull., Ames Iowa — n.º 350, 351, 353 e 354 de 1947.

La Technique Africole Internotionale, Suissa — Ano XVII, n.º 1 de 1947.

Foam Science, Iowa — vol. 2, n.º 8 e 9 de 1948.

Bol. del Onst Nac. Investigaciones Agronômicas, Madrid — n.º 17 dez. de 1947.

L'Unesco, Paris — vol. 2, n.º 1, 2, 3, 4 e 5, de 1948.

Carta Quincenal, Valparaiso — n.º 56, 57, 58, 59, 60, 61 e 62.

Neighbrs, U. S. A. — vol. 4, n.º 1 de 1948.

Gazeta das Aldeias, Lisboa — N.º 2.128 de 1948.

Britis Science News, U. S. A. — vol. 1, n.º 4, de 947, n.º 5, 6 e 7 de 1948.

Bol. Informaciones Agropecuárias, Chile — n.º 66, 67, 68 e 69

Rev Ass Rural del Uruguay, Montevideu — Ano LXXV, n.º 12 dez. 1947, n.º 1, 2e 3 de 1948.

Rev de la Federacion Rural, Montevideu — Ano 10, n.º 29 de 1947

Rev de la Bolsa de Com, Montevideu — Ano 1, n.º 3, 4 e 5, de 1948.

Ingenerio Agronômico, Argentino, Tomo 9, n.º 1, 2, de 1948.

Bol Americana, U. S A. — Ano XII, n.º 594, 595, 596, 597 e 598 de 1948.

Science News Letter, U. S A — vol. 53, n.º 13, 14, 15 e 16 de 1948.

Foreign Agricultures, U. S. A — vol. XII, n.º 1, 2 e 3 de 1948.

Knon Your Watersheds, n.º 67.

Agriculturo Tecnico, Santiago — Ano VII, n.º 2 dez 1947

Informaciones Argentinas, n.º 10 e 11, de 1947

Report of the Third Session of Conference 947 U S A

Britain To Day, n.º 141, 142, 143, 144, 145 e 146

Revue Internationale du Travail — vol LXII, n.º 5 e 6 nov dez de 1947, n.º 1 e 2 jan vef 1948

Bol Informativo, Rep Dominicano — Ano V, n.º 10 e 11, 12 e 13, de 1947 — n.º 15 de 1948

Preservation of Grains in Storage — F A O F A O N.º 6 maio 1948

Agricultura, Rep. Dominicana — Vol XXXIX, n.º 177 mar-abr. 1948

Gazette — vol. XLVIII, n.º 2.474

Camara Oficial Com. Agr Ind Sto Domingo — Rep. Dominicana.

The Journal — vol. 137, n.º 1 maio 1948.

New Orlans Port Record — maio-abril 1948.

Producion, Venezuela — n.º 40.

El Exportador Americano, vol 142, nôq 4 abril 1948.

Granadeirra, Peru, n.º 4 março de 1948

Coates's Herd Book — vol. 92, dez. 1945 1946)

Catalogue Botany — n.º 166 — 173.

Biennial Report — 1944 — 1946.

Foods used by Filipinos

Through Research to Better Farnning, Virginia — n.º 330 jun. 947.

(Deport de Agr. dos Est Unidos: — Franmers Bull. n.º 776, 1 043, 1.060, 1 624, 1 646, 1 881, 1.934, 1 989, 1 993, 1 674

Tecnical Bull. 865.

Circular 769, 780, 757 e 25.

Leaflet, 160, 1 679.

Bull of the Canegre Inst. of Tecnology, n 1, series 42 de 1946.

MiscelXnias, n.º 225.

Journal of Agr Research, vol. 76, n.º 3, 4 de 1946.

Bull. Univ. Howan, n.º 7 de 1948.

Do Cons. Intº. de Com. e Prod. — "Cubs y el Plan Marshall do Dr. Julian Alienes

Colombia, y el Plan Marchall por Dr. Leonel Torres G. H.

Bolivia y el Plan Morshall por Dr. Alfredo Oporto Crespo.

La Argentina y el Plan Marshall por Dr Jesus Prado Arrorte e Abrahon Sheps.

Falecimento: — Sr Eduardo de Miranda Rheingontz socio efetivo n.º 3.975 proposto por Dr Miguel Calmon Du Pin e Almeira em 20-6-16.

Escola de Horticultura "Wencesláo Belo"

1.ª Semana de Hortelão

5 a 10 de Julho de 1918

Realizada por iniciativa e sob a orientação da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA e da FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS com a colaboração do SERVIÇO DE INGORMAÇÃO AGRICOLA.

GENERALIDADES

Inicio da Semana — Segunda-feira, 5 de Julho de 1918.
Fim da Semana — Sábado, 10 de Julho de 1918.
Regime — Internato e Externato, gratuitos.
Internato — Capacidade limitada a 25 homens.
Externato — Númeero ilimitado de pessoas.
Inscrição — Até 30 de Julho mediante pedido em carta ao Diretor da Escola.
Endereço — Tôda correspondência postal ou telegráfica deve ser endereçada para a sède do estabelecimento: Caminho Marin Augú 180 — Penha-Rio de Janeiro.
Acesso à Escola — Automóveis e ônibus 38 e 98 pela Avenida Brasil. De trem da E. F. Leopoldina, bond Penha e ônibus 36 e 37 acesso a pé pelas ruas *Itau-Costa Rica*.
Telefone — 30-11-33.

REGIMENTO INTERNO

As pessoas que ficarem sob o regime de internato obedecerão às normas seguidas pelos alunos internos da Escola:

a) levantar-se e recolher-se às 6 e 22 horas, respectivamente;

b) fazer as refeições no horário: — café 6,30 — almôço 11 — merenda 11½ e jantar 18 horas;

c) freqüentar, dentro do horário, as aulas;

d) não pertubar a disciplina;

e) manter estreitas relações de cordialidade e de cooperação.

As pessoas que ficarem sob o regime de externato ficam obrigadas às mesmas normas de disciplina cordialdade e cooperação.

PROGRAMA

Professor ANTÔNIO DE ARRUDA CAMARA — Adubação orgânica, Estrumeiras, Água, Rega, Irrigação, Higiene das hortas.

Professor GERALDO GOULART DA SILVEIRA — Culturas especializadas de hortaliças: — alface, cenoura, chicórea, couve, repolho, nabo, rabanete, beringela, pimentão, tomate, ervilha, etc.

Professor SERAFL MAGALHÃES DA SILVA — Preparo do terreno para a instalação de hortas. Trabalhos com arados de disco e de aiveca (tração animal) e com arado de aiveca (manual) — Trabalhos com grades de disco e de dentes (tração animal) — Escarificadores e capinadeiras manuais — Preparo do solo com trator horticola — Trabalho de ceifa com o trator hortícola. Demonstrações.

Professor J. M. BARTHOLO — Localização da horta — Divisão do terreno em lotes ou em quadras — Taboleiros — Alinhamento — Curvas de nivel.

Professor PEDRO GOULART DA SILVEIRA FILHO — Contabilidade e noções de economia horticolas.

Assistente ANDRÉ DA SILVA NETO — Defesa sanitária das hortas — Preparo e utilização de inseticidas e fungicidas — Trabalhos com pulverizadores e polvilhadores — Desinfeção de sementes — Combate a formigas e cupins.

Assitente ROMEU RAMPAZZO — Sementeiras e repicagens.

Assistente *Agricola* CASTELO BORGES — Adubos e adubação química.

Assistente SEVERINO GONÇALVES CAMARA — Caracteristicos, emprêgo e conservação das ferramentas e utensilios horticolas.

PALESTRAS

Durante a Semana, precedendo a Sessão Cinematrográfica do Serviço de Informação Agricola, serão realizadas as seguintes:

Segunda-feira — 5-7-48 — Considerações sôbre os mercados para os produtos horticolas — Prof. Antônio de Arruda Câmara.

Terça-feira — 6-7-48 — Considerações sôbre a industrialização dos produtos horticolas. — Prof. Subael Magalhães da Silva.

Quarta-feira — 7-7-48 — Considerações sôbre a instrução e ensino horticolas. — Prof. Geraldo Goulart da Silveira.

Sexta-feira — 9-7-48 — Considerações sôbre a organização cooperativista dos horticultores — Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho.

Nas palestras, que não se revestirão do caráter de conferência e terão feição objetiva e prática, procurar-se-á interessar os alunos no debate da matéria em estudo.

CONVIDADO DO DIA

Durante as refeições especialistas para esse fim convidados orientarão a conversa versando assunto de interesse técnico ou, apenas, cultural. Entre os prestimosos amigos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" já inscritos na lista dos *convidados do dia* figuram o Prof. Frederico Murtinho Braga, o técnico de educação rural J. Pinto de Lima, o agronomo economista Alberto Ravache, os engenheiros agronomos Guaracy Cabral Lavor e João Gonçalves de Souza, o escritor Enrico Santos e o redator da "A LAVOURA" Luiz Marques Poliano.

SESSÕES CINEMATOGRÁFICAS

As sessões cinematográficas obedecerão aos programas organizados pelo Serviço de Informação Agricola que se esforçará para, reunindo o útil ao agradável, apresentar filmes de interêsse técnico e cultural.

CLUB AGRICOLA "MIGUEL CALMON"

Os diretores e comissões de associados do C. A. Miguel Calmon ficam à disposição dos "SEMANISTAS" e, em dia da SEMANA DO HORTELÃO esperam receber a visita do Chefe da Seção dos Clubs Agricolas homenageando nessa oportunidade o Serviço de Informação Agricola.

VISITAS

Quinta feira — 8-7-48 — visita à Sociedade Nacional de Agricultura durante a reunião semanal da Diretoria.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Sabado — 10-7-48 — às 20 horas sessão solene de encerramento.

HORÁRIO DAS AULAS

Segunda-feira — 7,00 — 8,30 — Professor Subael Magalhães da Silva — 8,40 — 10,10 — Professor Subael Magalhães da Silva — 12,00 — 13,30 — Assistente Romen Rampazzo — 14,30 — 16,00 — Professor Arruda Camara — 16,10 — 17,40 — Professor Geraldo Goulart da Silveira.

Terça-feira — 7,00-8,30 — Professor J. M. Bartholo — 8,40-10,10 — Assistente Severino Gonçalves Camara — 12,00-13,30 — Assistente Romen Rampazzo — 14,30-16,00 — Professor Pedro Goulart da Silveira Filho — 16,10-17,40 — Professor Geraldo Goulart da Silveira.

Quarta feira — 7,00-8,30 — Professor Arruda Camara — 8,40-10,10 — Assistente André da Silva Neto — 12,00-13,30 — Assitente Romen Rampazzo — 14,30-16,00 — Professor Subael Magalhães da Silva — 16,10-17,40 — Assistente Agricola Castello Borges.

Quinta-feira — 7,00-8,30 — Professor J. M. Barthola — 8,40-10,10 — Assistente Severino Gonçalves Camata.

Sexta-feira — 7,00-8,30 — Professor J. M. Bartholo — 8,40-10,10 — Assistente André da Silva Neto — 12,00-13,30 — Professor Arruda Camara — 14,30 — 16,00 — Profesor Pedro Goulart da Silveira Filho — 16,10-17,40 — Professor Geraldo Goulart da Silveira.

Sabado — 7,00-8,30 — Professor Arruda Camara — 8,10-10,10 — Professor J. M. Bartholo — 12,00-13,30 — Assistente Agricola Castelo Borges — 14,30-16,00 — Assistente André da Silva Neto — 15,10-17,10 — Professor Geraldo Goulart da Silveira.

BEM-ESTAR DOS SEMANISTAS

O bem estar dos "SEMANISTAS" constitui objeto de natural preocupação. Todos os Professores, serventuários e alunos de Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" procurarão, com o maior empenho, assegurá-lo. O horticultor Adriano Dantas, administrador e chefe dos trabalhos práticos, auxiliado pelos Senhores Henrique da Silva Neto, Mario Adilio e Aluizio Fonseca, este presidente do Club Agricola "Miguel Calmon" constituem a COMISSÃO DE BEM-ESTAR.

OBSERVAÇÕES

Às pessoas que acompanharam com interêsse e regularidade todos os trabalhos da 1.ª SEMANA DO HORTELÃO será fornecido um CERTIFICADO DE FREQUÊNCIA.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA VEM DEFENDENDO, HÁ MAIS DE 50 ANOS, OS INTERESSES DOS LAVRADORES E DOS CRIADORES DO BRASIL. "A LAVOURA" SUA REVISTA, É ENVIADA, GRATUITAMENTE, A TODOS OS ASSOCIADOS.

Cooperativas de Trabalho

FÁBIO LUZ FILHO

A lei 22.239, que disciplina a organização das cooperativas, definiu muito bem as cooperativas de trabalho: "*São cooperativas do trabalho aquelas que, constituídas entre operários de uma determinada profissão ou ofício, ou de ofícios vários de uma mesma classe, têm como finalidade primordial melhorar os salários e as condições do trabalho pessoal de seu associados e, dispensando a intervenção de um patrão ou empresário, se propõem contratar obras, tarefas, trabalhos ou serviços, públicos ou particulares, coletivamente por todos ou por grupos de alguns*".

Vejamos a definição de uma das últimas e melhores leis promulgadas na América do Sul sôbre cooperativas, a da Venezuela, que teve a valiosa colaboração de *Fabra Ribas* (julho de 1942)

"Son sociedades cooperativas de produtores aquellas cuyos miembros se associan con el objeto de trabajar en comun en la producción de mercancias e en la prestácion de servicios al público".

Além disso, temos a definição que dá de *trabalhador* a legislação trabalhista brasileira, donde admirar que pessoas cultas tendem fundar cooperativas de trabalho manual (até de trabalhos domésticos...) incluindo no quadro de seus associados até sacerdotes e advogados, num mistifório estonteante, e numa candura que estarrece.

Em "*teoria e prática das sociedades cooperativas*" defini êsse tipo de cooperativa em suas características doutrinárias e técnicas.

É analògicamente admissível que advogados, contadores, etc., fundem suas coòperativas profissionais, ou os sacerdotes, se tiverem profissão pròpriamente dita (agricultores, advogados etc.); mas, nunca na qualidade de prelados, o que não é profissão. Simplesmente como sacerdotes ou advogados ingressarem em cooperativas operárias ou de artesanato como associados, não é possível.

Operário é o que trabalha em uma arte ou ofício. A prelazia é sacerdócio puro e simples que não profissão ou ofício. As cooperativas do art. 24 da lei são tìpicamente profissionais. Ademais, poderia eu derrubar verdadeira avalanche de tratadistas e leis de numerosos países em que se dá a definição do que seja *cooperativa de trabalho*.

O advogado tem uma profissão liberal.

Do ponto de vista econômico, é absolutamente destituída de fundamento qualquer argumentação em relação aos sacerdotes, sem nenhum menosprêzo às suas altas e belas funções espirituais e ao seu nobre missionar, e aos inestimáveis serviços prestados, com desprendimento, ao progresso cultural da humanidade. Relembro sempre com emoção e gratidão os meus tempos do glorioso Ginásio de S. Bento, do Rio de Janeiro, em que o ensino era absolutamente gratuito e os professôres eram *Carlos Lacl, Fausto Barreto, Mário Barreto, Rozendo de Oliveira, general Arêas*, etc. Em "Rumo à Terra" digo como me sensibilizaram os quadros coloniais do Rio Grande do Sul que tinha por centro as igrejinhas alvinitentes no fundo verde da mataria, e as legendas místicas embutidas, com inapagável fé, nos braços rijos das cruzes de madeira longamente abertos para amplexos de misericórdia e perdão nos pátios desas igrejinhas brancas. ..O Sermão da Montanha... A referência evangélica a que aludia ilustre amigo e brilhante causídico é puramente metafórica e encontradiça até nos léxicos, que dizem que *obreiros evangélicos* são os missionários, ministros de religião "que propagam a sua doutrina. Vazia, pois, de qualquer sentido científico. *Econômicamente* (que é o ângulo que nos interessa), *trabalho é o exercício das faculdades humanas dirigidas diretamente à produção da riqueza*, o que implica o exercício das faculdades humanas, *orgânicas, intelectuais e morais. O exercício de atividades humanas que não vise à produção*

de riqueza (pesquisas filosóficas, exercício do culto religioso, perfeição ética, exercício do magistério, etc.), *não é considerado trabalho* econòmicamente falando, frisa-o ainda *Tomoto*.

O ensino da matemática, por exemplo, não é considerado trabalho, ao passo que o engenheiro que aplica seus conhecimentos numa fábrica é um trabalhador, como o médico, notadamente o sanitarista que, precatando a saúde do homem, vitaliza-o como valor econômico. O mesmo quanto ao agrônomo nos campos, nos laboratórios, nas pesquisas econômicas, etc.

Trabalho é a atividade que se encaminha em uma série regular de operações. O encontro fortuito de um diamante não é trabalho, de vez que não cristaliza as faculdades acima enumeradas. *Trabalho é o esfôrço aplicado à produção com um fim explícito. "Trabalho é o esfôrço dobrado dirigido e acompanhado pelo pensamento e pelo querer"*.

J. B. Soy definia o trabalho como sendo a ação continuada mediante a qual executamos operações de indústria, ou sòmente uma parte dessas operações. *Jules Simon* acrescenta-lhe o elemento subjetivo. Para êle o trabalho tem necessàriamente por fim um resultado útil, isto é, a produção de uma riqueza, considerando riqueza tudo aquilo que pode servir para o melhoramento das condições de vida.

Cossa diz que "il lavoro è l'applicazione della forze umane alla produzione. Esso non è per l'uomo uno *scopo* ma un *mezzo* necessario por pro cacciargli la maggior parte della ricchezze che gli absognano". Há o trabalho *tècnicamente produtivo* e o *econòmicamente produtivo*.

Daí os dois polos econômicos, dentro dos quadros da economia mercantilista vigente: o *entrepreneur, imprenditore* ou *empresário*, e *operário*, isto é, a inteligência diretora e ordenadora e o elemento executivo, o trabalhador. Assim está colocada tôda a legislação trabalhista do mundo, excluida a Rússia, com seu regime de capitalismo de Estado, que, ao invés de abolir o salariato, como o acentuou *Heriot*, o generalizou.

Em face de exposto linhas acima, não vejo como assimilar sacerdotes e advogados a trabalhadores. Aí esta a natureza especialíssima das cooperativas de trabalho e o seu conceito doutrinário.

Esta parlenda não envolve atitude negativista ou intenção de obscurecer o valor e o alcance da árdua tarefa de catequese econômica e moral, pela palavra escrita e falada, de elementos católicos ou protestantes e de brilhantes representantes das profissões liberais. Entre tantos, aí estão Wollemborg e Raiffeisen, Schulze e Luzzatti, as altas realizações de Boerenbond belga, e, no Brasil, a magnífica e fecunda atuação do padre *Amstadt* no Rio Grande do Sul desde 1902, quando fundou a primeira caixa rural tipo Raiffeisen (êste era protestante). É a plêiade que tem a sua frente *Gide*...

"SOCIEDADE AGRICOLA DE PELOTAS"

Exposições Rurais pela mesma realizadas em Pelotas, desde a sua fundação

1.ª	Exposição	Rural,	inaugurada	a	21 de abril de 1899
2.ª	"	"	"	"	21 de fevereiro de 1900
3.ª	"	"	"	"	20 de abril de 1902
4.ª	"	"	"	"	23 de abril de 1905
5.ª	"	"	"	"	3 de maio de 1907
6.ª	"	"	"	"	13 de novembro de 1910
7.ª	"	"	"	"	21 de abril de 1917
8.ª	"	"	"	"	3 de maio de 1913
9.ª	"	"	"	"	18 de outubro de 1919
10.ª	"	"	"	"	13 de maio de 1926
11.ª	"	"	"	"	26 de novembro de 1927
12.ª	"	"	"	"	15 de dezembro de 1928
13.ª	"	"	"	"	15 de dezembro de 1928
14.ª	"	"	"	"	15 de novembro de 1932
15.ª	"	"	"	"	13 de novembro de 1933
16.ª	"	"	"	"	30 de novembro de 1934
17.ª	"	"	"	"	26 de novembro de 1938
18.ª	"	"	"	"	1 de dezembro de 1939
19.ª	"	"	"	"	30 de novembro de 1940
20.ª	"	"	"	"	29 de novembro de 1941
21.ª	"	"	"	"	21 de novembro de 1942
22.ª	"	"	"	"	25 de novembro de 1944
23.ª	"	"	"	"	3 de outubro de 1945
24.ª	"	"	"	"	15 de novembro de 1946
25.ª	"	"	"	"	29 de novembro de 1947
26.ª	"	"	"	"	25 de setembro de 1948

HOMENAGEM E COOPERAÇÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, ÀS COMEMORAÇÕES DO 50º ANIVERSÁRIO DA SOCIEDADE AGRICOLA DE PELOTAS

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



ANO LII

RIO DE JANEIRO — BRASIL
SETEMBRO-OUTUBRO DE 1948



O caprino no Nordeste. Abrigo Mixto, na Fazenda Esfomeada, propriedade do Sr. José Borges

SUMARIO

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

Reconhecida de utilidade pública pela lei n.º 3.549, de 18 de Outubro de 1918

Presidente Perpétuo: Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida

Presidente Benemérito: Dr. Wenceslão Braz Pereira Gomes

Presidente de Honra: Dr. Getúlio Dornelles Vargas



DIRETORIA GERAL

Presidente	— Arthur Torres Filho
1.º Vice-Presidente	— Luiz Simões Lopes
2.º " "	— Edgard Teixeira Leite
3.º " "	— A. de Arruda Camara
1.º Secretário	— F. Murtinho Braga
2.º "	— Adamastor Lima
3.º "	— Eurico Santos
4.º "	— Cinéas de L. Guimarães
1.º Tesoureiro	— Kurt Repsold
2.º "	— Otto Frensel

DIRETORIA TÉCNICA

Altino de Azevedo Sodré
Antonio Francisco Magarinos Torres
Franklin de Almeida
Enio Luiz Leitão
Geraldo Goulart da Silveira
Iris Meinberg
João Mauricio de Medeiros
Joaquim Bertino de Morais Carvalho
Luiz de Oliveira Mendes
Pedro Fontes.



CONSELHO SUPERIOR

Alberto Ravache, Alvaro Simões Lopes, Anapio Gomes, Antonio Barreto, Antonio José Alves de Souza, Apolonio Sales, Bathino de Souza Mascarenhas, Ben-Hur Ferreira Raposo, Benjamin do Monte, Carlos de Souza Duarte, Diogenes Caldas, Eduardo Duvivier, Euvaldo Lodi, Fabio Furtado Luz, Francisco Saturnino de Brito Filho, Guilherme Egberto Hermsdorff, Honório da Costa Monteiro Filho, Humberto Bruno, Ismael Cordovil, Israel Pinheiro da Silva, Itagiba Barçante, J. C. Belo Lisbôa, Jeronymo Antonio Coimbra, João Gonçalves de Souza, João Tjader, José Sampaio Fernandes, José Solano Carneiro da Cunha, Landulpho Alves de Almeida, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Manoel Neto Campelo Junior, Mario de Oliveira, Napoleão de Alencastro Guimarães, Ormeu Junqueira Botelho, Oscar Daudt Filho, Paulo Parreiras Horta, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Ruy Carneiro, Sebastião Herculano de Mattos, Sebastião Sant'Ana e Silva.



A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; **Comissão Permanente de Exposições e Feiras** (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — Agricultura — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — Pecuária — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; **Comissão de Organização Rural** (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Revisôra do Acôrdo Tarifaria** (Ministério do Exterior) — Dr. Antonio de Arruda Camara.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LII — Setembro-Outubro de 1948

AS CLASSES RURAIS

Daqui, destas colunas, dirigiremos mais um apelo aos homens que no Brasil vivem da lavoura, da pecuária, e das demais atividades que tiram diretamente do solo os produtos e as matérias primas — que sustentam as populações citadinas, alimentam a indústria na sua tarefa de transformação e valorização das utilidades, fornecendo em seguida ao comércio o material de sua atividade, qual a de distribuidor daquelas riquezas.

Talvez não seja mesmo um apelo: será mais uma advertência.

Dos 47 milhões de habitantes em que as estimativas oficiais cifram a população brasileira, 75%, ou seja mais de 30 milhões de pessoas, vivem diretamente no trabalho rural.

Até hoje tem sido a Agricultura a gata borralheira do trabalho nacional — desprezada, esquecida, e, o que é mais, impiedosamente esmagada pelas outras atividades, organizadas em quadros perfeitamente entrosados, conseguindo, à margem do trabalho rural, lucros fabulosos. Desses enormes proventos, hoje, numa pequena parte — manda a verdade que se diga — se beneficiam diversas classes de trabalhadores urbanos, através as obrigações impostas ao comércio e à indústria pela nossa legislação social.

Um exemplo bastaria para afiançar a afirmação: perguntemos ao industrial dos tecidos por quanto êle vende ao comércio atacadista um quilo de algodão em pano e, por outro lado, quanto teria pago ao lavrador pela matéria prima; em seguida, inquiríssemos do consumidor sôbre o quanto despendeu com o varejista pelo mesmo algodão industrializado. E assim, teríamos o quadro que, via de regra, aplicado a tôda produção agrícola industrializável, nos dá uma idéia da proporção verdadeiramente irrisória que fica para o lavrador.

Entretanto, para que um fardo de algodão chegue à fábrica de tecidos, que de agruras, de incertezas, prejuízos sofre o produtor? As pragas, as intempéries, a falta de crédito, a nossa incrível política fiscal, o transporte caro e falho, a deficiência da mão de obra, e quantos outros percalços que dia a dia se avolumam, sufocando a atividade rural em todos as suas manifestações?

É que a classe não se organizou ainda. Não existe, no país, a representação coesa, unânime, da atividade rigorosamente produtora do país. É uma lacuna que se deve menos aos esforços dos seus líderes — e até dos governos — do que aos próprios interessados, lavradores, criadores e profissionais das indústrias rurais, os quais não se teem empenhado a fundo pelo necessário evento, talvez por não terem alcançado ainda a sua grande urgência.

Cada município deveria ter a sua associação rural, viva e forte. Cada Estado, captando as aspirações da unidade federativa, a sua

Federação Rural, tôdas elas reunidas, em perfeita comunhão de ideias, na Confederação Rural Brasileira, agindo junto ao govêrno federal, com autoridade bastante para falar de igual para igual com a indústria e o comércio, sôbre as suas necesidades, seus problemas, e, mais do que tudo, para fazer valer os seus direitos como uma das fôrças vivas da Nação, afastando com sua presença os falsos líderes que em seu nome andam por aí a abusar da expressão classes produtoras.

Não nos move qualquer animosidade contra aquelas atividades, de resto tão necessárias e úteis à vida nacional quanto a Agricultura. Achamos, muito pelo contrário, que tôdas se completam, formam um todo, e uma depende da outra. O que não compreendemos, nem admitimos, é que uma prevaleça sôbre a outra. Os países, para serem econômicamente fortes, precisam dispor de uma indústria e de um comércio tambem fortes. Mas estas duas atividades, por sua vez, estão condicionadas a uma Agricultura não menos forte, que possa fornecer ao povo e às fábricas, em quantidade e qualidade necessárias, os alimentos e as matérias primas de que precisam. Há um escalonamento, uma gradação nessas três atividades econômicas, entrosadas e interdependentes. A hipertrofia de uma, e o enfraquecimento de outra, gera desequilíbrios, e sofre a economia nacional; desorganiza-se a produção, daí derivando fenômenos que se traduzem em crises de sub e superprodução, desaparecendo a relatividade que deve existir entre os preços de uma e das outras atividades, fazendo eclodir graves consequências no campo social.

A fuga dos campos para as cidades, ultimamente acentuada, reflete essa anomalia, existente na nossa economia. A visão de maiores salários, de melhores condições de existência, de mais conforto, de assistência social, de maiores possibilidades para a prole, trouxeram, e estão trazendo, numa verdadeira corrida, milhares e milhares de brasileiros que, de pronto, passaram de produtores a consumidores forçados. Aí surgiram as favelas, a carência de habitação e de alimentos — criando novos problemas para os governos, assim desviados de sua precípua finalidade, os quais os atacam como podem mas nem sempre com os resultados previstos, porque as causas aí continuam a solicitar providências de base, remédios que afinal são simples, e conhecidos de todos.

Nenhum brasileiro se sente bem com a preponderância, sobretudo no momento que corre, do comércio e da indústria sôbre a agricultura. Urge tirá-la dessa situação inferior a que tem sido relegada, por causas várias, acumuladas de longos anos, deixando-a como caudatária de suas irmãs mais ricas. E o primeiro passo no sentido desse novo 13 de maio será o fortalecimento da classe, pela sua organização. Pela sua organização imediata, não importando no momento saber qual o sistema mais aconselhável. O que é preciso é que haja um corpo representativo da atividade rural no Brasil, com raízes profundas, penetrando os distritos, os municípios, as regiões, os Estados — e cobrindo todo o Brasil.

Nenhuma guerra terá possibilidade de êxito sem soldados, mas êstes só poderão aspirar a vitórias se enquadrados em corpos perfeitamente estruturados e dirigidos.

Organizemos, pois, êsse Exército Salvador que está faltando no Brasil — a classe rural, para que ela, com a fôrça latente que tem dormido séculos, venha a ocupar o lugar que lhe cabe, e possa empenhar-se pela obtenção da igualdade a que tem direito no nosso cenário econômico.

Cada lavrador deverá procurar arregimentar-se, engrossar o corpo social da associação rural do seu município. Sem preocupações de

pequenas vantagens materiais, que estas, afinal, nunca poderão ser tantas e tão fartas que suplantem o que êle paga de mensalidade na Associação. Precisamos dizer ao lavrador e ao criador que a principal vantagem de uma Associação é representada pelos benefícios de ordem geral que ela possa conseguir para a coletividade. Tanto maiores serão essas vantagens quanto maior fôr o seu corpo social, isto é, maior número de lavradores de uma determinada zona abrigar em seu seio.

Cinco ou dez cruzeiros para um lavrador não é muito. Mas representam os grãos de uma escala da fôrça rural local, capaz de modificar conceitos, opiniões, e evitar decisões contrárias ao interêsse de todos e de cada um.

Daqui destas colunas advertimos aos homens do campo do Brasil:

É preciso que cada um assuma a atitude de inscrever-se na sua Associação Rural Municipal; imbuir-se de espírito associativo, de classe, para fazer frente aos graves problemas que afligem a lavoura. Isoladamente, nenhum fazendeiro representa fôrça capaz de contrariar interêsses que lhe são prejudiciais; reunidos, porém, em uma associação forte e representativa, a sua voz será ouvida e respeitada.

Mas não basta inscrever-se; é necessário que assista às reuniões debata os assuntos, colabore na administração; que persista, que teime, tudo fazendo para que a Associação seja um órgão vivo, ativo, diligente e eficaz.

Se assim acontecesse, em pouco tempo o cenário econômico do Brasil se transmudaria, para benefício de todos e para o maior progresso e felicidade da Nação.

A Questão Agrária Brasileira

PROF. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Sem nos filiarmos aos exageros da antiga teoria dos fisiocratas de que a terra constitui o único agente de formação da riqueza, somos levados, nos dias que correm, a considerar a posse e a distribuição da terra, ou melhor, o regime agrário acomodado às condições de cada povo, como condição essencial ao progresso agricola e ao bem estar das nações.

"L'Empire romain tombe, disparait. Les invasions barbares detruisent les fruits d'une longue et féconde civilization fondée sur le respect du Droit et basée sur la recherche incessante de la solution des problémes agricoles. Aussi peut-on dire de tout temps que la sécurité, la liberté et le progrés des peuples son fonction du developpement du progrés agricole". (Luiz Dop)

Teorias econômicas antigas reconheciam a existência de um direito de comunidade sôbre a terra e é conhecida a apóstrofe de Proudhon. É conhecida também a teoria de Ricardo, de que foi o precursor, considerando a *renda do solo* como a renda por excelência, ganha sem trabalho e, por isso, ilegitima. Stuart Mill, considerava também a terra como "o patrimônio da humanidade inteira".

O principio de que a renda do solo é uma renda não ganha, um *unearned increment*, tem sido objeto de critica entre socialistas, etc. Êsse principio foi esposado também por Henri Georges e, no seu célebre livro *Progress and Poverty*, reconhecia "o direito igual que todos os homens têm sôbre a terra".

Se deixarmos de lado essa e outras teorias relacionadas com a *renda da terra*, cuja concepção tem de ser modificada à luz dos ensinamentos agronômicos e das condições da economia mundial, importará ter em conta a *posse da terra*, como base da segurança dos esforços e do bem-estar futuro do agricultor. Do que não se pode duvidar é da necesidade de radicar a população agricola ao solo, ou melhor, da adoção de uma *política rural* que seja capaz de permitir orientação segura no melhoramento e aperfeiçoamento da produção. Por êsse mesmo motivo, mediante estudos exatos, em todo o ciclo de seu melhoramento, somos adeptos de uma orientação capaz de imprimir novos destinos à exploração da terra entre nós.

Correntes de opinião bem definidas ainda não se formaram em nosso meio, de modo a saber-se até onde deverá chegar a ação do Estado. Em qualquer caso está-se impondo nova legislação rural, atendendo às condições econômicas e sociais peculiares às várias regiões do Brasil, impedindo seu entorpecimento econômico, já agora se agravando de forma alarmante.

"A renda do solo provém do trabalho social e o Estado tem o direito de tomá-la para atender aos fins da coletividade". (Juan B. Justo. "La cuestion agrária — Buenos Aires").

Não propendemos pela situação econômica da agricultura brasileira, sem estudos sociológicos apurados, em cada região agricola, segundo a escola georgista, a considerar o *impôsto único* sôbre a terra, como a base de tôda a reforma agrária, considerada essa renda como sujeita a apropriação pelo Estado. Uma legislação rural moderna, a nosso vêr, terá de considerar a ligação e a organização de todos os elementos da produção nas múltiplas regiões do país. Nessa diretriz é que teremos de traçar o programa de reforma rural para não agravarmos as condições agricolas brasileiras, já de si precárias.

A organização da produção rural estará sempre subordinada à vinculação do trabalho à terra e ao aproveitamento e formação do capital. As diversas nações, de acôrdo com as condições que lhe são próprias, seguindo etapas diferentes, adotam normas próprias a seguir no ciclo de melhoramento de sua economia rural.

Caracteriza-se o *regime agrário*, na atualidade, por facilidades concedidas ao agricultor para tornar-se proprietário facilitando-se-lhe capital e equipamento técnico. Assim se explicam as diretrizes que caracterizam o grande movimento legislativo contemporâneo em matéria de socialismo agrário.

Mas, de que valerá subdividir a terra sem proporcionar elementos materiais e crédito para cultivá-la? Daí o fato de se impor antecipadamente a instituição de crédito especial a juros módicos e prazos longos a serviço da agricultura — como um dos meios, juntamente com o código rural, para que se estabeleçam em bases seguras as fontes de riqueza agrícola.

* * *

Se o momento econômico e social se apresenta inçado de dificuldades e se nos são adversas, por muitos fatores, as condições brasileiras, dificultando orientação uniforme na legislação rural a adotarmos, precisaremos ir lançando, com segurança, os alicerces da obra meritória da transformação da vida social da população dos campos, congregando e organizando a grande classe rural, fundamento de qualquer reforma agrária.

Assunto de controvérsia mas, nem por isso, menos digno de consideração por parte dos estudiosos de economia rural, é o que se prende à *supeficie* e à *natureza* das explorações agrícolas. Haverá um critério uniforme a adotar-se nesses casos? Poder-se-à admitir uma dada área como ótima? Que gênero de exploração a preferir-se; a feita diretamente pelo proprietário da terra ou a do arrendamento? São essas questões verdadeiramente clássicas, bastante discutidas e no Brasil difíceis de solução como têm sido exposto pelos conhecedores de nossa economia rural. Parece-nos ser solução preferível aquela que se harmonize com as condições econômicas e sociais de cada região, isto é, dentro dos princípios hoje estabelecidos pela sociologia rural, podendo coexistir a *pequena e a grande exploração* com cultura direta pela agricultura ou pelo processo do arrendamento. A *grande cultura*, mediante emprêgo em larga escala da mecanização, apresenta-se a alguns economistas como forma sedutora na grande exploração rural em zonas de população pouco densa. Para proporcionar rendimento necessário, certas explorações exigem área suficiente e configuração adequada de solo.

O economista A. Young, por exemplo, é adepto da *grande cultura* imprimindo se às emprêsas agrícolas caráter coletivo, como acontece nas sociedades anônimas com a indústria.

A superioridade das grandes explorações está longe de aparecer na agricultura com a mesma evidência que na indústria e no comércio. Assim, o debate tradicional, entre os partidários da grande cultura, da pequena e da média propriedade rural, ainda não está terminado.

Os últimos, sobrepondo o problema da *propriedade* do solo ao de sua *exploração*, raciocinam como si, na pequena cultura, o explorador fôsse sempre o proprietário da terra que cultiva, e invocam a favor de sua tese considerações de ordem social de que não nos ocuparemos.

Trata-se, assim, duma questão puramente econômica, a de se saber si a produção poderá ser alcançada *com menos despesas* numa grande exploração agrícola do que numa pequena, os exploradores sendo supostamente da mesma educação rural. Esta questão é sòmente uma parte do problema econômico da pequena e da grande exploração rural.

As grandes emprêsas industriais tiram a amplidão de suas dimensões vantagens, meios de produção a preço baixo, mas a grande cultura está longe de alcançar os mesmos resultados.

Verdadeira cruzada, entretanto, tem sido empreendida em quasi tôdas as nações em pról das áreas reduzidas nas explorações rurais, principalmente nos países de forte densidade de população, só se empregando excepcionalmente a mão de obra assalariada. Essa tese está filiada à concepção da *pequena e média propriedade* com a exploração direta da terra pelo proprietário e sua família. *Proprıedade e exploração* seriam os dois têrmos do problema a se completarem e a serem estudadas em cada região.

Mas, são tão variadas as condições sociológicas e econômicas do meio rural em um país como o Brasil que se não pode adotar nenhum critério absolutista nessa diretriz. A aplicação a agricultura do regime das emprêsas industriais só em regiões muito especiais poderá ser aconselhada. Vemo-la seguida pelos países colonizadores ou em regiões novas e mal povoadas criando-se emprêsas de acentuado cunho industrial e comercial. Importa a orientação em perfeita racionalização, tal como sucede na indústria, dependendo muito da natureza das explorações e do estado social das populações agrícolas.

Isso quer dizer que regras absolutas não poderão ser estabelecidas para as dimensões das emprêsas agrícolas e, portanto, para a escolha entre a grande e a pequena propriedade.

É verdade que, no regime da pequena propriedade, torna-se possível recorrer ao cooperativismo, combatendo-se, ate certo ponto, a declarada inferioridade econômica da mesma.

Já é tempo de instituirmos segura orientação em *política agrária*, criando o verdadeiro crédito agrícola e moderna legislação rural, único meio de colocarmos o Brasil a coberto de graves acontecimentos econômicos-financeiros que se acentuam cada vez mais, podendo repercutir gravemente na ordem social e política.

* * *

Sem a fixação do homem ao solo, não pode haver organização da riqueza.

Grande mal tem residido no fato de não havermos criado o interêsse pelo trabalho da terra. Cumpre-nos deixar a política urbana, de simples fachada, (haja vista as terras entregues ao abandono em derredor dos maiores centros populosos do país) e enveredarmos por um programa construtor, de produção padronizada capaz de facilitar a defesa dos reais interêses dos que se dedicam à exploração da terra.

Os produtos naturais só podem adquirir valor depois de transformados e essa transformação exige técnica e, principalmente, recursos financeiros. Só mediante métodos modernos de produção, beneficiamento e padronização aplicados à agricultura, poderemos alcançar o desenvolvimento das fontes de produção em bases estáveis e não em bases transitórias como até aqui.

A colonização rural, com todo seu ciclo de melhoramentos, representa, tanto para as nações novas, como para as velhas, a fórmula política mais grave e salvadora da atualidade. De que valerão terras em abundância sem saber explorá-las para o bem-estar e a defesa econômica do país? A vida da nação tem de gravitar em derredor do campo e não da cidade, como temos procurado fazer.

Nenhum país pode fugir às contingências do momento social que atravessamos. A organização rural no Brasil repousa em bases instáveis dando provas graves de decadência, exigindo normas para o próprio abastecimento do mercado interno e sem poder enfrentar a concorrência externa. Acentua-se dia a dia a fuga do interior com o abandono das terras cançadas. A diversidade dos fatores naturais, econômicos e financeiros exige o exame particularizado de cada zona ou região para os planos de reerguimento econômico.

Novos estudos de solo para restaurar sua fertilidade não os possuimos senão em escala limitadíssima para orientar os técnicos e sua ausência quasi absoluta para os agricultores. Se assim é, como empreendermos o loteamento em bases rígidas em todo país?

Disse-o Fernando Costa, cujo nome sempre evoco com saudade, dirigindo-se aos agricultores paulistas que havia passado naquele prospero Estado (e é o de melhor aparelhamento técnico do Brasil) o ciclo das terras virgens, naturalmente ricas em humus, fosforo e calcio. Era chegado o momento da agricultura racional com a recuperação de *terras cançadas*, sem o que teria de retroceder nossa civilização.

Dentro desse mesmo pensamento, o ilustre Ministro Daniel de Carvalho, na abertura dos cursos deste ano da Universidade Rural, assim se expressava, com muita justeza diante da queda de rendimento por hectare de nossas culturas, sintoma de extrema gravidade para o futuro do país: "o processo histórico-econômico da prática da agricultura errante, desenidada e primitiva, já atingiu seu climax no Brasil, pois seus efei-

tos maléficos, em nosso país, se fazem sentir desde o descobrimento".

Tudo está a indicar que o esfôrço produtivo para ser cousante exige a *planificação*, e que só o estudo cuidadoso das regiões submetidas à exploração do homem pode fornecer a necessária orientação.

A fragmentação da propriedade territorial dependerá do estudo das condições econômicas e sociais, não poderá obedecer a um mesmo critério em todo o país.

A admirável economia riograndense do sul, baseada na colonização, tornou aquêle Estado um dos celeiros mais seguros do país; as transformações que se processam em S. Paulo, depois da crise em 1939, com a divisão dos latifúndios, fez elevar enormemente o número de propriedades criando a policultura, essas, além de outras, são demonstrações evidentes de que carecemos instituir a *política agrícola nacional*. As dificuldades a vencer não serão sempre as mesmas e nem as diretrizes a seguir poderão obedecer a um só critério. O aproveitamento da Baixada Fluminense exigirá métodos bem diversos dos a serem empregados no Nordeste ou no Norte.

Segundo o anuário estatístico de 1940 o Brasil possui 1.901.589 estabelecimentos rurais sendo 19,70% com a área de 1 a 5 hectares, 12,61% de 5 a 10 hectares, 16,57% de 10 a 20 hectares, 23,89% de 20 a 50 e 6,34% de 200 a 1.000 hectares. Em alguns Estados, como S. Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, a subdivisão está se processando aceleradamente, ainda mesmo sem uma política colonizadora, baseada no critério agrícola. Nos têrmos da mensagem apresentada ao Congresso em 1947 pelo Exmº Sr. Presidente da República, cogita o Govêrno de melhorar a situação das populações do interior mediante legislação que facilite o acesso à terra, sem se tratar da socialização do solo, e dentro dos preceitos constitucionais.

É de esperar, portanto, que tôdas as facilidades dos govêrnos federal, estaduais e municipais sejam proporcionadas a quantos queiram se dedicar à vida rural, seguindo-se assim uma política econômica de aproveitamento da terra.

Êsse será o verdadeiro caminho de salvação nacional.

Pode-se dizer que apenas, em diminutas faixas do território nacional, a exploração agrícola logrou assumir algum aspecto de estabilidade, por falta de organização técnica e econômica.

Não temos ainda, em contornos definidos, programa capaz de realizar os salutares preceitos contidos na Constituição de 1946.

Necessitamos, com tôda a evidência, levar o bem-estar às populações do campo, porque, sem o concurso delas, não lograremos firmar, em bases seguras, o enriquecimento e o bem-estar nacional.

O Que Se Lê e Ouve na Bacia do São Francisco (*)

Antônio da Arruda Câmara
Vice presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

— *Imprensa* —

A população dos municípios banhados pelo Rio São Francisco, seus afluentes e sub-afluentes, apesar da fôrça de penetração da imprensa diária do Rio de Janeiro, de São Paulo, Recife e Salvador, já concorre para manter apreciável número de jornais, em Belo Horizonte, a encantadora capital mineira, e em outras cidades de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Sergipe, compreendidas na Bacia do Rio São Francisco.

Os jornais do Rio de Janeiro contam elevado número de assistentes na parte mineira da grande bacia e são lidos, também, nas cidades marginais compreendidas entre Pirapora e Joazeiro. Os paulistas alcançam as zonas do sul, notadamente os municípios do oeste mineiro. Os diários da cidade do Salvador circulam no longo trecho da bacia compreendido no território baiano e, alcançam, muitas vêzes, em concorrência com os de Aracajú e Maceió, as zonas do litoral e mata no Baixo S. Francisco. E os de Recife têm larga circulação nas do agreste e sertão não sendo raro encontrá-los nas do Baixo e do Médio São Francisco.

Dos jornais da Bacia do Rio São Francisco têm larga influência fora das zonas franciscanas os diários de Belo Horizonte que circulam em todo o Estado de Minas Gerais. Os demais têm no geral, acentuada influência no próprio município e, alguns dêles, também, nos municípios visinhos.

E' apreciável o número de jornais, revistas e boletins, sobretudo na cidade de Belo-Horizonte. Mas, a verdade, é que muitos têm sido publicados nesta e em outras cidades do São Francisco, tendo, mesmo algumas com a de Joazeiro, por exemplo, que figurariam em destaque, se coubesse, nos acanhados limites dêsse trabalho, uma resenha histórica da imprensa na Bacia do Rio São Francisco.

Atualmente são editados na Bacia do Rio São Francisco os seguintes órgãos:

Jornais

Alagoas — Apóstolo e o Democrata, em Penédo.

Sergipe — O Éco, A Defesa e O Escolar, em Propriá.

Pernambuco — A Voz de Pesqueira e A Região, em Pesqueira; — O Amigo do Matuto, em Arcoverde; — A Voz do Sertão, em Triunfo; O Progresso, em Bom Conselho e o Faról em Petrolina.

Bahia — A Pena, em Caitité e O Aranto, em Joazeiro.

Minas Gerais — Adoremus, Diário da Tarde, Estado de Minas, Folha de Minas, Mensagem, Minas Gerais e Voz do Povo, em Belo Horizonte; — Abaeté-Jornal e A Reação, em Abaeté; — A Voz de Arcos, em Arcos; — O Éco, em Bambuí; — Senhor Bom Jesus, em Congonhas do Campo; Minas-Jornal, em Conselheiro Lafaiete; — A Estrela Polar, em Diamantina; Divinópolis-Jornal, em Divinópolis; — O Liberal, em Dôres do Indaiá; — Estado Novo, em Formiga; — Fôlha de Ibiá e Juventude, em Ibiá; — Correio d'Oeste e Gazeta Liberal, em Itapecerica; — A Jornada, em João Ribeiro; Gazeta do Norte e O Operário, em Montes Claros; Gazeta de Minas, em Oliveira; — Gazeta de Paraopeba, em Paraopeba; — Fôlha de Patos, em Patos; — Município de Pitangui, em Pitangui; — Alto São Francisco, em Piui, — Presidente Olegário, em Presidente Olegário; — O Tempo, em Santo Antônio do Monte e Alvorada, em Sete Lagoas.

Revistas

Pernambuco — Escrínio, em Petrolina.

Minas Gerais — Alterosa, Arquivos Mineiros de Leprologia, Belo Horizonte, Cérebro, Cultura, Consolação, Era uma vez..., Manual de Juriprudência, Marilia, Minas Farmacêntica, Minas Médica, Minas Tenis, Odontólogo, Optalmos, O Batista Mineiro, O Estudante Mineiro, O Grífo, Pequeno Missionário, Rádio Novidades, Revista Comercial de Minas Gerais, Revista da Identificação, Revista de de Jurisprudência Nacional, Revista dos Construtores, Revista Mariana, Revista Médica de Minas, Revista Mineira de En-

(*) Inquerito realizado em 1943-44.

genharia, Revista Mineira de Tuberculose, Revista Social Trabalhista e Revista Tributária, em Belo Horizonte; — Grilo e Santuário São Geraldo, em Curvelo; — Santuário Santo Antônio, em Divinópolis; — O Evangelista, em Formiga; — A Seára, em Ibiá e Revista Farmacêutica de Ouro Preto, em Ouro Preto.

Boletins

Minas Gerais — Boletim Catequético, Boletim da Ordem dos Advogados de Minas Gerais, Boletim da Sociedade Mineira de Medicina Veterinária, Boletim do Museu D. Inocêncio, D.E.E., Fôlha Universitária, Ginásio Arnaldo, Informador Comercial, Lista de Assinantes de Belo Horizonte, Notícia Espírita, O Espírita Mineiro, Revista U.E.C., Síntese e Sino de São José, em Belo Horizonte.

— *Rádio* —

Estações radio-difusoras

O desenvolvimento cultural é facilitado, em todos os centros povoados da Bacia do Rio São Francisco, pela Rádio-difusão.

A Hora-do-Brasil é esperada, com interêsse, por todos os que têm um rádio ao alcance. E' a maneira mais rápida e mais cômoda de ficarem ao par do que passa no país e do que faz o Govêrno.

Muita gente adquire ou refaz conhecimentos de geografia.

O noticiário esportivo atrai a mocidade... nos povoados e vilas mais afastadas os rapazes estão em dia e discutem, com entusiasmo, a vida desportiva do país.

As notícias de caráter local, — eventuais referências a recursos naturais, vida econômica e social, possibilidades de desenvolvimento de serviços públicos na zona do rádio ouvinte —, têm valor especial.

Ouvem, conforme a situação da zona, as estações rádio-emissoras das capitais mais próximas. As das cidades de Recife e Salvador no Norte e as de Belo-Horizonte, do Rio de Janeiro e de São Paulo no centro e sul da grande bacia. Há, entretanto, acentuada, preferência pelas estações das próprias capitais. Observa-se, porém, que os agricultores e criadores procuram as estações que mantêm programas de interêsse rural e isto concorre para que estações do Rio de Janeiro e Belo Horizonte penetrem até os sertões pernambucanos.

No território mineiro as estações de maior, influência são as de Belo Horizonte — Rádio-Mineira, Rádio Guarani e Rádio-Confidência. Mas, além destas, servem aos municípios da Bacia do Rio São Francisco, a Rádio-Voz de Formiga e o Rádio-Clube-dePatos.

Os portos de Joazeiro e Penêdo comportariam, pelo nivel de cultura dessas cidades ribeirinhas, estações rádio-emissoras e elas viriam, sem dúvida, contribuir para a expansão cultural no Médio e Baixo São Francisco.

Os jornais e revistas chegam atrazados... são "minas" a explorar com paciênciae vagar.

Propaganda —

A imprensa e as estações rádio-difusoras exercem notável influência cultural e educativa — fazem a propaganda na região E' preciso, porém, que se faça a propaganda da região, tornando conhecidas as suas possibilidades, os seus inúmeros atrativos, inclusive clima e paizagens, de maneira que se encaminhem para a Bacia do Rio São Francisco, iniciativas, capitais e correntes turísticas.

E outro intuito não nos animava ao reunir, nessas páginas, embora desordenadamente, os elementos informativos conseguidos.

Fontes consultadas

Bibliografia — publicações do Departamento de Imprensa e Propaganda — Rio de Janeiro.

Informantes — J. Dantas Mendes, Alagoas; Elder Coelho, Sergipe; Osman Silveira, Pernambuco; J. Probísia Borgêa, Bahia e Orlando Aragão, Minas Gerais.

O TRIGO E A REFORMA AGRARIA

Do Sr. Deputado Lauro Montenegro, recebeu a Sociedade Nacional de Agricultura alguns exemplares do folheto sob o título acima, o qual insere os discursos pronunciados na Câmara pelo ilustre parlamentar sôbre o momentoso assunto

Daqui, os nossos melhores agradecimentos.

CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR

Inquérito

Sôbre Diretrizes da Política Econômica Brasileira

A Sociedade Nacional de Agricultura recebeu, e com o maior prazer divulga, o questionário abaixo transcrito, organizado pelo Conselho Federal do Comércio Exterior. Convém lembrar que a classe agrícola mantém, desde a sua fundação representação efetiva, por intermédio do Presidente da Sociedade, Dr Arthur Tôrres Filho nesse Conselho.

A Sociedade receberá, com o maior apreço, as respostas que os seus associados ou não, e assinantes desta revista, queiram dar ao dito questionário. Essas respostas serão depois estudadas na Sociedade, que procurará consubstanciar numa resposta única o pensamento da classe agrícola.

Quem quer que procure estudar os problemas econômicos brasileiros, seja tendo em vista o metabolismo interno do país, seja em função do nosso intercâmbio com o exterior, não pode deixar de sentir certa apreensão. De fato, encarando-se a conjuntura nacional sem pessimismo e sim com o realismo que a época impõe, concluimos desde logo que não podemos procrastinar indefinidamente a solução de problemas fundamentais do país, cumprindo-nos fixar objetivos seguros e traçar os itinerários para atingir tais objetivos. Em resumo: precisamos sem perda de tempo fixar as diretrizes e os planos de uma esclarecida e corajosa política econômica interna que sirva de base a uma política econômica exterior firme e bem definida.

2. No campo econômico, o Brasil apresenta sintomas claros de estar na iminência de perder terreno, pois, enquanto outros países progridem, o nosso permanece estacionário em vários setores econômicos, ou mesmo regride em outros. E isso devemos reconhecer e proclamar a fim de que tenhamos maior firmeza no equacionamento e solução dos problemas nacionais, pois o declínio do nosso prestígio político internacional acompanhará na mesma cadência o declínio da nossa economia. Nada nos adianta procurar atribuir a êste ou àquele órgão da Administração Pública, a esta ou àquela autoridade a culpa pela situação pouco satisfatória em que se encontram múltiplos setores econômicos nacionais, porque, com semelhante atitude, tentaremos apenas transferir para poucos a culpa de muitos. De fato: o que sentimos é que grande parte das elites brasileiras ainda não se deu bem conta da situação delicada em que nos encontramos e da situação mais delicada para que marchamos se não mobilizarmos as reservas morais e culturais do país, para o fim de mudarmos, pelo menos em parte, os rumos até agora seguidos. Há vozes autorizadas que vêm lançando verdadeiras advertências ao País, emitindo verdadeiros S.O.S. e apontando os meios de solucionar múltiplos problemas nacionais. É um dever de justiça proclamarmos que a indústria e o Comércio, através de seus congressos, seus memoriais, suas publicações, têm dirigido as mais incisivas e constantes advertências à Nação. Acontece, porém, que de alguns anos a esta parte essas duas grandes classes, em virtude de campanha cujas origens e intuitos não devemos focalizar aqui, têm visto suas advertências e sugestões recebidas não raro com desconfiança por uma parte ponderável da opinião pública e com reservas em alguns setores administrativos. São vozes que infelizmente ainda não encontraram adequada ressonância no ambiente nacional e que frequentemente equacionam problemas parciais, enquanto o de que necessitamos é de tomar, no campo econômico-financeiro, todos os nossos problemas fundamentais submetendo-os a uma análise profunda e estabelecendo para cada um deles a solução adequada e possível,

sem esquecermos a hora presente, mas pensando no Brasil dos nossos filhos e dos nossos netos. Para isso, *a primeira medida a tomar é procedermos a uma sondagem extensa e profunda na cultura especializada do País*. Daí o apêlo caloroso que ora dirigimos aos expoentes dessa cultura no sentido de que enviem ao Conselho Federal de Comércio Exterior, no mais breve prazo possível, seu indispensável depoimento sôbre os itens do questionário anexo, depoimento que será tanto mais útil quanto mais objetivo claro, preciso, fr[illegible] em preocupação de escolas ou doutrinas econômicas.

3. As contribuições recebidas serão cuidadosamente estudadas no Conselho Federal de Comércio Exterior por várias comissões de abalizados economistas a fim de que, recolhidos os pontos de vista dominantes, seja traçada uma política econômica senão para todos, pelo menos para os setores fundamentais da produção brasileira, até onde seja isso possível na conjuntura atual, respeitados os compromissos já assumidos pelo nosso País no plano internacional e ressalvadas as medidas já previstas no *Plano Salte*, ora sob a apreciação do Congresso Nacional.

4. No incluso sumário estão indicados os setores a respeito dos quais desejamos conhecer a opinião das entidades de classe, dos centros de cultura especializada, dos economistas e estudiosos dos nossos problemas econômico-financeiros. Deixamos de incluir alguns setores (transporte, mão-de-obra, estaleiros, pesca etc.) porque sôbre êles já existem no próprio Conselho Federal de Comércio Exterior e noutros órgãos da Administração Pública estudos que podemos considerar completos e atualizados. Dadas a vastidão e a complexidade do inquérito, é claro que cada entidade de classe ou pessoa solicitada a pronunciar-se terá inteira liberdade de fazê-lo apenas em relação aos setores de sua especialidade ou preferência. O que importa é que não se façam apreciações ou plano genéricos, isto é, que a opinião de cada um seja objetiva e tanto quanto possível justificada, equacionando os problemas e demonstrando-lhes a solução. Alguns exemplos ilustrarão nosso pensamento a êsse respeito:

1.º — Se o balanço da situação mundial da borracha nos levar à conclusão de que o produto brasileiro não pode concorrer no mercado exterior com o similar do Oriente ou o produto sintético, deve ou não o Poder Público modificar a política de amparo financeiro que vem dispensando a êsse setor através do Banco da Borracha, garantindo, todavia, a sobrevivência da indústria nacional de artefatos de borracha e, consequentemente a produção de *latex* necessária a essa indústria e pasando, ao mesmo tempo, a adotar uma política de estímulo à cultura da juta, fonte de produção de grande futuro e capaz de modificar os aspectos sócio-econômicos da Amazônia, dada a segurança do mercado interno com a indústria de aniagem existente no País e grande possibilidade de exportação para mercados do Continente?

2.º — Admitindo-se a conveniência da exportação de minério de ferro, devem ser indicados:

a) a quantidade máxima a ser exportada por ano e durante que período;

b) o que devemos exigir como meio efetivo de pagamento (carvão, montagem em nosso País de certas indústrias fundamentais).

3.º — Admitindo-se que, dentro de 2 ou 3 anos, o mercado argentino estaria inteiramente perdido para os nossos tecidos e fios de algodão, ue providências deveríamos adotar desde já para evitarmos o grande e permanente desequilíbrio que tal perda traria à balança comercial do Brasil com a República platina?

4.º — Dadas as possibilidades de nos tornarmos dentro de um decênio auto-suficientes quanto a certos produtos que nos vêm quasi totalmente ou em grande parte do exterior (trigo, chá, certas frutas etc.), indicar os pontos onde devem ser feitas as respectivas culturas e meios de defesa da produção brasileira.

5. Voltando a referir-nos a certos sintomas de diatese nacional, devemos acentuar que, para aquêles que vêem o Brasil não apenas pelo asfalto da Avenida Rio Branco e pelos arranha-céus de Copacabana, mas costumam fazer o giro do horizonte e projetam suas preocupações para o futuro da nacionalidade, não há ilusões a respeito do destino que nos espera, se não dermos novos rumos à economia do País. A terra se esteriliza de maneira impressionante e o pauperismo aumenta; a sub-alimentação e moléstias várias estão causando a nosso ver a decadência biológica de grandes contingentes da população de diversas regiões brasileiras; ao lado de algumas centenas de milhares de brasileiros, razoávelmente tributáveis, vivem milhões de zeros econômicos; daí o baixo nivel da renda nacional; daí uma produtividade *per capita* tão mesquinha e um padrão de vida tão baixo, que ficamos em posição pouco lisongeira quando nos comparamos com outros paises, mesmo do nosso Continente. Estamos diante do seguinte trilema: ou nos tornamos uma potência econômica, ou demonstramos que o Brasil é um país pobre, ou corremos o risco de parecer que somos um povo incapaz. Estamos presos à primeira ponta do trilema e por isso procuramos um denominador comum para solução dos grandes problemas brasileiros. A respeito da solução de alguns deles, as opiniões serão divergentes; em relação a de muitos outros, esperamos uma grande maioria de opiniões concordantes; aquelas serão cuidadosamente balanceadas e expostas com os prós e contras e estas apresentadas ao País de modo que em torno delas se cristalize uma consciência nacional, ressalvado, está claro o caráter confidencial de que alguma por ventura se revista.

6. Quando acentuamos a necessidade de se intensificar o mercado interno e de se criarem ou ampliarem certas fontes de produção, não estamos advogando para o nosso País uma política de autarquia ou de exagerado nacionalismo econômico; o que pretendemos é contribuir para que nos libertamos de certas sujeições econômicas perigosas, que pesam sôbre nós, e elevar o padrão de vida do nosso povo, não esquecendo a ameaça que paira sôbre vários setores da produção brasileira, em face da intensa exploração que ora se verifica dos recursos do Continente Africano e do soerguimento econômico de alguns pases e colônias da Ásia, fenômenos que não podemos deixar de acompanhar com a mais viva atenção.

Gen. Anapio Gomes
Diretor Geral

QUESTIONÁRIO

A — *Agricultura*

1 — Quais os produtos agro-pecuários e extrativos, cuja produção devemos intensificar, tendo em vista o consumo interno e o externo? E que medidas facilitariam a consecução de tal objetivo?

2 — Qual a aparelhagem técnica (silos, câmaras de expurgo, câmaras frigoríficas, armazens etc.) e a assistência econômica necessárias, que permitam o escoamento normal da nossa produção agro-pecuária?

3 — Quais as zonas geo-econômicas que devem ser aparelhadas para tal fim e em relação a que produtos?

4 — Como aproveitar, racional e econômicamente, as reservas florestais do País, tendo-se em vista as suas necessidades futuras e a restauração das áreas devastadas?

5 — Sabendo-se que é baixa a produtividade no ramo agro-pecuário e que o seu aumento poderia ser alcançado mediante mecanização intensiva, quais as medidas aconselháveis, que viriam aumentar e melhorar a produção de maquinária e instrumental agrícola do País?

6 — Quais as medidas práticas que sugere para a solução do problema da produção de fertilizantes, inseticidas e fungicidas?

B — *Indústria*

1 — Quais as indústrias que devem existir ou ser criadas no País, por seus fundamentos econômicos ou de segurança nacional?

2 — Quais as que deve o Poder Público amparar ou estimular, e por que meios?

3 — Que critério de prioridade deve ser observado na criação dessas indústrias?

4 — Sabe-se que têm sido feitas propostas para a transferência de certas indústrias européias para o Brasil. Desde que se identifiquem essas indústrias com as de que cogitam as perguntas 1 e 2, quais as medidas a serem tomadas sem perda de tempo, pelo Poder Público, para a sua transferência?

5 — Em que condições de tempo e de espaço devemos montar uma rêde de indústria do frio?

C — *Comércio*

1 — Quais as modificações aconselháveis na legislação e na tributação para intensificar o comércio interno do Brasil?

2 — Idem, idem, quanto à legislação sôbre o comércio exterior, inclusive se devemos substituir o sistema de tarifas específicas pelo de tarifas *ad valorem*?

3 — Analisando-se os mercados externos dos produtos brasileiros (extrativos, agro-pecuários, industriais) em face da concorrência de outros países, qual a perspectiva para cada um desses produtos? É possível manter e ampliar-lhes a exportação? Perderemos o mercado? Que devemos fazer em cada hipótese?

4 — Quais as medidas aconselháveis para evitar qualquer descrédito aos produtos brasileiros no exterior (padronização, amostragem, penalidades aos exportadores inescrupulosos etc.)?

5 — Numa conjuntura mundial como a que ora atravessamos, devemos ou não adotar, dentro de certos limites, uma política de acordos de compensação com os países de moedas inconversíveis? Exemplos dos acordos vantajosos que podemos fazer nesse sentido, atualmente?

D — *Minerais*

1 — Quais os minerais que podemos exportar livremente?

2 — Quais os que não devemos exportar, a fim de constituirem reservas de segurança?

3 — Quais os que só devemos exportar mediante condições rígidas (em troca, por exemplo, de equipamentos essenciais)?

4 — Sendo mais conveniente a exportação de produtos pelo menos semi-manufaturados, em relação a que minérios devemos seguir essa política?

5 — Quais os que devem ser industrializados no País, ou porque a sua industrialização apresente bases econômicas, ou porque interesse a segurança nacional?

E — *Diversos*

1 — Constituindo um dos problemas fundamentais da economia brasileira a ampliação do mercado interno, quais as medidas mais indicadas para, em curto prazo, atingirmos êsse objetivo?

2 — Como devem ser organizados o crédito e o seguro agro-pecuário?

3 — Quais as medidas a serem adotadas no sentido de amparar-mos a marinha mercante nacional quanto aos transportes internacionais?

4 — Em face do crescente número de organismos internacionais de supervisão econômica e financeira, que devemos fazer para conciliar o intervencionismo estatal com o princípio da livre iniciativa?

5 — Quais os dispositivos da "Carta de Havana" que julga vantajosos e quais os que julga prejudiciais ao Brasil?

6 — Em que condições, e para que fins, devemos aceitar a colaboração do capital estrangeiro no soerguimento econômico do Brasil?

7 — Existem órgãos da Alta Administração Pública que não estão devidamente aparelhados para intensificar a produção e o comércio interno e o intercâmbio com o exterior? Em caso afirmativo, que devemos fazer para torná-los eficientes?

NOTA — O fato de o questionário não se referir a outros problemas que possam influir na fixação das diretrizes da política econômica nacional, não impede sejam êles tratados pelas diferentes entidades e pessoas inquiridas.

As Novas Tarifas Aduaneiras

A Sociedade Nacional de Agricultura representada na comissão respectiva

Atendendo à solicitação contida em Aviso do Sr. Ministro da Fazenda, a Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura designou seu representante junto à Comissão de que trata o art. 3.º da lei n.º 313, de 30 de julho dêste ano, o seu 3.º Vice-Presidente, Engenheiro Agrônomo Antonio de Arruda Câmara.

A lei em questão é a seguinte:

LEI N.º 313 — DE 30 DE JULHO DE 1948

Autoriza o Poder Executivo a aplicar, provisòriamente, o Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaieiras e Comércio; reajusta a Tarifa das Alfândegas, e dá outras providências.

O Presidente da República — Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a aplicar, provisòriamente, o Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio, cujo texto consta da Ata Final da Segunda Reunião da Comissão Preparatória da Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Emprêgo, assinada pelo Brasil e outros paises, em Genebra, a 30 de outubro de 1947.

§ 1.º A aprtir de 1 de agôsto de 1948, são reajustados os direitos específicos de importação para consumo, constantes da atual Tarifa das Alfândegas, mediante as majorações abaixo enumeradas:

1) de 10% (dez por cento) sôbre os direitos de importação correspondentes às mercadorias aqui expressamente indicadas:

CLASSE 3.ª

Peles e Couros

37. Preparados ou curtidos.
/12 — Envernizados, graneados ou não.

CLASSE 6.ª

Lã

Em bruto ou preparada.
Em bruto.
175. Tecidos (sôbre tôdas as 21 alíneas dêste artigo, com exclusão das de números 14 e 15, ou sejam "palmbeachs" — / 14 — Até 250 grs. por metro quadrado; /15 — Demais de 250 grs. idem).

CLASSE 11.ª

Frutas, Cereais, Legumes, etc.

Frutas.
225. Ameixas, cerejas, damascos, figos, maçãs, melões, pêssegos, morangos, peras, uvas e semelhantes, frescas ou verdes.
247. Malte:
/2 — De outros cereais.

CLASSE 15.ª

Linho, Juta, Cânhamo, Râmia

Em bruto ou preparados.
434. Em bruto, preparados, restelados, assedados, ,em estrigas ou beneficiados de qualquer modo, tintos ou não:
/1 — Juta
/2 — Linho, cânhamo ou râmia.
486. Em fio preparado em meadas, novelo, bobinas e carretéis de qualquer qualidade (sôbre tôdas as 8 alíneas dêste artigo).
Em obras
526. Tecidos (sôbre tôdas as 33 alíneas dêste artigo).

CLASSE 17.ª

Pedras, Terras, Minérios e outros produtos Minerais

569. Amianto ou asbesto
Sòmente sôbre as seguintes alíneas dêste artigo:
/1 — Em bruto
2/ — Em fibras
Em pó:
/3 Simples ou sem mistura de qualquer matéria
/4 — Com mistura de outra matéria
/5 — Em pasta ou massa
/ — Preparado para cadinhos
582. Cimentos (sòmente sôbre a alínea 3 dêste artigo ou seja, /3 — de Portland ou romano).

CLASSE 18.ª

Louça e Vidro

625. Quaisquer obras não classificadas (sòmente sôbre as latrinas das alíneas 9 a 12 dêste artigo, em louças de números 1 a 4).

CLASSE 19.ª

Alumínio, Chumbo, Estanho, Zinco e suas ligas Chumbo

Em obras:
665. Canos ou tubos, retos, curvos ou em espiral (sòmente sôbre a alínea 1 dêste artigo, ou seja, /1 — Simples).

2) de 20% (vinte por cento) sôbre os direitos de importação correspondentes às mercadorias classificadas nos artigos da Tarifa das Alfândegas, a seguir enumerados ou que se refiram apenas aos produtos expressamente indicados:

CLASSE 6.ª

Lã

Em bruto ou preparada
133. Em bruto
/1 — Comum
134. Lavada ou desgordurada, simples ou carbonizada, "blousses" ou resíduos de cardagem ou penteagem:
/2 — Tinta

CLASSE 21.ª

Ferro e aço e suas ligas

Em obras

343. Fios (arame)

(Sòmente sôbre a alínea 1 dêste artigo, ou seja, /1 — Farpado, galvanizado).

CLASSE 24.ª

Matérias primas e preparações diversas, para as indústrias de perfumaria, pintura, tinturaria, curtume e outros usos.

Sôbre tôdas as matérias primas desta classe, excluidas as mercadorias do art. 936, já livre pela Tarifa, e as do número 987, de taxação *ad-valorem*, bem como as enumeradas nos arts. 971, 974, 982, 983 e 984

CLASSE 30.ª

Aparelhos, instrumentos, máquinas, e objetos físicos, químicos, matemáticos e óticos (sôbre todos os artigos desta classe).

CLASSE 31.ª

Aparelhos, instrumentos e objetos de cirurgia, medicina, odontologia e veterinária — (sôbre os artigos desta classe).

CLASSE 33.ª

Veículos, seus acessórios e pertences.

Sòmente os seguintes artigos desta classe:

1 778. Aeroplanos, aeronaves em geral, montados ou desmontados, acessórios e pertences.

1 779. Carros montados ou desmontados, Próprios para passageiros ou carga, entrega de encomendas, socorros pessoais, serviço funerário e fins semelhantes, como: ambulância, caminhões, ônibus e outros, /6 Até 2.000 quilos.

1.780. Embarcações montadas ou desmontadas completas:

A vela, a óleo ou a vapor.

Para serviços de portos, etc.: /9 Idem ou aço ou ferro (casco).

CLASSE 34.ª

Máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios diversos (sôbre todos os artigos desta classe).

3) de 40% (quarenta por cento) sôbre os direitos de importação para consumo relativos às ordens mercadorias classificadas na Tarifa das Alfândegas atualmente em vigor, quer tenham sido ou não incluídas na Lista de Concessões Tarifárias III — Brasil, que faz parte integrante do Acôrdo Geral da Tarifas Aduaneiras e Comércio, assinado, em Genebra, a 30 de outubro de 1947, excetuadas as ferramentas agrícolas, previstas no art. 1.814 e o fumo em fôlhas, artigo 267/3, que continuarão sujeitos aos direitos em vigor.

§ 2.º Não serão reajustados os direitos de importação para consumo cobrado sôbre o petróleo e seus derivados, art. 599, e o lã em bruto ou preparada, arts. 133, alínea 2, 134, alínea 1, e 136, todos da Tarifa das Alfândegas mantido, porém, o reajustamento em relação as alíneas 4, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 do referido artigo 599

Art. 2.º As concessões tarifárias feitos aos países signatários do respectivo Protocolo entrarão igualmente em vigor, a partir de 1 de agôsto de 1948.

Art. 3.º Dentro de 30 (trinta) dias da vigência desta Lei, o Poder Executivo nomeará comissão composta de um representante, de cada um dos Ministérios das Relações Exteriores, Fazenda, Agricultura, Trabalho, Indústria e Comércio e de representantes do Conselho Federal de Comércio Exterior, da Confederação Nacional do Comércio, da Confederação Nacional da Indústria e da Sociedade Nacional de Agricultura, por êles designados.

§ 1.º A comissão de que trata êste artigo, compete examinar, mediante provocação dos interessados a situação de quaisquer produtos cujos direitos de importação tenham sido reduzidos, de modo que exijam a adoção das medidas previstas no Acôrdo Geral.

§ 2.º Decorridos 90 (noventa) dias de sua constituição, a comissão enviará relatório conclusivo ao Ministério das Relações Exteriores, que mediante prévia aprovação do Congresso Nacional, providenciará sôbre a aplicação do art. XIX do Acôrdo Geral referido no art. 1.º, denunciando-o na hipótese de não ser o Brasil atendido.

§ 3.º A comissão terá caráter permanente e reunir-se-á mediante convocação do Ministério das Relações Exteriores a pedido de qualquer interessado ou quando fôr julgado necessário. Cumpre-lhe, também, estudar os ajustes relativos ao desenvolvimento econômico (art. XVIII do Acôrdo), a fim de serem tomadas as providências que o interêsse nacional indicar.

Art. 4.º Sem prejuízo de outras disposições estabelecidas em lei, com o mesmo objetivo, é o Poder Executivo autorizado a fazer reduções de emergência, dentro da margem do reajustamento, sôbre os direitos de importação para consumo relativo a artigos que, por motivos de escassez ou de sua preponderante influência no custo de vida, exijam, temporàriamente, a adoção dessa providência.

Art. 5.º Esta Lei não prejudicará as isenções de direitos de importação para consumo, já concedidas a entidades oficiais ou privadas, em virtude de lei ou de contratos com o Govêrno Federal

Art. 6.º Dentro do prazo de 30 (trinta) dias o Ministério da Fazenda promoverá a reimpressão da Tarifa das Alfândegas, depois de convenientemente reajustada e atualizada esta com as anotações que se tornarem necessárias à execução do Acôrdo.

Art. 7.º E' o Poder Executivo autorizado a providenciar quanto à aplicação disposta no art. 19 do Acôrdo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio referente às concessões que pesam sôbre as seguintes mercadorias: Leite em pó (artigo 98/3), penicilina pura (artigo 1.530 ex), folhinhas ou almanaques (artigo 545-3).

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1948; 127.º da Independência e 60.º da República.

Eurico G. Dutra
Corrêa e Castro.
Raul Fernandes.
Carlos de Sousa Duarte
Morvan Figueiredo.

PROTOCOLO PARA APLICAÇÃO PROVISÓRIA DO ACÔRDO GERAL SÔBRE TARIFAS ADUANEIRAS E COMÉRCIO

1. Os Governos da *Comunidade da Austrália*, do *Reino da Bélgica* (ao que diz respeito ao seu território metropolitano), do *Canadá*, da *República Francesa* (no que diz respeito ao seu território metropolitano); do *Grão-Ducado do Luxemburgo*, do *Reino dos Países-Baixos* (no que diz respento ao seu território metropolitano), do *Reino-Unido da Grã Bretanha* e da *Irlanda do Norte* (no que diz respeito ao seu território metropolitano) e dos *Estados Unidos da América*, acordam entre si, desde que o presente Protocolo seja assinado em nome de todos os governos acima enumerados, no mais tardar até 15 de novembro de 1947, em aplicar, a título provisório e a partir de 1 de janeiro de 1948:

a) as partes I e III do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio;

b) e parte II dêste acôrdo em tudo que fôr compatível com a legislação em vigor.

2. Os governos acima mencionados aplicarão, a título provisório, o Acôrdo Geral nas condições enunciadas acima do que diz respeito a outros de seus territórios, além dos metropolitanos, a partir de 1 de janeiro de 1948 ou depois desta data, logo que expirado o prazo de trinta dias a contar da data em que o Secretário Geral das Nações Unidas tenha recebido notificação da decisão de aplicar o Acôrdo, a título provisório, em um ou vários dêsses territórios.

3. Para qualquer outro govêrno signatário do presente Protocolo, a aplicação Provisória do Acôrdo Geral nas condições acima mencionadas efetuar-se-á a partir de 1 de janeiro de 1948; ou depoi desta data, expirado o prazo de trinta dias, a contar da data na qual o presente Protocolo fôr assinado em nome dêsse govêrno.

4. O presente Protocolo permanecerá aberto na sede das Nações Unidas:

a) até 15 de novembro de 1947, para a assinatura dos govêrnos signatários do Ata Final adotado no término da segunda sessão da Comissão preparatória da Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Emprêgo, que não o tenham feito na data de hoje.

5. Será lícito a todo govêrno que tiver pôsto em aplicação o presente Protocolo, suspendê-la, tornando-se efetiva essa denúncia depois de expirado o prazo de sessenta dias, a contar da data na qual o Secretário Geral das Nações Unidas tenha recebido, por escrito, a respectiva notificação.

6. O original do presente Protocolo ficará em poder do Secretário Geral das Nações Unidas, ao qual incumbe fornecer cópias autenticadas do referido documento a todos os govêrnos interessados.

Em fé do que, os representantes infra assinados, depois da apresentação dos seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, assinaram o presente Protocolo.

Dado e passado em Genebra, em um único exemplar, nas línguas francesa e inglêsa, fazendo fá ambos os textos, em trinta de outubro de mil novecentos e quarenta e sete.

As associações rurais de todo o país, a propósito dessa nova representação, da S.N.A., foi enviado o seguinte ofício:

"Tenho o prazer de comunicar que o nosso Vice-Presidente Antonio de Arruda Câmara foi designado para representante da Sociedade Nacional de Agricultura na Comissão a que se refere o Art. 3.º da Lei n. 313, de 30 de julho dêste ano, a qual autoriza o Poder Executivo a aplicar, provisòriamente, o Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio, cujo texto consta da Ata Final da Segunda Reunião da Comissão Preparatória da Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Emprêgo, assinada pelo Brasil e outros paises em Genebra, em 30 de outubro de 1947.

A afim de que o nosso representante possa realmente expressar ali os interesses da classe, pedimos o envio de sugestões sôbre quaisquer aspectos que, do ponto de vista dessa prezada congênere, possa ser de interêsse para a lavoura e a pecuária brasileiras.

Nesta ocasião, apresento a V.S. os protestos de minha elevada estima e distinta consideração."

Écos da Exposição Rural de Leopoldina

A Sociedade Nacional de Agricultura, dirigiu o Dr. Ormeo Junqueira Botelho, Presidente da Associação Rural de Leopoldina, o seguinte ofício:

"Vimos apradecer o valioso prêmio de uma taça, que essa Sociedade contribuiu para a Nossa XII Exposição, informamos que a mesma coube ao Sr. Ribeiro dos Reis, proprietário da fazenda Mato Dentro, situada em Abaiba, município de Leopoldina, que conquistou com a Campeã do concurso leiteiro, em quantidade de leite — Vencedora vaca de nome *Miltonia-Conga*, raça Holandêsa P B.

O Estímulo que podemos levar aos nossos expositores se devem em grande parte, nos prêmios que os amigos, ofereceram todos convictos quanto é necessário estimular a produção nacional, muito cooperando com certame de caráter tão acentuadamente econômico como o que temos procurado realizar".

No número passado, demos uma completa reportagem sôbre o magnífico certame, ilustrado com a fotografia da vencedora do concurso leiteiro, detentora do prêmio Sociedade Nacional de Agricultura.

A Verminose dos Bovinos

Jorge Vaitsman
Médico-Veterinário

Quando iniciamos nossa vida profissional, há pouco mais de um decênio, foi uma surpresa encontrar criadores que não acreditavam que os vermes eram capazes de arruinar a saúde e provocar a morte de seus animais. Era uma surpresa justificada, pois trazíamos da escola a impressão de que era êste um conhecimento generalizado em nosso meio rural. Em zonas de pecuária orientada, ou onde a influência dos técnicos se fazia sentir de mais longa data, não havia essa descrença, é claro, e nós mesmos tivemos ocasião de visitar fazendas de zona leiteira, onde, além da rotação de pastagem como medida profilática para combater verminose dos bezerros, havia, também, a aplicação periódica e sistemática de vermífugos a todos os bovinos adultos. A profilaxia da verminose não constituiu, contudo, rotina de nosso sistema de criação. Atualmente, embora muito tenham conseguido os técnicos no sentido de divulgar e impor os processos racionais para tratamento e prevenção das doenças do gado, não se pode dizer que os problemas de higiene e profilaxia veterinárias sejam diferentes. A evolução, mesmo lenta, é, contudo, satisfatória e isso podemos constatar, com facilidade, através a correspondência que, sôbre os assuntos técnicos, nos tem sido enviada.

Ainda recentemente, recebemos de Carrancas, no oeste mineiro, interessante carta de pequeno criador, cuja divulgação de seus principais trechos julgamos oportuna, pois nela o missivista relata os resultados de suas observações pessoais, comprovando os prejuízos causados pela verminose em seus bovinos. As observações são concisas e simples mas suficientes para o diagnóstico e podem servir de ilustração a outros criadores que ainda não se perceberam dos perigos que os vermes representam à boa saúde dos rebanhos. A seguir, os trechos em que o criador trata do assunto:

"...e ao mesmo tempo, peço-lhe um conselho veterinário para doença que tem atacado meu gado. Tem causado grande prejuizo. Vou dar uma informação da doença: a rez atacada fica triste, arrepiada; o pêlo *engrossa;* emagrece; perde as fôrças e depois aparece uma disinteria amarelada e a rez deita e não tem fôrças para levantar-se. Acaba morrendo em menos de 30 dias. Tenho aberto diversas vezes e encontrado *no intestino um colosso de vermes mais ou menos de 4 centímetros de comprimento e finos*. Fui aconselhado a dar fenotiazina, mas..."

A verminose dos animais, principalmente dos bovinos, é uma das causas do pequeno rendimento econômico de muitos rebanhos. As vacas leiteiras infestadas produzem pouco leite; os bezerros custam a desenvolver-se, adoecem com frequência e são fáceis vitimas de infecções e afecções diversas. Quando a infestação é grande, como no caso acima, ocorrem mortes e os prejuízos do criador se agravam de modo alarmante.

Entretanto, a verminose pode ser fàcilmente debelada, bastando que o criador tome algumas medidas práticas, entre as quais a mais eficiente e barata é a administração periódica da fenotiazina a todo o rebanho. A aplicação do produto deve ser feita de acôrdo com as instruções dos fabricantes. Sempre que possível, contudo, será bom aconselhar-se com um veterinário para a orientação geral da profilaxia.

Pelo exemplo acima registrado, verificam nosso leitores que a verminose já é apontada pelos próprios criadores como causa de doenças e mortes de seus animais e êste fato é bem um índice da compreensão com a qual nosso homem rural está recebendo os ensinamentos técnicos que lhes têm sido divulgados.

(*Comunicado do Serviço de Informação Agrícola — Ministério da Agricultura* — julho de 1948).

Solubilidade de Alguns Fosfatos Naturais

Jayme Benedito de Araújo
e
Cássio Mendonça Pinto
(do Laboratório da Produção Mineral, do M. A.)

As condições brasileiras têm sido pouco propícias ao desenvolvimento da indústria de adubos fosfatados. Dificuldades inerentes ao meio e à natureza dos nossos minérios, ao lado dos pesados encargos financeiros da parte comercial, provenientes da necessidade de armazenar a produção para vendê-la apenas em restritas épocas do ano, são entrave seríssimo à obtenção do fertilizante barato.

A nossa reserva de fosfatos é grande. Sòmente as duas maiores jazidas — Araxá, em Minas Gerais, e Serrote, próximo a Juquiá, no litoral sul paulista — encerram algumas centenas de milhões de toneladas do precioso minério, de acôrdo com recentes trabalhos de prospecção. Neste ponto, fizemos grande progresso nos últimos dez anos.

À utilização desses fosfatos, mediante a sua trnsformação em superfosfato, em fosfato-renania ou em fosfato desfluorizado, opõem-se algumas dificuldades técnicas e a nossa proverbial carência de ácido sulfúrico, álcalis e combustível. A questão não se resolve com facilidade, apelando para a eletricidade, porque, quando a temos à disposição, o custo das instalações ainda é barreira para o modesto capital com que sempre pretendemos enfrentar os problemas industriais de maior envergadura. A solução imediata mais acessível parece ser a do fosfato desfluorizado, desde que seja constatado, conforme supomos, que o seu elevado preço atual provém da parcimonia com que ainda está sendo produzido nos EE. UU., como indústria muito recente.

Solução ideal seria usar os nossos fosfatos in-natura, tendo em vista que o seu preço talvez compense a lentidão com que é absorvido pelo sólo e o emprêgo inicial de grandes quantidades de fertilizante, de utilidade remota, sujeito aos encargos decorrentes do investimento de capital a longo prazo. Tôdas as iniciativas tendentes a esclarecer êste problema são dignas dos maiores elogios, porque mesmo um sucesso relativo bastará para contrabalançar as dificuldades da solubilização artificial dos fosfatos nacionais.

Todos sabem que não é nova essa modalidade de adubação. Nos EE.UU., onde o superfosfato sai das fábricas ao preço de 20 dolares a tonelada, a adubação in-natura tem aumentado progressivamente nos últimos anos, atingindo respectivamente 193.931, 256.736 e 411.543 toneladas em 1943, 44 e 45.

Em 1938, por determinação do Ministro Fernando Costa, a Divisão de Fomento da Produção Mineral distribuiu gratuitamente aos lavradores paulistas cêrca de 5.000 toneladas de apatita de Ipanema. Como essa distribuição não foi acompanhada da necessária divulgação, advertindo os lavradores sôbre a natureza do material, os resultados imediatos pouco animadores chegaram a constituir propaganda negativa para os primeiros superfosfatos fabricados com minério daquela jazida, embora fossem êles de boa qualidade. Devem ter concorrido para êste resultado a falta de orientação técnica dos lavradores, pois as experiências não foram acompanhadas por agrônomos, e a moágem insuficiente do fosfato.

Notícias recentes sôbre adubação in-natura nos foram transmitidas pelo engenheiro industrial Romeu Facchina, sócio de uma firma de fabricantes e comerciantes de adubos de S. Paulo, que, em viagem pela Europa, manteve contacto com industriais franceses interessados em certo fosfato natural africano vendido sob a designação de "Hiperfosfato" e apresentando bons índices de solubilidade. Por seu intermédio, tivemos notícia do método Schleiniger, usado na Suiça para determinar a solubilidade dos fosfatos naturais, que consiste no seguinte:

Submeter 1 grama de fosfato a quatro ataques sucessivos, por 100 cc de

solução de ácido cítrico a 2%, com agitação pelo espaço de meia hora, determinando o P205 solúvel após cada ataque.

Infelizmente não conseguimos informações sôbre como interpretar os resultados obtidos, de modo a fazer a sua correlação com a eficiência agronômica do adubo. Todavia, julgamos interessante submeter os diversos fosfatos naturais brasileiros ao método Schleiniger e apresentar os resultados aos técnicos de agricultura, pois a êles cabe opinar, após experiências diretas ou mediante dados existentes na literatura especializada, que não conhecemos, sôbre a significação desse controle analítico. É êste o objetivo do presente trabalho.

A fixação de métodos de determinação da solubilidade dos fosfatos tem sofrido modificações, à medida que novos estudos são feitos sôbre a eficiência dos adubos. Inicialmente, só era computado o P205 hidrosolúvel, passando-se em seguida a considerar como útil também o fósforo solúvel em solução de citrato de amônio e, agora, em ácido cítrico. A conclusão mais importante de recente visita dos fabricantes de adubos ingleses aos EE.UU., noticiada por "Fertilizer Review", é que devem ser adotados na Inglaterra os padrões americanos de solubilidade, mais amplos, para benefício dos fabricantes, pelo aumento de capacidade de suas instalações, e dos agricultores, que poderiam incrementar o uso dos fertilizantes, em virtude da baixa de preço. Oxalá os agrônomos patrícios tirem conclusões semelhantes quanto aos índices de Schleiniger.

Além da tabela de resultados do método Schleiniger aplicado aos fosfatos brasileiros, apresentamos, para têrmos de comparação, dados colhidos por Romeu Facchina na Europa, mostrando a diferença de solubilidade natural entre os fosfatos africanos e os da Flórida, aplicando o mesmo método. Como a moágem é operação sempre ao nosso alcance para tornar mais eficientes os adubos naturais, pois no máximo os encarece um pouco, adotamos a granulação de 325 mesh para tôdas as amostras.

Os dados expostos indicam que os fosfatos da Flórida situam-se, sob o ponto de vista considerado, entre os

SOLUBILIDADE DE FOSFATOS NATURAIS ESTRANGEIROS PELO PROCESSO SCHLEINIGER

Procedência	Gafsa Hyper Reno			Gafsa moído			Geistlich (?) marroquino			Algeriano			Marroquino			Florida		
Granulação	300			150			200			300			300			?		
P205 total	28,75			28,10			33,30			26,55			33,80			36,60		
	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)
1.º extração	13,01	45,2	**45,2**	10,72	38,1	38,1	9,44	28,3	28,3	9,09	34,2	34,2	10,78	31,9	31,9	6,25	17,1	17,1
2.º extração	10,59	36,8	82 0	9,09	32,3	70,4	8,04	24,1	52,4	7,75	29,2	63,4	8,71	25,7	57,6	5,68	15,5	32,6
3.º extração	5,14	17,8	99,8	5,74	20,4	90,8	6,63	19,9	72,3	5,17	19,5	82,9	6,38	18,9	76,5	5,49	15,0	47,6
4.º extração	0,25	0,9	100,7	2,05	7,3	98,1	4,78	14,4	86,7	2,39	9,0	91,9	4,78	14,1	90,6	5,23	14,3	61,9
	25,99	100,7		27,60	98,1		28,89	86,7		24,40	91,9		30,65	90,6		22,65	61,9	

(1) Teor de P205 solubilizado em cada extração
(2) Índice de solubilidade: P205 solubilizado P205 total. %
(3) Idem, valores acumulados

SOLUBILIDADE DE FOSFATOS NATURAIS BRASILEIROS PELO PROCESSO SCHLEINIGER

I) Jazidas do Estado de São Paulo

Procedência	Ipanema			Serrote-amorfo			Serrote-cristalizado			Jacupiranga		
Granulação	325			325			325			325		
P205 total	22,1			37,9			38,3			27,8		
	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)
1.ª extração	3,6	16,3	16,3	7,8	20,6	20,6	8,3	21,7	21,7	4,9	17,6	17,6
2.ª extração	3,6	16,3	32,6	7,0	18,4	39,0	8,1	21,1	42,8	4,1	14,7	32,3
3.ª extração	3,3	14,9	47,5	6,7	17,7	56,7	7,4	19,3	62,1	3,6	12,9	45,2
4.ª extração	3,3	14,9	62,4	6,6	17,4	74,1	7,4	19,3	81,4	3,3	11,9	57,1
	13,8	62,4		28,1	74,1		31,2	81,4		15,9	57,1	

(1) Teor de P205 solubilizado em cada extração

(2) Índice de solubilidade: P205 solubilizado P205 total, %

(3) Idem, valores acumulados

SOLUBILIDADE DE FOSFATOS NATURAIS BRASILEIROS PELO PROCESSO SCHLEINIGER

II) Jazidas de diversos Estados

Procedência	Araxá-consistente			Araxá-terroso			Alagôa-Monteiro			Bauxita-Trauíra		
Granulação	325			325			325			325		
P205 total	30,6			19,3			38,1			17,1		
	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)
1.ª extração	4,4	14,4	14,4	3,9	20,2	20,2	3,5	9,2	9,2	0,05	0,3	0,3
2.ª extração	4,4	14,4	28,8	3,3	17,1	37,3	3,3	8,7	17,9	traços	—	0,3
3.ª extração	3,6	11,8	40,6	2,3	11,9	49,2	3,1	8,1	26,0	traços	—	0,3
4.ª extração	3,9	12,7	53,3	1,6	8,3	57,5	2,9	7,6	33,6	nihil	—	0,3
	16,3	53,3		11,1	57,5		12,8	33,6		0,05	0,3	

(1) Teor de P205 solubilizado em cada extração

(2) Índice de solubilidade: P205 solubilizado P205 total, %

(3) Idem, valores acumulados

nossos de Araxá e de Serrote, apresentando solubilidade comparável aos de Ipanema e de Jacupiranga. Por isso, não devemos perder de vista que, mau grado o baixo preço de seu superfosfato, os americanos empregaram em 1945 mais de 100 mil toneladas de fosfato in-natura, constituindo êste número um incentivo para um programa de estudos deste processo de adubação, tendo em vista que três culturas de ciclo longo — café, cana de açúcar e pastagens — são elementos decisivos da economia nacional.

O fosfato maranhense da ilha da Trauíra, constituido de bauxita fosforosa, mostrou-se práticamente insolúvel em ácido citrico a 2%. A apatita de Alagôa do Monteiro, que ocorre em belos cristais, apresentou indices de solubilidade muito baixos. Todavia, representa ela, pela sua pureza, ótima matéria prima para a indústria de superfosfato, que já está sendo organizada em Recife. Os fosfatos de Serrote, se bem que algo mais solúveis que os seus congêneres nacionais, ainda estão muito aquém dos fosfatos africanos. Os minérios de Araxá (consistente), Jacupiranga e Ipanema, sob êste ponto de vista, são sensivelmente equivalentes. O material terroso de Araxá apresenta indice de solubilidade comparável ao de Serrote, na primeira extração, mas não acompanha o ritmo nas extrações seguintes.

Apresentamos aos agrônomos os dados catalogados, pois a êles compete averiguar a utilidade prática do método de Schleiniger.

Belo Horizonte, Julho de 1948.

Jayme Benedicto de Araujo
Cássio Mendonça Pinto

A 1.ª SEMANA DO HORTELÃO NA ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLÃO BELO

O Sr. Dr. Antonio de Arruda Câmara, 3.º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, e diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, recebeu do Sr. Dr. Daniel de Carvalho, Ministro da Agricultura, a seguinte carta:

"Tenho a satisfação de acusar o recebimento de vosso ofício n.º 112.923, de 13 do corrente, que acompanhou o relatório da 1.ª Semana do Hortelão realizada na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", sob os auspícios dessa Sociedade e da Fundação "Getulio Vargas".

A leitura do relatório dos trabalhos realizados e da organização dada á Semana causam impressão favorável quanto aos efeitos que ela deve ter produzido ou quanto aos seus objetivos.

Formulo votos pela repetição dessa iniciativa que é uma colaboração no trabalho educativo de que muito necessitam nossas populações rurais. Cordiais saudações".

A LAVOURA

(ÓRGAM DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897



Eng.º Agrônomo Arthur Torres Filho
Presidente da Sociedade



Eng.º Agrônomo Antonio de Arruda Camara
Diretor



Eng.º Agrônomo Kurt Repsold
Redator Técnico



Eng.º Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira
Consultor-Técnico



Luiz Marques Poliano
Redator-Secretário e Gerente



Redação e Administração:
AV. FRANKLIN ROOSEVELT 115, 6.º
Telefone: 42-2981
Caixa Postal 1245 — Rio de Janeiro



Princípios Rochdalianos, Educação e Plano de Orientação Cooperativa

FABIO LUZ FILHO.

Em livros sucessivos tenho frisado que o cooperativismo possui grandes virtudes de disciplina, de coesão, de mútuo-entendimento, uma filosofia moral criadora de um clima novo nas relações humanas.

Mesmo antes da atual fase de experiência socialista, a Inglaterra libérrima, berço dos "Rochdalianos" famosos que lançaram ao mundo a idéia cooperativa moderna, que venceu cem anos de experiências sem desfalecimentos que valem por uma consagração, tinha o pensamento de seus líderes políticos e cooperativistas para o aperfeiçoamento do seu sistema educativo no sentido da fecunda ação cooperativa.

Acaba ela mesmo de, recentemente, elevando-o ao baronato, dar assento, na Câmara dos Lordes, a *M. Palmer*, o ilustrado presidente da Aliança Cooperativa Internacional, com sede em Londres, como elemento avançado a quebrar, com líderes trabalhistas, o conservantismo dessa Câmara, que já não possui o direito de veto em determinados casos.

Fabra Ribas, o ilustrado economista e sociólogo espanhol que me honra com a sua amizade e me distingue com seu aprêço, acaba de me enviar brilhante trabalho que apresentou a "2.ª Conferência de 1.ª Unión Cooperativa Boliviana", realizada em Caracas em 1945.

Percute êle, com o costumado brilho e a sólida cultura de que é dotado, a tecla da necessidade da formação de técnicos e da educação cooperativa.

Cita a *Edward Filene* ("Sucessful Living in This Machine Age") e a *Gerald Wendt*, aludindo ao trabalho gigantesco dos 2.400 laboratórios norte-americanos, nos quais moureja̧m 70.000 técnicos, com despesas que vão a 300 milhões de dólares. Núcleos que possibilitarão, ampliados pela formidável capacidade dêsse grande povo, a posse de campos científicos semelhantes a êsse que levou ao assombro da desintegração do átomo, sonho secular dos sábios. O homem pacífico do laboratório subvertendo, com o poder do cérebro, com a potência do estudo acrisolado, com as armas da cultura científica, o panorama político do mundo, quiçá, radicalmente, seu aspecto econômico e social em futuro próximo.

Nascido o cooperativismo, como já foi acentuado, de imperativos históricos: o desequilíbrio entre o processo da produção e as exigências do consumo, constitui êle, precisamente por isso, um dos capítulos mais vastos e empolgantes da economia social moderna, cujos postulados cimentam uma nova concepção da criação e distribuição das riquezas, feitas para a satisfação de necessidades e não para o lucro, princípio ético-social de alcance enorme: a riqueza consumida pelo seu justo preço; o lucro pertencendo ao que legitimamente o criou; o esfôrço criador como base fecunda da recompensa; o elemento pessoal como fator de dinamismo; o capital servindo ao trabalho; a humanização dos meios de produzir.

Carlos Howarth, ovenista, pobre operário de uma fábrica de algodão, foi, como já vimos, o inspirador do princípio-chave que *Gide* classificou de "golpe de gênio": a norma revolucionária do retôrno, da distribuição das sobras do exercício social na proporção do consumo que não do capital. A êsse princípio, entre outros, filia-se todo o poder de sua expansão no mundo.

Sintetizo o que a Aliança Cooperativa Internacional, com sede em Londres, órgão coordenador do movimento cooperativo mundial e impertérrito mantenedor da pureza de seus princípios, deu recentemente como característicos basilares rochdalianas. Ei-las:

1 — *"Livre acesso e adesão livre"* — Êste princípio estabelece que o ingresso em uma sociedade cooperativa deve ser livre para todos sem distinção de côr, raça, sexo, nacionalidade, ou crença religiosa. Cada cidadão deve acharse em condições de permanecer fora do movimento ou pertencer ao mesmo de acôrdo com os ditames de sua própria vontade.

2 — *"Contrôle democrático"* — Êste princípio estimula a completa autonomia das cooperativas. O elemento básico do govêrno democrático: "Um homem, um voto", é o fundamento da constituição cooperativa e é exercitada sem discriminação de sexos. E' fautor de capacidade eletiva e seletiva, de disciplina mental e moral, de sensibilidade social.

3 — *"Distribuição de excedentes ou sobras"* E' feita a distribuição na proporção das compras. E' o método pelo qual o lucro, único móvel propulsor do comércio e da indústria, é eliminado. E' o "reino do justo preço" (Gide).

4 — *"Limitação do juro ao capital"* — E' um princípio que, sem desconhecer o direito à compensação pelo uso do capital, nega tôda pretensão ao proveito puramente capitalista e fecha a porta à usura em tôdas as suas formas.

5 — *"Neutralidade política e religiosa"* — Aplicável a todos os associados e em tôdas as operações e discussões das sociedades cooperativas. Êste princípio ressalva a independência dos associados e a unidade das sociedades cooperativas. Permite ao movimento cooperativo apelar para a boa vontade de todos e concentrar tôdas as suas fôrças na realização de suas idéias econômicas e sociais.

6 — *"Pagamento a dinheiro de contado"* — E' um fator essencial não sòmente da estabilização do comércio e da indústria em geral. Livra a comunidade dos consumidores da servidão da dívida e conduz a hábitos de economia.

7 — *"Estímulo à educação"* — Considerada a regra de ouro. Assegura o desenvolvimento moral e intelectual dos cooperadores para funções de responsabilidade e para uma vida ampla em uma comunidade que marcha progressivamente para um plano mais alto de cívi-

lização, para a construtora de um mundo mais compreensivo e harmônico.

Maurice Colombain, acentua, com muita justeza, que a primeira tarefa da educação cooperativa é dar aos homens livres *fé* e consciência, fundar e fortalecer-lhes o sentimento da liberdade e da igualdade por meio do conhecimento viril de suas responsabilidades. Obra necessária, mas ainda insuficiente. *Walter Scott* conta que, um dia, utilizando-se êle dos serviços de um barqueiro, percebeu que num dos remos do barco estava inscrita a palavra "Fé" e no outro a palavra "Trabalho". Perguntando ao barqueiro o motivo daquilo, êste em resposta, manobrou com vigor o remo a que chamava "Fé", e o barco começou a rodar sôbre si mesmo, sem rumo. Manobrando o remo "Trabalho, disse a Walter Scott o barqueiro que o bote então caminhava direito porque empregava "Trabalho" juntamente com "Fé".

Assim sucede com o barco cooperativo. Não há possibilidade de se navegar se não fôr impulsionado pela fé, e, tampouco, poderá navegar com segurança e bem orientado se não fôr movido, também, e no mesmo tempo, pelo trabalho, isto é, pela colaboração de todos os que lhe confiaram seus interêsses e suas esperanças. Necessitamos, pois, de aprender a trabalhar juntos, a pensar e sentir juntos. Temos que aprender a solidariedade. Devemos educar-nos.

Já houve quem dissesse que o cooperativismo é um movimento de natureza econômica que se vale, com inteligência e propriedade, da educação, ou um processo educativo quem tem por instrumento a ação econômica.

Tão necessária é essa educação que, na Suécia, India, Rússia, Inglaterra, Canadá, Estados Unidos, etc., continuam a criar-se cátedras nas escolas superiores, inclusive de agricultura, para o ensino e a prática do sistema cooperativo, que em muitas constitui uma disciplina autônoma, como veremos.

Na Inglaterra, por exemplo, o "Cooperative College", em Manchester, teve a seguinte frequência em seus cursos em 1940: jovens, 1.200, com 35.000 alunos; adultos: 335 cursos, com 7.000 alunos; cursos para dependentes e empregados de cooperativas: 1.338 com 23.871 alunos.

Êsse estabelecimento de ensino terá brevemente a sua alta escola de cooperativismo, com trabalhos de laboratório e investigação.

Os "comités" de educação cooperativa são reconhecidos pelo govêrno inglês e têm representação no "National Education Council".

O novo govêrno provisório austríaco é presidido pelo dr. Karl Benner, o qual dirige, ao mesmo tempo, a pasta das Relações Exteriores. Conhecido nos meios cooperativistas mundiais, pertence êle ao Comitê Central da Aliança Cooperativa Internacional, órgão centralizador e coordenador do movimento cooperativo internacional com sede em Londres. E' ainda presidente da União Central de Consumo das Cooperativas de Consumo da Austria.

O *sr. Andreas Korp* é um dos diretores gerais da Cooperativa Central de Abastecimento. O *sr. Buckinger*, ministro da Agricultura, é o líder de maior destaque da União das Cooperativas Agrícolas da Austria.

Vários países da América do Sul (Argentina, Colômbia, Venezuela, Perú, etc.) possuem Centros e Institutos de Estudos Cooperativos. Agora mesmo no Perú acaba de reiniciar atividades a "Escola de Cooperativismo", com pessoal idôneo e especializado, e o Congresso de Estudantes aprovou uma moção sugerindo a criação de uma cátedra de cooperativismo na Faculdade de Direito e Ciências Políticas e Sociais.

A Universidade Operária da Colômbia, em Bogotá, acaba também de incluir em seu currículo um curso de cooperativismo. Acabo de acentuar em meu último livro — "*Teoria e prática das sociedades cooperativas*" — como o Bureau International du Travail traçou o quadro do ensino cooperativo em vários países, entre êles a India, onde pelo menos dez universidades dão cursos de extensão sôbre a história e a teoria cooperativa. No plano que apresentei e vi aprovado pelo plenário da *Reunião de Secretários da Agricultura* realizada o ano passado no Rio de aneiro, acentuei a relevância do setor educativo. Eis o plano:

1.º — *Crédito especializado*, através da C.C.C. seja diretamente, seja através de órgãos estaduais específicos, naturalmente majorado o fundo financeiro de que dispõe. Coadjuvará a C.C.C., através de técnicos capazes, não só a propaganda como a educação do associado (seja como prestatário, seja como cooperador), estendendo o crédito às várias modalidades de cooperativas, entre elas as de consumo, dentro de normas flexíveis.

2.º — Destinarem os D.A.C. estaduais os 50.000 — cruzeiros anuais que recebem, devidamente comprovados e com a possível ingerência do S.E.R., a uma intensa obra de propaganda escrita e falada, de assistência e de aparelhamento técnico, sob a supervisão dêsse mesmo Serviço de Economia Rural, que deverá para isso ter fundamentalmente alterados seus quadros, com verbas mais amplas se é realmente desejo do Govêrno que se faça verdadeiro cooperativismo no Brasil em realizações duradouras.

3.º — Que o S.E.R. peça ao Sr. Ministro da Agricultura leve ao conhecimento do Sr. Presidente da República a atividade dos fiscos em face das isenções legais de impostos, mediante discriminação clara e incisiva.

4.º — Ao lado da propaganda comum, escrita, falada, através dos instrumentos modernos naturalmente indicados (imprensa, palestras, radio, etc.), uma assistência legal, doutrinaria, jurídica, contabil e pratica, quer pela divulgação escrita da jurisprudência e princípios firmados pelo S.E.R., quer através de *instrutores ou inspetores itinerantes e censores agro-pecuários* (exame das regiões geoeconômicas e suas possibilidades), o que seria enormemente facilitado com a coadjuvação da S.P.E.S. dêsse Serviço, das Agências estaduais, por si ou em colaboração com os D.A.C., ou departamentos outros de agricultura, educação e saúde.

5.º — *Propaganda, organização, Ensino, Educação, Assistência, Fiscalização*, eis pontos nevrálgicos.

6.º — Formação da carreira de *técnicos em cooperativismo*, com facilidades de locomoção, vencimentos compatíveis e elementos de trabalho suficientes, e ampliação de quadros, do seio dos quais sairão, ou não, os elementos do item 4.º.

7.º — Obrigatoriedade dos D.A.C. que recebem auxílio de contratar os técnicos necessários mediante estágio aqui no S.E.R. e dar aplicação específica a êsse auxílio ou, se possível, federalização dos D.A.C. que se tenham revelado inoperantes, pela denúncia dos atuais acordos.

8.º — Direitos preferenciais de transportes e minoração de fretes para os produtos das e para as cooperativas.

9.º — Organização de cooperativas-modelos municipais, intermunicipais ou regionais para culturas típicas, ou não, de funções múltiplas, mixtas ou cíclicas, com assistência oficial permanente, se possível.

10.º — Concentração do movimento cooperativo nacional onde necessário e possível.

11.º — Formação de cooperativas de horticultores, de policultura, de lacticínios (leite de granja) e avícolas em tôrno das grandes cidades, quer em núcleos coloniais, quer isoladas, dando-se-lhes um sentido federativo.

12.º — Continuação da campanha das cooperativas de crédito específicas, quando possíveis, e das de consumo e articulação das federações destas com as federações agro-pecuárias ou com as grandes cooperativas agrícolas isoladas, mediante convênios e financiamento adequados.

13.º — Cooperativas de colonização ou de trabalho agrícola, com trabalho coletivo ou não, onde forem possíveis.

14.º — Incentivo à formação de cooperativas para gêneros de alimentação, ou exigência de reserva de hectares necessários a essa produção, quando possível, em cooperativas de outros tipos, notadamente nas de lacticínios e de culturas típicas.

15.º — Auxílio em transportes.

16.º — Ao se fundarem ou projetarem cooperativas ter em vista:

a) — o exame prévio de suas estruturas econômicas e existência e possibilidade de administradores e gerentes capazes, ou elementos oficiais com qualidades para orientá-las em última instância;

b) — averiguações em tôrno da potencialidade da produção a ser cooperativada em volume e qualidade, transportes e possibilidades e preferências de mercados;

c) — exame das necessidades reais quanto ao crédito;

d) — exame das razões financeiras, econômicas, morais, psicológicas e culturais que possam retardá-las, ou levá-las ao fracasso;

e) — as indústrias agro-pecuárias correlatas possíveis de desenvolver;

f) — apôio e interêsse das Prefeituras, mesmo que seja depositando seus fundo nas cooperativas, e atenuação de exigências fiscais; facilidades em e para caminhões, mercados e barreiras.

17.º — As cooperativas de consumo deverão visar, na medida do possível entre outras cousas já amplamente especificadas em estatutos-modêlos oficiais, etc., a:

a) — educação cooperativa sistemática, aproveitados os sobejos elementos de doutrina e de ordem prática existentes;

b) — aquisição nas fontes de produção, sempre que possível

18.º — As agrícolas incluirão também em seus programas de ação:

Colocar, entre ass nas atividades, os caminhos vicinais, os armazéns, silos e frigoríficos, as frotas de caminhões, carretas, carros, carroças, muares, instrumental agrícola, reprodutores, mudas, sementes, plantéis selecionados, bichos de sêda, sub-produtos, etc.; preeminência ao aspecto técnico, com especialistas contratados sempre que possível; amparo do crédito oficial, ou não; o ensino e a educação sanitária como setores obrigatórios, na impossibilidade de cooperativas sanitárias específicas, etc.

19.º — Incentivo às cooperativas escolares.

20.º — Cooperativas pastoris específicas, com programa de inseminação artificial.

O plano acima poderá ser instruído com o seguinte questionário:

1 — Quais os tropeços encontrados para fundação e posterior funcionamento das cooperativas nos Estados?

2 — Quais as dificuldades encontradas em matéria de contabilidade?

3 — Têm tido as cooperativas amparo de crédito particular ou oficial? E' premente essa necessidade? Como atender a êsse setor dentro das peculiaridades locais?

Quantas cooperativas de crédito no momento existem e volume global dos empréstimos feitos para fins agrícolas?

4 — Têm sido encontrados administradores capazes?

5 — Tem o órgão específico de organização e fiscalização de cooperativas meios para assistir às mesmas e fiscalizá-las? Caso contrário, quais as razões disso?

6 — Tem havido apôio do govêrno estadual as iniciativas dêsse órgão?

7 — Quais os gravames fiscais que pesam sôbre as cooperativas no Estado e no município? Há tendência para minorá-los?

8 — Preenchem os Conselhos de Administração e Fiscal das cooperativas regularmente a suas funções? Têm concurrência as assembléias gerais?

9 — Há ingerência das autoridades federais, estaduais ou municipais na economia interna das cooperativas?

10 — Há satisfação da parte dos associados em relação aos serviços prestados pelas cooperativas? Quais as suas falhas? Há fidelidade dos associados às suas cooperativas?

11 — Tema a ação cooperativa de alguma forma contribuído para o melhoramento do nível da economia rural do Estado, ou ainda permanece em estágio de experiência? Neste último caso, promete resultados? Há trabalho de educação cooperativa?

12 — Quais os setores de economia do Estado que se acham organizados cooperativamente, o número de cooperativas existentes e sua situação patrimonial, volume de sua produção e sua situação em relação aos mercados internos e externos?

Os Concursos da Postura e o Programa de Seleção das Aves

HENRIQUE FRANCISCO RAIMO
(Do Departamento da Produção Animal de S. Paulo)

INTRODUÇÃO

A indústria avícola será a indústria do futuro, no Brasil. No momento, suas possibilidades, embora remotas, apresentam um volume comercial vultoso, de modo a não permitir dúvidas quanto ao seu promissor futuro.

No entanto, para que a indústria avícola se torne de fato uma indústria lucrativa, quer produzindo ovos, quer carne ou reprodutores, um programa de seleção das aves se faz mister, representando a base da produção econômica dos produtos fornecidos pela avicultura.

Sabendo-se que a alimentação representa cêrca de 45% do custo total da produção de ovos, a conclusão de que quanto mais ovos puzer uma galinha tanto menor será o custo da produção por dúzia, está ao alcance de qualquer leigo.

Desde que a postura elevada das galinhas condiciona uma produção econômica, proporcionando maiores benefícios ao avicultor, a seleção para a produção de ovos é o caminho mais acertado para aqueles que desejam explorar essa característica biológica das aves. Porém, nem sempre empregam os avicultores os metodos mais indicados para a seleção de suas aves. Alguns, rotineiros, mantêm plantéis de aves e as selecionam tão sòmente pelos tipos padrões das raças. Outros as selecionam pelos caracteres morfológicos correlacionados com a produção de ovos.

Tais métodos, empíricos, não correspondem às finalidades impostas pelo desenvolvimento da avicultura. Os que dêles se têm utilizado, pouco ou nada avançam no desenvolvimento de linhagens ou famílias produtivas. Aqueles que têm realizado pesquisas sôbre o problema, procurando encontrar correlações entre os caracteres morfológicos e a produção de ovos das aves, são unânimes ao afirmarem a falta de segurança dêsses métodos de seleção para a produção de ovos.

Reportando-nos aos estudos das relações entre a forma do corpo e a postura das aves, citaremos Jull, Quim e Godfrey (1933), da Beltsville Research Center. Os autores citados estudaram um lote de 237 galinhas da raça Leghorn Branca. Após completar um ano de postura (365 dias), êsse lote de galinhas foi dividido em 3 grupos, a saber:

a) grupo de galinhas de alta postura (245 ovos);

b) grupo de galinhas de média postura (200 ovos);

c) grupo de galinhas de baixa postura (156 ovos);

As medições do corpo compreenderam:

1) medida do comprimento da cavidade abdominal;

2) medida da largura da cavidade abdominal;

3) medida do comprimento do esterno (quilha).

As três medidas foram procedidas em aves vivas e em carcaças de aves do mesmo lote, que apresentaram, no caso, diferenças insignificantes.

Os resultados obtidos mostraram que as diferenças entre o comprimeiro e largura da cavidade abdominal e o comprimento do esterno (quilha), entre as galinhas de alta postura e as de baixa postura, foram insignificantes, o que vem demonstrar a impraticabilidade de tais medidas nos métodos de seleção avícola para a produção de ovos.

A cabeça das aves igualmente tem sido estudada, procurando os pesquisadores correlacionar algumas medidas da cabeça com a capacidade de produção das aves.

Dentre os diversos pesquisadores que estudaram o problema, citaremos Miller e Carver (1933). Os citados autores, estudando 9 medidas da cabeça de 319 galinhas da raça Leghorn Branca e de 113 galinhas da raça Rhode Island Red, concluiram que as medidas da cabeça não constituiam por si um índice da capacidade de produção de ovos das galinhas.

Tais estudos pràticamente esgotaram o assunto, pelo volume de dados interpretados, acuidade técnica empregada, bem como pelo auxílio da Biometria, reveladora matemática nas possíveis relações entre caracteres correlativos.

Com a redescoberta das leis de Mendel, a Genética Animal expandiu-se e os estudos se encaminharam para a identificação dos verdadeiros princípios que devem reger o melhoramento dos animais domésticos. Dentre esses, as aves, especialmente as poedeiras, vêm merecendo especial atenção dos técnicos responsáveis pela seleção das aves dos estabelecimentos oficiais.

Como resultado dêsses estudos, sabemos que existem vários fatores fisio-genéticos que condicionam a produção elevada de ovos das galinhas, destacando-se a maturidade sexual, intensidade da postura, ausência de chôco e persistência da postura. Desde que êsses fatores genéticos são os que, em grande parte, condicionam a postura elevada das aves, outra seleção que não seja a genotípica deve ser afastada.

O contrôle da produção das aves originais e da sua progênie é o ponto básico de todo programa de seleção avícola. Uma galinha vale por sua produção de ovos e capacidade biológica de transmissão dos caracteres que condicionam a postura elevada.

O contrôle da produção das filhas dos acasalamentos de um galo com determinada galinha, constituindo uma família, representa uma das mais importantes fases do contrôle da progênie. E' a fase-recorde de família.

Êsse contrôle é tão mais importante quando se conhecem os seguintes fatos:

1) um galo acasalado com galinhas diferentes pode apresentar resultados diferentes;

2) uma galinha acasalada com galos diferentes pode, igualmente, apresentar resultados diferentes.

Diante de tais fatos incontestáveis podemos admitir que, mediante o contrôle da produção das galinhas originais e de sua progênie, poderá o avicultor progredir na elevação da média de postura de seu rebanho — base econômica de tôda a avicultura racionalizada.

A identificação das aves pela anilagem ou outra qualquer marca, bem como a identificação dos ovos pelo contrôle do ninho-alçapão, fornecem os elementos básicos para todo um programa de seleção.

A inscrição dêsses elementos em fichas de contrôle, em divisão liberal, postura e incubação, constitue por si o marco para o desenvolvimento de um programa de seleção genotípica.

No entanto, tais fatos não foram identificados, confirmados e difundidos sem um comprovante público que pudesse testemunhar diante dos avicultores especializados na produção de aves "tipo exposição", ou daqueles aferrados aos métodos empíricos de seleção fenotípica, o verdadeiro caminho a ser trilhado, na árdua tarefa selecionista para a produção de ovos. Para tanto surgiram os concursos de postura.

Finalidade dos Concursos de Postura

A função primordial dos concursos de postura, no início, foi a de comprovar públicamente os métodos seletivos empregados pelos avicultores de determinada região ou de todo um país.

Depois que se alargaram os conhecimentos da Genética Animal, é que várias formas de herança se achavam intimamente associadas à produção de ovos, e que o contrôle pelo ninho-alçapão, após a identificação das aves, fornecia preciosos elementos biológicos, caracterizando as melhores poedeiras, uma nova era abriu-se aos concursos de postura. Ràpidamente êles grangearam popularidade e se multiplicaram largamente nos países de avicultura progressista e racionalizada. Assim é que, sòmente nos Estados Unidos, contam-se para mais de 40 concursos de postura.

Além dêsses concursos, promovidos por entidades oficiais, foram muitos aqueles organizados por sociedades avícolas regionais, principalmente nos Estados Unidos, valendo no entanto para efeitos de récordes os resultados obtidos pelas aves nos concursos oficiais.

Resumo Histórico dos Concursos de Postura

As primeiras notícias de contrôle de postura em conjunto, representando várias raças e criadores diferentes, datam de 1897, na Inglaterra. Esses contrôles não eram procedidos por órgãos técnicos oficiais e tinham curta duração.

O primeiro concurso oficial de postura, abrangendo um período de 12 mêses de contrôle, foi inaugurado em 1902, no Hawkesbury Agricultural College, na Nova Galles do Sul, Austrália.

Na Europa, o primeiro concurso de postura em caráter oficial foi inaugurado em 1912, no Harper's Adams Agricultural College, Westport, Inglaterra, que controlava a postura das aves concorrentes durante 365 dias.

Nas Américas, o primeiro concurso de postura realizado em caráter oficial foi o da Colúmbia Britânica, no Domínio do Canadá, em outubro de 1911. No mesmo ano, quase no mesmo tehpo, eram inaugurados o Concurso de Postura da Storrs Agricultural Experiment Station (Storrs Agriculturas College), Storrs, Connecticut e o de Mountain Grove, no Missouri, ambos nos Estados Unidos da América do Norte. Êstes concursos tiveram início a 1 de novembro de 1911.

Na América do Sul, segundo nossos dados, o primeiro concurso de postura foi realizado no Chile, no período de 1927-1928, seguindo-se o da República Argentina, realizado no período de 1929-1930, na cidade de Rosário.

No Brasil, o primeiro concurso de postura promovido por entidade oficial, no caso representadada pelo Dep. da Produção Animal, da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, foi realizado no Parque Central de Avicultura, Sao Paulo, em 1938-1939.

Antes, no período de 1937-1938, fôra realizado no Rio de Janeiro um concurso de postura, promovido pela Sociedade Brasileira de Avicultura, porém em caráter oficioso.

Condições Gerais de Contrôle dos Concursos de Postura

Os concursos de postura destinavam-se tão sòmente ao contrôle da postura anual, sem atentar para outros fatôres biológicos de capital importância para o progresso seletivo das raças mais indicadas para a exploração industrial de ovos. Dessa maneira, as aves eram classificadas na ordem decrescente do total da postura anual e os lotes na base da média das 10 melhores poedeiras do lote.

Porém, desde que as classificações comerciais tomaram por base o pêso dos ovos tornou-se necessária uma alteração no julgamento final das aves concorrentes. O pêso dos ovos postos, refletindo um caráter biológico de grande valor comercial, exigia da direção técnica dos concursos sua equivalência junto ao número de ovos postos.

No entanto, essa alteração sòmente se processou após a realização de sucessivos concursos. Valemo-nos dos dados divulgados pela New Jersey Agricultural Experiment Station, New Brunswick, N. J., que pelo Departamento de Avicultura superintende os três concursos de postura do Estado: Vineland, Passaic County e Hunterdon.

O Concurso de Postura de Vineland foi instalado em 1916 e os ovos colhidos e anotados nas fichas das galinhas não eram pesados, recebendo sòmente uma marca X, aposta na ficha de registro individual de postura, correspondente à data da postura do ovo. Esta rotina foi mantida até 1927. Em 1928-1929, os ovos colhidos foram pesados, não influindo porém na classificação geral das aves. No entanto, foi estudado o critério a ser empregado, valendo-se do pêso obtido para a confecção de tabelas de pontos, correspondendo a cada ovo um determinado número de pontos ou fração, de acôrdo com o pêso dos ovos, aferido pelas balanças fabricadas especialmente para êsse fim, conforme a tabela confeccionada, isto é, um ovo é classificado pelo pêso em onças alcançando por uma dúzia de ovos, a partir de 18 onças por dúzia.

TABELA

Ovos	pesando	18	onças	por	dúzia	recebem	0,70	pontos	por	ovo
"	"	19	"	"	"	"	0,75	"	"	"
"	"	20	"	"	"	"	0,80	"	"	"
"	"	21	"	"	"	"	0,85	"	"	"
"	"	22	"	"	"	"	0,90	"	"	"
"	"	23	"	"	"	"	0,95	"	"	"
"	"	24	"	"	"	"	1,00	"	"	"
"	"	25	"	"	"	"	1,05	"	"	"
"	"	26 ou mais	onças	por dz.			1,10	"	"	"

Êsse sistema de pontos reportando-se ao pêso dos ovos postos pelas aves sòmente foi empregado nos Concursos de Postura do Estado de New Jersey, a partir de 1930. Tal critério de classificação generalizou-se, sendo adotado em todos os demais concursos de postura.

Métodos de Contrôle dos Concursos de Postura

A maioria dos concursos de postura baseia-se no contrôle da postura de frangas, com relação ao número de ovos e seu respectivo pêso. As aves entram para o recinto dos concursos antes de haver iniciado a postura e permanecem em contrôle durante 365 dias, contados a partir da data da postura do primeiro ovo, inclusive. Êste é o critério-base para o desenvolvimento da maioria dos concursos de postura.

Uma condição essencial é exigida das frangas concorrentes aos concursos de postura norte-americanos. Estas devem iniciar a postura até o dia 1 de novembro, inclusive, a fim de que o término do período de contrôle seja uniforme bem como a coleta de elementos técnicos e organização dos trabalhos de expediente.

Outra modalidade de contrôle, aliás bem sugestiva é apresentada pelo Congresso de Postura de Vineland, New Jersey. Em 1916 foi aberto o Concurso de Postura que operava nas seguintes bases:

1 — cada lote consistia de 10 frangas;

2 — as frangas eram controladas em ninho-alçapão durante 2 anos;

3 — durante o segundo ano de postura as aves concorrentes entravam em reprodução. Cada avicultor fornecia o galo-reprodutor para seu lote;

4 — durante o terceiro ano as filhas das galinhas concorrentes eram controladas.

Êsse método de contrôle vigorou até 1924-1925, passando depois ao contrôle da postura de frangas sòmente. Em 1934-1935, o concurso de Vineland passou novamente ao contrôle de galinhas na seguinte base:

1 — lotes de galinhas que terminaram seu primeiro ano de postura sob a fiscalização oficial das granjas;

2 — as galinhas concorrentes são controladas até a morte;

3 — os resultados da postura são anotados anualmente, somando-se o total de ovos postos até a data de sua morte.

Em 1937-1938,, o Concurso de postura de Pennsyllvania padronizou uma classe para receber galinhas controladas nas mesmas bases que regem o Concurso de Postura de Vineland.

Outras reforma de importância, introduzida nos regulamentos dos concursos de postura, foi aquela que modificou o critério de classificação dos lotes concorrentes. Os regulamentos previam a classificação dos lotes pela soma do número de ovos e de pontos obtidos pelas 10 melhores poedeiras do lote, dentre aquelas que terminavam o ano de contrôle. Porém, desde 1938, quase todos os concursos de postura uniformizaram seus regulamentos, baseados no seguinte:

1 — os lotes inscritos deverão constar de 13 frangas;

2 — a clasificação dos lotes será feita pela soma total dos ovos postos e seus respectivos pontos, de tôdas as aves que completaram o ano de contrôle;

3 — os avicultores sòmente poderão substituir as aves que morrerem dentro das suas primeiras semanas após o início do concurso.

O CONCURSO DE POSTURA DO DEPARTAMENTO DA PRODUÇAO ANIMAL

SÃO PAULO

O decreto que estabeleceu o Concurso de Postura do Estado de São Paulo foi expedido pelo Secretário dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, em 17 de janeiro de 1938, estabelecendo as Instruções para a realização dos concursos de postura, a cargo do Departamento da Produção Animal. Essas Instruções foram modificadas a 30 de janeiro de 1939 e novamente a 20 de outubro de 1942.

Reza o ato de 20 de outubro de 1942: "O Senhor Doutor Paulo de Lima Corrêa, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, considerando que a realização de concursos permanentes de postura é um dos meios mais eficientes para o fomento da avicultura industrial.

Considerando que as instruções que acompanharam o ato de 30 de janeiro de 1939 precisam ser modificadas, resolve aprovar as seguintes instruções para a realização dos mencionados concursos do Departamento da Produção Animal".

Dessas instruções mencionaremos os artigos básicos:

"Artigo 7.º — Os concursos serão anuais e terão o limite maximo de inscrição total determinado pelo Departamento da Produção Animal e o limite minimo de 10 lotes com 130 aves.

Parágrafo 1.º — Cada concorrente poderá inscrever, no mínimo, um lote e, no máximo, dois, de 13 cabeças de uma só raça e variedade, computando-se para o contrôle coletivo a postura de 10 melhores de cada lote, ficando as três restantes de reserva, como "substitutas" para a substituição alternada.

Artigo 9.º — Parágrafo 3.º — As frangas que não iniciarem a postura até o dia 1 de maio, inclusive, ficam automàticamente eliminadas do Concurso.

Artigo 15.º — Sòmente concorrem aos Concursos aves procedentes de criadores cujas granjas possuam atestado de sanidade passado pelo Departamento de Defesa Sanitária da Agricultura. O atestado refere-se a: 1 — Pulorose, 2 — Tifo aviário, 3 — Colera aviaria, 4 — Neurolinfomatose e 5 — Condições gerais de sanidade da Granja.

Parágrafo 3.º — Após serem examinadas nas Granjas, as aves serão marcadas com anéis invioláveis do C.P.P. os quais serão apostos pelos técnicos do D.P.A. ou D.D.A.

Artigo 18.º — O registro de postura será feito mediante o contrôle pelo ninho-alçapão. Os ovos postos fora do ninho serão computados no contrôle coletivo.

Artigo 19.º — A classificação será feita tendo em vista o número de pontos e o número de ovos.

Artigo 20.º — Para a clasificação por pontos se adotará o método dos quocientes de acôrdo com a fórmula:

a) $\frac{\text{Pêso do ovo}}{55}$ ......

O pêso da unidade para os 15 primeiros ovos que ponham as frangas será de 45 gramas, quando será adotada a fórmula:

b) $\frac{\text{Pêso do ovo}}{45}$ ......

Artigo 21.º — Para a classificação coletiva, quer seja por pontos, quer pelo número de ovos, será somado o número de pontos, ou a postura das dez melhores aves dos lotes.

Artigo 23.º — A ração usada será uniforme para todos os lotes da mesma raça e balanceada a critério do Departamento da Produção Animal, correndo as despesas de alimentação por conta do mesmo Departamento.

CONCURSO DE POSTURA E PROGRAMA DE SELEÇAO DAS AVES

Os concursos de postura representam nos paises pioneiros da realização de tais certames, o marco inicial dos programas de seleção das aves, pela soma de novos conhecimentos trazidos à luz da zootecnia, oriundos de tais contrôles da postura das aves e ampliados pelas modernas concepções das várias formas de herança dos fatôres que condicionam a produção de ovos.

Antes de tudo, os concursos de postura, instalados nos numerosos centros avícolas dos paises que desejam colocar a avicultura no devido lugar entre as fontes de maior produção e rendimento, têm como precípua finalidade e de arguir tècnicamente o potencial biológico das aves inscritas, mediante o emprêgo do ninho-alçapão.

O registro da postura, salvaguardado pela rúbrica oficial ,fornecerá elementos preciosos para o estudo dos fatôres fisiogenéticos que condicionam a produção anual de ovos das galinhas.

Número de ovos

A divulgação entre os avicultores concorrentes dos elementos fornecidos pelo contrôle, em primeiro lugar da produção de ovos, pelo emprêgo de ninhos-alçapão, fêz com que se difundisse êsse processo destinado à identificação dos ovos postos pelas aves, tornando possível a seleção das galinhas, tendo em vista a capacidade de produção das mesmas.

Data dêsse período a limitação e mesmo o abandono por parte dos avicultores da criação de aves tendo como finalidade o aspecto exterior, os "tipos de exposição".

Pêso dos ovos

Depois que se modificaram os regulamentos dos concursos de postura, que passaram a considerar o pêso dos ovos na classificaçã das aves, novo passo de grande alcance prático foi dado, tendo em vista que as classificações comerciais tomaram por base o pêso dos ovos.

Com essa medida preenchia-se uma grande lacuna apresentada pelos concursos de postura, evitando a competição visando somente o numero de ovos, em detrimento de seu pêso. O avicultor concorrente para figurar com êxito no resultado final dos concursos de postura deve igualmente selecionar seus lotes, tendo em vista êsses dois fatores de grande importância na produção de ovos: número e pêso.

Os certificados fornecidos aos avicultores, depois de concluido o periodo de contrôle, espelham os melhores resultados obtidos pelas aves do lote, isto é, recebem o certificado as aves que puseram 200 ovos ou mais e com o pêso médio de 56,7 gramas.

Viabilidade das Aves

Os conceitos modernos da herança da viabilidade das aves, que permite a formação de familias e linhagens resistentes a várias moléstias e maior vitalidade, encontram nos concursos de postura uma confirmação, obrigando os avicultores concorrentes a dispensar o máximo de atenção a êstes pontos básicos no programa de seleção de suas aves.

Desde que a classificação dos concursos de postura é realizada computando-se os resultados obtidos por tôdas as aves dos lotes, naturalmente serão beneficiados aqueles que tiverem seu lote completo ao finalizar o concurso. Cada ave morta implicará na perda de um número valioso de ovos e pontos na classificação final.

E' o prêmio-estímulo para aqueles que encaram a seleção genotípica de suas aves como o melhor processo para elevar a média de postura de seu rebanho.

Supervisão Oficial da Seleção e da Produção das Aves

Os concursos de postura, pelas suas características de ordem técnica, fornecem os elementos necessários para contrôle e fiscalização oficial da produção das aves em criação nas granjas-selecionistas e ponto de partida para a abertura dos registros de seleção e da produção das aves.

O emprêgo continuado do ninho-alçapão, nas granjas de origem, a confirmação da produção nos concursos de postura, a divulgação dos resultados obtidos, focalizando os elementos essenciais para o melhor desenvolvimento dos programas de seleção, são os pontos capitais para o estabelecimento da supervisão oficial no contrôle da produção das aves nas granjas-selecionistas.

Estudo dos Fatôres Fisio-Genéticos da Postura

Os concursos de postura, além de trazerem dados inestimáveis para o proprietário, cujas aves são concorrentes, oferecem meios para a Instituição competente investigar os resultados a fim de que possa mais seguramente solver os problemas avícolas, em benefício dos programas de seleção das aves.

Assim, entre nós, o Concurso de Postura de São Paulo tem sido a fonte de elementos técnicos para a elucidação de vários pontos de seleção avícola em nosso meio.

Veiga e Raimo (1940, 1941, 1942 e 1943), estudando os resultados do 1.º Concurso de São Paulo, apresentam em uma série de trabalhos conclusões importantes para os avicultores patrícios.

Os trabalhos em questão se referem a:

1 — Estudo geral sôbre o pêso dos ovos por lotes e por raça;

2 — Estudo sôbre a maturidade sexual por lote e por raça;

3 — Estudo sôbre a produção de ovos por lotes e por raça;

4 — Estudo sôbre a influência do meio sôbre a produção de ovos (temperatura, estado higrométrico, chuvas, etc.);

5 — Estudo geral sôbre as diferentes formas de contrôle da postura com seus graus de segurança;

6 — Estudo sôbre as moléstias incidentes no concurso;

7 — Intensidade e persistência da postura.

A divulgação dêsses estudos entre os avicultores tem prestado os maiores benefícios, quer pela soma de novos conhecimentos de seleção avícola, quer pelas normas racionais de alimentação e manuseio.

Os estudos prosseguem e a coleta de novos elementos técnicos dos concursos ulteriores está se processando, tendo em vista conclusões de ordem prática, de molde a permitir aos avicultores novos elementos para melhoramento de seus plantéis.

Tais estudos são tanto mais importantes quanto se sabe que nosso meio avícola apresenta condições diversas de outros centros mais progressistas, cuja avicultura técnica tem permitido desde há muito o estudo de problemas de capital importância para o melhoramento da média de postura dos rebanhos de aves.

A pobreza da literatura indígena sôbre zootecnia avícola nos obriga a chamar a atenção dos técnicos para êsses estudos, os primeiros passos, tomados no sentido de arguir o potencial biológico de nossas aves e, através dessa arguição, obter os elementos necessários que nos permitirão a orientação segura dos programas de seleção das aves em nosso meio.

A realização dos concursos de postura, em São Paulo, permitiu uma coleta oficial de elementos técnicos, representando sòmente por êsse fato, valiosa contribuição para o progresso de nossa avicultura.

Conclusões

1.º — Os concursos de postura representam antes de tudo o marco inicial do incentivo da seleção para a produção de ovos — base econômica da avicultura.

2.º — A realização de concursos de postura nos centros de avicultura intensiva, no Brasil, será uma medida zootécnica de grande alcance, permitindo o melhoramento dos programas de seleção das aves.

3.º — Os concursos de postura fornecem os elementos para demonstrar pùblicamente os métodos de seleção empregados pelos avicultores-selecionistas.

4.º — Os concursos de postura, pelo emprêgo de rações equilibradas e construções avícolas apropriadas, difundem entre os avicultores as normas racionais de alimentação e abrigo das aves.

5.º — Os concursos de postura permitem a comparação da capacidade biológica das aves dos lotes de diferentes avicultores, sob as mesmas condições de trato e alojamento, estimulando o desejo de competição, essencial ao progresso de qualquer iniciativa coletiva.

6.º — Os concursos de postura, pela interpretação dos elementos técnicos coletados, chamam a atenção dos avicultores para a segurança e as falhas dos vários métodos de seleção e demonstram claramente que a média da produção de ovos pode ser elevada mediante determinados métodos de seleção e alimentação adequada.

7.º — Os concursos de postura estimulam entre os pequenos criadores e produtores de ovos para consumo o emprêgo do ninho-açalpão, como o melhor prcesso para a identificaçã das aves com as melhores características biológicas e ponto de partida para os programas de seleção.

8.º — Os concursos de postura permitem, pelo contrôle da intensidade da postura das aves, uma melhor apreciação prático-científica do valor da alimentação a ser proporcionada às aves.

9.º — Os concursos de postura permitem a formação de núcleos de aves com características biológicas controladas oficialmente, ponto de partida para a formação de famílias e linhagens produtivas.

10.º — Os concursos de postura, no Brasil, podem ser o ponto de partida para o contrôle e fiscalização oficial da postura das aves das granjas-selecionistas e abertura dos livros de registro da seleção e produção de nossas aves.

(ANAIS DO II CONGRESSO BRASILEIRO DE VETERINARIA, 1943)

Banco Cruzeiro do Sul de São Paulo S. A.

MATRIZ — SÃO PAULO — RUA DA QUITANDA, 144 — Endereço Telegráfico: "BANCRUZE" — CAPITAL: .... Cr$ 30.000.000,00 Capital Realizado: Cr$ 20.000.000,00 — Aumento de Capital: Cr$ 10.000.000,00 — Reservas: Cr$ 15.854.306,30 — Operações iniciadas em 1 de Outubro de 1943 — Carta Patente n.º 3.043 de 15-9-1943. —MATRIZ: Rua da Quitanda, 144 — S. PAULO — Endereço Telegráfico: "BANCRUZE" — FILIAL DO RIO DE JANEIRO: Rua da Candelária, 4

BALANCETE REALIZADO EM 30 DE SETEMBRO DE 1948 — Compreendendo as operações da Matriz, da Filial do Rio de Janeiro e das agências de: Avaré, Central (São Paulo), Cerqueira Cezar, Conchas, Fartura, Franca, Gália; Garça, Herculândia, Ipauçú, Ipiranga, (São Paulo), Leme, Miguelópolis; Mogi das Cruzes, Patrocínio do Sapucaí, Penha (São Paulo), Pirajuí, Pompeia, Presidente Bernardes, Quintana; Rancharia, Santo Amaro (São Paulo) e Santos:

ATIVO

DISPONIVEL			
CAIXA			
Em moeda corrente		34 469 047,10	
Em dep. no Banco do Brasil S A		89 462 928,70	
Em dep. à ordem da Sup. da Moeda e do Crédito		7 543.984,00	
Em outras espécies		102.399,10	131.578.358,90
REALIZAVEL			
Letras do Tesouro Nacional		149.175,00	
Empréstimos em C Correntes	190 813.571,00		
Títulos Descontados	284.040.856,10		
Agências no País	68.186.912,30		
Corresp. no País	30.318 109,50		
Capital a Realizar	4 840 400,00		
Outros Créditos	3 932.780,60	582 132 629,50	
Imóveis		2.379.914,40	
TÍTULOS E VALÔRES MOBILIÁRIOS:			
Obrigações de Guerra depósito no Banco do Brasil S A, no valôr nominal de Cr$ 7.543.900,00, à ordem da Sup. da Moeda e do Crédito		5 577.348,20	590 239.067,10
IMOBILIZADO			
Edifícios de uso do Banco		1 329.524,30	
Móveis e Utensílios		5 228.727,70	
Material de Expediente		1 693.455,60	
Instalações		2.573.691,60	10.825.399,20
RESULTADOS PENDENTES			
Juros e Descontos		3.136.293,30	
Impostos		245.918,70	
Despesas Gerais e Outras Contas		4 407.328,60	7.789.540,60
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Valôres em Garantia		72 002.009,90	
Valôres em Custódia		16.454.709,00	
Títulos a Receber de C Alheia		237 514.227,30	325.970 946,20
TOTAL		Cr$	1 066.403.312,30

PASSIVO

NÃO EXIGIVEL			
Capital	20.000.000,00		
Aumento de Capital	10.000.000,00	30.000.000,00	
Fundo de Reserva Legal		1.091.000,00	
Fundo de Previsão		4 689.850,00	
Outras Reservas		11.073.426,30	46.854.306,30
EXIGIVEL			
Depósitos:			
A vista e a curto prazo:			
De Poderes Públicos	789.211,70		
Em C/C sem Limite	351.352.269,40		
Em C C Limitadas	51.745.770,80		
Em C C Populares	4 218.064,30		
Em C C sem Juros	13.801.016,80		
Em C C de Aviso	29.991.337,50		
Outros Depósitos	1.867.246,20	453.764.916,70	
A prazo:			
A Prazo Fixo		107.720.654,30	
Sub-Soma		561.485.571,00	
OUTRAS RESPONSABILIDADES:			
Agências no País	64 217.471,10		
Corresp. no País	50.163.039,60		
Ordens de Pagamentos e Outros Créditos	391.921,90		
Dividendos a Pagar	175.311,90	114.947.744,50	676.433.315,50
RESULTADOS PENDENTES			
Contas de Resultados e Outras Contas			17 144.744,00
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Depositantes de Valôres em Garantia e em Custódia		88.456.718,90	
Depositantes de Títulos em Cobrança no País		237.514 227,30	325 970.946,20
TOTAL		Cr$	1.066.403.312,00

SÃO PAULO, 4 DE OUTUBRO DE 1948.

Dr. Ricardo Jafet — Presidente.
Gladston Jafet — Vice-Presidente.
C. D'Agostino — Superintendente.

Antonio Alfredo D'Agostino — Gerente.
Jordão Mendes da Silveira Junior — Contador.

Conservação de Ovos

Amaury H. da Silveira
Eng.-Agrônomo

1 — *Que é a conservação de ovos?*

É o processo de guardá-los perfeitos por periodo de 6 a 12 meses.

2 — *Para que o avicultor deve conservá-los?*

Para duplo fim: obter ovos em abundância na época de escassez ou para vendê-los pelo dôbro do preço nos meses em que êles são relativamente raros.

3 — *Em que época deve ser feita a conservação?*

Na ocasião em que os ovos são abundantes, isto é, de agosto a novembro, para a época de escassez, de fevereiro a maio.

4 — *Por que os ovos apodrecem?*

Porque constituem ótimo meio para o crescimento e desenvolvimento de micróbios, especialmente de determinadas bactérias.

5 — *De onde provém estas bactérias?*

De diversas fontes, a saber:

a) da própria galinha — antes de formar a casca, o ovo pode receber bactérias (1 a 2% dos casos);
b) do ninho — a fonte mais comum de contaminação de ovos;
c) da caixa de conservação — onde um ovo pôdre que se quebra serve para espalhar os micróbios;

6 — *Como evitar a putrefação?*

Tomando-se certos cuidados, tais como:

a) colher os ovos pelo menos duas vezes por dia, em cestas de arame ou taquara, para resfriá-los rápidamente;
b) desinfetar os ninhos, mudar a palha, usar drogas germicidas, etc;
c) separar os ovos quebrados, pôdres, sujos, etc;
d) colocar os ovos em local arejado, fresco e sêco;
e) evitar o contato da galinha com o ovo, o que vale dizer, evitar o contato das fezes no ovo, usando ninhos escamoteadores.

7 — *Em que princípio se baseia a conservação de ovos?*

Na obstrução dos poros da casca para evitar a evaporação da umidade do ovo e com o fim de impedir que o ar e com êle os micro-organismos, penetrem pelos poros da casca e decomponham o produto.

8 — *Qualquer ovo pode ser conservado?*

Não. Os ovos devem ser frescos, de preferência inférteis, pesando mais de 56 gramas, de casca resistente e limpos.

9 — *Quantos são os processos de conservação de ovos?*

O número de processos conhecidos atinge a mais de uma centena.

10 — *Qual o melhor processo?*

É difícil assegurar-se que êste ou aquêle seja o melhor. No entanto, teòricamente, o processo melhor é aquêle que fôr mais seguro, mais prático e mais econômico.

11 — *Como se classificam?*

Para aproveitamento do ovo inteiro há dois processos gerais: frgiorificação e uso de substância conservadora.

12 — *Em que consiste a frigorificação?*

Consiste em manter os ovos devidamente embalados, em salas frigorifica-

das onde a temperatura é de 0° a 2° C. Êste é um dos melhores, senão o melhor processo, porém, é caro e só convém a grandes estabelecimentos comerciais. Tempo de conservação: 12 meses. Os ovos frigorificados devem ser consumidos logo que saem do frigorífico.

13 — *Que tipos de substâncias conservadoras são usadas?*

Três: a substância inerte, o "verniz" isolante e o líquido para imersão.

14 — *Qual é a melhor substância inerte?*

Entre as muitas apontadas (algodão em rama, cascas de arroz, serragem de madeira, areia, cal em pó, talco, carvão, cinza, farelos, etc.), aconselhamos o uso do algodão em rama por ser barato limpo e não dar gosto ruim ao ovo.

15 — *Como proceder usando o algodão em rama?*

Basta envolver cada ovo em papel de seda branco, colocar os ovos com a ponta mais fina para baixo e acondicioná-los em algodão em rama numa caixa de madeira em local fresco, sêco e isento de insetos. Ao fim de 6 meses o ovo tem sua câmara de ar aumentada, porém, ao ser quebrado, tem-se a impressão de tratar-se de ovo fresco.

16 — *Qual é o melhor "verniz"?*

Dos muitos empregados para tal fim (silicato de sódio, óleo de linhaça, vaselina pura, cera, sêbo, resinas, parafina, lacre, gelatina, cola, produtos patenteados etc) o silicato de sódio é tido como dos melhores.

17 — *Como empregar um "verniz"?*

O processo consiste em pincelar 1 a 2 vezes o ovo com o "verniz" escolhido, deixar secar e acondicionar em uma substância inerte. O "verniz" veda os poros da casca. Tempo de conservação: 6 meses. Para o comércio a aparência do ovo é geralmente desagradável porque o "verniz" adere à substância inerte usada.

18 — *E que líquidos são usados?*

Óleo de algodão, água de cal, solução de silicato de potássio a 3%, etc., são tôdas substâncias próprias para imersão de ovos que se quer conservar. O importante é não transmitir gosto ao ovo.

19 — *Qual o melhor líquido aconselhado?*

Obtivemos ótimo resultado com o emprêgo da água de cal.

20 — *Como se usa a água de cal?*

Basta fazer uma solução de 125 gramas de cal em 2 litros de água num vidro de boca larga, pote de barro, louça ou pequeno barril de madeira e mergulhar os ovos, deixando-os em repouso durante 6 meses. O ovo assim conservado apresenta-se no fim deste tempo como se fôsse ovo do dia.

Mercados Agrícolas

ATTILA DE MATTOS
(Da Secretaria da Agricultura do
do Estado do Rio de Janeiro

Comentário: E' o mercado agrícola o meio mais prático e de inestimável ajuda para conseguirmos uma educação agrícola objetiva e, especialmente, de fundo utilitário. Sabemos como é penoso todo trabalho educativo no meio rural, necessitando grande soma de sacrifícios, dispêndio de energias para se conseguir, quase sempre, pouco resultado e os seus efeitos são, evidentemente, demorados embora seja uma semente promissora de frutos tardios mas de grande sabôr para a economia nacional, através os tempos. Para resolver tão relevante problema mais rápido e intensamente, necessário se torna que juntemos ao trabalho educacional um cunho de interêsse, pois sabemos, como pode atuar o lado econômico no grão de atenção sôbre qualquer atividade humana. Educando adolescentes e adultos, preparando o futuro sem desprezar o presente, intensificando o ensino agrícola modernizado e defendendo a produção imediata, dá-nos o mercado agrícola uma solução sob o aspéto educacional, econômico, social e sobremodo *administrativo* à questão da aprendizagem e do abastecimento, isto é, da alimentação e do ensino com um caráter sumamente substancial.

— E não deixamos de reconhecer de sua afinidade, no campo agrícola, com todos os estabelecimentos de natureza agrária, constituindo o seu estudo, de imprescindível importância, tanto mais se levarmos em consideração o momento presente que nada se faz em contingente capaz de amparar ou defender integralmente a produção nacional.

A) — *Definição*

— Entende-se geralmente por *mercado* o lugar onde se vende e se compra mercadorias. Compreende-se por *mercadorias* não só legumes e frutas, como os demais produtos: carnes, cereais, madeiras, minerais, produtos manufaturados, bens imóveis, trabalho, câmbio, títulos, juros, etc.

B) — *Divisão*

— Os mercados dividem-se em mercados locais de produtos da própria região como mercados gerais de produtos de tôda natureza. Mercados municipais, estaduais, nacionais e até internacionais — conforme fôr sua direção e custeio do govêrno respectivo — temos ainda os mercados cujas transações se operam à vista do comprador ou do vendedor, como os mercados de produtos ou objétos em trânsito ou localizados fora do âmbito de suas vendas e cuja transação se opera diante dos seus representantes, significando essa demarche, em tôrno do que se adquire ou se vende, uma operação de mercado, daí se esclarecendo estar o *mercado* de determinada especialidade em *alto*, *baixo*, *estável*, conforme o movimento operado.

C) — *Finalidade*

— A apresentação dos produtos em determinado local faz convergir os interessados na sua compra ou venda, estabelecendo-se então, o grande élo entre o comércio, a indústria e a agricultura, figurando, de um lado, a fonte de produção, no caso representado pelo estoque e de outro o consumidor, caracterizado pelo abastecimento.

D) — *Importância econômica*

— No cenário nacional os mercados mal administrados são os causadores de todos os desequilíbrios econômicos e não há nada, até hoje, impedindo as altas ou baixas, a escassês e a superabundância regional. O poder público assiste atônito a êsse fenômeno e o povo estarrecido, diante da ineficiência governamental, sofre suas graves consequências e tudo caminha sem solução, empobrecendo-se a economia nacional, restringindo-se a soberania e enfraquecendo-se a raça-de-povo faminto e desnutrido — embora a terra seja ubérrima, fértil e extensa. E' um tesouro mal guardado ou aproveitado.

— Os mercados cuidam da colocação dos produtos, estimulam a produção, circulam a riqueza, atraem o capital, concorrem para o progresso geral, ativa e anima comercialmente o trabalho, o salário, o bem estar, melhorando o padrão de vida de um povo.

E) — *Influência no Fomento da Produção*

— O fomento à produção se não fôr devidamente estudada a questão dos mercados para colocação dos produtos, será uma iniciativa prèviamente fadada ao insucesso e é o que vemos entre nós. Não basta estimular a produção através de seus serviços de distribuição de material e técnica de plantio, necessário se torna a orientação referente à parte comercial que acompanha e mantém "os chamados preços de ordem", evitando ilusões perigosas, "descobrindo a argúcia comercial" os competidores e os mercados, permitindo a emprêsa realizar as grandes previsões. Não se efetiva nenhum trabalho de educação contábil e no entanto "a contabilidade é o ôlho de qualquer emprêsa": é ela que diz a qualquer momento e com a máxima exatidão "*onde se está e para onde se vai*. Acompanha um produto através das múltiplas operações a que possa estar sujeito, para dizer do seu exato *custo de produção*, oferecendo elementos valiosos que orientarão os técnicos e as operações comerciais".

— Bem poderíamos lembrar, que na direção dêsse serviço de tão grande responsabilidade, uma cuidadosa previsão viesse harmonisar o seu equilíbrio com os mercados próximos e então diríamos que a previsão agindo administrativamente procura "vêr o futuro redu-

zido ao mínimo os imprevistos que possam atuar sôbre a emprêsa".

— Nosso trabalho é, porém, de levar a ação do mercado agrícola até as fontes de produção, não nos interessando estudar em detalhes, as organizações de fomento.

E) — *Administração*

a) Bôa ou má administração; b) Expediente; c) Secretaria; d) Estatística; e) Almoxarifado; f) Armazéns-frigoríficos e depósitos; g) Escrituração; h) Aprendizado; i) Clubes agrícolas; j) Cooperativas; k) Conferências, prêmios e semanas ruralistas; l) Aprendizagem; m) Assistência Técnica.

a) *Boa ou má administração*

— "Administrar é prevêr, organizar, mandar, coordenar e controlar". Não há definição mais acertada para dizer do que seja a administração de um mercado agrícola, em menor ou maior amplitude, de que ora é descrita. Não se trata de um caso de economia dirigida porque, nesse caso, deixaria de ser um mercado publico nem tão pouco, um entreposto sob a responsabilidade cooperativista. Não ha um so comprador ou adquirente, o comércio é livre e no nosso mercado pode figurar o vendedor-lavrador como o negociante-intermediário. Há apenas uma administração, bem orientada, inteligentemente cônscia de suas responsabilidades, agindo com o cérebro e conhecedora, bem dosada, da experiência da lei da oferta e da procura. Energia e sobretudo sabendo dirigir o pessoal, estudará a formação de seu quadro de empregados, dando-lhes as funções proprias, onde possam trabalhar, obtendo maior rendimento. E se seu raio de ação estender-se da administração interna do mercado até a fonte de produção então, sim, teremos um mercado que possa evitar:

Escassês — que pode ser a falta natural do produto ou o desaparecimento proposital provocado por qualquer exploração sem proveito, geralmente, sôbre o agricultor que quase sempre não é lembrado pelos resultados dessas manobras, aliás, é preferivel eximir-se de tão despudorado procedimento. A escassês só se justifica quando o produto está em fim de safra ou fora mesmo do período da safra. Se a nossa indústria agrícola estivésse bem desenvolvida poderiamos suprir com os produtos enlatados como ocorre presentemente com os produtos americanos, no mercado carioca.

— O ideal seria que os produtos não sofressem a alteração de preço tanto na fartura como na falta, não teriamos o desiquilíbrio nem do lavrador nem do consumidor. E' erro pensarmos sòmente no lavrador como apenas no consumidor — assim pensam as Comissões de Preços. Ambos se completam e não vivem isolados, qualquer providência extrema fere de frente os interêsses do outro e nunca teremos o meio têrmo.

Fartura — Nos mercados urbanos a fartura é demasia de estoque, é praça abarrotada, nivel superior de consumo e com isso uma queda de preço pronunciada. Vem então a falência do lavrador especialmente o monocultor — outro mal irreparável nosso — o agricultor que só planta e colhe um produto. E a educação agrícola chega ao absurdo de só replantar o que está na moda, o que está dando dinheiro, se é café, tomate, batata, trigo, feijão, etc. só aquilo é que se planta, provocando fatalmente, uma queda e daí as lamúrias e os créditos agrícolas em crise e desastrosamente mal empregados até hoje.

Elevação de preço no mercado — Essa elevação é quase sempre provocada por manobras ilegais, fazendo faltar a mercadoria o que se opera com a sonegação de estoque e, às vêzes, é a propria falta de mercadoria — a causa principal.

Uma organização de mercado com seus empregados com atribuições definidas e numa desagem perfeita de seus encargos, estendendo-se até as fontes de produção, pode evitar êsse tão decantado *câmbio negro* que nada mais é que a imperícia dos dirigentes.

Tratamento dos produtos — Um assunto deveras importante é o mal acondicionamento ou embalagem de nossos produtos. Não temos também transportes adequados e também o zêlo e cuidado dos empregados. Não há consciência de serviço ou educação profissional. Todos os operários agrícolas deviam passar por cursos práticos onde se ventilassem êsses problemas de tão palpitante importância.

Difusão do ofício no trabalho — O operário seja qual fôr o trabalho ou raio de ação, na indústria, agricultura ou comércio sempre por uma questão de finalidade utilitária, deve transmitir os seus conhecimentos àqueles que mais de perto lidam ou têm contato. Não me refiro aos aprendizes ou ajudantes porque a êstes obrigatória se faz a transmissão de conhecimentos. No caso em foco, trata-se das pessoas de mais próximo contato, mesmo de finalidade diferente às do companheiro próximo. Na falta inesperada de um oficial de serviço não se interrompe. Restringir seu pessoal nos trabalhos, com gosto e entusiasmo, dará mais rendimento, sabendo mandar. Nada se tem feito nesse sentido e por aí vemos como cresce diàriamente o preço de todos os produtos, quando o caso não é de falta, senão de ausência de patriotismo. Devemos educar os nossos lavradores, precisamos educá-los, dando a cada um a sua atribuição dentro de uma fazenda. Essa denominação — *Mercado* entre nós, tem uma tradição pouco lisongeira e uma significação a que o povo interpreta como um agrupamento de exploradores e, de fato, outra não tem sido a sua missão pois, artigos em média são vendidos com base de lucro de 100 a 200%, notando-se que, essa margem, exageradamente cobrada, não vem beneficiar os lavradores das terras e campos.

Deve o Mercado possuir um corpo administrativo capaz, com funções definidas e de modo a atender tôda a sua estruturação. A organização dos mercados agrícolas não deve se restringir à sua finalidade atual de comprar e vender os produtos agrícolas sem nenhum outro interêsse relativo a origem, qualidade e sobretudo o estímulo à produção. A administração interferindo ativamente na ordem interna do mercado, cuidará da limpeza, distribuição, fiscalização sôbre os preços e correlação de produtos. Há uma responsabilidade grande na direção geral da administração. Deve haver bastante equilíbrio entre o estoque, a produção e a distribuição de atribuições pelos encarregados de qualquer função por mais insignificante, podendo causar prejuízos ou danos quando pèssimamente realizado, certo ser-

viço. O corpo de funcionários devidamente ajustado constitue permanente preocupação da direção geral que manterá em dia a ficha de produção ou rendimento de trabalho de cada um, revendo mensalmente, a fim de evitar a permanência na função de um elemento que, por motivos vários, decresce o seu coeficiente de produção, isto além do resultado da providência decorrente do índice de rendimento diminuido, evita desastre maior vivendo dos resultados negativos acusados noutros setores e pela sua negligência e tanto maior é o prejuízo quanto maior fôr o seu plano de ação. Sendo o mercado agricola de influência até no campo de cultura, pode a negligência funcional prejudicar o plantio, a colheita, embalagem, acondicionamento, transporte e mesmo o escoamento e consequentemente, a situação econômica de tôda a organização. E' atribuição primacial da administração fazer o quadro de atribuições funcionais, estabelecendo obrigações e deveres a todo trabalho definido em harmonia com seus encargos.

b) *Expediente*

E' a parte burocrática da administração. Não levando em conta o conceito atual sobre o entrave que a aprte burocrática pode acarretar ao funcionamento da emprêsa sob um ritimo natural e regular, reconhecemos que a burocracia bem orientada trás ao serviço de expediente um grande contingente de eficiência. Para isso deve ser delineado um plano de trabalho, na própria rotina de modo que se encaminhem não só as ocorrências normais como os casos eventuais numa marcha sem que haja a menor parcela de retardamento além do que, pela sua natureza, cada caso exigir. Inúmeros fatos demandam um intervalo indispensavel para coligir os informes e o preparo do processo sujeito a um despacho ou a execução de uma providência. Queremos pessoal estritamente necessário e imbuidos todos de suas obrigações ou deveres. O regime de fichários para o serviço interno da propria administração como do proprio mercado, e bem assim, de todos os fornecedores, lavradores, proprietários de terras, viaturas, transportes, areas das terras, produção, endereços e tôda correspondência, completamente em dia, por menor que seja a sua extensão ou profundeza. Vai nisso um grande êxito na organização do mercado, pois a constante correspondência com os lavradores é a parte mais importante de todo trabalho realizado a fim de ambientar o roceiro com o meio urbano

Pelo expediente transitarão todos os informes referentes á lavoura, por êle colocamos em contato o lavrador distante com o meio onde o seu produto vai ser visto, examinado, apreciado e vendido. E é interessante que êle saiba a fim de estimula-lo à perfeição e ao desenvolvimento de sua lavoura. Na parte interna do mercado o expediente deve estar atento em suas obrigações, não demorando em prestar qualquer esclarecimento pedido. Em agricultura não há protelações, uma informação prestada fora do momento preciso pode ocasionar sérios prejuizos, principalmente quando se tratar do produto já exposto á venda, correndo o risco da depreciação e, consequentemente, a prejuizos totais.

c) *Secretaria*

Sua estruturação não tem a extensão nem a complexidade de deveres que o expediente mas é o orgão colocado entre êste e o administrador. Redige e prepara tôda correspondência oficial-resultados de relatórios, planejamentos e instruções a serem asinados pelo chefe ou diretor geral e daí tomar o cunho de providência a ser cumprida, e o que faz a Secretaria. A parte de rotina do Gabinete esta sob o contrôle direto, mesmo porque, frequentemente, não estará presente ao serviço o diretor e os casos comuns, de solução imediata, cuja solução é dada pela praxe pode ser despachada pelo secretário sem que se paralise o serviço, tendo em vista a ausência da autoridade responsável. Constituido de dois a cinco funcionários devem os mesmos entenderem de tudo um pouco e contáto com o expediente é quase total visto serem ininterruptos os pedidos de informes, esclarecimentos e orientação.

d) *Estatística*

Sua finalidade é de capital importância e o seu raio de ação estende-se desde o contole e organização diária das entradas e venda de tôdas as mercadorias como parte que acompanha o produto desde sua origem até o mercado agricola. Levantamentos mensais de tôda produção e escoamento, preços de aquisição e colocação dos produtos, valor da safra, cálculos econômicos de cada artigo na ante-safra, faltas e interêsse de pedidos. No meio agricola durante a safra e no fim da safra, abundância, deverá organizar todos os cálculos sôbre os terrenos, valores, créditos, culturas, colocação e aceitação da produção, rendimento e aproveitamento do solo. Os funcionários não poderão permanecer somente na sede do mercado, deverão percorrer tôda área cuja convergência da produção se processa para o mercado a que esta subordinado. Uma estatística perfeita sôbre o número de trabalhadores agricolas, terras cultivadas, possibilidades de plantio, dados sôbre as possibilidades econômicas e, também a compilação de informes sôbre agricultura com o caráter de propaganda, vem ocasionar a estabilidade do mercado, as garantias e segurança para tôdas as transações comerciais. Pela estatística pode-se calcular as necessidades referentes as ferramentas indispensaveis a cada um.

e) *Almoxarifado*

E' a repartição controladora de todo material. Esse material pode ser dividido em material de uso no próprio mercado, na sua parte de conservação e de expediente como o estoque de ferramenta, tratores, caminhões, sementes, arame farpado, formicida e todos os objetos de uso indispensável á lavoura, não so aquelas para venda por preço especial como os destinados a aprendizagem e empréstimos, visto o nosso idealizado mercado possuidor sob o seu controle a incumbência de prestar todo auxilio que lhe fôr pedido pelas cooperativas, clubes agricolas e lavradores individualmente. Lubrificantes, ferragens, querozene para socorrer os lavradores onde não haja luz elétrica e sal para o gado. Toda aquisição de material que possa facilitar e por em contato direto o agricultor cujos produtos são escoados para o mercado deve ser lembrado e adquirido. O mercado nessa grande e especial atribuição vai concorrer extraordináriamente para o fomento da produção. Inclue-se também o serviço de distribuição gratuita de boletins, instruções, informações agricolas com uma re-

messa regular e normal por todos os recantos, constituindo um dos melhores ensinamentos dos novos processos de cultura, cabendo-lhe, pela orientação que lhe der a estatística, a disseminação de informes por cada zona de cultura própria e regional.

f) *Escrituração*

E' a parte contábil de tôda organização desde os recolhimentos para os necessários pagamentos como o reembolso de despesas eventuais. Dirigida por um contador e um número de funcionários que deve variar conforme o Serviço, manterá tôda contabilidade, incluindo a compra e venda de ferramentas, registro de despesa com a distribuição gratuita, locomoção de veículos, núcleos agrícolas, viagens, enfim tôda série de movimentação econômica da instituição.

g) *Armazéns — Frigoríficos e depósitos*

Não se pode compreender a instalação de um mercado agrícola se não pensarmos imediatamente nos armazéns frigoríficos e de depósitos. Os produtos agrícolas pela sua natureza delicada e o mal acondicionamento comumente verificado entre nós impõe a instalação próxima de um grande depósito refrigerado para repouso, conservação e durabilidade dos legumes e frutas, evitando-se dêsse modo, grandes prejuizos materiais e financeiros, pois além da mercadoria que se estraga, a pressa em se vender por qualquer preço os seus produtos, mesmo com sacrifício de seu valor na fonte de produção. Se o interesse é o grande incentivo para que se trabalhe e produza a segurança inspirando confiança, proporciona a tranquilidade e o estímulo para o indivíduo que produz descansado, por saber que o resultado de seus esforços, está garantido e assegurado na fonte de consumo por preço compensador. Na direção dos armazéns-depósitos como refrigeradores há uma técnica tôda especial, bem assim uma orientação que daí partirá referente ao acondicionamento, seleção e carinho especial com os produtos, encaixotamento, engradamento e todas as os demais práticas que possam influir na melhor apresentação, sendo sua ação também de âmbito em tôda a zona de convergência para o seu mercado.

h) *Aprendizado*

O Aprendizado é o grande animador da agricultura. O mercado agrícola fomentará a criação de aprendizados agrícolas ou um na sede sob seu contrôle e encargos ou diversos, de acôrdo a densidade demográfica, dos centros de produção que convergirem para seu intercâmbio, também, sob sua responsabilidade, terá estreita relação com os aprendizados criados no seu raio de ação a fim de estimular o aproveitamento dos filhos de lavradores com vocação e, também, dos seus proprios funcionários que deverão adquirir conhecimentos, especialmente pelos motivos posteriormente justificados.

i) *Clubes Agrícolas*

E' uma modalidade de intensificação do ensino agrícola que concorre grandemente para espalhar o interêsse e animação por todos os assuntos concernentes à agricultura. Êsses clubes serão disseminados por todos os aglomerados, *preferencialmente*, nos lugares mais distantes, onde tôda espécie de dificuldade de combinações seja de tal forma que o Clube Agrícola constituirá o único meio de contáto com o mercado agrícola. Por intermédio dêles daremos aos lavradores tôdas as notícias. Se para organizá-los fôr necessário a permanência de um funcionário por uma semana, um mês, no local para sua organização — não vacilemos em isso providenciar. E' até interessante organizarmos um corpo de empregados, adredemente preparados, para visitá-los periòdicamente, animando-os e intensificando-os. Dar instruções aos adultos, ensino aos adolescentes, congregando a família agrícola, prendendo-a junto à terra.

j) *Cooperativas*

Pelo interêsse que deve orientar a administração no sentido de a todo o custo manter o fôgo sagrado de estímulo à lavoura está, também, em seu programa não a direção de cooperativas, mas concorrer para criação de novas cooperativas e prestigiar tôdas elas, não só colocando os seus produtos como, também, mantendo o mais estreito intercâmbio de relações comerciais. Dar preferência nas locações dentro do mercado, como auxiliar no serviço de transporte, informações agrícolas, notícias, assistência técnica e tôda sorte de benefícios com que possa incrementar o cooperativismo. Esa colaboração é o maior incentivo e sua ausência tem sido o maior desestimulo a o movimento cooperativista.

k) *Conferências, prêmios e semanas ruralistas*

Através de seus clubes agrícolas, das cooperativas e de seus postos de recepção, como meios de entrosamentos, pode o mercado agrícola incentivar a realização de conferências, estabelecer prêmios e promover periòdicamente, semanas dos lavradores, fazendo convergir para o local escolhido todos os lavradores, compreendidos num plano de ação. Trazem essas iniciativas a educação agrícola, o gôsto, a animação e bem assim a disseminação de novos processos e métodos. Tem a vantagem de trazer o intercâmbio social entre lavradores de sítios afastados que se tornam conhecidos e que vão manter correspondência, logo após esses contatos.

l) *Aprendizagem*

E' umamodalidade nova que o mercado agrícola vai estabelecer. Como um corpo mais ou menos de empregados possuidores de técnicos especializados levará o mercado agrícola todos os conhecimentos aos lavradores. E' bastante pedir que logo se locomoverá um técnico a fim de lhe dar todo o auxílio na orientação solicitada. Essa aprendizagem ficará a cargo de seus proprios funcionarios. Essa iniciativa, diretamente controlada pela administração, vai obedecer o seguinte critério:

O nosso mercado agrícola, autônomo ou não e com vida própria ou custeado pelo Ministério da Agricultura ou pelos Estados, manterá o seu quadro de funcionários todos sob o regime de *contratos anuais*. Essa modalidade que visa destruir o grande impecilho no administrador diante dos funcionários públicos, libertando-o igualmente de dificuldades para conseguir organizar seus quadros, porque: 1.º — manterá um ordenado compensador de acôrdo com o padrão de vida; 2.º — nos seus

proprios empregados que se especializarem, dará a oportunidade de se desdobrarem, permitindo levar o concurso de sua assistência aos lavradores, em nome do mercado agrícola e de cuja taxa mínima de reembôlso de despesas, terá o empregado participação integral. Com essa modalidade, um empregado que ganhar, por exemplo, Cr$ 1.000,00 mensais, pode alcançar até Cr$ 4.000,00 mensais.

Não importa seus lucros nem isso vem prejudicar os interêsses do mercado porque a renovação periódica de seus empregados mantida a aprendizagem permanente, concorre para obter novas energias e os que saem vão sempre levados por um interêsse dentro da própria agricultura — ou vão dedicar-se exclusivamente à lavoura e assim fizemos novos técnicos ou vão dedicar-se à agricultura em algum sítio ou fazenda. Obedece êsse critério a instruções rígidas, constantes de regulamentos e que serão respeitados sem o menor trabalho, dado o interêsse econômico que é o estimulador da auto-disciplina.

m) *Assistência Técnica*

Em sua estruturação funcional terá o mercado agrícola um corpo de técnicos que poderá reunir-se sob a direção do administrador e será constituído, no mínimo, de um agrônomo e de um veterinário que controlarão tôda parte de assistência técnica. Sua ação será no sentido de formar os grupos técnicos, supervisionando todo ensino, não só no aprendizado como na aprendizagem, informações e esclarecimentos e bem assim o exame dos produtos, análises, apreciações, classificações. Nas aquisições de material, ferramentas, produtos é sempre exigido o parecer do técnico, prèviamente, a fim de que tôda e qualquer apreciação que resulte em benefício da cultura, preparo da terra etc. seja de real proveito à sua opinião. Visitas de inspeção periódicas e a fiscalização diária do mercado é de finalidade precípua e inadiável.

Postos de Recepção

O mercado agrícola na sua estrutura e para completo êxito e eficiência e de acôrdo com sua finalidade, manterá na sua zona de escoamento ou de convergência, postos de recepção que significam justamente o seu prolongamento ou presença entre os lavradores. Serão distribuídos por diversos pontos em locais de acesso a vários sítios, nos entroncamentos de estradas ou de caminhos, onde haja um aglomerado, podendo ser em sede de município, distrito ou de povoado. Lá irão os caminhões a fim de transportar as mercadorias e também levar todos os artigos próprios à lavoura bem como de consumo ,atendendo a tôdas as suas necessidades. E' de incomparável importância e utilidade, não me estendendo em considerações sôbre sua aplicação, o que farei em trabalho à parte, dado o extremo e inegualável valor no terreno social, econômico e educacional.

Conclusão

Pelo exposto verifica-se que o mercado agrícola, como o maior centro de interêsse no meio rural, tem uma relevante importância no terreno agrícola que podemos classificá-lo como a maior fonte de progresso e sucesso na grande reforma agrária que nos leva a concluir que:

1.º — O mercado agrícola é o maior centro de interêsse dos lavradores sendo por êsse motivo a alavanca com que há de se erguer a agricultura brasileira, e, consequentemente, o melhor objetivo para os seus princípios educacionais.

2.º — Sendo o lavrador rural, como qualquer outro indivíduo socialmente falando, por excelência interesseiro, isto é, desperta-lhe a atenção tudo que se relacione com sua economia, está o mercado agrícola fadado a satisfazer os seus desejos, intensificando a produção em moldes modernos e produtivos.

3.º — E' o mercado agrícola a maior garantia na colocação dos produtos agrícolas e tranquilizador de todo trabalhador que produz e não sabe onde colocar seus produtos.

4.º — O mercado agrícola é o veículo ou a forma pela qual poderá ser positivamente orientado o lavrador no sentido de organizar a sua produção, isto é, induzi-lo a produzir de acôrdo com as observações do mercado ou comerciais, a se dedicar a esta ou aquela cultura nas épocas convenientes — o que evitará os excessos da superprodução.

5.º — A organização do mercado agrícola resolve todo problema agrário porque reune em sua estruturação, tôdas as repartições ou iniciativas em benefício da lavoura.

6.º — E, finalmente, o mercado agrícola soluciona o problema da escassês, da falta, valorização e disseminação dos produtos agrícolas entre as populações que muito necessitam e terão por preço ao alcance de todos.

DISCURSO

FELIX AYRES

Orador da Turma de 1947, da Escola Fluminense de Medicina Veterinaria, em 12-12-1947, no salão nobre da Academia Fluminense de Letras.

Do alto desta tribuna, porque seja o mais digno, não o caso; porque o mais humilde, a verdade. A gentileza de meus colegas quis eleger para seu porta-voz, seu representante, neste momento, o menor de todos! numa demonstração insofismável da camaradagem mais integra! num desaprêço às pompas exteriores dos arautos espalhafatosos!

Em nossa turma há companheiros que vêem, há 4 anos, sustentando galhardamente a coluna dos primeiros lugares; ha os que antes de se formar já são doutores; os consultores disciplinares nas bancas de estudo e os verdadeiros amigos nos momentos dificeis! E por que me eleger a mim como seu intérprete, no instante máximo do prazer acadêmico! E' uma confiança sem precedente! E seja tudo pela Bôa-Vontade, a gloriosa santa que alicerça a virtude e protege os mundos!

A Patria precisa de filhos ilustres, e nesse movimento associativo de atividades culturais, encontramos em ponto elevado a Casa de Americo Braga, o domicilio da Medicina Veterinária do Estado, o arrimo tão nosso que chega a ser de todos, o lar do trabalho imune à formalidade e à ostentação, o aduno de mérito cientifico de tantos feitos, o primeiro a instituir, dentre nós, os cursos praticos rurais, a casa modesta que tanto orgulho nos causa, na segurança e na capacidade de seus 11 anos de vida!

Aqui, o nosso estudo, a nossa atividade não se patenteia em relatorios, pareceres e demais papelada, mas em fatos insofismáveis, vantagem patente, realidade proveitosa!

Honra-nos, sobremodo, a escôlha do Exmo. Sr. Dr. Edgard Teixeira Leite, Secretário da Agricultura, para representar Sua Excelência, o Exmo. Sr. Cel. Edmundo Macedo Soares e Silva, o primeiro Governador constitucional do Estado, que vem demonstrando constante interêsse pela nossa classe e pela nossa Escola, a ponto de firmar, em discurso recente, "que está convencido da necessidade da medicina veterinária, e que considera o técnico veterinário em primeiro plano dos técnicos do nosso país". Sua Excelência, um perfeito conhecedor de nossas condições, inclue no seu programa administrativo a prosperidade do ensino superior, num exemplo claro de democracia e, numa causa excelsa de fraternidade!

Na epoca em que se procura criar mais estabelecimentos de ensino, não se compreende que justamente no govêrno de um grande amigo do povo, fechasse as portas um estabelecimento cujo patrimônio cultural e moral é inegável, um templo cuja fôlha de serviços prestados, a Pátria ja não pode esquecer! Porisso é que os Doutorandos de 1947 confiam que Sua Excelência ampare nossa conceituada Escola, na consequência lógica de seus gestos de estadista, que são dos mais nobres, e dos seus meritos de homem publico, que são dos mais exemplares!

Senhor Representante do Exmo. Sr. Governador do Estado, aqui, só o pessimismo está no chão, pois o entusiasmo moço alteia-se, eleva-se e a esperança do nosso progresso paira ainda mais acima! Não somos nós, nem a Congregação da Escola, nem o Estado, nem o Brasil quem pede a continuação dêste tradicional templo de ensino, trata-se de uma justificativa do progresso, um apêlo da Civilização! E como a inteligência de Sua Excelência vive para a felicidade do Estado, que êste marco de ciência continue para a grandeza da cultura nacional! Que seja transmitido a Sua Excelência que o reconhecimento e a admiração dos Doutorandos de hoje, ficam em posição de sentido, esperando as suas diretivas!

Vale-nos ainda, e muito, o esfôrço dos nossos homens públicos, de ciência e de letras, de labor e honradês; o apêgo que têm pelo que nos é necessario, o interêsse que empenham, o braço que movimentam para o curso do trabalho e o cérebro que desdobram para a inteligência da vida! Ei-los, pelo nosso cuidado, pela nossa história, pelo nosso futuro!

Excelentissimo Sr. Dr. Edgard Teixeira Leite, M.D. Secretario da Agricultura do Estado, da Turma dos Doutorandos de 1947, da Escola Fluminense de Medicina Veterinaria, fostes escolhido o Paraninfo, porque sois um cidadão prestante e laborioso, um equilibrio a serviço da coletividade, um exemplo que serve de espêlho aos moços, uma honra que arvorece o júbilo dos velhos, um motivo de consideração para o público. Titular que pertence a tradicional familia fluminense do Barão de Vassouras, amigo do maior interêsse da nossa vida profissional, protetor do ensino, amparador de escolas; Engenheiro-Agrônomo; Prefeito Municipal, Secretário da Fazenda e Secretário da Agricultura no Estado de Pernambuco; Deputado Federal à Constituinte de 1945; Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura; Presidente da Sociedade dos Amigos d Alberto Torres; Vice-Presidente do Conselho Inter-Americano de Comercio e Produção; Membro do Conselho da Federação do Comércio e, atualmente, Secretário da Agricultura do seu Estado onde vem cumprindo e fazendo cumprir um programa de administração elevado e digno, ressaltando seu proveitoso labor em prol da Agricultura e da Pecuária da terra de Alberto Torres e Nilo Peçanha, José do Patrocinio e Euclides da Cunha! E tanto, que é notado pelas autoridades, pelo Govêrno, pelo povo! Vossa Excelência não é um elemento estranho no nosso meio, aprendemos Economia Politica, Legislação e argumentação sobre os problemas rurais com Vossa Excelência, através das colunas das publicações especializadas, pois professor é Vossa Excelência dos de maior conceito e jornalista militante dos de maior realce e proveito a serviço da coletividade! Homem de ciência, homem de politica, homem-exemplo, que não enche os pulmões com o ar

da jactância nem abre solução de continuidade ao virus da ostentação! A Vossa Excelência, portanto, a nossa melhor bôa-vontade, a admiração e o reconhecimento, o aplauso e o êxito, a firmeza e a sinceridade!

Outras turmas aqui passaram, mais felizes, de braço dado com a Esperança; nós, menos contemplados, ora transpomos o limiar do pórtico com a Saudade! Os nossos corações se purificam e as nossas almas se irmanam, neste instante, unidas aos pensamentos claros de sentimento, para lembrar o Mestre que se chamou em vida — Américo de Souza Braga — e em ausência, símbolo científico da Medicina Veterinária no Brasil! O professor, o mestre das sugestões oportunas, útil aos seus próprios adversários, discutia para o nosso alcance, a evolução científica do mundo hodierno! Porisso é que nós o sentimos com satisfação e o recordamos com a pureza que nos é possivel!

Nossa homenagem ao Professor! o guia da vida proveitosa e profissional, o amigo imprescindivel, mais impertérrito e mais responsável vai chegar! Toma lugar na sua cátedra, saúda-nos com o seu aceno; dirige-se ao quadro negro para os esboços e demonstrações; ao laboratório, para as experiências; à clínica, à inspeção, à cirurgia, à legislação rural, ao direito veterinário, às questões zootécnicas, e tudo para o nosso conceito, para o nosso progresso! E' uma descortezia deixar de ouvir-lhe as aulas, a discorrência de saber, a explanação da ciência! As demonstrações práticas que esclarecem e os conhecimentos científicos que edificam!

Minhas senhoras e meus senhores, só a presença dos mestres, neste local e nesta noite, que é o dia de nossa vida, neste momento que é a sublimação dos nossos ideais, basta para perenisar o nosso orgulho! Tivemos a honra de homenageá-los a todos e êles aqui vieram, aqui estão e aqui nos acompanham, homenageando mais a nós do que nós a êles! Seus principios, suas ações, seus méritos nos dignificam! A personalidade humana não lhes sobrepuja a louçania espiritual. Distintos, corretos, irmãos! Não fraquejam, não trepidam, não cedem, pois teem a responsabilidade do exemplo! Não se atrazam, não se escondem, não se ostentam, porque possuem a pureza da modéstia; porisso que sua grandeza de espirito ficará sempre, como um fanal em nossa vida! As palmas que aqui florescem, neste momento, no jardim de vossa espontaneidade, são para êles, os nossos queridos Mestres! E nós os homenageamos a todos, sem restrições, sem restrição sem reservas, com o que temos de mais dinâmico — o coração; com o que possuimos de mais puro — o espirito!

Aqui homenageamos o Mestre Vital Brasil, a fôrça máxima do nosso incentivo, cérebro humano que se ergue como um lábaro nos mastaréos da ciência, sôpro de vida que movimenta o corpo do nosso trabalho, grande protetor da Escola e glória da ciência nacional!

Para atualizar e realizar, floresce a mentalidade nova, que pensa, que estuda, que se expressa pela verdade! O homem tem que se adaptar às condições presentes, de após-guerra, de alto padrão de vida e de recursos parcos e poder aquisitivo complexo e de concorrência absolutamente dinâmica! Não é simples o aspecto da tarefa sem limites de ajustar-se, pois a facilidade das cousas positivas vem por intermédio da instrução tecno-profissional. A iniciativa, aliás, não deve se restringir a pecuária e à agricultura; deve, sim, ter finalidade mais ampla, que é preparar, dando-lhe verdadeira orientação técnica, o braço do trabalhador, trazendo, de modo geral, à lavoura, à criação, à indústria (como já se está fazendo), normas modernas e abolindo os sistemas rotineiros da faina, tão estafantes, quão infecundos! (Como já se está edificando!).

Preparar orientadores que arregacem a manga e "ensinem a trabalhar trabalhando", soerguendo o plano de organização que ressalta a veterinária moderna, a veterinária que se ergue para a prosperidade e se socializa para o bem geral!

O trabalho, pela sua amplitude, não pode ficar dependendo das lucubrações dos cientistas, claro que êstes são imprescindíveis, para imprimir-lhe orientação, mas os diversos ramos de atividade, a expansão das riquezas naturais, pede o braço técnico-prático, que a falta de incentivo e de apôio ainda reicia!

A Escola de Alberto Torres cria adeptos. A visão do vidente se concretiza. Êle estudou profundamente as condições educacionais do povo brasileiro, traçou-lhe as diretrizes, no plano de organização que legou à posteridade.

E Vossa Excelência, Sr. Dr. Edgard Teixeira Leite, é um seguidor do Mestre, filho da mesma terra e pugnador do mesmo ideal! Vossa Excelência foi Presidente da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, dirigindo-a com a superioridade que caracteriza a sua proficiência; e vem, como Engenheiro-Agrônomo e como administrador, imprimindo nas suas coordenadas técnicas as medidas especiais da sua competência! E a Escola de Alberto Torres é a que de mais necessário se nos afigura na difusão do ensino da agricultura e da pecuária, tão útil e tão oportuno, sempre, em tôda ampliação de disciplina e em tôda renovação de economia!

A Veterinária é assunto de relevância no momento, e na concepção moral das nossas possibilidades, queremos uma democracia de vontades fortes, uma democracia de eleição e civismo, tão clara que se ombreie à equidade, tão pura que se eleve à justiça!

Acompanhemos o veterinário no exercício das suas atribuições nas cidades, nos municípios, nas regiões longinquas, e aí o encontramos como um perfeito técnico-economista, zelando pela saúde, pela higiene, pela seleção e pelo aproveitamento dos rebanhos. A prosperidade dos municipios tem o seu grande curso de reserva e riqueza na pecuária, no intercâmbio das transações rurais, no entrelaçamento das atividades campesinas, no repositório da vida agricola!

E o nosso técnico da assistência aos campos e às baixadas, aos planos e aos altanados, às ribeiras e aos socavões abandonados dos sertões ermos, dos centros de cria, recria e das invernadas, já tem dado os testemunhos mais claros e mais irrefutáveis da sua proficiência, fazendo o incentivo do fomento pecuário, a inspeção, a polícia, a profilaxia, a defesa, a salvaguarda do patrimônio animal; ensinando, auxiliando, prevenindo, como um verdadeiro fiscal da economia rural brasileira! Nas cidades, assistindo a conservação dos produ-

tos alimentares, a carne, o leite, os derivados, a conservaria, a chacinaria, a fabricação, os transportes, as indústrias cárneas, os frigoríficos, os currais sanitários, os matadouros, mercados, entrepostos, para que a entrosagem dos trabalhos não retrogradem! Pelas granjas e pelas fazendas, feiras e peixarias, pelo que auxilia e pelo que previne, não deixemos deslembrado o seu grande desempenho, na disposição e no cuidado, no contrôle e na vigilância!

A questão da radva, principalmente nos meios adiantados, a luta se trava sem medidas que alcancem a sua extensão! As providências impostas pela necessidade são realmente dignas de mérito. Hoje, a maioria das pessoas em tratamento dessa virose de curso cíclico, já na prevenção, na profilaxia, atesta a orientação veterinaria, pelo zêlo preservativo, o cuidado indispensável, a eficiência num ramo de atividade que bem lhe diz respeito! Porque tem importância magna a vacinação antirábica no Brasil, iniciativa da veterinária nacional! Aqui, nossa homenagem, uma vez mais, ao mestre especialista dêste ramo científico: — Américo Braga!

Em 1921, é o veterinário brasileiro que, em São Paulo, combate a peste-bovina, no seu principal fóco, irradiado em diversos municípios, salvando a América do Sul dessa catástrofe, que importaria em prejuizos sem conta, causados pela terrível zoonose infecto-contagiosa, considerada o flagelo do gado bovino! Êsse feito honra a ciência do país e sábios internacionais a êle se referiram com o seu aplauso. E se o ilustre pesquisador Moacir Alves de Sousa teve oportunidade, nessa época, de luzir o brazão do seu saber, o Dr. Taylor Ribeiro de Melo, também professor desta Escola e também nosso amigo, expandiu a fôrça da sua técnica e o valor do seu critério científico, colocando-se em plano alto da veterinária no país!

Hoje, a peste-suína enturva a abastança dos nossos campos, prejudicando a suinocultura, o comércio, a indústria, a vida, enfim, dos pecuaristas das regiões do sul! crescendo assustadoramente e dizimando rebanhos! E o veterinário para lá se dirige, sem deter-se, embora que se trate mais da alçada da administração com os seus recursos, do que mesmo e tão sòmente do cientista, do técnico com a sua proficiência. Uma não pode se movimentar sem a outra. Se aquela é o braço, esta é a fôrça. Se uma o recurso, a outra, o emprêgo. Causa e efeito; alfa e ômega! Não nos enganemos, nem procurémos resolver, adiando, o caso tão sério que se nos apresenta! Torna-se necessário, a bem da sanidade animal, da saúde dos rebanhos, da produção, da economia, a profilaxia intensa dessa septicemia mortal! Se não arregimentarmos recursos neste sentido, se não providenciarmos a tempo o combate à epizootia que fere nossas reservas tão de frente e tão de pronto, dentro em pouco, não teremos mais a carne, o toucinho, a banha! E tanto isto já se evidencia, e tanto já se precipita, que o Brasil começa a importar banha do estrangeiro!

E' o índice denunciador dos rebanhos que a Peste-porcina nos ceifa, e ao mesmo tempo o panorama demonstrativo da protelação comprometedora! Os prejuizos econômicos, consideráveis. Os estragos nos Estados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais e Estado do Rio, sem conta! Esperar já é uma conivência; adiar, já é um crime! E para essa luta só há um combate: o técnico; um entendido — o que se prepara para as questões rurais; um titular — o veterinário! Nesse campo é que devemos encontra-lo, pois só a êle cabe fazer a profilaxia intensa da peste, a doença infecciosa! Este é o problema mais premente! Já divisamos nos arcanos do 5.º ano, o mais responsável, o mais difícil, essa grande responsabilidade! E para lá seguimos! Para ministrar os conhecimentos da veterinária, nas regiões criadoras, despertando o interêsse da vida rural, em processos de trabalhos proveitosos que resolvem problemas, indicam soluções e dirigem ensinamentos nos centros pecuaristas com o empenho, verificado em benefício da classe, nos planos construtivos da experiência, compreendendo o fomento da produção dos seus plantéis e consequente soerguimento da sua economia zootécnica!

Assim, ficam os incientes bem conduzidos nas suas justas proporções e os interessados, na garantia dos seus haveres!

A vós, caros colegas que ainda ficam, e que há pouco, nos homenagearam com as festas da vossa espontaneidade e as demonstrações do vosso aprêço, a vós primeiranistas, segundanistas e terceiranistas mais obsequiosos do que os veteranos, a vós que chegais por último e sois mais fidalgos do que os que já se despedem, a vos que nos trouxestes a efusão do vosso entusiasmo por intermédio do vosso órgão central de cidadania, que é o Centro Acadêmico Vital Brasil Filho, o reduto de vossa dignidade, o nosso muito obrigado! Dêstes gestos assim não há quem possa chegar a altura, a êstes preitos insignes ninguém pode igualar ao certo!

Aqui trazemos a nossa solidariedade e apertamo-vos a mão com os votos sinceros de que vos anime sempre, a alma pugnaz dos vossos antepassados e dos vossos contemporâneos!

Lá fora, no exercício da profissão, se encontrarmos igual trato, teremos ganha a sorte, porque vós é que nos destes lições de camaradagem, como os nossos mestres no-las deram de cavalheirismo!

Vitoriosos rapazes, nós é que vos homenageamos com a estima e a admiração! Prezados amigos, nós, os homenageados, é que vos agradecemos!

Seleto auditorio, vossa presença é a preciosa dádiva de Natal dêste fim de ano, que ora recebemos; não só nos conforta, também nos enriquece! Não encontramos intérprete a altura dos nossos agradecimentos, nem palavras que expressem a nossa grande alegria, porque há *um 12 de dezembro* cintilando em nossa vida!

Sociedade Nacional de Agricultura

MOVIMENTO DA SECRETARIA NOS MESES DE JULHO-AGOSTO 1948

Correspondência Recebida:

Telegramas	17
Oficios	32
Cartas	34
Diversos	25
Total	108

Correspondência Expedida:

Telegramas	35
Oficios	39
Cartas	37
Circulares	48
Total	159

Foram propostos e aceitos os seguintes sócios: — Sr. Paulo Gomes Soares, D.F. — Sr. Estevão Herreros, S. Paulo — Ctão. Corv. Eduardo Bezerril Fontenelle, D.F. — Sr. Francisco Ferreira, Minas — Sr. Benedito Simões dos Santos, S. Paulo — Sr. Manoel Augusto Carneiro das Neves, Est. do Rio — Sr. Celso Silverios dos Reis, D.F. — Sr. Arthur Antunes Quintanilha, Est. do Rio — Bernardino Antunes Filho, Est. do Rio.

OFERTAS DE LIVROS A BIBLIOTECA DA SOC. NAC. AGR.

Secr. Agr. Ind. Com. de Pernambuco: — "Processos Contrôle das Doenças das Plantas" de A. Cheves Batista — Rev. Dep. Ass. Coop. — Bol. Vol. XII, n.º 4 ano 945 — Vol. XII, n.º 2 ano 946 — Vol. XII, n.º 2 ano 946 — Vol. XIV n.º 1 ano 947 — Vol. XIV, n.º 3 ano 947 — Vol. XIV, n.º 2 ano 947.

Secr. Agr. Ind. Com. Rio Grande do Sul: — Boletins — N.º 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, Circulares: — n.º 59, 60.

Sociedade Paulista de Agronomia: — Anais do 1.º Congresso Bras. Agr. Vol. n.º 1, Vol. 2 — Bol. n.º 1 "O Aperfeiçoamento dos Métodos da Cultura do Eucalipto no Serv. Florestal da Cia. Paulista de Estr. Ferro".

Cornell University Agr. Exp. Station: — Bull. n.º 842 nov. 947 — Memoir n.º 275 nov. 944 — 276 nov. 947 — 277 nov. 947 e 279 abril 948.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Bol. Estatístico I.B.G.E. ano VI abr-jun 948 n.º 22 — Man n.º 87 jun. 948.

Bol. de Informacinones — Madrid — ano 1 n.º 1 948.

Rev. Gazeta das Aldeias — Portugal — n.º 2 138 ano 948 1 jul.

Bol. Soc. Coop. Ind. Pec. Pará Ltda. — ano XVI jun. 948 n.º 69.

Anuário Estatístico do Brasil ano VII 947 I.B.G.E.

Rev. de la Bolsa Com. — Uruguai — ano L jul 948 n.º 7 — Estatística.

Bol. Informaciones Agro pecuárias — Chile — n.º 71 maio 947.

Rev. Ass. Rural del Uruguay — ano LXXV n.º 5-6 maio-junho 948.

Farm Science — Lowa — vol. 2 n.º 10 abril 948.

Research Bull. U.S.A. — n.º 356.

Bol. Meteorologia — Monteidéo — ano 6 n.º 7 maio 948.

Rev. Orientacion Meteorológica — Montevdiéo — n.º 2 maio 948.

Rev. Chacaras e Quintáis — ano 39 vol. 78 n.º 1.

Rev. Cafetera de Colombia — vol. VIII n.º 116 jan. 948.

Conjuntura Econômica — D.F. — ano II jul. 948 n.º 7 e n.º 8.

Montly Report — jun. 948 vol. XXIII n.º 2.

Bol. Informativo — Rep. Dominicana — ano VI n.º 17 abril 948.

Bul. L'Unesco — Paris — vol. II n.º 6 jun. 948.

Rev. Liga Com. R. Janeiro — D.F. — ano XII n.º 175 maio 948.

Bol. Est. Exp. Agr. de Tucuman — ano 948.

Rev. Soc. Rural Brasileira — S. Paulo — ano XXVIII — maio 948 n.º 332 e 333 jun. 948.

New Orleans Port Record — jun 948.

O Campo — maio-jun. 948 ano 19 n.º 221-222.

Bol. Americano — ano XII 603, 604, 605.

Agros — ano XXXI n.º 3 maio-jun. 948.

Lloydia-Ohio — vol. 10 dez. 947 n.º 4.

Rev. Bras. de Panificação — ano XIII jul. 948 n.º 155.

Bol. Serv. Er. Rural — ano IV e V n.º 6 e 7.

Bol. Informativo — D.F. — Ano IV n.º 4.

Bol. Econômico — Uruguay — ano 948 — jun. n.º 6.

Cooperativismo — D.F. — ano III jul. 948 — n.º 25 — 25, 24, 23.

Bol. Informativo, C. 1.º Com. Prod. — n.º 42 jul. 948.

Bol. Ass. R. Vale, R. Gr. — S. Paulo — jul. 948 n.º 38B.

Veterinária — D.F. — ano II jun. 948 n.º 1.

Rev. Medic. Veterinária — Buenos Aires — vol. 29 out-dez. 947.

Bol. do Leite — D.F. — n.º 13 jul. 948 ano II Epoca 4.º n.º 12.

Britain To-Day — n.º 147 jul. 948.

A Granja — R. Gr. Sul — ano III n.º 33 jun. 948.

British Science News — vol. 1 n.º 8 948.

Anales Soc. Cientifica Argentina — tomo CXLV abril 948.

Lavoura Arrozeira — R. Gr. Sul — ano II jun. 948 n.º 18, 17, 16.

Iowa Farm Science — Ames — vol. 2 n.º 11 maio 948 n.º 12 jun. 948.

O Cultivador — ano I jul. 948 n.º 8.

Bol. Bibliográfico Agricola — Madrid — 1-2-948.

Rev. Meteprológica — Uruguay — ano VII n.º 25 e n.º 26 ano 948.

Agriculture Abroad — U.S.A. — n.º 4 vol. 3 abril 948.

Connecticut Products — vol. 1 n.º 4.

Rev. de Agricultura — S. Paulo — vol. XXIII n.º 5-6 maio-jun. 948.

Informaciones Argentinas, abril-maio jun. 948 jul.-ag.-set. 947.

Bol. Câmara de Reajustamento Econômico — D.F. — ano IX n.º 75 jan.-março 948.

Bol. Cons. Fed. Com. Ext. — ano XI n.º 2 fev. 948.

Carta Quinzenal — Chile — n.º 64, 65, 66 e 67 de 948.

Bol. Ass. Com. Amazonas — Ano VII n.º 80 março 948 — 81 abril 948.

F.A.R.E.S.P. — ano 948 n.º 42, 43, 44 e 45.

Bol. Secr. Ind. Com Pernambuco — Vol. XV n.º 1 de 948.

Neighbrs — vol. 4 n.º 4 U.S.A.

CASA DA AGRICULTURA



Edifício onde a Sociedade tem sede atualmente.
Terreno onde se erguerá a "Casa da Agricultura".
Quadras já construidas.
Edifícios em construção.

Prosseguem os trabalhos preliminares da construção da "Casa da Agricultura", séde da Sociedade Nacional de Agricultura.

Estão a ultimar-se os trabalhos de sondagem do terreno, indispensável à perfeita segurança do magestoso edifício, cujos furos atingiram a mais de 20 metros de profundidade.

Ao engenheiro J. B. Bidart, foi entregue, pela Comissão de Obras, composta dos Srs. Arthur Tôrres Filho, Luís Simões Lopes e Kurt Repold, tendo como secretário o Sr. Luís Marques Poliano a tarefa dos cálculos do cimento armado.

Uma vez terminados os *tests* da sondagem, será feita a coleta de preços para as fundações, estrutura em cimento armado e tubulações embutidas.



Um ângulo do terreno, vendo-se a placa e, ao lado, a sonda A esquerda, a cúpula do Edifício do Ministério da Agricultura

Os clichês reproduzem o primeiro, um trecho da planta urbana do local, a que se pode chamar a "porta aérea da cidade", na qual está assinalada a exata posição em que se erguerá a "Casa da Agricultura". O segundo, uma fotografia lateral do terreno, com a placa de Construção bem visível. Ao lado, o tripé da sonda e, à esquerda, a cúpula do Ministério da Agricultura.

Daqui, destas colunas, iremos dando aos Socios e amigos da Sociedade notícia pormenorizada ao andamento das obras da "Casa da Agricultura".

LAVRADOR! CRIADOR!

Fortalece a tua classe inscrevendo-te na "Associação Rural" do teu Município. Se esta não existir ainda, funda uma, dentro dos moldes do decreto-lei 8.127, de 24 de Outubro de 1945.

A Secretaria da S.N.A. te prestará todos os esclarecimentos a respeito.

Financiamento diréto ao pequeno Lavrador

Aceito o ponto de vista da Sociedade Nacional de Agricultura

Pela primeira vez, no Brasil, o Banco do Brasil vai conceder financiamento direto aos pequenos lavradores, ao mesmo tempo que será estimulado no Congresso o andamento dos projetos de lei referentes à garantia de preços mínimos dos cereais e gêneros de primeira necessidade e a reforma bancária de acôrdo com a qual será criado o Banco especificamente da Lavoura.

Estas medidas de maior importância para a recuperação econômica do país ficaram decididas na reunião convocada pelo presidente da República, no Catete, à qual compareceram os ministros Correia e Castro e Daniel de Carvalho, respectivamente da Fazenda e da Agricultura, o general Anápio Gomes, diretor geral do Conselho Federal de Comércio Exterior, os Srs. Guilherme da Silveira e Marino Machado, respectivamente, presidente do Banco do Brasil e diretor da Carteira de Crédito Agrícola, e o Sr. Artur Tôrres Filho, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

Segundo foi noticiado, a questão do financiamento feito diretamente aos pequenos lavradores foi defendida na aludida reunião pelo presidente da S. N. A. sendo o seu esquema aprovado para imediata aplicação. A questão dos preços mínimos e da reforma bancária dependem, entretanto, da aprovação do Congresso, onde existem projetos, a respeito, em andamento.

O govêrno visa, em suma, incentivar o crédito, objetivamente, em primeiro plano, beneficiar as culturas rurais na presente safra, de modo a que a crise que se verificou na produção de gêneros de primeira necessidade seja vencida sem demora, possibilitando um melhor abastecimento do mercado interno, bem como o excedente para a exportação, sem o que se torna difícil o equilíbrio da balança comercial.

A propósito dessa palpitante matéria, após a reunião, foi distribuida pelo Catete uma nota à imprensa, constando dos seus têrmos as mais animadoras esperanças no seio da classe agrícola.

Um vespertino, ouvindo a respeito o Sr. Ministro da Fazenda, teve de S. Exa. a confirmação de que o objetivo principal do Govêrno, apoiando antiga aspiração das classes rurais, através de seus órgãos representativos, é de disseminar o crédito por tôdas as zonas de produção, já na presente entre-safra. Além do financiamento normal, beneficiando grandes empresas, o Banco do Brasil sugeriu e foi autorizado a iniciar imediatamente o financiamento aos pequenos produtores, desde o proprietário e o arrendatário, até ao meeiro e o colono. O dono de uma propriedade no valor de 100 mil cruzeiros terá crédito até o limite de 20 mil cruzeiros.

O crédito ao pequeno produtor será local e direto, à base da honestidade e da capacidade profissional do mesmo, seguindo exemplo do que já ocorre em vários Estados. O Banco Mineiro da Produção, por exemplo, concedeu no ano passado 8 mil cruzeiros e já reembolsou todo o numerário distribuido, não perdendo um só vintem. Em Pernambuco, foram realizados 28 mil empréstimos, beneficiando igual número de agricultores, pois a média de cada empréstimo foi de mil cruzeiros. Êsses exemplos mostram a viabilidade do crédito disseminado em proveito do mais modesto agricultor. Enquanto isso, o Banco do Brasil, em 47, fez pouco mais de 6 mil empréstimos dessa natureza.

As cooperativas de crédito e as associações rurais ao lado dos bancos particulares, desempenharão relevante papel na nova política de financiamento agrícola oficial no Brasil, principalmente no abono da firma do pequeno produtor.

O Brasil possui quase dois milhões de propriedades agrícolas representando vasto campo para aplicação do crédito especializado. Todavia êsse crédito sòmente poderá beneficiar tão elevado número de propriedades quando for ministrado por um organismo como

o Banco Rural, entidade que a própria Constituição reconhece como indispensável ao desenvolvimento econômico do país e que o atual govêrno deseja criar, conforme propôs ao Congresso, na reforma bancária. Podemos acrescentar que o presidente da República está vivamente interessado pela imediata execução da nova política de financiamento, devendo realizar no Catete outras reuniões para consolidar todos os objetivos em vista.

Acrescentou o Sr. Correia e Castro que já haviam sido expedidas as determinações do Govêrno para o imediato financiamento à produção. O titular da Fazenda manifestou sua confiança nos resultados das medidas que serão postas em prática, salientando que as mesmas podem ser consideradas das mais importantes até agora adotadas pelo atual Govêrno. Acredita o ministro que a produção será grandemente aumentada, a fim de não só melhorar o abastecimento interno do país, mas também permitir maior exportação, com a qual obteremos mais divisas para as nossas importações de artigos essenciais.

Foi o seguinte, o esquema lido e apresentado na reunião do Catete pelo Sr. Artur Tôrres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

"Foi extremamente honrosa para a Sociedade Nacional de Agricultura receber do Exmo Sr. Presidente da Republica convite para "o estudo do problema do financiamento da produção agricola".

2. Esse sempre foi pela Sociedade considerado o problema máximo da agricultura nacional, por êle se batendo ardorosamente durante cêrca de 50 anos, tendo em vista que com o auxilio para aquisição de terras, para os melhoramentos mobiliários e imobiliários, sem o custeio da produção, a exemplo do que ocorre em outras nações e, bem perto de nós, no Uruguai e na Argentina, não nos será possivel a mobilização do trabalho da terra, permitindo ao país melhorar a produção e a vida das populações do interior.

A nossa história econômica demonstra que desde o periodo colonial, no Império e mesmo na Republica, tem-se cogitado do crédito para o produtor rural, sem entretanto ter-se conseguido até hoje um regime de assistência permanente, capaz de garantir sua produção, e a movimentação das safras, com lucro razoável para aquêle que vive legitimamente do trabalho da terra.

3. E' bem verdade que ultimamente, com a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, deu-se um passo bem avantajado no sentido de proporcionar-se o credito ao agricultor, o qual, como sabemos, tem que ser feito sob três modalidades: **hipotecária, pignoraticia e pessoal**.

Quanto à primeira, para que finalmente se estabeleça entre nós, faz-se mister a criação de um cadastro rural em bases seguras e será também decisivo para a colonização dos campos, devendo portanto merecer atenção especial, tendo sido na Argentina fator de alto relêvo no fortalecimento da sua economia agricola, no que toca à segunda fórmula, para a qual temos criado uma legislação especial, estudos terão que ser feitos, de modo a permitir uma aplicação, seja na parte agricola e pecuária, garantindo por outro lado aos bancos os seus investimentos por meio de cedulas pignoraticias. Neste particular, observei na Argentina uma aplicação generalizada do penhor para colheitas pendentes, produtos armazenados, a prazos longos sob esta forma. quanto à terceira fórmula, isto é, o crédito pessoal, baseado na idoneidade moral e na aptidão profissional do agricultor ou criador, com o pagamento do débito em parcelas durante o ciclo das safras, ou entre uma e outra, com limites variaveis de acôrdo com as regiões, os produtos e outros fatores, é para nós o que se nos afigura mais premente e o que terá maior repercussão nos meios rurais do país. Neste particular, já muito tem feito a Carteira de Crédito Agricola do Banco do Brasil através de suas agências disseminadas pelo país. Entretanto, o crédito pessoal utilizado exclusivamente em favor dos pequenos produtores, isto é, daqueles que não saem de sua gleba para virem bater às portas dos bancos nas cidades, para esses é que precisamos urgentemente criar um aparelhamento que precisará ser simples, desprovido de formalidades legais e burocraticas, que além de tudo oneram pesadamente os tomadores. Para êsse fim, as cooperativas de **crédito agricola** e somente estas (de que poderão ser citados os exemplos da Paraiba do Norte, Rio Grande do Sul, Pernambuco principalmente, com suas caixas rurais), e as associações rurais — poderão ser os órgãos intermediários e de elevada colaboração com o Banco do Brasil e, futuramente, com o Banco Rural, cuja criação, por feliz inspiração do Sr. Ministro da Fazenda, foi proposta na Reforma Bancaria e consta de dispositivo da Constituição.

Posso recordar o fato de que em 1938, as cooperativas de crédito na Paraiba do Norte, através das suas caixas rurais, fizeram 23.474 empréstimos a pequenos agricultores ao valor médio de 727 cruzeiros. No Rio Grande do Sul, as 34 caixas de crédito rural fazem anualmente empréstimos a pequenos agricultores de dezenas de milhões de cruzeiros. E' essa, a meu ver, a orientação mais democrática e mais feliz que poderemos seguir em benefício daqueles que ainda labutam na vida árdua dos campos. Mais de 800 Municípios do Brasil reclamam crédito ou facilidades de financiamento para as atividades agrícolas. Basta dizer que as taxas cobradas chegam a 20 e 30% ao ano quando a Agricultura dificilmente poderá pagar mais de 3 a 5%, combinando-se o pagamento em prestações de acôrdo com as áreas cultivadas.

Ponto importante e mesmo decisivo para o êxito do crédito será o da simplicidade de seu mecanismo. E' preciso que o agricultor, em qualquer zona do seu Estado ou Município, em três ou quatro dias, no máximo, tenha solução de sua proposta de empréstimo, feito ao estabelecimento incumbido do crédito agrícola local. Tenho profunda convicção de que presidindo à distribuição dos empréstimos um critério seguro, na conformidade das condições agrícolas e pecuárias locais, sem desvirtuamentos, a classe rural saberá honrar seus compromissos.

4. Infelizmente, o que tem acontecido com o **crédito agricola** entre nós, é que as instituições cha-

madas a prodigalizá-la, na sua maioria, atraídos por lucros mais fáceis e até pela especulação, se entregam mais às operações mercantis, deixando inteiramente ao desamparo os pequenos produtores.

E' evidente portanto que para haver no país a existência de crédito **realmente beneficiado o lavrador,** aí incluídos o proprietário, o arrendatário, o meeiro, etc., será preciso um sistema bancário abrangendo a extensão do território nacional, no qual além dos estabelecimentos oficiais central e regionais colaborem na distribuição de crédito bancos particulares, locais e regionais, bem como associações rurais, cooperativas, aos quais seriam assegurados recursos e favores especiais. E' digno de exame neste particular a lei denominada "Aricultural Credit Act", da Presidente Wilson, dos Estados Unidos. O que é preciso, evidentemente, é canalizar recursos para a lavoura, pois que e dela que tudo emana para a riqueza pública.

5.° É me grato assinalar, como já ficou perfeitamente acentuado pelo Sr. Ministro da Agricultura na reunião dos Secretários de Agricultura em 1946, no seu projeto de Reforma Agrária, na qual salientou a necessidade de garantia do preço mínimo à produção, pensamento que tem também acompanhado a ação do ilustre Ministro da Fazenda, Sr. Correia e Castro, o interêsse do Govêrno, culminando com a presente reunião, na solução do grave problema do financiamento rural, a cuja deficiência pode se atribuir em grande parte, o presente mal estar social, com o congestionamento das cidades diante da fuga dos campos.

6. Dentro das idéias expostos, a dado o pensamento de S. Ex., o Sr. Presidente da República, de levar estímulo e amparar os verdadeiros produtores nacionais, ouso a Sociedade Nacional de Agricultura sugerir a seguinte modalidade para atender principalmente à situação do pequeno produtor.

— facilidade, em toda o país, de crédito até o limite de Cr$ 15.000,00 a todo agricultor, inclusive arrendatários, meeiros, colonos, etc., a ser concedido através das agências do Banco do Brasil e sempre que possível, sob a forma de acôrdo com cooperativas, associações rurais e mesmo com outros bancos regionais e locais, obedecendo a uma supervisão central, a fim de evitar possíveis desvirtuamentos e, sobretudo, afastar os conhecidos entraves burocráticos que tornam difícil no momento qualquer operação de crédito de que careça a agricultura.

Basta considerar que, em 1947, a Carteira Agrícola do Banco do Brasil forneceu a pequenos produtores apenas 315 empréstimos de Cr$ 250,00 a 5.000,00; 618, de 5 a 10.000,00; 900, de 10 a 20.000,00; e 458, de 20 a 30.000,00, no total de 2.291 empréstimos, enquanto que na categoria dos **grandes,** de 100 a superiores a 500.000,00, foram realizados 5.793 empréstimos.

Êsses algarismos servem para demonstrar que o nosso crédito agrícola ainda não conseguiu penetrar tão profundamente quanto seria de desejar a nossa grande massa rural, espalhada em mais de 2 milhões de propriedade, e cuja maioria é justamente constituída de pequenos agricultores, hoje pràticamente desamparados no que toca a êsse grande fator de melhoria e aumento de produção, que é o crédito fácil, barato e a longo prazo".

ESPALHADOS SÔBRE A TERRA

Há poucos viventes tão espalhados sôbre a terra como o mosquito, pois pode viver tanto na floresta virgem tropical como nos tundras sibéricas. O facto de o mosquito sugar sangue já o torna uma praga para a humanidade, mas este modo de viver que se limita ao sexo feminino, torna-se um perigo da vida porque o mosquito pode transmitir germens de uma doença, que vivem na sangue de um ente, para o corpo de outro vítima mordido.

A doença mais temida que o mosquito transmite, é a malária. Apesar de haver relativamente só poucos espécies de mosquitos que transmitem o malária, êles tornaram inhabitáveis uma terça parte da terra, causando anualmente 200 milhões de casas de malária. Mais de um milhão de homens morre cada ano na Índia, só em consequência desta doença. Cada um, também a população indígena, considera a luta contra a mosquito malarígena como uma obra de interêsse geral. A rega de sítios de incubação com petróleo e outros inseticidos que matam larvas, uma boa drenagem, o uso diário de 400 mg. de quinina, a título de profilaxia durante a estação em que reina o malária e de 1 até 1,3 gr. de quinina durante uma semana, a título de remédio, tôdas estas medidas são agora considerados pela população como sendo úteis e necessárias na luta implacável contra uma dos pragas mais cruéis da humanidade.

Espalham-se os mosquitos sôbre tôdo a terra, mas também se difunde em todo o mundo a convicção de existir uma arma excelente contra o malária, a saber: a quinina.

Açucar - Algodão - Adubos

F. G. Steinemannan
(Membro da Soc. Nac. de Agricultura e do Conselho Florestal)

Escreve o dr. José Lins do Rego, em 3 do corr. mês no "Globo", recordando "a época aurea, na qual o açúcar dera mais ouro a Portugal do que mesmo o ouro de Minas Gerais", e, após outras importantes considerandas da atualidade, diz: "A lavoura da cana se aniquila nas terras, que carecem de homem, as fábricas queimam os últimos gravetos, e a produção encarece assustadoramente. O açúcar, fonte de receita, não pode corresponder ao esfôrço do homem, desde que A TERRA NÃO RENDE e a concorrência dos novos produtos do sul domina o mercado interno. E assim chega-se ao fim do açúcar pernambucano e ao fim de uma economia. E o triste é verificar que não há remédio para a doença que marcha".

E' verdade que a doença marcha em muitas regiões, entretanto, HA REMÉDIO PARA ESTA DOENÇA.

Desejo com esta singela colaboração, que as palavras de terrivel e amargo pessimismo, pronunciadas pelo dr. Antiogenes Chaves, a que se refere o sr. José Lins do Rego no citado artigo, se tornem palavras de esperança, que iluminem ações renovadoras e fecundas.

Seja-me permitido citar, em seguida, trechos de obras publicadas sôbre as atividades agrícolas no Brasil, certo de que, pelos seus autores de há muito, foi indicado o que é imprescindivel fazer para melhorar e aumentar a nossa produção.

Escreve o dr. Arthur Torres Filho no "Resumo Histórico da Sociedade Nacional de Agricultura," sob o título O momento nacional e a mobilização dos campos — á página 174, trabalho executado pelo sr. L. Marques Poliano em 1945, o seguinte: "Questão palpitante e digna da mais elevada atenção dos nossos governantes e dos profissionais de agronomia, é a prática da LEI DA RESTITUICÃO, fazendo voltar á terra o que dela é extraido pelas colheitas e pelos rebanhos. A nossa produção agricola e pecuária retira do solo pátrio, anualmente, milhões de toneladas de Azoto, Acido Fosfórico, Potássio e Cálcio cuja restituição é mínima.

Assistimos, assim, a queda dos valores das terras brasileiras com a derribada incessante das matas virgens, o êxodo das populações rurais, o deslocamento das plantações da proximidade das vias de transporte e comunicações, criando um problema social econômico de graves consequências para o futuro do Brasil."

Em sua conferência realizada no Rotary Club de Campos, Estado do Rio de Janeiro, descreve o engenheiro agrônomo Rui da Silva Pinto, a "Situação atual e medidas aconselháveis á melhoria da lavoura canavieira de CAMPOS", citando entre fatos e números o seguinte:

"Qual é o rendimento dos nossos canaviais? A média geral da lavoura campista, incluindo terras melhores e piores, incluindo, ainda, canas plantas e sôcas, é aproximadamente 28 tons. por ha., encontrando-se algumas lavouras de exceção, com rendimento superior, geralmente localizadas em terrenos descançados — antigas pastagens ou lagôas recentemente drenadas.

Para melhor se avaliar quanto é baixa a produção dos nossos canaviais, vejamos alguns dados referentes a outros países:

Argentina	43,3	tons. por ha.
Cuba	50,0	" "
U. S. A	50,0	" "
Trindade	65,0	" "
Ilhas Mauricio	70,0	" "
Guiana Ingleza	96,0	" "
Perú e Hawai	111,0	" "

De todos êsses países o que apresenta menor rendimento, é a Argentina, que ainda assim é superior ao nosso em 50%.

Mas é preciso que se consiga um aumento proporcional da produção da matéria prima — a cana. Para isso ter-se-á que adotar uma de suas soluções: ou aumentar a área das plantações ou aumentar o rendimento dos canaviais."

Referindo-se entre outros fatores ao transporte e á mão d'obra, diz em seguida: "A solução é, pois aumentar o rendimento dos canaviais. E para isso é necessário adubar e irrigar." E mais adiante: "Que a adubação e irrigação podem ser econômicamente aplicadas em Campos, conforme se póde constatar na Estação Experimental ai, com as instalações de irrigação em perfeito funcionamento.

Outro problema importante que a adubação e irrigação podem contribuir para resolver, é o da mão d'obra.

E para isso é preciso adubar e irrigar, porque o número de homens necessário para plantar e tratar um hectare, que produz 28 tons., é o mesmo número de homens necessário para plantar e tratar um hectare que produz 56 tons." (Publicação d'A LAVOURA — março/abril de 1947, pgs. 22 a 24, Rio de Janeiro.)

"FERTILIZAÇAO DAS TERRAS DA ZONA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO", de Diogenes de M. Vasconcellos, estudo publicado em — A LAVOURA, dezembro de 1947, pgs. 56 a 57, Rio de Janeiro, trás entre outras, as seguintes considerações:

"O panorama canavieiro de Pernambuco é bastante sombrio, os rendimentos culturais atingem cifras insignificantes. A cultura da cana não correspode, em absoluto, no progresso industrial alcançado, marchou quase em sentido oposto, constituindo um sistema de fôrças que tendem a um desequilibrio funesto.

As terras estão esgotadas, não produzem mais, PRECISAMOS ADUBAR, é o que ouvimos todos dizer.

Sim, o esgotamento é incontestável, representa o fruto de uma pratica colonial, primitiva, que, ainda, perdura até os nossos dias.

Vejamos o que nos revelam os dados estatísticos:

Valores experimentais, obtidos pelo Serviço Experimental da Secretaria de Agricultura do Estado, na zona Barão de Suassuna, em Escada, evidenciaram um rendimento de 35 tons. por ha. na cana planta, e 11 tos. na sôca, ou sejam 23 tons. em media por ha. A variedade empregada foi a P. O. J.2878, tendo o experimento sido localizado em terreno de encosta.

Dados d'um campo de adubação, feito na Uzina Aliança (zona norte do Estado), revelaram um rendimento cultural de 43,7 tons. por ha. na cana planta, e 35,0 tons. na sôca, ou sejam 39,3 tons. em media nas duas colheitas. Empregou-se no experimento em apreço a variedade C. P.27.139.

São frequentes os terrenos de encosta onde não mais se encontra solo agricola; plantam-se canas em pleno sub-solo, destituido de matéria orgânica."

Quanto à ACIDEZ, o sr. Adauto Teixeira, num trabalho publicado no Boletim n.º 3-vol. XII, da Secretária de Agricultura do Estado, concluiu; serem ácidos, em geral, os solos de Pernambuco. Apresenta, ainda, os seguintes estudos:

"Um solo ácido, é geralmente impróprio ás plantas, ás calcicolas principalmente. A acidez dificulta o trabalho das bactérias nitrificadoras, impedindo a decomposição normal a matéria orgânica, e, mediante o acúmulo de anidrido carbônico, formam-se substâncias orgânicas tóxicas.

No estudo realizado em 65 municipios, estabelece a seguinte classificação:

d) grupando os valores de pH. de nossos municípios ,e suas necessidades em CAL:

" Solos muito necessitados em cal	10 —	13,38 %
Solos necessitados em cal	52 —	80,00 %
Solos não necessitados em cal	3 —	4,62 % "

Referente aos FERTILIZANTES escreve:

"Os insucessos de alguns plantadores de cana no emprêgo de adubos, consistem, principalmente, no uso de fórmulas inadequadas às necessidades locais, copias, quasi sempre, de folhetos de propaganda de firmas vendedoras de produtos fertilizantes ou de trabalhos estrangeiros.

Os experimentos de adubação de cana que o Serviço Experimental vem executando, tem revelado o seguinte:

a) que as nossas terras necessitam, em ordem decrescente, de Fosforo — Azoto — Potássio;

b) serem as fórmulas mixtas (compostas de adubos orgânicos e inorgânicos), as que maiores rendimentos têm proporcionado em planos de adubação, em que fertilizantes minerais apenas entram também na competição.

c) que o adubo verde e a calagem melhoram consideravelmente o indice de produção agricola."

E, ainda, em data recente, 6 de setembro no corr. ano, "O GLOBO" sob titulo sugestivo publicou: "AS TERRAS DA BAHIA ESTÃO FAMINTAS DE ADUBAÇÃO", e, em seguida, uma exposição do agronomo Orlando G. Teixeira, ex-secretario da Agricultura d'aquele Estado ,referente á exploração de jazidas de Fosfatos, para serem utilizados como adubos.

Em quanto a nossa situação agricola se revela nas frases: "As terras estão esgotadas, não produzem mais, e, precisamos adubar", um artigo, publicado no "Reader's Digest" de junho do corr. ano, pgs. 85 a 88, mostra-nos que "O GUANO VOLTA A SER RIQUEZA" na República vizinha do PERU, pois que "sómente com o auxilio do guano, adubo de prodigiosa riqueza, e possivel desenvolver a agricultura na costa sêca do Perú. As montanhas fornecem algumas minguadas gotas d' água para a irrigação; mas, espalhando suficiente quantidade de guano, o agricultor peruano consegue cêrca de 320 quilos de algodão limpo por ha., enquanto que a media é de 55 quilos no Estado de Louisiana, U. S. A., e de 70 quilos no Egito."

E continuando, diz o articulista daquela revista: "Conquanto a última colheita de guano tenha sido vendida por US$ 2 800.000,00 aos fazendeiros do país, poderia ter rendido US$ 29.000.000,00, se fôsse exportada.

"**Entretanto, o adubo é tão vital à agricultura do Perú, que o govêrno dêsse país permite apenas a exportação de alguns quilos,** solicitados por instituições cientificas para os estudos. E o govêrno daquele país tanta importância deu ao assunto, que, em 1909, formou a Compania Administradora del Guano (com participação de 51%), no proposito de reorganizar a indústria e prover adubo para as culturas do algodão e da cana."

Eis ai a explicação do enorme progresso agricola da Republica do Peru, e a razão das fantasticas colheitas por hectare; "A APLICAÇÃO DE ADUBO ORGANICO NA AGRICULTURA, PRATICANDO A "LEI DA RESTITUIÇÃO", como recomenda dr. Arthur Torres Filho, no artigo, inicialmente citado.

Em discurso pronunciado pelo Secretario da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, dr. Edgard Teixeira Leite, na ocasião da Exposição Agro-Pecuaria na Cidade de Barra do Pirai, insiste esta autoridade, e, tambem, homem do campo, mais uma vez na necessidade de adubação e diz: "a falta de trato das terras cançadas do Estado do Rio constitui uma das peças de verdadeiro circulo vicioso."

"A QUÊDA DA PRODUÇÃO ALGODOEIRA NO ESTADO DE SÃO PAULO" conforme exposição feita pela Sociedade Paulista de Agronomia, publicada na "LAVOURA" julho-agôsto de 1948, cita entre outros fatores, por exemplo no item 2.º: "a diminuição da fertilidade média das terras pelo desgaste etc. e a falta e adubação", e recomenda:

"Constituem providências de ação imediata (no item c): aquisição e distribuição pelo custo, aos lavradores do Estado, de fer-

tilizantes etc." e mais: "Devem constituir providências futuras: a) continuidade das medidas de ação imediata." Esta exposição foi apresentada ao Conselho Federal do Comércio Exterior, e subscrita pelos engenheiros agrônomos srs. Linneu Carlos de Souza Dias, como Presidente e Antonio José Teixeira Mendes, como 1.º Secretário.

"O Jornal em 5 do corr. publicou um depoimento do engenheiro agrônomo Renato Gonçalves Martins, enviado especial do Ministério da Agricultura ao Nordeste, ás zonas produtoras de algodão, demonstrando os quadros mais negros daquelas zonas. "E' de tal forma brutal o quadro algodoeiro, dessa região, que as côres sombrias do quadro paulista se esbatem e adquirem tonalidades róseas quando postas em confronto com ás dominantes na crise nordestina".

Pela leitura de publicações em alguns jornais, ficamos sabendo que o Secretário de Agricultura do Estado de Pernambuco, sr. Barros Barreto, já iniciou "A campanha pelo soerguimento da produção algodoeira de Pernambuco", entretanto, nos diversos itens das medidas propostas e no plano elaborado, não nos consta a inclusão do importante fator "ADUBAÇÃO — FERTILIZANTES".

Os melhores planos, as mais aperfeiçoadas patrulhas mecanizdas e a mais rigorosa seleção de sementes, poucos resultados, compensadores dos esfôrços e das despezas feitos, poderão produzir, se não forem observadas as palavras e a recomendação do dr. Arthur Torres Filho, quando diz, como anteriormente citado: "QUESTÃO PALPITANTE E DIGNA DA MAS ELEVADA ATENÇÃO DOS NOSSOS GOVERNANTES E DOS PROFISSIONAIS DE AGRONÔMIA, E' A PRÁTICA DA LEI DA RESTITUIÇÃO, fazendo voltar á terra o que dela é extraido pelas colheitas e pelos rebanhos." E êste desgaste de nossas terras monta, annualmente, em milhões de toneladas de Azoto, Acido fosfórico, Potassio e Cálcio, cuja restituição é minima.

Se, entretanto, a nós não foi ainda dada a possibilidade de produzir adubo orgânico de tal eficiência e no volume de 170 mil toneladas anuais como o do Perú, temos, todavia, empreendimentos industriais, os quais, em conjunto, já estão produzindo dezenas de milhares de toneladas por ano, para acudir as necessidades mais prementes de nossa agricultura, especialmente no que se refere ao plantio de algodão e de cana.

Tendo em vista uma dosagem média de 50 gramas por metro quadrado para estas culturas, conforme indicações técnicas, geralmente aceitas, é admissivel cálcular os milhares de hectares que podem ser adubados.

Esta produção existente, poderá ser aumentada, ainda, com o aproveitamento de novas fontes, como expôs o agrônomo Orlando G. Teixeira, referindo-se ás jazidas de Fosfatos na Bahia, e outros Estados, como, por exemplo, ás de São Paulo.

Desta maneira, as terras deixarão de ser "Famintas de Adubação", e, sim, corresponderão ao esfôrço do homem com uma farta renda, pois, o mesmo homem que lhe tirou tudo, compreendeu, finalmente, que lhe devia restituir os elemenots principais, como sejam:

Azoto — Fosfato — Potássio — Cálcio. ÊSTES SÃO OS REMÉDIOS DA DOENÇA, QUE ASSIM FICARA TOLHIDA EM SUA MARCHA DEVASTADORA.

Rio de Janeiro, em setembro de 1948.

O Petróleo Auxilia a Criação de Gado

Quando o DDT foi usado nas ilhas do Pacifico durante a guerra, circularam noticias sôbre a sua utilização na criação de gado. DDT, como se sabe, é um pó branco e, para ser eficiente como inseticida, deve estar sob a forma liquida.

A Humble Oil & Refining Company, do Texas, afiliada da Standard Oil Company (New Jersey), decidiu empreender trabalhos de pesquisa no sentido de obter a forma liquida do DDT. A Companhia desenvolveu três tipos principais.

No primeiro tipo concentrado, o DDT não se separava da água quando esta não era agitada. Isso significava que, se a chuva causasse transbordamento do reservatório de água por onde os animais deveriam passar, razoável quantidade de inseticida seria perdida. No segundo tipo, o DDT separava-se da água como creme do leite, ficando na superficie. Novamente, o concentrado seria perdido tôdas as vêzes que as chuvas causassem transbordamento do reservatório. Um animal, também, poderia ficar em contacto com uma forte solução flutuando e sofrer queimaduras. O terceiro tipo foi o que deu melhores provas. Não se estraga com a chuva e não causa danos ao gado.

Êsse tipo é representado por uma solução com 35% de DDT, que foi submetida a provas intensivas nos campos e demonstrou ser muito eficiente no combate aos mosquitos, carrapatos, môscas e piolhos. O gado protegido pela solução ganhou, em média, 50 libras por cabeça, durante o periodo do ataque dos insetos — 90 dias. Não houve efeitos prejudiciais nos animais. O DDT concorreu para tornar os pastos mais pacificos e mais prósperos.

Progride o Associativismo Rural no País

O desenvolvimento das Associações Rurais constitui uma demonstração de interêsse público e das classes produtoras pelos problemas da vida agrária.

As Associações Rurais, entre outras iniciativas para soerguer a economia brasileira, representam verdadeiro estímulo à produção e, consequentemente, à melhoria da nossa balança comercial.

De conformidade com os dados fornecidos pelo Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, acham-se em funcionamento no país 116 Associações Rurais, 27 Associações Rurais Regionais, 7 Associações Rurais Especializadas, 1 Associação especializada, em agronomia e 6 Federações de Associações Rurais no total de 157 entidades, tôdas elas reconhecidas e registradas nesse Serviço.

As Associações Rurais acham-se assim discriminadas, por Estados: Santa Catarina, 27; Rio Grande do Sul, 21; Minas Gerais, 20; São Paulo, 13; Pernambuco, 6; Paraná, 5 Maranhão, 5; Rio de Janeiro, 5; Mato Grosso, 3; Paraíba, 3; Piauí, Ceará, Espírito Santo, Bahia e Rio Grande do Norte, 1 em cada.

As Associações Rurais regionais estão assim distribuídas: São Paulo 19; Minas Gerais, 2; Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Paraíba e Goiás, 1 em cada.

Existem Federações de Associações Rurais nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Norte e Associações Rurais especializadas nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Pernambuco e Alagoas (1 em cada) sendo que na Bahia existe a única sociedade especializada em agronomia reconhecida e registrada no país.

A Lavoura

Órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura. Distribuida gratuitamente aos sócios.

Preço da assinatura anual:

Cr$ 60,00

O Ovo de Boa Qualidade

OTAVIO DOMINGUES
Professor da Escola Nacional de Agronomia

O valor do ovo de consumo depende de cinco coisas: frescura, limpeza, tamanho, coloração, e infertilidade.

Ser fresco é a condição primeira para que o ovo seja um bom alimento. Considera-se fresco o ovo recem posto ou de postura recente. Êste recente é variável com o clima. Certamente num clima temperado o envelhecimento do ovo é um processo moroso e um ovo com 8 a 10 dias pode até ser considerado fresco.

A existência de refrigeradores, geladeiras, frigoríficos melhora a situação e permite levar êsse limite muito além.

Mas desde a hora da postura até chegar ao consumidor, onde então é conservado num ambiente de baixa temperatura, o caminho é longo, demorado e incerto.

Daí a necessidade de cuidar para que êsse ovo, uma vez posto vá ter, o mais breve possivel, ás mãos do consumidor, nas melhores condições.

Essa vigilância ajudará ainda a criar-se a condição de limpeza, também muito necessária. Ovo sujo ou com casca sem brilho ninguém compra para comer. Além de ser de conservação muito mais dificil.

O ovo lavado (que foi sujo) é fácil identificar: não tem brilho. Sem brilho é ainda o ovo velho.

O tamanho do ovo mostra-se também de influência decisiva no seu valor. Um ovo de 40 gramas é um ovo pequeno, que o consumidor deve aprender a refugar.

Ovos de 50-56 gramas são de pêso médio e grandes já serão os de 60 gramas, e mais.

Entre nós não se vende ovo a pêso. Mas dia chegará em que teremos de estabelecer uma classificação segundo o pêso, a idade e a limpeza.

Quanto à infertilidade do ovo devemos lembrar que se trata de uma condição muito necessária, para que êle seja comestível, de boa qualidade.

Ovo para consumo deve ser "claro".

E' que a fecundação ou galação prejudica êsse ovo, devido a possibilidade de contaminação. Se a galinha põe, mesmo sem galo, porque trazer o concurso dêste inútil, senão prejudicial?

Finalmente temos a coloração elemento de apreciação não desprezível visto como influe mais do que se pensa na escolha do ovo que se compra.

As galinhas leves das raças do Mediterrâneo (Legorne, Minorca, La Bresse, etc.) põe ovos de casca branca típica.

As galinhas de dupla utilidade (ovos e carne) como a Rhode Island vermelha, a New Hampshire, as Plymouth, as Orpington, as Light Sussex põe ovos castanho ou rosados, de tonalidade variável até na mesma galinha, conforme a fase da postura.

Em face de ovos brancos e de ovos rosados as donas de casa se dividem: umas preferem os primeiros e, outras, os últimos.

Como os ovos da criolada são coloridos, uma gama que vai do acastanhado ao rosado, e como ovo "caipira" é ovo ruim, parece ter-se estabelecido uma ligação entre uma coisa e outra. Daí a preferência pelos ovos de casca branca. Ovos, na verdade, cuja limpeza será de pronta apreciação e que, em geral, são do bom tamanho e provenientes de galinários bem cuidados, o que pode ser elemento de garantia para a sua boa qualidade.

Mas há também a preferência pelo ovo de casca colorida.

E a razão, que já ouvi referir, é de que êsses ovos são mais nutridos. Creio ser desnecessário negar essa correlação entre coisas tão diversas: certa pigmentação da casca do ovo e maior riqueza nutritiva de seu conteúdo. Isso não existe e não servirá de razão para a sua preferência.

O certo é que a preferência existe. E ela pode se justificar pelo fato dos ovos de casca colorida serem também, quando limpos e grandes, provenientes de galinários bem cuidados, o que lhes pode garantir sua boa qualidade.

A MECANIZAÇÃO DA *Lavoura*



O clichê reproduz uma fase das experiências realizadas na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mantida na Penha pela Sociedade Nacional de Agricultura, do "Jeep Agrícola", que no momento puxa um arado de discos.

A coloração da gema é outra questão que bem pode ser aqui ventilada.

Há gemas desbotadas e há gemas de coloração mais intensa. Diz-se que estão são mais nutritivas do que aquelas. Também é falso.

E' sabido que essa diferença de coloração depende da alimentação que recebeu a poedeira. Os ovos de gema amarela, desbotada, são provenientes de aves que não comem "verde", ou que não recebem ração de milho amarelo ou vermelho.

Há a dizer ainda não haver nenhuma aproximação entre a côr da casca e a côr da gema. Uma não depende da outra. Nem a côr da casca, nem a da gema influem sôbre o valor nutritivo do ovo.

COOPERATIVAS ESCOLARES

As Cooperativas Escolares, sua importância e objetividade nas Escolas Agrícolas.

Engenheiro Agrônomo
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Professor da E.H W B.

1. *Importância as Cooperativas Escolares*

As cooperativas escolares são organizações associativas dos estudantes que, pelas suas elevadas finalidades, pela sua função eminentemente educativa, pela sua importância na comunidade escolar, pelo relevante reflexo sôbre a comunidade rural, constituem verdadeiros centros de educação e cooperação que precisam ser intensificados entre nós.

E' indispensável que, nas escolas agrícolas de todos os graus, sejam fundadas e auxiliadas as cooperativas escolares porque elas são organizações indispensáveis nas escolas modernas, escolas ativas, escolas que educam para a vida.

As cooperativas escolares cooperam para:

a) despertar, entre os alunos, os princípios sadios da solidariedade humana; princípios elevados que devem ser cultivados com todo o interêsse e dedicação.

b) despertar, entre os alunos, as noções de apôio e confiança recíproca, bases de uma perfeita organização social.

c) desenvolver, nos alunos, o senso de responsabilidade, educando-os para a vida prática.

d) desenvolver, entre os alunos, o espírito associativo e de cooperação indispensáveis à verdadeira vida em sociedade, na qual todos trabalham e cooperem para o bem estar comum.

Através de gerações educadas desde os bancos escolares no regimem cooperativistas, muito, conseguiremos fazer em prol de uma comunidade rural mais exclarecida, melhor organizada, mais radicada ao solo, etc.

As cooperativas escolares são verdadeiros centros de educação e cooperação, organizações que completam a escola.

De acôrdo com os dados fornecidos pelo Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, estão registradas 518 cooperativas escolares, congregando muitos milhares de associados.

O número de cooperativas escolares é ainda, relativamente pequeno, mas já representa um índice bastante expressivo do movimento cooperativista que se extende por todo o país, através do trabalho do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura.

2. *Objetivos das Cooperativas Escolares*

São múltiplas e elevadas as finalidades Escolares, associações de grande alcance social e educacional que precisam ser incentivadas e amparadas.

Através das cooperativas escolares muito conseguiremos fazer em benefício do nosso homem rural, que vive isolado, sem uma conveniente orientação educativa e social, pois os reflexos das atividades das cooperativas escolares far-se-á sentir, de uma maneira muito acentuada, sôbre a comunidade rural.

Entre outros, são objetivos das cooperativas escolares:

a) concorrer para a difusão dos elevados princípios da cooperação entre os alunos na escola e fora da escola, promovendo assim uma maior confiança entre os homens.

b) concorrer para a ampliação e elevação do nível cultural dos associados organizando para isso museus, bibliotecas, concursos, exposições, etc., e pro

movendo uma série de palestras, conferências e reuniões educativas.

c) cooperar com as autoridades escolares para a função de outras instituições de caráter educativo, recreativo e cultural tais como Clubes Agrícolas, Grêmios de Estudantes, Clubes Esportivos, Imprensa Agrícola, etc.

d) concorrer para o fomento da produção da região promovendo campanhas, realizando exposições e feiras que demonstrem as vantagens da agricultura científica e racional.

e) desenvolvel, entre os alunos, o senso da responsabilidade através do desempenho de encargos e trabalhos inerentes aos diferentes postos de direção da cooperativa, concorrendo assim para a formação de homens dignos, responsáveis e trabalhadores.

f) concorrer, para despertar entre os alunos o senso da economia bem orientada, da previdência social, etc.

g) cooperar para o melhoramento das condições sociais, econômicas, etc. da comunidade rural, através de um trabalho exclarecido e orientado.

Em verdade, não se pode estabelecer, em alguns itens, os múltiplos e elevados objetivos das cooperativas escolares.

Êles são os mais amplos possíveis; abrangem, não sòmente os associados, mas se estendem, também, a toda a comunidade rural, concorrendo assim para a formação de uma geração esclarecida e capaz, educada nos elevados princípios do cooperativismo, geração que trabalha pelo bem estar coletivo.

As Cooperativas Escolares e os Clubes Agrícolas são organizações de adolescentes com grande acervo de benefícios prestados à comunidade rural, que merecem e devem ser fomentados e estimulados.

Êles constituem centros educativos que não devem faltar nas escolas agrícolas.

As escolas agrícolas não devem ser apenas, estabelecimentos que ministrem o ensino profissinoal; elas devem cuidar ainda da formação humana dos educandos preparando-os para a vida; deve centralizar, em tôrno de si, tôda a atenção da comunidade rural; deve irradiar ensinamentos e cooperar ativamente para a melhoria das condições de vida e de trabalho das populações rurais.

Associações Rurais

A Sociedade Nacional de Agricultura, que há longos anos vem encabeçando o movimento associativo da classe agrícola no Brasil, tomou parte ativa na promulgação do decreto-lei n.º 8.127, de 24-10-46, combatido por alguns, mas louvado por muitos, que felizmente verificam consubstanciar-se nele a orientação vitoriosa na maioria dos países americanos, como são exemplos a "American Farm Bureau Federation", nos Estados Unidos, e as Federações das Associações Rurais, na Argentina e do Uruguai, bem como, na Europa, mais recentemente, à "International Federation of Agricultural Producters", que se propõe organizar os produtores de todo o mundo e que, até agora, já realizou oportunos e proveitosos congressos, nos quais compareceram somente os verdadeiros agricultores, sem intervenção de outras classes aí incluidos os órgãos oficiais.

A Sociedade Nacional de Agricultura e a comissão que orienta a aplicação dessa lei, continuam, em estreita colaboração com o Ministério da Agricultura, a promover a criação de associações rurais municipais e suas federações estaduais, convencidas de que essa é a fórmula mais natural e porisso mesmo mais indicada para a desejada organização da nossa classe agrícola. E essa organização se afigura indispensável e urgente à Sociedade Nacional de Agricultura, como precípua condição para que os poderes públicos nestes tempos de verdadeira fuga dos campos, lhe possam assistir com os meios de que carece, não só para a elevação do seu nível de vida mas também para que ela assuma o alto papel que lhe cabe na comunhão brasileira.

O ASSOCIATIVISMO RURAL EM SANTA CATARINA

SEGURO COLETIVO NA AGRICULTURA

A Associação Rural de Itaiopólis que se compõe de 178 sócios mantém um seguro coletivo contra acidentes no trabalho. Para manter este seguro coletivo a Sociedade criou uma mensalidade adicional de três cruzeiros. A Diretoria desta Associação está assim constituída: Presidente: Ricardo Paulo Kurman; Vice-Presidente: Pedro Vieira Sobrinho; 1.º Secretário: Francisco Brasilina Dias; 2.º Secretário: Pedro Peres de Lima; 1.º Tesoureiro: Jorge Piscius; 2.º Tesoureiro: Manuel Martins. Comissão Fiscal: José Sebastião da Silva, Loridano Ruthes, João Correia — Suplentes: Júlio Wosm, Alfredo Veiga, José Sabatke.

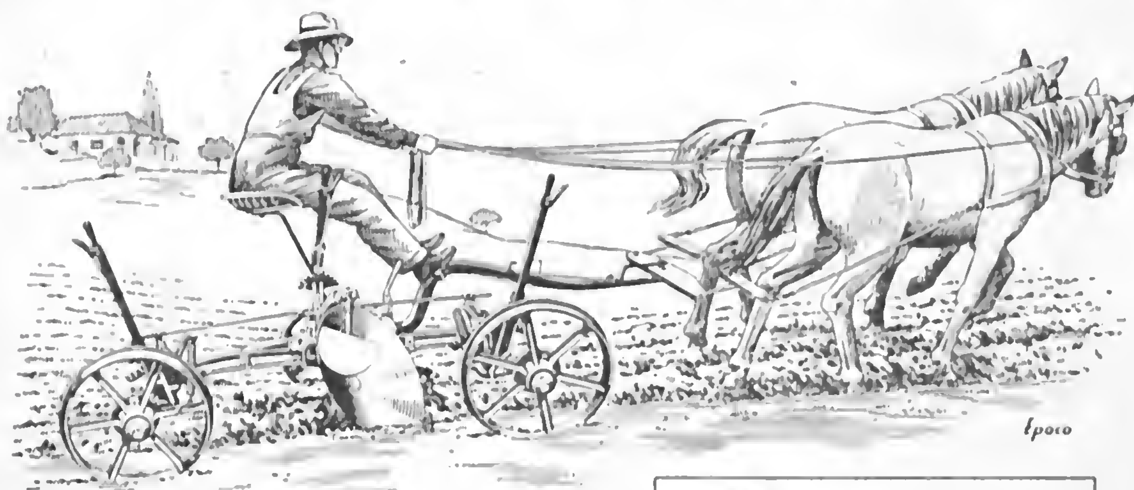
A Associação Rural de Orleães já há tempos vem mantendo uma Apólice de seguro coletivo, contra acidentes no trabalho de seus associados. Segundo o último relatório desta Associação nada menos de 16 acidentes ocorreram em 1947 e todos êles foram prontamente atendidos e liquidados pela Sul América Terrestre, Marítima e Acidentes.

(Do "Noticiário" da Federação das Associações Rurais de Santa Catarina).


IP IP IP IP IP IP


IP IP IP IP IP IP

FACILITE O SEU TRABALHO



COM MÁQUINAS AGRÍCOLAS

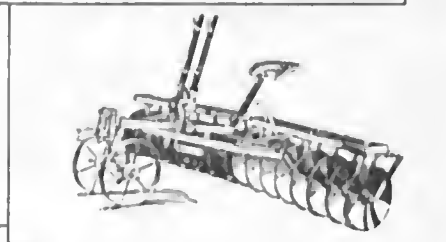
Mesma nesta épaca de mecanizaçãa da lavaura, em que a emprêgo de tratores está revalucionanda a agricultura, há sempre lugar nas fazendas para máquinas agricalas de traçãa animal.

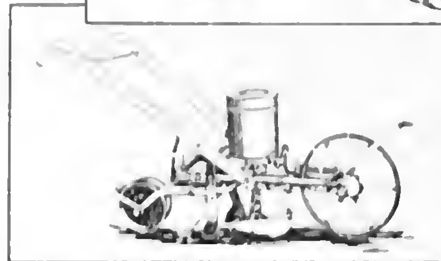
A série de máquinas agricalas McCormick-Deering International para tração animal é a mais completa, incluindo várias tipos de arados de aiveca e de disco, grades de discas e de dentes, plantadeiras, cultivadares, etc.

O emprêga dos melhores moteriais dispaniveis e a mãa de abra esmerada usoda na fabricação destas máquinas asseguram anos e anos de funcianamenta satisfatária e maiares lucros para o fazendeira.

Peça informações aa Concessionária International mais próxima ou às filiais da Campanhia.









MÁQUINAS AGRÍCOLAS INTERNATIONAL

INTERNATIONAL HARVESTER MAQUINAS, S. A.

RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE
Av. Oswaldo Cruz, 87	Rua Oriente, 57	Rua Gaspar Martins, 203

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

[illegible] a lavoura do trigo no Brasil. Na gravura, um moderno conjunto mecânico em trabalho na propriedade "Atlântida", de S. Miguel Arcanjo, São Paulo. O seu proprietário foi considerado o campeão da cultura mecanizada do trigo no Estado Bandeirante. Vê-se de pé, por detrás do operador, o general Araújo Góes, Diretor Geral do Conselho Federal do Comércio Exterior.

RIO DE JANEIRO — BRASIL

ANO LII

NOVEMBRO - DEZEMBRO, 1948



A derrubada e, após, a agricultura incipiente. Em seguida, o abandono da terra exaurida e o avanço sôbre outras florestas, à cata de novas terras férteis

SUMARIO

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

Reconhecida de utilidade pública pela lei n.º 3.549, de 18 de Outubro de 1918

Presidente Perpétuo: Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida
Presidente Benemérito: Dr. Wenceslão Braz Pereira Gomes
Presidente de Honra: Dr. Getúlio Dornelles Vargas



DIRETORIA GERAL

Presidente	— Arthur Torres Filho
1.º Vice-Presidente	— Luiz Simões Lopes
2.º " "	— Edgard Teixeira Leite
3.º " "	— A. de Arruda Camara
1.º Secretário	— F. Murtinho Braga
2.º "	— Adamastor Lima
3.º "	— Eurico Santos
4.º "	— Cinéas de L. Guimarães
1.º Tesoureiro	— Kurt Repsold
2.º "	— Otto Frensel

DIRETORIA TÉCNICA

Altino de Azevedo Sodré
Antonio Francisco Magarinos Torres
Franklin de Almeida
Enio Luiz Leitão
Geraldo Goulart da Silveira
Iris Meinberg
João Maurício de Medeiros
Joaquim Bertino de Morais Carvalho
Luiz de Oliveira Mendes
Pedro Fontes.



CONSELHO SUPERIOR

Alberto Ravache, Alvaro Simões Lopes, Anapio Gomes, Antonio Barreto, Antonio José Alves de Souza, Apolonio Sales, Balbino de Souza Mascarenhas, Ben-Hur Ferreira Raposo, Benjamin do Monte, Carlos de Souza Duarte, Diogenes Caldas, Eduardo Duvivier, Euvaldo Lodi, Fabio Furtado Luz, Francisco Saturnino de Brito Filho, Guilherme Egberto Hermsdorff, Honório da Costa Monteiro Filho, Humberto Bruno, Ismael Cordovil, Israel Pinheiro da Silva, Itagiba Barçante, J. C. Belo Lisbôa, Jeronymo Antonio Coimbra, João Gonçalves de Souza, João Tjader, José Sampaio Fernandes, José Solano Carneiro da Cunha, Landulpho Alves de Almeida, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Manoel Neto Campelo Junior, Mario de Oliveira, Mario Vilhena, Napoleão de Alencastro Guimarães, Ormeu Junqueira Botelho, Oscar Daudt Filho, Paulo Parreiras Horta, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Ruy Carneiro, Sebastião Herculano de Mattos, Sebastião Sant'Ana e Silva.



A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARATER PERMANENTE DOS SEGUINTES ÓRGÃOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; **Comissão Permanente de Exposições e Feiras** (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — Agricultura — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Central de Preços** (Presidência da República) — Pecuária — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; **Comissão de Organização Rural** (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior** (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Revisora das Tarifas** (Acôrdo de Genebra), (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Antonio de Arruda Camara.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LII — Novembro-Dezembro de 1948

Fertilização das Terras, Base da Economia Nacional

ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Temos abusado no Brasil demais do que expontaneamente nos deu a Natureza e, em relação ao solo agrícola, já experimentamos as consequencias de uma agricultura falha de bases racionais que vem empobrecendo aceleradamente o solo em seus princípios fertilizantes.

O clamor que vem de longe, ainda não pode ser atendido em tôda sua plenitude. Por vezes parece estarem todos apostados no país em transformar o solo do Brasil num deserto adusto e estéril.

De um lado, derriba-se a floresta incessantemente e, de outros sujeita-se êsse solo aos efeitos da erosão, nada se lhe restituindo pela adubação.

Agravando esta situação já manifestada na queda dos rendimentos agrícolas, ainda se perdem ou são enviados para fora do país resíduos e sub-produtos vegetais e animais que deveriam ser aproveitados na fertilização das terras cultivadas.

É preciso que se inicie, com urgência, campanha nacional, mediante base experimental, de restituição à terra do que dela tira a planta e o animal, sob pena de assistirmos ao enfraquecimento constante da nossa agricultura e o abandono de terras, como já se acentua entre nós.

As fontes de produção azotada, potássica, fosfórica e cálcica precisam ser estudadas e aproveitadas, amparando-se suas explorações, orientando-se a aplicação dessas adubações no meio rural.

A produção e distribuição de adubos, principalmente orgânicos, como a divulgação dos métodos racionais de aplicação, constitui necessidade palpitante para a defesa da economia rural brasileira, cujos rendimentos culturais atestam decréscimos alarmantes.

CONCLUSÕES

1.º) — *É necessário facilitar a obtenção de adubos azotados; pela propaganda racional e intensiva do plantio de leguminosas para a adubação verde; pelo ensino e auxílio do melhor preparo e aproveitamento do adubo de curral; aproveitamento sistemático nos matadouros, frigoríficos, charqueadas e fábricas de produtos de origem animal, sobras e resíduos de colheitas, preferencialmente, no preparo de adubos orgânicos; pelo incentivo ao aproveitamento, na indústria de adubos, de sub-produtos e resíduos agrícolas; pela exploração da indústria do azoto, no país; e, pela importação dos sais amoniacais e dos nitratos, destinados a adubação, enquanto não os produzirmos no país.*

2.º) — *É preciso intensificar a produção de adubos fosfatados: pela exploração sistematizada das jazidas brasileiras de rochas fosfatadas e aproveitamento de depósitos fosfatados.*

3.º) — *Mistér se faz favorecer a obtenção de adubos potássicos: pela importação, com favores aduaneiros, dos sais potássicos indispensáveis à adubação; pelo racional aproveitamento das cinzas; pelo aproveitamento das águas-mães das salinas; e, pelo incentivo à exploração industrial dos sais potássicos no país.*

4.º) — *É indispensável facilitar a exploração dos calcáreos, visando a produção de corretivos e o preparo de adubos: pela moagem, a um gráu de pulverização adequado, do carbonato duplo de cálcio e magnésio; e, pela cal, mediante calcinação, em caieiras, de rochas e sedimentos colhidos nos depósitos calcáreos.*

Para alcançar tais objetivos e em face da situação em que se encontram, no momento, o comércio e a indústria de adubos, no país, apresentam-se como indispensáveis as seguintes recomendações:

a) *reunião, no Ministério da Agricultura, de uma comissão composta por técnicos desse órgão e das Secretarias de Agricultura dos Estados mais interessados, com o fim de apreciar e oferecer sugestões a possíveis alterações no regulamento baixado pelo Decreto n.º 8.169, de 6 de novembro de 1941, que estabelece a fiscalização do comércio de adubos, e, ao mesmo tempo, assentar as bases para uma campanha de incentivo, pela divulgação e pelo exemplo, ao mais intensivo emprêgo de adubos orgânicos, principalmente, da adubação verde;*

b) *tornar obrigatória, junto aos frigoríficos, matadouros, charqueadas e fábricas de conservas de produtos de origem animal, que tenham determinado volume mínimo de produção diária, a industrialização, como adubo, dos sub-produtos, concedendo, para tanto, favores fiscais e facilidades para a aquisição e importação de maquinária;*

c) *restringir a exportação e proibir-se a utilização, como combustível, de tortas, principalmente de algodão e mamona;*

d) *intensificar-s as pesquisas geológicas no sentido de encontrar jazidas minerais;*

e) *criar facilidades e auxiliar-se a instalação de fábricas de ácido sulfurico, amoníaco e ácido nítrico e as de adubos em geral;*

f) *estudar-se o aproveitamento das águas-mães das grandes salinas para a extração do potassio;*

g) *recomendar-se ao Ministério da Viação o estudo e a execução de redução, em todas as ferrovias, dos fretes cobrados no transporte de adubos e matérias primas a eles destinadas;*

h) *auxiliar as cooperativas e as associações rurais para que explorem a indústria de adubos e favoreçam a sua distribuição e consumo entre os produtores rurais;*

i) *promover-se a ida de técnicos ao estrangeiro, com o fim de se aperfeiçoarem no fabrico e emprêgo de adubo. Os métodos eletrolíticos devem ser considerados como um dos principais objetivos desses estudos.*

Causas Do Decréscimo Da Produção Algodoeira Paulista e Brasileira

Parecer dado no Conselho Federal do Comércio Exterior

Pelo Sr. ARTHUR TORRES FILHO,
representante da Agricultura

Em 21 de julho do ano passado, diante da queda da produção algodoeira do país, solicitei a atenção do Conselho para êsse fato, dada a sua importância em nossa economia, quer para o abastecimento interno, quer para a exportação, onde figura como matéria prima e tecidos em alto relêvo.

Aprovada que foi a indicação por mim feita, o Conselho dirigiu-se à Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, à Federação das Associações Rurais do mesmo Estado, à Bolsa de Mercadorias, à União dos Lavradores de Algodão e à Comissão de Financiamento da Produção do Banco do Brasil.

Em 1-3-1948 o processo foi devolvido acompanhado das respostas recebidas, dentre elas da Bolsa de Mercadorias, da Sociedade Rural Brasileira, da Sociedade Paulista de Agronomia, da Federação das Associações Rurais, da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo e, finalmente, do Ministério da Agricultura, em 3 de maio do corrente ano.

Tôdas essas respostas são unânimes em reconhecer como alarmante o quadro da produção algodoeira nacional, principalmente em relação a São Paulo, a partir da safra de 1944-45, sendo atribuida essa queda a múltiplos fatores, como sejam: degenerescência das sementes, falta de assistência técnica, queda da fertilidade do solo, condições climatéricas desfavoráveis, ausência de crédito agrícola ou financiamento ao pequeno produtor principalmente deficiência de mão de obra e necessidade de mecanização, le à erosão, necessária de fetrilizontes e imediatas para o comba'e às pragas e doenças, necessidde da substituição das variedades em cultivo por outras de maior rendimento, etc.

Dos memoriais recebidos, um dos mais dignos de ponderação é, sem dúvida, no caso particular da lavoura algodoeira paulista, o procedente do Instituto Agronômico de Campinas e encaminhado ao Conselho em 20 de dezembro de 1947 pelo Diretor Geral da Secretaria de Agricultura do Estado, Dr. Raimundo Cruz Martins. Êsse memorial acentua terem sido quatro as causas principais da queda da produção paulista:

I — tempo desfavorável, apontado como "causa fundamental da baixa produção";

II — como decorrência da primeira causa, as seguintes: desenvolvimento de pragas, especialmente do percevejo rajado; mau preparo dos solos; falta de máquinas; perda de fertilidade das terras, etc.;

III — as sementes, no entender do Instituto de Campinas, não constituem causa das baixas colheitas, devendo ser afastada a hipótese da degenerescência das mesmas;

IV — os preços altos do algodão constituiram um fator positivo no sentido de impedir maior diminuição das áreas.

Como medidas de caráter imediato para remediar a situação, o Instituto de Campinas sugere as seguintes providências:

1.º — proporcionar duplo financiamento agrícola, a juros módicos, especialmente aos pequenos lavradores (meeiros, arrendatários e sitiantes);

2º — estabelecer preços mínimos compensadores;

3.º — facilitar a aquisição de fertilizantes;

4.º — possibilitar meios para estimular o trabalho de fomento da cultura.

O Plano "SALTE" no capítulo Alimentação cuida detidamente da situação do algodão na economia nacional. Salienta que até 1929, antes da derrocada da cultura cafeeira em São Paulo, quando se iniciou uma nova fase na produção algodoeira naquêle Estado, o Brasil só contava com a produção do Nordeste. Focaliza o Plano com muita segurança, as medidas postas em prática em São Paulo, e que lhe deram preponderância na economia algodoeira do país, logrando conseguir produzir um só tipo de algodão 28-30, fibra média de reputação mundial. Reconhece o Plano que a produção algodoeira do Brasil entrou em período de declínio a partir de 1944. E, entre as cau-

sas dêsse declínio, cita: a) exaustão do solo, devido a processos errôneos de cultivo; b) fatores climatéricos desfavoráveis; c) falta de assistência financeira aos produtores; d) elevado preço dos arrendamentos de terra; e) aparecimento de novas pragas; f) elevação do preço de adubos, etc.

O Plano "SALTE" apresenta sugestões diversas para enfrentar-se a situação algodoeira, sendo principais: a criação, no Ministério da Agricultura, do Serviço de Plantas Têxteis; estabelecimento do fundo do algodão no futuro Banco Rural; e criação de uma Companhia Nacional de Armazens Gerais para ligar o produtor rural ao sistema financeiro.

Pelo quadro abaixo bem se pode verificar qual a gravidade da nossa situação algodoeira:

Ano	*Total do Brasil* Ton.	*Indice*	*Total de S. Paulo* Ton.	*Indice*	*Total do Brasil menos S. Paulo* Ton.	*Indice*
1937	409.539	100,0	202.118	100,0	207.421	100,0
1938	438.928	107,2	248.296	122,8	190.632	91,9
1939	433.353	1$5,8	273.264	135,2	160.089	77,2
1940	465.180	113,6	307.377	152,1	157.803	76,1
1941	510.395	124,6	380.768	188,4	129.627	62,5
1942	376.954	92,0	282.665	139,8	94.289	45,5
1943	496.444	121,2	375.098	185,6	121.346	58,5
1944	587.193	143,4	483.193	239,1	104,000	50,1
1945	340.000	83,0	232.000	114,8	108,000	52,1
1946	284.000	69,3	174.000	86,1	110.000	53,0

Conclue-se, finalmente:

Que em relação à queda da produção da lavoura algodoeira no Estado de São Paulo, tudo faz crer que a Secretaria da Agricultura daquêle Estado, pelos seus órgãos técnicos, esteja tomando as providências capazes de remediar essa situação, concorrendo para tanto a distribuição de novas variedades, já se verificando mudanças nas condições climatéricas, e outras já foram postas em prática, como as recomendadas pelo Instituto Agronômico de Campinas.

A vista do exposto impõe-se o seguinte:

I — Encarecer a urgência da aprovação do projeto de lei n. 951-47, que trata do financiamento dos gêneros de primeira necessidade e que se encontra no Senado Federal, projeto em que assegurará o financiamento ao lavrador, garantindo-se um preço mínimo remunerador;

II — Recomendar-se ao Ministério da Agricultura que, em colaboração com as Secretarias de Agricultura dos Estados algodoeiros, amplie seus serviços de incremento da produção algodoeira em bases técnica e econômica, tendo em vista a multiplicação de sementes selecionadas, combate às pragas e moléstias, conservação dos solos, melhoramento das variedades algodoeiras, mecanização reduzindo-se o custo de produção, organizando cooperativas de produtores, facilidades de crédito, etc. e exercendo fiscalização rigorosa, na padronização para garantir sua colocação nos mercados externos.



Fazenda Atlantida, S. Miguel Arcanjo (Estado de S. Paulo) — Demonstração da colheita mecânica de trigo

A REALIDADE DO TRIGO BRASILEIRO

Declarações do Ministro da Agricultura

Problema de importância capital para a nossa vida econômica, o do trigo, enfrentado pelo governo com a tenacidade e a disposição de resolvê-lo definitivamente, é natural que desperte a atenção dos homens públicos. Assim, na imprensa e nas Casas do Congresso, aparecem opiniões ou são feitas sugestões que, por um lado, denotam falta de perfeito conhecimento da situação atual da campanha, levando, por outro, uma certa confusão ao espírito público.

Nestas condições, seria interessante divulgar a verdade sôbre as condições do trigo brasileiro, pela palavra do mais autorizado a falar sôbre essa questão, o ministro da Agricultura, sr. Daniel de Carvalho. Disse-nos o titular da referida pasta:

— A campanha do trigo nacional obedece a um plano de conjunto, traçado com rigor pelo Ministério, com a colaboração dos secretários de Agricultura dos Estados e depois de uma reunião especial, ouvida a palavra dos técnicos e cientistas. Ficaram assim articulados os serviços federais e estaduais, tanto os de ordem tecnica, quanto os de carater administrativo. Fizeram-se diversas reuniões, tendo sido algumas presididas pelo ministro, que se deslocava desta capital para êsse fim. Um dos mais importantes desses encontros se efetuou em Bagé, no ano passado, com a presença des atuais governador e secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, àquela época ainda não empossados. Para as falhas, erros, desconexões, que se observavam, eram dadas as providências adequadas.

AS BASES DA CAMPANHA

Passa, em seguida, o sr. Daniel de Carvalho a enumerar as principais bases da campanha em favor do trigo nacional. A primeira delas foi a garantia de preço minimo, antes de iniciada a safra. Depois, o fornecimento de sementes convenientemente selecionadas, com experiência prévia de germinação, de modo a assegurar boa colheita. O govêrno forneceu tratores e máquinas para o cultivo dêsse cereal, ceifadeiras e trilhadeiras para a colhei-

ta mecânica. Deu assistencia técnica, sendo os trigais percorridos por agrônomos ou práticos rurais do Ministério e das Secretarias de Agricultura dos Estados interessados. Sempre que aparecia qualquer moléstia, eram os trigais visitados por fitossanitaristas, que faziam aplicar os inseticidas indicados. Dêsse modo foram debelados logo no início os pequenos surtos que se verificaram de pulgão verde e lagartas. O financiamento das safras foi realizado pelo Banco do Brasil e outros bancos, havendo o nosso principal estabelecimento de credito enviado inspetores especiais para facilitar essas operações. Armazens foram construidas em Passo Fundo, Carazinho, Getulio Vargas e Erechim no Rio Grande do Sul, sendo êsses os primeiros de um largo programa relativo a questao de armazenagem e cuja conclusão, como e obvio, depende da obtenção de grandes recursos. Junto ao Ministério da Viação, o da Agricultura obteve a concessão de prioridade para o trigo nos transportes ferroviários, rodoviarios e maritimos. Foram construidos pequenos moinhos nas zonas menos providas de meios de transporte, como em Goiás e algumas regiões do sul, oferecendo, do mesmo passo, o govêrno certas facilidades a particulares ou empresas para o estabelecimento de moinhos, alguns dos quais já vão prestar serviços na safra que ora se inicia. Para o escoamento de tôdas as safras, os grandes moinhos, que, além de fornecer crédito para o contrato de técnicos estrangeiros, ainda têm dado todo o apoio à campanha do govêrno em prol do trigo nacional, se obrigaram a comprar todo o nosso trigo das safras de 1948 e 1949, ao preço de 170 cruzeiros, por 60 quilos, ensacados, com o pêso hectrolitrico de 78 quilos FOB, pôrto maritimo do Estado produtor, inclusive Pôrto Alégre e Pelotas.



... e o proprietario da fazenda, e o General Anapio Gomes, Diretor Geral do C.F.C.E., dentre outros

OS RESULTADOS

A safra de 1947, que já foi de cêrca de 100 mil toneladas acima da do ano anterior, atingiu a 345 mil toneladas. Dessarte, Santa Catarina produziu o bastante para o seu consumo e ainda para exportar para o Paraná e São Paulo. E o Rio Grande do Sul póde enviar para o Rio de Janeiro mais de 100 mil sacos de farinha de trigo nacional. No corrente ano, espera-se uma safra de cêrca de 500 mil toneladas. Encontrando-se o nosso mercado abarrotado de farinha de procedencia estrangeira, especialmente americana e argentina o govêrno resolveu adotar as seguintes providências: Suspensão das licenças de exportação de farinha de trigo de qualquer procedência estrangeira para todo o território nacional, fixação, em portarias do Ministério da Agricultura, do preço de 170 cruzeiros por 60 quilos FOB do trigo nacional, com o pagamento de uma bonificação por pêso hectolitrico de modo a estimular a melhoria quantitativa do nosso trigo; financiamento da compra

do trigo nacional nas mesmas condições estabelecidas para o trigo argentino; prioridade para o transporte nas estradas de ferro, de rodagem e nas vias marítimas.

CAUSAS DETERMINANTES DO SUCESSO

Antes de enumerar as causas do sucesso da campanha do trigo quiz o ministro da Agricultura aludir ao único pequeno insucesso observado.

— Até agora, disse, o Ministério só teve conhecimento de um insucesso parcial com uma partida de sementes fornecidas à Secretaria de Agricultura de São Paulo, as quais não apresentaram boa germinação. Logo que ocorreu o fato, o ministro foi a São Paulo e se entendeu em Mogi das Cruzes, com o secretário de Agricultura daquele Estado. Este tomou tôdas as providências, tendentes a remediar a situação, mandando buscar novas sementes no Rio Grande do Sul. Embora a produção de São Paulo ainda seja muito pequena o insucesso não trouxe desânimo e novas culturas foram iniciadas, esperando-se que a atual safra paulista apresente uma cota apreciável, mesmo com a desproporção que se verifica ante à produção paranaense, catarinense e riograndense do sul.

Para a obtenção dos excelentes resultados que se evidenciam na produção do trigo brasileiro, alguns fatores devem ser mencionados, sendo o primeiro dêles o longo e paciente trabalho das estações experimentais agrícolas da União e dos Estados, graças ao qual se conseguiram variedades adequadas ás regiões. São variedades altamente produtivas e resistentes ás molestias. Épocas de plantio, peculiares a cada uma delas, adubação e todos os cuidados requeridos por essa cultura delicada foram também objeto de estudos das estações experimentais, não se descuidando o Ministério e as Secretarias de Agricultura dos Estados da parte do fomento da produção e da defesa sanitaria vegetal. De justiça é salientar o esfôrço que têm dispendido na campanha do trigo nacional as estações fito-técnica de Bagé, no Rio Grande do Sul, do govêrno estadual, e a de Passo Fundo, no mesmo Estado, do Ministério da Agricultura, e ainda as estações de Caçador, em Santa Catarina e a de Curitiba, no Paraná.



Fazenda Atlantida, S. Miguel Arcanjo (Estado de S. Paulo) — O trigal, à perder de vista, e as fisionomias estampando satisfação pela auspiciosa realidade do trigo brasileiro

Em Minas Gerais, cabe à sua estação estadual o desenvolvimento da espécie "Kenia 155", e à estação de Patos, do Ministério da Agricultura, a fixação da variedade "Salles". Esta última estação é hoje uma das mais completas do Ministério, estando destinada a exercer uma grande influência no desenvolvimento da triticultura, nas admiráveis terras dessa região, que se estende por Serra Negra, São Gotardo, Carmo do Parnaiba e localidades próximas. Os cuidados técnicos salvaram a variedade denominada "Montes Claros", quase desaparecida e em Goiás existem excelentes condições para a triticultura, especial-

mente na Chapada dos Veadeiros, com suas variedades conhecidas secularmente.

PRÓXIMA EMANCIPAÇÃO

Terminando, disse o sr. Daniel de Carvalho: — Em resumo, posso afirmar que no caso de não sofrerem solução de continuidade as providências que, desde os fins de 1946, vêm sendo dadas em benefício do fomento da produção do trigo nacional, e se não se verificarem modificações muito acentuadas no mercado internacional, dentro em pouco poderemos estar emancipados do trigo estrangeiro.

NOVOS PREÇOS PARA O TRIGO NACIONAL E FACILIDADES PARA O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO

Os entendimentos havidos entre os ministros da Agricultura, Fazenda, Viação e o presidente do Banco do Brasil, para solução dos problemas dos moageiros de trigo brasileiro, darão sem dúvida, novas perspectivas econômicas tanto para a indústria tritícola como para os próprios produtores, os quais, principalmente no Rio Grande do Sul, sentem-se constrangidos com os preços oferecidos pelos argentinos, iguais mesmo, aos que fazem para o consumo interno de seu país, mas apenas no referido Estado. Tais preços chegam a ser menores do que os do trigo nacional.

Essas novas medidas têm como principal objetivo a restrição de importação de trigo ou de farinha, pois que na opinião dos técnicos encarregados de estudar o assunto, o trigo e a farinha importadas deverão apenas suprir e òbviamente não cobrir tôdas as possibilidades dos produtores e industriais brasileiros, que se veriam assim, numa iminente crise, crise essa destinada a destruir aquilo que com tanto esfôrço está sendo construido. Além disso, o novo critério economisará as divisas e melhorará o suprimento dos subprodutos de trigo.

Firmados pelo Banco do Brasil, nos mesmos moldes dos financiamentos para aquisição do trigo Argentino, os moageiros terão, assim, a oportunidade de adquirir o trigo nacional, o que por outro lado, muito ajudará os produtores. Todo o trigo comerciável da safra 1948-49 será adquirido pelos moageiros.

Sabe-se que o Banco do Brasil já está disciplinando as novas importações de acôrdo com as necessidades do consumo.

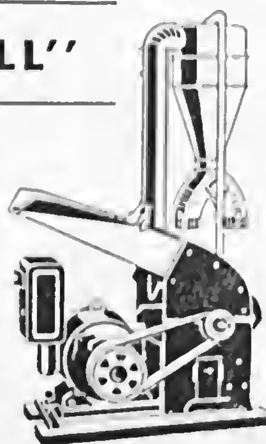
Geralmente a colheita inicia-se em dezembro, porém este ano ela começou em novembro, calculando-se em mais de 500.000 toneladas o volume da mesma, o que representa metade do nosso consumo.

Se o escoamento de farinha de trigo nacional se fizer sentir com mais intensidade, não haverá mais necessidades de financiamento.

Prestando auxílios complementares o Ministério da Viação colocará à disposição dos interessados, com prioridade absoluta, os meios de transportes rodo-ferroviários e marítimo entre as zonas de produção e os moinhos.

Eis a portaria assinada em 16-11-48 pelo ministro da Agricultura, tabelando o trigo em todo território nacional:

"*Tendo* em vista o disposto no parágrafo segundo do artigo sétimo do Decreto-lei número 4.935, de 13 de novembro de 1942, assim



como a autorização contida no Decreto-lei número 6.171, de 5 de janeiro de 1944, e considerando a necessidade da atualização da tabela de preços mínimos para a produção de trigo nacional, baixada pela Portaria número 951, de 29 de dezembro de 1944.

Fica mantida a liberdade de comércio, em todo país, do trigo de produção nacional;

Os preços mínimos do trigo de produção nacional, a serem pagos obrigatòriamente pelos moinhos existentes no país, serão os constantes da tabela abaixo, a partir da data de publicação da presente Portaria:

Pêso hectolítrico	*Preço mínimo*
82 (ou mais)	175,10
81	174,30
80	173,40
79	171,70
78	170,00
77	168,30
76	166,60
75	164,90
74	163,20

Havendo fração no pêso hectolítrico, este deverá ser considerado como um ponto acima, quando igual ou superior a meio e com um ponto abaixo, no caso contrário;

Os preços acima são entendidos para o produto limpo, seco, embalado em sacos de 60 (sessenta) quilos e entregue F. O. B., portos de embarque, assim considerados os portos marítimos, inclusive Pôrto Alegre e Pelotas".

Banco Cruzeiro do Sul de São Paulo S. A.

MATRIZ — SÃO PAULO — RUA DA QUITANDA, 144 — Endereço Telegráfico: "BANCRUZE" — CAPITAL: CR$ 30.000.000,00 — Capital Realizado: Cr$ 20.000.000,00 — Aumento de Capital: Cr$ 10.000.000,00 — Reservas: Cr$ 17.244.306,30 — Operações iniciadas em 1.º de Outubro de 1943 — Carta Patente n.º 3.043 de 15/9/1943 — FILIAL DO RIO DE JANEIRO: Rua da Candelária, 4.

BALANCETE REALIZADO EM 30 DE NOVEMBRO DE 1948

Compreendendo as operações da Matriz, da Filial do Rio de Janeiro e das agências de: Avaér, Central (R. Sto. André, 80 a 84 - S. Paulo), Cerqueira Cezar, Conchas, Fartura, Franca, Gália, Garça, Herculândia, Ipauçú, Ipiranga (S. Paulo), Leme, Miguelópolis, Mogí das Cruzes, Patrocínio do Sapucaí, Penha (S. Paulo), Pirajuí, Pompéia, Presidente Bernardes, Quintana, Rancharia, Santo Amaro (S. Paulo) e Santos.

ATIVO

DISPONIVEL			
CAIXA			
Em moeda corrente		51.016.588,30	
Em depósito no Banco do Brasil S A.		72.312.089,40	
Em depósito à ordem da Sup. da Moeda e do Credito		8.190.235,70	
Em outras espécies		112.582,90	131.631.496,30
REALIZÁVEL			
Empréstimos em C Correntes	192.004.433,60		
Titulos Descontados	303.790.318,90		
Agências no País	75.453.352,30		
Corresp. no País	17.190.307,70		
Capital a Realizar	3.540.400,00		
Outros Créditos	4.216.572,60	596.195.385,10	
Imóveis		2.379.914,40	
TIT. E VALÔRES MOBILIÁRIOS:			
Obrigações de Guerra dep. no Banco do Brasil S A, no valôr nominal de Cr$ 8.190.100,00, à ordem da Sup. da Moeda e do Crédito		6.025.053,20	604.600.352,70
IMOBILIZADO			
Edifícios de uso do Banco		1.674.367,80	
Móveis e Utensílios		5.429.032,50	
Material de Expediente		1.948.613,20	
Instalações		2.649.991,60	11.702.005,10
RESULTADOS PENDENTES			
Juros e Descontos		8.858.351,80	
Impostos		274.499,10	
Despesas Gerais		7.066.078,40	16.198.929,30
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Valôres em Garantia		81.605.247,50	
Valôres em Custódia		17.530.324,00	
Titulos a Receber de C/Alheia		231.563.735,10	330.699.306,60
TOTAL		Cr$	1.094.832.090,00

PASSIVO

NÃO EXIGIVEL			
Capital	20.000.000,00		
Aumento de Capital	10.000.000,00	30.000.000,00	
Fundo de Reserva Legal		1.091.000,00	
Fundo de Previsão		5.079.880,00	
Outras Reservas		11.073.426,30	47.244.306,30
EXIGIVEL			
DEPÓSITOS:			
A vista e a curto prazo:			
De Poderes Públicos	878.646,70		
Em C/C sem Limite	382.582.590,90		
Em C/C Limitadas	57.263.961,70		
Em C/C Populares	6.014.352,50		
Em C/C sem Juros	13.691.001,90		
Em C/C de Aviso	34.499.269,10		
Outros Depósitos	2.553.166,40	497.482.989,20	
A prazo:			
A Prazo Fixo		105.809.784,50	
Sub-Soma		603.292.733,70	
OUTRAS RESPONSABILIDADES:			
Agências no País	81.095.352,70		
Corresp. no País	12.089.549,20		
Ordens de Pagamentos e Outros Créditos	496.443,20		
Dividendos a Pagar	171.280,90	93.852.626,00	697.145.399,70
RESULTADOS PENDENTES			
Contas de Resultados			19.743.077,40
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Depositantes de Valôres em Garantia e em Custódia		99.135.571,50	
Depositantes de Títulos em Cobrança no País		231.563.735,10	330.699.306,60
TOTAL		Cr$	1.094.832.090,00

SÃO PAULO, 2 DE DEZEMBRO DE 1948.

Dr. Ricardo Jafet — Presidente.
Gladston Jafet — Vice-Presidente.
C. D'Agostino — Superintendente.

Antonio Alfredo D'Agostino — Gerente.
Jordão Mendes da Silveira Junior — Ch. Adm.
Luiz Carlos Paschoal Aun (Contador - C.R.C. 10.394).

O Abastecimento da Nova Capital

No auditório da Sociedade Nacional de Agricultura realizou-se, a 1 de outubro último, com grande concurrência, a palestra do Sr. Antonio de Arruda Camara, Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, e incumbido pela Comissão de Estudos para Localização da nova Capital do Brasil, dos trabalhos de investigações agronômicas no Planalto Central, sôbre as condições de abastecimento da futura Capital Federal.

Abriu os trabalhos o Sr. Arthur Torres Filho, presidente da Sociedade e membro daquela Comissão, que pediu ao General Poly Coelho, presidente da mesma, que assumisse a presidência da sessão. Tambem tomaram assento à mesa os Srs. General Silveira de Mello, Luiz Simões Lopes, Vice-Presidente da Sociedade e presidente da Fundação Getulio Vargas, Candido de Abreu e Souza, representante do General Anapio Gomes, Diretor Geral do Conselho Federal do Comercio Exterior e Nilo Fernandes, representante do Conselho Nacional de Geografia.

Obtendo a palavra, o Sr. Arruda Camara, durante cêrca de hora e meia, à vista de mapas especialmente organizado, estuda, sob o aspéto agricola, a região escolhida para a futura Capital do país, colocando-se, no fim da palestra, ao dispor da assembléia para responder às perguntas que lhe fossem feitas.

A sua palestra versou a matéria consubstanciada nas seguintes conclusões:

I

É baixo o padrão de vida da população rural. As condições naturais, entretanto, mesmo no atual estágio de economia e de cultura, favorecem e permitem um nivel de vida muito mais elevado.

A alimentação é farta e pode ser bastante variada. Não há, rigorosamente, a possibilidade de escassez de alimentos.

II

O clima é, sobretudo nas regiões mais elevadas, ameno. Não está sujeito a bruscas variações de temperatura e, no correr da estação mais quente, o calor de certas horas do dia é atenuado pela calma frescura das noites.

III

A salubridade, — favoráveis como são as condições climáticas —, será assegurada em qualquer ponto do território.

O aparecimento de malária nos vales de maior riqueza vegetal e nas zonas marginais expostas a periódicos alagamentos não impede o povoamento. A desobstrução dos leitos, a drenagem das terras alagáveis e o desenvolvimento da agricultura serão, talvez, suficientes medidas de saneamento.

A elevação do padrão de vida e a consequente melhoria das condições higiênicas do meio rural, contribuirão, eficazmente, para a saúde da população.

IV

Não há falta de água para atender às necessidades da agricultura. As terras próprias para culturas são, em geral, bem irrigadas. É abundante a água corrente, mesmo nas regiões de nascentes.

A deficiência de águas à superficie, nas chapadas e nos chapadões, poderá ser suprida pelo racional aproveitamento da água subterrânea. A se julgar pelos "poços" existentes está o respectivo lençol a uma profundidade razoável e proporciona boa e rendosa vazão.

O represamento das "cabeceiras" será, onde possivel, grande recurso para a irrigação nas chapadas, nas encostas e nos chapadões.

Ás lagoas está reservado papel de relevância econômico-social. Não prejudicam as condições de salubridade, proporcionam água para irrigação e outras finalidades agro-industriais, são piscosas e oferecem, algumas delas, interêsse turistico e desportivo.

Os alagados que, com prejuizo da salubridade local, se formam em consequência de transbordamento de rios, não se confundem com as lagoas permanentes e podem ser eliminados fazendo-se a desobstrução dos leitos.

As águas são, em geral, de boa qualidade, embora tendam a salobras as de alguns dos altos tributários do Maranhão e do Paranã, na bacia do Tocantins.

V

As terras de Cruls são bem irrigadas. Ligam suas águas, que se distribuem pelas bacias Tocantins-São Francisco-Paraná, o PLANALTO CENTRAL DO BRASIL à AMAZONIA, ao LITORAL e ao PRATA.

VI

As chuvas se distribúem, anualmente, com regularidade, permitindo estabelecer-se, bem definidos, os periodos de atividades no meio rural.

VII

Não há terras inaproveitáveis na região considerada. As que não se prestam às explorações agricolas, servem, ainda que subsidiariamente, à indústria pastoril.

As melhores terras são as de matas e as chamadas terras de cultura. Incluem-se nessas designações as terras que, em virtude de anterior exploração, apresentam-se em capuêras, lavouras e pastagens ou invernadas.

Os terrenos de cerradão proporcionam, em dadas condições, apreciável rendimento. O cerradão constitui, algumas vezes, transição entre a mata e o cerrado.

Os terrenos de cerrado, aproveitaveis os mais frescos e bem constituidos para o cultivo de árvores frutiferas e de essências florestais, têm acentuada "vocação" pastoril.

Os cerrados de terrenos secos e os carrascais não constituem dominância.

Os campos naturais cobrem terras, em sua maioria, iguais às dos cerrados e com êles se

confundem e identificam nas chapadas, encostas e nos chapadões, sob a ação das queimadas.

VIII

Flora e fauna, modificadas pela repetida ação das queimadas, que alteram a fisionomia e as condições da vida nas regiões atingidas, precisam, no que ainda for possivel, ser preservadas e, racionalmente, protegidas. Impõem-se medidas e providências acauteladoras, como, por exemplo, a instalação de parques nacionais e a instituição de "relicários", "santuários "ou "parques de refúgio".

IX

O racional aproveitamento e a econômica exploração das terras de cerradão e de campos naturais, nas extensas chapadas com escassez e, até, ausencia de água corrente à superficie, terá de se apoiar em plano de captação da água subterranea que é, a se julgar pelos "poços" existentes, boa e abundante.

X

Os cerrados e os campos cerrados de Goiás são os mesmos ou pouco diferem dos que ocorrem, tambem em amplas áreas, nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso.

Os campos alpinos nada ou pouco diferem dos de Minas Gerais descritos pelo Engenheiro Alvaro A. da Silveira.

XI

A lavoura é mais desenvolvida nos centros rurais de maior densidade demográfica. A pecuária constitui a maior fonte de riqueza. As industrias rurais, ainda rudimentares, apresentam pequeno desenvolvimento.

Dever-se-á considerar que, para os fins em vista, importam as posibilidades e não o passado e o presente da agricultura. O progresso agro-pecuário, no estágio atual dessas explorações, deve ser encarado como indicio do potencial.

Não se poderia, sem correr o risco de grave erro, condenar ou eleger essa ou aquela região pelo indice e variedade de sua produção atual. O necessário, indispensável, mesmo, é a verificação cuidadosa das possibilidades, considerando-se, naturalmente, as zonas produtoras situadas a distâncias compativeis com as necessidades do abastecimento.

Não será exagero considerar como razoáveis para atender ao abastecimento de uma cidade-capital distâncias compreendidas em um circulo de raio até 150 quilometros em se tratando de produtos pereciveis, e 350 quilometros quando se tratar de gêneros inalteráveis.

As principais terras de mata e de cultura do Estado de Goiás estão situadas, em relação aos sitios indicaveis para a edificação da nova capital, a distâncias que satisfazem às necessidades de abastecimento.

A região dos Veadeiros deve ser considerada centro de abastecimento das cidades compreendidas nas zonas do Planalto e do Norte goianos. Desenvolvida em o seu território a cultura do trigo e, possivelmente, a fruticultura, terá excepcional importância como zona fornecedora de alimentos.

Em qualquer dos sitios onde, satisfeitos requisitos essenciais, venha a ser erigida a nova CAPITAL DO BRASIL, o abastecimento será assegurado:

a — de hortaliças, frutas, leite, aves, ovos, etc., pelos vales próximos e a zona compreendida em um raio de até 150 quilometros;

b — de cereais, grãos leguminosos e outros produtos da indústria alimentar, pelos centros produtores próximos e, sobretudo, pela zona das matas denominadas MATO-GROSSO, SÃO PATRICIO e PARANÁ;

c — de carne, charque, manteiga e outros produtos alimentares de origem animal pelas zonas pastoris compreendidas em um circulo de raio até 350 quilometros.

XII

A maioria das terras compreendidas na região em estudo pertence a particulares. Conhecidas como devolutas, apenas, áreas relativamente pequenas nas bacias do Maranhão e do Paraná. Convíria fosse feito o levantamento do cadastro das terras devolutas e das terras patrimoniais indicando as áreas em poder de ocupantes.

O regime dominante na exploração das terras de propriedade particular não embaraça os negócios e nem, portanto, as desapropriações, sendo mais elevado o preço das terras no sudoeste do território.

XIII

É facil compreender, — concentrando-se nas terras de mata, desde os primeiros dias, as atividades agricolas e nada havendo sido feito, em tão largo periodo, pelo reflorestamento, a diminuição, cada vez mias acentuada, das áreas cobertas de matas, capuerões e capuêras.

Há nas matas remanescentes, nos capuerões e nas capuêras, madeiras para construções. Embora, ano após ano, se sucedam as derrubadas, é, ainda, relativamente considerável a reserva existente.

A queima dos campos, diminuindo, anualmente, e até eliminando as arvores dos cerrados, concorre, poderosamente, para a redução das reservas de madeira para lenha e para carvão. As indústrias que dependerem de combustivel vegetal terão, naturalmente, de se interesar pelos problemas florestais.

XIV

O reflorestamento das terras anteriormente cobertas de matas não oferece dificuldades e precisa ser, objetiva e racionalmente, considerado.

O florestamento das terras de campo e de cerrado exige mais atenção e cuidados. Nas chapadas e nos chapadões secos ou com deficiência de água à superficie torna-se-á necessário, e até indispensável, a irrigação.

A zona a florestar precisará ser aparelhada com a água imprescindivel aos trabalhos de irrigação. Nelas impõe-se, por outro lado, o aproveitamento, como adubo, da materia orgânica obtida no local. Em tais condições será o florestamento possivel, com as espécies adequadas, onde quer que se torne necessário.

Poder-se-á, face o exposto, não só proteger a cidade-capital com o plantio de arvores frutiferas e florestais formando, à conveniente

distância, larga faixa verde de interêsse climático e paisagístico, como, tambem, assegurar sua arborização.

XV

O povoamento das áreas compreendidas nas visinhas províncias fitogeográficas MATO-GROSSO e SÃO PATRICIO está se processando espontânea e aceleradamente. Para elas afluem, em maior número, famílias procedentes dos Estados da Bahia, de Minas Gerais e de São Paulo.

O povoamento dos vales e terras marginais tem sido muito mais lento e, pelo que observamos, parece depender, sobretudo, da execução de um plano rodoviário que atenda às necessidades da agricultura.

O povoamento das chapadas e dos chapadões, nas extensas zonas de campos e de cerrados, será bem mais demorado. Entretanto, — resolvido pela açudagem e pelo aproveitamento da água subterrânea o problema da deficiência de água que se apresenta nessas zonas, — será possível o desenvolvimento de um racional plano de colonização.

A topografia favorece a construção de estradas de rodagem, de grandes autovias e aeródromos.

A abertura de uma rede de poços tubulares na zona a ser colonizada permitirá o abastecimento das residências e o suprimento da água necessária à prosperidade das culturas nos sítios, chácaras e granjas.

Um bem orientado plano de açudagem, principalmente nas regiões de nascentes, deve ser considerado na colonização. Influirá, tambem, no desenvolvimento da piscicultura e modificará, considearvelmente, a fisionomia da paisagem.

XVI

Consideramos necessária, indispensavel mesmo, a realização, por especialista, de estudos pedológicos. Dever-se-á proceder o levantamento de perfis para análises físicas, químicas e mineralógicas dos solos típicos. Essas análises e os elementos meteorológicos seriam interpretados, à luz dos mais modernos conhecimentos da ciência do solo, para segura e definitiva apreciação das possibilidades agronômicas do Distrito Federal. Esses estudos permitiriam a classificação racional dos solos, facilitando a orientação do poovamento e das explorações agro-pecuárias.

Do relatório Técnico da Comissão de Estudos para Localização da nova capital do Brasil, (1.ª Parte, Vol. II, pg. 18-20), extraímos a seguinte referência ao trabalho do Engenheiro Agronomo Arruda Camara, precedendo, aliás, as conclusões antes transcritas, e aprovando-as integralmente:

9. O PONTO DE VISTA AGROLÓGICO

Êste é, sem dúvida, um ponto de vista importantíssimo a considerar, quando se trata de fazer a escolha da região do Planalto Central, em que deverá ser edificada a nova Capital. É também um ponto de vista que tem sido explorado em desfavor da solução dada ao problema da mudança da Capital, pela Comissão Cruls. Daí a necessidade que esta Comissão teve de pôr a limpo a questão, o que foi feito com pleno êxito.

Vamos aqui, com dados positivos, procurar provar que o "Retângulo de Cruls" possui as qualidades agrológicas necessárias para se colocar ali a nova Sede do govêrno federal, suposto êsse retângulo com uma população acima de um milhão de habitantes. Na área de 52.000 quilometros quadrados, que acho conveniente seja dada ao Território Federal do Planalto, existem, no meu entender, possibilidades para uma agricultura e uma pecuária que deverão garantir o abastecimento dessa população, desde, é claro, que não se pense em alcançar essa agricultura e essa pecuária sem trabalho. Digo isso porque existem, no Brasil, pessoas que pensam só serem utilizáveis para a agricultura, as *terras de matas*, noção que provavelmente adquiriram vendo o modo usado pelos nossos caipiras, que seguem eternamente a rotina de destruir as matas e queimar os campos. No Planalto Central, si ali queremos realmente iniciar uma nova era em nossa existência nacional, vai ser necessário adotar a lavoura e a criação compatíveis com a técnica moderna. Não temos um Ministério de Agricultura? Façamos com que êsse Ministério se incumba de organizar o Território Federal do Plaanlto, em bases técnicas. Creio que isso não será difícil.

Devemos não perder de vista que êsse Território, colocado nas condições aqui previstas, ficará cercado de várias regiões ricas, que em poucos anos se terão desenvolvido extraordinàriamente desde que ali seja construida a nova Capital. Isso será a garantia de um intenso povoamento do Brasil Central — objetivo supremo da mudança da Capital.

Não é difícil fazer a prova a que aludo acima. O Engenheiro Artur Torres Filho, membro desta Comissço, foi encaregado dos estudos agronômicos visando as questões de solos, florestamento, reflorestamento e irrigação. Tendo incumbido o seu auxiliar, agrônomo-economista Antônio de Arruda Câmara, dos trabalhos de campo para isso indispensáveis, êste último, depois de ter ido ao terreno, apresentou um bem elaborado relatório, sob o título "Investigações agronômicas — Regiões do Estado de Goiás".

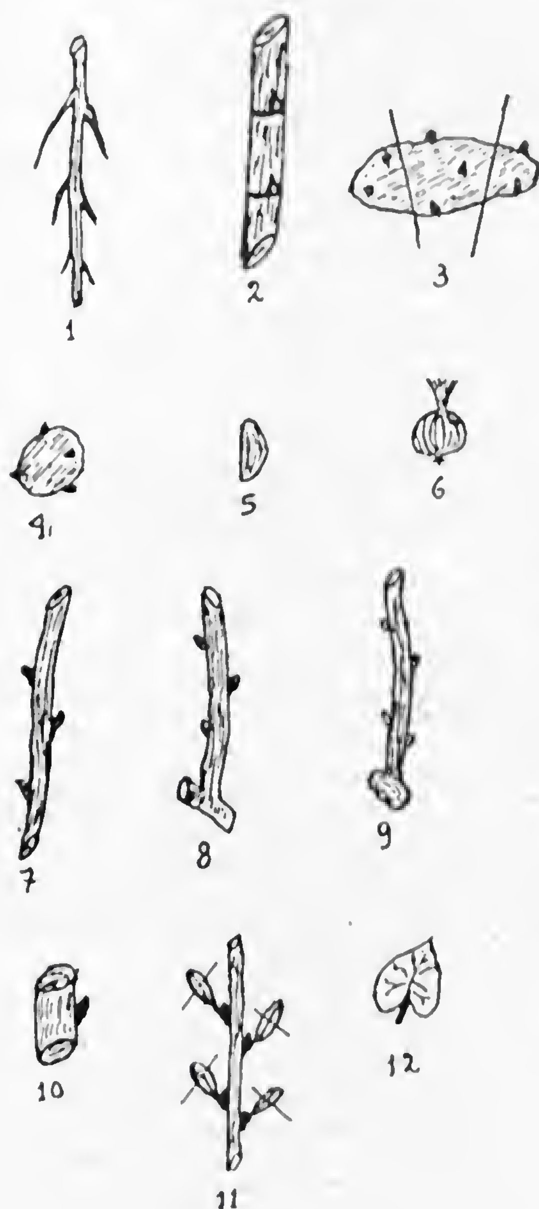
Êsse relatório do agrônomo-economista Arruda Câmara é o fruto de suas observações, feitas no campo, durante uma demorada visita ao retângulo de Cruls e adjacências. Não tem o objetivo de colocar uma região abaixo ou acima de qualquer outra. Possuindo longo tirocínio de serviços no Ministério da Agricultura e obedecendo à orientação do Engenheiro Torres Filho, que é o reitor da Universidade Rural do Brasil, o agrônomo-economista Arruda Câmara trouxe uma valiosa contribuição para o problema da mudança da Capital e assim desfez completamente o equívoco de esterilidade do planalto goiano.

Em síntese, o ensinamento geral que se tira desse excelente relatório é a ampla possibilidade de uma agricultura moderna, que entretanto não deve prescindir da irrigação e da fertilização do solo, bem como da defesa contra a erosão, em todo o "retângulo de Cruls" e suas vizinhanças. A utilização dos poços e moinhos de vento, é outro assunto prático e interessante referido no trabalho em apreço.

Não me é possível, nos breves limites dessa justificação de voto, dar aqui mais do que as conclusões a que chegou êsse relatório. São as que mencionamos ordenadamente a seguir:"

Multiplicação das Plantas por Estaquia

Engenheiro agrônomo
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Professor da E.H.W.B.



Diversas modalidades de estacas

1 — estaca de raiz
2 — estaca de colmo
3 — estaca de rizoma
4 — estaca de tubérculo
5 — estaca de bulbilho
6 — estaca de bolbo
7 — estaca de ramo lenhoso
8 — estaca de ramo lenhoso
9 — estaca de ramo lenhoso
10 — estaca de uma só gema
11 — estaca herbácea
12 — estaca de fôlha

2.ª parte

VI — *Condições de êxito da estaquia*

Não é difícil conseguir-se êxito da estaquia.

E' preciso, apenas, sejam consideradas duas séries de condições:

a) — condições extrínsecas
b) — condições intrínsecas

As condições intrínsecas ou internas são aquelas que dizem respeito à própria estaca, e as extrínsecas, aquelas referentes ao meio onde elas devem enraizar e crescer.

Condições intrínsecas: — E' evidente que a condição essencial é que a estaca, qualquer que seja a sua natureza (estaca de ramo, estaca de fôlha, etc.), tenha capacidade para emitir raízes adventícias, conforme já acentuámos no capítulo anterior.

A capacidade para emitir raízes adventícias é uma qualidade específica que depende da natureza da própria planta.

Em algumas, ela é muito fácil (videira, amoreira, roseira, etc.); em outras, é muito difícil (damasqueiro, pessegueiro, etc.).

O que se pode afirmar em face das experiências já realizadas é que:

a) — de um modo geral, as estacas de madeira branda enraizam mais depressa que as estacas de madeira dura; e igualmente, portanto, as estacas herbáceas enraizam mais depressa que as estacas lenhosas, apesar das primeiras exigirem maiores cuidados.

b) — via de regra, as estacas de plantas de crescimento rápido enraizam mais depressa que as estacas de plantas de crescimento mais demorado.

Igualmente, além da capacidade de emissão de raízes adventícias, deve-se, na escolha das estacas para plantio, levar em consideração:

a) — o seu estado fitossanitário, (estacas com sintomas de enfermidades ou estacas atacadas por pragas não devem ser plantadas).

b) — é preciso que as gemas estejam vivas e bem engorgitadas.

c) — que seja satisfatório o estado de desenvolvimento das plantas fornecedoras das estacas, a fim de que elas contenham, acumuladas, as reservas nutritivas que necessitam durante os primeiros dias.

Condições extrínsecas: — Alem das condições acima citadas, é indispensável que as condições do meio sejam tais que facilitem o enraizamento.

Tais condições são:

a) — temperatura favorável e tanto quanto possível constante. As baixas temperaturas da mesma forma que as acentuadas oscilações de temperatura, concorrem, com frequência, para o insucesso da estaquia.

b) — ambiente húmido, considerando-se sob êsse ponto de vista não só a humildade atmosférica (elevado grau higrométrico), como também, a humidade do próprio solo. E' preciso, entretanto, lembrar que as estacas, embora requerendo, solo húmido, não toleram os terrenos encharcados (excesso de humidade).

c) — solo adequado, isto é, terreno sílico-argiloso-humoso, convenientemente destorroado (é preciso evitar os solos compactos, frios e impermeáveis que não se prestam para estaquia).

d) — ambiente mais ou menos sombreado, pois o excesso de luz é prejudicial ao enraizamento das estacas.

E' indispensável que as condições sejam desfavoráveis á evaporação, a fim de reduzir a perda de água das estacas.

As condições que dificultam a evaporação da água, tanto a contida nas estacas, como a do solo são:

a) — menor intensidade de iluminação;

b) — menos ventos

c) — maior quantidade de humidade atmosférica;

d) — menor superfície de evaporação (estacas desprovidas de fôlhas);

e) — temperatura não excessivamente elevada.

Quando tratarmos do preparo das estacas, do plantio das estacas e das medidas de proteção aos canteiros, estudaremos, novamente, tais questões.

VII — *Classificação das estacas quanto a natureza*

De acôrdo com a natureza, isto é, de acôrdo com as partes das plantas utilizadas para êste tipo de multiplicação vegetal, as estacas são classificadas em:

a) — estacas de caule, abrangendo as estacas de ramos (herbáceos e lenhosos), as estacas de colmos, as estacas de caules subterrâneos abrangendo os rizomas pròpriamente ditos, e as suas diversas modalidades (estacas de tubérculos, de bulbos, de bulbilhos, etc.).

b) — estacas de raízes

c) — estacas de fôlhas

A escolha do processo de estaquia a ser utilizado depende da própria planta.

Vejamos, embora muito resumidamente cada um dos processos de estaquia acima citados, salientando as suas particularidades, as plantas que os admitem, etc., ficando para outro capítulo o estudo mais detalhado das estacas de ramos, que são as mais empregadas em fruticultura e em floricultura.

Estacas de ramos: — Constituem fragmentos do ramos herbáceos ou lenhosos, providos de gemas e que, colocados em condições convenientes enraizam com maior ou menor facilidade. A escolha dos ramos fornecedores de estacas, a maneira de cortar e de preparar as estacas, etc., serão estudados mais adiante. Enraizam fàcilmente por meio de esta-

cas de ramos numerosas fruteiras (videira, amoreira, figueira, etc.) e muitas plantas ornamentais (manacá, roseira, primavera, etc.). De acôrdo com o maior ou menor grau de lignificação as estacas de ramos podem ser lenhosas ou herbáceas; as primeiras são as mais usadas para a multiplicação de árvores frutíferas por estaquia; as segundas, são as mais usadas para as plantas ornamentais (cravo, dália, etc.).

Estacas de colmos: — Os colmos constituem caules indivisos, mais ou menos cilíndricos, providos de nós e meritalos muito desenvolvidos. Fragmentos de colmos abrangendo dois ou mais meritalos com as respectivas gemas encontradas nos nós, constituem estacas que enraizam fàcilmente como por exemplo, a cana de açúcar.

Estacas com uma só gema: — São estacas providas de uma só gema (em geral só são usadas quando as gemas são bastante desenvolvidas e engorgitadas, como por exemplo a videira).

Estacas de rizomas: — São estacas de caules subterrâneos, como por exemplo a bananeira. Cada rizoma pode ser dividido em vários fragmentos, providos de gemas, constituindo cada um dêles uma estaca.

Estacas de bulbos: — Os bulbos são caules subterrâneos (cebola, jacinto, etc.) que enraizam fàcilmente e constituem, portanto, ótimas estacas.

Estacas de tubérculos: — Os tubérculos são caules subterrâneos providos de gemas e com substâncias de reserva acumuladas, como por exemplo a batatinha. Fragmentos de tubérculos, desde que contenham gemas, constituem estacas que enraizam fàcilmente.

Estacas de bulbilhos — Os bulbilhos constituem modalidades de bulbos (alho, por exemplo). Destacados os diversos componentes dos bulbilhos, (dentes como são vulgarmente chamados), êles constituem bôas estacas.

Estacas de folhas: — Certas fôlhas, como por exemplo as da begônia, constituem também, estacas, pois quando colocadas no solo, desde que sejam tomados certos cuidados, enraizam fàcilmente e multiplicam uma nova planta.

Estacas de raízes: — Fragmentos de raízes de certas plantas como por exemplo a fruta-pão, constituem também ótimas estacas que enraizam e formam uma outra planta.

A LAVOURA

(ÓRGAM DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897



Eng.º Agrônomo Arthur Torres Filho
Presidente da Sociedade



Eng.º Agrônomo Antonio de Arruda Camara
Diretor



Eng.º Agrônomo Kurt Repsold
Redator Técnico



Eng.º Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira
Consultor-Técnico



Luiz Marques Poliano
Redator-Secretário e Gerente



Redação e Administração:
AV. FRANKLIN ROOSEVELT 115, 6.º
Telefone: 42-2981
Caixa Postal 1245 — Rio de Janeiro



Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

As Novas Tarifas Aduaneiras

A LÃ

Aprovado pela Comissão Revisora o parecer do relator o Sr. Antônio de Arruda Câmara, representante da Sociedade Nacional de Agricultura. Coincidentes os pontos de vista da agricultura, da indústria e do comércio.

Parecer.

1 — Constam do presente dossier memoriais apresentados pela Federação das Associações Rurais do R. G. do Sul (Pôrto Alegre), Cooperativa Central dos Produtores de Lãs Ltda. (Pôrto Alegre-Estado do R. G. do Sul), Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro e Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral (São Paulo-Estado de São Paulo) pleiteando:

I — **Federação das Associações Rurais do R. G. do Sul** — por si e pela Cooperativa Central dos Produtores de Lãs Ltda., a "denúncia do ACÔRDO DE GENEBRA na parte relativa à tarifa de Lã" (lãs finas) e "que seja dado ao artigo 133 uma única especificação" (lã em bruto),

II — **Cooperativa Central dos Produtores de Lãs Ltda.** — as medidas propostas pela Federação das Associações Rurais do R. G. do Sul e "uma adequada defesa tarifaria" para a produção nacional de lãs;

III — **Sindicato das Indústria de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro** — em seu nome e por delegação do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral e da Federação das Indústrias do R. G. do Sul, revogação do Decreto-lei n.º 8.819, de 24 de janeiro de 1946, o revigoramento dos Decretos-leis ns. 7.367 e 7.682, de 8 de março e 27 de junho de 1945 e amparo, mediante elevação da tarifa, à fabricação, no país, dos feltros tecidos de lã, sem fim, para usos industriais:

IV — **Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral** — a atenção para a transferência, do Brasil para a República Argentina, de estabelecimentos industriais de fiação e tecelagem.

2 — Instruindo os memoriais figuram no dossier:

a) ofício do Secretario da Agricultura, Indústria e Comércio, do Estado do R. G. do Sul, transmitindo à Federação das Associações Rurais, informações prestadas pelo Serviço de Ovinotécnia sôbre a produção de lã e sua classificação;

b) cópia de memoriais expondo a situação dos produtores de lã (criadores de ovinos) e solicitando a intervenção do Governador e da Assembléia Legislativa do Estado do R. G. do Sul no sentido de ser obtida a "libertação da exportação de lã em bruto, lavada ou industrializada" e a "revogação do Decreto-lei n.º 8.819, de 24 de janeiro de 1946, firmados, coletivamente, pelos presidentes das seguintes instituições: — Cooperativa Central dos Produtores de Lãs Ltda., Cooperativa Rural Alegretense Ltda., Cooperativa Santanense de Lãs Ltda., Cooperativa Sudeste dos Produtores de Lãs Ltda., e Cooperativa Regional de Lãs Vale do Uruguai Ltda.;

c) cópia de memorial justificando a revogação do Decreto-lei n.º 8.819, de 24 de janeiro de 1946 e o revigoramento dos Decretos-leis ns. 7.367 e 7.682, de 8 de março de 27 de junho de 1945, dirigido ao Deputado Federal Artur de Sousa Costa, ex-Ministro da Fazenda e Presidente da Comissão de Finanças, pela Federação das Indústrias do R. G. do Sul.

d) cópia de memorial ao Excelentissimo Senhor Presidente da República em que o Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro e o Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral, do Estado de São Paulo, se manifestam pelo revigoramento dos Decretos-leis ns. 7.367 e 7.682, de 8 de março e 27 de junho de 1945;

e) exemplar do DIARIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, do Estado do R. G. do Sul (Ano II-n.º 80-12 de agôsto de 1948) em que vem publicado (págs 36-37) discurso pronunciado pelo dpeutado estadual engenheiro agrônomo Celeste Gobbato a propósito do memorial das cooperativas dos produtores de lã;

f) recortes dos jornais, de Pôrto Alegre, DIARIO DE NOTICIAS e CORREIO DO POVO, — editoriais e artigos referentes à lã e à situação dêsse produto na economia pecuária e industrial em face das disposições do Decreto-lei n.º 8.819, de 27 de janeiro de 1946 e da Lei n.º 313, de 30 de julho de 1948;

g) cópia fotostática do Decreto que autoriza, com favores aduaneiros e facilidades especiais à entrada de técnicos e operários, a transferência de umas fábricas de tecido de sêda, do Brasil para a República Argentina.

3-0 exame dos memoriais e das peças que os instruem não deixa dúvidas quanto à importância da materia em estudo que, debatida como tem sido pelos verdadeiros interessados, apresenta-se escalmada de controversias. Os criadores de ovinos para a produção de lã, as cooperativas responsáveis pela colocação dessa matéria prima nos mercados e os industriais de sua fiação e tecelagem estão acôrdes quanto à necessidade e à maneira de ser a produção nacional de lã amparada em o nosso regime tarifário e acôrdos comerciais.

4-0 limite das nossas atribuições ao exame da situação dos produtos "cujos direitos de importação tenham sido reduzidos" (§ 1.º art. 3.º da Lei n.º 313, de 30 de julho de 1948) leva-nos a considerar, em virtude da redução dos direitos de importação para Cr$ 1,40 Cr$ 4,00 e Cr$ 7,50 kg PB, apenas:

133 Em bruto:

Lã fina, de número mais fino que 50's;

134 Lavado ou desengordurada, simples ou carbonizada "blousses" ou resíduos da cardagem ou penteagem;

Lã branca ou de côr natural, exclusivamente de número mais fino que 50's;

136 Cardada, penteada ou preparada de qualquer forma, inclusive tops e mechas:

. Tops e blousses de lã crua de número mais fino que 50's.

5 Os feltros tecidos de lã, para uso industrial, não tiveram os respectivos direitos de importação reduzidos e, assim, escapam ao nosso exame.

6 A redução dos direitos de importação da lã "de número mais fino que 50's" criou para os nossos interêsses de país produtor situação desfavorável e altamente prejudicial à economia dos criadores de ovinos para lã. O acentuado melhoramento da qualidade da lã nacional produzida no Estado do R. G. do Sul deu lugar à predominância, nestes últimos anos, de lã fina sôbre a entre fina e a grossa. Em consequência, na hipótese de vir a ser mantida a redução dos direitos de importação de lã de número mais fino que 50's, — fôrça será reconhecer que, sem nenhuma vantagem substancial para a economia do consumidor de artigos de lã — estará sendo contrariada a nossa política interna de estímulo à produção e ao seu aperfeiçoamento.

7 O Professor Franklin de Almeida, catedrático da cadeira INDUSTRIAS e INSPEÇÃO DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, da Escola Nacional de Veterinária (Universidade Rural), "para conhecer da perícia de classificadores, em nosso país, com Lanametro Zeiss" (1) fez uma série de mensurações de finúria utilizando, em os seus trabalhos, lãs comercialmente classificadas como de MERINO, BORREGO MERINO, MERINO FINA, BORREGO FINA, CRUZA PRIMA, CRUZA FINA 1 e CRUZA FINA 2, tôdas de produção do Estado do Rio Grande do Sul.

Os resultados das mensurações procedidas por aquele acatado cientista conforme as especificações da "American Society for Testing Materials" estão consignados nos quadros seguintes que transcrevemos do estudo MENSURAÇÃO DE FINURA DE LÃS DO BRASIL (2):

QUADRO I (3)

CLASSIFICAÇÃO DE ORIGEM	ENTRE 83 E 74% DE FIBRAS COM 10 A 30	ENTRE 74 E 64% DE FIBRAS COM 10 A 30	ENTRE 64 E 45% DE FIBRAS COM 10 A 30
Merino Fina	+	+	—
Merino	+	+	—
Borrego Merino	+	+	—
Borrego Fina	—	+	—
Cruza Prima	—	—	—
Cruza Fina 1	—	—	—
Cruza Fina 2	—	—	—

QUADRO II (4)

CLASSIFICAÇÃO DE ORIGEM	ENTRE 22,5 E 25,5-17 FIBRAS %	ENTRE 25,5 E 27-24 FIBRAS %
Merino Fina	+	—
Merino	+	—
Borrego Merino	+	—
Borrego Fina	—	+
Cruza Prima	—	+
Cruza Fina 1	—	+
Cruza Fina 2	—	+

Na classificação ou escala de Brandford, conclui o Professor Franklin de Almeida, estas fibras de lãs MERINA, MERINA FINA e BORREGO MERINA devem ser qualificadas como de Classe 60's e as fibras das lãs CRUZA PRIMAS, FINAS 1 e 2 e BORREGO FINA como da Classe 58's. Na classificação estadunidense (Blood System and Count System) estas lãs tôdas, esclarece o Professor Franklin de Almeida, seriam classificadas como ½ Blood.

8 A classificação comercial da lã de ovinos obedece às especificações e às normas estabelecidas pelo Decreto-lei n.º 7.197, de 27 de dezembro de 1944. As especificações relativas à **lã de velo,** isto é, "aquela produzida nas diversas regiões do corpo de um ovino, com exceção dos patos e barriga durante o período de 12 meses, estabelecem as seguites classes:

1.º MERINA, dividida em três tipos, com a finura mínima de 64's;

2.º AMERINA, com a finura de 60's a 64's;

3.º PRIMA, dividida em dois tipos, com a finura de 58's a 60's;

4.º CRUZA, dividida em cinco tipos, com a finura de 58's 40's.

5.º CRIOULA, com ausência de mechas propriamente ditas e existência de grande quantidade de pêlos qu acompanham as fibras.

9 A produção de lã no Estado do R. G. do Sul eleva-se a cêrca de 16.000 toneladas anuais. Dessas, segundo informações firmadas pelo chefe do Serviço de Ovinotécnia, da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, 2.000 correspondem à finura 64's / 60's (MERINA e AMERINADA), — 2.000 à finura 60's / 58's (PRIMA), — 7.500 à finura 58's / 56's (CRUZA I e CRUZA II), — 2.500 à fiura 54's / 48's (CRUZA III) e 1.500 à finura 46's / 44's (CRUZA IV e CRUZA V).

10 Indicam êsses resultados da classificação feita nos entrepostos licenciados e sob a responsabilidade técnica do Serviço de Ovinotecnia, por classificadores registrados no Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, que 71,87% de lã de velo produzida no Estado do R. G. do Sul, tem a finura de 56's a 64's.

11 Nos Estados Unidos as lãs de finura acima de 56's figuram nas tarifas GERAL 32 c/34 c — ACORDO 25½c/24c lb (Cr$ 10,54 /9,22), — as de finura 44's a 56's com as mesmas taxas, — as de finura 40's a 44's com 34c/32c e 17c/15c



lb (Cr$ 7,02 / 6,20) e as de finura até 40's com 24c/22c e 13c/11c lb (Cr$ 5,35 / 4,54). O Canadá, de taxa preferencial livre, mantém a de 10c lb NMF (Cr$ 4,05).

12 O exemplo dos Estados Unidos é expressivo.

13 A retirada da lã de número mais fino que 50's do ACORDO e a abertura de novas negociações não prejudicam substancialmente, pela pequena diferença de direitos resultante, o comércio de importação. Beneficiará, entretanto, consideràvelmente, a produção brasileira de lãs finas, levando os criadores de ovinos para lã a um permanente interêsse pela melhoria e aumento dos rebanhos. Dos Estado do R. G. do Sul estender-se-á a outros centros pastoris do país, de clima e pastagens convenientes, a criação de ovinos para a produção de lãs finas.

14 A equiparação da lã em bruto ao petróleo e seus derivados importados para consumo (§ 2.º art, 1.º da Lei n.º 313, de 30 de julho de 1948) não corresponde, evidentemente, a um imperativo da economia popular e, receiamos, nenhum benefício proporcione as consumidores dos artigos de lã. A importação dessa preciosa matéria prima, com a redução de direitos concedida, não aletará, em face da diferença resultante, o custo da produção industrial de maneira a oferecer apreciável margem de diminuição nos preços. Refletir-se-á, entretanto, na economia e no espírito dos criadores de ovinos, desistimulando-os.

15 Em face da exposta parece justa e conveniente, — dada a nossa posição de país produtor de lãs finas e pequeno importador dessa matéria prima, — o amparo solicitado.

Para Incrementar a Mecanização da Lavoura

O govêrno concederá favores especiais a companhias, emprêsas e cooperativas organizadas com esse fim — A importante lei sancionada pelo presidente da República

O presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra, sancionou, a 23 de setembro último, importante lei do Congresso nacional, que regula as normas por que o Poder Público se propõe incrementar a mecanização da lavoura no país, através de favores especiais a companhias, empresas e cooperativas, que se organizarem com êsse fim.

O ato teve caráter solene, tendo comparecido ao Palácio do Catete, incorporados, os membros das comissões de Agricultura e Finanças da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, realizando-se a cerimônia, às 14 horas, no Salão Amarelo, presentes o titular da Agricultura, ministro Daniel de Carvalho; o chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, professor José Pereira Lira; senadores Francisco Sá Tinoco e Felinto Muller; deputados Israel Pinhiero, Lauro Montenegro, Bias Fortes, Lauro Lopes, Benedito Valadares, Carlos Pinto, Olinto Fonseca, Duque de Mesquita e Fernando Nóbrega.

A referida lei, cujo regulamento deverá ser baixado dentro de 120 dias, dispõe:

Art. 1.º — O Poder Executivo auxiliará, na forma da presente Lei, as companhias ou empresas, inclusive cooperativas, que tenham por objetivo a mecanização da lavoura e de outras atividades rurais.

Art. 2.º — Para fazer jus aos favores de que trata a persente Lei, as companhias, empresas ou cooperativas manterão aparelhagem completa de máquinas agrícolas, estoques de peças sobressalentes, oficina de consertos e reparos, e corpo técnico, constante de engenheiros agrônomos e capatazes especializados em trabalhos mecânicos de exploração rural e irrigação e combate à erosão.

Art. 3.º — As companhias, empresas ou cooperativas deverão organizar núcleos de serviço, em cada zona agrária, delimitada pelo Ministério da Agricultura ou Secretaria dos Estados.

Parágrafo único — Nesses núcleos deverão ser mantidos: a) oficina de conservação e reparos; b) máquinas em número suficiente para o perfeito desenvolvimento dos trabalhos da zona agrária; c) pessoal necessário; d) um serviço de venda de adubos e sementes selecionadas em colaboração com o Ministério da Agricultura e Secretaria da Agricultura dos Estados.

Art. 4.º — O Serviço técnico da especialidade de cada companhia, emprêsa ou cooperativa será contratado, quando solicitado pelos agricultores, na base de hectare trabalhado e de acôrdo com a tabela de preços organizada pelo Ministério da Agricultura.

Art. 5.º — As companhias, empresas ou cooperativas poderão contratar com os govêrnos estaduais e municipais, dos Territórios e com particulares, a construção de estradas de rodagem, dentro das respectivas zonas agrárias, desde que tenham máquinas disponíveis e não prejudiquem êsse contrato os trabalhos das épocas próprias da lavoura.

Art. 6.º — E' o Govêrno Federal autorizado a auxiliar as companhias, empresas ou cooperativas, com: a) fornecimento de maquinária para pagamento a longo prazo sem prejuízo dos serviços agrícolas a cargo do Ministério da Agricultura; b) isenção de direitos e taxas aduaneiras; c) isenção de impostos; d) redução de fretes nas estradas de ferro do Govêrno.

§ 1.º — O Ministério da Agricultura não poderá fornecer máquinas cujo valor total seja superior a 70 % (setenta por cento) do capital realizado da entidade a que for prestado o auxílio.

§ 2.º — Nenhuma das máquinas fornecidas nos têrmos dêste artigo poderá ser alienada, senão quando for julgada desnecessária ou inadequada ao serviço da

entidade e houver para isso, autorização do Ministério da Agricultura.

Art. 7.º — Para atender ao disposto no artigo anterior, alinea "a", é o govêrno igualmente autorizado a promover as operações de crédito necessários, até o limite de Cr$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), para compra, por intermédio do Ministério da Agricultura, da maquinaria referida na presente lei.

Art. 8.º — No caso de dissolução ou liquidação de qualquer das companhias, empresas ou cooperativas a que se refere o artigo 1.º, terão preferência para aquisição das máquinas agricolas compradas com as vantagens concedidas por esta lei, o Ministério da Agricultura, as Secretarias estaduais de Agricultura e Municipalidades da zona onde a entidade funcionar, e, finalmente, as cooperativas, empresas ou companhias similares, observada esta ordem.

Parágrafo único — O preço dessa aquisição não será superior ao da venda feita pelo Ministério, deduzido o valor correspondente à depreciação, de acôrdo com os cálculos técnicos relativos ao tempo de funcionamento que as máquinas tiverem.

Art. 9.º — A maquinaria e os materiais serão fornecidos à empresas, quando a longo prazo, a juros de 4% (quatro por cento) ao ano, sob penhor, na posse do devedor.

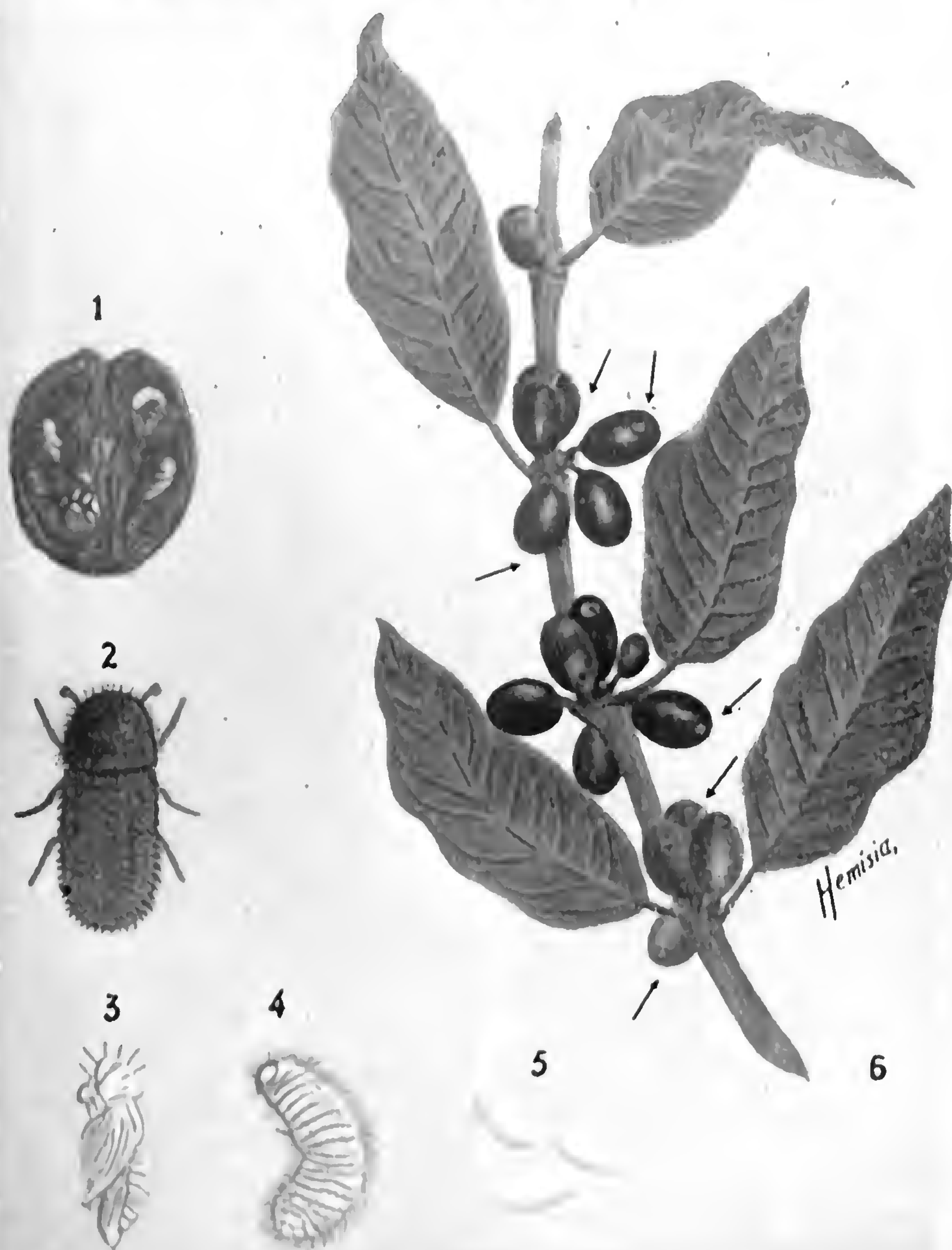
Parágrafo único — Vencida a divida, a execução obedecerá, no que fôr aplicável, ao processo expedido de que trata a lei número 492, de 30 de agosto de 1937 (artigos 22 e 30).

Art. 10. — Os serviços de fomento econômico das estradas de ferro organizadas para desenvolvimento da agricultura nas zonas da concessão, serão consideradas, para efeito da presente lei, nas mesmas condições das companhias, empresas ou cooperativas referidas no art. 8.º.

Art. 11 — O Poder Executivo regulamentará esta lei, dentro de 120 dias, a contar da data de sua promulgação.

Art. 12 — Revogam-se as disposições em contrário."

A BROCA DO CAFÉ



1 - Grão muito atacado, com o inséto em todas as fases
2 - Adulto (besouro causador)
3 - Ninfa, 4 - Larva, 5 - Ovos
6 - Ramo de cafeeiro, com frutos verdes e maduros, mostrando os orifícios de penetração da Broca.

A BROCA DO CAFÉ

(*Hypothenemus hampei* (*Ferrari*, 1867)

ADULTO — É um besouro muito pequeno, medindo, aproximadamente, 1,5 mm de comprimento, de côr negra luzidia, com antenas e pernas castanho-claras.

OVO — Tem, em geral, a forma eliptica ou ovoide, de côr branco-leitosa e de aspecto brilhante. São encontrados nos frutos verdes granados, nos maduros e nos secos.

LARVA — É de côr esbranquiçada, um tanto transparente, recurvada, sem pernas, com a cabeça castanha. Atinge o crescimento completo de 10 a 20 dias, podendo demorar mais tempo.

NINFA — É branca, com quasi 2 mm de comprimento, mostrando diferenciadas as partes principais de adulto. No fim de 6 dias, em média sai o besouro, podendo variar este periodo de 4 a 10 dias ou mesmo prolongar-se até 15 dias quando coincidir variações altas e baixas de temperatura.

O adulto, recem-formado é ligeiramente amarelado, de corpo móle e somente depois de 2 a 3 dias adquire rigidez, tornando-se castanho escuro e por fim negro. O desenvolvimento de ovo a adulto pode durar de 18 a 55 dias, mais ou menos.

MODO DE VIDA

Antes de deixar o fruto em que se criou, a femea é fecundada, depois do que sai à procura de grãos para realizar suas posturas. O ataque é feito diretamente ou na orla marginal da "corôa" do fruto, e mais raramente junto ao penduculo. Abre um orificio de 1mm de diâmetro, formando uma galeria réta, em direção à semente, que é alargada e transformada em câmara na quál deposita os ovos.

A postura começa, em geral, quando os frutos estão bem granados, podendo continuar durante 15 a 20 dias, diminuindo até paralizar quando os frutos estiverem normalmente povoados de larvas. Daí, então, procura a femea outro fruto onde reinicia a postura interompida. A broca é capaz de pôr de 30-120 ovos durante o seu periodo de vida, que pode variar de 3 a 9 meses, segundo determinadas condições. Grãos muito verdes, ainda aquosos, embora perfurados, não encerram ovos.

O macho, menor que a femea, não sai da semente em que se criou, peramanecendo neste último, quer quando ainda pendente, quer quando caido no terreno.

No inicio da infestação o número de frutos atacados é pequeno; à medida que o inseto se dissemina e multiplica a quantidade de grãos infestados aumenta.

A disseminação natural da broca é lenta, efetuando-se progressivamente de cafeeiro para cafeeiro nas épocas em que existem frutos em condições de serem atacados pelas femeas que se criaram nos cafés da safra anterior *deixados nas arvores ou no terreno.*

MEDIDAS IMEDIATAS DE COMBATE

1 — Fazer a *colheita cedo e bem feita*, iniciando pelos lugares mais infestados.

2 — Realizar, quando possivel, o *repasse*, catando todos os grãos que ficam no chão ou nas arvores após a colheita e a *catação preventiva* eliminando, entre uma safra e outra, os frutos temporões infestados.

3 — Não sendo executadas as medidas acima indicadas, *polvilhar* então os cafeeiros com inseticidas à base de Hexacloreto de benzeno (B.H.C.), misturado com talco, na concentração de 1% do principio ativo (isomero gama), que são encontrados no comércio com diversos nomes e concentrações diferentes de gama. (Gamaxol, Gamakil, Lexone, Hexiclan, etc.) *Aplicar*, em media, 35-40 gramas da mistura por planta, com polvilhadeiras manuais ou a motor, conforme a extensão da cultura. *Iniciar* o *tratamento* na época dos "chumbinhos" ou quando forem notados os primeiros grãos atacados, polvilhando uniformemente os cafeeiros e, de certo modo, o sólo debaixo da "saia". *Repetir* 20-30 dias depois da primeira aplicação, e só fazer um terceiro polvilhamento, no mesmo intervalo, no caso de novos ataques. O inseticida não mata a broca imediatamente, mas horas depois, durando a sua ação na cultura por varios dias. No caso de chuvas fortes logo depois de cada tratamento, repetir a aplicação.

Obs.: Para maiores informações, dirigir-se à: "COMISSÃO DE COMBATE À BROCA DO CAFÉ" (Alameda São Bôa Ventura — Niterói; Est. Rio).

CHARQUE

NOTAS SÔBRE O CONVÊNIO COMERCIAL COM O URUGUAI

1 — Os mercados consumidores de charque nacionais, desde que foram restabelecidos os transportes marítimos, após a terminação da guerra, vêm sendo abastecidos regular e abundantemente, com exceção do Distrito Federal, em determinado periodo do ano, em consequência do tabelamento vigorante que está abaixo do preço de custo para o charque sul-riograndense.

A Comissão Central de Preços obrigou os produtores de charque do Rio Grande do Sul a uma quóta de sacrifício, ao estabelecer pela Portaria n.º 113, de 1.º de outubro do corrente ano que aqueles produtores ficam "obrigados a destinar ao mercado do Distrito Federal 10% das quantidades de charque embarcados para outros mercados consumidores do país".

2 — A produção de charque em todos os estabelecimentos saladeris do país e nos frigoríficos do Rio Grande do Sul, nas duas últimas safras (1946/1947 e 1947/1948), foi a seguinte:

Safra 1946/1947:

Rio Grande do Sul	—	262.645 fardos
Estados Centrais	—	263.322 fardos
Total	—	525.967 fardos

Safra 1947/1948:

Rio Grande do Sul	—	290.196 fardos
Estados Centrais	—	387.559 fardos
Total	—	677.755 fardos

Observa-se, pois, na última safra, um aumento de 151.788 fardos de charque em relação à produção da safra anterior.

Cada fardo de charque pesa, em média, 100 quilos e corresponde à produção de um bovino abatido.

Nos dados acima não estão incluidas as produções dos frigorficos e diversos matadouros de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

3 — A 30 de setembro do corrente ano, sem falar em certa quantidade de charque ainda existente nos centros produtores dos Estados Centrais, existiam, no Rio Grande do Sul, 212.538 fardos que não encontrarão escoamento total até a safra vindoura que terá início:

Em Mato Grosso a 15 de novembro de 1948:

No Rio Grande do Sul — entre 1.º e 15 de fevereiro de 1949;

Em Minas Gerais, Goiás e São Paulo — a 15 de fevereiro de 1949.

4 — As informações acima evidenciam que a produção de charque no país, não só atende fartamente ao abastecimento interno, mas que existem excedentes que não encontram escoamento para os mercados externos, onde não existe o hábito do consumo dêsse gênero alimentício.

5 — A cláusula XVI do Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e o Uruguai, firmado a 25 de agosto de 1933, rezava: —

"O Govêrno da República dos Estados Unidos do Brasil permitirá a importação anual, livre de direitos, de 2.000 (duas mil) toneladas de charque uruguaio transportado por navio de bandeira brasileira ou uruguaia, com destino a portos do Brasil, de Pernambuco inclusive, para o Norte, e, ainda, de quatro mil (4.000) toneladas de carne ovina (ovelhas, cordeiros e capões), transportada em navios de qualquer bandeira para qualquer porto brasileiro."

6 — As negociações em curso entre os govêrnos brasileiro e uruguaio, para a assinatura de um novo Convênio Comercial, segundo estamos informados, prevê um aumento da quóta de charque a ser recebido pelo Brasil, com isenção de direitos alfandegários, para 6.000 toneladas.

E' inutil encarecer, em face da situação anteriormente exposta, quão ma-



Na Escola de Horticultura Wenceslão Bello: um Jeep agrícola, ao que foi adaptada uma serra de disco, funcionando, à vista de alunos e interessados.

léficas serão as consequências para os produtores de charque nacionais, o que equivale a dizer para os criadores, a adoção de tão errônea política.

7 — Sôbre êsse particular, o Instituto Sul Rio-Grandense de Carnes, em carta que nos dirigiu, assim manifestou-se: "Sugerimos que seja mantida a tonelagem de charque 2.000 toneladas — facultando-se-lhe o direito de ser o produto vendido também na praça do Rio de Janeiro, com a condição expressa de não poder ser exportado para o norte, sob nenhuma hipótese."

8 Ainda as negociaçoes com as autoridades uruguaias prevêm a entrada livre de direitos, no nosso país, de:

4.000 toneladas de carne bovina
6.000 toneladas de carne ovina
500 toneladas de couros

Sôbre êsses itens, o Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes é de parecer que "poderá ser aumentada a quóta de carne ovina para oito mil toneladas", e quanto à carne bovina frigorificada "nada tem a objetar, dado a situação em que se acha o abastecimento do Rio de Janeiro e a impossibilidade do Rio Grande de solucionar, no momento, o suprimento de carne à Capital da República."

No que se refere a couros, declara ser "intransigentemente" contrário a qualquer importação de couros", pois "a produção do Estado é na sua quasi totalidade vendida para o exterior, e seria uma iniquidae permitir a entrada de um produto cujas sobras exportáveis são assaz ponderáveis".

A CARPA:

Peixe Flagelo que deve e precisa ser combatido

RUI SIMÕES DE MENEZES

Biologista, Serviço de Piscicultura do D. N. de O. C. Sêcas

Em julho, 1948, durante viagem de estudos das condições do açude público "Itaberaba" (Itaberaba, Bahia), o autor desta introdução teve conhecimento de que,

"em Jequié, Bahia, o Sr. Grillo Lamberti está atualmente, com uma criação de Carpas, *Cyprinus carpio* Linnaeus. Isto se nos afigura um êrro de consequências imprevisiveis para a economia do Estado da Bahia. A Carpa é um peixe condenado por toda parte onde foi introduzido. Nos Estados Unidos, na Africa do Sul, na Australia, na Nova Zelândia, etc., a Carpa é considerada um flagelo; são envenenadas as águas em que ela vive, o transporte de exemplares vivos constitue crime pasivel de fortes multas e todos os técnicos consideram, com raras exceções, um tremendo êrro a sua importação. Cumpre aduzir que a Carpa é um peixe asiatico, domesticado há muitos séculos. Na América do Norte é considerado grave êrro a sua introdução, o mesmo acontecendo na Africa do Sul, na Nova Zelandia, na Australia, etc. No Brasil, de acôrdo com trabalho de Couchman (1883), data desse ano o primeiro transporte de Carpas vivas dos Estados Unidos para cá. Podemos, assim, considerar um ano negro para a economia brasileira o dessa mal avisada importação, decorrente da falta, em 1883, de conhecimentos da biologia dos nosos peixes e da possibilidade de seu cultivo racional". (palestra do autor na Associação Bahiana de Agronomia, em 15 de julho de 1948; entrevista do autor à "A Tarde", Salvador, de 21-7-1948).

Outra referência sôbre a desastradissima introdução da Carpa no Brasil é encontrada em Smiley (1885). No caso particular da zona sêca do Nordeste e Leste do Brasil (hoje medindo 834.666 km., e interessando os Estados de Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraiba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais), Alberto Lofgren, descrevendo as condições de trabalho no Horto Florestal de Juazeiro, Bahia, diz (1912: 90): —

"Com a entrada das águas do rio, vem uma grande quantidade de peixe e, como existem muitos lugares na margem do rio que apresentam as mesmas condições topographicas do Horto, apresentam-se as melhores condições para o inicio de uma piscicultura. Já temos a promessa formal do auxilio do illustrado Snr. Julio Conceição, abastado fazendeiro em S. Paulo, onde possue o maior estabelecimento de fructicultura no Brasil e o unico de piscicultura, no qual presentemente está criando *carpas* européas, que pretendemos experimentar tanto em Joazeiro como em Quixadá".

Ao que parece, o projeto-ameaça de Lofgren — experimentar a *Carpa* em Joazeiro (Bahia) e Quixadá (Ceará) não foi concretizado. Felizmente para o Nordeste e Leste do Brasil, pois, caso houvesse sido introduzida na zona sêca, a *Carpa*, hoje, teria inutilizado, completa e irremediàvelmente, para todas as espécies amazônicas, o ambiente ideal das águas represadas.

Voltando ao perigo da expansão da *Carpa* nas águas do Estado da Bahia, inicialmente referido, podemos afirmar: —

"Em resumo: a Bahia está diante de um grave perigo, com a criação e propagação da Carpa. Sòmente agora o Serviço de Piscicultura pode voltar sua atenção para o grande Estado do Leste do Brasil e oferecer sua modesta cooperação nos trabalhos urgentes de destruição da Carpa, cuja substituição é urgente e posivel. Para isso, dispomos de excelentes espécies amazônicas, comprovadas na prática".

"Vejamos um caso objetivo: — a represa de "Bannaneiras", mun. de Conceição da Feira, Rio Paraguaçú, Bahia. Informou-nos o Dr. Gastão Pedreira que a Carpa fôra ali introduzida em 1925, mas desaparecera sem deixar vestigios. Caso esta informação não seja demasiado otimista, devemos parabenizar a Cia. Energia Elétrica da Bahia — e tambem todo o povo bahiano — pelo fracasso da introdução da *Carpa* na represa de "Bananeiras". Após palestra mantida com aquele ilustr eengenheiro, concluimos pela impossibilidade de introduzir o Pirarucú, *Arapima* gigas (Cuvier) (espécie amazônica que já tem atingido mais de 100 k de pêso e mais de 2 metros de comprimento total no açude "General Sampaio", Ceará, e que é particularmente indicada para o povoamento de grandes coleções dágua onde existe a Piranha, Serrasalmo sp, peixe carnivoro abundante no Rio Paraguaçú e na represa de "Bananeiras"). O Pirarucú costuma descer pelos sangradouros, galerias e barragens-submersiveis desprotegidos. Uma vez que tal proteção não pode ser assegurada na barragem submersivel de "Bananeiras", impõe-se a indicação de outra espécie que efetue migrações em sentidos opostos — para cima e para baixo da barragem. Essa espécie é o Tucunaré, *Cichla* sp. Diga-se, de pasagem, que a Piranha existente no açude público "Itaberaba" (Itaberaba, Bahia) — e, portanto, na bacia do Rio Piranha, afluenlede Rio Paraguaçú — não é pròpriamente a Piranha e sim a Pirambeba (segundo Hart, nas pp. 435-439 da sua "Geologia e Geografia Física do Brasil", edição

de 1941, Cia. Edit. Nacional, S. Paulo, o nome "Pirambeba" é "evidentemente composto de duas palavras ,tupís, piranha e peba, ou "piranha chata".), embora pertença ao mesmo gênero da Piranha — *Serrasalmo* — e tenha um regime alimentar muito semelhante — poisé tambem carnivora, isto é, ictiófaga". (palestra Associação Bahiana de Agronomia, em 15-7-1948).

Tanto mais inadequada e perigosa se nos afigura a criação da Carpa no Estado da Bahia quando considerarmos o prejuizo que daí advirá para as boas espécies de peixes locais e para as boas espécies amazônicas a introduzir, nas águas do Estado, brevemente, pelo Serviço de Piscicultura. Nas páginas que se seguem, traduzidas pelo autor ,estão esclarecidos os males acarretados pela Carpa fora do seu continente de origem — Ásia — e do chamado apêndice geográfico da Ásia — Europa. É para essas páginas que chamamos a atenção de todos os interessados em evitar que, pela disseminação da Carpa no Brasil, desapareçam todos os bons peixes dos rios, lagos e açudes de nossa pátria. *A Carpa é um peixe flagelo que deve e precisa ser combatido.* Ao nosso ex-chefe e pioneiro da Piscicultura no Brasil, o grande brasileiro RODOLPHO VON IHERING, devemos a campanha contra a Carpa e sua difusão no Brasil. Infelizmente, só em 1947, e através das observações do eminente Prof. George S. Myers (Curator of Fishes, Stanford University, Cal., U.S.A.), tivemos umbalanço preciso das desastradas consequências da introdução da Carpa em nossa terra.

É necessário, diante deste balanço, *empreender, imediatamente, em todo o Brasil, uma vigorosa campanha para liquidar a Carpa*, tanto no Rio Paraná, que ela empestou, como nos tanques, viveiros e demais locais de criação — locais d conde ela poderá empestar as nosas bacias hidrográficas restantes, com prejuizos ainda muito maiores do que os consequentes do empestamento do Rio Paraná. Caso isto não seja feito agora, teremos, futuramente, de gastar somas colossais para destrui-la em imensos rios como o São Francisco, o Parnaiba, o Amazonas, etc. E o triste exemplo da Carpa nos Estados Unidos e o não menos triste exemplo do dinheiro que lá vêm gastando, desde muitos anos, para sua destruição — aliás cada dia mais problemática —, nos deverá servir de incentivo para liquidar essa praga enquanto é tempo e enquanto ela não tem oportunidade de empestar outros rios, além do Paraná, que se nos afigura inutilizado para sempre.

BIBLIOGRAFIA

(1) COUCHMAN, J. W., 1883. *Transporting carp from the U.S. Fish Commission to Brazil. "Bull. U.S. Fish Comm."* 1882 (1883), 2: 382. — (2) LOFGREN, A., 1912. *Contribuições para a questão florestal da região do nordeste do Brazil. Publ. n.º* 18, *Série I, A — Investigações Botanicas, Inspetoria Obras Conrta Secas, Rio de Janeiro, pp.* 1-124. — (3) SMILEY, C.W., 1885. *Notes upon fish and the fisheries. "Bull. U.S. Fish Comm."* 5: 65-112; 337-352; 465-469.

A Cultura de Trigo em Veadeiros

Dados Históricos

LUIZ C. DE GODOY.

Carlos Pennafiel, em um artigo publicado no "O Jornal" em 1929, afirma que o trigo fôra introduzido na Capitania dos Goiazes por uma família egipcia, pelo ano de 1738. Moisés Bandeira, natural de Arraias, mas antigo morador em Veadeiros e grande entusiasta da lavoura triticola, confirma a veracidade dessa versão, que lhe fôra transmitida pelos seus antepassados.

Seja como fôr, em 1780, já existiam no julgado de Cavalcanti quatro engenhos de trigo; o de São Lourenço, que possuia Barradas Fontes, o de Bom Sucesso, que possuia Antonio Rodrigues Pereira, o de João Morais e o de João Santos, dados estes extraidos da "Noticia Geral da Capitania de Goiás" manuscrito existente na Biblioteca nacional. No mesmo documento lê-se o seguinte e precioso trecho: "Os campos produzem trigo, milho, cana, mandioca, arroz e todos os mais viveres e legumes".

Saint'Hilaire, na sua obra "Viagens às Nascentes do Rio São Francisco" e pela Provincia de Goiaz, feita em 1819, refere-se ao "excelente pão que se faz com a farinha de trigo que vem de Santa Luzia, Meia Ponte e Cavalcanti, povoação mais setentrional que Vila Boa e cujos arredores são, dizem, muito favoráveis à cultura do trigo".

Segundo um artigo publicado pelo Dr. Schnoor, a farinha de trigo de Goiás foi exportada pelo pôrto do Rio de Janeiro em 1850.

Em 1861, segundo uma estatistica publicada no relatório do Presidente Alencastre, a exportação de farinha de trigo de Goiás foi de 771 alqueires, sendo 512 pelo municipio de Cavalcanti.

O Visconde de Taunay, na sua obra "Goiás", escrita em 1876, diz que a produção de trigo naquela época não passava de algumas centenas de alqueires e era cultivado em Santa Luzia, Meia Ponte e Cavalcanti e na Chapada de Trairas. Nesse mesmo ano o trigo de Goiás, figurou na Exposição Internacional de Filadélfia.

Caulin Matos, Glaziou, Gomes Carmo, Henrique Silva e muitos outros cientistas e publicistas, fizeram referências especiais sôbre o trigo de Cavalcanti e outras regiões do Planalto Central e exaltaram as possibilidades dessa zona para tão útil cultura.

Em 1932, uma pleiade de jornalistas de nossa terra fundou o Bureau de Imprensa Goiana, através do qual se fez grande propaganda das nossas riquezas inexploradas, inclusive do trigo de Veadeiros.

Como resultante desses trabalhos, o então inspetor Agricola Federal em Goiás, agrônomo Rafael Nioac de Souza, instalou diversos campos de cooperação na chapada dos Veadeiros, os quais, em 1933 produziram 4.525 quilos de sementes de trigo de ótima qualidade e que analisadas pelo Moinho da Luz, revelaram um teôr de 14% em gluten sêco, sendo equiparados aos melhores trigos do mundo. Em 1934 os campos de cooperação de Veadeiros produziram 10.800 quilos de trigo em grão, mas infelizmente tôda essa produção se perdeu por falta de transporte e de compradores. Em 1935 houve completo desânimo por parte dos triticultores, que desistiram de continuar com o plantio, com exceção de João Rabelo, que acompanhando uma tradição de familia, continuou cultivando o nobre cereal até esta data.

A João Bernardes Rabelo devemos, portanto, a conservação da preciosa variedade de trigo Veadeiros, descendente do Medeah egipcio, e que há mais de dois séculos viceja nas terras do Planalto de Goiás, com uma invejável rusticidade, excelentes qualidades de panificação, alta produtividade, e o que é mais importante, completamente isento de ferrugem e de tôdas as outras moléstias criptogâmicas.

O trigo de Veadeiros foi introduzido na Subestação Experimental de Anápolis em 1943 e hoje é conhecido de tôdas as outras estações Experimentais de Trigo do Brasil e de algumas do estrangeiro.

A região de Veadeiros, ou por outra, a zona triticola dessa previlegiada região de Goiás, abrange não só a Chapada dos

Veadeiros, situada no município de Cavalcanti, como parte dos municípios de Planaltina, Formosa e Niquelândia, com uma extensão aproximada de cinquenta léguas de comprimento por umas vinte de largura, entre os rios Tocantins e Paraná.

Ao contrário do que se supõe, essa zona é rica de matas de cultura, abundantes aguadas e ostenta verdejantes e ricas paisagens.

Sua altitude varia de 800 a 1.000 metros. Devido à amenidade do clima e fertilidade das terras, essa região tornou-se famosa pela cultura do trigo, que ali foi introduzido há mais de dois séculos. Além do trigo, cultivam-se ali também a cana, a mandioca, o arroz e o feijão e raros são os fazendeiros ou sitiantes que não têm em seu quintal plantações de laranjeiras, marmeleiros e outras espécies frutíferas.

O sr. General Djalma Poli Coelho, mui digno Presidente da Comissão da escolha do local para a Nova Capital da República, em entrevista concedida à imprensa, não escondeu o seu entusiasmo pelo que viu e sentiu nesse pitoresco recanto de Goiás, que comparou à Suiça, pela sua beleza panorâmica e clima previlegiado.

Em julho do corrente ano tivemos o prazer de visitar a Chapada dos Veadeiros,em companhia do Dr. Rafael Nioac de Souza, digno Inspetor Regional do Serviço de Expansão do Trigo.

As finalidades principais dessa viagem foram não só inspecionar os trigais ali existentes como também adquirir tôdas as sementes do precioso cereal, preservando-as da moagem, a fim de serem multiplicadas em novos campos de cultura.

O único trigal visitado foi o trigal denominado Buracão, pertencente ao Sr. João Bernardes Rabelo, visto os demais já terem sido colhidos.

O Sr. Bernardes é o mais entusiasta triticultor da região. Sua propriedade Moinho faz parte integrante da fazenda Bom Sucesso, cujo engenho de trigo foi instalado antes de 1780.

O seu sogro Florencio Bernardes cultivou trigo durante mais de 50 anos nessa fazenda, chegando a produzir mais de 80 arrobas de farinha em 1900. Falecendo em 1918, continuou com a cultura de trigo o seu filho Erminio Joaquim Bernardes.

Em 1933 houve também importantes culturas de trigo nas fazendas Salto, volta da Serra e Paraiso.

João Bernades Rabelo iniciou a cultura do trigo em 1935 e nunca a interrompeu até esta data.

A plantação é feita em duas épocas, uma em outubro e outra em fevereiro, sendo esta a melhor. Antigamente as semeaduras eram feitas sòmente em outubro e novembro e como as flores do trigo são fàcilmente abortáveis em consequência das chuvaradas, havia anos em que as colheitas ficavam muito reduzidas, devido a grande quantidade de espigas. Os terrenos preferidos são os de capoeiras e palhadas.

As semeaduras são feitas em covas, a enxada, em distância de 30 a 40 centímetros, lançando-se umas vinte sementes por cova.

Em geral fazem uma só capina, depois de um mês de semeadura.

Depois de quatro e meio a cinco meses fazem a colheita pelo processo comum do arroz, ficando as palhas amontoadas na roça muitos dias antes de bater.

Até 1933 a batedura ou trilha era feita sòmente a vara, porém dessa época para cá os triticultores têm utilisado uma trilhadeira mecânica, pertencente ao Ministério da Agricultura e que fôra levada pelo D. Nioac.

Uma vez trilhado o trigo é abanado a mão em pás e depois ensecado ou guardado em tulhas, para depois ser moido nos moinhos de pedra existentes na região.

Quando visitamos o trigal do "Buracão" o trigo já estava completamente maduro e na hora de colher. A nossa impressão foi magnífica. Fizemos logo um confronto com os inúmeros trigais que já tivemos ocasião de visitar in vários Estados do Brasil e tiramos a conclusão de que o aspecto do trigal de Veadeiros, apesar dos métodos antiquados de cultivo, em nada era inferior aos outros, cultivados aliás com todos os recursos da técnica moderna, o que vinha atestar o previlégio dessa região quanto a solo e clima, para a cultura do disputado cereal.

Com uma altura média de um metro e quarenta centímetros, perfilhamento de 5 a 15 colmos por pé e belas espigas pendentes, sem nenhum vestígio de ferrugem, os trigos de Veadeiros não deixam de entusiasmar os mais céticos nas nossas possibilidades trigueiras.

Ainda um fator importante: além dos trigais de Veadeiros e de todo o Planalto Central de Goiás terem atravessado mais de dois séculos sem ataques da ferrugem ou de qualquer outra moléstia, ainda estão livres da geada e do gafanhoto, flagelos estes muito comuns na Argentina, nosso principal fornecedor de trigo.

No nosso próximo artigo, falaremos sobre os campos de cooperação de trigo que serão instalados naquela região em 1948, bem como nas medidas que devem ser tomadas pelo Govêrno, para maior incremento da produção trigueira em Goiás.

O Dr. Admar Lopes da Cruz, Diretor do Serviço de Expansão do Trigo, acompanhado do Dr. Nioac de Souza, Inspetor Regional da S.E.T., e do Dr. Joaquim Ferreira de Carvalho, falecido há pouco mais de dois meses em um desastre de barca no Rio das Almas, visitou as culturas de trigo "Veadeiros" na Subestação de Anápolis, em Goiás, e na Fazenda Monjolinho, Município de Corumbá de Goiás.

Consultas e Informações

Eng. Agr. *GERALDO GOULART DA SILVEIRA*
Consultor Técnico de "*A Lavoura*"

Variedades de Grumichamas

Respondendo à consulta de um nosso consórcio do Distrito Federal, temos a informar:

a) — a grumichama floresce e frutifica bem no Estado do Rio e no Distrito Federal.

b) — a grumichama é, realmente, chamada, cereja brasileira.

c) — são muito apreciadas as grumichamas de polpa branca, de polpa roxa e de polpa vermelha.

Plantas ornamentais para lugares sombreados

Esclarecendo à Sra. V. S., do Distrito Federal, temos a informar que são muito indicadas para lugares sombreados, as seguintes plantas ornamentais: avencas, tinhorões, samambáias, marantas, gloxínias, etc.

Cursos Práticos de enxertia

Respondendo à um nosso consórcio do Estado do Rio, temos a informar que a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura, mantém, em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, Cursos Práticos de Enxertia, ministrados aos domingos, pela manhã. No corrente ano, por exemplo, foram ministrados na referida Escola, dois Cursos Práticos de Enxertia.

Adubação da jaboticabeira

Respondendo à consulta do Sr. A. C., do Estado de Minas Gerais, indicamos a seguinte fórmula para a adubação da jaboticabeira

	grs.
superfosfato	500
cloreto de potássio	300
salitre	200

O consulente deve aplicar no adubo distribuindo-o em um sulco aberto em torno da planta, na projeção da copa sôbre o solo.

15.ª Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados (S. Paulo)

Como falou o Ministro Daniel de Carvalho, representando o Presidente da República, no ato inaugural dêsse certame.

Foi o seguinte o discurso pronunciado pelo Ministro da Agricultura, no ato inaugural da XV Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, representando o Presidente Eurico Dutra:

"Senhores:

Quando as mudanças se processam dia a dia sob as nossas vistas, o seu gradual avanço não deixa geralmente perceber que se estão realizando, de sorte que o espectador inadvertido se inclina sempre a pensar que a situação permanece a mesma.

Há pouco menos de dois anos, e apenas dois dias após haver assumido o exercício do cargo, inaugurava, neste mesmo recinto, a XIII Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, confiada pelo Govêrno da República à administração do Estado de São Paulo, que a promovia por intermédio de sua Secretaria de Agricultura, em colaboração com o Ministério da Agricultura.

Agora, ao voltar aqui para instalar a XV Exposição, recordando as palavras então pronunciadas, não fujo ao confronto das duas situações, a passada e a atual, mas, ao contrário, valho-me da oportunidade para pô-las uma ao lado da outra, a fim de permitir o julgamento da opinião pública.

Êsse confronto importa em uma prestação de contas, que os administradores, em um país democrático, devem amiudar perante o povo, menos para contentar a própria consciência do que para provocar a ajuda e a crítica construtiva dos seus concidadãos.

Ao investir-me, naquele ano, de responsabilidades administrativas, entrei em contato direto com as negras condições em que se debatia a pecuária brasileira — sem sal, sem arame farpado, sem transportes, sem sementes de plantas forrageiras, sem tortas, farelos e alimentos concentrados, sem vacinas contra as zoonoses, sem reprodutores exóticos de alta estirpe, por estar suspensa a importação e ainda sem financiamento, devido à derrocada bancária do zebú fino.

A peste suína dizimava os rebanhos porcinos e determinava escassez da banha. Éramos obrigados a importar do estrangeiro gorduras para o consumo e vacinas cristal violeta para debelar a peste. Faltava leite, carne e manteiga nas grandes metrópoles. O desalento começava a infiltrar-se, em algumas zonas, nas fileiras dos nossos bravos trabalhadores do campo.

Atualmente, se o quadro não mudou por completo, pelo menos se apresenta bem diverso, havendo desaparecido o sombrio das suas cores, que agora despertam confiante espectativa.

Há abundância de sal, de vacinas, de sementes de forrageiras. Há perspectivas de maior suprimento de arame para tapumes. Os transportes interiores experimentaram sensíveis progressos em sua eficiência, tanto pelos melhoramentos das linhas e do material rodante das estradas de ferro, quando pela entrada em circulação de mais de 2 mil novos caminhões, acontecendo que algumas estradas de ferro já se queixam da falta de mercadorias em face da concorrência do sistema rodoviário.

A importação de reprodutores finos, destinados ao melhoramento do gado leiteiro e de corte, recomeçada naquela ocasião, foi muito incrementada nestes dois anos. Só por iniciativa do Ministério da Agricultura, entraram no país 371 reprodutores, em 1947, e 319 no corrente ano, procedentes dos mais afamados plantéis da Europa, Estados Unidos, Canadá e Argentina. Nos melhores plantéis nacionais, foram adquiridos 756 reprodutores destinados a revenda, especialmente no Norte e Nordeste, onde os rebanhos se ressentem particularmente da falta de bons reprodutores para elevação dos índices qualitativos da produção.

No financiamento das aquisições feitas para cessão aos criadores, ao preço do custo e a prestações, dispendeu o Governo Federal, neste biênio, 22 milhões de cruzeiros, visando, com as compras de animais selecionados no país, concorrer, com a mais acertada contribuição, para o descongestionamento das criações de gado fino atingidas pela derrocada a que há pouco aludi. Estimulados pelo Ministério da Agricultura ou movidos por sadia emulação, criadores do sul e do norte do país também fizeram importações e compras diretas, registrando-se, como um dos acontecimentos sugestivos nesse domínio, a remessa de uma partida de zebú do Triângulo Mineiro para o Território do Acre, por via aérea.

Por outro lado, verificou-se considerável desenvolvimento nos serviços das fazendas e postos de criação, disseminados pelas diversas regiões do país, bem como a extensão de seus trabalhos em cêrca de dois mil postos de monta provisórios em fazendas particulares.

Por intermédio do Instituto de Zootecnia, que atua diretamente ou em colaboração com Estados, Municípios e associações de classe, o Ministério da Agricultura intensificou o emprêgo da inseminação artificial, meio comprovadamente eficiente de utilizar ao máximo reprodutores de alto valor genético. Mais de cem mil fêmeas de ovinos e bovinos foram inseminadas a partir do ano findo, e prossegue, crescente, êsse trabalho de aperfeiçoamento racial, cujos resultados hão de patentear-se, com importante repercussão econômica, em futuro próximo.

Para conhecimento de certos aspectos da atuação do Ministério da Agricultura em prol da pecuária nacional, têm o governo e o povo do Estado de São Paulo o testemunho da Fazenda Experimental de Canchim, no município de São Carlos, que recebeu, nestes dois anos, além de suas dotações normais, recursos no valor de mais de quatro milhões de cruzei-

ros para melhoria e ampliação de suas modelares instalações.

Dispondo de um efetivo de 970 cabeças de diversas espécies, entrega-se ao estudo e à solução de vários problemas de interêsse zootécnico, cujos resultados, uma vez obtidos, devem passar, pelo ensino e pela propaganda, à aplicação prática. Relativamente a suínos, cabe salientar o seu êxito na seleção de tipos das raças locais com alto rendimento industrial. Quanto a bovinos, merece referências a formação de uma raça de corte, à base de cruzamento do charolês com o zebú, excelentemente adaptada à criação no Brasil Central, cujos exemplares apresentam índices de precocidade traduzidos em pesos médios de 170 a 200 quilos, na idade de 6 meses, e de 300 a 350 quilos, na idade de 18 meses.

Ao contrário do que acontecia, existe hoje leite suficiente para o abastecimento dos grandes centros e se desenvolve a indústria de laticínios pela necessidade, em que se encontram muitos produtores, de aplicar sobras de leite *in natura* nas manufaturas de queijo, manteiga, leite em pó e condensado, leitelhos, caseina e outros subprodutos.

Sem falar no aumento do rendimento *per capita* do gado leiteiro e da consequente industrialização do leite, que constituem programas a longo prazo, o problema imediato, neste assunto, do interêsse quotidiano dos consumidores, passou a ser sobretudo do domínio do transporte e distribuição.

A continuidade do ritmo de progresso da pecuária, que se não deixou abater pelo desânimo em face das vicissitudes, há de concorrer para pôr termo às restrições, ainda vigentes, ao consumo da carne, aliás consideravelmente aumentado com a supressão do racionamento.

Além de medidas temporárias de disciplina da matança e industrialização, está provado ser indispensável à regularidade do abastecimento, a construção de matadouros industriais nas fontes de produção, para colheita da safra no momento oportuno, e de uma rêde de armazéns frigoríficos para conservação e posterior redistribuição na fase de entre-safra, o que foi objeto de Mensagens do Poder Executivo ao Congresso Nacional.

De par com a referida vantagem, os matadouros industriais localizados no interior trarão ainda a de estimular, com a sua presença e o seu exemplo, o aproveitamento racional das matérias primas nos estabelecimentos abatedores, sobretudo nas charqueadas e nos matadouros municipais.

Consultando-se a estatística, ver-se-á que o desperdício de resíduos nos referidos estabelecimentos corresponde anualmente a um prejuízo de centenas de milhões de cruzeiros e priva o país de obter, em maior escala, fertilizantes orgânicos necessários à agricultura, alimentos para animais e matérias primas utilizadas por várias indústrias.

Com o objetivo de reduzir, ao mínimo possível, êsse desperdício, o Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura estabeleceu um plano de aproveitamento e preparo dos subprodutos naqueles estabelecimentos, destacando sua importância, a nomenclatura das instalações e aparelhagem a técnica de fabricação, o rendimento obtido e o preço de custo provável da aparelhagem. Os primeiros resultados dessa iniciativa já se vêm fazendo sentir em várias charqueadas do centro do país, as quais, além da produção clássica de charque, couros e sebos, preparam também farinha de sangue e ossos, óleos de mocotó, adubo, ossos a granel, etc., demonstrando, dêsse modo, a evolução das suas características outrora rudimentares.

Êsse êxito parcial está longe, porém, de bastar, pelo que cumpre procurar ampliá-lo, até que assuma as proporções que pode ter pelo concurso não só da ação esclarecida de outras emprêsas particulares como do incentivo das demais esferas administrativas.

Não quero, por isso, perder o ensejo de renovar daqui o apêlo dirigido aos Govêrnos estaduais e municipais no sentido de que medidas idênticas sejam adotadas pelas Secretarias de Agricultura nas fábricas sujeitas à inspeção estadual, notadamente nos matadouros municipais, onde o desperdício assume maiores proporções.

Tão pouco posso deixar de referir-me agora a um dos assuntos que, com tôda razão, mais abalaram o país nestes últimos tempos, o da defesa sanitária animal, trazido à baila e ao conhecimento geral sobretudo pela grave ameaça que pesava sôbre o nosso rebanho em 1946 — a da peste suína.

Tem o Ministério da Agricultura alcançado progressos sensíveis no estudo e combate à febre aftosa, à brucelose, à raiva, às ecto e endoparasitoses e afinal atacou, vitoriosamente, a peste que pudera disseminar-se, no curso da primeira década de sua incursão, em extensas regiões do país.

Só em 1946, quando foi invadido o Vale do Paranapanema na fronteira São Paulo-Paraná, levantaram-se as primeiras barreiras visando impedir o alastramento para o sul do país, onde estavam e ainda estão os maiores contingentes de suínos.

Dispondo de escassos recursos financeiros e restrito pessoal, o Ministério da Agricultura articulou-se com os Estados interessados, conseguindo sustar, durante quase um ano, a marcha da virose para o sul. São indescritíveis as canseiras e o sacrifício exigidos para estabelecer uma larga faixa de proteção e barrar a marcha da virose. Sem olhar sacrifícios, enfrentando tôda a sorte de obstáculos, inclusive a incompreensão, foi possível manter durante longos meses a doença adstrita ao Vale do Paranapanema, protegendo as criações do sul do Paraná e Santa Catarina. Infelizmente, provinda do Território das Missões, na Argentina, a peste suína invadiu a fronteira Paraná-Santa Catarina, região que estava, então, inteiramente desguarnecida de proteção sanitária.

Além da falta do pessoal e recursos financeiros, não havia vacinas e a pequena quantidade fabricada revelou-se ineficiente para proteger os rebanhos. Durante todo o ano de 1946 foram aplicadas apenas 400.000 doses de vacinas cristal violeta, ocorrendo que muitos animais vacinados contraíram a doença.

Em 1947, foram estabelecidos os testes de eficiência para liberação da vacina e aplicadas 900.000 doses em tôrno dos focos para evitar a propagação. Em dezembro daquele ano, obteve o Ministério da Agricultura um crédito especial de Cr 12.000.000,00 para combate à peste suína e já no primeiro quadrimestre de 1948 havia aplicado 2.000.000 de

doses de vacinas, silenciando 95% dos focos existentes.

Como decorrência do desfalque produzido pela peste suína no nosso rebanho, defrontava-se o país com a escassez de banha, dando-nos, bem ao vivo, um exemplo de como o problema sanitário da defesa animal está ligado ao problema econômico do abastecimento.

O Ministério da Agricultura promoveu, então, a vacinação de porcos magros, ditos ensutos, e, decorrida a fase negativa da vacina, encaminhava-os para as zonas de engorda onde abundavam as safras de milho.

Com essa providência o Estado do Paraná, que, antes da invasão da peste suína, abatia 230.000 porcos e exportava 550.000 para São Paulo e Rio de Janeiro, pôde retornar ao mercado de 1947, abatendo 115.700 porcos e exportando 400.000.

No Estado de Santa Catarina, nas regiões ameaçadas pela peste suína, fêz o Ministério da Agricultura escoar os animais gordos para as fábricas, industrializando-os antes que fôssem atingidoos pela virose. Esta medida teve o duplo efeito de facilitar a profilaxia e garantir maior produção de banha. Santa Catarina, ao invés de 250.000 porcos, montante normal de suas safras, abateu, no ano findo, 340.000, produziu 14.000 toneladas de banha ao invés de 8.000 toneladas que somavam sua produção anual média.

Pôde o Ministério da Agricultura fazer desaparecer as longas filas de banha, ao mesmo tempo que silenciava a peste suína em uma área quase tão extensa quanto tôda a Europa, excluída a Rússia.

Ainda em 1947, importavamos vacina cristal violeta. Em 1948, dois anos após a campanha iniciada pelo Ministério da Agricultura, o Brasil contava 12 estabelecimentos produtores e é, atualmente, no mundo, o maior produtor de vacina cristal violeta.

Também deu o Brasil no mundo a maior demonstração da aplicação em larga escala dessa vacina como base de uma campanha de erradicação da peste suína. E' cedo ainda para qualquer conclusão. Tudo indica, entretanto, que tomou uma diretriz certa, afastando-se dos processos adotados por outros países.

Ao recapitular êsses passos e resultados da ação administrativa, faço-o impelido pela noção do dever, ante a inevitável recordação do encontro anterior, esperando ser compreendido por quantos aqui se encontram com o espírito festivo bem justificado pela magnitude desta mostra de trabalho e progresso.

Cumpro, dessa forma, uma das diretrizes de govêrno do General Eurico Dutra, executada por S. Excia. com a noção da honra e a sobriedade que jamais lhe deixam ceder às tentações de demagogia. Entre as muitas e grandes tarefas que solicitam a dedicação dos responsáveis pelo poder público, é lícito apontar lealmente as que estão sendo executadas, na medida das possibilidades, com real proveito.

Os que se dedicam ao desenvolvimento da nossa indústria pastoril têm as provas de colaboração do Govêrno da República no setor de suas atividades e podem estar certos de que essa colaboração cresce e se aprimora na diligência cotidiana de servir ao Brasil.

Com todos os seus "stands" ocupados, nêles se alinhando 475 bovinos, 170 equinos, animais domésticos de outras espécies no total de 234 exemplares, e mais 350 aves, vindos de diferentes Estados, esta Exposição possui bem nítidas as linhas do seu caráter nacional. Nelas ressalta, porém, a notável contribuição da inteligência e do vigor que distinguem o trabalho dos paulistas em qualquer domínio de atividades a que se dediquem.

Cumpro, jubiloso, a honrosa incumbência de declarar inaugurado êste certame, renovando aos brasileiros, cujo fecundo labor aqui se representa, a confiança que o Senhor Presidente da República deposita no seu patriotismo, a que se deverá um opulento quinhão de grandeza futura da terra comum!"

Latifundio e Mecanização

Edgard Teixeira Leite
Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

O combate ao latifúndio, como causa principal do nosso atraso agrícola, é um dos lugares comuns dos que se ocupam no Brasil com os problemas da produção.

Partindo de uma idéia socialmente certa e justa, de que se deve facilitar o acesso à propriedade da terra ao maior número de nossos patrícios, os partidários do minifúndio chegam a conclusões erradas, atribuindo o decréscimo da produção à detenção, em poucas mãos, de grandes áreas. Na verdade, não é razoável que, num país com milhões de hectares cultiváveis, esta enorme extensão territorial esteja nas mãos de apenas cêrca de 1.800.000 brasileiros, quando cêrca de 30.000.000 vivem nas zonas rurais.

Mas daí a pensar que apenas pela divisão das grandes áreas, compulsòriamente, por medidas drásticas, ou por medidas indiretas, se possa resolver o problema da produção é procurar dar ao problema sobremodo complexo, solução simplista. Examinando o problema, em sua exata medida, sem idéias preconcebidas, chegaremos a conclusões bem diversas. A decadência da nossa produção não vem do latifúndio. E a melhor prova é que quando êle predominava, em sua plena fôrça, como modalidade na propriedade da terra, a nossa produção agrícola, *em relação à população, era bem maior.*

E' preciso, na verdade, não esquecer que o aumento da produção de bens de consumo, de origem agrícola, é apenas aparente, pois a nossa população tem crescido muito.

Se possuíssemos no campo agrícola estatísticas exatas, quando à produção por hectare, veríamos que elas *decrescem*, em quase todos os gênerso de produção. Na realidade o que tem concorrido para a queda da nossa produção agrícola pròpriamente dita, é a alarmante redução da fertilidade no nosso solo. Basta lembrar o café, cujo delíquio deve constituir motivo de preocupação para o govêrno e razão de medidas urgentes. Assim, a simples divisão da trera, *sem que se aumente a produtividade do solo*, não trará aumento da produção. Antes, ao contrário. O restabelecimento da fertilidade se processa, nos países da agricultura rotineira, deixando a terra em pousio.

Esgotada a fertilidade remuneradora, o agricultor abandona, por dois, três e mais anos, as terras cansadas e explora novas áreas. Assim, por processo primitivo, consegue fazer lavoura compensadora.

Para isso, é necessário possuir grandes áreas disponíveis, como aliás ocorre em todos os países de lavoura atrasada. Se a propriedade fôsse reduzida ao mínimo, como realizar êste sistema de recuperação da fertilidade?

O minifúndio está aliás sendo combatido nos países de cultura altamente industrializados. Na França há medidas, de ordem econômica, com legislação especial, para a agregação das pequenas parcelas, isto é o combate ao minifúndio, reconhecido como foi que as pequenas áreas são um empecilho para a cultura racional, isto é: o emprêgo de meios mecânicos para a série de operações que constitui a indústria agrícola, desde a lavra do solo, a semeadura, aos tratos culturais, à colheita e ao beneficiamento da produção.

Nos Estados Unidos, o mesmo ocorre, de modo ainda mais evidente, como demonstração de que o mal não é a grande prporiedade.

E a prova é que naquele país o número das pequenas propriedades tem diminuido e a produção aumentado enormemente.

Em 1940, 30.175.206 habitantes viviam em 6.096.700 prporiedades agrícolas, nos Estados Unidos.

Oito anos depois, êste número caiu para 25.000.000. A área média da propriedade passou de 160 acres em 1940 para 200 em 1948.

Apesar desta considerável redução da população agrícola e do aumento da área da proprieddae, a produção cresceu vertiginosamente.

Hoje, para a mesma área de terra cultivada cêrca de 360 milhões de acres, são

necessários um milhão e meio de operários a menos, e os Estados Unidos estão batendo, êste ano, o seu maior recorde em safra agrícola, de todos os tempos. Milhares de agricultores estão procurando aumentar a área de suas propriedades, a fim de poderem completar a industrialização das culturas.

Está verificado que as pequenas propriedades não podem suportar a mecanização. O que o lavrador ganha *em tempo* perde na realidade, pelas despesas gerais e juros, pois as pequenas áreas não comportam tratores que trabalhem muitas horas por ano.

Daí a tendência para a reconstituição da grande propriedade. Se é certo que nos Estados Unidos, onde as máquinas agrícolas custam relativamente barato, a questão precisa ser examinada com atenção e cuidado, que dizer do Brasil, onde os tratores e implementos agrícolas atingem preços inabordáveis?

Não é possível que se queira pensar no Brasil em fazer a agricultura *com enxada*. Temos de agir — com prgorama seguro — no sentido de substituir o trabalho manual por meios que aumentem a eficiência de nossa mã-de-obra caminhando seguramente para a industrialização agrícola. Temos que pensar sèriamente em mecanização agrícola, racionalmente praticada, isto é: com material adequado à natureza de nossas terras e à área topográfica, às condições de nosso operário agrícola. De outro modo, com a população que está crescendo ràpidamente (o Brasil tem dos maiores índices de natalidade do mundo), devemos optar em dois caminhos: ou baixar ainda mais o já miserável padrão alimentar do brasileiro, ou abrir a alfândega, para buscar no estrangeiro a alimentação, como aliás já sucede com o mais popular e generalizado dos alimentos — o pão.

Temos que realizar um esfôrço decidido, inteligente, no sentido de aumentar a produção. Para isso, além de outras práticas, é indispensável a mecanização acelerada da nossa lavoura.

Para tanto, devemos examinar a repercussão que, num país de pequenas áreas planas, em cada propriedade, teria a pulverização da propriedade. Idéias simplistas e medidas unilaterais são sempre perigosas, notadamente no campo da economia aplicada.

("*Correio da Manhã*"), 17-11-48).

LAVRADOR! CRIADOR!

Fortalece a tua classe inscrevendo-te na "Associação Rural" do teu Município. Se esta não existir ainda, funda uma, dentro dos moldes do decreto-lei 8.127, de 24 de Outubro de 1945.

A Secretaria da S.N.A. te prestará todos os esclarecimentos a respeito.

O Cacáu

encarado por um produtor brasileiro

De pasagem por Nova York e em visita ao Escritório de Expansão Comercial do Brasil em Nova York, o dr. Filogônio Peixoto, um dos agricultores de cacau brasileiro, na Bahia e no Espírito Santo, que mais se tem destacado, em nosso país, pelos conhecimentos especializados que possue dêste produto e que representou a nossa lavoura cacaueira no Congresso dos Produtores de Cacau realizado em Londres, em 1924, prestou as seguintes declarações a respeito do importante problema do cacau, de que tratou o Boletim Americano n. 600, de 24 de junho, do Escritória referido:

"A situação do cacau nos mercados consumidores, na hora que passa, deve ser acompanhada de perto pelos centros produtores. O cacau é um produto considerado de terras escassas, o que vale dizer não haver no mundo inteiro terras bastante extensas de condições climáticas favoráveis, capazes de suprir os mercados na proporção de suas necessidades de um alimento sintético, rico de purinas, opulento e sobremodo agradável a todos os paladares, como é o cacau.

As especulações comerciais, sempre egoistas, não puderam ainda contrariar a supremacia da antiga lei da "oferta e da procura". E aí está a marcha ascencional das cotações do cacau, sem dúvida, como uma consequência desta velha lei comercial.

No Brasil, a situação da lavoura cacaueira fôra, por muito tempo, sobremodo angustiosa. Os preços ínfimos alcançados pelo cacau, há poucos anos passados, impediram a formação de novos cacauais e até de cuidados especializados para a boa apresentação do produto nos mercados consumidores. O govêrno, no propósito de estabelecer, durante a guerra, inteira cooperação com os seus aliados, vendera aos Estados Unidos, a preço baixo e, por espaço de 5 anos, todo o cacau de sua produção. Aliás, êste preço, a princípio, era compensador tornando-se em seguida, pouco a pouco, mais do que insuficiente para atender às mais prementes necessidades da lavoura. Todos os artigos imprescindíveis nos fazendeiros eram cada dia mais caros e, por vêzes, inaccessíveis a êles. A mão de obra emigrava, a miudo, para os centros de melhor paga. A par desta subida no custo da vida nos campos, que corria paralela à subida do custo da vida nas grandes cidades do Brasil, cujo nível alcançou o mais alto algarismo dos países afetados pela guerra, encarecia, também, o custo do transporte do cacau das fazendas para os pontos de embarque numa proporção de cinco a oito vêzes acima do custo anterior. Só os que mourejam nos campos e nas fazendas distantes do nosso Brasil é que sabem o valor de tais situações aflitivas...

A posição do cacau nos mercados consumidores representa, no momento, apenas justa compensação aos prejuizos que foram impostos aos lavradores de cacau, anos a fio, por aquela política imprevidente. O cacau fôra o único produto brasileiro que não lograra as devidas compensações, naquela época, de ampla prosperidade nos demais setores da nossa vida econômica.

Vale, também, considerar o aumento extraordinário do consumo do cacau, nestes últimos anos, enquanto pragas e doenças veem dizimando plantações, fazendo decrescer espantosamente a produção mundial dêste produto. Portanto, não se justifica a campanha, não só dos comerciantes como dos industriais do cacau, em face dos preços atuais deste produto. Os mercados possuem agora menos cacau que necessitam para satisfazer as exigências do seu consumo! E é tudo! Os bons preços incentivarão novas plantações e a sábia lei da "oferta e da procura" voltará, continuando o mercado livre a manter, em perfeito equilíbrio econômico, a lavoura dêste produto que constitui uma próspera fonte de renda do Brasil.

Entretanto, sabemos nós, precisamos tomar providências compatíveis com o interêsse do produtor, do comerciante, do industrial e do consumidor, num entendimento digno e razoável para não termos, no futuro, a lição que já aprendemos, no passado, com o próprio cacau e outros produtos nossos...

O Brasil possui uma notável instituição (Instituto do Cacau da Bahia) que fora por longos anos desviada da sua finalidade primordial, que era a de proteger a lavoura, educar o lavrador no sentido da bôa produção e assegurar-lhe a melhor apresentação e colocação do seu produto nos mercados consumidores, fugindo às especulações perigosas para salvaguardar os interêsses dos lavradores de cacau. Agora, porém, o Instituto tem à sua frente um homem capaz de promover e prever melhor política em benefício dos interêsses da nossa lavoura cacaueira.

Diante do que observei e estudei aqui, na visita que fiz à Bolsa de Cacau, de Nova York, deve ser ponto principal do Instituto manter, neste mercado, o maior consumidor do mundo, um representante que seja bem relacionado e profundo conhecedor do ambiente americano e capaz de zelar e estar atento aos problemas do cacau, nos seus menores detalhes, porque êles são de grande interêsse para a nossa lavoura. Somente à custa de muita abnegação e patriotismo é que se pode conseguir, num ponto dessa natureza, uma pessoa ciosa dos seus deveres e perfeitamente integrada nas responsabilidades que representam o estudo destes problemas para o equilíbrio da prosperidade que atualmente existe em nossa lavoura cacaueira. Assim conseguiremos, estou certo, desenvolver uma política sadia e capaz de obter os elementos que assegurarão no nosso cacau a mais absoluta igualdade de preços junto aos produtos da concorrência.

Levo para o nosso país a agradável impressão obtida no contato que tive com o Escritório de Expansão Comercial do Brasil, pela sua notavel cooperação em prol dos nossos interêsses econômicos, marcando uma feliz etapa no intercâmbio comercial com o maior mercado consumidor de cacau do mundo. O completo estudo publicado no BOLETIM AME-

Sugestões Para a Organização Agrária Fluminense

Eng. Agr. *Arthur Oberlaender Tibau*

Sou visceralmente contra medidas de caráter revolucionário.

Não creio nas conquistas estáveis da civilização e nas conquistas do progresso humano a não ser pela evolução natural. Evolução bem orientada no sentido do bem estar dos povos, perfeitamente sincronizada com as normas educativas, quaisquer que sejam as atividades em vista. Assim sendo, as idéias que tentarei explanar, enquadram-se, segundo o meu modo de ver, nos princípios acima estabelecidos — e não haverá nenhum receio de consequências menos aconselháveis.

Evidentemente não podemos forçar a solução dos problemas demográfico-econômicos, apenas por efeito da ação de decretos mais ou menos bem fundamentados e escudados em teorias alienígenas e geralmente elaboradas por quem não conhece e muito menos por quem não sinta a nossa situação agro-demográfica e as suas consequências social-econômicas.

Temos que nos ater à nossa situação real e à nossa formação agrária, tomando na devida conta todos os fatores que as caracterizam. Geralmente não precisamos inovações para resolver as questões dessa natureza — Basta, na maioria das vêzes, melhor investigação da nossa evolução histórica e lá encontraremos os meios de dirimir as dificuldades, e alcançar os propósitos em vista.

Sou agrônomo tarimbado, e por fôrça das minhas atividades profissionais, sempre atuei muito próximo aos agricultores e habituei-me a ver os seus problemas pelo mesmo ângulo. Pude assim avaliar quão numerosos e variados são os fatores dos quais depende a produção e consequentemente, o grau de complexidade a que estão sujeitas as regras que regem a sua evolução.

A complexidade gera a dificuldade de análise, de discriminação, de planejamento e da execução. Daí a inevitável e prejudicial superficialidade com que são encaradas as questões e a resultante quase estagnação da nossa evolução agro-pecuária.

No estágio atual da civilização, não podemos esperar o sucesso agro-econômico de uma nação que pretendesse evoluir baseada em trabalho de párias.

A Nação só é rica quando são convenientemente aquinhoados os seus produtores, principalmente os produtores primários, aqueles que de fato, com o seu labor mobilizam, transformam e multiplicam as fôrças da natureza e constroem a riqueza base de um país com as caracteristicas físicas do nosso.

A êles, ao binômio econômico social, constituído pelo possuidor da gleba e o que a trabalha, devemos conceder prioridade absoluta quanto à reivindicação de suas aspirações, mesmo quando ainda em potencial, procurando conciliar harmonicamente o valor da terra, sua capacidade de produção, o bem-estar e a prosperidade do colono e do proprietário.

A maioria dos economistas, mesmo os que o são de verdade, dificilmente coordenam ou harmonizam os seus pontos de vista. Uns por excesso de saber, complicando os fatos, outros por cingirem-se a teorias mal fundamentadas, mas todos vacilam por causa da transcendental complexidade dos fenômenos econômicos em si mesmos, tendo em vista grande número de fatores de que se compõem e que sôbre êles influem, inter-agindo uns sôbre os outros. Mas no que se refere ao princípio básico, aventado no correr deste raciocínio, estão acordes; não há país democrático rico sem que as classes produtoras sejam suficientemente prosperas. — Em outras palavras — Nas condições presentes de preponderância do intercâmbio internacional, só poderemos prosperar elevando o estandar de vida do trabalhador da terra a um nível tal que o transponha da condição de pária para a de um consumidor apreciável, tornando possível a sua integração na vida social econômica brasileira, como brasileiro que realmente o é ou que como tal o possamos considerar. No presente estágio da concurrência mundial, não nos iludamos — sòmente à sombra de um regime de autofagia comercial volumosa, poderemos desenvolver com segurança a indústria indígena e o comércio dos seus produtos, único caminho para aumentar e consolidar a riqueza pública.

Não é possível fugir aos imperativos desta verdade, verdade que poderemos considerar axiomática. Assim sendo e por razões de pa-

---

RICANO, N. 600, do Escritório, tratando do problema cacaueiro, nos dá uma medida exata do quanto aquele estudo refletiu as nossas condições em face da situação mundial. Nele, realmente, foram estudadas "as possibilidades do mercado do cacau brasileiro nos Estados Unidos", com a preocupação de encarar as nossas necessidades dentro da realidade do mercado. Melhor não poderia ser a conclusão do seu estudo porque o Brasil precisa e deve intensificar e melhorar a sua produção...

Todos que me conhecem sabem o quanto tenho trabalhado e continuarei a trabalhar junto aos meus colegas e amigos, lavradores de cacau, para que enveredem pelo caminho da boa e selecionada produção do cacau, afim da assegurar no nosso produto o lugar que ele merece, nos mercados consumidores, principalmente em Nova York, para onde convergem todas as atenções do mundo produtor de cacau!"

triotismo e de humanidade, devemos encarar de frente a questão: a prosperidade do nosso homem do campo, a consequente prosperidade nacional e o bem-estar geral do povo.

Da pobreza dos meus recursos intelectuais, procurarei tirar argumentos tão convincentes, claros e valiosos quanto possível, para que esta exposição concorra eficientemente para o fim que temos em vista.

De modo geral a nossa organização social rural é pêca desde os primórdios do estabelecimento da colonização da terra de Santa Cruz. O nosso primeiro pecado histórico foi a escravização do selvícola, dentro da sua própria terra. O segundo, não menos grave, nem menos aviltante, foi a escravização do negro, ainda agravado por ter tido o beneplácito de uma legislação licenciosa no que se refere aos direitos de propriedade sôbre um ente em tudo semelhante a nós mesmos. Regimen que em bôa hora foi abolido da nossa organização política, graças ao desassombro e desprendimento da nossa Princesa Redentora. A consequência direta foi a tendência para a formação dos latifúndios, mais ou menos extensos, cuja exploração era feita pela mão de obra escrava. Essa negra gerou entre nós o repúdio e a aversão aos trabalhos manuais, que, por analogia, passaram implicitamente a qualificação de aviltantes. Daí a tendência da manutenção de duas castas distintas, uma, a dos proprietários e seus descendentes e outra a dos trabalhadores rurais, que, pela postura social e impossibilidade de melhoria e de educação, poderíamos, sem pretenções absurdas, compará-los aos intocáveis indianos. Casta, que como a destes, teve, na impossibilidade da sua emancipação econômica e social, poderoso fator de desestímulo às atividades da produção. Por estas razões, involuiram naturalmente no sentido do menor esforço, até atingir o limite mínimo atual, em que, ou trabalha na lavoura, produzindo apenas o bastante para não morrer de fome, ou emigra para os grandes centros, sujeitando-se a uma nova forma de miséria, mas onde tem a ilusão de viver melhor.

Logo após a abolição, passado o cáos em que foi lançada a economia agrícola brasileira, houve reação apreciável ajudada pelas correntes imigratórias. Estas correntes deram lugar à formação de um regimen intermediário de exploração agrícola, a dos colonos meieiros. O sistema surtiu bons efeitos, tanto assim que a sua maioria aproveitou bem a fertilidade remanescente das terras cultivadas sob o regimen escravocrata.

Muitos prosperaram e se emanciparam. Deixaram atrás de si entretanto as grandes fazendas esgotadas, nas mãos dos seus proprietários desanimados e sem possibilidade de se reorganizarem por falta de conhecimentos técnicos e de crédito, e pela ausência absoluta do espírito associativo. Estas eram as armas de que poderiam ter lançado mão para uma terceira reação e consequente sobrevivência. Derrotados no seu próprio meio, os mais tenazes emigraram para outras plagas inexploradas e férteis, onde recomeçaram nova vida nos mesmos velhos moldes, outros, com o que apuraram na macabra liquidação, localizaram-se nos grandes centros, e aí, quase todos findaram os seus dias ingloriamente, na penúria, como heróis vencidos em titânia luta contra os comissários gananciosos, contra a falta de crédito agrícola, contra a falta de amparo e de orientação dos poderes públicos, então madrasteados pela politicalha desenfreada. Os déficits administrativos federais, estaduais e municipais, eram quase todos criminosamente cobertos pelos empréstimos externos, como único recurso da mentalidade dos governantes, no envêz de cerrarem fileiras em torno do estímulo às fontes de produção. Assim eram as finanças da Nação, abandonadas à exploração sem peias de nacionais inescrupulosos e ambiciosos estrangeiros, que manobravam, em proveito próprio, a decadente economia nacional.

Restaram entretanto os grandes solares, as soberbas fazendas, quase tôdas semi-abandonadas ou mal exploradas, pesando onerosamente na nossa economia, quando de outra forma poderiam contribuir generosamente para o seu fortalecimento, porque o rendimento das suas terras é baixo ou é nulo em virtude da errônea orientação seguida ou pelo abandono a que estão relegadas.

E' justamente o ponto que desejavamos atingir — pois visamos no presente estudo abordar o problema da reorganização das propriedades agrícolas que, pela sua extensão, excedem a capacidade de trabalho do seu proprietário e cuja topografia, zona ou natureza das culturas, não permitam o emprego de máquinas de grande rendimento. Devemos reorganizá-las em moldes racionais capazes de, em harmonia com a natureza agrária do sistema, reavivar suas fôrças de produção, estabilizando e estimulando a economia da região por elas abrangida.

Os pontos cruciais de uma organização agrícola são: a mão de obra, a topografia e qualidade dos terrenos e implìcitamente o mercado, sem contar o credito que é o parâmetro da organização.

Não poderíamos de forma alguma pensar na volta ao regime escravocrata ou a algum seu similar que tivesse poderes para obrigar o homem a permanecer no campo — forçando a ordem natural das coisas — sem atrativos ou compensações que induzam a sua preferência expontânea pela exploração agro-pecuária.

Temos pois que manobrar inteligentemente no sentido de nos adaptarmos às circunstâncias, tirando o máximo proveito possível em benefício de todos: proprietários, colonos e comunidade.

O êxodo rural é fenômeno comum a tôdas as nações e tem lugar mais ou menos intensamente conforme o estágio e ritmo da evolução do seu povo. Tem por causa vários fatores, sendo os principais o desconforto da vida rural relativamente ao das grandes cidades, menor remuneração, excesso de população rural, calamidades climáticas, má distribuição das terras, baixos rendimentos agrícolas, trabalho mais exaustivo, irregularidade das colheitas, êxodo dos fazendeiros, falta de assistência social, serviço militar, migrações para outras regiões agrícolas, alfabetização sem o complementar preparo vocacional agrícola, a evolução em si mesma e muitas outras causas de menor importância.

O êxodo rural não teria causado tão grande desequilíbrio na produção, se houvessemos, no devido tempo, além do cuidado da educa-

ção do homem da roça e tomado em melhor contra a situação que se agrava dia a dia, visando multiplicar sua capacidade de produção, tivéssemos também intensificado a sua substituição pelo alienígena. Teríamos, com essas medidas corriqueiras, das quais se valeram os países bem orientados, evitado o colapso em perspectiva e melhorado as nossas possibilidades econômicas e sociais.

As pesquizas demográfico-econômicas americanas, nos mostram que nos primórdios da sua organização era necessária a produção de duas das suas fazendas tipo para manter um habitante da cidade; hoje uma fazenda produz o bastante para sustentar 8 habitantes da cidade! E mais — há um século, para se produzir uma tonelada de trigo, eram necessários cem dias de trabalho, hoje para se produzir a mesma quantidade desse precioso cereal, bastam apenas, em média, 18 horas e 1/3 do trabalho de um homem!

Estudando-se a evolução demográfica dos Estados Unidos, vemos com grande surpreza, que a percentagem da sua população rural diminuiu progressivamente depois de uma determinada fase do seu desenvolvimento. Assim é que por volta de 1820 (?) a população rural americana era de, aproximadamente, 90% da população total e em 1939 o era apenas de 21% (?) — Acham os estudiosos do assunto que deveria ter diminuido ainda mais, e que presentemente existe um excesso avaliado em aproximadamente 6.000.000 pessoas se mantendo à custa da lavoura.

Não desejo estabelecer paralelo entre a densidade demográfica dos dois países, pois, os Estados Unidos podem ser considerados como uma nação já amadurecida no que se refere à sua população rural, e nós estamos muito longe desta situação. O que se deseja realçar é que na Americado Norte, não obstante ter havido contínuo decréscimo na proporção dos lavradores e suas famílias em relação à população das cidades, a produção agrícola aumentou consideràvelmente, bastando ao consumo de todo o país, apesar do grande acréscimo das populações urbanas, e ainda, verificam-se grandes sobras que são regularmente exportadas. Este fenômeno é fàcilmente explicável pela sua política demográfica e pela interferência decisiva da técnica em todos os seus aspectos, dando como resultado o aumento da capacidade de produção do trabalho do homem, e do rendimento das culturas e criações em geral.

No Brasil o exôdo rural tem causado grande decréscimo na produção porque não cuidamos, como já nos referimos, tão sèriamente quanto era de desejar, das providências que se faziam necessárias. Ao envés de fixarmos com a indispensável segurança as diretrizes, a serem seguidas, quase sempre titubeamos, avançando ou recuando, por serem elas baseadas geralmente em pernicioso empirismo, fruto maldito da ignorância e da irresponsabilidade.

Acabamos sendo envolvidos por dificuldades quase insanáveis, enquanto outros países, mais cultos e previdentes, safaram-se galhardamente de contingências semelhantes. E assim vinhamos nos arrastando, sempre a clamar, sem atinarmos que o verdadeiro caminho a seguir, não podia ser outro além do que tivesse por guia a educação do povo na acepção lata do termo, isto é, a educação para a vida, para a realidade brasileira, tendo por objetivo principal o preparo da nossa gente e o seu suprimento numérico e qualitativo que permitissem o cumprimento integral do nosso destino histórico.

Nossos administradores tardaram a se capacitar da nossa triste realidade, mas felizmente, parece que já se aperceberam das nossas deficiências, pois reações apreciáveis já se esboçam visando aparelhar melhor o nosso meio agrícola.

No que se refere à educação vocacional rural, estamos dando os primeiros passos e já é tempo de irmos os acelerando ao máximo possível para cobrirmos, sem muita demora, o nosso grande atrazo. Com relação ao braço, cuja carência é por todos justamente alardeada, pouco se fez até agora, e nada mais se fará, enquanto não nos desvencilharmos das pelas burocráticas que sabotam, desgraçadamente para o Brasil, tôdas as iniciativas.

De acôrdo com o que acima expusemos, vamos focalizar melhor o problema, encarando-o sob os seus aspectos fundamentais, que são: aspecto físico, isto é, solo, topografia e clima; aspecto social; isto é, aquele que se relaciona com o proprietário das terras e o colono, e finalmente o aspecto econômico, que é justamente o que regulará a forma de sua exploração.

Os terrenos dos quais se formam as propriedades agrícolas do Estado do Rio, sob o ponto de vista do seu relevo, são: montanhosos, planos e mixtos. E' este um dos principais fatores que condicionam a escolha do sistema a ser adotado para o seu aproveitamento e a espécie de cultura a ser explorada, no que se refere ao seu valor. Assim sendo, podemos estabelecer a seguinte discriminação: terrenos montanhosos, cuja inclinação não permita o emprego de máquinas. Estas devem ser aproveitados para a criação de animais de grandé e médio porte e para a cultura de forrageiras necessária à sua alimentação e reflorestamento; os terrenos planos devem se destinar às grandes culturas, de menor valor, que para o seu trato, permitam a utilização das máquinas de grande rendimento que reduzem extraordinàriamente o custo da mão de obra. A mecânica agrícola nos oferece uma grande variedade de tipos, faculta o seu emprego, desde o destoque até o beneficiamento. Temos finalmente os terrenos mixtos, aos quais pertence o maior número das propriedades fluminenses. Nesta classe se incluem justamente os que merecem maior atenção, e para os quais volveremos presentemente as nossas vistas, por ser o seu aproveitamento mais complexo, e, em face das suas possibilidades, são os que mais de pronto interessam à economia fluminense.

O principal objetivo de nosso estudo é fixar ou estabelecer os meios ou normas que facultem o bem-estar e a prosperidade do homem do campo. Visamos consequentemente a expontânea fixação dos que lá ainda residem, e dos que para lá venham a ser atraidos. De acôrdo com a classificação dos terrenos acima feita, e com o valor das culturas, poderemos determinar a equivalência de proventos que venham a ser auferidos, quer como agricultores explorando diretamente a terra, quer trabalhando como operário agrícola, cuja mão de obra poderia ser convenientemente remune-

rada pelo cultivo de espécies regularmente valorizados ou pela aplicação de máquinas de grande rendimento.

Assim sendo, se a propriedade é formada de grandes áreas planas que permitam o emprego de tais tipos de maquinária, sua exploração fica na dependencia mais da necessibilidade de capital, do que de numerosa mão de obra a qual se reduzirá ao mínimo necessário à mecanização. Estes operadores poderão, por esta razão, ser bem remunerados e ter a conveniente assistencia e alojamento. Na presente hipotese a solução se resumiria, apenas, a uma questão de financiamento.

No caso de predominância dos terrenos fortemente inclinados, nos quais a criação seria a forma de utilização indicada, o operariado seria igualmente reduzido, e poderiam ter também remuneração e assistência adequadas.

As propriedades formadas por terrenos agriculturáveis de topografia mixta, merecem por sua importância, como já foi dito linhas acima, estudos mais completos e dão lugar a uma série de considerações que teem por fim focalizar os problemas e indicar a melhor forma de solucioná-los.

Quem perlustra o nosso interior e observa o presente estado das nossas populações rurais, fóra das zonas que foram brindadas com a imigração extrangeira principalmente, sente que ao envez de termos evoluido, involuimos ou estacionamos contristadoramente. Lamentamos poder afirmar que, no que concerne a assistência social do trabalhador rural e do pseudo colono, a situação em geral é pior do que o era ao tempo da escravidão.

As históricas senzalas eram estabelecidas em prédios que faziam parte do conjunto de construções das fazendas, obedecendo ao mesmo estilo dos edificios principais e construido de acôrdo com os mesmos preceitos de higiene: assoalhados, bem ventilados e bem protegidas das intempéries. A alimentação era cuidada com esmero. Havia até a instintiva preocupação do seu balanceamento, pois as hortas eram caprichosamente cultivadas, os cereais abundantes e as sevas bem supridas. As "sinhás" dedicavam especial cuidado às gestantes e parturientes, que eram trazidas para alojamentos próximos da casa principal, e aí, sob as suas vistas, recebiam trato especial e eram encarregadas apenas de tarefas leves. Não faltavam nem o médico e nem os medicamentos. Hoje o aspecto é desolador. Essa pobre gente é pessimamente alojada, mal alimentada e sem nenhuma assistência.

No que se refere a renda que presentemente é obtida na maioria das fazendas, podemos contristados afirmar que não atinge a 10% das suas possibilidades agricolas totais, e muitas, nem mesmo conseguem esta miserável quota porque não estão sendo exploradas convenientemente, por motivos que variam desde a insalubridade da região até os fins especulativos para os quais estão sendo reservadas.

Várias são as causas em jogo para explicar o seu baixo rendimento. Dentre elas se avultam entretanto a falta ou a má mão de obra e a ausencia de técnica, de crédito e dificuldade de circulação.

A primeira é a mais séria e a cada dia mais se agrava sem que algo se promova em face da tardança das providências que se fazem necessárias.

A solução terá que ser baseada principalmente na melhoria do estandar de vida do que trabalha a terra e do seu proprietário. E' necessário que se torne interessante a vida do campo a fim de que para ela se sintam atraidos os que desejam se dedicar ao labor agricola e fazer com que ali permaneçam os que lá ainda se encontrarem. Esta medida deverá objetivar igualmente a atração e a fixação do alienigena que conosco vier cooperar, o que constitue no momento um importantissimo ou talvez o mais importante ponto a considerar.

Não tivemos a previdência do americano que manteve acelerado o ritmo da corrente imigratória para o seu país, colonizando-o, quase totalmente em periodo relativamente curto. — Em 70 anos acolheram mais ou menos 40 milhões de imigrantes. — As terras, na sua quase totalidade foram distribuidas em glebas de mais ou menos 50 hectares, obedecendo ao regimem denominado "one family farm", ou seja, sitios para uma familia. Não há como negar que é este o sistema ideal de exploração agricola, principalmente nas regiões onde a topografia não permite o emprego das máquinas de grande rendimento. A orientação seguida, ou por motivo de ordem técnica, ou razões de ordem administrativa, fez com que a colonização se processasse mais ou menos compactamente, abrangendo todo o país, de Norte a Sul, e caminhando de Éste para Oeste, tal qual uma operação militar bem dirigida. O país foi por essa forma, efetiva e econômicamente conquistado. — Todos os terrenos disponiveis e apoveitáveis, foram progressivamente ocupados e cultivados. Cada um concorria com o seu quinhão para a grandeza do país, que, principalmente por esta razão, se desenvolveu desembaraçadamente sem o onus tremendo das terras improdutivas.

Este sistema permitiu fosse mantido um elevado estandar de vida entre os agricultores norte-americanos. Tôdas as áreas agriculturáveis foram mobilizadas em tempo útil, estabilizando em alto nivel a economia da Nação. Estas circunstâncias de ordem econômico social, influiram poderosamente para amparar o desenvolvimento industrial, então incipiente, por existir dentro do próprio país um avultado número de consumidores categorizados, mais ou menos fóra da concurrência internacional.

Outras vantagens de valores não menos ponderáveis decorreram da imigração ritmada e sem interrupção.

O imigrante trouxe além da sua capacidade de trabalho e da sua ambição, a instrução, a habilidade técnica e sua formação moral, predicados que imprimiram, pela fôrça do volume, à sua nova pátria, trasladando para ela, a civilização da sua própria terra. A colonização com estes caracteristicos teve, além do mais, o dom de desenvolver no caráter americano a dedicação fervorosa ao trabalho, independentemente de sua natureza, quer intelectual, quer manual, pesado ou leve, considerando-o sempre altamente dignificante. O culto a esta filosofia sadia se traduz integralmente na forma pela qual são organizados os curriculos de todos os seus órgãos educativos, concorrendo poderosamente para desenvolver a sua aptidão, e sôbre tudo, a sua disposição para qualquer atividade da vida.

Várias regiões do Brasil receberam regular número de imigrantes e os resultados não foram menos vantajosos. Apenas erramos, e êsse foi o nosso grande mal, por não o termos prosseguido na mesma política até que atingíssemos um maior volume e por não termos tido a mesma constância do yankee que sòmente suspendeu a imigração quando julgou saturada a sua capacidade receptiva. Se tivéssemos procedido do mesmo modo muito próximo nos encontraríamos do nível de progresso alcançado pelo grande povo amigo.

Existem, igualmente pelo Brasil afora, imensas regiões que podem e devem ser imediatamente colonizadas. A ocasião é a mais propícia. A Europa deseja ardentemente aliviar-se do excesso de população que não pode manter; nós dispomos de áreas imensas a serem populadas, e os norte-americanos desejam empregar seus capitais em negócios lucrativos. Esse emprego de capital para êles tem a tríplice vantagem: de diminuir suas obrigações para com a Europa, de aplicar com garantias o seu dinheiro e criar nova e vigorosa fonte de consumo para seus produtos industrializados. Para nós brasileiros e para os imigrantes não serão menores os benefícios.

Vimos, com a possível clareza, que o regime de exploração agrícola que mais nos convém atualmente é o da divisão das áreas das fazendas em glebas de tal extensão que o colono que venha a cultivá-la com o auxílio de sua família, possa viver e prosperar, com o seu próprio esfôrço multiplicado pelas máquinas e pelos animais de tração ou tratores. Este sistema nos induz a concluir que a parceria agrícola bem orientada, pode ajustar-se perfeitamente às condições acima com notórias vantagens para o proprietário e para o colono.

Os camponios europeus, os que realmente vivem da agricultura, e que seriam os naturalmente indicados, para, na situação que atravessamos, suprir nossa fome de mão de obra, apesar de preferirem trabalhar em terras próprias, em face de uma série de vantagens que lhes poderiam ser oferecidas, aceitariam de bom grado essa modalidade de associação.

Esse contrato poderia, do mesmo modo, ser proposto ao nacional que teria as mesmas oportunidades desde que convenientemente preparado para assumir idênticas responsabilidades técnicas e de trabalho. Deveria naturalmente lançar mão das práticas agrícocolas capazes de aumentar o rendimento do seu esfôrço e o da sua família, o que o habilitaria para a obtenção de iguais proventos e futuro promissor.

O sistema que constitue o objeto dos nossos estudos, nada tem de novidade. Êle consiste apenas em aperfeiçoar o regime de meiação que vimos adotando, cujos resultados não tem sido satisfatórios, por deficiência de ordem educativa e social do nosso colono, e grave falta de ordem material e também educativa por parte dos fazendeiros, falhas, que associadas à desplicência dos govêrnos, ocasionaram o fracasso que, com as nossas sugestões estamos procurando evitar, sem demoras e sem delongas antes que seja tarde demais.

Como dissemos linhas atrás, as nossas grandes fazendas, de topografia mixta, que para serem exploradas necessitam de um número elevado de braços, deixam de o ser na medida das suas possibilidades totais, por não havermos evoluído suficientemente a ponto de termos tido capacidade para educar tècnicamente o nosso colono e o próprio fazendeiro e aparelhá-los materialmente, facultando-lhes, com o auxílio indispensável dessas medidas, os meios para alcançarem a almejada e merecida prosperidade.

O regime de colonato imprime a exploração agrícola as características de fazendas coletivas. Essa forma associativa apresenta uma série de vantagens que merecem ser advogadas, não só por razões de ordem técnica e econômica, como por motivos de caráter social, vantagens que para esclarecimentos vão abaixo enumeradas:

a) As instalações de beneficiamento, que as fazendas geralmente possuem, representam valor apreciável. A sua utilização proporcionará mais renda para a parceria, maior facilidade e mais ampla liberdade na colocação dos produtos porque, aproveitando essa maquinária poderão ser apresentados já beneficiados aos mercados;

b) o fazendeiro sendo o proprietário das terras e geralmente pessoa de nível cultural mais elevado, atuando como chefe, auxiliaria e orientaria a campanha educativa do nacional ao lado do alienígena e deste no sentido de integrá-lo no novo meio;

c) o fazendeiro serviria ainda de elemento coordenador de tôdas as atividades da fazenda, função que é ponderável para o sucesso das emprêsas rurais;

d) o sistema facilitaria a organização das cooperativas, fator de importância capital para o reerguimento da nossa agricultura;

e) sendo indispensável a ajuda do crédito bancário, o fazendeiro seria sempre um elemento mais categorizado para negociá-lo e por êle se responsabilizaria. Mais fácil se tornaria portanto a obtenção do numerário;

f) haveria possibilidade do transporte próprio que não só baratearia os fretes como o teria sempre a tempo e a hora;

g) maiores possibilidades de obtenção de melhores preços por poderem os fazendeiros se credenciarem melhor nos mercados consumidores;

h) Possibilidade de emprego coletivo de máquinas quando aconselhável;

i) não modificar o atual ambiente rural fluminense.

Esta exposição, deixa bem caracterizado e bem firmado o propósito de manter o regime das grandes fazendas onde quer que elas já existam organizadas. Apenas pugnamos pela melhoria e pela racionalização dos métodos de exploração. Estamos plenamente convencidos, que por esta forma seriam facultados meios que permitiriam o melhor aproveitamento dessa grande riqueza, quase latente, que assim estimulada, concorreria poderosamente para reforçar a economia da nossa velha província fluminense.

A característica do sistema consiste em explorar a propriedade com o concurso de colonos meieiros e suas famílias, localizados em área de tal extensão, que, com o auxílio de todos os membros da mesma família e dos recursos oferecidos pela agricultura moderna, devidamente orientada, possam não só viver condignamente, mas também prosperarem. Teremos assim uma oportunidade feliz de nos

redimirmos da maldição de termos querido construir uma nação, explorando um regime de parias que não soubéramos educar nem defender.

A extensão mais conveniente dessas glebas não poderão ser regidamente determinados, mas deverá basear-se impreterivelmente nos proventos que cada colono possa auferir, proventos que satisfaçam as condições, estipuladas acima.

Podemos estabelecer os limites de 25 e 75 hectares para as zonas rurais, e um pouco menos para as zonas próximas aos grandes centros consumidores. Devemos nos lembrar sempre, quando forem feitos os cálculos, que o contrato é de meiação e que o produto das vendas será dividida entre o proprietario e o meieiro.

As circunstâncias prevalescentes no mundo, nos facultam a possibilidade de darmos ao problema uma solução rápida e cem por cento consentânea com as nossas necessidades mais prementes. A oportunidade como vimos é a melhor posivel para conseguirmos os melhores imigrantes, e a sua localização em nosso Estado se justificaria plenamente pelas seguintes razões:

a) as fazendas seriam imediatamente povoadas por elementos sificientemente educados e treinados e com a eficiência necessária, capazes de concorrer ràpidamente para o tão almejado aumento da produção. Já perdemos muito tempo e precisamos recuperá-lo tão mais cedo quanto possivel;

b) sendo elementos educados e treinados, trabalhando a terra por métodos que permitem os grandes rendimentos culturais e o uso de maquinaria adequada, além de poderem manter elevado estandar de vida, constituir-se-iam em admiráveis instrumentos educacionais, atuando por forma objetiva na educação dos colonos brasileiros e do próprio fazendeiro. Por este meio a evolução educativa do nosso homem do campo, seria muito mais rápida e mais eficiente. Educariamos trabalhando intensivamente;

c) são consumidores de nível relativamente elevado e contribuiriam para o progresso da nossa indústria;

d) aumentaria o número de braços para a lavoura;

e) habituados aos solos europeus cultivados há séculos e já desbravados, adaptar-se-iam muito bem aos que lhe seriam oferecidos em regime de meiação.

Para justificar a aceitação do colono estrangeiro pelo regime de parceria, podemos citar as seguintes condições oferecidas:

a) proximidade dos grandes centros, maiores recursos de assistência, meios de comunicação mais fáceis e melhores preços para os produtos;

b) o fazendeiro forneceria as terras e todos os equipamentos e meios para a exploração da gleba;

c) o fazendeiro fornecerá casa habitável com as instalações indispensáveis ao conforto do homem do campo;

d) o fazendeiro fornecerá as máquinas desgastáveis e animais de tração por adiantamento para serem pagos com o produto das culturas;

e) o fazendeiro fornecerá os animais necessários ao inicio das criações;

f) no caso da exploração leiteira simultânea, o colono receberá as vacas e delas cuidará alimentando-as com forragem de produção própria;

g) o fazendeiro se encarregará da colocação e venda dos produtos;

h) facilitará crédito para o custeio dos trabalhos;

i) terrenos já desbravados, mais proprios portanto aos métodos usados pelos europeus.

O colono se obrigará a entregar ao proprietário a metade de todos os produtos cultivados, criados ou industrializados nas colonias em espécie ou em dinheiro, sendo onerado com os impostos de venda e consignação e de renda quando os houver.

Convém esclarecer que não alimentamos o propósito de excluir o nosso homem do campo, sôbre cujos hombros se ergue a nossa nacionalidade, o que seria uma injustiça e uma indignidade. Apenas pretendemos resolver uma situação premente, aproveitando um momento propicio no qual ela se enquadra perfeitamente.

Tomemos por exemplo uma colônia tipo, com 50 hectares para ser explorada por um colono cuja familia se constitua de 5 pessoas com bôa capacidade de trabalho.

As culturas e criações seriam tôdas aquelas ecológica e econòmicamente adaptáveis à região.

A tendência natural será a pref[illegible]ela para os produtos que exigindo maior soma de mão de obra, sejam mais remunerativas, tais como: verduras, fumo, batatas, flôres, frutas, criações e as indispensáveis a alimentação da familia e dos animais.

Poderíamos sugerir a seguinte distribuição dos terrenos, admitindo a hipótese da existência de 20 hectares de terrenos trabalháveis a máquina (vargens e morros de pequena inclinação):

Terrenos inclinados

1)	Área para habitação e demais instalações (currais, depósitos, jardins, estradas)	10.000 ms 2
2)	Área para reflorestamento	50.000 ms 2
3)	Área para forrageiras	20.000 ms 2
4)	Área para pastagem	150.000 ms 2
5)	Área para fruticultura	50.000 ms 2
6)	Área para café em terrenos fertilizados 1.000 pés	20.000 ms 2
	Terrenos planos	
7)	Culturas (Verão-Inverno) .	200.000 ms 2
	TOTAL	500.000 ms 2

Capital necessário

E' fóra de dúvida que, considerando a situação da maioria das fazendas, nas quais, como já foi dito, as suas rendas talvez não correspondam a 10% das suas possibilidades totais, o capital necessário para a sua reorganização nos moldes aconselhados, representa a melhor forma de inversão que se pode desejar desde que seja garantida a idoneidade do colono, como adiante veremos.

Imóveis Cr$

1) Uma casa de residência assoalhada para o colono, com 3

	quartos, uma sala, uma varanda, banheiro, cosinha e água encanada	25.000,00
2)	Um galpão para animais (piso de terra endurecida ou pedra sêca)	3.000,00
3)	Uma pocilga rústica para 3 capados e 3 porcas	5.000,00
4)	Dois galinheiros tipo colônia	2.000,00
5)	Cercas, depósitos, pequenas instalações	10.000,00
	Total para os imóveis	50.000,00

Máquinas

		Cr$
6)	Um arado de aiveca	1.000,00
7)	Uma grade de discos	1.800,00
8)	Uma semeadeira adubadeira	1.500,00
9)	Duas capinadeiras	600,00
10)	Um pulverizador e ferramentas manuais	1.100,00
11)	Uma carroça	2.500,00
	Total para máquinas	8.500,00

Semoventes (tração)

		Cr$
12)	Dois bois de carro	3.000,00
13)	Dois burros	3.000,00
	Semoventes (criação)	
14)	Vinte e cinco galinhas e 250 pintos de um dia	1.500,00
15)	Duas porcas de criar	600,00
16)	Dois capadetes de engorda ..	400,00
17)	Duas colmeias populadas	400,00
18)	Quinze vacas leiteiras	30.000,00
	Total para semoventes	38.000,00

Capital reembolsável

		Cr$
19)	Forragens, sementes, inceticidas e adubos (6 meses)	15.000,00
20)	Adiantamento para manutenção por 6 meses	9.000,00
	Total reembolsável	24.000,00

Resumo

	Cr$
Imóveis	50.000,00
Máquinas	8.500,00
Semoventes	38.000,00
Adiantamentos	24.000,00
	121.400,00

O montante da inversão para instalar cada colono seria de Cr$ 121,000,00. Se analisarmos entretanto as suas parcelas verificamos que 50% do capital orçado, representa inversões comuns a exploração agro-pecuária, qualquer que seja o seu tipo. Este fato demonstra que o onus efetivamente acrescido seria apenas o de 50.000 cruzeiros aproximadamente.

O investimento é realmente vultoso, pois representa mais ou menos 100% do valor da fazenda, considerando-se o valor médio atual dos terrenos. Calculada entretanto a produção provável, veremos serem perfeitamente justificáveis os gastos enumerados.

O onus do govêrno seria representado pelas despesas feitas com o imigrante até o local onde tivessem que se estabelecer, as mesmas portanto, com as quais teria que arcar, qualquer que fosse o seu destino.

A renda da produção de um ano de uma colônia de 50 hectares explorada por colonos habeis poderia ser, em numeros aproximados, a seguinte:

		Cr$
1)	15.000 litros de leite	15.000,00
2)	6 bezerros	1.800,00
3)	15.000 ovos	7.500,00
4)	100 frangos	2.000,00
5)	50 galinhas	1.000,00
6)	400 litros de mel (10 colméias)	2.000,00
7)	100 arrobas de porco	15.000,00
8)	35.000 quilos de verdura (2 hectares)	30.000,00
9)	Flôres	5.000,00
10)	80 sacos de milho	6.400,00
11)	80 sacos de arroz (palha)	4.000,00
12)	1.000 quilos de fumo	6.000,00
13)	10.000 quilos de batatas	20.000,00
14)	10.000 quilos de feijão soja, amendoim, etc. (em 10 hectares inverno e verão)	15.000,00
15)	Frutas européias (morangos, figos, pecegos, uvas, etc.) ...	10.000,00
16)	Frutas tropicais	5.000,00
17)	50 arrobas de café fino	2.000,00
	Total	147.700,00
	Despesas com adubos, inseticidas, forragens concentradas, produtos veterinários e juros	37.700,00
		110.000,00

Sem exagerarmos os rendimentos prováveis das culturas e criações, chega-se a conclusão que a inversão é coberta em mais de cem por cento pela renda bruta obtida em 12 meses de trabalho. Computamos as culturas de verão e de inverno. Assim é que o valor da produção total atingiria a apreciável soma de 147.700,00 cruzeiros e uma despesa com material de consumo estimada em 37.700,00 cruzeiros. Haveria asim, um lucro estimado de 110.000,00 cruzeiros a ser dividido pelo fazendeiro e pelo colono — ou sejam 55.000,,00 cruzeiros para cada um, o que corresponde a um juro de 50% do capital investido.

O fazendeiro parcimonioso poderia indenizar o capital empregado em dois anos e meio, o que representaria a meu ver, ótimo negócio. Sendo sua a propriedade e sendo os empréstimos tomados a longo prazo, talvez fôsse aconselhável o emprego dos saldos na melhoria da fazenda, fazendo serviços tais como: sistematização dos solos, canais para irrigação, maquinário mais perfeito inclusive bombas e tratores, melhoria das instalações para o gado, eletrificação das colônias, completando assim as exigências máximas de conforto no campo.

Não são utópicas as nossas sugestões no que se refere a exploração da área de 50 hectares com o trabalho apenas de uma só família. Haveria possivelmente necessidade sòmente de alguma ajuda de mão de obra extranha, até que fôsse ultimada a preparação do terreno e tornada exequivel a mecanização completa dos serviços de campo, ou esporàdicamente, quando houvesse sôbre-carga de serviços.

Enlevado por estas idéias, tentamos a sua realização elegendo o Município de Rezende

para o local da experiência e para colonos os holandezes. Alguns fazendeiros foram consultados oficiosamente e interessaram-se pela concretização do plano, e, econcomitantemente foram ouvidos os membros da embaixada holandeza, responsáveis pelo setor da emigração, que julgaram aceitável e mesmo vantajosa a oferta. Estes por sua vez pediram o ponto de vista dos seus patricios e obtiveram resposta favorável, mediante a satisfação de determinados requisitos razoáveis. Esta disposição não surpreende porque estamos informados que existe naquele heróico país um grande número de familias que deseja emigrar, em busca de maior espaço onde possa trabalhar e prosperar pacificamente.

A região é a ideal para nela se iniciar a colonização de nacionais dos Paises Baixos, porque as vargens que a compõe, reproduzem aproximadamente o ambiente que preferem por estarem habituados atrabalharem em terras planas. Temos igualmente que tomar na devida conta a salubridde daquele maravilhoso vale por ser um fator que indiscutivelmente influirá no esperado sucesso dessa experiência imigratória.

Aceita que fôsse a proposição acima, deveriam ser feitos estudos mais completos sôbre a forma mais conveniente para a sua execução, e então, iniciada uma politica de encorajamento juntos aos fazendeiros dotados de visão mais ampla e de maiores recursos financeiros, tendo em vista maior segurança no êxito do empreendimento. Poderiam ser instituidos premios e oferecida a assistência que de fato pudesse ser ministrada para despertar o interêsse que a causa merece.

Havia sido programado o inicio dos ensaios sociológicos em uma pequena área (50 alqueires geométricos) de uma fazenda do Estado, usando como elemento humano o próprio nacional, convenientemente escolhido entre os mais capazes. Não houve tempo entretanto para levar avante a experiência.

São assuntos de capital importância para a vida econômica do Estado, e que merecem ser encarados com a firmeza e a decisão que a premência da sua solução exige. Essas realizações só por si constituiram um ótimo programa de govêrno ao qual a terra fluminense ficaria eternamente grata.

Afirmo pela fé do meu titulo, que o ambiente rural se transformaria como por encanto e a nossa velha provincia teria a sua economia resarreta e viria ainda formar entre as mais ricas da federação brasileira.

Onde não houver fazendas dotadas da organização descrita, é óbvio ponderar que deveriam ser seguidas as normas comuns da colonização, sem esquecerem-se da organização das cooperativas locais de produção e de consumo.

E' uma tarefa sem dúvida ingente e que requer fôrça de vontade e o poder de determinação que as convicções perfeitas geram e o entusiasmo alimenta e faz desenvolver. E' uma tarefa cuja realização depende, pelo menos no seu inicio, de estreita cooperação entre o fazendeiro e os poderes públicos. E' uma tarefa que, para ser executada deve ser encarada com realismo e simplicidade. E uma tarefa que não é utópica porque as variáveis que a compõem, podem ser fàcilmente postas em equação. E' uma tarefa, enfim, cujos propósitos bem compreendidos, representam a felicidade de muitos e o anseio de todos os fluminenses.

Zoologia

e Entomologia Australianas

E' sabido que existem na Austrália animais e insetos que não se encontram em nenhuma outra parte. Entre os animais, o canguru é o mais comum. Um ser inteiramente peregrino é o coalá, que vive nas árvores e que apresenta uma grande semelhança com os ursos de veludo. Os mamiferos próprios à Austrália fazem todos parte da ordem marsupiais ou dos monotremos. Os dingos, os ratos, as ratazanas e os coelhos foram cientemente ou não, importados pelos europeus. O coelho tornou-se um verdadeiro flagelo para a Austrália.

O mundo dos pássaros também apresenta na Austrália tipos que não se encontram em qualquer outro continente, particularmente o pássaro-lira, com uma magnifica cauda, e o emeu, a avestruz australiana.

A parte setentrional da Austrália acha-se infestada por uma perigosa espécie de mosquitos do paludismo, havendo regiões em que o sezonismo é endêmico. Não se sabe se esses anófeles, que transmitem o paludismo das pessoas doentes para os individuos sãos, foram também importados. Os habitantes da Austrália preocupam-se mais em saber como se pode exterminar os mosquitos e por meio de que remédios se pode impedir e curar essa doença. Conhecem-se também naquela terra as virtudes curativas da quinina e pode-se lá pôr em prática as receitas da Comissão de Paludismo da Sociedade das Nações. Esta recomenda que se tome cada dia, durante a estação das febres, 40 centigramas de quinina a título preventivo e, para o tratamento pròpriamente dito da doença, uma dose de 1 grama a 1 grama 30 centigramas de quinina por dia durante 5 a 7 dias. No seu relatório publicado em 1938, a mesma Comissão de Paludismo, da qual fazem parte especialistas eminentes na luta antipalúdica, também acentua, a página 129, o fato que a inocuidade da quinina permite a sua ministração pelos empregados subalternos, sem vigilância médica constante.

Como se Cria Um "Campeão" Bovino

JORGE VAITSMAN
Médico-Veterinário

Tem o Ministério da Agricultura perseverado, embora as dificuldades de tôda a ordem surgidas nos últimos anos, em sua política de realizar, anualmente, a Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, incentivando e amparando, ao mesmo tempo, um grande número de exposições regionais em quase todos os Estados. E' esta uma das mais eficientes iniciativas ligadas ao fomento da pecuária nacional. (1) Desenvolvem elas, além dos negócios de gado em condições mais vantajosas tanto para compradores como para vendedores, o gôsto pela cria ampla de ensinamentos práticos sôbre os métodos utilizados pelos proprietários dos animais vencedores dos concursos. Suas vantagens são evidentes, pois a qualidade do gado que, de ano para ano, aparece nestes certames pecuários tem melhorado de maneira auspiciosa.

A recente realização de XV Exposição Nacional, em São Paulo, mostrou os últimos êxitos da criação nacional, sob os mais diversos aspectos. Cada ano revela novos progressos e existe firme convicção de que são animadoras as perspectivas para o aprimoramento qualitativo e quantitativo das raças de gado criadas no Brasil, principalmente as zebuinas, para as quais se voltam, no momento, as atenções dos pecuaristas de quase tôda a América.

Em muitos paises, os prêmios obtidos nas exposições representam vitórias difíceis, disputadas com ardor pelos criadores que mantêm plantéis para a venda de reprodutores, após longos anos de preparação incessante e incansável. A posse dos títulos vencedores assegura, contudo, uma clientela numerosa e compensadora de todos os esforços preparatórios. Os produtos das fazendas vitoriosas, mesmo sem participação nos concursos, também obtêm preços mais vantajosos. Existe uma tradição que todos respeitam: os vencedores continuam a criar cada vez melhor; os compradores continuam a preferir os animais dos plantéis que tenham tido vitórias.

Na Argentina, o interêsse pelos prêmios, não tanto pelo seu valor monetário, que é, também, bastante alto e tentador, de projeção do plantel, justifica até a criação exclusiva de animais para a apresentação na famosa exposição de Palermo. Os bovinos, por exemplo, destinados a representar o plantel, são mantidos em regime especial desde o nascimento, para que tenham tôdas os as melhores possibilidades de vitória nos diferentes concursos. Vamos descrever, de maneira sucinta, o regime de criação para os bovinos candidatos aos títulos de "campeões"

Os estábulos são construidos como gaiolas, acima do solo, onde ficam bezerros e bezerras protegidos da umidade, e, em consequência das muitas doenças que poderiam atingí-los. Os futuros "campeões" têm, geralmente, duas "amas" para aleitamento, de sorte a garantir a alimentação básica de crescimento; o leite não é retirado nunca antes dos 12 meses; ao contrário, em alguns casos, a alimenatção láctea se prolonga até os 24 ou 30 meses. O regime alimentar é essencial para a formação dos "campeões", e é seguido com todo rigor. Consta do seguinte, diàriamente: às 6 da manhã, pasto e uma ração sêca; às 7, leite, como alimento principal; meia hora depois, mais uma ração tenra, chamada "polenta"; em seguida, exercício, que consiste em passeios, até às 10 horas; recebem, então, mais duas rações, uma sêca e outra de "polenta"; ficam no pasto até 16 horas e voltam ao estábulo para outra ração de "polenta"; às 17,30 horas, a última ração do dia, sêca.

E' êste regime excepcional, caríssimo e que não basta para fazer "campeões". Outras qualidades são exigidas, inclusive uma boa ascendência (pedigree), como também valiosas são as medidas práticas de higiene sanitária, rigorosa e es-

(1) Esta série de "exposições nacionais" foi iniciada pela Sociedade Nacional de Agricultura, que realizou a 1.ª, a 2.ª e a 3.ª, no Rio de Janeiro (N. da R.).

Noticiário da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello"

O "Hortelão"

Durante a Semana do Hortelão, realizada na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, circulou um jornal mimeografado, intitulado "O Hortelão", com a tiragem de oitenta exemplares.

Novos Cursos Práticos

Em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, iniciaram-se na Escola de Horticultura Wencesláo Bello, mais nove Cursos Práticos com quase quatrocentos alunos matriculados.

Semana do Hortelão

Transcorreu em um ambiente de grande animação e cordialidade, a 1.ª Semana do Hortelão realizada na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", sob a orientação da Sociedade Nacional de Agricultura e da Fundação Getúlio Vargas, e com a colaboração do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.

Novos Cursos em colaboração com a Universidade Rural

Tiveram inicio na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, os Cursos Avulso de Horticultura e de Extensão de Fruticultura, ministrados em colaboração com a Universidade Rural.

---

crupulosamente seguidos para que nem um só animal do rebanho adoeça.

Pelo que descrevemos, vêm os leitores como os grandes criadores argentinos criam seus animais para a famosa exposição de Palermo, de fama internacional. Não será possível e necessário, por enquanto, exigir o mesmo rigorismo entre nós, nas pequenas exposições regionais. A divulgação ora feita vale, porém, como lembrança aos nossos criadores para que cuidem, desde cedo, dos animais que pretendem levar aos grandes certames estaduais ou ao nacional.

(*Comunicado do Serviço de Informação Agrícola — Ministério da Agricultura — Outubro de* 1948).

Primeira Semana do Fazendeiro da U.R.

A Escola de Horticultura Wenceslão Bello se fez representar na Primeira Semana do Fazendeiro da Universidade Rural, pelo Dr. Antonio de Arruda Câmara, diretor da mesma, e pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira, que foi membro da Comissão Executiva da Semana e que ministrou dois cursos para agricultores.

Palestras sôbre assuntos hortícolas

Durante a Primeira Semana do Hortelão, foram pronunciadas na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, palestras muito interessantes sôbre assuntos relacionados com a horticultura.

Internato da Escola de Horticultura Wenceslão Bello

Com o auxilio da Fundação Getúlio Vargas, pode a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura na Penha, Distrito Federal, abrigar, no corrente ano, 55 alunos sob regimem de internato inteiramente gratuito, matriculados nos cursos de fruticultor, hortelão e floricultor.

Investigações agronômicas

O Dr. Antonio de Arruda Câmara, Diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, realizou, na Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil, investigações agronômicas nas regiões do Estado de Goiás, e realizou, sôbre tão palpitante assunto, uma conferência na sede da Sociedade Nacional de Agricultura.

Cursos com colaboração com a Fundação Getúlio Vargas

No periodo de Setembro de 1947 a Novembro de 1948, foram realizados na Escola de Horticultura Wenceslão Bello em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, 36 Cursos Práticos sôbre os mais variados assuntos relacionados com as atividades da Escola, alcançando o elevado número de 1.530 matrículas.

Sociedade Nacional de Agricultura

SESSÃO DE 25-11-48

Problemas Agrícolas Nacionais em face de observações colhidas nos Estados Unidos pelo Dr. Edgard Teixeira Leite

Reuniu-se em sessão especial, a Sociedade Nacional de Agricultura, para ouvir a palavra do Dr. Edgard Teixeira Leite, seu Vice-Presidente, Secretário da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro e representante da mesma Sociedade junto ao Conselho Interamericano de Comércio e Produção que acaba de chegar dos Estados Unidos, onde esteve participando do Congresso promovido por êste Conselho.

A concorrência foi grande, tendo sido os trabalhos presididos pelo Sr. Arthur Torres Filho, que convidou para tomarem lugar à mesa os Srs. Oscar Daudt Filho, presidente da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul; General Anápio Gomes, Diretor Geral do Conselho Federal de Comércio Exterior; Leonan Pena, representante do sr. Daniel de Carvalho, Ministro da Agricultura; Dr. J. C. Belo Lisboa, secretário da Agricultura do Distrito Federal; Deputados Eduardo Duvivier e Costa Pinto, Paulo Parreiros Horta.

O sr. Torres Filho, ao abrir os trabalhos referiu-se à benéfica atividade que vem sendo exercida pelo Sr. Teixeira Leite na Comissão que lhe confiou a Sociedade junto ao Conselho Interamericano, assinalando que, além do Congresso de Chicago, já representou a dita instituição em outro anterior Congresso, em Montevideu, com os melhores resultados. Era para ouvir as impressões de S. Ex.ª que a Sociedade se reunia, e cujo interêsse se demonstrava pela numerosa assistência.

O Sr. Teixeira Leite explicou que iniciaria a sua palestra focalizando aspectos da vida agrícola do Brasil. Que êste fato não surpreendesse o auditório, pois que, na sua recente viagem, nos estudos que procedeu nos Estados Unidos pôde compreender a íntima conexão que existe entre a nossa agricultura e a posição do Brasil no comércio com aquele país.

Declarou que a agricultura brasileira vem regredindo assustadoramente salvo num ou noutro setor, como é o caso do arroz e do açúcar, que estão mais ou menos organizados. No que toca ao café, nosso principal produto, dentro do quadro geral da nossa principal atividade econômica — a agricultura — tem uma impressão geralmente pessimista. Historiou as fases de início, apogeu e declínio dessa cultura — por longos anos considerado a maior atividade agrícola do mundo — para indicar a verdadeira situação do nosso produto no momento atual: se não atendermos a vários aspectos da sua cultura, em breve não teremos café para o nosso consumo.

Contou impressões que trocou nos Estados Unidos com pessoas representativas do intercâmbio com o nosso país, delas ouvindo palavras que bem demonstram o alarma que vai por lá em relação ao declínio da nossa principal produção, declínio êsse causado principalmente pelo esgotamento das terras e pela invasão de pragas. É partidário do sombreamento dos cafesais, como meio eficaz de lhes proteger a existência e aumentar a produção. Tem palavras sôbre a morosidade de nosso mecanismo oficial em face de problemas graves, como o da broca do café, que é outro aspecto sombrio da nossa lavoura cafeeira

É nosso café — disse — a maior máquina de fazer dolares que hoje possuimos. Precisamos salvar a sua cultura, se quisermos garantir nossa posição econômica — e até política — no continente, onde outros países, de pequenos produtores, estão passando a grandes produtores. Relata o fato de que o café é hoje uma bebida de consumo obrigatório e crescente nos Estados Unidos. Estamos perdendo no volume da exportação para aquele país, o que há muito já perdemos na qualidade, pois que os nossos preços são muito mais baixos do que os cafés de outras procedências. É um caso a que todos os brasileiros responsáveis pela administração devem consagrar atenção e esforços, para que não caiamos na situação triste a que nos levou, em tempos, o fracasso da borracha, porque nos convenceramos de que a natureza das nossas terras seria elemento suficiente para afastar a concorrência da borracha de plantação. Passa em revista a situação de outros produtos, como a cêra de carnaúba, para a qual procuram os técnicos norteamericanos sucedâneos para o seu consumo forçado; o cacau, cujas plantações são ativadas por todos os países coloniais e, agora, até pelos Estados Unidos, com grandes plantações na Libéria.

Mas, tudo isso, informa, não poderá ser conseguido por nós com a **monocultura** e, sim, com a **motocultura**. Precisamos tornar mais produtiva o trabalho agrícola, sair do regime de atraso do sistema da enxada — o mais rudimentar instrumento de trabalho dos campos. Temos de aplicar, na agricultura, os progressos da técnica, e mecanizar a lavoura. Mas, para o conseguirmos, não devemos esperar máquinas do estrangeiro, em especial dos Estados Unidos pois que, além de serem elas escassas hoje até para o consumo interno daquela grande nação, não correspondem às necessidades do nosso serviço, isto é, são máquinas feitas para a sua própria agricultura, em grande parte inadoptáveis ao nosso meio. Cita cifras referentes à produção de tratores americanos, informado que das quotas disponíveis para a exportação, caberiam ao Brasil apenas 4.000 tratores por ano.

Devemos fabricar, pois, as nossas máquinas agrícolas.

Deu numerosos esclarecimentos a respeito da técnica da fabricação dessas máquinas e principalmente de tratores nos Estados Unidos, informando que os grandes usinas não fabricam além de 15% das peças de um trator, vinda outras de numerosas fábricas especializadas. Poderíamos, portanto, utilizando a matéria prima de Volta Redonda, o magnífico aço que lá se fabrica, e cuja boa qualidade está provada até em experiências nos Estados Unidos, lançarmo-nos á fabricação de tratores e máquinas agrícolas, por meio deste sistema de cooperação nas linhas de fabricação. Sabe que já se fabricam motores de explosão, a óleo, no Brasil de 4 a 5 cavalos e, pois, não haveria grande dificuldade se um esfôrço conjunto fôsse posto em prática com êsse objetivo.

Deteve-se em vários aspectos da mecanização aplicada à agricultura, inclusive quanto à formação

de empresas que se encarregassem das operações de mecânica agrícola, recebendo dos agricultores um determinado pagamento, como ocorre nos Estados Unidos.

Falou, por fim, do lamentável ausência do Brasil na Estação Experimental de Torrisalba, organizada em Costa Rica pela União Pan-Americana. Um mal-entendido inicial afastou o Brasil desse grande centro de Experimentação Continental da Agricultura Tropical, o que constitui um grave prejuízo para a agricultura nacional, que ali encontraria meios de abeberrar-se nos mais recentes conhecimentos da técnica agronômica. Manifesta a sua esperança de que o Brasil ainda venha a participar dessa grande organização e termina a sua conferência, ouvida com a maior atenção e interêsse, lançando um apelo aos homens responsáveis do Brasil para que acudam à lavoura, para que esta, que ainda constitui a base da nossa riqueza, não pereça e não coloque a atual geração na posição de defraudadora de um patrimônio que nos vem de séculos.

O Sr. Torres Filho, findo a palestra, agradeceu ao conferencista e teceu alguns comentários, dando por encerrada a sessão.



MOVIMENTO DA SECRETARIA DURANTE OS MESES DE SETEMBRO, OUTUBRO E NOVEMBRO

Correspondência Recebida:

Telegramas	47
Ofícios	36
Cartas	41
Diversas	21
Total	145

Correspondência Expedida:

Telegramas	54
Ofícios	36
Cartas	65
Circulares	259
Total	414

Foram propostos e aceitos os seguintes socios: — Sr. Henrique Monagrasso, S. Paulo; Gregorio Ignis Ardens, D.F.; José de Noronha Ferraz, S. Paulo, Nelson de Almeida Carvalho, Est. Rio;.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS:

AR. Anales — Univ. S. Domingos — N. 41 — 44 — 948.

R. Agronomia — D.F. — Vol. 7 — Ano 7 — N. 2 abr-jun. — N. 3 jl-st. 948.

R. Ass. Rural del Uruguay — Ano LXXV — N. 4 abr. — N. 9 set. — N. 10 out. 948.

R. Agras — Vol. I N. 2 març. — N. 4 jl-ag. 948.

R. A Granja — R. Gr. Sul — Ano III — N. 34 jl. — N. 35 ag. — N. 36 set. — 37 out. 948.

Arquivos de Biologia e Tecnologia — V. II — 1947.

Anali do Facultad Agr. di Portici — Vol. XII — Vol. XII — 948.

Anales do Soc. Cient. Argentina — jul. 948 — Tomo CXLVI — ag. 948 Tomo CXLVI.

Agricultura — Madrid — Ano XVII — N. 194 — jun. — N. 196 ag. — 948.

Agricultura — Trujilo — Vol. XXXIX — N. 178 maio-jun. — N. 179 jul-ag — 948.

Bol. Ass. Com. do Amazonas — Ano. VII — N. 82 maio — N. 83 Jun. N. 84 jul. 948.

Bull. L'Unesco — vol. II — N. 7 jul. — n. 9 set. — n. 10 out. 1948.

Bol. Paraguaia — Ano 3 — n. 10 ag. — n. 11 set. — n. 12 out. — n. 13 nov. 1948.

Bol. Linotipica — n. 70 — 948.

Bol. Informações Agropecuárias — n. 72 — 73 — 74 — 75 — 1948.

Bull. — Iow — 88 — 89 — 90 — 1948.

Bol. Ass. Rural do Vale Rio Grande — 41 — 42 — 43 — 44 — 1948.

Bol. Superintendência do Serviço do Café — Ano XXII — N. 250 jan. — N. 251 fev. — n. 252 mar. — n. 253 abr. — n. 254 maio — n. 255 jun. 1948.

Bol. Informativo — Rep. Dominicana — Ano VI — n. 18 maio 1948 — n. 19 jun.

Bol. Conselho Federal Comercio Exterior — Ano IX n. 12 dez. 1946 — Ano XI — n. 3 n. 4 abr. 1948.

Brotéria — Lisboa — vol. XVII — fasc. III 1948.

British Science News — vol. 1 — n. 7 — n. 10 — n. 11 1948.

Bol. Camara de Reajustamento Econômico — Ano IX — n. 75 jan-mar. 1948.

Bureau Pan Americano do Café — n. 591 — 592 — 593 — 594 — 595 — 596 — 597 — 598 —

Bol. Comissão Central Produtores de Leite — Ano I — n. 2 set. — n. 3 out. 1948.

Bol. Argentina — Ano II — n. 8 ag. 1948.

Bol. Informativo do Cons. Int.º Com. Prod. — 44 set. 45 out. 1948.

Bol. F.A.R.E.S.P. — 47 — 48 — 49 — 50 — 51 —

Bol. Inst. de Oleos — n. 3 dez. 1945.

Bol. Americano — Ano XII — n. 610 — 612 — 613 — 614 — 615 — 616 — 617 — 618 —

Bol. Secr. Agr. Ind. Com. Pernambucana — abr.-jun. 1948.

Britains To-day — n. 149 set. — 150 out. 1948.

Bol. Bibliográfico Agricola — Madrid — n. 3 jan. 1948.

Bol. do Leite Ano 11 4.º ep. — n. 15 — n. 16 — 1948.

Bol. Min. da Agricultura — Ano 34 abr.-jun. 1946.

Bol. Consorcio de Centros Agr. de Manabi — Equador — n. 54 abr. maio. jun 1948.

Bol. Econômico Min. Rel Exteriores — Ano 1947 n. 5 — n. 6 — n. 12.

Connecticut — vol. 1 — n. 6 E

Carta quinzenal — n. 64 — 65 — 66 — 67 — 68 — 69 — 70 — 71 — 72 — 73 — 74.

Conjuntura Econômica — Ano II — n. 9 set. — n. 9 set. — n. 10 out. — n. 11 nov. 1948.

Cooperativismo — Ano III n. 26 ag. — n. 27 set. — n. 28 out. — n. 29 nov. 1948.

Chacaras e Quintais — S. Paulo — Ano 39.º — vol. 78.º — n. 2 ag. — n. 3 set. n. 4 out. 948.

Cooperação — Ano VI — vol. XIII — n. 70-71 — vol. XIV — n. 72 — vol. XII — n. 69.

Circular Howai — 26 ag. 1948.

Farm Science — Iowa — vol. 3 — n. 1 jul. — n. 2 ag. — n. 4 out. — 1948.

Agricultura Técnica — Ano VIII — N. 1 — jan. 948.

Gazeta das Aldeias — Portugal — n. 2.144 out. — 2.146 nov. 1948.
Ganaderia — Lima — Ano II — n. 5 jun 1948.
Informações Argentinas — n. 112 out.-nov.-dez. — 1947.
Informe Anual da Bolsa Com. Nac. Com. — 1947.
Lavoura Arrozeira — Ano II — n. 19 jul. — n. 20 ag. — n. 21 set. — 1948.
Montly Report — vol. XXIII — n. 4 ag. — n. 5 set. — 1948.
Mensario Estatistico Pref. D.F. — Ano I — n. 3 out. 1948.
Memórias do Inst. Oswaldo Cruz — Ano 947 — fasc. 3 — tomo 45.
Mensário Estatístico — n. 99 abr. 1948.
Min. Relações Exteriores — Ano 1948 — n. 7.
New Orleans Port — ag.-set.-out. — 1948.
O Campo — jul.-ag. 1948.
O Observador Econômico — Ano XIII — n. 151 — 1948.
Producion Venezuela — n. 42 — 1948.
Rev. Liga Com. Rio de Janeiro — Ano XII — n. 176 jun. — 177 jul. 178 ag. — 179 set. — 180 out. 948.
Rev. de la Bolsa de Com. — Montevideo — Ano L — n. 8 ag. — n. 9 — set. — n. 10 out. — 1948.
Report Agricultural Ressearch — 355 nov. — 356 dez. — 1947.
Rev. Rural Brasileira — Ano XX VIII — n. 334 jul. — 335 ag. — 336 set. — 1948.
Rev. Ind. y Agricola de Tucuman — Tomo XXXVI — n. 7-9-946.
Rev. de Medicina Veterinária — Argentina — Vol. 30 — jan-mar. — 1948.
Relatória Caixa Econômica — 1940 — 941 — 943 — 945 — 946 — 947.
Rev. Agricultura — S. Paulo — Vol. XXIII — n. 9-10 set. — out. 1948.
Rev. Bras. de Panificação — Ano XIV — n. 156 ag. — 157 set. 1948.
Rev. Agronômica — Ano XII — n. 136-137-138 abr-març-jun. 1948.
Rev. Soc. Geogr. do Rio de Janeiro — Tomo LII — 1945.
Relatório do Banco de Crédito Real de Minas Gerais — 1947.
Rev. Bras. de Economia — Ano 2 — n. 3 set. 1948.
Sertões — Ano I — n. 1 maio — n. 2 jun. 1948.
Sitios e Fazendas — Ano XIII — n. 9 set. 1948.
Veterinária — Ano II — n. 2 abr.-jun. 1948.

"MAL DE CHIFRES"

OTACILIO PINTO C. DE SOUZA
Veterinário

O "Mal dos Chifres" ou "Oca", como é mais comumente conhecida em nosso país a Corisa Gangrenosa dos bovinos, é uma doença infecciosa, que se desenvolve entre os animais da espécie bovina, sendo causada por um virus filtrável.

A doença tem sido constatada, com certa frequência, nos Estados do Nordeste, mas últimamente foram também observados alguns focos no Paraná e em Santa Catarina.

Não obstante as numerosas pesquisas que têm sido feitas, ainda não se conseguiu descobrir como os animais adquirem essa doença. Tem-se apontado os carneiros, como prováveis transmissores da mesma aos bovinos, mas as experiências realizadas, nesse sentido, ainda não permitiram que se chegasse a uma conclusão definitiva sôbre o assunto.

A doença tem um periodo de incubação variável, de 15 dias a alguns meses e se caracteriza por febre alta, pelos arrepiados, inapetência, respiração acelerada e sequidão do focinho.

Alguns dias após, os chifres, que se mostram quentes à palpação, apresentam focos de necrose, por vêzes, sôbre a base, alguns caem ou se deslocam e quando puncionados deixam correr uma secreção fétida e purulenta. Também o globo ocular e a mucosa nasal são sede de inflamações. Pelas narinas corre com frequência uma secreção purulenta que se desseca em tôrno das mesmas e o globo ocular lacrimeja constantemente, mostrando-se avermelhado e com formação de pús no canto dos olhos.

Quase sempre há diarréia, com estrias de sangue, pertubações nervosas e tremores musculares, evoluindo a doença num periodo de 4 a 15 dias. A mortandade ocasionada pela mesma varia de 30 a 90%, não se conhecendo um tratamento eficaz contra essa doença.

Como medida preventiva, é aconselhado isolar os animais doentes e evitar o contacto dos ovinos com os bovinos. Poder-se-á instituir ainda um tratamento geral para os animais atacados de Corisa Gangrenosa, puncionando-se os chifres, lavando-se-os com uma solução de Lisol a 2% e aplicar injeções sub-cutâneas de Protinjetol, na dose de 3 cm^3.

Para as perturbações digestivas, aconselha-se o uso de antisépticos intestinais, como o Sub-nitrato de Bismuto ou o Carvão de Belac e as inflamações do glóbulo ocular e da mucosa nasal serão tratadas com solução de Argirol, a 1%.

(*Comunicado do Serviço de Informação Agricola — Ministério da Agricultura — Outubro de* 1948).

Combate ao Gafanhoto Migratório

LEI N.º 483, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1948

Estabelece medidas para o combate ao gafanhoto migratório e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Cabe ao Ministério da Agricultura, por intermédio da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Departamento Nacional da Produção Vegetal, superintender, articular e orientar, em todo o território nacional, o combate ao gafanhoto migratório, Schistocerca cancellata (Serv. 1839).

Art. 2.º — Os serviços públicos de combate ao gafanhoto migratório serão executados pela Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, em cooperação com as Secretarias de Agricultura ou órgãos congêneres nos Estados.

Art. 3.º — Os serviços públicos civis da União, as unidades do Exército, da Marinha e da Aeronáutcia e as entidades autárquicas federais colaborarão, de acôrdo com as suas possibilidades e quando solicitadas, no combate ao gafanhoto migratório.

Parágrafo único. A colaboração do Exército, da Marinha e da Aeronáutica será prestada, de acôrdo com o que estiver estabelecido nos respectivos regulamentos e na conformidade das instruções expedidas pelas autoridades militares.

Art. 4.º — O proprietário, arrendatário, parceiro ou ocupante ,a qualquer título, de terreno invadido pelo gafanhoto migratório ,deverá destruí-lo, dentro da área sob sua responsabilidade, usando o pessoal e os meios que dispuser, sem direito a qualquer indenização por êsse serviço. Sempre que possível, o combate deverá ser feito, de acôrdo com as instruções que forem determinadas pelo órgão previsto no art. 1.º, suas exigências e postos regionais

Parágrafo único. No caso de se recusarem os proprietários, arrendatários, parceiros ou ocupantes, a executar as medidas previstas neste artigo ou as deixarem de executar no cominado, os funcionários incumbidos da defesa sanitária vegetal procederão por conta da União, e aplicarão ao proprietário, ou ocupante, as penalidades constantes da presente lei.

Art. 5.º — Qualquer pessoa que prestar sua colaboração no combate ao gafanhoto, não poderá, por êsse motivo, ter rescindido o seu contrato de trabalho ou sofrer qualquer perda ou redução de salário.

Art. 6.º — As viaturas, animais de trabalho e de demais utilidades e instalações das propriedades agrícolas e pecuárias situadas nas zonas invadidas ou sob a ameaça de invasão iminente do gafanhoto migratório, quando requisitados, deverão ser postos à disposição do órgão de combate da jurisdição, durante o período da campanha, ressalvado aos respectivos proprietários o direito de indenização.

Art. 7.º — Todo o proprietário, arrendatário, parceiro ou ocupante, a qualquer título, de estabelecimento agro-pecuário, é obrigatório, a comunicar á autoridade policial mais próxima, a passagem, a direção de vôo, pouso, desova, aparecimento de saltões e respectivas datas, verificadas no estabelecimento, dentro das vinte e quatro horas da ocorrência .

Art. 8.º — As companhias de transporte marítimo, fluvial, ferroviário, aéreo e rodoviário, são obrigados a conceder prioridade para o transporte de pessoal e material, quando destinados ao combate ao gafanhoto migratório, desde que requisitados pela Divisão de Defesa Sanitária Vegetal ou pelas Secretarias de Agricultura dos Estados.

Art. 9.º — O Departamento dos Correios e Telegrafos, os estabelecimentos públicos e as emprêsas que explorem serviços telegráficos, de rádio-commnicação,

de rádio-difusão e de telefones inter-estaduais, são obrigados a comunicar ao Ministério da Agricultura a passagem, direção de vôo, pouso, desova, aparecimento de saltões e datas, nas localidades em que possuam postos ou agências, dentro de vinte e quatro horas da ocorrência.

Art. 10.º — Os postos e agências dos estabelecimentos emprêsas referidos no artigo anterior, transmitirão gratuitamente e em caráter urgênte, á Secretária de Agricultura do Estado, ou ao Ministério da Agricultura, as informações prestadas pelos agricultores, criadores, ou quaisquer outras pessoas, sôbre o aparecimento de gafanhotos migratórios, passagem e direção de nuvens, pouso, postura, nascimento de saltões e datas dessas ocorrências.

Art. 11.º — Os proprietários, arrendatários, parceiros ou ocupantes, a qualque rtitulo, de terrenos invadidos pelo gafanhoto migratório, são obrigados a permitir o acesso e livre trânsito nas respectivas propriedades, do pessoal e material empregado no combate.

Art. 12.º — Nenhuma indenização caberá aos proprietários, arrendatarios, parceiros, ou ocupantes, a qualquer título, de terreno invadido pelo gafanhoto migratório, em consequência dos trabalhos necessários para o combate á praga, ressalvado o direito à indenização pelos prejuizos decorrentes do uso indevido da propriedade.

Art. 13.º — As despesas com o combate ao gafanhoto migratório serão atendidas mediante a abertura de crédito extraordinário, pelo Poder Executivo, que usará os direitos conferidos pelo artigo 75, parágrafo único da Constituição de 1946, e, igualmente, o disposto no artigo 80 do Código de Contabilidade da União.

Art. 14.º — As pessoas físicas e juridicas que infringirem os dispositivos da presente lei, ou deixarem de cumprir as obrigações nela estipuladas, são sujeitas à multa de Cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a Cr$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), impostas pela Divisão de Defesa Sanitária Vegetal ou por seus órgãos regionais nos Estados.

Parágrafo 1.º — A multa prevista neste artigo será imposta, á vista do auto de infração, lavrado por servidor do Ministério da Agricultura ou das Secretárias de Agricultura nos Estados após a notificação do infrator, para apresentar sua defesa no prazo improrrogável de dez dias.

Parágrafo 2.º — Do despacho que impuzer a multa, caberá recurso, mediante prévio depósito da importância exigida para:

a) O Diretor da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal se a multa tiver sido imposta pelos chefes dos órgãos regionais da mesma Divisão nos Estados;

b) O Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Vegetal, quando a multa tiver sido imposta pelo Diretor da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal.

Art. 15.º — O servidor público civil que infringir qualquer dos dispositivos da presente lei, ou deixar de cumprir as obrigações nela estatuidas, será sujeito á pena de suspensão e responsabilidade, nos têrmos do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Art. 16.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1948, 127.º da Independência e 60.º da República.

aa) EURICO GASPAR DUTRA
Adroaldo Mesquita da Costa
Sylvio de Noronha
Canrobert P. da Costa
Hildebrando Accioly
Corrêa e Castro
Clóvis Pestana
Daniel de Carvalho
Clemente Mariani
Honório Monteiro
Armando Trompowsky

Publicado no "Diário Oficial" n.º 277, de 1-12-948.

O Verdadeiro Conceito das Cooperativas do Trabalho

Fábio Luz Filho

A lei 22.239, que disciplina a organização das cooperativas, definiu muito bem as cooperativas do trabalho: "**São cooperativas do trabalho aquelas que, constituidas entre operários de uma determinada profissão ou ofício, ou de ofícios vários de uma mesma classe, têm como finalidade primordial melhorar os salários e as condições do trabalho pessoal de seus associados e, dispensando a intervenção de um patrão ou empresário, se propõem contratar obras, tarefas, trabalhos ou serviços, públicos ou particulares, coletivamente por todos ou por grupos de alguns.**"

Vejamos a definição de uma das últimas e melhores leis promulgadas na América do Sul sôbre cooperativas, a da Venezuela, que teve a valiosa colaboração de Fabra Ribas (julho de 1942):

"Son sociedades cooperativas de productores aquellas cuyos miembros se asocian con ela objeto de trabajo en común en la producción de mercancias e en la prestácion de servicios al público".

Cossa classifica a cooperativa de trabalho como "**constituite da operai ed artigiani, i quali, mettendo in commune il loro lavoro e i loro piccoli capitali, si fanno imprenditori, assumendo tutti i rischi della produzione per goderne l'intero profitte.**

Vidari, citando a **Rebenno**, diz que é o seguinte o conceito de cooperativa de trabalho (cooperazione di produzione): emancipação dos trabalhadores do capitalismo, mediante a posse de capital, e, em seguida, associação de operários possuidores de capital; associação de operários que exercitam a emprêsa da produção na qual trabalham, possuindo o capital ocorrente; associação de operários para o exercicio da emprêsa de produção na qual trabalham, sem que haja necessidade de possuirem o capital ocorrente (braccianti, etc.)

Há ainda as definições de **Sohoenberg**, etc. para os quais os operários que constituem a cooperativa são, ao mesmo tempo, trabalhadores e empresários, exercitam a emprêsa industrial sob sua responsabilidade solidária, são os proprietários do capital empregado. "**Il capital e è, dunque, elemento essenziale di vita dall'impresa cooperativa; e i soci di questa, pur essendo operai, si considerano individualmente e collettivamente possessori di capitale**". Bretano diz que a caracteristica da cooperativa é o **exercício da emprêsa por parte dos operários sem a condição**

explícita da posse do capital. Bretano exclui da forma pura de cooperativa de trabalho aquela em que nem todos os participantes exercitam o trabalho, mas apenas uma parte (auxiliares), assim como a cooperativa em que apenas uma parte participa das perdas e todos participam das sobras, e aquelas em que sòmente aqueles que entram com capital participam das sobras e das perdas.

Eodino, ao se referir a uma "Cooperativa femminile di lavoro", dando-lhe as características acima, acrescenta que "la società, avendo indole assolutamente economico si as terrà dal prendere parta ufficiale e farsi rappresantare a quals-asi man festazione politica o religiosa."

Além disso, temos a definição que dá de trabalhador a legislação trabalhista brasileira, donde admirar que pessoas cultas tentem fundar cooperativas de trabalho manual (até de trabalhos domésticos...) incluindo no quadro de seus associados sacerdotes e advogados, num misti-tifório estonteante, e numa candura que estarrece.

Em "teoria e prática das sociedades cooperativas" defini êsse tipo de cooperativa em suas características doutrinárias e técnicas.

Cabe aos econòmicamente fracos todo o direito, como já o acentuei, de se defenderem, agremiando-se sob a flâmula irisada do cooperativismo, esgrimindo por justas reivindicações inadiáveis. Solidarizando-se consumidores e produtores, farão que se economize sem onzenarismo, que se façam transações sem mercantilismo e se proporcionem benefícios sem egoismos obnubilantes.

A referência evangélica, a que aludiu ilustre amigo e brilhante causídico, é puramente metafórica e encontradiça até nos léxicos, que dizem que **obreiros evangélicos** são os missionários, ministros de religião "que propagam a sua doutrina. Vazia, pois, de qualquer sentido científico.

Econòmicamente (que é o ângulo que nos interessa), **trabalho é o exercício das faculdades humanas dirigidas diretamente à produção da riqueza,** o que implica o exercício das faculdades humanas, orgânicas, **intelectuais e morais. O exercício de atividades humanas que não vise à produção de riqueza** (pesquisas filosóficas, exercício do culto religioso, perfeição ética, exercício do magistério, etc.) **não é considerado trabalho econòmicamente falando,** frisa-o ainda **Toniolo.**

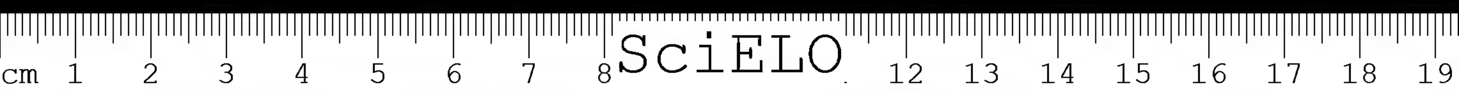
O ensino da matemática, por exemplo, não é considerado trabalho, ao passo que o engenheiro aplica seus conhecimentos numa fábrica é um trabalhador, como o médico, notadamente o sanitarista que, precatando a saúde do homem, vitaliza-o como valor econômico. O mesmo quanto ao agrônomo nos campos, nos laboratórios, nas pesquisas econômicas, etc.

Trabalho é a atividade que se encaminha em uma série regular de operações. O encontro fortuito de um diamante não é trabalho, de vez que não cristaliza as faculdades acima enumeradas. **Trabalho é o esfôrço aplicado à produção com um fim explícito. "Trabalho é o esfôrço do braço dirigido e acompanhado pelo pensamento e pelo querer."**

J. B. Say definiu o trabalho como sendo a ação continuada mediante a qual executamos operações de indústria, ou sòmente uma parte dessas operações. Jules Simon acrescenta-lhe o elemento subjetivo. Para êle o trabalho tem necessàriamente por fim um resultado útil, isto é, a produção de uma riqueza, considerando riqueza tudo aquilo que pode servir para o melhoramento das condições de vida.


cm 1 2 3 4 5 6 7
SciELO
11 12 13 14 15 16 17


cm 1 2 3 4 5 6 7 SciELO 11 12 13 14 15 16 17


cm 1 2 3 4 5 6 7 8 SciELO 12 13 14 15 16 17 18 19

